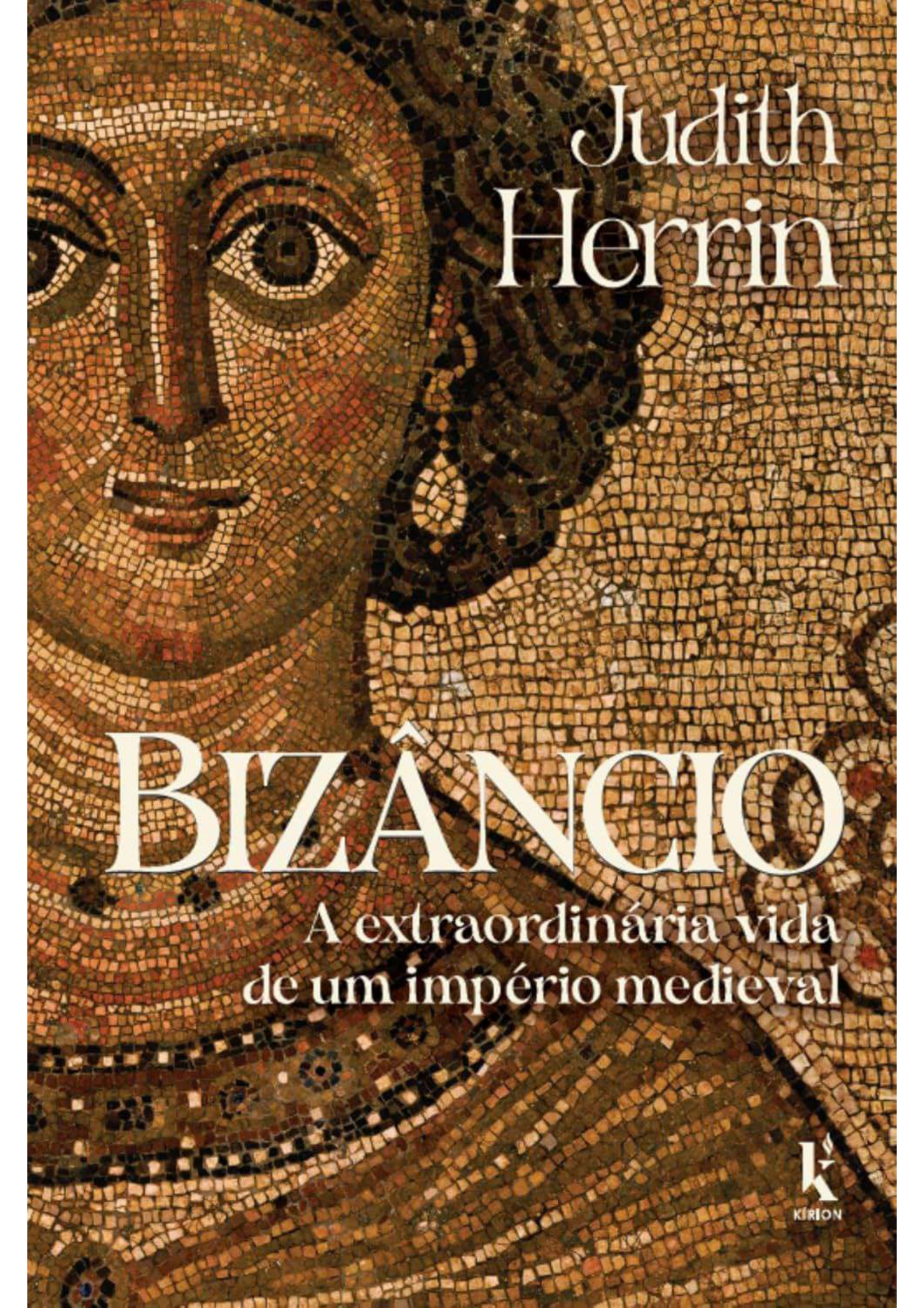


The background of the entire cover is a mosaic. On the left side, there is a large, detailed mosaic of a human face, likely a religious figure, with a serene expression. The face is composed of many small, square tiles in shades of brown, tan, and gold. The right side of the cover features a more abstract mosaic pattern, also in similar earthy tones, which appears to be a continuation of the same style.

Judith
Herrin

BIZÂNCIO

A extraordinária vida
de um império medieval



Judith Herrin

Bizâncio

ePub r1.0

Un_Tal_Lucas 21-03-2018

Índice

[Bizâncio](#)

[Lista de ilustrações](#)

[Lista de mapas](#)

[Introdução. Uma história diferente de Bizâncio.](#)

[Parte Um. Os Fundamentos de Bizâncio](#)

[1. A cidade de Constantino](#)

[2. Constantinopla, a maior cidade da cristandade](#)

[3. O Império Romano do Oriente](#)

[4. Ortodoxia Grega](#)

[5. A Igreja de Santa Sofia](#)

[6. Os mosaicos de Ravenna](#)

[7. Direito romano](#)

[Parte Dois. A Transição da Antiguidade para a Idade Média](#)

[8. O bastião contra o Islã](#)

[9. Ícones, uma nova forma de arte cristã](#)

[10. Iconoclastia e a veneração de ícones](#)

[11. Uma sociedade culta e eloquente](#)

[12. Os santos Cirilo e Metódio, "apóstolos dos eslavos"](#)

[Parte Três. Bizâncio torna-se um estado medieval.](#)

[13. O "fogo grego"](#)

[14. A economia bizantina](#)

[15. Os eunucos](#)

[16. A Corte Imperial](#)

[17. As crianças "nascidas na púrpura"](#)

[18. Monte Atos](#)

[19. Veneza e a bifurcação](#)

[20. Basílio II, o Búlgaro](#)

[21. A crise do século XI](#)

[22. Ana Comnena](#)

[23. Uma sociedade cosmopolita](#)

[Parte Quatro. Novas Formas de Bizâncio](#)

[24. O ponto de virada das Cruzadas](#)

[25. As torres de Trebizonda, Arta, Niceia e Tessalônica.](#)

[26. Rebeldes e empregadores](#)

[27. "Melhor um turbante turco do que uma tiara papal"](#)

[28. O Cerco de 1453](#)

[Conclusão. A grandeza e o legado de Bizâncio.](#)

[Lista de imperadores mencionados no texto](#)

[Cronologia](#)

[Mapas](#)

[Agradecimentos](#)

[Imagens](#)
[Literatura](#)
[Autor](#)
[Notas](#)

Durante mil anos, um império extraordinário possibilitou que a Europa alcançasse a modernidade: Bizâncio. O Império Bizantino foi uma sociedade audaciosa e resiliente que combinou, por um lado, a fé ortodoxa com o paganismo e, por outro, a sabedoria da Grécia Clássica com o poder romano, para produzir uma civilização tão dinâmica quanto poderosa, que resistiu ao Islã por séculos.

A fascinante obra de Judith Herrin abandona a abordagem cronológica das histórias típicas de Bizâncio, dedicando cada capítulo a um tema específico, como arquitetura (com a construção da Basílica de Santa Sofia em Constantinopla), um conflito religioso (a iconoclastia), sexo e poder (o papel dos eunucos), uma figura extraordinária (a historiadora Ana Comena), um símbolo da civilização (o garfo) ou uma guerra de expansão (as Cruzadas). Ao fazer isso, ela alcança uma história mais envolvente e acessível do império, desde a fundação de sua magnífica capital, Constantinopla (atual Istambul), em 330, até sua queda para os turcos otomanos em 1453. Uma visão geral cativante e detalhada das forças e crenças predominantes durante o milênio medieval, este livro também é uma contribuição original para o campo da história. Ele apresenta as descobertas de muitas pesquisas recentes, ao mesmo tempo que dá vida à vida bizantina para um público geral. Escrito na tradição do Iluminismo, o livro finalmente põe fim aos estereótipos e caricaturas da passividade e decadência de Bizâncio popularizados por Montesquieu, Voltaire e Gibbon.

Título original: *Bizâncio*

Judith Herrin, 2007

Tradução: Francisco J. Ramos Mena

Editor Digital: Un_Tal_Lucas

ePub base r1.2



Para Tamara e Pórcia, que também se perguntavam: o que é Bizâncio?

Lista de ilustrações

Os créditos das fotos estão mencionados entre parênteses.

1. Monte Athos, Chalkidiki (direitos autorais © Kallirroë Linardou).
2. Monte Sinai, Egito (direitos autorais © Judith Herrin).
3. Constantinopla, muralhas terrestres (copyright © ArtServe, reproduzido com a gentil permissão de Michael Greenhalgh).
4. Tessalônica, muralhas da cidadela (direitos autorais © Judith Herrin).
5. Aqueduto de Valens, Constantinopla (direitos autorais © Judith Herrin).
6. Obelisco de Teodósio I (direitos autorais © Judith Herrin).
7. Borda de seda (direitos autorais © Dumbarton Oaks, Coleção Bizantina, Washington).
8. Selo de chumbo dos *kommerkiarioi* (copyright © Dumbarton Oaks, Coleção Bizantina, Washington).
9. Garrafa de peregrino com San Menas (direitos autorais © The Trustees of the British Museum).
10. Frontispício da Bíblia de León (copyright © Biblioteca Apostólica Vaticana).
11. Moedas de ouro, Constantinopla (direitos autorais © The Henry Barber Coin Collection, Universidade de Birmingham).
12. Karanlik Kilise, século XII, exterior (direitos autorais © Dick Osseman).
13. Karanlik Kilise, afresco interior com garfo (direitos autorais © Dick Osseman).
14. Placa de marfim representando Jesus Cristo, século X, Museu de Cluny, Paris (copyright © Bridgeman Art Library).
15. Miniaturas do Saltério Khludov, século IX (direitos autorais © MV Shchepkina, *Miniatiury Khludovskoi Psaltyri*, Moscou, 1977).
16. A Basílica de Santa Sofia vista do mar (direitos autorais © Dick Osseman).
17. Mosaico de Zoe e Constantino IX ladeando Jesus Cristo, Hagia Sophia (copyright © Dumbarton Oaks, Image Collections & Fieldwork Archives, Washington).
18. Hagia Sophia, interior da galeria oeste (copyright © Dumbarton Oaks, Image Collections & Fieldwork Archives, Washington).
19. Mosaico da Imperatriz Teodora, San Vitale, Ravenna (copyright © Bridgeman Art Library).
20. Mosaico do Imperador Justiniano, San Vitale, Ravenna (copyright © Bridgeman Art Library).
21. Ícone de Jesus Cristo, Santa Catarina, Monte Sinai (direitos autorais © Mosteiro Sagrado de Santa Catarina, Monte Sinai, reproduzido com a gentil permissão do mosteiro).
22. Moedas de ouro de Constantino I e Basílio II (copyright © The Henry Barber Coin Collection, University of Birmingham).

23. Cálice de Romano II, Tesouro de São Marcos, Veneza (copyright © Bridgeman Art Library).
24. Pingente, século VI ou VII, Museu Benaki (copyright © Museu Benaki, Atenas).
25. "Fogo Grego", da *Crônica* de João Skylitzes (copyright © Biblioteca Nacional da Espanha, Madri, reproduzido com a gentil autorização do Arquivo da Imprensa de Mileto, Atenas).
26. Mosaico de Teodoro Metochites, Mosteiro de Chora, Constantinopla (copyright © Dumbarton Oaks, Image Collections & Fieldwork Archives, Washington).
27. O "Triunfo da Ortodoxia", c. 1400, ícone (direitos autorais © The Trustees of the British Museum).
28. Frontispício do Saltério de Basílio II, c. 1000 (direitos autorais © Biblioteca Nazionale Marciana, Veneza).
29. Basílica de São Marcos, fachada oeste (copyright © Bridgeman Art Library).
30. Dois dos quatro cavalos de bronze clássicos erguidos na fachada oeste a partir de 1204 (copyright © Courtauld Institute, Londres).
31. Mosteiro de São Lucas, Steiris, Grécia Central (copyright © Judith Herrin).
32. Teófilo e a viúva, da *Crônica* de João Skylitzes (copyright © Biblioteca Nacional da Espanha, Madri, reproduzido com a gentil autorização dos Arquivos da Imprensa de Mileto, Atenas).
33. Mosteiro de Chora, Constantinopla (copyright © Courtauld Institute, Londres).
34. Mosteiro da Virgem, Dafni, Grécia Central (copyright © Judith Herrin).
35. Arta, igreja de Parigoritissa, exterior (direitos autorais © Lioba Theis).
36. Igreja da Parigoritissa, interior (direitos autorais © Lioba Theis).
37. Mistra, a cidadela (direitos autorais © Judith Herrin).
38. Livro de Jó, copiado por Manuel Tzykandeles, provavelmente em Mistra, por volta de 1362 (Biblioteca Nacional da França, Paris, direitos autorais © Bridgeman Art Library).
39. João VI Cantacuzeno presidindo o concílio de 1351, c. 1370-1375 (Biblioteca Nacional da França, Paris, direitos autorais © Bridgeman Art Library).
40. Manuel II Paleólogo e sua família, manuscrito de Pseudo-Dionísio (Museu do Louvre, Paris, direitos autorais © Bridgeman Art Library).
41. Dioscórides, *De materia medica*, "A fabricação do chumbo", de uma tradução árabe de 1224, copiada por Abd Allah ibn al-Fadl (Museu do Louvre, Paris, direitos autorais © Bridgeman Art Library).

Ilustração para a seção de *Conclusão* : Relógio de sol ladeado por pavões, Igreja de Skripou, Grécia Central, 873-874 (copyright © Judith Herrin).

Lista de mapas

1. Constantinopla
2. O mundo romano
3. O Império Bizantino e os *temas* por volta de 800 a.C.
4. O Império Bizantino *por volta de* 1025.
5. Bizâncio nos séculos XI e XII
6. A divisão de Bizâncio a partir de 1204

Introdução

Uma história diferente de Bizâncio

Certa tarde, em 2002, dois operários bateram à porta do meu escritório no King's College, em Londres. Estavam reformando os prédios antigos e já haviam passado várias vezes em frente à minha porta; uma placa dizia: "Professor de História Bizantina". Ambos pararam e me perguntaram: "O que é história bizantina?". Imaginavam que tivesse algo a ver com a Turquia.

Lá estava eu, tentando explicar brevemente o que é a história bizantina para dois pedreiros sérios, trajando capacetes e botas pesadas. Meus muitos anos de ensino não me prepararam para isso. Tentei condensar uma vida inteira de estudos em uma visita de dez minutos. Eles me agradeceram calorosamente, comentaram sobre como achavam Bizâncio curiosa e perguntaram por que eu não escrevia sobre o assunto para eles. Para alguém cujo trabalho é publicar textos sobre Bizâncio, o comentário deles pareceu deslocado, mas eu obviamente sabia o que queriam dizer. Livros sobre a história bizantina são escritos constantemente; tantos que seria impossível listar todos, e a maioria deles é longa demais para ler. Frequentemente, descrevem a sucessão de 90 imperadores e cerca de 125 patriarcas de Constantinopla, juntamente com inúmeras batalhas, em categorias previsíveis de atividade política, militar e religiosa, ininterruptamente ao longo de 1.100 anos. Poucos deles são suficientemente envolventes para capturar o interesse de operários da construção civil ou, sejamos honestos, de praticamente qualquer pessoa que não seja especialista na área. Então, comecei a formular uma resposta para a pergunta: "O que é a história bizantina?"

Deparei-me imediatamente com dificuldades: estava a dar demasiadas coisas como certas, não conseguia resistir à tentação de contar anedotas obscuras [...] No entanto, sempre me orgulhei de conseguir tornar a história bizantina interessante para um público não familiarizado com ela. Ao procurar um método, percebi que, durante o seu longo milénio de existência, Bizâncio possuía aspetos suficientemente marcantes, chocantes e trágicos para atrair a atenção daqueles que procuram sensacionalismo. Mas isso reduziria a sua história a uma série de episódios dramáticos superficiais, diminuindo a experiência como um todo. Bizâncio significa mais do que riqueza, navegação e o exercício do poder imperial. Queria que eles, e você, leitor, percebessem por que Bizâncio também é difícil de compreender e situar, e por que também pode ser obscura. A esta dificuldade soma-se o uso, pela imprensa contemporânea, do termo "bizantino" no seu sentido pejorativo, por exemplo, em expressões como "regulamentos fiscais de uma complexidade manifestamente bizantina" (mencionadas numa descrição recente das negociações na União Europeia).

Bizâncio evoca a imagem de uma duplicidade opaca: conspirações, assassinatos e mutilações físicas, por um lado, e riqueza excessiva, acompanhada de ouro e joias reluzentes, por outro. Durante a Idade Média, contudo, os bizantinos não detinham o monopólio da complexidade, da traição, da hipocrisia, da obscuridade ou das riquezas. Produziram um grande número de líderes inteligentes, generais brilhantes e teólogos inovadores, amplamente difamados e caluniados pelos estereótipos "bizantinos" mencionados

anteriormente. Não criaram uma Inquisição e, em regra, abstiveram-se de queimar pessoas na fogueira. Mas existe um mistério associado a esse mundo "perdido" que é difícil de definir, em parte porque lhe falta um herdeiro moderno. Permanece oculto por trás das glórias da sua arte medieval: o ouro, os mosaicos, as sedas e os palácios imperiais.

Para explicar minha avaliação de Bizâncio, neste livro pretendo apresentar seus aspectos mais relevantes da forma mais clara e convincente possível, revelando as estruturas e mentalidades que a sustentaram. Meu objetivo é manter o interesse do leitor até o final, para que ele sinta que conheceu uma nova civilização. Acima de tudo, quero que ele entenda que o mundo ocidental moderno, que se desenvolveu a partir da Europa, não poderia ter existido sem ter que se proteger e, simultaneamente, se inspirar no que acontecia mais a leste, em Bizâncio. O mundo muçulmano também constitui um elemento importante dessa história, assim como a relação de amor e ódio entre o cristianismo e o islamismo.

Quais são as principais características dessa importante, porém pouco conhecida, história? Em primeiro lugar, Bizâncio foi uma civilização milenar que influenciou todos os países do Mediterrâneo Oriental, os Balcãs e a Europa Ocidental durante a Idade Média. Do século VI ao XV, essa influência teve seus altos e baixos, mas foi constante. Sua civilização integrou elementos pagãos, cristãos, gregos, romanos, antigos e, especificamente, medievais. Suas influências artísticas e culturais são reconhecidas hoje como um legado duradouro. Além disso, diversos aspectos fundamentais do governo, como o desenvolvimento de uma corte imperial com serviço diplomático e burocracia civil, bem como o exercício do poder político por mulheres, se desenvolveram em Bizâncio.

A grandeza de Constantinopla, no coração de um vasto império, com seu sistema herdado de governo imperial e a gama de fontes que o inspiravam, combinava-se para incutir imensa confiança tanto nos governantes quanto nos governados. Este aspecto de Bizâncio é crucial para enfatizar. Na época do Imperador Justiniano (527-565), as estruturas que sustentavam o império tinham duzentos anos e estavam tão firmemente enraizadas que pareciam inabaláveis. Elas haviam criado uma cultura profundamente arraigada que se inspirava em fontes gregas antigas e pré-cristãs, bem como em ideias romanas e cristãs, tanto ideológicas quanto práticas (por exemplo, argumentos filosóficos e fortificações militares). Todo o sistema era celebrado na retórica imperial e exibido na arte imperial, que aspirava a elevá-lo a um legado duradouro. Por mais vazios que fossem os sentimentos expressos, eles serviam para confirmar e amplificar a autoconfiança dos imperadores bizantinos, de seus cortesãos e de seus súditos mais humildes. Elas forneceram a base sobre a qual se construiria a excepcional capacidade de Bizâncio de responder aos graves desafios do século VII, depois do século XI e, mais dramaticamente, de 1204. Em cada uma dessas ocasiões, Bizâncio foi capaz de se adaptar e se reformar, recorrendo a essas estruturas herdadas profundamente enraizadas, que se combinavam numa rica consciência das tradições.

Nesse sentido, a cultura bizantina incorpora a noção de *longa duração*, cunhada pelo historiador francês Fernand Braudel: ela sobrevive às vicissitudes das mudanças de governo, das novas modas e dos avanços tecnológicos — uma herança constante que pode tanto aprisionar quanto inspirar. Embora Braudel tenha aplicado essa ideia principalmente aos fatores geográficos que moldaram a história do Mediterrâneo, podemos adaptá-la para distinguir a cultura bizantina das de seus vizinhos. Isso porque, diferentemente de outras

sociedades medievais tanto no Ocidente quanto no mundo muçulmano, na época de Carlos Magno e Harun al-Rashid, por volta de 800 d.C., Bizâncio já tinha séculos de existência, e a estrutura de sua cultura representava tanto uma limitação quanto uma fonte de força. De fato, como veremos, ela nasceu com essa antiguidade, sua capital, na época de sua construção, incorporando a autoridade de uma arquitetura e estatutária já antigas. Seu arcabouço cultural estabelecido, condenado como conservador ou elogiado como tradicional, proporcionava um senso compartilhado de pertencimento que era comemorado de maneiras peculiares e em constante evolução, todas dedicadas à maior glória de Bizâncio. Isso criou uma herança flexível que se mostraria capaz de reagir, muitas vezes com grande determinação, para fortalecer, preservar e sustentar o império em meio a inúmeras crises.

A identidade imperial de Bizâncio foi fortalecida por uma continuidade linguística que ligava seus estudiosos medievais à cultura da Grécia Antiga, incentivando-os também a preservar os textos dos grandes filósofos, matemáticos, astrônomos, geógrafos, historiadores e médicos, copiando-os, editando-os e comentando-os. Acima de tudo, Bizâncio tinha os poemas de Homero em alta estima e produziu as primeiras edições críticas da *Iliada* e da *Odisseia*. Embora as apresentações teatrais públicas estivessem em declínio, as peças de Ésquilo, Sófocles, Eurípides e Aristófanes eram cuidadosamente estudadas e frequentemente memorizadas por várias gerações de estudantes, que também estudavam os discursos de Demóstenes e os diálogos de Platão. Dessa forma, um componente importante da sabedoria pagã antiga foi incorporado a Bizâncio.

Essa herança ancestral fundiu-se com a crença cristã, que gradualmente substituiu o culto aos deuses pagãos. Bizâncio cultivou as primeiras tradições monásticas cristãs em montanhas sagradas como o Monte Sinai e o Monte Atos, onde os ensinamentos espirituais continuam a inspirar monges e peregrinos. Empreendeu a conversão de búlgaros, sérvios e russos ao cristianismo; por isso, grande parte dos Balcãs ainda é pontilhada por igrejas ortodoxas adornadas com afrescos e ícones medievais. E manteve contato com centros cristãos que ficaram sob controle muçulmano no século VII, apoiando os patriarcas de Jerusalém, Alexandria e Antioquia, bem como outras comunidades mais distantes, como as igrejas da Etiópia e do Sudão, da Pérsia, da Armênia e da Geórgia.

Utilizando a tecnologia e as técnicas de engenharia herdadas de Roma, Bizâncio continuou a construir aquedutos, fortificações, estradas e pontes, bem como estruturas enormes como a Basílica de Santa Sofia (Hagia Sophia) em Constantinopla, que ainda exhibe sua imponente estrutura do século VI, coroada pela maior cúpula já construída até a Basílica de São Pedro em Roma, mil anos depois. Essa cúpula bizantina foi restaurada diversas vezes, mas permanece intacta e foi reproduzida em versões reduzidas em igrejas por todo o mundo ortodoxo. Ela também inspirou o formato das mesquitas cobertas construídas após os árabes deixarem sua terra natal desértica, onde praticavam seus cultos em pátios abertos. O Domo da Rocha em Jerusalém recebeu esse nome apropriadamente para comemorar a ocupação muçulmana de um local sagrado especialmente venerado por judeus e cristãos. Não apenas seu teto circular, mas também seus vibrantes mosaicos exibem suas origens bizantinas, visto que, no século VII, o califa Abd al-Malik pediu ao imperador bizantino Justiniano II que lhe enviasse artesãos bizantinos para esculpir as tesselas coloridas de pedra e vidro, que cintilam sempre que a luz incide sobre elas. É também possível que tenham sido eles que

colocaram a inscrição corânica de 240 metros de comprimento que circunda a base da Cúpula, afirmando que o Islã é a revelação suprema de Alá (Deus) e é superior a todas as outras religiões.

De Roma, Bizâncio também herdou um sistema jurídico altamente desenvolvido e uma rica tradição militar, ambos contribuindo para sua longa história. Em teoria, a sociedade bizantina vivia sob o império da lei: havia juízes que eram treinados, recebiam salário e arbitravam disputas. Em todo o império, as pessoas levavam suas queixas aos tribunais e aceitavam seus julgamentos. Embora as famosas legiões romanas não tenham durado além do século VII, as forças de combate, tanto de infantaria quanto de cavalaria, eram treinadas de acordo com manuais militares romanos. Estratégias de combate em terra e no mar, armas de cerco, métodos de abastecimento das tropas, suas armaduras e vestimentas de proteção — tudo isso foi adaptado de práticas mais antigas. A composição do chamado "fogo grego", uma substância sulfurosa que queima na água, sempre foi um segredo de Estado, e ainda hoje não se conhece a combinação exata de seus componentes. Embora os árabes tenham desenvolvido uma arma semelhante, o fogo grego aterrorizava aqueles que não estavam familiarizados com ele, tanto em batalhas navais quanto em cercos de cidades.

Bizâncio se considerava o centro do mundo, enquanto via Constantinopla como a sucessora de Roma. Embora de língua grega, considerava-se o Império Romano e seus cidadãos, romanos. Exercia liderança sobre as comunidades de língua grega da Sicília e do sul da Itália, que eram fruto da migração da Grécia Antiga. Protegeu e incentivou o desenvolvimento de cidades costeiras italianas, como a medieval Amalfi e Veneza, que prosperaram com o comércio internacional. Com o tempo, esses centros superariam Bizâncio como polos econômicos por direito próprio, além de desenvolverem capacidades navais e mercantis superiores. Mas sua dívida para com Bizâncio permanece evidente: portas de bronze encomendadas em Constantinopla adornam suas catedrais, que frequentemente também são decoradas com mármore, mosaicos e ícones em estilo bizantino. Sua prosperidade nasceu sob a égide do império.

Talvez, para nós hoje, a característica mais significativa de Bizâncio resida em seu papel histórico na proteção do cristianismo ocidental durante a Alta Idade Média. Até o século VII, Bizâncio era, na prática, o Império Romano. Dominava o Norte da África e o Egito — os celeiros que abasteciam tanto Roma quanto Constantinopla —, o sul da Itália, a Terra Santa, a Ásia Menor até o Monte Ararat, toda a Grécia atual e grande parte dos Bálcãs. Então, tribos da Arábia, inspiradas pela nova religião islâmica, conquistaram a maior parte do Mediterrâneo oriental. Lutaram em nome de uma revelação que se apresentava como sucessora do judaísmo e do cristianismo. Bizâncio conteve sua expansão na Ásia Menor e os impediu de cruzar os Dardanelos e chegar aos Bálcãs. Constantinopla resistiu a inúmeros cercos.

A aspiração dos muçulmanos de capturar Constantinopla, torná-la sua capital e assumir o controle de todo o mundo romano era mais do que legítima. Era também lógica. Visto que o Islã reivindicava suplantar tanto o Judaísmo quanto o Cristianismo, era natural que suas forças substituíssem Roma e assumissem o controle das estruturas políticas do mundo antigo. Se as ambições delineadas no Alcorão fossem concretizadas, todo o Mediterrâneo deveria ter sido subjogado ao domínio muçulmano. Até mesmo o mundo persa, com suas

crenças zoroastristas, sucumbiria ao Islã. Em uma série de campanhas notavelmente rápidas e bem-sucedidas entre 634 e 644, os homens das tribos árabes estiveram perto de alcançar seu objetivo, provocando a primeira grande virada na história bizantina.

Se Bizâncio não tivesse interrompido sua expansão em 678, as forças muçulmanas, agora fortalecidas pelos recursos adicionais da capital, teriam espalhado o Islã pelos Bálcãs, pela Itália e para o oeste durante o século VII, numa época em que a fragmentação política reduzia a possibilidade de uma defesa organizada. Ao impedir essa potencial conquista, Bizâncio tornou a Europa possível. Deu às forças cristãs ocidentais, divididas em pequenas unidades, tempo para desenvolverem sua própria força. Cem anos após a morte do Profeta Maomé (ocorrida em 632), Carlos Martel derrotou os invasores muçulmanos da Espanha no centro da França, perto de Poitiers, forçando-os a recuar para os Pirenéus. A nascente ideia de Europa tomaria forma concreta sob o reinado de seu neto e homônimo, Carlos Magno. Carlos Magno e seus sucessores travariam suas próprias batalhas e seriam responsáveis pela criação de sua própria Europa.

Durante a Idade Média, a maioria dos clérigos e governantes ocidentais tinha conhecimento, ainda que vago, da existência da civilização cristã bizantina no Oriente. Embora Bizâncio controlasse um império muito menor do que Roma em seu auge, entre os séculos VII e XV esse estado medieval desenvolveu novas formas políticas e culturais. Combinou diferentes facetas de seu passado para forjar uma nova civilização medieval, que atraiu muitas tribos não cristãs do norte. Por sua vez, búlgaros, russos e sérvios adotaram a fé cristã e vários elementos da cultura bizantina. Por cerca de setecentos anos, Bizâncio permaneceria um modelo de crença ortodoxa e conhecimento clássico.

As Cruzadas colocaram Bizâncio no centro da tentativa cristã de reconquistar a Terra Santa, que estava sob controle muçulmano. A partir do século XI, Bizâncio e o Ocidente desenvolveram uma relação mais estreita, frequentemente com consequências negativas. Apesar do sucesso da Primeira Cruzada com a criação do Reino Latino de Jerusalém, a Quarta Cruzada voltou-se contra Constantinopla e resultou no saque da cidade em 1204. Este evento marcou o segundo grande ponto de virada na história bizantina. O império nunca conseguiu recuperar sua antiga força ou forma. Embora tenham recuperado a capital, os imperadores bizantinos governaram o que essencialmente fora uma cidade-estado de 1261 até 1453, quando Constantinopla foi finalmente conquistada pelos turcos otomanos.

Curiosamente, porém, a influência cultural bizantina expandiu-se quase em proporção inversa à sua força política. A partir de 1204, quando numerosas obras de arte foram recuperadas para a Europa Ocidental, a contribuição bizantina para o renascimento da arte e do conhecimento ocidentais tornou-se notável. No século XIV, as universidades italianas empregavam professores bizantinos de grego; esses professores, juntamente com seus alunos, começaram a traduzir as obras de Platão. As obras de Aristóteles já haviam chegado ao Ocidente através do mundo muçulmano, mas a maior parte da filosofia platônica permanecia desconhecida. Durante as negociações em Florença que levaram à reunificação das Igrejas Ocidental e Oriental em 1439, as leituras públicas de Platão pelo renomado estudioso e especialista em filosofia grega, Jorge Gemisto Pletão, inspiraram Cosimo de' Medici a fundar sua Academia Platônica. A contribuição bizantina para o Renascimento italiano, portanto, começou muito antes de 1453, quando os turcos fizeram de

Constantinopla sua capital. Após a queda da cidade, os refugiados que fugiram para a Itália com seus manuscritos vieram reforçar o novo conhecimento e a nova arte. E algumas décadas mais tarde, quando os reformadores protestantes condenaram a arte religiosa e defenderam um estilo mais espiritual de culto cristão, utilizaram para esse fim todos os textos bíblicos e patrísticos compilados pelos iconoclastas bizantinos dos séculos VIII e IX.

Ao longo deste livro, procuro esclarecer o que foi Bizâncio, como funcionava e o que representa. Esta perspectiva distintamente pessoal emergiu da minha pesquisa anterior para o meu livro **A Formação da Cristandade**, que aborda a importância da religião na história da Alta Idade Média. Questões de fé eram de vital importância para as pessoas que viviam na Idade Média, de maneiras que parecem estranhas para a maioria de nós no Ocidente moderno; e tanto a pesquisa acadêmica secular quanto a apreciação popular da arte medieval exigem uma compreensão de como isso acontecia. Além das questões que uniam os cristãos e, simultaneamente, os dividiam, seu mundo religioso era permeado por outras crenças: politeístas impenitentes, adeptos de cultos orientais, seguidores de Zoroastro e Mani [...] além das comunidades judaicas já estabelecidas. O Islã teve um profundo impacto em todo o mundo, em todos aqueles que viviam nas costas leste e sul do Mediterrâneo, na Síria e na Espanha, e em todas as regiões intermediárias. No século VIII, a primeira destruição oficial de ícones em Bizâncio (iconoclasmo) resultou na morte de cidadãos comuns por causa de suas imagens religiosas. Enquanto o Islã desenvolvia uma proibição rigorosa contra a representação de imagens sagradas, Roma descobria sua aceitação dos ícones, e os teólogos de Carlos Magno começavam a questionar suas próprias crenças. Os séculos VII e IX foram, portanto, cruciais para o desenvolvimento de três regiões distintas, porém interconectadas: o Oriente Bizantino, o Sul Islâmico — Egito, Norte da África e Espanha — e o Ocidente Latino, que se tornaria a Europa. De diversas formas, essa divisão persiste até os dias atuais.

Outro aspecto fascinante desse período histórico reside na aparente devoção das mulheres aos ícones religiosos na Bizâncio medieval, um fato que pode estar ligado à sua exclusão da hierarquia eclesiástica oficial. Isso também levanta diversas questões sobre os motivos das duas soberanas sobre as quais escrevi em *Mulheres de Púrpura*, que restauraram a veneração de ícones em 787 e 843. Quando as imperatrizes Irene e Teodora reverteram a política iconoclasta introduzida e apoiada por seus maridos e parentes masculinos mais distantes, parece-me que agiram com uma crueldade e astúcia mais típicas dos homens. Mas, ao empreenderem essas iniciativas, também assumiram uma proeminência política sem paralelo em outras sociedades medievais. Assim, embora os cronistas da época suponham que seu amor pelos ícones constitua um sinal de fraqueza feminina, é evidente que algo mais está em jogo, algo que eu associaria a uma tradição bizantina de governo feminino que denomino “o feminino imperial”.

Desenterrar Bizâncio também foi outra forma de descobrir os bizantinos. Em diversas escavações na Grécia e em Chipre, bem como na Mesquita Kalenderhane, um importante sítio arqueológico no coração de Constantinopla, atual Istambul, tive a oportunidade de trabalhar com a cultura material sobre a qual essa civilização foi construída. Explorando as igrejas de Creta e Citera, uma ilha ao largo da costa sul da Grécia, e examinando a cerâmica encontrada na mansão medieval de Kouklia, no sudoeste de Chipre, é possível obter uma visão de perto

de seus habitantes medievais. Em minha primeira temporada arqueológica em Pafos, também em Chipre, encontramos os restos mortais de um esqueleto feminino nas ruínas do Castelo de Saranda Kolonnes, usando os anéis de ouro e pérola que usava quando foi atingida pelo terremoto de 1222. Em Istambul, operários que investigavam um vazamento de inverno na Mesquita Kalenderhane descobriram uma brecha atrás de uma parede perto do monumental aqueduto que ainda domina a cidade antiga. Um desses restauradores habilidosos tateou a borda de uma peça e identificou as tesselas do que se revelou ser um antigo mosaico cristão representando a Virgem Maria apresentando o menino Jesus a Simeão. Possivelmente, a peça havia sido coberta por uma parede para protegê-la da destruição iconoclasta. De forma semelhante, uma capela inteira com afrescos fragmentários dedicados a São Francisco de Assis foi murada em 1261, quando os frades fugiram de Constantinopla após a ocupação latina. Essas duas magníficas obras de arte cristã, oriental e ocidental, seriam posteriormente restauradas por Ernest Hawkins e estão agora em exposição no Museu Arqueológico de Istambul.

Meu conhecimento sobre Bizâncio também foi enriquecido pelas extensas evidências de seu domínio medieval. Quando adolescente, fui levado a Ravena, no norte da Itália, onde contemplei com admiração os retratos em mosaico do imperador bizantino Justiniano e de sua esposa, a imperatriz Teodora, as estrelas celestiais no túmulo de Gala Placídia e as procissões de santos e rebanhos de ovelhas que adornam as igrejas da cidade. Em 2005, mais de quarenta anos depois, tive o privilégio de subir ao telhado da Igreja do Mosteiro de Santa Catarina, na Península do Sinai, construída pelo mesmo casal imperial, apesar dos mais de 3.000 quilômetros que separam o norte do Adriático do Mar Vermelho. Lá, no local que se acredita ser a sarça ardente onde Moisés foi instruído a tirar as sandálias porque o chão era sagrado, pude ler as inscrições que atestam o patrocínio de Justiniano e Teodora, esculpidas nas vigas originais do século VI, perfeitamente preservadas no clima seco e livre de cupins do deserto egípcio. Essas experiências físicas conferem um senso de imediatismo ao que os historiadores bizantinos escreveram sobre o imperador e sua esposa.

Em Roma, na Sicília, em Moscou e, claro, mais claramente em Constantinopla, por toda a Turquia, Grécia e nos Balcãs, uma parte do Império Bizantino pode ser vista preservada. Mas nada se compara à maravilha de descobrir mosaicos bizantinos no *mihrab* da Mesquita de Córdoba, na Espanha, encomendados pelo califa do século X, al-Hakam II; ou à surpresa de chegar no final da tarde a Trebizonda, às margens do Mar Negro, após uma longa viagem pelos Alpes Pônticos, e ver o palácio imponente sobre a cidade.

Bizâncio também permanece viva na experiência de testemunhar a descida do fogo pascal sobre o Santo Sepulcro em Jerusalém, quando, na escuridão, o metropolita emerge do túmulo com uma vela acesa, simbolizando a ressurreição de Jesus Cristo, da qual todos os fiéis, por sua vez, acendem as suas próprias velas. Ainda hoje, na Atenas moderna, as multidões que descem o Monte Licabeto com suas velas a partir da meia-noite do Domingo de Páscoa evocam com força o significado das cerimônias que comemoram este evento há quase dois milênios.

Por razões que ficarão claras ao longo deste livro, objetos bizantinos foram dispersos pela Europa e são preservados nos museus mais inesperados. Deparar-se com a seda

bizantina conhecida como Manto de Alexandre na Baviera, ou encontrar o contrato de casamento do século X de Teófilo e Oto II em Wolfenbüttel, ou ainda peças de marfim do século X agora usadas como capas de livros, nos faz tomar consciência dos artesãos que os criaram e da cultura na qual tais itens de luxo eram produzidos. No Ocidente, eles foram zelosamente guardados por séculos, embora estudiosos e clérigos ocidentais medievais também tenham sido responsáveis por fomentar muitos dos estereótipos enganosos sobre o que significava "bizantino".

Bizâncio tornou-se mais familiar para mim a cada vez que preparava cursos sobre sua história. Gostaria de expressar minha especial gratidão a todos os alunos que desafiaram minhas opiniões. Embora seja comum reconhecer essa influência, devo dizer que, no meu caso, minha estadia em Princeton em 1990 proporcionou uma vantagem inesperada: o contato com um grupo de graduados particularmente brilhantes, atraídos por um corpo docente de história incomparável. Entre os colegas estimulantes e os alunos intelectualmente curiosos, senti-me encorajado a experimentar novas maneiras de comunicar minha paixão por Bizâncio. Christine Stansell, uma dessas colegas, visitou-me mais tarde em Londres e perguntou-me, com simpatia e entusiasmo, se não era agora "hora de colher os frutos". Este livro deve sua existência em parte a ela, bem como aos meus visitantes inesperados.

Isso me leva de volta à questão da forma. Na Londres de Shakespeare, o besante era tão familiar quanto o caviar: a moeda de ouro assim chamada por seu nome bizantino e as ovas de peixe que seus habitantes consumiam em grandes quantidades. De maneiras tão indiretas, o legado de Bizâncio pode ser encontrado nos lugares mais inesperados. E este livro pretende mostrar o porquê. Longe de seguir o padrão das inúmeras introduções e estudos publicados até agora, optei por selecionar eventos, monumentos e indivíduos específicos característicos de Bizâncio e explorá-los dentro de uma estrutura que observa as divisões básicas da história bizantina. Os sete primeiros capítulos são dedicados a temas essenciais, como a cidade de Constantinopla, o direito e a ortodoxia, e abrangem todo o milênio bizantino. Outros capítulos se sobrepõem, abordando os mesmos eventos sob diferentes perspectivas. Meu principal problema tem sido a exclusão, pois é difícil omitir tantos exemplos ricos e detalhes fascinantes. Posso oferecer apenas uma seleção de *meze*, um prato de aperitivos. A leitura recomendada no final do livro pode levá-lo a experimentar muitos outros pratos mais substanciosos. Aqui, tento responder à pergunta feita pelos pedreiros do King's College e explicar por que todos deveríamos saber mais sobre a história bizantina.

Parte Um

Os fundamentos de Bizâncio

1

A cidade de Constantino

Constantino decidiu fazer da cidade um lar digno de um imperador [...] Ele a cercou com uma muralha [...] isolando todo o istmo de mar a mar. Construiu um palácio quase tão imponente quanto o de Roma. Decorou o Hipódromo da maneira mais bela, incorporando nele o Templo dos Dióscuros. [iii](#).

ZÓSIMO, *Nova História*, c. 501

O complexo Bizâncio-Constantinopla-Istambul constitui uma das paisagens naturais mais extraordinárias. Tal como Nova Iorque, Sydney e Hong Kong, é uma grande metrópole com um porto de águas profundas que traz o mar para o coração da cidade. A proximidade da água, o jogo de luz solar nas ondas e as vistas para o horizonte criam uma luz de qualidade muito especial. O que atraiu Constantino, quando procurava uma nova capital para o Império Romano no início do século IV d.C., foi um local a partir do qual pudesse controlar as rotas marítimas e terrestres entre a Ásia e a Europa. Encontrou um lugar adequado com um porto abrigado no Corno de Ouro, que podia ser fechado com uma corrente para impedir a entrada de navios inimigos e proteger os seus das perigosas correntes do Bósforo. Acredita-se que o farol conhecido como Torre da Donzela marcava o local onde, segundo o mito de Leandro da Grécia, ele nadou até à sua amada Hero (uma confusão entre o Bósforo e os Dardanelos). Hoje, serve de guia para petroleiros russos. Contudo, até recentemente, ainda era possível alugar um pequeno barco a remo para atravessar o estreito, desfrutando de um panorama magnífico de Constantinopla. E embora agora existam duas pontes ligando a Ásia à Europa, e a moderna Istambul tenha uma população de doze milhões de habitantes, os ferries ainda cruzam o Bósforo, oferecendo aos passageiros chá preto e *semits*, rosquinhas de massa folhada cobertas com gergelim. Em dias ensolarados, um dos grandes prazeres da vida em Istambul é sentar no convés e contemplar a vista magnífica da cidade de Constantinopla.

Nascido em Naissus (atual Niš), nos Balcãs, Constantino era filho do imperador Constâncio Cloro, um dos quatro governantes instituídos por Diocleciano (284-305) numa tentativa de proporcionar a tão necessária estabilidade ao vasto mundo romano. A tetrarquia, ou "governo dos quatro", dividia efetivamente o império em duas metades, governadas por dois imperadores que atuavam em conjunto, juntamente com dois governantes menores que assumiriam o poder total caso o primeiro morresse. Contudo, o sistema fracassou devido às ambições dos filhos dos imperadores, que não tinham qualquer papel no poder. Constantino apresentou o mesmo problema após a morte do pai em York, em 306, quando foi proclamado imperador pelas suas tropas. Apesar disso, não foi reconhecido por Licínio, o imperador do Oriente, e em poucos anos haveria três líderes militares diferentes, cada um reivindicando o título imperial no Ocidente. Avançando para o sul a partir da Inglaterra, Constantino lutou e derrotou os outros pretendentes e, em 312, confrontou Maxêncio na Ponte Mílvia, nos arredores de Roma. Após essa vitória decisiva, Constantino entrou triunfalmente na Cidade Eterna, onde foi aclamado pelo Senado, embora tenha se recusado a agradecer aos deuses por seu sucesso no Altar da Vitória, como era esperado. Mais tarde, ele afirmaria ter tido uma visão da cruz no céu, que interpretou como um sinal do Deus dos cristãos, prometendo-lhe a vitória. Ele havia se tornado imperador do

Ocidente por meio de conquistas militares e agora precisava negociar com Licínio, o imperador do Oriente.

Os dois governantes se encontraram em Milão em 313 e consolidaram sua administração conjunta por meio de uma série de alianças matrimoniais que uniram o império. Decidiram também promulgar um Édito de Tolerância, que proclamava que todas as religiões, incluindo o cristianismo, poderiam ser praticadas livremente, desde que os fiéis, independentemente de seu deus, orassem pelo bem-estar do Império Romano e do imperador. Desde então, os cristãos oram pelo bem-estar de seus monarcas. Quaisquer que tenham sido as crenças pessoais de Constantino (veja abaixo), o fato é que, em 313, ele deu um passo importante para tornar o cristianismo a religião oficial do império e sempre favoreceu os cristãos. A intensa rivalidade entre os dois soberanos só seria resolvida onze anos depois, quando Constantino derrotou Licínio em Crisópolis, no lado asiático do Bósforo. Ele fez seu rival prisioneiro, exilou-o em Tessalônica e, em seguida, ordenou seu assassinato traiçoeiro. Assim, em 324, Constantino tornou-se imperador do Oriente, um império mais extenso, rico e populoso, além do Ocidente. Ele cavalgou e lutou por toda a extensão do mundo romano, que governaria por mais treze anos, até sua morte em 337.

Após sua vitória sobre Licínio, Constantino decidiu que o império precisava de uma capital no Oriente, mais próxima de seu rival mais sério, a Pérsia, que ameaçava invadi-lo regularmente. A antiga cidade de Troia foi considerada uma candidata. Mas, em vez disso, Constantino escolheu a colônia grega de Mégara, supostamente fundada no século VII a.C. A.C., na margem europeia do Bósforo. Dessa origem mítica surgiu Bizâncio, que agora controlava a passagem de navios pelas águas traiçoeiras que ligam o Mar Negro ao Mar de Mármara, que por sua vez deságua no Mar Egeu, nos Dardanelos.

Bizâncio foi construída em uma elevação e possuía um porto bem protegido no Corno de Ouro. Como era cercada pelo mar em três lados — ao norte (o Corno de Ouro), ao leste (o Bósforo) e ao sul (o Mar de Mármara) — a única fortificação necessária para circundar a cidade era uma muralha no lado oeste. Além disso, Bizâncio controlava as rotas do lucrativo comércio marítimo de âmbar, peles, metais e madeira do norte; azeite, grãos, papiro e linho do Mediterrâneo; e especiarias importadas do Extremo Oriente, bem como o comércio terrestre entre o Ocidente e a Ásia. No final do século III, o imperador Septímio Severo reforçou as muralhas, que sempre haviam sido um ponto fraco, e acrescentou novos monumentos.

Constantino transformou Bizâncio em uma nova capital com seu próprio nome, assim como Adriano fundara Adrianópolis e Alexandre, o Grande, fundara Alexandria. Em uma série de cerimônias tradicionais realizadas em 324, uma linha foi traçada marcando o local das novas muralhas, que quadruplicaram a extensão da cidade e maximizaram o potencial de sua localização, cercando uma área de aproximadamente oito quilômetros quadrados, conforme descrito por Zósimo. Portões foram construídos na muralha ocidental e ao longo das margens do Mar de Mármara e do Corno de Ouro. Após seis anos de intensa construção, a cidade de Constantino, Constantinopla, foi inaugurada em 11 de maio de 330, com uma série de cerimônias que remetiam ao orgulho cívico e às festas urbanas dos antigos. Corridas de cavalos e bigas, o esporte favorito de todos os romanos, foram realizadas no Hipódromo. Os novos banhos de Zeuxippos foram abertos ao público, e alimentos, roupas e dinheiro

foram distribuídos entre os habitantes da cidade. Os residentes privilegiados da nova capital adotaram o nome bizantinos para simbolizar sua afinidade com a antiga colônia de Bizâncio, bem como para se distinguirem como seus verdadeiros habitantes.

A cidade de Constantino atraiu para o seu centro as grandes rotas comerciais, tanto marítimas quanto terrestres, que convergiam para o canal de águas profundas que separava a Europa da Ásia. Ao contrário da colônia grega de Crisópolis, no lado asiático do Bósforo, Constantinopla era protegida por sua localização geográfica em uma península rochosa e elevada. Uma grande vantagem de estar quase totalmente cercada por água era que a muralha ocidental, que percorria toda a extensão da península, circundava uma vasta área com uma linha de fortificação relativamente curta. Isso também dificultava que os defensores da cidade fossem surpreendidos por um ataque terrestre. Para tanto, era necessário um abastecimento regular de água, garantido por longos aquedutos e cisternas que coletavam água da chuva. Com fácil acesso às terras férteis e aos ricos pesqueiros circundantes, Constantinopla também se tornou uma fortaleza natural excepcionalmente difícil de ser atacada.

Mesmo com todas essas vantagens naturais, o elemento decisivo na defesa da cidade sempre foram seus habitantes, suas instituições, sua cultura e sua organização, todos desenvolvidos dentro das muralhas. Desde o início, Constantinopla também foi chamada de Nova Roma. Inspirada na Roma Antiga, foi projetada com quatorze distritos e sete colinas, ligados por amplas avenidas que iam do centro até os portões da muralha ocidental. Suas praças eram decoradas com esculturas antigas trazidas de todos os cantos do império. Em sua acrópole, com vista para o Bósforo, erguiam-se dois templos dedicados a Reia, a mãe dos deuses, e à *Fortuna Romae* (a Fortuna de Roma). No Fórum de Constantino, central, erguia-se uma espetacular coluna de pórfiro construída com cilindros de pedra púrpura trazidos do Egito. Em seu topo, uma estátua pagã de Apolo foi adaptada para representar o imperador. Diversas obras de arte decoravam os pórticos que circundavam aquele espaço público circular, que possuía arcos triunfais em seus lados leste e oeste, marcando a entrada para a Mese (a principal via pública).

Constantino trouxe esculturas de todo o império para embelezar sua nova capital, incluindo a Coluna da Serpente, erguida após a vitória grega sobre os persas em Plateia (479 a.C.), proveniente de Delfos, e um obelisco egípcio de Karnak, comemorando um triunfo muito anterior. O Hipódromo tornou-se um museu a céu aberto adornado com imagens greco-romanas de proteção, simbólicas e vitoriosas. Estátuas de deuses pagãos (Zeus, Hércules), animais selvagens ou fantásticos e governantes, incluindo Alexandre, o Grande, Júlio César e Augusto, bem como a própria Roma, na forma da loba com Rômulo e Remo, rivalizavam com os troféus de vitórias militares. Quatro cavalos de bronze antigos foram instalados na área de partida para inspirar tanto competidores quanto espectadores com a antiga arte das corridas (Prancha 30). Com amplas vias públicas ligando os diferentes distritos da cidade, cada uma ladeada por colunatas onde comerciantes e artesãos montavam suas barracas, a nova capital havia sido construída de uma forma que causaria grande impressão.

Em sua cidade, Constantino cunhou o sólido (em grego: *nomisma*), que ele já havia introduzido no Ocidente em 309. Era um novo tipo de moeda de ouro de 24 quilates, que se

tornaria a moeda mais forte da Antiguidade Tardia e do mundo bizantino. Até o início do século XI, todos os imperadores cunhavam moedas de ouro de pureza e qualidade comparáveis, mantendo um padrão estável por mais de 700 anos, o que constituiria uma conquista extraordinária (Figura 22). Como personificações de Roma e da Vitória eram frequentemente representadas em moedas imperiais, Constantino adaptou esse tipo usando a Tiche (boa sorte ou fortuna) de Constantinopla. Esta aparece como uma mulher entronizada, usando uma coroa ameada representando as muralhas da cidade e segurando uma cornucópia representando sua riqueza; uma alegoria do poder masculino em forma feminina, como Marina Warner elucidaria mais tarde. As moedas imperiais cunhadas em Constantinopla circularam amplamente o símbolo da nova capital. A cruz cristã tornou-se gradualmente mais proeminente e substituiu os símbolos mais antigos, embora a representação do rosto de Cristo só tenha sido usada no final do século VII (Figura 11a). A partir desse mesmo século, o *nomisma* tornou-se a única moeda de ouro disponível na Idade Média e era altamente valorizado em regiões onde apenas a prata era cunhada. Moedas de ouro bizantinas foram encontradas em diversas escavações na Escandinávia, Europa Oriental, Rússia, Pérsia e Ceilão.

Ao fundar sua Nova Roma, Constantino I trouxe muitas das características da Roma Antiga, do Tibre ao Bósforo. Ele concedeu terras e privilégios às famílias senatoriais que concordaram em se mudar para o leste e estabelecer um novo Senado em Constantinopla. O direito ao fornecimento gratuito de pão estava vinculado à construção de novas casas. Aqueles que construíssem uma residência na Nova Roma tinham garantidos vales-pão, que lhes permitiam recolher pão fresco diariamente em vários locais nos quatorze distritos da cidade. Silos de grãos e cisternas de água foram construídos para garantir o abastecimento de água da cidade. Em 359, um prefeito foi nomeado para governar a cidade, seguindo o modelo romano, e toda a administração imperial foi centralizada ali. Repetindo o padrão romano de "pão e circo" (ver capítulo 3), Constantino concluiu a construção do Hipódromo e contratou artistas profissionais (as facções circenses ou *demos*) para organizar as corridas e os espetáculos que eram tão apreciados na Antiguidade.

De 330 até sua morte em 337, Constantino continuou sua campanha contra as forças hostis no Oriente, mudando-se de palácio em palácio em vez de residir permanentemente em Constantinopla. Após sua vitória inicial em Roma, ele retornou à antiga capital apenas uma vez, para celebrar o décimo aniversário de sua ascensão ao poder (315); nessa ocasião, inaugurou a Basílica Nova e seu Arco da Vitória, que ainda hoje adornam o Fórum Romano. A cidade que ele fundou cresceu à custa da Roma antiga, mas também de outras cidades anteriormente usadas como residências imperiais: Trier e Nicomédia, favorecidas por Diocleciano; Sírmio, às margens do Danúbio; e Antioquia, na fronteira entre a atual Turquia e a Síria. Embora muitas famílias senatoriais permanecessem no Ocidente, Constantinopla atraiu artesãos, arquitetos, mercadores e aventureiros, enquanto a nova corte também precisava de homens instruídos para elogiar os novos imperadores cristãos, além de administrar o poder. Sem uma casta tradicional de famílias estabelecidas que preservassem sua linhagem ao estilo romano, Constantinopla era mais aberta ao talento individual; recém-chegados que demonstrassem seu valor ascendiam rapidamente. Essa mobilidade social significava que a cidade experimentava uma divisão menos acentuada entre aristocratas e

plebeus, embora os arrivistas ainda fossem ridicularizados e os escravos ainda fossem açoitados.

A natureza e a extensão do compromisso de Constantino com o cristianismo são objeto de debate; seu biógrafo Eusébio (bispo de Cesareia, 313– c . 340) o enfatiza acima de tudo, enquanto historiadores seculares registram sua devoção ao sol invencível, ou *Sol Invictus* , que ele compartilhava com seu pai. No final do século v, Zósimo culpa Constantino por todos os males do Império Romano, alegando que ele abandonou sua religião ancestral (a dos deuses pagãos) porque "um certo egípcio lhe assegurou que a religião cristã poderia absolvê-lo da culpa...". O historiador também explica por que o imperador se sentia tão culpado: Constantino havia matado seu filho Crispo, acusado de ter um relacionamento impróprio com sua madrasta, a imperatriz Fausta, a quem Constantino posteriormente mergulhou em um banho de água fervente até a morte. Constantino certamente foi batizado na nova fé, mas somente quando já estava à beira da morte. Essa prática não era incomum, visto que os cristãos desejavam evitar pecar após o batismo, então a cerimônia era adiada até o último momento possível.

Diversas versões da história de sua visão da cruz antes da Batalha da Ponte Mílvia sugerem que se trata de um mito, embora historiadores cristãos posteriores afirmem que foi o momento de sua conversão. Contudo, enquanto estava em Roma durante o inverno de 312-313, Constantino instruiu o governador de Cartago a devolver ao arcebispo local os bens cristãos que haviam sido confiscados durante uma recente perseguição, e a compensá-lo por quaisquer objetos que tivessem sido vendidos ou derretidos. Isso marcou uma mudança definitiva em relação à visão imperial anterior do cristianismo como uma força capaz de corromper o poder militar e negar a reverência devida aos antigos deuses e imperadores.

Embora Constantino apoiasse líderes cristãos e financiasse a construção de igrejas cristãs, seus filhos também permitiram a construção de um templo na Itália dedicado ao culto da família imperial, que incluía sacerdotes consagrados a sacrificar no antigo estilo pagão. Ao mesmo tempo, parece que alguns templos foram forçados a abrir mão de suas estátuas, enquanto suas portas e telhados foram despojados de quaisquer metais preciosos. O elemento sacrificial do culto pagão seria gradualmente restringido, e o abate de animais seria substituído por sacrifícios sem derramamento de sangue oferecidos ao Deus cristão. Visto que muitos filósofos pagãos também enfatizaram a necessidade de uma interpretação espiritual do "sacrifício", isso não pode ser considerado uma restrição exclusivamente cristã. Mas é, no entanto, indicativo do desaparecimento gradual do sacrifício de animais, que era o ato central do culto pagão. Portanto, quer tenha se convertido graças à visão de 312, quer apenas quando soube que iria morrer em 337, o fato é que Constantino foi, durante a maior parte de sua vida adulta, um defensor do cristianismo, apoiando comunidades anteriormente perseguidas. Ele dotou suas novas e grandiosas igrejas com objetos litúrgicos de metais preciosos cravejados de joias e tentou ajudá-los a definir sua fé de forma mais restrita.

Não se sabe ao certo quantos dos novos edifícios religiosos de Constantinopla foram construídos por Constantino. Ele provavelmente planejou a Igreja dos Santos Apóstolos, à qual foram posteriormente adicionados o mausoléu imperial, a Catedral de Santa Irene, e duas igrejas dedicadas aos cultos dos mártires locais, Mócio e Acácio. Fora de sua capital,

Constantino dedicou especial atenção a locais associados à vida terrena de Jesus Cristo, enviando sua mãe, Helena, à Terra Santa em 326.

Durante essa primeira peregrinação imperial, Helena fundou as igrejas de Belém, sobre a manjedoura da Natividade, e de Jerusalém, sobre o túmulo de Jesus Cristo perto do Gólgota, onde se diz que ela descobriu a Verdadeira Cruz. Ela também distribuiu dinheiro entre as tropas, o que pode ter sido o principal motivo de sua viagem. Ao fazer isso, ela estabeleceu um padrão para futuras peregrinações, que seriam facilitadas pela construção de hospedarias e hospitais. Em 335, o próprio Constantino seguiu seus passos; ele consagrou outro santuário ao Salvador e participou de um concílio em Jerusalém antes de celebrar o trigésimo aniversário de seu reinado.

Contudo, em uma ruptura decisiva com a tradição romana de cremação imperial, Constantino foi sepultado segundo os ritos cristãos no mausoléu destinado a abrigar as relíquias dos doze apóstolos. O imperador desejava repousar entre os discípulos escolhidos por Jesus Cristo; Eusébio o descreve como o décimo terceiro apóstolo, embora a própria percepção do imperador sugira que ele se considerava superior a eles. O filho de Constantino, Constâncio II, concluiu a Igreja dos Santos Apóstolos e, entre 356 e 357, transferiu para lá o que se acreditava serem os ossos dos santos Timóteo, Lucas e André. Governantes posteriores acrescentariam à impressionante coleção de relíquias: o véu, o cinto e o sudário da Virgem Maria, guardados em seu santuário em Blachernae, adquiriram particular importância. Os imperadores visitavam essas relíquias e o mausoléu todos os anos, onde incensavam os túmulos, acendiam velas e ofereciam orações por seus antecessores. Cerimônias como essas consolidariam a ideia de uma sucessão ininterrupta de governantes cristãos estabelecida por Constantino.

Por meio de um sistema de nomenclatura que se tornaria predominante em Bizâncio e que complica consideravelmente sua história, numerosos imperadores posteriores também receberam o nome de Constantino — onze no total. Era comum que o primogênito de um casamento recebesse o nome de seu avô paterno, o que explica alguns desses Constantinos. Outros foram aclamados como um "Novo Constantino", como que para enfatizar sua equivalência com o fundador de Bizâncio, ou acrescentaram Constantino ao seu nome próprio, como Heráclio Constantino no início do século VII. Além dos onze Constantinos, existem também oito imperadores chamados Miguel, oito chamados João e seis chamados Leão. Todos eles estão listados no final deste livro, numa tentativa de distingui-los tanto por suas datas quanto por suas realizações. Nenhum deles, contudo, alterou a posição incontestável do primeiro Constantino.

Gradualmente, o culto a este grande imperador e à sua piedosa mãe, Helena, tornou-se um modelo de governo cristão. Histórias lendárias sobre a sua devoção obscureceram o envolvimento de Constantino nos assassinatos do seu filho e da sua segunda esposa, bem como as origens obscuras da sua mãe. Um momento crucial a este respeito foi o Concílio de Calcedônia, quando Marciano e Pulquéria, o imperador e a imperatriz reinantes, foram aclamados como "um novo Constantino e uma nova Helena". ^[2] Marciano também foi comparado a Paulo e Davi, enquanto Pulquéria teria demonstrado a mesma fé e zelo que Helena. Os cortesãos e funcionários seculares que orquestraram tais aclamações no século V sem dúvida viam a importância de elevar seus senhores dessa maneira. E, ao fazer isso,

também contribuíram para a transformação do fundador de Constantinopla e de sua mãe em santos da Igreja Cristã, e é assim que eles aparecem em relatos e afrescos medievais posteriores, onde são frequentemente mostrados ladeando a Verdadeira Cruz.

Constantinopla, a maior cidade da cristandade

Ó Cidade Imperial, Cidade fortificada, Cidade do grande rei [...] Rainha das rainhas das cidades, canção das canções e esplendor dos esplendores!^[3].

NICETAS CHONIATES, início do século XIII

Uma grande crise atingiu Constantinopla cinquenta anos após a morte de Constantino I, quando os godos infligiram uma derrota esmagadora aos romanos na Batalha de Adrianópolis, em 9 de agosto de 378. O imperador Valente (364-378) avançou com um grande contingente de tropas para repelir os invasores bárbaros sem esperar por reforços ocidentais. Ele pereceu na batalha, juntamente com os comandantes orientais mais experientes, decapitando efetivamente a classe política. Apenas dois generais escaparam para relatar o desastre ao jovem imperador ocidental Graciano (375-383), enquanto os godos devastavam o território imperial até os próprios muros da cidade de Constantino.

Em resposta a esse desastre, o império recorreu às suas tradicionais habilidades diplomáticas, enquanto os bizantinos se refugiavam atrás de suas fortificações. Graciano, agora o único imperador sobrevivente, voltou-se para Teodósio, que havia abandonado a carreira militar para se aposentar do outro lado do Mediterrâneo, em suas propriedades na Espanha. Inicialmente, a negociação entre os dois envolvia sua nomeação como comandante militar do Oriente; mas, como Valente não tinha sucessor e o império dividido exigia os esforços conjuntos de dois imperadores, Teodósio certamente compreendeu o significado implícito do convite. Ele concordou em liderar o exército nos Bálcãs e, posteriormente, foi aclamado imperador por suas tropas. Após diversas campanhas contra os godos, Teodósio fez as pazes com os invasores e, em novembro de 380, entrou triunfalmente em Constantinopla, cidade que jamais vira. Após um interregno de dois anos, a Nova Roma tinha um novo soberano e seu futuro estava assegurado.

Teodósio I (379-395) era um cristão devoto que, em 381, convocou um concílio para condenar as definições arianas de fé e promulgar leis contra a celebração pública de ritos pagãos. Mas ele também deixou sua marca na cidade de Constantinopla da maneira mais tradicional. Construiu um novo fórum, que incluía sua estátua no topo de uma coluna, bem como um catavento monumental que também servia como relógio público, semelhante à Torre dos Ventos em Atenas. Na barreira central do Hipódromo, ao redor da qual as bigas corriam, ele também ergueu um obelisco egípcio trazido de Karnak, comemorando uma vitória egípcia de 1440 a.C., de acordo com a religião e língua mais antigas — e agora em grande parte esquecidas — do Mediterrâneo oriental. Este se tornaria mais um símbolo do triunfo militar romano. Na base que sustenta o obelisco, Teodósio ordenou que fosse representado presidindo as raças, ladeado por sua corte, com dançarinos e músicos, e com densas fileiras de bárbaros prestando-lhe tributo (prancha 6). Na face norte, diversas esculturas documentam a técnica utilizada para erguer um monólito tão pesado, que também está registrada em inscrições em grego e latim. Embora terremotos tenham frequentemente causado o desabamento de muitos edifícios em Constantinopla e a queda de muitas estátuas

de suas colunas, o obelisco ainda permanece onde os engenheiros o colocaram em 390, sobre quatro suportes localizados nos quatro cantos de sua base.

Sob a nova dinastia fundada por Teodósio, o mundo romano se transformou. Antes de sua morte, em 396, o imperador dividiu o império entre seus dois filhos, de modo que Honório se tornou imperador do Ocidente, enquanto Arcádio se tornou imperador do Oriente. No início do século V, a parte ocidental sucumbiu à crescente pressão de forças não romanas, como os godos, hunos, vândalos e francos, que gradualmente estabeleceram seu domínio bárbaro em diferentes regiões. Roma foi saqueada duas vezes, em 410 e 455, e em 476 tropas germânicas lideradas pelo chefe huno Odoacro depuseram o último imperador romano do Ocidente. A Nova Roma expandiu-se e prosperou às custas da Antiga, e alguns contingentes bárbaros foram até mesmo subornados pelos imperadores do Oriente para se deslocarem para o oeste, deixando o Oriente ileso. Através desse longo processo, a parte oriental do mundo romano se tornaria o que hoje chamamos de Bizâncio (ver capítulo 3).

Constantinopla cresceu tão rapidamente que, em 412, novas muralhas tiveram que ser construídas um quilômetro e meio mais a oeste do que as defesas originais de Constantino. Um ano depois, uma nova e imponente linha tripla de fortificações, com seis quilômetros de extensão, foi concluída. Consistia em uma muralha interna de onze metros de altura com torres a cada 70-75 metros; uma muralha intermediária mais baixa, também com torres; e, finalmente, uma muralha externa e um fosso profundo. Essas fortificações protegeriam a cidade de todos os seus inimigos até 1204 e permanecem impressionantes até hoje. Muralhas marítimas também foram construídas ao longo das barreiras naturais do Corno de Ouro e do Mar de Mármara. O terreno assim incorporado aumentou a área da cidade em cerca de cinco quilômetros quadrados, incluindo agora os antigos cemitérios, onde os construtores contavam histórias arrepiantes de túmulos violados e da descoberta de estátuas funerárias e ossos em seu interior. Grande parte da área era dedicada à horticultura, com vinhedos, pomares e hortas, que também se estendiam para além das muralhas. Sob o imperador Anastácio (491-518), as chamadas Longas Muralhas foram construídas entre Selimbria, às margens do Mar de Mármara, e o Mar Negro, numa extensão de 45 quilômetros. Essas muralhas foram concebidas como o anel mais externo das defesas de Constantinopla, embora historiadores modernos tendam a interpretá-las como um sinal de fraqueza, já que, uma vez alcançadas as Longas Muralhas, os invasores ficavam a apenas 65 quilômetros a oeste da capital.

Todos os imperadores procuraram adicionar seus próprios monumentos à cidade, como colunas honorárias, melhorar seus mercados e portos, bem como construir igrejas, mosteiros e ampliações do palácio imperial. No século IV, Valente é associado à construção de um grande aqueduto, que trazia água das fontes frias de Vize, na Trácia, a uma distância de 120 quilômetros em linha reta (Figura 5). Embora este enorme projeto de engenharia para garantir o abastecimento de água ainda possa ser visto entrando na cidade antiga a uma certa altura acima do nível do solo, um complexo sistema subterrâneo de drenagem canalizava as águas residuais para longe da cidade. A água era usada em banhos e fontes públicas e privadas e armazenada em grandes cisternas revestidas com cimento impermeável. Uma das maiores cisternas abertas, projetada para coletar água da chuva, foi construída em 421 na área recém-murada de Constantinopla, provavelmente por Aécio, o

prefeito da cidade, com capacidade para 250.000 a 300.000 metros cúbicos. Justiniano acrescentou a Cisterna da Basílica, coberta e com 336 colunas, algumas delas construídas sobre antigos blocos de estátuas, como uma colossal cabeça de Medusa. Esta cisterna tinha capacidade para cerca de 78.000 metros cúbicos. Uma visita a este monumento subterrâneo, com música e iluminação apropriadas, é uma das atrações turísticas da Istambul moderna. Mas também proporciona uma boa ideia da capacidade da cidade de resistir a um cerco.

Com suas magníficas defesas e sua crescente capacidade de armazenar água e grãos, Constantinopla resistiu a inúmeros ataques, notadamente o assalto combinado das forças ávaras, eslavas e persas em 626, bem como a vários grandes cercos. O ataque de 626 foi breve, mas extremamente delicado, pois o imperador Heráclio (610-641) não estava na cidade. Ele havia embarcado em uma longa campanha contra os persas no leste, deixando Constantinopla sob o comando do patriarca Sérgio e do general Bonus. Os ávaros e eslavos bloquearam a capital por terra e cortaram o abastecimento de água destruindo o aqueduto, enquanto uma força persa alcançou a margem asiática do Bósforo. Bonus ordenou que as forças navais impedissem os eslavos de transportar os persas através do Bósforo, negociassem com o chagan ávaro e lançassem ataques contra os sitiados. Entretanto, o patriarca organizou toda a população civil em uma procissão ao longo das muralhas da cidade, carregando ícones de Jesus Cristo e cantando o Hino Acatisto, que invoca a assistência divina da Virgem Maria. Quando os ávaros construíram máquinas de cerco e atacaram as muralhas, houve relatos de pessoas que afirmaram ter visto uma mulher liderando a defesa, a quem identificaram como a própria Virgem. A sobrevivência de Constantinopla contra inimigos tão formidáveis pode ter exigido poderes sobrenaturais; o que é certo é que esses poderes se tornaram uma característica definidora da cidade, que já se autodenominava Theotokoupolis, ou "Cidade da Mãe de Deus", cujas relíquias abrigava.

A partir de 626, as forças árabes empreenderam a luta para conquistar Constantinopla, que pretendiam tornar sua capital. Ao longo do século VII, ocorreram vários cercos fracassados. Sob o reinado de Anastácio II (713-715), os bizantinos souberam que um grande ataque à cidade estava sendo planejado, e o imperador ordenou que todas as famílias que não pudessem garantir seu próprio sustento por três anos deixassem a cidade — um sinal claro de que estavam se preparando para um longo cerco. Pouco antes da chegada das forças árabes (dois exércitos por terra e a marinha por mar) na primavera de 717, Leão III foi empossado como imperador. Ele empregou a combinação usual de estratégias militares e diplomáticas, persuadindo os cazaes a hostilizar os árabes pela retaguarda e a lançar fogo grego contra seus navios. Após um inverno extremamente rigoroso, no qual os sitiados foram forçados a comer seus camelos, eles retomaram o ataque. Contudo, no verão seguinte, o califa ordenou sua retirada, e no caminho de volta sofreram novas derrotas. Bizâncio comemorava a vitória de 718 com uma série de serviços litúrgicos realizados todos os anos em 15 de agosto, data que também coincidia com a festa da *Dormição* da Virgem Maria (conhecida no Ocidente como Assunção). Embora a Igreja atribuísse a sobrevivência da cidade ao poder protetor da Virgem, Leão III reivindicou o mérito de ter organizado a defesa da cidade.

Após uma série de disputas internas no mundo árabe, os búlgaros tentaram conquistar Constantinopla, fazendo tentativas sérias no início do século IX e novamente na década de

920. No entanto, como a manutenção de suas longas linhas de suprimento se mostrou difícil, eles não conseguiram planejar um cerco prolongado e, em ambas as ocasiões, tiveram que recuar após algumas semanas. Mais tarde, foi a vez dos russos, cruzando o Mar Negro e atacando a cidade em 860, 941 e 1043. Em todas essas ocasiões, Constantinopla conseguiu resistir. No início do século XIII, porém, o cerco dos cruzados latinos em 1204 finalmente conseguiu forçar uma entrada — pelo Corno de Ouro — mas apenas por meio de astúcia, traição e fraqueza interna, e não por força militar. Esta triste história do ataque cristão a Bizâncio é contada no capítulo 24. Apesar do saque devastador e dos cinquenta e sete anos de ocupação latina de Constantinopla, entre 1261 e 1453 a cidade recuperou seu caráter bizantino e parte de sua antiga glória. Finalmente, em maio de 1453, as fortificações do século V não foram páreo para a pólvora e as balas de canhão dos turcos.

Ao longo de sua história bizantina, a população da cidade cresceu e diminuiu em resposta a diversas pressões. Seu crescimento constante a partir do século IV fez com que, na época do Imperador Justiniano (527-565), a população atingisse aproximadamente meio milhão de habitantes. Embora todas as estimativas demográficas sejam meras conjecturas, a cifra de 500.000 habitantes baseia-se na capacidade da frota mercante que trazia alimentos básicos para a cidade, bem como na atividade administrativa e de construção dentro dela. A Nova Roma atraiu habitantes, tornando-se de longe a maior cidade do mundo durante a Antiguidade Tardia, mesmo com o declínio da Roma Antiga. Então, em 541, um surto de peste bubônica afligiu todo o império, deixando inúmeras mortes à medida que se espalhava de região para região, transmitida por ratos em navios e em mercadorias transportadas por terra. Quando o historiador Procópio, que testemunhou esses horrores, tentou descrevê-los, adaptou para esse fim o famoso relato de Tucídides sobre a peste do século V. Ao modelo antigo, Procópio acrescentou suas próprias observações: como os vivos eram poucos demais para enterrar os mortos, que tinham de ser atirados por cima dos muros ou em cisternas. A população deve ter sofrido um declínio acentuado, não só em 541-542, mas também em novos surtos recorrentes da doença durante os séculos VII e VIII. Além dessa causa implacável de morte, uma série de terremotos atingiu a capital, causando ainda mais terror, destruição e perda de vidas. Em 740, um forte tremor reduziu a Catedral de Santa Irene aos seus alicerces, enquanto muitos outros edifícios desabaram, levando a população da cidade a um dos seus pontos mais baixos.

Constantino V (741-775) reverteu essa tendência por meio de um plano específico de reconstrução, começando pela Basílica de Santa Irene, que foi restaurada e tornou-se ainda mais magnífica do que antes. Em 766, num passo ainda mais significativo para a revitalização da cidade, ele organizou a migração forçada de milhares de trabalhadores para reparar o grande aqueduto, que havia sido rompido durante o cerco de 626. Eles foram recrutados do Ponto, da Ásia Menor, da Grécia e das ilhas do Egeu, e provavelmente permaneceram na cidade após a conclusão da obra. Constantino também mandou consertar um relógio no Grande Palácio e, em 757, enviou um órgão como presente aos francos em uma embaixada, refletindo seu interesse por tais instrumentos. Estes provavelmente funcionavam com energia hidráulica, como as fontes e os ornamentos mecânicos dourados da corte bizantina. Novas igrejas, como a Igreja do Farol, construída ao lado do Farol dentro do Grande Palácio, refletiram essa ambiciosa estratégia de regeneração, que atraiu novos habitantes e

mercadores para a cidade. Por meio da expansão interna e da revitalização dos mercados, Constantinopla recuperou sua posição como um centro de comércio internacional.

Como centro de toda a administração, diplomacia, mecenato da corte e ensino de artes e ofícios em todo o império, a cidade oferecia inúmeras oportunidades para pessoas das províncias e de outros territórios mais distantes em busca de trabalho ou mecenas, bem como para mercenários e líderes espirituais. Em meados do século IX, um lutador e domador de cavalos chamado Basílio usou seus talentos para fazer amizade com o imperador Miguel III, a quem ele acabaria por suplantar em 867. Mesmo aqueles sem habilidades especiais buscavam emprego nas grandes casas e mosteiros da cidade. Moças competiam por posições na corte, onde numerosas damas de companhia serviam à imperatriz e atraíam a atenção de potenciais maridos. Vários estrangeiros, identificados por apelidos como "o italiano" ou "o eslavo", ascenderam a altos cargos. Os laços estreitos com o Cáucaso enriqueceram ainda mais essa sociedade multicultural, na qual os militares frequentemente desfrutavam de carreiras de sucesso. Os imperadores Filipo (711–713) e Romano I (920–944) — este último um comandante naval — eram ambos da Armênia, enquanto Leão III (717–741) pertencia a uma família síria que havia migrado para a Isáuria, no sul da Ásia Menor. No século IX, Constantinopla foi novamente dotada de numerosas vilas e palácios construídos por patronos individuais, bem como por patriarcas, funcionários imperiais e administradores.

século XI e ao longo do século XII, quando os turcos seljúcidas penetraram na Ásia Menor (ver Capítulo 21), muitos refugiados fugiram para Constantinopla. Apesar do evidente aumento populacional, a cidade aparentemente conseguiu alimentar a todos, refletindo a eficiente exploração das propriedades nas províncias orientais do império, muitas das quais pertenciam a instituições religiosas, como os mosteiros do Monte Atos. No final do século XII, um dos maiores, a Grande Lavra (ver Capítulo 18), possuía inclusive uma pequena frota de navios com a qual transportava o excedente de grãos de suas terras próximas ao Monte Atos. ^[4] para a capital. Embora seja impossível obter números exatos sobre a população de Constantinopla, os visitantes ocidentais ficaram maravilhados com o número de pessoas que viram e com a quantidade de gente nas ruas.

Em sua história da Quarta Cruzada, Geoffrey Villehardouin, que morreu entre 1212 e 1218, estimou que havia cerca de quatrocentos mil habitantes e deixou clara sua impressão de que a cidade era, sem dúvida, a maior da cristandade.

Dentro de suas muralhas, Constantinopla abrigava inúmeros mosteiros, igrejas e santuários, atraindo peregrinos e eremitas de todos os cantos do mundo cristão. No século V, Daniel, um monge sírio, ergueu sua coluna diante das muralhas da cidade e, do alto dela, começou a oferecer conselhos, inclusive aos próprios imperadores. Tais ascetas eram muito respeitados pelos bispos que administravam a Igreja. O Patriarca de Constantinopla dirigia a educação religiosa e reuniu uma vasta biblioteca de textos teológicos. Ao mesmo tempo, havia uma importante tradição de aprendizado secular que remontava à Antiguidade. Em 425, Teodósio II fortaleceu essa educação ao estabelecer 31 cátedras para especialistas no estudo da gramática grega e latina, retórica, filosofia e direito, em salas especiais no Monte Capitolino. Sob o patrocínio imperial, Constantinopla permaneceu o centro de todos os estudos jurídicos superiores, bem como o centro avançado da matemática e da filosofia.

Entretanto, Pulquéria, irmã mais velha de Teodósio, fomentava a devoção à Virgem Maria com liturgias especiais que duravam a noite toda.

Com o apoio da Imperatriz Verina, esposa de Leão I (457–474), esse culto se enraizou em dois importantes santuários de Constantinopla: Blachernae, no canto noroeste da cidade murada, e Chalcostrateia, o bairro dos trabalhadores do cobre próximo ao Grande Palácio. Além de relíquias de seu véu, cinto e manto, certos ícones da Virgem com o Menino, bem como o ciclo litúrgico de suas festas, comemoradas em sermões e orações, fortaleceram ainda mais a devoção popular a ela. Algumas das pinturas eram atribuídas a São Lucas e datavam de sua época. Imperadores posteriores continuaram a expandir a coleção imperial de relíquias; no início do século X, Leão VI instalou dois ícones milagrosos particularmente importantes em ambos os lados da entrada principal da Hagia Sophia (ver Capítulo 5). Os visitantes ocidentais durante o período das Cruzadas expressaram espanto com as coleções de importantes relíquias e ícones, bem como surpresa com o número de eunucos da corte (ver capítulo 15).

Os visitantes muçulmanos também forneceram comentários fascinantes sobre Constantinopla e os bizantinos. No século XI, o diplomata al-Marwazi explicou:

Os *Rum* são uma grande nação. Possuem vastas terras, abundantes em bens materiais. São hábeis em artesanato e hábeis na fabricação de diversos itens, tecidos, tapetes e navios.^[5]

Com a palavra *rum*, al-Marwazi referia-se aos romanos, termo usado pelos bizantinos para se autodenominarem. Para ele, apenas os chineses os superavam nas artes aplicadas, e como já havia visitado a corte do Grande Khan, estava em posição privilegiada para julgar. Ele também explicou a riqueza de Bizâncio, relatando que o império obtinha sua renda de “tarifas cobradas de mercadores e navios de todas as regiões... e de caravanas que chegavam por terra [...] da Síria, dos eslavos e russos, e de outros povos”. Para muitos visitantes ocidentais, a riqueza dos cidadãos de Constantinopla, que vestiam seda e comiam caviar, parecia quase fantástica. Para alguns de seus habitantes mais cultos, como Nicetas Choniates, que narrou a história de Bizâncio de 1118 a 1206, Constantinopla era de fato a “Rainha das Rainhas das Cidades”, um jogo de palavras com o termo grego *basilissa*, que significa “imperial”, “governante” e “imperatriz” ou “rainha”. Sua grandeza derivava de sua beleza, marcada por monumentos e coleções de arte, bem como de sua riqueza. Isso contribuiu para um certo grau de inveja no Ocidente, que foi ainda mais alimentada pela falha de Aleixo IV em pagar as forças da Quarta Cruzada, o que levou ao saque da cidade em abril de 1204.

Embora Constantinopla nunca tenha recuperado a população que tinha antes do período de Constantinopla, manteve seu proeminente prestígio intelectual praticamente até sua queda para os turcos, e continuou a atrair mercadores, artistas e estudiosos, que financiaram novas construções e a redecação de igrejas. Teodoro Metochites (1270–1332), estadista e erudito, restaurou o antigo Mosteiro de Chora (Kariye Camii), na parte noroeste da cidade, com magníficos mosaicos e afrescos (pranchas 26 e 33). Inspirando-se na história e na força da cultura imperial, diversos arquitetos e artesãos contribuíram para a criação de novas formas da civilização bizantina, por exemplo, com as capelas funerárias contendo túmulos para seus patronos, que foram adicionadas a muitas igrejas. O veredicto dos visitantes árabes

permaneceu favorável; no início do século XIII, al-Harawi relatou que "Constantinopla é uma cidade ainda maior do que sua reputação", acrescentando: "Que Deus, em Sua graça e generosidade, se digne a torná-la a capital do Islã!" Mais tarde, al-Qazwini (1203-1283) afirmou: "Nada parecido jamais foi construído antes ou depois", enquanto o grande historiador e sociólogo Ibn Khaldun (1332-1406) a descreveu como "uma cidade magnífica, sede dos Césares, contendo obras famosas por sua construção e esplendor". ^[6].

Essa valorização contribuiu para a decisão dos otomanos de torná-la sua capital. Após o cerco de 1453, o sultão Mehmet II permitiu três dias de saques e, em seguida, passou muitos anos reconstruindo e repovoando a cidade. Suas igrejas com cúpulas inspiraram sua própria contribuição, a Mesquita do Conquistador (Fatih Camii), erguida no local da Igreja dos Santos Apóstolos, à qual o mausoléu imperial foi posteriormente adicionado. Mesmo após a conquista, Constantinopla permaneceu como a capital do Império Otomano. Por quinhentos anos, seria conhecida como a Sublime Porta, um centro de diplomacia internacional e atividade política no Oriente Próximo. Constantinopla incorporava uma combinação estimulante de comércio internacional, atividade comercial local, burocracia e cerimônia.

Hoje, Istambul já não é a capital da Turquia, e suas antigas muralhas estão cercadas por novas rodovias e extensos subúrbios. O Boulevard Atatürk passa por baixo e entre os arcos do principal aqueduto; a torre construída pelos genoveses em Gálata, o distrito ao norte do Corno de Ouro (também chamado de Pera), ergue-se entre os edifícios modernos que agora a rodeiam, enquanto as cúpulas da Hagia Sophia e da Mesquita Azul disputam a atenção na cidade antiga. Mas a cidade de Constantino permanece reconhecível, com seus pontos turísticos, espaços públicos e monumentos que continuam a evocar a grandeza de 1.700 anos de história.

3

O Império Romano do Oriente

Lancem contra eles seus dardos e flechas [...] para que saibam que estão lutando [...] contra os descendentes dos gregos e romanos. [\[7\]](#).

O imperador Constantino XI Paleólogo discursando para suas tropas em 28 de maio de 1453, *Crônica de Pseudo-Sfrantzes*. A expansão do Império Romano e a disseminação da cultura romana para a Grã-Bretanha, o Norte da África, os Balcãs, o Egito, a Europa Central e o Oriente Próximo permanecem um fenômeno surpreendente. Com sua capacidade de arrecadar impostos de todas as suas províncias para financiar novas campanhas militares e manter a burocracia central, a administração romana alcançou um controle sem precedentes sobre territórios de naturezas vastamente diversas. A força do império residia no sistema que lhe permitia integrar as regiões conquistadas à sua esfera de influência. Dominou a arte de recrutar talentos locais das províncias para a sua causa, enquanto simultaneamente relegava essas regiões a um status subordinado.

Embora o latim fosse usado em todo o Ocidente, o grego permaneceu a língua franca de todas as regiões orientais. Até o século VI, o Império Bizantino utilizava ambas as línguas antigas. Os administradores enviados do Ocidente para a parte oriental do império geralmente recebiam vocabulários que apresentavam os equivalentes gregos das palavras latinas e explicavam a terminologia local. A tradução do grego para o latim foi em grande parte obra de estudiosos cristãos que desejavam tornar as Escrituras e os textos teológicos acessíveis aos ocidentais. Em contrapartida, muito menos literatura latina foi traduzida para o grego. Assim, por exemplo, a maior parte das obras de Cícero, Ovídio, Virgílio e Horácio era desconhecida para os falantes de grego que não eram políglotas. Mesmo assim, a maioria dos homens instruídos era bilíngue. Amiano Marcelino (c. 330–392 ou posterior), um estudioso nascido em Antioquia que se identificava como grego e soldado, escreveu uma história de sua época em latim que documenta as campanhas do imperador Juliano. Ele também evocou de forma brilhante a beleza de locais antigos como o Templo de Serápis em Alexandria, destruído pelos cristãos em 391, e o Fórum de Trajano em Roma.

Embora os imperadores buscassem manter a unidade de seu vasto império, reconheciam também as dificuldades de impor um governo uniforme, mesmo nas regiões mais remotas. A solução idealizada por Diocleciano (284-305) dividiu o império em duas metades, cada uma governada por um imperador e um assistente, ou imperador "menor". Os dois imperadores "maiores" deveriam agir de forma coordenada, promulgando leis que seriam observadas em ambas as partes do mundo romano, ao mesmo tempo que defendiam seus próprios territórios. Essa "regra dos quatro" (ou tetrarquia) tinha como objetivo estabilizar a administração civil e a defesa militar. De fato, funcionou bem o suficiente para permitir que tanto Diocleciano quanto seu homólogo, o outro imperador "maior", se aposentassem após vinte anos de serviço, quando seus assistentes se tornaram imperadores. Mas, como vimos no Capítulo 1, Constantino aboliu esse sistema ao decidir se tornar o único governante, restaurando assim a monarquia.

Este sistema, contudo, não se mostrou mais eficaz do que a Tetrarquia na resolução dos problemas do Império Romano no século IV. Os descendentes de Constantino enfrentaram dois tipos distintos de ameaças militares. No Oriente, os romanos precisavam conter a Pérsia, sempre considerada o "outro olho" do mundo conhecido. No Norte e no Ocidente, as tribos germânicas estavam ainda mais ansiosas para invadir e ocupar o território romano. Por não possuírem escrita, moeda, leis ou um sistema de governo reconhecível, eram tradicionalmente consideradas bárbaras e primitivas. Mesmo assim, Juliano (361-363) foi obrigado a empreender campanhas separadas contra os alamanos a leste do Reno, antes de se tornar imperador, e contra os persas além do Eufrates. Nenhum imperador conseguia defender todas as fronteiras de seu vasto império simultaneamente.

Em 395, Teodósio I impôs uma solução diferente, dividindo formalmente o império entre seus dois filhos: Honório foi proclamado imperador do Ocidente e Arcádio do Oriente. Mas, como os dois jovens imperadores precisavam de guardiões e conselheiros, generais militares aproveitaram-se da situação. Estilício — meio vândalo, meio romano — assumiu o controle do Ocidente, enquanto Eutrópio — um escravo liberto e eunuco — assumiu o controle do Oriente. Ambos exemplificavam o recrutamento de forças não romanas, especialmente godos, para o exército, o que permitiu que soldados bárbaros ascendessem aos mais altos escalões militares. Embora esse processo tenha ocorrido em ambas as partes do império, a influência bárbara se provaria muito mais perigosa no Ocidente. Uma rebelião na Britânia forçou a retirada das tropas imperiais em 406, coincidindo com uma grande incursão de vândalos, suevos e alanos, que cruzaram as águas congeladas do Reno e avançaram para a Gália, penetrando na Hispânia. Isso marcaria o início do fim para a parte ocidental do Império Romano.

Mas o desafio mais sério ao poder imperial viria dos visigodos (ou godos ocidentais), cujo líder, Alarico, foi nomeado *magister militum per Illyricum* (isto é, comandante supremo da província oriental da Ilíria, uma vasta região nos Balcãs). Em 410, ele liderou os visigodos até a Itália, bloqueou Roma e rejeitou as negociações e a oferta de ouro do Senado. Em agosto daquele ano, Roma, a Cidade Eterna, capital do maior império do mundo antigo, foi saqueada por suas tropas insatisfeitas. Esse desastre levou Santo Agostinho, bispo de Hipona, no norte da África, a escrever sua obra *A Cidade de Deus*, na qual alertou os cristãos ocidentais contra a valorização excessiva da glória terrena.

O saque de Roma foi seguido por um número crescente de conquistas bárbaras, notadamente as de Átila, o Huno, o segundo saque de Roma pelos Vândalos do Norte da África em 455, e a deposição do último imperador romano estabelecido na própria Roma, Rômulo Augusto, em 476. A partir de então, a parte ocidental do mundo romano seria dividida entre vários governantes bárbaros. Alguns deles, como Alarico e o ostrogodo (ou godo oriental) Teodorico, foram encorajados pelos imperadores do Oriente a se mudarem para o oeste e deixarem Constantinopla em paz. Outros, como os burgúndios e os francos, cruzaram o Reno para se estabelecerem no que havia sido a Gália central e setentrional. Os poucos funcionários que representavam o que restava do domínio romano recuaram até Arles, no sul da França, e negociaram os melhores acordos possíveis com os recém-chegados. Muitos daqueles que detinham status senatorial buscaram refúgio na Igreja.

A parte oriental do império, contudo, não sofreu o mesmo declínio e colapso. Pelo contrário, sobreviveria por mais um milênio, com base em sua poderosa metrópole, Constantinopla, e sustentada pelas ricas províncias do Oriente Próximo. Controlava a bacia oriental do Mediterrâneo, aproximadamente a área a leste da linha que vai de Singidunum, no Danúbio (atual Belgrado), a Cirene, no norte da África (atual Líbia), passando pelo Adriático (ver Mapa 2). A maior parte dos Bálcãs, a Grécia, as ilhas do Egeu e toda a atual Turquia compunham a metade norte dessa região, enquanto as áreas leste e sul consistiam em toda a Síria, Palestina, Egito e Líbia. Do outro lado do Mar Negro, o poder romano manteve um pequeno enclave na Crimeia, o que permitiu a continuidade da navegação no Mar Euxino, ou "mar hospitaleiro". No Mediterrâneo, Creta, Chipre e Sicília eram pontos-chave nas rotas marítimas, enquanto os portos de Alexandria, Gaza, Cesareia e Antioquia mantinham seu comércio sob a autoridade de Constantinopla. Até o século VII, o comércio internacional também se estendia a vários centros ocidentais, como Cartago, no norte da África, e Cartagena e Sevilha, na Península Ibérica.

Esta parte oriental do Império Romano é Bizâncio, embora só tenha recebido esse nome no século VI, quando estudiosos humanistas tentavam identificar o que restava do Ocidente após o colapso da Roma Antiga. Apesar de o termo cunhado por eles ser usado desde então, é importante lembrar que os habitantes do império se autodenominavam "romanos" (em grego: *romaioi*) e se viam como tal. A atribuição de qualidades romanas não era mera vaidade ou esnobismo. De 330 a 619, Bizâncio desfrutou de realidades tão imperiais quanto sua ideologia, particularmente no que diz respeito ao "pão e circo", uma forma abreviada de se referir à política de fornecer alimentos básicos e entretenimento público gratuito a todos os habitantes da capital oriental.

Como já vimos, Constantino I insistiu em manter o subsídio de pão para todos aqueles que construíssem novas residências em Constantinopla. Organizar um suprimento suficiente de grãos do Egito era uma das principais tarefas do Estado. Isso proporcionava trabalho para os proprietários dos navios graneleiros, os marinheiros e capitães da marinha que faziam a viagem anual a Alexandria e os estivadores que descarregavam a carga na ilha de Tenedos, na entrada dos Dardanelos. Lá, o pão era armazenado em enormes silos até que ventos favoráveis permitissem seu transporte para a capital. De lá, era distribuído às guildas de moleiros e padeiros, que garantiam o fornecimento diário de pão. Aqueles que comprovassem residência na cidade recebiam uma ficha de bronze, que precisavam apresentar para receber sua ração gratuita de pão nos pontos de distribuição designados. A distribuição gratuita de pão não se baseava na necessidade, mas sim em um privilégio para aqueles que pudessem comprovar que eram bizantinos, ou seja, que viviam na cidade.

Após a ocupação persa do Egito em 619, a frota de transporte de grãos cessou, mas o fornecimento de pão continuou. Diversas fontes alternativas de grãos, principalmente da Trácia, garantiram sua disponibilidade, e o pão era então assado. A partir desse momento, porém, os habitantes da cidade tiveram que pagar pelo pão. Embora revoltas eclodissem sempre que a qualidade caía, e ataques ao eparca (ou prefeito) da cidade ocorressem durante períodos de escassez, a prática de fornecer os alimentos mais básicos da antiguidade à cidade mais importante da época persistiu por séculos. Mesmo quando a população de Constantinopla atingiu seu pico, provavelmente se aproximando de meio milhão sob

Justiniano antes da peste, e depois cerca de quatrocentos mil no século XII, pão suficiente era assado para atender às suas necessidades.

Juntamente com o fornecimento de pão, o Estado também garantia o entretenimento público, que acontecia no Hipódromo de Constantinopla, renovado por Constantino I. Este hipódromo foi construído em grande escala, acomodando senadores e dignitários nas arquibancadas de mármore mais próximas da pista, enquanto o restante da população ocupava bancos de madeira mais acima, com mulheres e crianças em pé na seção superior. Os bizantinos eram entusiastas apaixonados por corridas de cavalos e bigas, e os respectivos torcedores de cada equipe eram identificados por uma cor específica: Vermelhos, Brancos, Verdes e Azuis, importados de Roma, que se organizavam em guildas profissionais. No século VI, apenas os Verdes e os Azuis eram relevantes, embora, por outro lado, tivessem se tornado organizações grandes e poderosas, com total responsabilidade não apenas pelas corridas, mas também pela organização de exposições de ginástica, atletismo, boxe, animais selvagens, pantomima, dança e canto que preenchiam os intervalos entre as corridas.

Graças ao relato de Procópio, temos uma descrição detalhada de uma famosa artista de entretenimento: Teodora, nascida por volta de 497. Alguns historiadores consideram sua versão uma história infundada destinada a condená-la, mas, dado que o imperador teve que mudar as leis para torná-la sua esposa, é muito provável que ela viesse de uma família de baixa posição social, mesmo que não agisse como Procópio insiste. Seu relato revela algo sobre como os Verdes e Azuis organizavam o entretenimento popular, documentando as várias tarefas que seus membros tinham que desempenhar: o pai de Teodora, Acácio, aparece como responsável pelos cuidados com os ursos, que eram obrigados a dançar ou lutar em certas exposições; após sua morte, sua viúva tentou forjar uma nova aliança com a facção Azul, sem sucesso. Ela então levou suas três filhas ao palco, conseguindo assim reempregar sua família.

Diz-se que Teodora não possuía nenhum talento especial como dançarina ou flautista (os papéis que lhe são atribuídos na base do obelisco erguido no Hipódromo), mas tornou-se uma famosa artista de circo, apreciada por seus atos sensuais e palhaçadas. Esse tipo de entretenimento era bem diferente do das dançarinas teatrais, que recriavam histórias dos antigos mitos gregos por meio de mímica e acompanhamento musical. Teodora, portanto, se destacou na forma mais vulgar de entretenimento, e é possível que tenha sido assim que atraiu o sobrinho do imperador, Justiniano, que compartilhava de seus gostos. Uma vez que a lei foi alterada para permitir que Justiniano se casasse com ela, Teodora tornou-se sua consorte e, posteriormente, imperatriz. Discutiremos seu papel e seu famoso retrato, agora em Ravena, mais adiante.

A política romana de pão e circo transformou-se gradualmente numa política cristã de sopa e salvação, à medida que a Igreja procurava conter o entusiasmo popular pelas corridas de cavalos, jogos de azar e espetáculos considerados indecentes. As apresentações de peças da Grécia Antiga declinaram, e os teatros e odeões, outrora elementos tão proeminentes das cidades antigas, tornaram-se pedreiras de materiais de construção. Com a ruína desses locais, eram frequentemente associados a espíritos malignos, enquanto poderes proféticos eram atribuídos a certas estátuas antigas — ambos considerados perigosos pelos cristãos. Nos seus ataques às tradições urbanas, como os banhos públicos, bem como às rurais, como

a celebração da vindima, a Igreja também tentou pôr fim a comportamentos imorais e inapropriados. Apesar disso, nunca conseguiu erradicar a paixão dos bizantinos pelo espetáculo do Hipódromo.

Os Azuis e Verdes, que organizavam as corridas, também tinham outras funções mais sérias, como aclamar o imperador sempre que ele se sentava no camarote imperial do Hipódromo, ao qual tinha acesso direto do interior do palácio. Essa responsabilidade deu origem a uma dimensão política, na qual certos indivíduos ou grupos usavam as facções para expressar seu descontentamento. Através das intervenções organizadas que se seguiam às aclamações obrigatórias, os Verdes ou Azuis podiam entoar críticas, por exemplo, em relação aos preços. Um debate do século VI a.C. registra a condenação de certas práticas, bem como a resposta do imperador, transmitida pelo camareiro-chefe (*praipositos*). Assim, parte do potencial para dissidência política era canalizado para o espaço comum do Hipódromo, onde podia ser controlado. Dessa forma, queixas contra funcionários corruptos ou impostos excessivos podiam ser debatidas. Contudo, o Hipódromo não representava um verdadeiro espaço para deliberação genuína ou debate sério, algo que a natureza autocrática do governo bizantino jamais permitiria.

Contudo, o local proporcionava um espaço para espetáculos públicos empolgantes, compartilhados por todas as classes sociais de Bizâncio, incluindo o imperador. Em certas ocasiões, o soberano até participava das corridas de bigas; no século IX, as facções foram instruídas a permitir que o imperador Teófilo (829-842) desse a vitória aos Azuis. As facções também eram responsáveis por organizar apresentações privadas para os convidados imperiais dentro do palácio, em conjunto com os coros das igrejas da cidade. No século X, os grandes banquetes eram animados por danças executadas ao som de órgãos movidos a água. Exibições de ginástica, acrobacias e outros números circenses, às vezes realizados em camelos ou em cabos suspensos acima do Hipódromo, que encantavam os visitantes de Constantinopla, também eram de responsabilidade das facções.

O Hipódromo era o local onde os bizantinos se reuniam para celebrar eventos cerimoniais como o aniversário da cidade, sempre comemorado em 11 de maio; celebrações de vitórias; a morte de inimigos e criminosos condenados; e o nascimento ou coroação de um jovem coimperador. Era lá que o imperador se encontrava com seu povo. No século XII, quando a dinastia Angélica decidiu realizar o casamento imperial na privacidade do Palácio de Blachernae, a plebe se opôs violentamente. Às vezes, as circunstâncias podiam se mostrar adversas em vez de favoráveis. Não há dúvida de que conspirações e intrigas aconteciam nas câmaras subterrâneas do Hipódromo, onde os Azuis e os Verdes guardavam seus trajes, acessórios e outros equipamentos, enquanto vários departamentos governamentais operavam em salas sob as arquibancadas. O Hipódromo desempenhava um papel tão significativo na vida da cidade que os imperadores sempre destinavam fundos consideráveis ao entretenimento público.

A ideologia imperial sustentava todos os aspectos da corte bizantina, com símbolos romanos de poder, bem como novos símbolos adotados da Pérsia. Diocleciano foi o primeiro imperador a usar um diadema, vestes douradas e uma insígnia de sua posição — todos importados do Oriente — e a esperar que as pessoas se prostrassem em sua presença. Os governantes do século IV importaram esses costumes da Pérsia, onde o rei dos reis (*xá-xá*)

sentava-se no trono sob árvores douradas repletas de pássaros dourados que podiam ser induzidos a cantar, ladeado por leões rugindo. Teodósio II construiu um campo de polo para que os imperadores bizantinos pudessem praticar o esporte real, outra importação da Pérsia.

Dentro do vasto complexo do palácio bizantino, os símbolos e as realidades do poder autocrático convergiam. A autoridade imperial era demonstrada por meio de inovações tecnológicas, como relógios de água e instrumentos astronômicos. Os bizantinos empregaram princípios desenvolvidos no século I d.c. por Herão de Alexandria para construir autômatos movidos a água, com o intuito de impressionar os visitantes da corte. No século x , Liutprando de Cremona, enviado como embaixador a Constantinopla, relatou que o imenso trono, guardado por "leões rugindo", elevava-se aos céus. "Vejam! O homem que eu acabara de ver sentado em um assento relativamente alto agora havia trocado de vestes e estava sentado à altura do teto." Nos banhos imperiais e nos jardins externos, fontes jorravam água, enquanto pássaros dourados cantavam e órgãos forneciam entretenimento musical. Assim como os relógios que mediam o tempo com precisão e os instrumentos astronômicos que podiam prever eclipses, tudo isso simbolizava o poder dos imperadores, seu prestígio inigualável e sua ostentosa grandeza. O cenário arquitetônico para esta celebração da supremacia imperial foi inspirado no palácio de Augusto, no Monte Palatino, na Roma antiga. Foi Septímio Severo (193-211) quem construiu o palácio original na antiga Bizâncio, e governantes subsequentes o expandiram até que o complexo do Grande Palácio cobrisse uma vasta área no primeiro dos quatorze distritos de Constantinopla. Este palácio continha não apenas os principais salões de recepção, os aposentos da família imperial e seus servos, numerosas igrejas, banhos e guarnições, mas também inúmeros escritórios da administração central, todos interligados por corredores, jardins em terraços e fontes alimentadas por cisternas (ver Capítulo 16). De sua localização no topo da Acrópole, desfrutava de vistas espetaculares sobre o Bósforo. No final do século vii , Justiniano II (685-695 e 705-711) cercou toda a área com uma muralha, tornando-a assim a primeira de inúmeras cidadelas. Apesar dessa fortificação, muitos rebeldes e assassinos conseguiram entrar no palácio, por exemplo, em 820, quando se disfarçaram de membros do coro que cantaria nas celebrações de Natal e assassinaram Leão V.

O palácio sempre foi um centro de aprendizado, oferecendo educação para os filhos da família imperial e abrigando uma grande biblioteca. A maioria dos imperadores favorecia o conhecimento e patrocinava certos professores. Basílio I, que depôs Fócio do patriarcado, mais tarde o trouxe de volta ao palácio para ser tutor de seus filhos: Constantino, Leão e Alexandre. O segundo, que mais tarde reinaria como Leão VI (886-912), ficou conhecido como "Leão, o Sábio", possivelmente em parte como uma homenagem ao seu tutor. A biblioteca do palácio formou alguns governantes intelectuais, como Constantino VII (913-959), e também sustentava um grupo de escribas que faziam cópias suntuosas de manuscritos, que eram então apresentadas a governantes estrangeiros. Assim, em 827, eles copiaram os textos de Pseudo-Dionísio, o Areopagita, em um manuscrito que foi dado a Luís, o Piedoso, e guardado no mosteiro de Saint-Denis, nos arredores de Paris (atualmente está na Biblioteca Nacional da França). E durante o reinado de Romano II (959-963), eles produziram uma cópia ilustrada do texto médico e farmacológico de Dioscórides para o califa de Córdoba.

As tradições romanas persistiram na administração prática da parte oriental do império, particularmente em questões tributárias. Os funcionários continuaram a realizar censos populacionais e avaliações da qualidade da terra com o objetivo de tributar indivíduos, propriedades e bens imóveis. A receita tributária permaneceu essencial para as despesas imperiais, e seu declínio devido à concessão de terras isentas de impostos e à adoção do arrendamento para cobrança de impostos no século XI causou uma grave crise. As práticas romanas de registro foram mantidas durante a transição de inscrições esculpidas e documentos em papiro para registros escritos em pergaminho, e cópias triplicadas de todas as decisões imperiais eram guardadas. Assim, por exemplo, inscrições monumentais em pedra foram usadas para datar reparos nas muralhas de Constantinopla e para registrar uma vitória em Niceia no início do século VIII. Tanto o pergaminho quanto o papiro eram materiais que dificilmente resistiam a incêndios e saques, de modo que apenas alguns vestígios de sua poderosa organização burocrática foram preservados, principalmente em correspondências oficiais, como a que mantinham com os bispos de Roma, ou em doações imperiais a mosteiros.

No procedimento fundamental para a proclamação de um novo soberano, Bizâncio adicionou um elemento cristão à sua herança romana. A aclamação pelo Senado, pelo exército e pelo povo no Hipódromo foi transformada em 457 com a inclusão de uma cerimônia de coroação realizada pelo patriarca em Santa Sofia. Leão I foi o primeiro imperador confirmado por esse ritual cristão. O patriarca Anatólio insistiu nele, possivelmente porque Leão era uma figura militar desconhecida que preencheria o vácuo deixado pela morte dos últimos representantes da dinastia Teodosiana. A celebração da cerimônia e o uso da coroa tornaram-se uma das maneiras pelas quais pretendentes e usurpadores tentavam aumentar seu poder. Mais significativamente, porém, em Bizâncio, a coroação simbolizava a transformação das tradições imperiais romanas em outras de caráter cristão.

O ritual de coroação da Bizâncio medieval seria imitado nas cortes de toda a Europa. Na cerimônia que elevou Carlos Magno à posição de imperador em 800, o Papa Leão III teve que encontrar uma coroa para colocar em sua cabeça, já que não poderia haver coroação sem uma. Ele também o ungiu com óleos sagrados, uma inovação ocidental no ritual. No Ocidente medieval, a "unção", como era chamada, era normalmente reservada a bispos e ao alto clero. Quando Leão III a empregou na coroação de um monarca, ele estava, com isso, reivindicando um papel vital e superior para a Igreja, um papel que papas em Roma, metropolitas na Rússia e arcebispos em Canterbury estariam ansiosos para perpetuar. Napoleão romperia com essa dependência da Igreja ao se coroar em Paris. Outros monarcas, tanto do Velho quanto do Novo Mundo, perpetuariam o estilo bizantino de coroação, e este, aliás, formaria a base da coroação da Rainha Elizabeth II da Inglaterra, a primeira coroação televisionada, em 1953, mil e quinhentos anos depois de Leão I ter sido coroado por Anatólio. Mesmo assim, o momento crucial da unção, quando os bispos se reuniam em torno do monarca, ainda era considerado sagrado demais para ser mostrado aos telespectadores.

Embora adornada com símbolos cristãos, Bizâncio manteve as tradições romanas que tornaram o domínio imperial, e especialmente a ideologia imperial, famosa, com suas ramificações no direito, na organização militar, na medicina, na administração, na tributação

e nas cerimônias da corte. O imperador permaneceu uma figura divina na Terra, embora sua autoridade indiscutível fosse agora sancionada por Deus. Ele treinava e liderava suas tropas em batalha, embora agora fosse o clero quem abençoava a campanha e orava pela vitória, que era concedida por Deus. A corte imperial permaneceu um lugar de pompa refinada e ostentação, embora agora um reflexo da corte celestial. A justiça permaneceu tanto uma prerrogativa quanto um dever imperial, e apelos ao imperador eram ouvidos até mesmo de súditos pobres e anônimos. Os antigos templos de Constantinopla não foram imediatamente demolidos ou convertidos; na verdade, sobreviveram até o século VI, quando foram reaproveitados para uso secular. Algumas obras de arte antigas continuaram a ser apreciadas, apesar de retratarem deuses e deusas nus.

Embora as proezas da engenharia romana fossem visíveis na construção de pontes, estradas, fortificações e aquedutos, que continuariam a ser construídos por séculos, as funções invisíveis da administração burocrática remunerada foram provavelmente mais significativas para a sustentação de Bizâncio. Quando rebeldes incompetentes como Focas (602-610) tomaram o trono, a estrutura oficial do governo continuou a funcionar praticamente inalterada.

Contudo, alguns imperadores, incluindo Aleixo I Comneno (1081-1118), conseguiram intervir para reformar o sistema. A necessidade de funcionários qualificados também contribuiu para manter altos padrões de educação e aumentar a taxa geral de alfabetização. Além disso, os próprios burocratas desenvolveram um senso de autoestima e um espírito de equipe que fica evidente em sua correspondência.

À medida que a parte oriental do Império Romano se transformava na Bizâncio cristã, novas tradições relacionadas à crença religiosa foram adicionadas às antigas tradições imperiais e clássicas, incluindo a preservação consciente de tempos pagãos pré-cristãos. A vitalidade e a sobrevivência de Bizâncio devem muito a essa coexistência de facetas distintas e opostas. Quando Constantino XI Paleólogo exortou seus súditos a defenderem sua capital contra os turcos otomanos, na véspera do ataque final em 29 de maio de 1453, ele lhes pediu que demonstrassem o espírito e a fortaleza de seus ancestrais, os gregos e romanos. Ele próprio pereceu em batalha defendendo esse espírito, morrendo menos como um mártir cristão do que como um descendente de César e Augusto, Constantino e Justiniano.

4

ortodoxia grega

A profissão do símbolo divino da fé [o credo], que todos fazem, prenuncia a gratidão mística da era futura... pela qual somos salvos. [\[8\]](#).

SÃO MÁXIMO O CONFESSOR, *Mistagogia*, escrito por volta de 640, citado pelo Patriarca Germano em seu *Comentário sobre a Divina Liturgia* (após 730).

Os historiadores frequentemente se perguntam por que o cristianismo triunfou, como conquistou a lealdade daqueles que antes cultuavam inúmeros deuses e quais fatores garantiram sua presença duradoura no mundo mediterrâneo antigo. Como descendente do judaísmo, herdou a crença em um único Deus criador, que então universalizou pregando-a a todos que quisessem ouvir. Mas os antigos cultos haviam satisfeito a maioria das necessidades por séculos. Por que os seguidores de Apolo, Ísis, Zoroastro, Mitra e outros deuses consagrados passaram a abraçar o cristianismo?

Diferentemente de seus contemporâneos, os seguidores de Jesus Cristo acreditavam que a morte não era o fim: eles ressuscitariam em um céu de paz e luz. Essa crença os levava a se comportar de maneira cristã, evitando o pecado e cultivando a fé, a esperança e a caridade, para que Deus os considerasse dignos da vida eterna no além. Isso os distinguia dos judeus, dos politeístas e dos membros de outros cultos diversos que floresceram nos primeiros séculos da nossa era.

Isso também predispunha alguns deles a preferir a morte a renunciar à sua fé, o que as autoridades romanas consideravam extraordinário. Desde a época do imperador Nero, que culpava esse grupo, "odiado por suas abominações", pelos incêndios que devastaram Roma em 64 d.C., os cristãos escolheram o martírio em vez de renunciar às suas crenças. A escrava Blandina, que foi atirada às feras junto com seus companheiros no anfiteatro romano de Lyon em 180 d.C., simplesmente repetia: "Sou cristã", e nada mais. Seguiram-se inúmeras torturas e humilhações públicas, e finalmente ela foi chifrada por um touro. "Após seis dias expostos a todo tipo de insultos e às intempéries, os corpos dos mártires foram queimados e reduzidos a cinzas, e então lançados por aqueles homens perversos no Ródano [...] para que nenhum vestígio deles jamais fosse visto na Terra novamente." Mas aqueles que testemunharam o espetáculo ficaram atônitos e chocados, e alguns podem até ter se inspirado em sua coragem. O exemplo de Blandina seria replicado em todo o mundo romano por cristãos de todos os tipos: Lourenço em Roma, Perpétua em Cartago, Artemius no Egito e Tecla, uma suposta companheira de São Paulo, em Selêucia. Sempre que possível, os cristãos erguiam santuários nos locais de martírio e construíam túmulos contendo as relíquias dos mártires.

O martírio pode não ter sido a característica definidora do cristianismo primitivo, mas é verdade que, durante as perseguições dos imperadores Décio e Diocleciano, no terceiro e início do quarto século, comunidades inteiras preferiram a morte à queima de incenso em honra aos governantes romanos. Isso porque seu Deus proibia a adoração de outros deuses. Nas celebrações cristãs, o sacrifício incruento na forma de pão e vinho, simbolizando o corpo e o sangue de Cristo, comemorava sua morte e substituía todas as outras formas de sacrifício. A ressurreição do Filho de Deus trouxe a promessa de uma nova vida no céu a todos os fiéis.

Daí a importância do credo: "Creio em um só Deus, criador do céu e da terra...", que toda a congregação recitava em cada celebração da Eucaristia.

Por meio de suas viagens e cartas às comunidades cristãs do Mediterrâneo oriental, São Paulo documentou a propagação inicial de sua fé. Mais tarde, os evangelistas compilaram diversos relatos da vida de Jesus, frequentemente em suas próprias palavras, como na Oração do Senhor, nas parábolas e no Sermão da Montanha, juntamente com instruções básicas sobre como ser cristão. À medida que cada um desses grupos, em sua maioria urbanos, se expandia, nomeava um "supervisor" (em grego, *episkopos*) para atuar como seu porta-voz. Esse bispo-supervisor gradualmente se tornou uma figura de autoridade, com vários oficiais o auxiliando na celebração da liturgia, na instrução dos novos convertidos, no cuidado dos idosos ou enfermos e na administração das terras legadas à comunidade cristã. Em Roma, o bispo era considerado um descendente direto de São Pedro, que havia sido crucificado ali, e as correntes que o prendiam tornaram-se relíquias preciosas. Uma vez que Jesus teria dito: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja", bispos cristãos posteriores da antiga capital pagã reivindicariam uma autoridade única.

Assim, muito antes da "conversão" de Constantino I, os cristãos já haviam estabelecido uma rede de igrejas que se estendia por todo o mundo romano. Tratava-se de uma organização pequena, com locais de culto menos imponentes que os templos dedicados aos deuses antigos, menos comuns que os altares consagrados a Mitra, o deus persa, e menos populares que os cultos de Ísis e Osíris importados do Egito. Consequentemente, no início do século IV, foi profundamente afetada pela "Grande Perseguição" instituída pelo imperador Diocleciano (284-305). Muitos apostataram, aceitaram sacrifícios e entregaram seus livros sagrados e cálices. Outros fugiram para o campo em busca de refúgio. A lista de mártires cresceu. Embora os historiadores ainda debatam qual a porcentagem da população cristã na época do Édito de Milão, em 313, concordam que os éditos imperiais contra a fé cristã enfraqueceram e dividiram as diversas igrejas.

Sem dúvida, a característica mais significativa do novo patrocínio imperial de Constantino ao cristianismo residia em sua decisão de convocar todos os bispos do mundo cristão para uma reunião realizada em Niceia, na Ásia Menor ocidental, no verão de 325. Não há evidências documentais de quantos bispos havia na época, embora em várias cidades diversos bispos rivais reivindicassem o controle de diferentes igrejas. A tarefa do concílio era examinar as doutrinas defendidas por Ário, um diácono da Igreja de Alexandria, e estabelecer a redação do credo — a declaração básica de fé — bem como o método para calcular a data da Páscoa. O imperador cobriu todas as despesas de viagem e hospedagem e presidiu pessoalmente o concílio. Devido à presença de autoridades eclesiásticas de todos os cantos do império, embora muito poucos tenham comparecido do Ocidente, o concílio receberia posteriormente o epíteto de "universal" ou *ecumênico*. Assembleias subsequentes, convocadas por vários imperadores para resolver os problemas teológicos mais sérios, seguiram o mesmo padrão. Oito dessas assembleias foram identificadas como universais (a última, realizada entre 879 e 880, nem sempre foi reconhecida no Ocidente), e todas foram convocadas por um imperador que frequentemente também participava de seus trabalhos. Dessa forma, o controle secular foi estabelecido na organização da Igreja Cristã desde os estágios iniciais de sua incorporação ao Império Romano.

Concílios locais anteriores haviam fornecido um modelo para resolver divisões dentro da Igreja, mas Constantino planejou algo muito mais ambicioso. As vinte leis disciplinares (ou cânones) adotadas em Niceia tinham o propósito de serem legislação a ser aplicada em todo o mundo cristão. Da mesma forma, a decisão do concílio a respeito das ideias de Ário — que afirmava que Jesus, o Filho de Deus, tinha que ser subordinado a Deus Pai e não poderia ser da mesma substância — deveria ser universalmente aplicável. Após debate, o concílio declarou o Filho consubstancial (*homoousios*) e coeterno com o Pai, e participante da mesma natureza divina. Isso era de crucial importância, pois se Cristo não fosse o *Logos encarnado* (Verbo de Deus), com a mesma natureza plenamente divina, então meros seres humanos não poderiam esperar participar da vida eterna por meio da salvação. Assim, os escritos de Ário foram condenados e ele próprio foi exilado. Finalmente, o concílio promulgou uma definição dogmática da fé cristã, o credo, e decidiu sobre o método a ser usado para calcular a data da Páscoa (que seria celebrada no domingo seguinte à lua cheia subsequente ao equinócio da primavera). Diz-se que todos os bispos presentes, com exceção de dois, assinaram o acordo.

A condenação de Ário, os cânones e os textos relativos à Páscoa e ao Credo são os únicos documentos sobreviventes do Primeiro Concílio Ecumênico, como ficou conhecido no final do século IV. O número de bispos presentes foi fixado em 318, que ficariam conhecidos como os 318 Padres da Igreja. Como não existe uma lista de presença, eles permanecem um grupo anônimo, embora de grande autoridade. O encontro estabeleceu um precedente importante: o imperador convocaria tais concílios, que, em teoria, representariam toda a comunidade cristã e promulgariam regulamentos para sua prática e crença adequadas. Na realidade, porém, todos foram realizados no Oriente, seus debates foram conduzidos em grego e, frequentemente, o Bispo de Roma era o único representante do Ocidente. A dificuldade de viagem e a maior distância devem ter desencorajado os bispos ocidentais, que tomavam conhecimento das decisões do concílio por meio de relatórios divulgados pelo Papa. Posteriormente, novos concílios foram convocados para abordar as divisões dentro da Igreja, além de definir e condenar crenças heréticas. Seus registros, que frequentemente fornecem relatos detalhados dos debates, oferecem evidências valiosas da disseminação do cristianismo e de suas diversas variações locais, tanto em crença quanto em prática.

Apesar da condenação de Ário em Niceia, ele foi posteriormente perdoado e, em 335, sua teologia foi reabilitada. Durante a maior parte do século IV, os filhos de Constantino favoreceram suas definições teológicas, o que teve sérias consequências tanto para aqueles que apoiavam os decretos de Niceia quanto para a disseminação do cristianismo entre as tribos não romanas. Na década de 340, Úlfilas, um chefe gótico, visitou Constantinopla e foi ordenado bispo pelas autoridades arianas. Ele então criou um alfabeto para representar o gótico falado na forma escrita e traduziu os Evangelhos para a nova escrita. Os godos não foram os únicos a adotar as definições arianas do cristianismo: quase todas as outras tribos germânicas as adotaram. Assim, quando o Império Romano do Ocidente caiu sob o domínio bárbaro, os ostrogodos, visigodos, suevos, burgúndios e vândalos importaram suas crenças arianas, que haviam sido repetidamente condenadas pelos concílios da Igreja. Nesse processo, os recém-chegados encontraram forte oposição dos cristãos antiarianos. Na Ravena de Teodorico, ainda se conservam batistérios arianos e ortodoxos, juntamente com igrejas projetadas para servir a ambos os grupos cristãos rivais. No Norte da África, os

vândalos mostraram-se muito menos tolerantes e instituíram uma brutal perseguição aos cristãos antiarianos. O arianismo só seria finalmente erradicado no século VI, quando as tropas de Justiniano impuseram as definições ortodoxas. Gradualmente, os suevos, visigodos e burgúndios abandonaram seu passado pró-ariano em favor das definições aprovadas pelos concílios ecumênicos, que eram consideradas mais "romanas" em sua essência.

Embora a maioria das fontes sobreviventes tenha uma origem claramente cristã, é evidente que as práticas pagãs não desapareceram rapidamente. As escolas de filosofia, que sustentavam o ensino superior em Alexandria, Atenas e Antioquia, continuaram a operar no ambiente pré-cristão. Para os jovens inteligentes, essa era a única maneira de obter instrução avançada, e os quatro grandes santos orientais hoje reconhecidos como os Padres da Igreja Grega — Basílio, Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa e João Crisóstomo — estavam profundamente imersos nessa cultura. Da mesma forma, Santo Agostinho, que se tornou o mais importante Padre da Igreja Latina, seguiu um currículo inteiramente pagão em sua educação. Basílio, que mais tarde se tornaria Bispo de Cesareia, assistiu a palestras sobre filosofia antiga em Atenas ministradas pelo platônico Proheresio, juntamente com o futuro Imperador Juliano. Quando este último ascendeu ao trono imperial em 361, tentou reviver o culto aos deuses pagãos; mas sua morte prematura, apenas dezoito meses depois, também eliminou o líder de seu movimento, que pereceu com ele. Contudo, numerosos grupos de estudiosos continuaram a praticar os cultos antigos, enquanto os habitantes das áreas rurais que não tinham sido expostos às doutrinas cristãs mantiveram seus costumes tradicionais, marcando as estações do ano pelos ritmos do sol e da lua e continuando as atividades de culto associadas aos deuses.

Fundamentados nessa persistente base de fé nos deuses antigos, os imperadores recorreram a assembleias universais de bispos para legislar contra crenças pagãs e heréticas, bem como para estabelecer uma hierarquia cristã fixa. Teodósio I (379-395) convocou um concílio realizado em Constantinopla em 381. Sob sua autoridade, 150 bispos confirmaram as decisões tomadas em Niceia, reafirmaram o arianismo, acrescentaram novas e significativas medidas contra o culto pagão e esclareceram a redação do credo, que deveria ser recitado por todos os cristãos como uma declaração de fé. Teodósio também insistiu em elevar as sedes de Constantinopla e Jerusalém ao mesmo nível patriarcal de Roma, Alexandria e Antioquia — três sedes fundadas por apóstolos. Jerusalém seria honrada como o local do ministério e da morte de Cristo na cruz, descoberta por Helena, enquanto o direito de Constantinopla à proeminência se baseava no fato de ter se tornado a capital do Império Romano, onde o imperador residia.

Obviamente, a elevação de Constantinopla foi contestada por Roma. Mas, em 451, no Concílio de Calcedônia, quando a reunião de 381 bispos foi reconhecida como o Segundo Concílio Ecumênico, seus decretos foram considerados vinculativos. A Nova Roma foi, assim, elevada à mesma posição da Antiga, embora esta última mantivesse sua primazia honorária por ter sido fundada por São Pedro. Alexandria, Antioquia e Jerusalém seguiriam a Antiga e a Nova Roma, e seus bispos se sentariam em ordem de precedência à direita do imperador e assinariam as atas do concílio na mesma ordem. No final do século V, porém, Constantinopla também passou a ser conhecida como a "Nova Jerusalém", um claro sinal de sua aspiração a um poder espiritual superior.

Esses cinco centros — Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém — cada um governado por um bispo chamado patriarca ou papa, constituíam a chamada "pentarquia" (ou "regra dos cinco"), com a responsabilidade de manter a crença correta e a disciplina eclesiástica em todo o mundo cristão (*ecúmeno*). Gradualmente, desenvolveu-se um sistema de governo da Igreja baseado nos cânones promulgados pelos concílios ecumênicos. A rivalidade entre Alexandria e Constantinopla exacerbou as diferenças teológicas no Terceiro e Quarto Concílios Ecumênicos, realizados em Éfeso em 431 e Calcedônia em 451, respectivamente. O patriarca Nestório de Constantinopla (428-431) provocou uma grande controvérsia a respeito do papel da Virgem Maria ao pregar que ela deveria ser considerada apenas "a mãe de Cristo" (em grego, *Christotokos*). Em Éfeso, porém, os bispos ali reunidos insistiram que o termo apropriado era *Theotokos* , ou "mãe de Deus", e Nestório foi condenado por enfatizar a natureza humana do Cristo encarnado.

Essa decisão não impediu debates posteriores sobre os elementos humano e divino de Cristo, cuja natureza dual sempre foi motivo de preocupação. O patriarca Cirilo de Alexandria (412-444) desenvolveu a teologia da união de ambos na pessoa de Cristo (usando o termo *hipóstase* como sinônimo de "pessoa"). Em elaborações posteriores, essa união hipostática, "a natureza encarnada de Deus, o Verbo", se entrelaçaria com as definições do ser (*ousia*) e da natureza (*physis*) de Cristo. O apoio à crença na "união em uma só natureza" deu origem a um grupo claramente distinto de cristãos que mais tarde ficariam conhecidos como monofisitas, do grego *monos* ("um") e *physis* ("natureza"). Contudo, no Quarto Concílio Ecumênico, convocado em Calcedônia pelo imperador Marciano e sua esposa Pulquéria em 451 para resolver a questão, foi declarado que Cristo possuía "duas naturezas... perfeita em Divindade, perfeita em Humanidade". O Papa Leão I endossou essa definição em uma carta frequentemente conhecida como *Tomus Leonis* ("Tomo de Leão"). A recusa dos monofisitas em aceitá-la faria de Calcedônia um símbolo duradouro de divisão e levaria ao desenvolvimento de igrejas cismáticas, especialmente na Síria e no Egito, onde a Igreja Copta continua a defender a crença na "união em uma só natureza".

Como a maior parte da história institucional do cristianismo ocorreu na parte oriental do império e foi registrada em grego, ela era diretamente acessível aos bizantinos. Em contraste, o Ocidente possuía traduções inadequadas das definições teológicas gregas, que não refletiam adequadamente as sutilezas do debate oriental em torno da natureza divina e humana de Cristo. Além dos pronunciamentos oficiais, o entusiasmo popular pela fé cristã gerou histórias e práticas de culto não oficiais, muitas vezes centradas em figuras particularmente sagradas. A crença em milagres era generalizada — eles haviam sido uma característica essencial da pregação de Jesus — e pessoas que precisavam de cura empreendiam peregrinações especiais aos santuários de curandeiros cristãos. Assim, por exemplo, os ossos de São Menas, que morreu em um anfiteatro romano, tornaram-se famosos por suas propriedades curativas, e peregrinos que viajavam para seu túmulo a oeste de Alexandria frequentemente levavam para casa pequenos frascos com o pó de seu túmulo. Esses frascos, decorados com um desenho do santo em pé entre seus dois camelos com as mãos erguidas (prancha 9), circularam por todo o mundo cristão e difundiram a história de seus poderes de cura. Embora esses centros não se limitassem ao Oriente, muitas das

histórias associadas aos primeiros santos cristãos foram inicialmente escritas em grego e somente mais tarde traduzidas para o latim.

O exemplo mais famoso dessa nova literatura foi a *Vida de Antônio*, escrita pelo Patriarca Atanásio de Alexandria (328-373), que também foi um dos mais proeminentes adversários de Ário. Em diversas ocasiões, quando os imperadores favoreceram a teologia ariana, ele foi exilado e buscou refúgio no deserto. Foi lá que conheceu Antônio. Utilizando fontes orais transmitidas em egípcio, faladas pelos companheiros do santo que o seguiram até o deserto para aprender com sua vida ascética solitária, Atanásio escreveu a primeira biografia cristã em grego. Nela, ele registrou a longa vida de um homem que, ainda jovem, renunciou à família e à fortuna para se dedicar a exercícios espirituais, vigílias noturnas e intensa oração e contemplação de Deus em solidão no deserto. Essa *Vida de Antônio* estabeleceu um modelo de hagiografia — ou escritos sobre santos — que teria uma influência dominante não apenas na literatura bizantina, mas também no Ocidente. Em poucos anos, a biografia seria traduzida para o latim e lida por Agostinho, que mais tarde se tornaria bispo de Hipona, no norte da África. Como autor da obra autobiográfica bastante incomum, as *Confissões*, o interesse de Santo Agostinho pelo desenvolvimento pessoal pode muito bem ter sido influenciado pela *Vida* de Santo Antônio. Sem dúvida, esta última inspirou sua própria conversão de professor de retórica antiga em bispo cristão e asceta que seria conhecido em toda a Idade Média como o pai fundador da Igreja Ocidental.

Tradições semelhantes desenvolveram-se na Síria e na Palestina, onde eremitas também deixaram as cidades do mundo mediterrâneo para enfrentar o desafio da vida no deserto. No século IV, São Cariton estabeleceu a primeira *laura* (um conjunto de celas para monges individuais) no deserto da Judeia, ao sul de Jerusalém. Servia como ponto de encontro para ascetas, que se reuniam para celebrar a liturgia dominical, mas passavam a semana em suas celas, espalhadas entre cavernas, túmulos antigos e montanhas remotas. Quase na mesma época, Pacômio, um soldado egípcio que morreu por volta de 346, escrevia um conjunto de regulamentos para seus seguidores que se tornariam regras monásticas amplamente copiadas. A vida comunitária coexistia com a de eremitas isolados, e ambas as formas de ascetismo inspiravam seguidores e peregrinos. Para Bizâncio, provavelmente o autor mais influente foi São Basílio de Cesareia (c. 329-379), que visitou comunidades monásticas na Síria e no Egito antes de fundar a sua própria perto de Cesareia, na Capadócia, na Ásia Menor central. Ele também escreveu uma série de "regras longas" e "regras curtas" para monges e freiras que enfatizavam a importância da vida comunitária, ou *koinobion*. Este termo grego daria origem à palavra *cenobium* como sinônimo de mosteiro, enquanto seu derivado *cenobita* também seria usado para designar uma pessoa que professa a vida monástica. Basílio também enfatizou a necessidade de cuidar dos membros mais vulneráveis da sociedade — viúvas, órfãos, doentes, idosos e leprosos — em fundações piedosas dedicadas à filantropia.

Alguns eremitas, em particular, viviam empoleirados no topo de colinas, sendo assim conhecidos como *estilitas* (do grego *stylos*, "coluna"). Entre eles estavam São Simeão, o Velho, e seu discípulo São Simeão, o Jovem, cujos santuários perto de Antioquia atraíam inúmeros peregrinos e eram palco de curas milagrosas. Poucas santas alcançaram posições de destaque em comunidades do deserto. Susana, uma das chamadas " *Ammas* (Mães) do

Deserto", foi uma exceção, mas histórias sobre mulheres santas como Maria do Egito, uma prostituta arrependida, perpetuaram a ideia de que as mulheres também eram capazes de sobreviver no deserto. Para isso, muitas vezes tinham que se disfarçar de eunucos, o que deu origem a algumas histórias extremamente populares. Marina cortou o cabelo e vestiu uma túnica masculina, tornando-se Marino e entrando para um mosteiro; lá, ela foi acusada de ter um filho. Excluída da comunidade, ela criou a criança sem reclamar, e somente após sua morte os monges perceberam que ela jamais poderia ter cometido o crime que lhe haviam atribuído.

Entre os primeiros centros monásticos, o assentamento estabelecido no final do século IV, na parte mais remota da Península do Sinai, tornou-se um dos mais célebres. Foi construído para proteger a sarça ardente através da qual Deus falou com Moisés, localizada ao pé da montanha sagrada onde ele mais tarde receberia as tábuas da lei. Essas etapas cruciais no êxodo dos israelitas do Egito, em sua longa jornada para a Terra Prometida, foram comemoradas por um grupo de ascetas cristãos, que construíram uma torre perto da sarça ardente. Quando a peregrina Egéria os visitou no início da década de 380, leu em voz alta as passagens relevantes do Livro do Êxodo, lembrando a história de Moisés. No século VI, os monges apelaram ao Imperador Justiniano por proteção contra os ataques dos beduínos locais, e ele ordenou a construção de uma fortaleza no meio do deserto rochoso, ao redor da sarça. O historiador Procópio descreve a região como "desabitada [...] Uma terra árida, sem água e que não produzia colheitas nem nada de útil".

A guarnição enviada para proteger os monges dos ataques das tribos do deserto ergueu enormes muralhas de fortificação que permanecem até hoje (Figura 2). Utilizando pedra vulcânica local, um arquiteto chamado Estêvão, natural de Elate (atual Aqaba), projetou a basílica dedicada à Mãe de Deus e, nas vigas do telhado, registrou a generosidade do imperador e da imperatriz (Teodora havia falecido recentemente, em 548), bem como seu próprio nome. A forma original da igreja ainda se conserva, assim como as portas de madeira originais. Poucos anos após a consagração da igreja, o Abade Longino encomendou um magnífico mosaico da Transfiguração para decorar a abside. Ele retrata a luz que circundava Cristo no Jardim do Getsêmani, bem como Moisés e Elias, os profetas que testemunharam a presença de Deus no Monte Sinai. Numerosos peregrinos seguiram Egéria, trazendo oferendas ao mosteiro: ícones, objetos litúrgicos e doações que permitiram aos monges sobreviver no ambiente mais inóspito. Gradualmente, a comunidade acumulou uma coleção extraordinária de manuscritos em muitas línguas, bem como pinturas religiosas, incluindo os célebres ícones de Cristo, da Virgem com o Menino e os Santos, e de São Pedro (prancha 21).

Após as conquistas árabes do século VII, o Sinai ficou sob controle muçulmano e cada vez mais isolado de outras comunidades cristãs. Os monges garantiram sua independência estabelecendo relações mutuamente benéficas com as tribos beduínas locais, que eram favorecidas por um documento supostamente assinado pelo Profeta Maomé, concedendo-lhes permissão para permanecer no Sinai. Sempre que os governantes muçulmanos ameaçavam tomar a comunidade, os monges exibiam a "Mão do Profeta". Uma cópia tardia deste documento, representando a mão de Maomé (já que ele era analfabeto), é preservada no mosteiro. Ao longo da Idade Média, os monges e os árabes do Sinai sobreviveram juntos,

auxiliados por peregrinações cristãs e muçulmanas à montanha sagrada, bem como por sua ligação com Santa Catarina de Alexandria e suas relíquias. O mosteiro no Monte Sinai, agora consagrado em seu nome, representa as tradições mais antigas do monasticismo cristão, um elo vivo com o século IV d.C. e, antes disso, com a história de Moisés no Antigo Testamento. Em 2006, os ícones do mosteiro foram exibidos em Los Angeles e, posteriormente, em Londres, antes de retornarem à sua fortaleza árida.

Embora os famosos mosteiros do deserto do Egito, Palestina e Síria continuassem a inspirar práticas ascéticas, diversas invasões hostis, culminando na conquista árabe do Oriente Próximo na década de 640, forçaram muitos a buscar refúgio mais ao norte. Vários conseguiram chegar a Constantinopla ou Roma e adaptaram suas atividades a um papel mais filantrópico na sociedade urbana. Inicialmente, os imperadores proibiram a entrada de monges em Constantinopla, considerando-os inadequados para a vida na cidade, visto que o movimento ascético se baseava na rejeição do mundo civilizado e no retiro para regiões desérticas. Mas, em meados do século V, numerosos mosteiros já haviam sido estabelecidos nas cidades. Antes de 454, um senador chamado Studios construiu uma basílica em sua propriedade no canto sudoeste de Constantinopla, onde uma comunidade monástica foi estabelecida para salvaguardar sua relíquia, a cabeça de São João Batista. O mosteiro de Studios foi um dos mais importantes da capital até o século XIV. Outros mosteiros urbanos foram estabelecidos em casas particulares, fundadas por seus proprietários, como no caso das duas santas Melânias. Melânia, a Velha, viajou por todo o Mediterrâneo e fundou comunidades em Jerusalém, seguida mais tarde por sua neta, Melânia, a Jovem, que se mudou da Itália para o Monte das Oliveiras.

A Igreja secular dos bispos e a Igreja monástica das comunidades espirituais constituíam dois ramos da Ortodoxia Grega, o mundo cristão da crença correta, conforme definida em grego pelo concílio ecumênico. Estavam ligadas pela devoção comum às rotinas diárias de oração. Possuíam também um código de direito canônico, que incluía todos os cânones dos concílios ecumênicos e locais, bem como regulamentos monásticos derivados de São Basílio e dos Padres da Igreja Capadócia. No século VI, tudo isso se consolidou em um sistema distinto de direito canônico, utilizado para regular assuntos espirituais, como a idade para ingresso em mosteiros e para a ordenação a ministérios eclesiásticos. Este coexistia com o direito civil e inspirava-se em éditos imperiais que tratavam de assuntos relacionados ao cristianismo. Embora não fosse ensinado da mesma forma sistemática que o direito civil, o direito canônico deu origem a comentários, compêndios, tratados sobre problemas específicos e compilações de decisões judiciais que o tornaram especialmente prático e útil. No início do século XIII, os atos do arcebispo Demétrio Comateno de Ohrid revelam uma aplicação sofisticada da lei justiniana, bem como do direito canônico, à resolução de problemas como o rapto de uma virgem por um homem casado (como adúltero, ele tinha de pagar à rapariga uma compensação monetária ou dar-lhe metade dos seus bens, e o prelado local tinha de o excluir da comunhão durante sete anos).

De forma semelhante, os patriarcas de Constantinopla presidiam um sínodo, ou tribunal, que julgava casos envolvendo o clero e emitia decisões finais sobre assuntos como o casamento dentro de graus proibidos de consanguinidade. Em 1316, por exemplo, o Patriarca João XIII julgou uma disputa de herança entre os filhos do primeiro casamento de

um homem e a filha do seu segundo casamento. No ano seguinte, o sínodo teve de decidir a quem pertencia um ícone da Virgem Maria e um terreno, originalmente doados ao metropolitano de Lacedemônia pela freira Eufrosine Marínia. A propriedade havia posteriormente passado para as mãos de outro bispo, e Eufrosine solicitou a sua devolução. Embora muitos dos casos estivessem relacionados com propriedades da Igreja, outros revelam crimes cometidos por membros do clero, relações incestuosas, uso indevido de encantamentos mágicos e outras práticas supersticiosas, tudo isso fornecendo pistas fascinantes sobre como era a vida quotidiana em Bizâncio.

Embora a Igreja tivesse sua própria administração independente, o imperador frequentemente tentava nomear um aliado específico como patriarca. Teoricamente, ele estava limitado a escolher um entre três candidatos cujos nomes lhe eram apresentados pelo clero da Catedral de Constantinopla. Mas, em muitas ocasiões, ele podia impor um candidato externo, como o filho mais novo do imperador ou um monge de sua preferência. Conflitos sobre essas e outras questões mais sérias frequentemente levavam ao rompimento da cooperação, e os patriarcas podiam ser depostos pelo poder imperial. São João Crisóstomo, eleito em 398, seria uma das primeiras e mais famosas vítimas dessa prática. Ele foi exilado para a Armênia em 404, após denunciar a Imperatriz Eudóxia por erguer uma estátua de si mesma com cerimônias extravagantes, pagãs e consagradas, e morreu três anos depois, tendo sempre mantido sua inocência em diversas cartas a seus apoiadores. Em 907, quando Leão VI se casou com sua quarta esposa, o patriarca negou-lhe a entrada na Igreja por dez meses. Apesar desses exemplos de conflito, a cooperação entre o Império e a Igreja se tornaria um dos principais pontos fortes da cultura cristã em Bizâncio.

Isso também serviu para diferenciar a situação em Bizâncio da do Ocidente medieval, onde o bispo principal, o Bispo de Roma, tinha muito menos apoio secular e regularmente precisava negociar com vários invasores. Embora Roma tenha sido trazida de volta ao controle imperial no século VI e permanecido nominalmente sob administração bizantina até o século VIII, os oficiais e tropas imperiais frequentemente falhavam em proteger a cidade de ataques. Os herdeiros de São Pedro, como os bispos de Roma se consideravam, enfatizavam sua superior autoridade moral para contrabalançar a realidade de sua fraqueza política. No século V, o termo *papa*, que significa "pai", foi adotado, e embora seja comum se dirigir a todo o clero cristão como pai, apenas os bispos de Roma passariam a ser distinguidos pelo título de papa. Independentemente de as reivindicações romanas de superioridade moral serem reconhecidas ou não, apelar a Roma tornou-se prática comum entre o clero oriental descontente e os monges que haviam sido condenados pelo imperador ou patriarca. Eles esperavam que isso lhes garantisse o apoio das autoridades cristãs fora do império.

Essa prática, que colocava a Nova e a Velha Roma em lados opostos, pode ser observada nos diversos apelos por apoio feitos por dissidentes, por exemplo, durante a Controvérsia Iconoclasta (ver Capítulo 10), e também quando Leão VI foi excomungado por seu patriarca após se casar pela quarta vez. O imperador então apelou ao Papa e ficou encantado ao saber que Roma não tinha objeções ao seu casamento. Esse evento, em 907, abriu uma brecha entre Constantinopla e Roma que só seria sanada treze anos depois. Tais apelos à Sé de São Pedro, tanto de pessoas no Oriente que haviam sido condenadas e exiladas, quanto de patriarcas que se sentiam injustamente depostos, serviram para fortalecer a posição do Papa como

árbitro final das disputas entre os cristãos. Aos olhos dos líderes da Igreja Oriental, para quem reconhecer a primazia papal era desconfortável, isso também criou um precedente perigoso.

Durante o reinado de Constantino IX Monômaco (1042-1055), essa hostilidade latente irrompeu em condenação mútua. Os contatos entre a Roma Antiga e a Nova Roma haviam chamado a atenção para as diferenças nas práticas das igrejas Ocidental e Oriental. Algumas dessas diferenças eram fundamentais, como a redação do credo, o pão usado na Eucaristia (fermentado, ou *zymos*, no Oriente, e ázimo, ou *azymos*, no Ocidente), se os sacerdotes podiam ou não casar (o celibato era obrigatório para todo o clero no Ocidente, enquanto no Oriente tanto sacerdotes quanto membros de ordens menores podiam casar) e a primazia dos bispos de Roma. Outras diferenças eram relativamente menores e haviam se desenvolvido ao longo dos séculos; por exemplo, no Oriente, o queijo (mas não a carne) era consumido durante a semana anterior à Quaresma, enquanto no Ocidente era proibido em certos dias de jejum. Tendo como pano de fundo a crescente conscientização fomentada por reformadores como o Papa Leão IX (1049-1054), o Ocidente reafirmou a pureza de suas tradições. Ao mesmo tempo, Bizâncio enfatizou que o Ocidente havia acrescentado uma frase extra à redação do credo.

A diferença teológica essencial dizia respeito à origem do Espírito Santo, "que procede do Pai", segundo a definição adotada nos Concílios de Niceia e Calcedônia, em 325 e 451, respectivamente. O ensinamento ortodoxo sobre a Trindade era claro: as três manifestações de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo compartilhavam sua essência incriada e substância preexistente; em suma, eram consubstanciais. Mas cada uma possuía sua própria *hipóstase*, um termo de difícil tradução, que em latim havia sido traduzido como *natura* (natureza) ou *substantia* (substância). Esta não era a mesma coisa que o poder preexistente que a ortodoxia identificava como a natureza ou substância (*ousia*) da divindade. As complexas relações definidas em grego pelos primeiros teólogos cristãos nunca foram totalmente refletidas nas traduções latinas, um fato já reconhecido no século V por Santo Agostinho.

A relação do Filho (ou *Logos*, o Verbo) e do Espírito Santo (*Pneuma*) com o Pai não era a mesma, visto que o Filho é gerado e o Espírito Santo procede do Pai. O Filho participa desse processo, exercendo a posição de mediador, o que dá origem à fórmula: "o Espírito Santo procede do Pai por meio do Filho" (*dia tou Hyiou*). Assim compreendeu Máximo, o Confessor, essa relação no século VII. Contudo, por volta da mesma época, na Espanha, a cláusula "e do Filho" (*filioque*, em latim) havia sido acrescentada ao credo, e como o acréscimo era apoiado pela autoridade de Santo Isidoro de Sevilha, essa fórmula gradualmente se difundiu para outras igrejas. Roma não a aceitou imediatamente; no início do século IX, o Papa Leão III ordenou que brasões com a redação tradicional do credo, tanto em grego quanto em latim, fossem colocados na entrada da Basílica de São Pedro. Em 879-880, no Concílio de Constantinopla, a formulação ocidental "o Espírito Santo procede do Pai e do Filho" foi condenada como herética, considerada uma adição não autorizada ao credo tal como havia sido definido nos Concílios Ecumênicos de 325 e 451. No século XI, porém, Roma adotou a cláusula, endossando assim uma nova interpretação do Espírito Santo que jamais seria reconhecida no Oriente.

Em 1054, Constantino IX convidou o Papa Leão IX a enviar uma delegação a Constantinopla para discutir a possibilidade de formar uma aliança bizantina-papal eficaz para combater os normandos no sul da Itália. Embora os três enviados fossem conhecidos por sua hostilidade em relação a Bizâncio, foram corteses com o imperador. Mas o chefe da delegação, o Cardeal Humberto de Silva Cândia, entrou em conflito imediato com o Patriarca Miguel Cerulário. Após várias reuniões acaloradas, em 16 de julho, ele colocou uma bula de excomunhão no altar de Santa Sofia, e Cerulário respondeu imediatamente da mesma forma. Nesse mesmo instante, Leão IX faleceu, deixando a Sé de Roma vacante e a questão da bula sem solução. Esse evento é por vezes referido como o "Grande Cisma" entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente. Mas as excomuniões foram consideradas pessoais e logo foram revogadas, e a comunicação regular entre os chefes das Igrejas de Roma e Constantinopla também foi restabelecida.

Quando Aleixo I Comneno (1081–1118) solicitou provas de uma ruptura nas relações entre as duas Igrejas, nenhum documento desse tipo foi encontrado na biblioteca do patriarca. Constantinopla e Roma permaneceram em comunhão, e muitos ocidentais frequentavam cultos em igrejas gregas e vice-versa. O pedido de ajuda militar de Aleixo I ao Papa baseava-se em tradições cristãs compartilhadas e levou à Primeira Cruzada e à reconquista de Jerusalém (ver capítulo 24). Em retrospectiva, porém, o cisma de 1054 atingiu proporções consideráveis e seria posteriormente usado pelos cruzados para justificar seu desejo de atacar Constantinopla.

Não é de surpreender que tenham surgido diferenças entre os dois grandes centros da cristandade. Constantinopla permaneceu uma cidade de língua grega, enquanto o latim era falado em Roma, e a tradução entre as duas línguas nem sempre era precisa. Ao contrário das igrejas do Ocidente medieval, no Oriente todo o clero abaixo do posto de bispo tinha permissão para casar. Apenas os bispos orientais eram obrigados ao celibato; portanto, se um padre casado fosse eleito para o episcopado, ele e sua esposa tinham que concordar com uma separação amigável, e ela tinha que entrar para um convento de freiras longe da diocese que ele iria ocupar. No Ocidente, por outro lado, o celibato tornou-se gradualmente um requisito para todo o clero (para todos aqueles que receberam a ordenação sacerdotal). Homens casados continuaram a se tornar bispos e a organizar para que seus filhos herdassem suas igrejas. Em uma diferença marcante, as igrejas ocidentais usavam pão ázimo — que mais tarde se tornaria a hóstia moderna — na Eucaristia, enquanto no Oriente, distribuía-se pão fermentado, mais parecido com um pãozinho. A genuflexão era mais comum no Ocidente do que no Oriente, onde os sacerdotes se prostravam diante do altar em certos momentos da liturgia. Diferentes costumes locais aumentavam ainda mais essa variedade, especialmente em relação ao jejum: no Oriente, comia-se carne aos sábados, enquanto em algumas igrejas ocidentais era proibido o consumo, e estas se preparavam para o domingo jejuando.

As igrejas permaneceram unidas, contudo, em seu zelo comum pelo cuidado das almas cristãs e pela conversão daqueles que não haviam sido criados na tradição cristã. Em Bizâncio, a maior parte da população vivia em aldeias, onde padres casados atendiam às necessidades de seus rebanhos cristãos, batizavam e casavam seus filhos, sepultavam seus mortos e guiavam a vida moral do povo. Nas cidades maiores, esse papel era desempenhado

pelo bispo e sua equipe. Os bispos, por sua vez, eram subordinados ao metropolitano ou arcebispo, que residia na capital de sua arquidiocese. Essa estrutura se refletia na hierarquia das sedes eclesiásticas, que ia do Patriarca de Constantinopla aos bispos, passando pelas diversas categorias numeradas de metropolitano. Durante a última parte do período bizantino, muitas capitais nas províncias europeias ganharam importância e ascenderam na hierarquia, assumindo uma posição superior, em detrimento das capitais da Ásia Menor, devastadas e empobrecidas por guerras constantes.

À medida que o Monte Atos se tornava um ponto focal do ascetismo monástico, monges e eremitas locais inspiravam constantemente outros homens e mulheres a dedicarem suas vidas a Deus, guiando suas jornadas espirituais. Quando o jovem Lucas de Steiris (na Grécia central) deixou sua casa no início do século X, soube da existência de um estilita em Zemenna, no Peloponeso, e implorou que o aceitasse a seu serviço. Durante vários anos, estudou práticas ascéticas com ele e, em seguida, mudou-se para um retiro isolado em Ioannitza, tornando-se um eremita solitário. Com o tempo, os discípulos que o seguiram formaram um mosteiro, e o governador local, General Krinites, acrescentou sua primeira igreja, dedicada a Santa Bárbara, padroeira dos soldados. Mais tarde, a comunidade ergueu a Igreja de Hosios Loukas (ou São Lucas) sobre o túmulo do santo, unindo-a à Igreja da Theotokos (ou Mãe de Deus), criando assim uma estrutura dupla em Steiris (Prancha 31). À medida que a fama dos milagres realizados em seu túmulo se espalhava, diversas doações de bens e dinheiro permitiram aos monges decorar o santuário com mosaicos e afrescos requintados que sobreviveram até os dias de hoje. Graças a essas doações, os mosteiros frequentemente se tornavam instituições muito ricas e poderosas. É crucial lembrar que seus recursos não se baseavam apenas no patrocínio imperial, mas também na fé das famílias camponesas, cuja devoção à Ortodoxia era característica de Bizâncio.

Certamente haveria desafios à hegemonia cristã na sociedade por parte de intelectuais ou hereges como o filósofo João Ítalo e Basílio Bogomilo (um carismático líder búlgaro) no início do século XII, ou Jorge Gemisto Pletão (que abraçou a religião e a filosofia pagãs) no século XV. No geral, porém, a heresia teria sido menos comum do que no Ocidente medieval. As disputas teológicas frequentemente revelam a característica fusão de elementos na cultura bizantina. Ítalo e Pletão representavam as tradições filosóficas e os cultos da Grécia Antiga; Basílio, as variações na prática religiosa medieval. Embora Bizâncio fosse o repositório de todas as tradições cristãs escritas em grego, também preservou poemas e histórias sobre os deuses antigos, bem como alguns de seus templos e estátuas.

Enfatizei aqui a força duradoura que a herança pagã clássica proporcionou a Bizâncio por meio de suas tradições educacionais, administrativas e culturais. Todas elas estavam unidas por um sistema de crenças decididamente ortodoxo, vigoroso no desenvolvimento de definições cristãs que permitiam uma gama completa de experiências distintas — masculinas e femininas, solitárias e cerimoniais. Foi por meio de sua religião que Bizâncio lidou com suas principais disputas, não apenas com os muçulmanos, primeiro os árabes e depois os turcos, mas também com outros cristãos, especialmente os ocidentais. Ao longo dos séculos, essas disputas levaram à recusa bizantina em aceitar a subordinação aos bispos de Roma. A sofisticação teológica dessa tenaz e persistente ortodoxia grega construiu um sistema de crenças distinto e uma autoridade coerente por meio da combinação do

imperador e do patriarca em seu centro. Mesmo que, até o fim, os imperadores lutassem e morressem como gregos e romanos, eles desejavam ser sepultados e venerados como cristãos.

A Igreja de Santa Sofia

Elevando-se acima desse círculo, encontra-se uma enorme cúpula esférica, que torna o edifício excepcionalmente belo. Ela não parece repousar sobre alvenaria sólida, mas sim estar suspensa do céu por aquela corrente dourada, que assim cobre o espaço. ^[9].

PROCÓPIO, *Sobre Edifícios*, c. 560

Embora Yeats tenha escolhido o título "Navegando para Bizâncio" para seu poema de 1928, ele nunca chegou a ir a Istambul, nome dado pelos turcos a Constantinopla. De fato, visitou Ravena e viu os mosaicos bizantinos, mas não experimentou a emoção de chegar a Bizâncio pelo mar. Aproximando-se pelos Dardanelos, através do Mar de Mármara, vislumbra-se, com impaciência, os primeiros sinais da cidade antiga. Finalmente, as muralhas terrestres e marítimas anunciam as defesas circundantes, e logo surgem os minaretes que circundam a cúpula de Santa Sofia. É um momento estranhamente emocionante. Foi assim que a vi pela primeira vez, quando estudante, e é uma experiência que permanece apesar dos arranha-céus que agora dominam o bairro moderno. O perfil imponente da igreja domina a silhueta contra o céu, e a escala da imensa estrutura aumenta à medida que nos aproximamos pelo mar (prancha 16). Sua grandiosa cúpula é impressionante mesmo à distância, e torna-se ainda mais notável quando os enormes contrafortes que a sustentam são revelados. Mais adiante, em direção à ponta do Serrallo e dentro do porto do Corno de Ouro, a mesma igreja pode ser vista do norte.

Se o exterior do edifício é impressionante, seu vasto interior é verdadeiramente de tirar o fôlego. Iluminado pela luz do sol que entra pelas janelas da cúpula e no nível da galeria, as alturas distantes da igreja refletem-se nos mosaicos dourados reluzentes, enquanto os níveis inferiores permanecem na penumbra. Assim que o olhar se acostuma a esse contraste, a decoração multicolorida em mármore das paredes e do piso torna-se evidente, enquanto os capitéis finamente esculpidos no topo das magníficas colunas atraem o olhar de volta para a cúpula (prancha 18). Este monumento é o símbolo quintessencial de Bizâncio.

Para os visitantes medievais, o deslumbramento com a escala do edifício e sua beleza em uso cristão era ainda mais acentuado por não estarem familiarizados com estruturas tão grandes. A igreja era iluminada por milhares de velas e lâmpadas penduradas em frente aos ícones, que realçavam os mármore coloridos e os mosaicos dourados e azuis. De um ambão central, uma plataforma esculpida como um púlpito, em frente às cortinas ornamentadas que separavam o corpo principal da igreja do santuário que circundava o altar, o diácono lia e o patriarca pregava. Os embaixadores do Príncipe Vladimir de Kiev lhe contavam:

Não sabíamos se estávamos no céu ou na terra, pois não há na terra esplendor ou beleza como a dela [...] Sabemos apenas que Deus habita lá entre os homens, e o seu serviço é mais belo do que as cerimônias de outras nações.

Na época de sua consagração, em 27 de dezembro de 537, não havia figuras decorando as paredes, exceto pelos quatro grandes serafins que ainda hoje aparecem entre suas longas asas cobrindo os pendentes. A predominância de mosaicos dourados nas naves laterais e galerias laterais se repetia na cúpula, decorada com uma enorme cruz em um medalhão.

Sua forma era totalmente inovadora. A maioria das primeiras igrejas cristãs adotou a planta basílica, baseada nos salões de recepção imperiais. Essas estruturas altas e alongadas, das quais exemplos como Santa Sabina em Roma e a basílica construída por Constantino em Trier (Alemanha) sobrevivem até hoje, foram facilmente adaptadas para uso eclesiástico com a adição de uma plataforma elevada na extremidade leste do altar. Os santuários dos mártires, frequentemente construídos ao redor de seus túmulos, favoreciam uma forma alternativa, com galerias em torno de um ponto focal central, como no caso de Santa Costanza em Roma. Embora a cúpula já fosse conhecida pelos arquitetos romanos e tivesse sido empregada com grande efeito no Panteão, com seus óculos abertos para o céu, há poucas evidências de seu uso no Mediterrâneo oriental. Precursores da cúpula de Santa Sofia foram procurados em pequenos edifícios abobadados na Isáuria, demonstrando que as habilidades técnicas necessárias eram possuídas. Mas ninguém na cidade jamais havia tentado erguer uma cúpula tão imensa até que Justiniano encomendou a nova igreja da Santa Sabedoria, ou Santa Sofia.

Para compreender a natureza extraordinária desta encomenda, devemos primeiro examinar as tradições artísticas pré-cristãs que Bizâncio utilizou para criar os seus próprios estilos distintos. O legado mais óbvio da Antiguidade foi a arte imperial: a representação de governantes (estátuas, relevos e retratos em mosaicos e moedas) e os seus diversos atributos (coroas cravejadas de joias, orbes e cetros, cintos de casamento, bem como vestes imperiais púrpuras e botas vermelhas). Bizâncio também adaptou técnicas artísticas decorativas para uso cristão, esculpindo elementos arquitetônicos como colunas, capitéis e relevos para decorar monumentos funerários e sarcófagos. Da mesma forma, os artesãos bizantinos deram continuidade às antigas técnicas de trabalho com metais preciosos, esmalte, marfim e cristal de rocha. Eram particularmente hábeis nestas técnicas: cunhagem de moedas, entalhe de presas de elefante, talha de mármore de diferentes cores para criar pavimentos e revestimentos de paredes policromados e tecelagem de intrincados padrões de seda multicoloridos.

Antes do século VI, as roupas de seda importadas da China e da Pérsia eram tão valorizadas que chegavam a ser desfiadas para fornecer fios para os teares romanos e bizantinos. Segundo Teodoreto de Ciro, essa atividade empregava os "dedos ágeis de mulheres e crianças". Quando o segredo do ciclo de vida do bicho-da-seda foi descoberto, supostamente por monges que contrabandearam alguns bichos-da-seda da China e os apresentaram a Justiniano, o plantio de amoreiras para fornecer a fonte essencial de alimento deu origem a uma indústria completamente nova em Bizâncio. Após a conquista árabe da Pérsia e do Oriente Próximo no século VII, as regiões produtoras de seda de Tiro e Sidon se expandiram para além dos Montes Tauro e, posteriormente, para a capital. Contudo, alguma produção provincial foi permitida, enquanto isenções fiscais incentivaram a produção de corante púrpura a partir de minúsculos moluscos do gênero *Murex*, capturados nas costas da Grécia e da Ásia Menor.

A tecelagem da seda concentrava-se, portanto, nas oficinas imperiais de Constantinopla, onde os processos de fabricação eram cuidadosamente protegidos como monopólio estatal. Controles rigorosos eram aplicados a cada etapa da produção, organizada por grupos de artesãos qualificados. Tradicionalmente, as sedas exibiam motivos naturais, seculares e

imperiais: pares de leões, águias, grifos, caçadores, amazonas ou cocheiros, em cores vibrantes (Figura 7). Temas cristãos, como cenas da vida de Jesus Cristo, eram muito menos comuns. Nos séculos VII e VIII, a produção dentro do império desenvolveu-se de forma tão espetacular que os bispos de Roma acumularam presentes de sedas bizantinas, como as trazidas a Roma por Lázaro, um pintor de ícones khazar, em 857-858. Uma embaixada enviada ao imperador do Ocidente, Luís, o Piedoso, em 824, incluía dez sedas de cores diferentes entre seus presentes diplomáticos.

Entre outros artigos de luxo, produziam-se esmaltes e joias de ouro, incluindo cintos e alianças de casamento com imagens tradicionais de *Homonia* (Concórdia), às quais se acrescentavam imagens de Cristo abençoando os recém-casados. A mesma mistura de temas antigos e cristãos era mantida em brincos, pingentes e pulseiras de filigrana de ouro e esmalte. Associações semelhantes de autoridade sagrada e poder secular são evidentes em moedas e peças de marfim, onde Cristo coroa o imperador, conferindo assim a aprovação celestial ao seu representante na Terra (Prancha 14). Na produção de manuscritos, tingir o pergaminho de púrpura e escrever nele com tinta prateada também representava a preservação de uma prática antiga. Cópias ilustradas da *Ilíada* e da *Odisseia*, geralmente em papiro, serviam de modelo para os textos bíblicos ilustrados por pintores medievais, muitas vezes empregando um estilo muito semelhante ao das bandas desenhadas modernas.

Após uma ênfase inicial nos aspectos simbólicos do cristianismo — pães e peixes, o sinal da cruz — os artistas começaram a retratar suas figuras principais: Jesus Cristo, a Virgem Maria e os mártires. Esses retratos bizantinos de figuras sagradas empregavam a técnica de pintura encáustica (cera quente colorida com uma ampla gama de tonalidades), que já havia sido utilizada em retratos funerários romanos. Os ícones religiosos são frequentemente considerados a expressão quintessencial da arte bizantina, embora haja considerável discordância sobre como se tornaram tão prevalentes (abordarei essa questão no Capítulo 9). Alguns dos mais antigos são preservados no Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, que abriga três magníficos ícones frequentemente associados ao patrocínio do imperador: a célebre imagem do Pantocrator (ou "Senhor de Tudo") (Prancha 21), a Virgem com o Menino, santos militares e anjos, e São Pedro. Posteriormente, a imagem original do ícone de Cristo foi pintada por cima, de modo que só foi identificada como uma obra do século VI após sua restauração. A imagem parece fitar o observador com dois olhos enormes e oniscientes, que diferem em forma e função: um parece condenar severamente, enquanto o outro perdoa. Os ícones da Virgem e de São Pedro, por outro lado, não se dirigem ao observador de maneira tão direta. Todas as três figuras são representadas em um contexto arquitetônico. Esse tipo de pintura em encáustica é extremamente impressionante, impactante e poderoso; além disso, é executada rapidamente para capturar as feições humanas, especialmente os olhos e os tons de pele, com cores realistas. Essa técnica parece não ter sobrevivido até a Idade Média, quando foi substituída pelo uso de clara de ovo para fixar as cores.

Em todos esses campos artísticos, os artesãos bizantinos adaptaram técnicas antigas a novos propósitos. Mas, para a construção de Santa Sofia, eles tentaram algo sem precedentes. O contexto para essa experiência inovadora reside nos primeiros anos do reinado de Justiniano. Ele se tornou imperador em 527, após a morte de seu tio Justino, que o havia levado para Constantinopla e o preparado para a sucessão. Ao contrário de Justino, que era

um grande comandante militar, mas não um homem erudito, Justiniano tinha um domínio firme da administração imperial, do direito, da teologia e das cerimônias da corte. Durante os dez anos de reinado de seu tio, ele desempenhou um papel influente e assumiu a responsabilidade por mudanças políticas significativas. Como já vimos, ele insistiu em revisar a lei que proibia os senadores de se casarem com plebeus para que pudesse se casar com Teodora, contrariando fortemente a sua tia, a imperatriz Lupicina Eufêmia. Uma vez que se tornou governante único, ele empreendeu diversas iniciativas: reformar a lei, impor impostos mais altos e retomar a guerra contra a Pérsia. Ele nomeou vários generais para liderar a luta pelo império e passou a maior parte da sua vida na capital. Não se sabe ao certo onde ou como adquiriu a sua paixão pela construção.

Em 532, os Verdes e os Azuis, os dois grupos responsáveis pelos espetáculos do Hipódromo, encenaram um sério desafio ao poder do imperador. Normalmente rivais, nessa ocasião os dois grupos uniram-se na sua hostilidade às políticas financeiras de Justiniano e proclamaram Hipácio, sobrinho do imperador Anastácio I, como imperador rival. Apesar das objeções da sua esposa, já relutante, Hipácio concordou em servir aos seus propósitos, e uma multidão reuniu-se no Hipódromo para testemunhar a sua aclamação e investidura com a púrpura imperial. A rebelião foi apelidada de *Nika*, um termo que significa "conquista", e que era cantado pelos participantes. Para agravar ainda mais a ameaça, os Verdes e os Azuis incendiaram o centro da cidade e queimaram uma grande área, incluindo a Basílica de Santa Sofia. De acordo com o relato de Procópio sobre o incidente, Justiniano reuniu-se com os seus conselheiros no palácio para decidir o que fazer. Enquanto ouviam os gritos da multidão, fizeram planos para escapar de barco pelo porto do palácio. Então a Imperatriz Teodora — outrora senhora da multidão e de seus aplausos — apressou-se em declarar que não pretendia partir. "O púrpura fica muito bem em uma mortalha", disse ela, citando autores antigos como Isócrates. "Prefiro morrer com estas vestes imperiais." Inspirado por sua determinação resoluta, seu marido aparentemente convenceu-se de que devia usar a força em vez de negociar com os rebeldes ou fugir. Assim, ordenou que tropas invadissem o Hipódromo, dando início a um verdadeiro massacre de bizantinos desarmados.

Teodora não seria a primeira, embora certamente uma das mais notáveis, entre uma série de mulheres enérgicas que exerceriam grande poder em Bizâncio. Frequentemente estrangeiras, elas defenderiam um poder autocrático que haviam moldado à sua vontade e seriam responsáveis por grande derramamento de sangue. Esposas e viúvas imperiais tomariam iniciativas impensáveis em outras sociedades medievais. Mesmo que os detalhes exatos do relato de Procópio sejam inventados, é provável que histórias sobre a intervenção de Teodora circulassem tanto dentro do palácio quanto entre os habitantes da cidade. Seu exemplo é citado como um modelo a ser seguido por outras mulheres. É evidente que imperatrizes como Irene (780-790, 797-802), Teodora (842-856), Zoe (914-919) e Teofânia (963-969), embora sempre sob a tutela de homens e documentadas apenas por escritores do sexo masculino, moldaram e direcionaram o poder imperial.

Mulheres que, como Teodora, entraram para a dinastia reinante por meio do casamento logo aprenderam a explorar as tensões palacianas em seu próprio benefício. A trajetória de Irene fornece uma prova notória dessa habilidade, já que ela cultivou o apoio de facções da corte e da Igreja para ascender ao posto de imperatriz, cegando seu filho Constantino VI e

governando sozinha por cinco anos (ver capítulo 10). Em contraste, aquelas que nasceram na família imperial, como Zoe e sua irmã Teodora no século XI, ou Ana Comnena no século XII, por exemplo, foram treinadas em rotinas cerimoniais e práticas filantrópicas desde jovens. Mesmo assim, elas também surpreenderam suas contemporâneas ao assumirem um papel muito mais proeminente do que geralmente era permitido às mulheres. Zoe e Teodora dominaram o período de 1028 a 1056, governando juntas ou sozinhas e promovendo cinco homens diferentes ao posto imperial. Após a morte de Zoe, Teodora assumiu o controle total do império, que, por sua vez, passaria para seu marido. O legado da esposa de Justiniano pode, portanto, ser rastreado ao longo dos séculos, refletindo a memória de uma figura poderosa e de um casamento incomum, porém extremamente frutífero.

Para as áreas devastadas pelo fogo no centro de Constantinopla, Justiniano concebeu um grandioso plano de reconstrução centrado no Jardim Augusto, uma grande praça dedicada aos imperadores. Ao norte, ele posicionou as duas igrejas mais importantes: a catedral dedicada à Santa Sabedoria (Hagia Sophia, ou Santa Sofia) — comumente conhecida como a Grande Igreja — e sua vizinha, a Igreja da Santa Paz (Hagia Irene, ou Santa Irene). Ao sul e oeste, planejou a restauração do Senado, partes do Patriarcado, o Hospício de Sansão (uma instituição de caridade) e o Portão de Chalke, que servia como entrada principal para o Grande Palácio. Nas proximidades, ele também reconstruiu os banhos públicos, que receberam o nome de Banhos de Zeuxipo, e a área com arcadas ao longo de ambos os lados da principal via, a Mese, que se estendia até o Fórum de Constantino.

Ao considerar a forma da catedral, Justiniano pode ter sido influenciado pelas obras de uma rica senadora, Juliana Anicia, que havia concluído recentemente uma igreja excepcionalmente grande dedicada a São Polieucto em sua propriedade perto do Aqueduto de Valens. Embora não esteja claro se essa igreja possuía uma cúpula ou um telhado de duas águas, Justiniano estava determinado a que a Hagia Sophia fosse maior e ainda mais magnífica. O imperador não poupou despesas em sua construção, que começou imediatamente após a revolta. Ele incumbiu dois engenheiros, Antêmio de Trales (também conhecido como matemático) e Isidoro de Mileto, de erguer uma cúpula maciça, com 31 metros de diâmetro, sobre a nave da igreja, a 55 metros da base — algo que nunca havia sido tentado antes. Em seu panegírico ao imperador, *Sobre as Construções*, Procópio descreve a técnica utilizada para construir este edifício sem precedentes, que aparentemente foi concluído em cinco anos após a revolta. Ele provavelmente foi um dos fiéis que compareceram à inauguração da nova igreja, logo após o Natal de 537. Mas não encontrou palavras para explicar como a estrutura podia sustentar uma cúpula tão grande, perfurada por quarenta janelas através das quais o sol penetrava na vasta caverna abaixo; então, descreveu-a como uma estrutura que flutuava.

Embora a existência de cúpulas anteriores indique que as técnicas de engenharia necessárias já eram dominadas, a escala da Hagia Sophia era excepcional. A construção daquele teto exigiu estruturas substanciais em cada canto da base quadrada, de onde os pendentes em forma de meio diamante se curvavam para cima para sustentar a base circular da cúpula. A leste e a oeste, semicúpulas em um nível inferior protegiam a abside e cobriam o nártex duplo, por onde as pessoas entravam na igreja através de sete portas. O conjunto

central de portas, o maior deles, era reservado para o patriarca e o imperador, que se cumprimentavam ali antes de entrar no corpo principal da igreja. No interior, o piso de mármore multicolorido estendia-se até os níveis inferiores das paredes laterais, e uma infinidade de colunas coloridas sustentava um painel decorativo esculpido que percorria todo o interior do edifício. Os capitéis preservavam as letras dos nomes imperiais, Justiniano e Teodora, e os tetos das galerias eram cobertos com mosaicos de ouro. Diz-se que, quando o imperador viu a obra concluída pela primeira vez, exclamou: "Salomão, eu te superei!" ^[10] Claramente, ele desejava ser incluído entre os maiores construtores conhecidos. O resultado do trabalho de Antêmio e Isidoro é uma inovação arquitetônica justamente celebrada que permaneceria incomparável por quase mil anos.

Na Praça Augusta, decorada com estátuas clássicas de imperadores, Justiniano ergueu sua própria coluna, coroada por uma estátua equestre. Ele foi retratado em uniforme militar persa, uma referência às vitórias militares romanas sobre a Pérsia, conquistadas por Belisário. Justiniano também reconstruiu o edifício do Senado, com magníficas colunas de mármore branco sustentando um pórtico embelezado com mármore coloridos e um teto coroado por inúmeras estátuas. Ele também encomendou a construção de dois novos hospícios, além da enorme cisterna hoje conhecida como Yerebatan Sarayi, a oeste de Santa Sofia. Graças a todas essas reconstruções, Justiniano deixou sua marca no coração da cidade de Constantinópolis.

Vinte e um anos depois, um terremoto causou rachaduras na cúpula. Enquanto estas eram reparadas, a parte leste da semicúpula acima do altar desabou. Juntamente com outros construtores experientes, Isidoro, o Jovem, filho do engenheiro original, decidiu reforçar a cúpula elevando-a mais sete metros, tornando-a mais estreita e íngreme. Ela também foi redecorada com uma cruz monumental do mesmo desenho, feita de mosaicos dourados, e a reconstrução foi comemorada com uma longa descrição em versos de um oficial da corte chamado Paulo. Essa descrição nos dá uma ideia da mistura de cores obtida através do uso de vários mármore nas colunas: verde de Caristo, Lacônia e Tessália; jaspe da Frígia; branco de Proconeso, no Mar de Mármara; púrpura do Egito; e outros importados da Líbia e da Lídia. Paulo documenta o uso de ônix, metais preciosos e cortinas que separavam o corpo principal da igreja da abside (*bema*), e que eram decoradas com imagens de Cristo, de sua Mãe e dos santos. No coro, havia também discos de prata gravados com imagens semelhantes, e o ambão era completamente revestido de prata.

Em **Sobre Edifícios**, Procópio nos oferece uma descrição detalhada de Santa Sofia e de inúmeras igrejas em outras cidades, bem como de fortificações, banhos, estradas, pontes e hospedarias onde a correspondência imperial trocava de cavalos — tudo construído por Justiniano. As finanças do império haviam melhorado sob o imperador Atanásio, e aparentemente havia recursos ilimitados disponíveis para financiar a mania imperial de construção. O exército fornecia conhecimento técnico em engenharia e mão de obra para construções militares, enquanto centenas de pedreiros e artesãos devem ter sido empregados na decoração dos mosaicos e mármore que adornavam as muitas igrejas do imperador dedicadas à Mãe de Deus, como a Igreja Nova em Jerusalém. Justiniano exigia os melhores técnicos e os artesãos mais habilidosos, desafiando-os a realizar suas grandes ambições. O custo de todos esses edifícios deve ter esgotado os cofres imperiais, embora

calcular seu orçamento seja extremamente difícil (ver capítulo 14). O relato de Procópio é um elogio ao imperador, possivelmente escrito para garantir uma posição imperial. O mesmo autor também registrou as campanhas do imperador contra os persas, vândalos e godos em * *História das Guerras* *. Como acompanhou o general Belisário como civil, seu relato em primeira mão de muitas batalhas e negociações constitui uma notável obra histórica em estilo clássico, repleta de informações detalhadas sobre a estratégia de Justiniano para restaurar o Império Romano. No entanto, sabemos muito pouco sobre o próprio autor.

Além disso, em sua *Anedota*, ou *História Secreta*, Procópio escreve o que não pôde incluir em seus outros textos: as origens da imperatriz como artista de circo, ou que seu tratamento implacável para com os cortesãos e sua perseguição determinada aos adversários religiosos estavam ligados à fraqueza do imperador em resistir à esposa e às suas próprias práticas diabólicas. A capacidade de Justiniano de passar noites em claro, e com quase nenhuma necessidade de comida, é associada aqui a poderes sobrenaturais e a uma intenção malévola de destruir o tecido social do império. Tanto a imperatriz quanto o imperador, que vinham das classes mais baixas, desconfiavam do poder arraigado da aristocracia e buscavam diminuir sua superioridade tradicional. Mas a condenação extrema de Procópio aqui contrasta fortemente com seu relato ponderado de campanhas militares ou com seu elogio acrítico de edifícios. A *História Secreta* também recebeu esse nome porque permaneceu inédita durante toda a vida de Procópio e só foi descoberta no século XVII em um manuscrito em Roma. Inicialmente, os estudiosos acreditavam que se tratava da obra de outro Procópio, mas Averil Cameron demonstrou que as três obras são claramente do mesmo autor. Procópio era, obviamente, um escritor multifacetado, e suas razões para utilizar abordagens tão contrastantes continuam a desafiar os leitores modernos.

Durante seu longo reinado de quase quarenta anos, Justiniano realizou muitas coisas; mas nenhuma foi tão gloriosa ou duradoura quanto a Basílica de Santa Sofia. Em dias festivos importantes, quando o casal imperial assistia às missas na catedral, o imperador, juntamente com o patriarca, e a imperatriz, sentados na galeria sudoeste, podiam testemunhar o esplendor da liturgia bizantina em Santa Sofia. Ao contrário dos demais leigos, os governantes podiam entrar no santuário reservado ao clero, por exemplo, para trocar as toalhas do altar ou apresentar coroas de flores à Igreja. Todas as descrições do edifício enfatizam o efeito cintilante da luz de inúmeras lâmpadas, algumas suspensas na cúpula e outras iluminando as estruturas, criando um efeito inesquecível.

O espanto expresso pelos visitantes posteriores também era comum entre os próprios bizantinos, que se perguntavam como tal estrutura poderia ter sido erguida. Visitantes árabes registraram sua admiração pelo grande relógio de Santa Sofia, com suas vinte e quatro portas que se abriam e fechavam para marcar as horas. O monumento daria origem a uma série de histórias lendárias, desde o *Relato de sua Construção* (provavelmente da segunda metade do século X) até o folclore grego moderno, incluindo os relatos de peregrinos russos. O *Relato* descreve como Justiniano planejou o monumento, usando madeira da Arca de Noé para as portas; como um anjo vigiava a construção para garantir que não desabasse; e como ele exigiu que os trabalhadores construíssem uma janela tripla na abside em homenagem à Santíssima Trindade. Essas histórias entrariam na memória popular e ressurgiriam em diferentes séculos com ligeiras variações e acréscimos. Santa

Sofia, por séculos a maior igreja da cristandade, continuaria a maravilhar e inspirar explicações imaginativas.

A Igreja da Santa Sabedoria também inspirou a mesquita construída pelo Sultão Mehmet II no local do mausoléu imperial e a Igreja dos Santos Apóstolos após a conquista de Constantinopla em 1453. Foi um importante símbolo de mudança fundamental; mas a nova mesquita com cúpula, que recebeu o nome do conquistador, celebrava uma forma arquitetônica distintamente cristã. Da mesma forma, ao se aproximar de Istambul pelo mar, a Mesquita do Sultão Ahmed, conhecida como Mesquita Azul pela cor de seus azulejos, parece rivalizar com a Hagia Sophia, embora tenha sido construída mil anos depois e, por estar situada um pouco mais abaixo na encosta, não alcance a grandiosidade de seu protótipo. A partir de 1453, quatro minaretes adicionados aos cantos da Basílica de Justiniano marcaram a conversão do antigo monumento ao Islã. Mas a verdade é que estes apenas reforçam o caráter único da Hagia Sophia, e a enorme escala da estrutura sob sua cúpula permanece um símbolo físico da aspiração de Constantinopla de governar o mundo. Enquanto existir, Bizâncio sempre estará presente.

Os mosaicos de Ravenna

Na abside de San Vitale, a imagem deste mesmo Maximino, bem como a do imperador e da imperatriz, aparecem belamente representadas em mosaico. [uuu](#).

ANDRÉ A GNELO , *Livro dos Pontífices da Igreja de Ravenna* , início do século IX

Os mosaicos de Ravenna foram minha primeira e mais emocionante introdução à arte bizantina. Eles haviam sido danificados pelos bombardeios aliados durante a Segunda Guerra Mundial, mas a partir de 1945, cópias dessas obras-primas do século VI foram enviadas por toda a Europa para arrecadar fundos para sua restauração. Minha mãe tinha visto a exposição e estava ansiosa para ver os originais; eu estava aprendendo italiano na escola, e nós duas achamos que Ravenna deveria ser o foco de nossas próximas férias de verão. Então, partimos de Milão em um Fiat Cinquecento alugado para ver os mosaicos que homenageavam Justiniano e Teodora. Só mais tarde eu me perguntaria por que retratos de governantes bizantinos que nunca estiveram em Ravenna ladeavam a entrada do altar da Igreja de San Vitale. Por que estavam ali?

Em 89 a.C., Ravenna, uma pequena cidade na costa adriática da Itália, foi conquistada pelos romanos e mais tarde tornou-se a capital da província italiana de Flâminia e Piceno. O local bem fortificado possuía um porto seguro em Classis (atual Classe), com importantes ligações marítimas por todo o Mediterrâneo, o que atraiu a atenção do imperador Honório (395-423), que governava a parte ocidental do império enquanto seu irmão Arcádio governava o leste (395-408). Como a maioria dos imperadores do século IV, Honório não residia em Roma, mas tinha sua residência imperial e corte em Milão. Em 402, ele decidiu mudar-se de Milão para Ravenna, que poderia ser melhor protegida contra incursões bárbaras. Sob o patrocínio imperial, Ravenna cresceu rapidamente, aumentando em população e em edifícios essenciais para administrar os remanescentes do Império Romano do Ocidente. A cidade atraiu aristocratas de Roma e de outros centros ocidentais, mercadores de todos os cantos do Mediterrâneo e embaixadas de governantes que detinham poder fora do mundo romano.

Entre os que se estabeleceram em Ravenna estava Galla Placídia, filha de Teodósio I e irmã mais nova de Arcádio e Honório. Em 423, seu filho Valentiniano III foi proclamado *Augusto* (Imperador) do Ocidente com apenas cinco anos de idade, então Galla assumiu o poder e governou como regente por mais de vinte e cinco anos. Ela patrocinou a construção de inúmeras igrejas dedicadas ao rito "Ortodoxo" (anti-ariano), mantendo relações com a facção cristã pró-ariana. Sua Basílica de São João, o Teólogo, deve ter sido um monumento espetacular, rivalizando com a catedral da cidade dedicada a Apolinário, o santo local, cujas relíquias eram guardadas em Classis. A igreja foi construída depois que ela enfrentou uma forte tempestade no mar em seu retorno de Constantinopla. Orando a São João (um pescador e também evangelista), Galla prometeu construir uma igreja para ele se o navio sobrevivesse. Detalhes dessa história adornavam a basílica original. Galla também obteve bastante sucesso em proteger as aspirações imperiais de seu filho de generais ambiciosos. Em 437, Valentiniano casou-se com Eudóxia, filha de Teodósio II, em uma grande cerimônia que também foi comemorada nos mosaicos que decoravam o palácio de Ravenna.

Pouco antes de sua morte, em 450, Galla mandou construir seu próprio mausoléu, com mosaicos cristãos adornando os três sarcófagos destinados a abrigar seus restos mortais, juntamente com os de seu marido e filho. Com suas belas janelas de quartzo, cenas simbólicas do Bom Pastor, pombas e um cervo bebendo da fonte da vida, e um céu estrelado na cripta central, trata-se de uma pequena e requintada câmara funerária em forma de cruz. Foi dedicada ao mártir romano São Lourenço, que é retratado ao lado da fogueira onde foi torturado em uma grelha. O mausoléu provavelmente estava ligado ao grande complexo palaciano, onde ainda se conserva o piso de mosaico de uma capela dedicada à Santa Cruz. Sob o bispo Pedro Crisólogo (432-450), seis sedes episcopais da Emília, anteriormente sob a autoridade de Milão, foram atribuídas a Ravena. Ao se tornar a capital incontestável da Itália, a cidade ganhou poder eclesiástico adicional, proporcional à sua autoridade política.

Em 455, Roma foi saqueada pelos vândalos, que haviam ocupado o norte da África, com tamanha brutalidade que estabeleceu um novo padrão e deu origem ao termo moderno "vandalismo". A cidade jamais recuperaria seu antigo status. Mas o declínio político de Roma ocorreu paralelamente à ascensão de Ravena, que se tornou uma verdadeira capital imperial sob o líder ostrogodo Teodorico, que ali estabeleceu seu governo e corte em 489. Teodorico foi um dos líderes militares não romanos que os imperadores de Constantinopla incentivaram a se deslocar para o oeste a fim de manter a autoridade entre as fragmentadas províncias da Itália. Essa estratégia complexa visava aliviar a pressão sobre o Oriente, ao mesmo tempo que proporcionava aos soldados bárbaros um papel no império, embora frequentemente causasse sérios problemas para as autoridades locais, especialmente os bispos de Roma. Teodorico, contudo, era um tipo diferente de bárbaro, pois passara sua juventude (entre c. 461 e 470) em Constantinopla como fiador da boa conduta de seu pai; Ele era uma pessoa culta e havia assimilado as tradições da corte imperial.

Embora reivindicasse o título de Rei dos Godos, e o termo *rex* fosse normalmente usado apenas para governantes não romanos, Teodorico tinha ambições imperiais. Ao chegar a Ravena com o apoio do Imperador Zenão (474-491), essas esperanças se refletem em diversas cartas escritas em seu nome por seu chanceler, o erudito senador Cassiodoro. Ao Imperador Anastácio (491-518), ele declarou:

Nossa realza é uma imitação da sua, baseada em suas boas intenções, uma cópia do único império, e na medida em que a seguimos, nos destacamos acima de todas as outras nações. [\[12\]](#).

Em seus projetos de construção, seu mecenato à cultura da Antiguidade Tardia e seu hábito de usar vestes púrpuras, não há dúvida de que ele seguiu a prática imperial. No entanto, embora o domínio de Teodorico sobre romanos e godos fosse reconhecido como superior por seus contemporâneos tanto no Oriente quanto no Ocidente, Constantinopla nunca lhe concedeu o título oficial de *Augusto*.

No primeiro quartel do século VI, Teodorico empreendeu um importante programa de construção em Ravena para celebrar a fé ariana dos godos, com a catedral dedicada a Cristo (atual Sant'Apollinare Nuovo), o batistério ariano e um palácio decorado no típico estilo imperial com cenas de corridas de bigas no Hipódromo. Para sua igreja, Teodorico encomendou mosaicos representando a vida e os milagres de Cristo, bem como imagens de

si mesmo liderando os godos em adoração, seu palácio e a cidade portuária de Classis. Dessa forma, a teologia ariana, condenada nos dois primeiros Concílios Ecumênicos (de Niceia e Constantinopla, respectivamente), mas preservada pelos godos e outras tribos não romanas, foi consagrada em uma série de igrejas adornadas com elegantes mosaicos. Seguindo o exemplo de Galla Placídia, Teodorico construiu o monumento onde seria sepultado, um mausoléu que ainda existe hoje, com um imponente bloco único cobrindo o túmulo. Ele também construiu palácios, fortalezas, aquedutos, banhos e outros edifícios públicos dignos de um patrono imperial.

Teodorico visitou Roma apenas uma vez, em 500, quando celebrou seus *trinta* anos no trono com pompa imperial. Sua ascensão ao poder aparentemente data da época de sua primeira vitória militar, por volta de 470, após a morte de seu pai. Depois de uma recepção cerimonial pelo Papa Símaco, por todo o Senado e por todo o povo, Teodorico orou na Basílica de São Pedro, discursou perante o Senado, inaugurou jogos circenses e aumentou a *annona*, a distribuição de pão. Durante seis meses, viveu no Monte Palatino, no antigo palácio imperial, e prometeu manter as ordenanças dos imperadores romanos anteriores. Ele considerava a antiga capital um centro de saber: "Todos deveriam desfrutar de Roma, essa fértil mãe da eloquência, esse imenso templo de toda virtude, essa cidade que não pode ser considerada um lugar estrangeiro." Contudo, Teodorico dedicou os vinte e cinco anos seguintes à sua própria capital, Ravena, onde governou uma sociedade mista de godos e romanos, pró e antiarianos, com considerável habilidade e tolerância.

Isso pode ser visto em inúmeras cartas escritas por Cassiodoro, que refletem as ambições de Teodorico. Em resposta a um apelo, por exemplo, ele respondeu: "Eu, que penso em justiça, mesmo sem exigências, acolho com alegria os pedidos razoáveis dos suplicantes. Pois o que é mais adequado do que a equidade inviolável para preservar meu Estado, mesmo que as armas o protejam?" Da mesma forma, quando os judeus de Gênova pediram a Teodorico permissão para reconstruir sua antiga sinagoga, ele respondeu que eles poderiam refazer o telhado da estrutura, mas não ampliá-la. "Concedo a permissão, portanto, mas condeno as súplicas de homens equivocados [...] Não posso impor a sua fé, visto que ninguém é obrigado a crer contra a sua vontade." ^[13] ». Desta forma, Teodorico fortaleceu a lealdade de seus numerosos e variados súditos.

Em Ravena, cunhou moedas de estilo imperial e emitiu um medalhão com seu próprio retrato característico. Com a ajuda de Cassiodoro, assegurou a eficiência da administração produzindo registros em papiro. Encomendou ao erudito senador a escrita da história dos godos, obra que Cassiodoro concluiu em doze volumes, parcialmente preservada em uma versão posterior de Jordanes, conhecida como *Getica*. Teodorico fomentou a vida intelectual da cidade e patrocinou diversos estudiosos, incluindo o filósofo Boécio, a quem foi solicitado que documentasse a construção de relógios de sol, relógios de água e outros dispositivos técnicos. Por volta de 524, Boécio foi acusado de traição e, na prisão, escreveu sua célebre Consolação *da Filosofia* antes de sua execução — um ato do qual Teodorico se arrependeria mais tarde.

Embora Teodorico permanecesse fiel às definições arianas da natureza e posição de Cristo, e incentivasse os estudiosos neoarianos a refutar as afirmações dos ortodoxos, as duas comunidades religiosas coexistiram pacificamente. Sob seu patrocínio, manuscritos

suntuosos dos Evangelhos foram produzidos na tradição gótica, executados por Ulfila, com tinta prateada sobre pergaminho púrpura. Em termos de língua, direito e definições religiosas, o contraste entre o gótico e o romano fez de Ravena um ponto de encontro fundamental para ambas as culturas. Ali, crenças e práticas romanas e não romanas foram integradas, uma conquista que se mostraria crucial para a história futura do Ocidente. Esse processo de confronto e aculturação se reflete brilhantemente na história de Ravena, que atraiu tanto grupos romanos quanto não romanos e se tornou a nova capital do Ocidente.

Quando Teodorico morreu em 526, sua filha Amalasunta assumiu a regência em nome de seu jovem filho, Atalarico, que foi proclamado rei aos dez anos de idade. Amalasunta havia sido educada à moda romana e simpatizava com Constantinopla, o que gradualmente despertou a hostilidade dos cortesãos góticos. Embora tenha conseguido manter a regência até 534, quando seu filho morreu, eles a forçaram a aceitar seu primo Teodato como corregente. Mas ele a exilou e a estrangulou, levando Justiniano a vingar sua morte. Como os governantes de Constantinopla mantinham a ficção de que detinham a autoridade suprema sobre a Itália, Justiniano justificou o envio de tropas contra Teodato alegando que ele havia usurpado o trono. O imperador já havia iniciado uma campanha para restaurar o domínio romano sobre as províncias ocidentais invadidas por tribos bárbaras. Em 533, o general bizantino Belisário, que havia se destacado na frente oriental contra a Pérsia, obteve uma grande vitória sobre os vândalos na África. Em seguida, avançou para a Sicília, e de lá Justiniano ordenou que marchasse para o norte contra os godos, enquanto outro general, Mundus, invadia a Itália pelo norte. Diante de tais ameaças, os godos abandonaram Teodato e elegeram outro líder, Vitiges. Mas este não conseguiu derrotar Belisário, que entrou em Ravena em 540, capturou Vitiges e restaurou o domínio imperial direto. Procópio registra os detalhes dessas campanhas em sua *História das Guerras*.

A derrota dos godos levou a um novo boom de construções, organizado principalmente pelos bispos de Ravena, com a ajuda de um rico comerciante de prata, Juliano, que anteriormente havia contribuído para a basílica pró-ariana de Sant'Apollinare in Classis. Ele também atuou como banqueiro para a construção da igreja de San Vitale, dedicada ao outro santo padroeiro de Ravena, Vitalis. Esta igreja havia sido iniciada pelo bispo Ecclesius sob o domínio gótico e só foi concluída por seu sucessor, Maximiano, em 547. Neste edifício octogonal, mosaicos do imperador Justiniano e sua esposa Teodora, ladeando a entrada do altar, contrastavam com os retratos anteriores de Teodorico e confirmavam o retorno da ortodoxia a Ravena. Ambos os governantes foram retratados oferecendo seus presentes ao santo, acompanhados por seus cortesãos (pranchas 19 e 20).

Esses mosaicos trouxeram o imperador do Oriente e sua esposa para as paredes de uma igreja do século VI em Ravena, embora eles nunca tivessem estado na Itália. Quem insistiu em colocar os mosaicos imperiais em San Vitale? Como Justiniano construiu e decorou inúmeras outras igrejas por todo o império, ele bem poderia ter financiado as etapas finais da construção e da decoração com mosaicos. Mas possivelmente foi Juliano, o comerciante de prata, o responsável, ou talvez o bispo Maximiano tenha insistido na inclusão do casal imperial. Seja qual for a sua origem, os mosaicos são peças únicas e representam o único exemplo sobrevivente desses governantes bizantinos do século VI sendo retratados no santuário ao redor do altar.

O retrato de Teodora também é alvo de considerável controvérsia. Nele, ela é retratada com suas vestes imperiais, o púrpura que afirmava preferir como sudário em vez de véu. A bainha mostra os Reis Magos trazendo seus presentes ao Menino Jesus, enquanto sob sua túnica branca há uma borda dourada, vermelha e verde. Um largo colar adornado com joias pende sobre seus ombros e, em sua cabeça, uma alta coroa com longos fios de pérolas que caem da borda sobre seus seios. Ao contrário de suas damas de companhia, que vestem esplêndidos vestidos de cores vivas decorados com motivos também encontrados em outros fragmentos de tecido sobreviventes, sapatos vermelhos, colares, brincos e toucados, Teodora tem uma aparência mais monumental do que humana. Alguns historiadores da arte acreditam que ela está oferecendo seu presente, uma grande tigela cheia de moedas, a uma fonte contra um fundo escuro, representando sua morte. Seja qual for o motivo, esta figura imperial solene personifica a suprema autoridade da Imperatriz Teodora, transformada a partir de suas origens como artista de pantomima. Ela aparece diante de seu marido, que é retratado com todas as suas vestes imperiais, acompanhado pelo bispo Maximiano, vários membros do clero e sua guarda pessoal.

Os ortodoxos continuaram o processo de eliminação de todos os vestígios do arianismo em Ravena. Em 561, o bispo Agnelo rededicou a catedral de Teodorico, conhecida como Paraíso Dourado, a São Martinho e ao culto ortodoxo. Ele substituiu o retrato do imperador por mosaicos dourados com imagens dele ao lado do imperador Justiniano. Remanescentes do mosaico ariano original são preservados na seção do palácio, onde as mãos remanescentes outrora estavam unidas a figuras piedosas. Em outros locais, outras imagens de Teodorico permaneceram e continuaram a causar profunda impressão. Quase três séculos depois, um historiador eclesiástico elogiou um retrato em mosaico do governante gótico com personificações de Roma e Ravena, que decorava o palácio de Pavia na década de 830. Ele também registrou que Carlos Magno havia transferido a estátua equestre de Teodorico, “um cavalo de bronze coberto de ouro reluzente [...] para seu palácio chamado Aachen”, onde ainda pode ser vista.

O resultado final das campanhas de Justiniano no Ocidente não só garantiu a eliminação das forças pró-arianas, como também colocou duas grandes áreas do Norte da África e da Itália sob controle imperial. No final do século VI, Constantinopla nomeou dois funcionários chamados *exarcas*, dotados de poderes extraordinários que combinavam autoridade civil e militar, para governar de Cartago a Ravena. Essa ruptura com a tradição romana de manter o exército e a administração separados reflete a importância atribuída aos territórios reconquistados. Na África, o exarca controlava a rica e próspera região costeira, que continuava a exportar grãos e a produzir a fina cerâmica vermelha africana que podia ser vista em todo o Mediterrâneo. De Ravena, o exarca governava o norte da Itália, estendendo-se ao sul até Roma, enquanto as províncias do sul da Itália e da Sicília eram administradas por funcionários de escalões inferiores nomeados por Constantinopla. A preeminência de Ravena estava, portanto, assegurada, e por quase dois séculos ela funcionaria como a capital bizantina no Ocidente e o centro dos contatos imperiais entre Constantinopla e a Itália. Permaneceu como o principal porto da costa leste da Itália, próximo à foz do rio Pó, importando mercadorias raras como papiro do Egito e redistribuindo-as para regiões mais ao norte e oeste. Manteve contato naval regular com Constantinopla e outras áreas do

Mediterrâneo oriental, não apenas durante o verão, mas também no inverno, quando a maioria dos capitães se recusava a arriscar viagens marítimas. Patrocinou oficinas artísticas que treinavam artesãos em entalhe de marfim, mosaico e outras técnicas.

A ambição de Justiniano de restaurar o domínio romano no Ocidente foi comemorada nos mosaicos imperiais de San Vitale. Antes do final do século VI, porém, forças bárbaras iniciaram a conquista da região da Lombardia, no norte da Itália, adquirindo assim o nome de lombardos. Uma vez estabelecidos nas antigas cidades de Pavia e Monza, voltaram suas forças contra Roma e Ravena. Após inúmeras tentativas, o último bastião da autoridade bizantina na Itália, defendido pelo exarca, caiu sob o controle lombardo em 751. Em Constantinopla, Constantino V (741-775) não conseguiu enviar reforços militares a Roma, e o Papa Estêvão II foi forçado a buscar proteção militar alternativa (ver Capítulo 10). Isso marcaria uma importante virada na história europeia, pois o Bispo de Roma abandonou os tradicionais eixos de lealdade diplomática a Constantinopla e empreendeu uma jornada sem precedentes através dos Alpes até Pontion, no norte da França, para negociar uma aliança com o rei franco Pepino. Os francos concordaram em proteger Roma contra os lombardos e em devolver ao Patrimônio de São Pedro todo o território italiano que reconquistassem.

Dessa forma, Pepino e o Papa Estêvão criaram um novo eixo ligando o norte da Europa ao coração da cristandade ocidental, um eixo que gradualmente excluiria Bizâncio e desconsideraria Ravena. O filho de Pepino, Carlos Magno, usaria mais tarde a cidade como sua base administrativa no norte da Itália e também saquearia suas colunas e capitéis clássicos, utilizando-os como material de construção para sua nova capital, Aachen, além de, como vimos, remover a estátua equestre de Teodorico. Mas para os francos e seus sucessores carolíngios, seriam Roma e as relíquias de São Pedro que dominariam tanto sua devoção espiritual quanto seus empreendimentos militares.

Ravena entrou em declínio à medida que seu porto de Classis se tornava cada vez mais assoreado. Entre 830 e 846, o sacerdote André Agnello proferiu diversas palestras públicas sucessivas sobre a história da cidade, que mais tarde foram compiladas para formar seu “livro pontifício” de Ravena — isto é, as vidas de seus bispos. Embora o relato seja dominado por rivalidades locais e conflitos sangrentos, Agnello registrou as inscrições em monumentos e obras de arte que conhecia, como os hexâmetros inscritos nos mosaicos dourados das termas construídas pelo bispo Victor, ou os versos pintados nos quatro rios do *Paraíso* de São Zacarias. Ele também relatou inúmeras lendas divertidas, como a do abade que milagrosamente voou de Constantinopla para Ravena quando nenhum navio estava disponível, e momentos solenes em que imagens sagradas substituíram garantias escritas. Em um caso, os sócios em um empréstimo mercantil invocaram um ícone de Santo André como testemunha e fiador; Da mesma forma, quando o clero de Ravena acusou o arcebispo Teodoro de saquear as riquezas de sua igreja, fizeram-no na presença de imagens de Santo Apolinário.

No século X, Ravena era literalmente um pântano, a vários quilômetros do mar, embora três gerações de imperadores do Sacro Império Romano-Germânico — Oto I, Oto II e Oto III — conhecessem seu passado imperial e a visitassem. Seu comércio com o Mediterrâneo oriental e suas conexões com Constantinopla foram herdados por uma nova comunidade localizada no norte do Adriático: Veneza. Os habitantes das ilhas espalhadas pela lagoa

veneziana se concentraram mais intensamente na construção naval, na guerra naval e no comércio internacional, e conseguiram estabelecer relações distintas com Bizâncio, que discutiremos com mais detalhes no Capítulo 19. Felizmente, o declínio de Ravena preservou seus mosaicos, que serviram como lembranças dos dias gloriosos em que romanos, godos e bizantinos governaram a Itália a partir daquela cidade, a Constantinopla do Ocidente.

Direito romano

Todos nós reconhecemos a lei como uma benfeitora geral, salvadora, guardiã de nossas vidas, etc., porque ela elimina o vício e promove a virtude, e porque faz os homens pensarem que devem honrar a virtude e punir os malfetores .[\[14\]](#).

TOMÁS, O MAGISTRO, Sobre o Dever de *um Rei*, final do século XIII

A aplicação da lei escrita foi fundamental para Bizâncio ao longo de sua longa história, e os cidadãos comuns utilizavam os tribunais para obter soluções juridicamente vinculativas para suas disputas relativas a herança, propriedade e assuntos familiares. O direito bizantino evoluiu a partir do sistema jurídico romano, hoje reconhecido como uma das maiores contribuições de Roma para a civilização mundial, desenvolvido por uma série de juristas entre os séculos V e XVI. Do século I a.C. ao século I d.C., o sistema jurídico romano foi inovador. Sua inovação residia na criação de tribunais de justiça e na atribuição de poderes a magistrados especialmente qualificados para presidi-los. Esses oficiais podiam emitir uma intimação, julgar o caso e ordenar a execução de uma sentença, com a possibilidade de recurso posterior. Esse mesmo processo legal ainda é utilizado hoje em todos os países regidos por um código de direito civil. As tradições romanas também trouxeram para o Mediterrâneo oriental uma nova ênfase no direito escrito, que assumiu diversas formas: éditos de magistrados, resoluções do Senado Romano e decretos imperiais (constituições). Esses diversos corpos de leis eram aplicados em tribunais estabelecidos em todas as principais cidades e capitais provinciais.

Apelos ao imperador, como os que buscavam isenções fiscais após uma colheita ruim, também constituíam uma fonte de direito. Cidades e províncias empregavam seus melhores oradores para tais missões, que frequentemente resultavam em constituições especiais incorporadas aos decretos imperiais. Em meados do século II d.C., o imperador era a única fonte de direito, mas os comentários de cinco juristas romanos anteriores — Papiniano, Paulo, Caio, Ulpiano e Modesto — eram reconhecidos como particularmente importantes para a interpretação das leis antigas. Para garantir o uso, a interpretação e a aplicação corretos dessas diversas compilações latinas, eram necessários especialistas qualificados, o que levou ao desenvolvimento de escolas de direito e ao surgimento de uma classe específica de juristas com experiência prática, os *escolásticos*. O domínio da retórica era uma habilidade essencial entre os exigidos pelos tribunais. Na Antiguidade Tardia, Roma, Alexandria, Atenas, Constantinopla e Beirute (atual Beirute) emergiram como os centros mais importantes de educação jurídica.

Como já mencionamos, em 425, Teodósio II estabeleceu uma escola de direito financiada pelo Estado na capital. Ele reconheceu a dificuldade de utilizar leis claramente conflitantes e decretos que incentivavam diferentes interpretações da mesma questão. Assim, em 429, incumbiu diversos especialistas em direito de compilar um livro de leis para o Império Romano, comentando e atualizando todas as leis imperiais promulgadas desde a época de Constantino I em um único volume. Embora várias compilações, conhecidas pelos nomes de seus autores, já tivessem sido feitas anteriormente, esta foi a primeira codificação oficial. O chamado *Codex Theodosianus* foi apresentado aos principais funcionários do império em

Constantinopla em novembro de 437 e entrou em vigor no primeiro dia do ano seguinte. Cópias foram então levadas para a Roma Antiga e apresentadas aos senadores, que providenciaram sua posterior distribuição. O Código continha mais de 2.500 textos anotados de leis promulgadas entre 313 e 437, incluindo leis relativas ao cristianismo em sua seção final. As contradições e confusões entre as diferentes leis foram eliminadas, e um sistema simplificado foi estabelecido. Esse sistema deveria ser aplicado em ambas as partes do império e ensinado nas faculdades de direito, que naquela época estavam concentradas no Oriente.

Durante muitos anos, a colônia romana de Berito, na costa libanesa, destacou-se no ensino do direito, e sua fama perduraria até a destruição da cidade por um terremoto em 550 ou 551. A *Vida de Severo* (que mais tarde se tornaria o Patriarca Monofisista de Antioquia, de 512 a 518) preserva um relato dos cinco anos de estudos jurídicos em Berito, que incluíam a análise de comentários específicos. Mas seu autor, Zacarias, que também se tornou jurista, dedica mais atenção aos esforços dos estudantes cristãos para erradicar práticas mágicas que invocavam os deuses antigos, as interpretações dualistas do mundo desenvolvidas pelos seguidores de Mani, um profeta persa do século III, e outras crenças ilícitas.

Quase um século após a publicação do *Codex Theodosianus*, Justiniano assumiu o poder imperial e imediatamente empreendeu uma nova reforma jurídica. Em 528, ele estabeleceu um comitê de dez juristas experientes, liderado por Triboniano, o principal oficial judicial (ou *questor*), incumbindo-os de localizar todas as constituições imperiais de valor prático, organizá-las e adaptar suas disposições às condições do século VI. Como resultado, o *Codex Constitutionum* foi publicado em 529, e todas as leis imperiais não incluídas nele foram revogadas. Essa compilação simplificada não sobreviveu, mas está resumida no *Corpus Iuris Civilis* (Corpus de Direito Civil), que constitui a base do direito europeu ainda em vigor hoje. Nessa segunda fase da reforma jurídica, que durou de 530 a 534, Justiniano nomeou dezesseis juristas para organizar os comentários de proeminentes juristas clássicos, que haviam se acumulado em uma coleção complexa de opiniões conflitantes. O trabalho deles resultou em uma coleção de cinquenta volumes de textos aprovados, conhecida como *Digesto* ou *Pandects*, publicada em 533, após a qual todos os outros comentários foram revogados. Simultaneamente, um esboço dos elementos do direito romano, destinado a orientar os estudantes, foi publicado nas *Institutas*. Justiniano continuou a promulgar numerosas leis, que seriam chamadas de *Novelas* (ou Novas Leis) para distingui-las das antigas. O código de direito civil de 534 consistia, portanto, em quatro partes: as antigas constituições em uma edição revisada de doze volumes conhecida como *Codex Justinianus*, o *Digesto*, as *Institutas* e as *Novelas*, às quais imperadores posteriores acrescentariam suas próprias promulgações. Este código permaneceria em vigor em Bizâncio até a queda do império para os otomanos, novecentos anos depois.

No Ocidente, porém, a codificação de Justiniano nunca se difundiu tanto quanto a de Teodósio, que influenciou tanto o direito consuetudinário local quanto os códigos legais bárbaros usados na Espanha visigótica, na França, na Borgonha e na Itália lombarda. O conhecimento do *Corpus Iuris Civilis* foi praticamente perdido entre o início do século VII e o final do século XI, quando uma magnífica cópia do *Digesto*, "*bela como uma estrela*", foi redescoberta

. Provavelmente, ela havia sido feita no século VI e preservada no sul da Itália, onde as províncias governadas a partir de Constantinopla continuavam a usar o direito romano. O texto das *Institutas* foi gradualmente identificado, e estudiosos em Ravena, Pavia e, especialmente, Bolonha começaram a escrever glosas sobre as leis e seus comentários subsequentes. Em meados do século XII, a coletânea de direito canônico conhecida como *Decreto de Graciano* (c. 1130-1140) e os privilégios concedidos pelo imperador Frederico I Barbarossa aos estudantes de Bolonha (1158) incentivaram e difundiram o conhecimento das fontes antigas de ambos os tipos de direito. Independentemente de a codificação jurídica bizantina ter ou não exercido uma influência clara nas relações entre Igreja e Estado no Ocidente, é evidente que o direito canônico tendia a reforçar a autoridade papal, enquanto os imperadores ocidentais utilizavam o direito civil para ampliar seu próprio poder.

O direito romano caracteriza-se pela sua ênfase nos direitos dos indivíduos, livres e escravizados, e nas suas relações conjugais e de divórcio; nos direitos de propriedade e posse; nas infrações e contratos; e na herança, todos regulamentados pelo direito processual, que estabelecia o princípio de um julgamento justo perante um juiz competente, tanto em matéria civil como criminal. Da mesma forma, no século VI, havia um crescente corpo de regulamentos eclesiásticos: cânones decretados por concílios ecumênicos, sínodos provinciais e resultados de apelações aos patriarcas. Por volta de 580, várias compilações desse material foram feitas tanto em Antioquia como em Constantinopla. Estas receberam o nome de *Nomocanon*, derivado de *nomos*, que significa direito civil, e *canon*, que significa direito eclesiástico. O mais significativo deles, o *Nomocanon em catorze títulos*, foi provavelmente compilado durante o reinado de Heráclio (610-641), inspirando-se na obra dos patriarcas do século VI.

Um processo semelhante já havia ocorrido no Ocidente, quando o Papa Hormisdas (514-523) incumbiu o monge Dionísio Exíguo de produzir traduções latinas dos cânones gregos mais importantes. Dionísio incluiu as primeiras cinquenta Constituições Apostólicas (e não as trinta e cinco restantes reconhecidas no Oriente), os cânones dos concílios ecumênicos e outros documentos, e as decisões de trinta e oito cartas papais datadas entre 384 e 498, que ficariam conhecidas como *decretos*. As duas compilações continham, portanto, material conciliar idêntico, mas enquanto as compilações orientais incluíam a Regra de São Basílio e as Leis de Justiniano, Dionísio inseriu decretos papais, que elevou à condição de cânônicos. Esse material adicional formaria a base de posteriores desentendimentos entre as igrejas ocidental e oriental.

Ao contrário do *Código Teodosiano*, os Doze Livros de Justiniano priorizaram questões de fé cristã e decisões que afetavam assuntos eclesiásticos, sociais e econômicos no século VI. Algumas das *Novelas* posteriores de Justiniano expandiram a moral cristã, por exemplo, enfatizando a necessidade de proteger as mulheres consagradas à virgindade e de impedir a contratação de jovens prostitutas no país. O direito civil e o direito eclesiástico foram gradualmente harmonizados em um sistema dual de administração jurídica, adaptando os princípios romanos às necessidades do Império Bizantino cristão. Após o fechamento da Academia de Platão em Atenas (529) e depois que um terremoto de grandes proporções destruiu Beirute em 550-551, Alexandria e o Egito tornaram-se os únicos centros de aprendizado jurídico e filosófico fora da capital. Seus estudiosos ensinavam uma versão

cristianizada da filosofia aristotélica, considerada menos prejudicial do que os ensinamentos neoplatônicos de Atenas. Após as conquistas árabes do século VII, no entanto, todo o ensino jurídico e filosófico se concentrou em Constantinopla.

Utilizando os *Institutos* como base para a educação jurídica, esperava-se que os alunos dominassem o direito em cinco anos de estudo e precisavam satisfazer seus professores antes de serem admitidos nos dois grupos profissionais de juristas: advogados (*synegoroi* ou *scholastikoi*) e notários (*taboularioi*). O termo *scholastikos* é usado por diversos autores até o século VII, quando parece ter sido substituído por *krites*, ou juiz, título usado pelo questor, o eparca (prefeito ou governador) de Constantinopla, e o juiz-chefe de apelações (*epiton deeseon*), cargo criado no século VII. O eparca chefiava o judiciário da cidade, controlava a guarda e as prisões, e também era responsável pelos assuntos cerimoniais, comércio e indústria da capital.

Durante o século VI, o latim, até então fundamental para todos os estudos de direito romano, foi substituído pelo grego. O *Corpus Juris Civilis*, publicado em novembro de 529, foi rapidamente traduzido, e todas as novas leis subsequentes de Justiniano foram promulgadas exclusivamente em grego. Com o seu desuso, o latim desapareceu gradualmente à medida que o seu ensino cessou. Apenas no exército e nos tribunais, duas instituições fortemente influenciadas pelas tradições romanas, sobreviveram algumas expressões latinas: o "Bene, Bene", pronunciado como uma saudação oficial na sala do tribunal, e várias ordens e nomes de armas e patentes militares que, embora transliterados para o grego, revelavam claramente a sua origem latina. A literatura latina também não era muito lida em Bizâncio até que Máximo Planudes traduziu Virgílio, Ovídio, Cícero e Boécio no final do século XIII (ver capítulo 27).

Os imperadores continuaram a promulgar leis que refletiam a crescente influência cristã em assuntos relacionados ao casamento, por exemplo, na *Ekloga* de 740, um breve código legislativo de Leão III que também substituiu a mutilação física pela pena capital. No final do século IX, as *Basílicas* forneceram uma edição de seis volumes da lei imperial, composta por sessenta livros organizados por assunto e em ordem cronológica, com a parte relevante do *Digesto* precedendo o *Codex Justinianus* e as *Novels*. Essa nova organização foi ordenada por Basílio I (867-886) e concluída por seu filho, Leão VI, chamado "o Sábio" (886-912), que também escreveu o prefácio. Ao mesmo tempo, o Patriarca Fócio escreveu um novo prólogo para a segunda edição do *Nomocanon*, publicada em 882-883; ele incluía todos os cânones promulgados desde a primeira edição e foi imediatamente traduzido para o eslavo para auxiliar a recém-estabelecida Igreja Búlgara. Assim, houve um claro ressurgimento do interesse tanto pelo direito civil quanto pelo direito eclesiástico, que se manteve até 1204. Teodoro Bestes, um canonista, escreveu um terceiro prólogo para o *Nomocanon* de 1089-1090, e em 1177 um clérigo proeminente, Teodoro Balsamon, escreveu um quarto prólogo e um comentário. No âmbito do direito civil, os imperadores continuaram a promulgar *Nomocânones* sobre todos os assuntos importantes.

Eles também se esforçaram para fazer cumprir a lei. Sob o reinado de Teófilo (829-842), uma cerimônia imperial, repetida todas as sextas-feiras, que consistia em cavalgar do Grande Palácio até a igreja de Blachernae e de volta, proporcionava aos cidadãos comuns a oportunidade de apelar ao imperador. Em uma dessas ocasiões, uma viúva queixou-se a

Teófilo de que o eparca da cidade havia roubado seu cavalo (prancha 32), chegando a afirmar que era o mesmo cavalo que o imperador estava montando naquele momento. Ele ordenou uma investigação e descobriu que a história da mulher era verdadeira: o eparca de fato havia levado seu cavalo e o entregado ao imperador. Teófilo imediatamente devolveu o cavalo à sua legítima dona e ordenou que o oficial fosse punido, apesar de sua alta posição. O fato de existirem diversas versões da história sugere que ela se tornou bastante conhecida. Essa prática continuou no século XIII em Niceia e no século XIV em Constantinopla, onde se tornou uma cerimônia oficial chamada *kavalikeuma* ("procissão a cavalo"). Naquela época, era acompanhada por trompas e trombetas.

...para que o falecimento do Imperador seja anunciado àqueles que foram tratados injustamente, e para que aqueles que necessitam deste recurso possam recorrer à Cúpula Imperial. [\[15\]](#).

Dentro da estrutura rígida da lei escrita, juízes particularmente astutos podiam emitir pareceres divergentes, demonstrando a flexibilidade e a autoconfiança dos juristas bizantinos. No início do século XI, Eustácio Romário, cujo avô também fora juiz, ocupou o mais alto cargo judicial, o de *droungarios tes vigles* (originalmente "comandante da guarda", um cargo militar que então se tornara civil). Como juiz da corte imperial, até sua morte em 1034, ele produziu inúmeros veredictos, pareceres e estudos jurídicos especiais, que nos permitem observar como a lei era aplicada e interpretada. Em um caso que gerou considerável controvérsia, Eustácio decidiu sobre uma impugnação de casamento baseada na acusação de rapto à força. Contrariando as opiniões divergentes de seus colegas, ele salientou que a acusação original não mencionava a questão do estupro e que, posteriormente, diversas "mulheres instruídas" corroboraram a virgindade da jovem, de modo que não havia fundamento para considerar o casamento ilegítimo por estupro. Quanto às provas apresentadas pelas mulheres, contestadas pelos queixosos, era evidente que deveriam ser admitidas em juízo, uma vez que os homens não podiam depor em tais matérias. Eustácio confirmou, assim, a legitimidade do casamento. Seus escritos foram compilados por outro juiz, ou talvez por um estudante, em um livro didático, a *Peira* ("experiência"), com o intuito de apresentar regras simples baseadas em sua interpretação criativa das leis. Este é o exemplo máximo da adaptabilidade e flexibilidade do legado romano e seria frequentemente citado em obras posteriores.

Em 1047, essa vibrante atividade intelectual incentivou Constantino IX (1042–1055) a estabelecer duas escolas oficiais na capital, uma dedicada ao direito e a outra à filosofia. A nova escola de direito visava formar duas classes de juristas: notários (*notarioi*) e advogados (*synegoroi*), ambos organizados em associações profissionais. O *nomophylax* (ou "guardião das leis") escolhido para chefiar a escola foi João Xifilino, que escreveria numerosos comentários jurídicos antes de se tornar monge no Monte Olimpo e, posteriormente, patriarca (1064–1075). Para a direção da escola de filosofia, o imperador nomeou Miguel Pselo. Erudito de grande inteligência, Pselo é mais conhecido hoje por sua *Crônica* dos Reinados de Quatorze Imperadores (976–1078), mas também escreveu inúmeros textos sobre assuntos filosóficos e matemáticos, bem como uma vasta coleção de cartas (ver Capítulo 21). Por volta do final do século XI, um texto chamado *Tipoukeitos*

("aquilo que se encontra aqui") forneceu um índice detalhado das *Basílicas*, acrescentando referências à legislação do século XI e às interpretações jurídicas de Eustáquio Romano. O *Tipoukeitos*, possivelmente obra de um juiz chamado Patzes, facilitou o uso de fontes jurídicas ao citar as palavras iniciais de leis específicas.

Entretanto, na esfera eclesiástica, indivíduos e bispos levavam seus casos a Constantinopla, onde o patriarca presidia um tribunal de apelações. Quando o avanço e a ocupação da Ásia Menor pelos turcos seljúcidas no século XI forçaram muitos bispos a buscar refúgio na capital, eles se juntaram ao sínodo permanente (*synodos endemousa*) ligado ao patriarca e também foram incorporados ao seu tribunal. Este tribunal emitia resoluções destinadas a manter o status dos bispos no exílio ou a orientar aqueles que viviam sob o domínio muçulmano, os quais se queixavam de que "os sessenta livros das leis chamados *Basílicas* não são amplamente conhecidos em nossas terras [...] É seguro para os sírios e armênios ortodoxos [...] celebrar a liturgia em sua própria língua?" ^[16] Ao redigir a resposta legal em 1194, Balsamon enfatizou que as liturgias vernáculas deveriam sempre ser traduções de modelos gregos autorizados e pressionou por uma maior harmonização com Constantinopla. Balsamon desenvolveu a tradição de comentários sofisticados sobre a obra do direito canônico e incluiu numerosos exemplos de comportamento cristão ilícito e impróprio registrados no final do século XII.

Apesar da imensa convulsão causada pela ocupação latina de Constantinopla entre 1204 e 1261, esse alto padrão foi mantido tanto pelo Patriarca exilado em Niceia quanto pelos tribunais eclesiásticos em outros lugares. Registros da aplicação do direito sobrevivem em decisões do século XIII emitidas pelos arcebispos Demétrio Comateno de Ohrid e João Apocauco de Naupacto. Ainda hoje podemos admirar suas decisões, por exemplo, ao conceder um divórcio com base na existência de um ódio intenso que impediu a consumação do casamento mesmo após o casal ter permanecido confinado junto por uma semana; ou no caso de um escravo condenado por roubo que foi poupado da amputação de sua mão restante, conforme exigido por seu dono, sob o argumento de que a perda de ambas as mãos tornaria a sobrevivência da pessoa impossível.

No século XIV, entre os mais ilustres especialistas em direito estavam Mateus Blastares, que tentou conciliar o direito canônico e o direito civil em seu *Syntagma kata stoicheion*, um tratado alfabético dividido em seções de acordo com vários tópicos, no qual o direito eclesiástico precede a decisão civil sobre a mesma matéria, e Constantino Harmenopoulos, que publicou seu *Procheiron Nomon* (Manual de Leis) em 1354. Seu estudo em seis volumes, portanto chamado *Hexabiblos*, tornou-se uma das mais importantes contribuições para o direito medieval e foi rapidamente traduzido para o sérvio, assim como o *Syntagma de Blastares*. Harmenopoulos também compilou uma seleção de cânones, *Epitome kanonon*, com comentários sobre questões de direito eclesiástico, enquanto Blastares compôs breves sinopses de direito canônico, hinos e obras teológicas, além de uma lista de termos jurídicos latinos. Além disso, um tribunal distrital em Tessalônica preserva evidências de juízes que citaram corretamente o *Código de Justiniano* e usaram suas disposições em conjunto com as leis de sua época.

Na mesma cidade de Tessalônica, onde Tomás, o Magistrado, compôs seu discurso *Sobre o Dever de um Rei* (citado no início deste capítulo), ele também elogiou o respeito à lei, no

contexto do dever do governante de incentivar um conhecimento mais amplo e profundo, dizendo:

...as leis foram originalmente promulgadas e geralmente ainda o são com base no conhecimento [...] e o conhecimento é a coisa mais peculiar, mais benéfica e mais valiosa de todas para os homens, simplesmente porque, além de seus outros benefícios, eleva os homens acima da categoria dos homens.^[17]

Ele então insiste que o Estado e o governante devem promover a educação, cultivá-la e torná-la acessível a todos. Embora o direito bizantino continuasse a se adaptar às circunstâncias de um império agora consideravelmente reduzido em tamanho e força, seus advogados, juízes e clérigos com formação jurídica continuavam a se orgulhar de seu sistema judicial.

Como todas as sociedades, Bizâncio também vivenciou casos em que a lei podia ser abusada, como a anulação de casamentos baseados em consanguinidade ou o esquitejamento ilegal do imperador Andrônico I em 1185. Muitas decisões envolviam um alto grau de violência, por exemplo, na punição de rebeldes, mas o sistema jurídico bizantino baseava-se em princípios distintos da justiça arbitrária comum entre os povos não romanos. Sua superioridade seria confirmada pela adoção do direito civil e canônico muito além das fronteiras do império, tanto no tempo quanto no espaço, especialmente por meio das traduções do *Hexabiblos feitas por Harmenopoulos*. De fato, após a Guerra da Independência Grega em 1821, o novo Estado adaptou e atualizou os seis livros para servirem de base ao seu código legal, que permaneceu em vigor até o século xx.

A devoção bizantina à lei também pode ter influenciado outra característica significativa de sua civilização: a noção de guerra justa. Essa ideia se desenvolveu durante os séculos medievais para sancionar guerras de reconquista de territórios imperiais perdidos, bem como guerras defensivas destinadas a proteger o império e evitar perdas futuras. Bizâncio empregava uma diplomacia hábil para tentar evitar ações militares por meio de discussões e negociações. Imperadores e generais que dedicavam sua atenção às táticas militares sempre enfatizavam a necessidade de evitar a guerra sempre que possível. E quando ela se mostrava inevitável, buscavam meios legais para justificar o combate. No século xii, os cruzados ocidentais condenaram essa dependência da diplomacia como um sinal de covardia bizantina. Mas o império continuou a evitar o derramamento de sangue sempre que possível. Essa política provavelmente estava relacionada à preferência bizantina pela mutilação física em vez da pena de morte. Também refletia o status especial desfrutado por sacerdotes e monges ordenados no império, que os proibia de participar de atividades militares. Podiam abençoar as tropas e orar pela sua vitória, mas os líderes religiosos e os monges não portavam armas. Embora o imperador e o patriarca estivessem unidos na promoção de políticas cristãs, mantinham os seus respectivos sistemas jurídicos separados. Ao insistir numa esfera separada para a Igreja, regida pelas suas próprias leis, Bizâncio lançou as bases para o Estado laico administrado pelo direito civil. Juntos, estes dois corpos refletiam o profundo respeito que existia em Bizâncio pela lei escrita, um respeito que mais tarde exerceria uma influência tão marcante nos Estados vizinhos.

Segundo

A transição da Antiguidade para a Idade Média

O bastião contra o Islã

Suleiman, rei dos árabes, disse: "Não cessarei a luta contra Constantinopla até que consiga entrar à força nela ou provocar a destruição de todos os domínios árabes." [\[18\]](#).

Crônica de Dionísio de Tel-Mahre, século IX

No século VII, Bizâncio foi quase destruída por tribos do deserto que emergiram da Península Arábica para invadir o Mediterrâneo oriental. Esse desafio inesperado somou-se a quase uma década de guerra com a Pérsia na década de 620 e às persistentes incursões eslavas nas províncias balcânicas. As consequências foram tão severas que, na década de 660, o imperador Constante II abandonou Constantinopla em busca da segurança da Sicília. Alguns senadores, contudo, recusaram-se a deixar a capital bizantina, e sua confiança na resiliência do império foi confirmada por uma grande vitória sobre os árabes em 678. Não obstante, esse período turbulento transformou o mundo romano antigo, e o estabelecimento de um califado islâmico em Damasco criou um rival permanente para a Bizâncio cristã.

Para compreender essa mudança devastadora (ou triunfo, dependendo da perspectiva), devemos considerar os eventos do final do século VI e início do século VII. Sob o imperador Maurício (582-602), as ameaças simultâneas dos eslavos nos Bálcãs e dos persas no leste levaram as capacidades defensivas de Bizâncio ao limite. Na década de 580, tribos eslavas e ávaras cruzaram a fronteira do Danúbio e capturaram importantes cidades fortificadas, como Singidunum (atual Belgrado), o que lhes permitiu migrar para o sul com suas famílias e rebanhos em busca de melhores pastagens. No início do século VII, eles sitiaram Tessalônica, cujo santo padroeiro, Demétrio, teria sido crucial para impedir sua queda. Vastos territórios dos Bálcãs, da Grécia e do oeste do Peloponeso foram gradualmente conquistados e temporariamente retirados do controle imperial. O resultado imediato dessa pressão foi que, no inverno de 602, as tropas romanas se recusaram a avançar para o norte do Danúbio, marcharam sobre Constantinopla e depuseram o imperador.

Pouco depois desse golpe, os persas cruzaram a fronteira oriental e devastaram as principais cidades da Ásia Menor. Em meio ao caos absoluto, o Senado de Constantinopla apelou ao Exarca de Cartago, que enviou seu filho Heráclio e seu sobrinho Nicetas com um contingente militar para restaurar a ordem em Bizâncio. Mas nada pôde deter os ataques persas: Antioquia caiu e Jerusalém foi saqueada brutalmente em 614. Após um massacre da população local, o Patriarca e os cristãos remanescentes fugiram, levando consigo a relíquia da Verdadeira Cruz, apenas para se tornarem prisioneiros persas — um cativo que mais tarde comparariam ao dos israelitas nas mãos dos babilônios. Em 619, os persas ocuparam Alexandria e impediram que a frota de grãos navegasse para Constantinopla.

Com a ajuda do Patriarca Sérgio (610–638), que o coroou imperador em 610, Heráclio concentrou toda a sua atenção na derrota da Pérsia. Por mais de dez anos, dedicou-se a aprimorar as forças de combate bizantinas e a desenvolver novas estratégias, que foram então utilizadas na prolongada campanha de 622–628. Durante esse período, passou anos longe da capital, forjando alianças com as tribos do Cáucaso e planejando incursões profundas em território persa. Em sua ausência, contudo, os persas uniram-se aos ávaros,

que agora dominavam seus aliados eslavos, e avançaram até as margens do Bósforo. O cerco de 626 representou um ponto de virada na história do império, como vimos no Capítulo 2. Os bizantinos acreditavam que a própria Mãe de Deus havia defendido a cidade e que ela estava sob sua proteção especial.

Menos de dois anos depois, Heráclio marchou sobre a Pérsia pelo norte e capturou a importante cidade de Nínive, forçando Cosroes II a fugir de Ctesifonte para Dastgerd. Em 628, o "xá dos xás" foi deposto, seu palácio saqueado e a Verdadeira Cruz recuperada, embora grande parte de seu saque tivesse que ser queimada porque o exército não podia carregá-la. O anúncio oficial da vitória foi enviado a Constantinopla, e o patriarca o leu para o povo reunido em Santa Sofia: "Que todos os cristãos deem graças ao único Deus... pois o arrogante Cosroes, adversário de Deus, caiu." Ele então passou a descrever o retorno do exército da Pérsia e concluiu: "Temos confiança em nosso Senhor Jesus Cristo, o bom e todo-poderoso Deus, e em Nossa Senhora, a Mãe de Deus, que guiará todos os nossos assuntos segundo a sua bondade." ^[19] Heráclio provavelmente devolveu a Verdadeira Cruz a Jerusalém na primavera de 630, antes de finalmente retornar à capital imperial, onde foi realizada uma grande cerimônia triunfal. O patriarca Sérgio, o jovem príncipe Heráclio Constantino e toda a população saíram para recebê-lo e o acompanharam até a cidade "dançando de alegria", de acordo com a expressão registrada por Teófanos em sua *Crônica*.

Enquanto esse ápice das façanhas de Heráclio acontecia, o profeta Maomé morreu na Arábia (632), e a derrota final do inimigo mais sério de Bizâncio coincidiu com o surgimento de um novo: os persas zoroastrianos foram substituídos pelos árabes muçulmanos. Impulsionados pela confiança que se seguiu à vitória, os oficiais imperiais suspenderam o pagamento do tributo que tradicionalmente faziam às tribos que guardavam as fronteiras do deserto, tribos que até então serviam como um sistema de alerta precoce. Bizâncio ficou, portanto, completamente despreparada para uma possível invasão vinda do sul. Nas províncias reconquistadas da Síria, Palestina e Egito, as autoridades militares estabelecidas por Heráclio a partir de 630 foram pegas de surpresa, ao mesmo tempo que se viam perplexas diante do desafio militar coeso representado pelas tribos árabes, que Maomé conseguira unir após um longo período de conflitos intertribais.

A morte do Profeta apenas fortaleceu a determinação dos árabes em estender o domínio islâmico por todo o mundo conhecido. Eles adotaram o ano da fuga de Maomé (*Hégira*) de Meca para Medina (622 d.C.) como o primeiro ano de seu próprio calendário lunar e começaram a datar as conquistas subsequentes a partir desse ano (B.H., ou "Ano da Hégira"). Utilizando camelos adaptados ao deserto, desenvolveram táticas militares eficazes baseadas em ataques rápidos e tecnologia de cerco eficiente. As principais cidades do Oriente Próximo caíram em rápida sucessão: Damasco em 634, Gaza e Antioquia em 637 e Jerusalém em 638. Na Batalha do Rio Yarmuk, no norte da Síria, em 636, Heráclio sofreu uma derrota esmagadora. Ele então recuou para Antioquia, mas foi forçado a abandoná-la aos árabes. Embora ninguém em Constantinopla imaginasse que essas enormes perdas seriam permanentes, a verdade é que elas se provariam impossíveis de recuperar. Em 661, os muçulmanos estabeleceram sua capital em Damasco e iniciaram campanhas anuais contra Bizâncio.

Ao longo de uma única década (632-642), os árabes ocuparam a Síria, a Palestina e a província mais rica do Egito, incluindo os locais sagrados cristãos de Jerusalém e Belém. Isso representou um ponto de virada crucial na história bizantina. Os árabes conquistaram aproximadamente dois terços do território imperial e claramente pretendiam tomar o restante, pois permaneciam determinados a continuar sua expansão pela Ásia Menor e ao longo da costa do Norte da África. Ao fazê-lo, quase levaram à destruição de Bizâncio. A conquista de Jerusalém representou um duro golpe para o prestígio cristão, enquanto a do Egito pôs fim a um sistema econômico construído pela Roma Antiga e herdado pela Nova. Utilizando seu domínio da astronomia prática para navegar no deserto, os árabes adaptaram-se ao mar com relativa facilidade e começaram a atacar as ilhas e costas do império.

Por meio de seus contatos comerciais com os habitantes do Oriente Próximo, os líderes árabes sabiam que o Império Romano tinha uma história grandiosa; eles aspiravam a recriar sua antiga unidade em todo o Mediterrâneo, mas sob seu próprio controle. Para os historiadores ocidentais, isso poderia parecer "a estagnação da civilização cristã", mas os árabes viam a situação de forma diferente. O Islã havia substituído o Cristianismo, assim como o Cristianismo havia substituído o Judaísmo e proibido o culto pagão, e agora todos eram incentivados a se converter a essa revelação final de Deus. Mas os árabes precisavam conquistar a Nova Roma antes de avançar sobre a Velha, e Bizâncio se provaria o obstáculo que frustraria sua tentativa inicial de conquistar todo o mundo conhecido.

As ambições dos árabes foram confirmadas pela destruição do Império Persa: Ctesifonte, Ticrita, Nínive, Isfahan e Persépolis foram todas conquistadas até 648, enquanto as novas guarnições estabelecidas em Kufa, Basra e Mosul serviram de base para novas conquistas. Os árabes combinaram um ataque a leste contra Cabul, no Afeganistão (664), com um avanço para oeste através do Norte da África até Cairuão (670), perto de Cartago. Em 711, cruzaram o rio Oxo para capturar Bukhara e Samarcanda, e o Estreito de Gibraltar para invadir a Península Ibérica. As mesquitas de azulejos azuis de Samarcanda e Tashkent, juntamente com as grandes mesquitas de Cairuão e Córdoba, simbolizam a extensão dessa expansão. A partir de sua base na Arábia, a nova religião do Islã não só substituiu o cristianismo em seu território de origem, como também passou a controlar toda a extensão do mundo conhecido.

Já na década de 1930, quando o grande historiador belga Henri Pirenne destacou a importância da expansão árabe com a memorável frase "Sem Maomé, Carlos Magno é inconcebível", o Islã foi associado ao nascimento da Europa. Pirenne argumentou que a ruptura muçulmana dos antigos padrões comerciais, que uniam todas as margens do Mediterrâneo, forçou o norte da Europa a desenvolver sua própria base econômica, independente do sul. Os contatos através do Mar do Norte com a Grã-Bretanha e a Escandinávia levariam, eventualmente, ao surgimento da Liga Hanseática, que uniria a Alemanha às regiões bálticas. Pirenne, contudo, não reconheceu o papel desempenhado por Bizâncio em impedir que a expansão muçulmana continuasse pela Ásia Menor e pelos Dardanelos, penetrando na Europa. Em vez de analisar como o império lutou por sua existência, ele considerou como certo seu papel na proteção do Ocidente. Mas se Constantinopla tivesse caído nas mãos dos árabes em meados do século VII, eles teriam usado sua vasta riqueza e poder imperial para avançar diretamente para a Europa. O ímpeto das

primeiras conquistas muçulmanas teria se repetido nos Bálcãs e ainda mais a oeste, onde os povos eslavos e germânicos não teriam conseguido resistir. E sem esse ambiente cristão, Roma também certamente teria se convertido. Sem Bizâncio, a Europa como a conhecemos é inconcebível.

Bizâncio sobreviveu. Mas teria que negociar com um novo inimigo que havia provocado mudanças permanentes no mundo da Antiguidade Tardia; um inimigo que não podia derrotar nem assimilar. Em vez do domínio romano no Mediterrâneo, uma divisão tripartite resultou em um Sul islâmico, um Leste cristão bizantino e um Oeste cristão latino. Sem dúvida, as longas guerras travadas entre Bizâncio e a Pérsia enfraqueceram as duas antigas estruturas imperiais, criando um vácuo parcial que os árabes agora ocupavam, maximizando suas energias para novas campanhas. Mas a conquista árabe, inicialmente impulsionada por pressões econômicas na Arábia, devia quase tudo à nova religião do Islã, um termo que significa “submissão” (à vontade de Alá). As revelações de Maomé, que se identificou como o “último profeta de Deus”, uniram os guerreiros do deserto sob uma bandeira vigorosa, ainda que rigorosa. Seus preceitos foram os primeiros textos escritos em árabe, em contraste com a rica poesia oral daqueles que antes adoravam inúmeros ídolos. O Alcorão, escrito em árabe clássico, não é apenas o primeiro do seu gênero, mas também um belo exemplo dessa língua anteriormente falada. Assim, as tribos árabes tornaram-se um povo escolhido, tendo recebido a mensagem definitiva de Deus e registrado-a na sua própria língua. A ênfase no monoteísmo e na adoração espiritual através de rituais facilmente assimiláveis inspirou os crentes, disciplinou os convertidos, por mais relutantes que fossem, e proporcionou a todos os fiéis um novo sentido de propósito comum.

Embora a guerra santa, ou *jihad*, não fosse um dos cinco pilares do Islã (sendo estes a profissão de fé, a oração diária, a peregrinação, o jejum durante o Ramadã e a caridade), ela logo se tornou uma característica definidora da nova fé. Os membros das tribos árabes que participaram da primeira grande onda de conquistas precisavam de apoiadores e forças adicionais para sustentar suas campanhas para o leste e para o oeste. Inicialmente, os guerreiros, que eram pagos e incentivados por meio de pilhagens, viviam em guarnições separadas da população conquistada. Judeus e cristãos, o chamado "Povo do Livro" (isto é, do Antigo Testamento), tinham permissão para manter sua religião, desde que pagassem impostos extras sob o domínio islâmico; mas muitos deles se converteram. Como Patricia Crone e Michael Cook demonstraram, a história desse notável processo precisa ser reconstruída a partir de relatos contemporâneos externos, uma vez que quase todos os registros árabes datam de vários séculos posteriores e conservam elementos míticos significativos.

A longo prazo, as campanhas árabes se estenderiam muito além do conhecimento geográfico que qualquer pessoa possuía no século VII. É difícil para nós compreendermos a rapidez com que a religião islâmica se espalhou da Arábia até os confins do mundo conhecido. Em 712, os árabes conquistaram Toledo, a capital visigótica, e estabeleceram um estado muçulmano na Península Ibérica. Quarenta anos depois, derrotaram as forças chinesas em Talas (Sogdiana), assegurando assim a expansão do Islã pela Ásia Central. Esse novo mundo era interligado por caravanas de camelos que percorriam rotas através do deserto, de Ceuta ao Extremo Oriente. Mas o fervor da guerra santa no deserto colidiu com o

fascínio urbano da ocupação, e os combatentes começaram a se estabelecer nas cidades, casando-se com mulheres locais e perdendo sua identidade tribal. Quase inevitavelmente, esse processo geraria divisões e guerras civis.

Muito antes em suas campanhas, porém, quando os árabes tentaram conquistar Bizâncio, foram detidos pelas escarpadas Montanhas Tauro, que separam a Ásia Menor do continente asiático. Bizâncio tornou-se uma zona de fronteira, uma barreira entre o cristianismo e o islamismo, entre a Europa e o Oriente Próximo. No auge do poder árabe, de 660 a 740, o império teve que lidar com constantes incursões anuais através das Montanhas Tauro, e também houve três grandes campanhas travadas contra Constantinopla por terra e mar. Como declarou o califa Solimão (715-717), Constantinopla era um grande prêmio, e em 717 ele estava determinado a capturá-la. Sua derrota, após um cerco de doze meses, provaria ser vital para a sobrevivência de Bizâncio. Os árabes foram repelidos e suas ambições de fazer de Constantinopla a base para sua expansão futura foram frustradas.

Entretanto, os árabes estabelecidos na Península Ibérica descobriram que os Pirenéus marcavam o limite de sua expansão para o oeste. Em 733, quando tentaram avançar mais para o norte, uma força combinada de francos sob o comando de Carlos Martel (que significa "o Martelo") os derrotou perto de Poitiers e os obrigou a recuar. Eles permaneceriam além dessa fronteira natural pelos próximos setecentos anos, fomentando uma sociedade excepcionalmente refinada na Espanha, particularmente na Andaluzia. Duas cadeias de montanhas, portanto, marcaram os limites da conquista muçulmana do mundo romano, e ambas as fronteiras permaneceriam inalteradas por séculos. No ano 800, uma nova sociedade cristã surgiu no Ocidente, identificando seu território como "Europa", enquanto no Oriente, Bizâncio era a garante dessa fé. Ambas floresceram fora dos limites recém-estabelecidos da expansão islâmica, que gradualmente repeliriam.

Na extremidade oriental do mundo mediterrâneo, Jerusalém havia caído em mãos muçulmanas: o patriarca Sofrônio optou por entregar a cidade a Umar, o segundo califa árabe (ou sucessor do Profeta) (634-644), em vez de permitir a repetição da profanação e do massacre perpetrados pelos persas em 614. No Alcorão, Jerusalém aparece como a cidade de onde Maomé foi transportado para o céu após uma visita noturna milagrosa da Arábia. A rocha de onde ele ascendeu, no Monte do Templo, era circundada por uma construção. Em 691-692, o califa Abd al-Malik a substituiu por um santuário mais magnífico, o Domo da Rocha, cujo interior é decorado com mosaicos em estilo bizantino. Embora confeccionados por artesãos bizantinos, esses mosaicos transmitem uma mensagem puramente islâmica. Os versículos do Alcorão em árabe, proclamados em uma faixa sobre imagens completamente não figurativas de jardins idílicos, árvores, flores e vasos ornamentais, são dirigidos contra os bizantinos.

O Messias, Jesus, filho de Maria, era apenas um mensageiro de Deus e de Sua palavra que Ele transmitiu a Maria, e um espírito que emanava d'Ele. Portanto, creiam em Deus e em Seus mensageiros, e não digam "três" [uma referência à Trindade cristã]: abstenham-se, é melhor para vocês. ^[20].

Este monumento simboliza a mudança decisiva no poder e na prática religiosa no Oriente Próximo.

Apenas registros indiretos da reação bizantina contemporânea sobreviveram, em histórias apocalípticas do fim do mundo que insinuem que os árabes são os arautos do Anticristo. Baseando-se em profecias antigas, como o Livro do Apocalipse, esses relatos reinterpretem a história do último imperador romano que iria a Jerusalém e lá penduraria sua coroa para simbolizar o fim dos tempos. Em uma versão, a Coluna de Constantino, no Fórum Romano em Constantinopla, seria o último monumento a sobreviver ao dilúvio que destruiria a Terra. Adotando o nome de Metódio, bispo de Patara, que se acredita ter escrito um apocalipse em siríaco, esses textos pseudometodoicos refletem a ansiedade entre os cristãos do século VII sobre a potencial conquista árabe de sua capital.

E essa era de fato a intenção dos muçulmanos; mas não se concretizou. A resistência bizantina se baseava em sua força militar, dinástica, cultural e religiosa. As muralhas colossais de Constantinopla, seus fossos e suas defesas costeiras fomentavam uma profunda confiança entre os habitantes da cidade, inspirada por sua fé no amparo da Mãe de Deus. Isso, por sua vez, fornecia a mão de obra vital necessária para manter as muralhas que garantiam a inexpugnabilidade da cidade. A força interna do império era alimentada por sua devoção cristã, por sua crença de que era Deus quem concedia as vitórias militares bizantinas e que, por meio da oração sincera, Ele continuaria a protegê-las.

Atrás da barreira natural dos Montes Tauro, as poucas tropas remanescentes das províncias do Oriente Próximo foram reagrupadas e estacionadas em várias partes da Ásia Menor. Em vez dos métodos tradicionais romanos de recrutamento e pagamento, um novo sistema desenvolveu-se gradualmente, o qual hoje classificamos como "medieval": as forças de combate recebiam terras em uma região militar específica, ou tema (em grego: *thema* ; plural: *themata*), onde suas famílias viviam e onde os soldados se equipavam para as campanhas anuais de verão. Os três primeiros desses temas, identificados como Anatolikon (Oriental), Armeniakon (Armênio) e Opsikion (do latim *obsequium* , termo usado para designar apoiadores militares), parecem ter surgido por volta de 630-680 . Pouco depois, foram criados Thrakia (Trácia, a área a oeste de Constantinopla), Thrakesion (na Ásia Menor ocidental) e um tema naval na costa sul da Ásia Menor chamado Kibyrraioton (com sede na cidade portuária de Antalya). Uma força naval independente (*os Karabisianoi*) continuou a patrulhar as águas do Egeu, mas não parece ter formado uma unidade temática.

Nessas novas unidades de governo militar, o general (*strategos*) detinha todo o poder. Os funcionários civis eram subordinados à sua autoridade, e sua principal função estava relacionada ao recrutamento de soldados, cujos nomes eram registrados em listas militares (*katalogoi*). Além desse aspecto essencial, sua tarefa incluía o levantamento topográfico do território e o cálculo, registro e cobrança de impostos em todo o território sob controle imperial. Isso formaria a base da administração bizantina até o fim do império, oitocentos anos depois. Mas o estabelecimento da nova administração provincial levou várias gerações e não impediu as incursões regulares das forças muçulmanas vindas de Damasco. Bizâncio teve que mudar seu método de financiamento e organização da defesa militar, adaptando seu sistema de governo a uma escala menor. Teria que lidar com a perda do Egito, que por séculos fornecera o trigo necessário para alimentar a metrópole, bem como as prósperas regiões e cidades da Síria e da Palestina. Essa mudança decisiva moldaria toda a história subsequente e ajudaria a definir a Bizâncio medieval. Apesar de tais perdas, Bizâncio

continuou a cunhar uma moeda de ouro forte e a manter seu sistema jurídico. O direito romano foi traduzido para o grego, enquanto o imperador abandonou seu título latino, *imperator*, em favor do grego, *basileus*. Heráclio também promulgou novas leis e reformou a cunhagem de moedas de cobre.

século VII, os árabes navegaram até Chipre, Cós e Rodes, que ficaram sob controle muçulmano. A partir dessas bases, os árabes percorreram o Mar Egeu, saqueando ilhas e cidades costeiras, às vezes para obter madeira para a construção naval. Em 655, derrotaram o jovem imperador Constante II (641-668), neto de Heráclio, na costa sul da Ásia Menor. Então, em 662, ele decidiu transferir sua corte para o ambiente mais seguro de Siracusa, na Sicília. O Livro Romano *dos Pontífices* descreve Constante visitando Roma, sendo recebido cerimoniosamente pelo Papa Vitaliano e oferecendo presentes às suas igrejas, incluindo um pálio de ouro (uma vestimenta grega), que ele colocou no altar da Basílica de São Pedro.

Ele permaneceu em Roma por doze dias; desmontou todas as decorações de bronze da cidade; removeu as telhas de bronze do telhado da igreja de Santa Maria *ad Martyres* [...] Entrou na Sicília e viveu em Siracusa. Infligiu ao povo tamanha aflição [...] por anos intermináveis [...] como nunca antes vista. Em 15 de julho, durante a décima segunda acusação, o chamado imperador foi assassinado em seu banho. ^[21].

Quando um pretendente reivindicou o trono, o Senado de Constantinopla imediatamente coroou o filho mais velho de Constante como imperador, Constantino IV (668-685), e Siracusa recuperou seu status provincial. A Sicília e o sul da Itália permaneceram sob domínio imperial, embora durante o século IX a ilha tenha gradualmente sucumbido à conquista árabe. Contudo, muito tempo depois da derrota militar de Bizâncio na região, alguns tribunais continuaram a registrar seus julgamentos em grego, pessoas continuaram a fundar mosteiros ortodoxos e oficinas artísticas copiaram manuscritos gregos no estilo bizantino.

Desde o início do reinado de Constantino IV, Constantinopla foi sitiada por persistentes ataques árabes. Numa campanha que durou cinco anos, os sitiados passaram o inverno em Cízico e atacaram a marinha bizantina todos os verões. Nessas batalhas, o "fogo grego" foi usado eficazmente pela primeira vez para destruir navios inimigos. Finalmente, em 678, Constantino IV reverteu a tendência das conquistas muçulmanas, não só demonstrando a força das defesas da sua capital, mas também persuadindo os mardaítas, tribos montanhesas independentes do Líbano, a atacar os árabes. Em seguida, impôs um tratado de paz de trinta anos ao califa Muawiya, que concordou em pagar um tributo anual de três mil peças de ouro, cinquenta cativos e cinquenta cavalos de raça. Desta forma, o imperador pôs fim ao que parecia uma campanha imparável contra o império, embora o califa Abd al-Malik (685-705) tenha retomado os ataques posteriormente. Constantino IV negociou acordos favoráveis com os lombardos na Itália e os ávaros na Europa Central, e restabeleceu boas relações com Roma. Excluindo seus irmãos do poder, insistiu que seu filho Justiniano II o sucedesse.

Essa virada nas relações árabe-bizantinas permitiu que Constantino IV mudasse seu foco da ameaça muçulmana para uma ameaça muito diferente, representada pelos eslavos nas províncias ocidentais. Embora também fossem capazes de sitiar grandes cidades, tendiam a se estabelecer em terras agrícolas produtivas, em grupos identificados por Teófanos como

sklaviniiai . Sua infiltração gradual pelos Bálcãs forçou numerosas comunidades indígenas a fugir para cidades fortificadas, picos de montanhas e ilhas. Em 584, Monemvasia, a cidade "de uma só entrada", foi fundada em um promontório rochoso conectado ao Peloponeso por uma única ponte. A população de Argos fugiu para Orove, uma ilha no Golfo Sarônico (atual Golfo de Egina), enquanto os habitantes de Patras atravessaram o mar para a Sicília. Tanto a extensão da integração eslava, evidente em nomes de lugares e descobertas arqueológicas, quanto sua cronologia permanecem objeto de debate. Mas, a longo prazo, quase todos os eslavos se tornariam bizantinos, seja pela força militar ou pela interação comercial e social.

Nesse processo de incorporação e conversão, o novo sistema administrativo e a Igreja desempenharam um papel significativo. Em 695, a Hélade, região central da Grécia, constituiu-se como um tema próprio, com seu próprio general e equipe, que apoiava o clero local (por exemplo, os bispos de Atenas e Corinto) na manutenção das tradições ortodoxas nas paróquias e mosteiros. Inicialmente, por meio de seus contatos comerciais, os eslavos aprenderam grego e gradualmente se assimilaram ao império, servindo no exército, adotando o cristianismo e pagando impostos a Constantinopla, como todos os outros súditos imperiais. Sua conversão cultural fortaleceu Bizâncio e aprofundou a identidade cristã do império.

Os nomes e origens eslavos aparecem em fontes documentais de forma bastante neutra: Nicetas, Patriarca de Constantinopla (766-780), era um eunuco eslavo; Tomé, o Eslavo, era um general militar que aspirava ao título de imperador. Epítetos como esses se enquadram na categoria de rótulos derivados da origem geográfica, características pessoais ou ocupação de uma pessoa, que em Bizâncio eram frequentemente alvo de ridículo. Aqueles chamados paflagônios (da Paflagônia) eram frequentemente caricaturados como comedores de carne de porco imundos, enquanto os Simokattes ("nariz achatado"), Sarandapechys ("quarenta côvados", significando alto) ou Podopagouros ("pé de caranguejo") também podiam ser ridicularizados. O desenvolvimento dos sobrenomes, no entanto, marcou um processo social que passou a dar aos indivíduos, mesmo aos mais humildes, uma identidade mais forte. No século XI, o Patriarca Miguel Cerulário (que significa "fabricante de cera") detinha o título de senador, mas certamente havia fabricantes de cera entre seus ancestrais. No contexto mais amplo da história medieval, esse uso precoce e disseminado de sobrenomes distingue Bizâncio de outros estados, destacando-a como uma sociedade com uma consciência bem desenvolvida da importância da genealogia e das relações pessoais.

No processo de transformação dos eslavos em bizantinos, a Igreja também desempenhou um papel vital, expandindo os bispados e construindo igrejas. Foi um processo longo e irregular, marcado por contratempos como o cerco de Patras em 806, quando piratas árabes se uniram a rebeldes eslavos para ameaçar a cidade. Graças à intervenção milagrosa do santo local, André, bem como à de um general baseado em Corinto, os sitiados foram derrotados. Os gregos que originalmente viviam em Patras e que haviam fugido para a Sicília foram convidados por seu bispo a retornar à cidade para repovoá-la. Sabemos, pelos escritos de um estudioso do século IX, Aretas, que seus pais estavam entre os que retornaram.

Além de converter as tribos eslavas ao cristianismo, os patriarcas de Constantinopla também buscaram impor uma crença ortodoxa mais uniforme. Durante as invasões persas de 611-

619, muitos cristãos monofisitas nas províncias orientais, que se recusaram a aceitar o Concílio de Calcedônia (451), não apoiaram as forças imperiais, argumentando que um regime zoroastriano seria mais tolerante do que o bizantino. Controvérsias religiosas se traduziram em problemas políticos. Utilizando definições elaboradas para conquistar essas comunidades monofisitas, o patriarca Sérgio I e seu sucessor, Paulo II, promulgaram declarações teológicas em 634, 638 e 648, respectivamente, que ampliaram o debate sobre as duas naturezas de Cristo para a questão de sua energia e vontade. Mas a doutrina do monotelismo (a crença de que Cristo tinha apenas uma vontade) provocou grande oposição tanto em Bizâncio quanto no Ocidente, sem, por outro lado, conseguir converter os monofisitas.

A busca por definições teológicas mais claras pode ter recebido um impulso adicional com a expansão do Islã, que minou a confiança dos bizantinos. Embora condenassem a nova revelação do Islã como heresia, as autoridades cristãs em Constantinopla questionavam-se ansiosamente por que Deus permitia que os infiéis vencessem tantas batalhas. Contudo, o esforço para reintegrar as igrejas monofisitas à comunhão com Constantinopla foi enfraquecido pela conquista muçulmana, que efetivamente se apoderou dos territórios que sustentavam a hierarquia de igrejas e bispos rivais. Muitos se converteram ao Islã. Outras comunidades cristãs que permaneceram leais a Constantinopla são por vezes identificadas como *melquitas*, termo derivado do siríaco que significa "imperial". Sob o Islã, todos esses grupos cristãos foram protegidos (*dhimmi*) e tolerados. Gradualmente, adotaram o árabe como língua litúrgica, e muitos deles sobreviveram até os dias de hoje, por exemplo, na Palestina e no Líbano.

A campanha oficial para impor o monoteísmo levou à perseguição de opositores ortodoxos. Máximo, o Confessor, um monge bizantino, e o Papa Martinho I foram levados para Constantinopla, julgados e depois exilados. O Papa morreu no exílio em Kherson, às margens do Mar Negro, enquanto Máximo foi mutilado e transferido de um castelo para outro, sofrendo grandes privações. Seus escritos testemunham esse desastre teológico, do qual o Papa Honório, assim como vários patriarcas de Constantinopla, também participaram.

O monotelismo foi finalmente condenado no Sexto Concílio Ecumênico, convocado por Constantino VI em 680. O próprio imperador presidiu muitas das sessões, nas quais os textos apresentados em apoio à teologia da vontade única foram analisados e, por fim, considerados incorretos. Constantino ordenou que todas as cópias desses escritos fossem queimadas, com a única exceção de uma cópia, que deveria ser mantida trancada a sete chaves na biblioteca patriarcal das heresias. Esse procedimento confirmou o papel vital da Igreja no apoio à estrutura imperial de governo. Por sua vez, os imperadores ortodoxos usaram os concílios eclesiásticos para consolidar seu próprio domínio dinástico.

Em 692, Justiniano II convocou outro concílio, conhecido como Concílio *de Trullo* por ter sido realizado sob a cúpula (*troullos*) do Grande Palácio, para revisar o direito canônico. Este encontro de 211 bispos, incluindo representantes dos cinco principais patriarcados, promulgou 102 cânones com o intuito de impor definições mais coerentes de fé e atualizar regulamentos para garantir uma conduta mais uniforme. Entre as condenações, estavam muitas práticas pré-cristãs, como a celebração das Calendas (Ano Novo) e a festa de 1º de março, com danças públicas realizadas por mulheres, travestismo e o uso de máscaras

teatrais; a invocação de Dionísio através da pisa de uvas; e a previsão do futuro por meio de ursos e outros animais, ou por videntes, feiticeiros, fabricantes de amuletos e adivinhos que afirmavam prever a fortuna, o destino ou a genealogia. Aparentemente, estava se mostrando difícil erradicar as antigas tradições.

O concílio também legislou pela primeira vez sobre arte religiosa: o cânone 100 decretou que nenhuma arte que pudesse despertar sentimentos lascivos poderia ser exibida, enquanto o cânone 82 prescreveu que o Salvador deveria ser retratado em sua forma humana, como um homem encarnado, em vez de usar o antigo símbolo cristão do Cordeiro de Deus. O primeiro poderia ser aplicado a ícones de deuses e deusas pagãos, bem como aos retratos de prostitutas e concubinas que adornavam muitas cidades, frequentemente acompanhados de versos que descreviam suas habilidades. O segundo influenciou imediatamente a produção de ícones religiosos, que eram frequentemente pintados por monges. Isso foi ainda reforçado pela revolucionária nova moeda de ouro cunhada por Justiniano, que exibia o rosto de Cristo no anverso, enquanto relegava o retrato do imperador ao reverso (placas 11a e 11b). Dois tipos distintos de ícones foram produzidos: o primeiro retratava um Cristo barbudo, enquanto o segundo o mostrava mais jovem, com cabelos curtos e cacheados; ambas as imagens eram familiares graças aos mosaicos. Os pintores de ícones já haviam desenvolvido o primeiro estilo, que hoje se preserva em um magnífico exemplar no Monte Sinai. O fato de o Concílio de Trullo ter se sentido compelido a abordar essas questões artísticas sugere que elas estavam adquirindo maior importância em decorrência do crescente contato com o Islã. Diante dos contínuos sucessos militares dos árabes, a acusação de idolatria relacionada ao culto de ícones encontrou eco, visto que os muçulmanos observavam a proibição do Antigo Testamento contra ídolos.

Embora Justiniano II representasse a quarta geração da família de Heráclio, ele foi deposto em um golpe militar em 695 e exilado para Quersona. Apesar de ter tido o nariz e a língua mutilados — uma tentativa de impedi-lo de governar novamente — ele sobreviveu e retornou ao poder usando um nariz protético de ouro e um intérprete para falar em seu nome. Ele então tentou garantir a sucessão de seu filho, Tibério; mas seu segundo reinado, de 705 a 711, foi marcado por tamanha crueldade e vingança contra seus inimigos que toda a família acabou sendo assassinada em outro golpe.

Apesar disso, durante o período inicial da ameaça islâmica, Bizâncio experimentou um senso de continuidade e força proveniente da dinastia fundada por Heráclio. Embora tenham ocorrido diversas crises, a mesma família imperial manteve o poder de 610 a 695, proporcionando uma sucessão mais ordenada de pai para filho, o que ajudou a assegurar o império em sua transformação de um estado antigo para um estado medieval. Em Constantinopla, o Senado demonstrou sua importância ao assumir responsabilidades em tempos de crise. Fez o apelo a Cartago que salvou Bizâncio de uma administração caótica; atuou como a mais alta corte quando o Papa Martinho e outros acusados de heresia foram julgados; impediu que Constante II levasse sua família para o Ocidente; e forneceu os patrícios experientes que negociaram tratados diplomáticos. Contudo, o Senado foi incapaz de conter as ambições de líderes militares rivais que, entre 695 e 705, e novamente entre 711 e 717, vieram usurpar sua influência. Essa nova base de poder, fundamentada em

questões políticas, destruiu a autoridade civil do Senado e fortaleceu os soldados, que competiam para impor seus próprios candidatos a imperador.

Sob o avanço do Islã, o império foi reduzido a um Estado medieval muito menor, caracterizado por seu compromisso com as tradições imperiais romanas, o cristianismo ortodoxo e sua herança grega. Adotou também o regime dinástico como forma de fortalecer sua nova administração. Ao resistir aos árabes, os bizantinos mantiveram o cristianismo no Mediterrâneo oriental e frearam a expansão do Islã na Ásia Menor. A partir dessa base extremamente limitada, iniciaram a conversão das tribos eslavas, o que teria consequências monumentais. Mas a principal conquista da nova Bizâncio medieval foi impedir as tentativas muçulmanas de capturar Constantinopla, o que teria aberto caminho para uma rápida conquista dos Bálcãs, da Europa Central e, muito provavelmente, da própria Roma.

Ícones, uma nova forma de arte cristã

Quando o marido [que havia encomendado um ícone de madeira dourada de São Miguel Arcanjo] sentiu que estava prestes a morrer, pegou a mão da esposa e a colocou sobre a mão do arcanjo, dizendo: "Ó Arcanjo Miguel, eis que em tuas mãos coloco minha esposa Eufêmia para que a protejas". E após a morte dele, Eufêmia continuou a oferecer incenso ao ícone, mantendo uma lâmpada acesa diante dele o tempo todo e, venerando-o três vezes ao dia, pedia ao santo que a ajudasse e a protegesse do Demônio.^[22]

Sermão de Eustácio da Trácia, provavelmente do século VII.

Nesta simples história, vemos como um casal de idosos expressou sua fé através de um ícone de São Miguel Arcanjo. A viúva, Eufêmia, guardava a imagem que haviam encomendado em seu quarto, onde realizava atos de veneração diante dela. O ícone não só a protegeu das tentativas do Diabo de destruir sua fé, descritas em detalhes vívidos na história, como também, após sua morte, foi colocado sobre seu rosto como uma cobertura protetora. Mais tarde, o bispo local testemunhou a aparição do próprio arcanjo, acompanhado por muitos outros anjos, todos vestidos com túnicas douradas, que vieram levar a alma de Eufêmia para o céu. O ícone desapareceu temporariamente, mas foi encontrado posteriormente suspenso no ar na igreja episcopal, onde realizou inúmeros milagres.

Queimar incenso e acender uma lâmpada diante de uma imagem era, naturalmente, uma forma antiga de demonstrar respeito. Todas as imagens imperiais deviam ser honradas dessa maneira, e, nos séculos III e IV, o fato de alguns cristãos não o fazerem desencadeou perseguições oficiais contra eles. Estátuas públicas de deuses e imperadores, por vezes colossais, dominavam a paisagem urbana e recebiam demonstrações de respeito em ritos especiais. Em festivais pagãos, as estátuas dos deuses eram lavadas, adornadas e desfiladas pelas cidades; eram colocadas em altares, decoradas com guirlandas de flores e veneradas. Nos templos de Asclépio, os pacientes dormiam perto da estátua do deus e faziam orações pedindo cura. Nos lares, os *Lares*, ou deuses domésticos, também eram venerados; as mulheres, em particular, cuidavam deles em altares domésticos e lhes faziam oferendas. Essa importante tradição de buscar proteção no lar proporcionou um contexto no qual os ícones cristãos gradualmente substituíram os mais antigos. Embora não haja registro escrito desse processo, parece provável que, ao adotarem sua nova fé monoteísta, os cristãos tenham eliminado os antigos *ídolos domésticos* e estabelecido novas imagens protetoras. À medida que o cristianismo se consolidava, as imagens de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos assumiram o papel de garantir o bem-estar da família. Embora essa forma de veneração doméstica raramente seja enfatizada, pode ter sido o meio pelo qual os ícones cristãos passaram a ser considerados indispensáveis pelos fiéis.

Recentemente, Thomas Mathews demonstrou que, na Antiguidade Tardia, ícones de deuses pagãos também eram exibidos dentro das casas. Podiam ser emoldurados e pendurados na parede; às vezes, incorporavam painéis laterais articulados que cobriam toda a área pintada, ou tampas que se encaixavam sobre ela. Eram pintados com encáustica, uma técnica que envolvia cera quente, colorida e aplicada em finas peças de madeira para criar retratos extremamente realistas. Essas imagens de deuses e divindades locais tinham olhos grandes e intensos que fitavam diretamente o observador. Incenso e lâmpadas eram

queimados em sua homenagem. Frequentemente, eram associadas a práticas funerárias. Por exemplo, diversos corpos mumificados da região de Fayum, no Egito, apresentam retratos sobrepostos ao rosto do falecido. Não apenas mulheres ricas, adornadas com suas joias de ouro, mas também homens idosos, crianças pequenas, atletas e deuses pagãos eram homenageados dessa maneira. Seus traços marcantes nos fazem sentir como se pudéssemos conhecê-los como eram em vida. Graças ao clima seco de Fayum, muitos foram preservados, enquanto em outros lugares, por mais numerosos que fossem em todo o mundo romano, acabaram se decompondo.

Mathews sugere que esses retratos pagãos são os precursores dos ícones cristãos pintados com a mesma técnica, e que as imagens de Ísis serviram de modelo para as da Virgem Maria, enquanto as de Zeus e Serápis serviram de modelo para as primeiras imagens de Cristo. Esses ícones primitivos são encontrados em ambientes domésticos privados, bem como em templos dedicados ao culto. Um possível apoio à evidência de que os ícones derivam de modelos pagãos vem de relatos de punições milagrosas sofridas por pintores que tentaram retratar Cristo como Zeus (uma ou ambas as mãos atrofiando temporariamente). Mesmo na década de 580, descobriu-se que alguns pagãos encomendaram ícones para fingir adoração a Cristo quando, na realidade, eram devotos de Apolo. Esse engano levou a uma série de julgamentos nos quais os pagãos adoradores de Apolo foram condenados à morte, e também parece sugerir que poderia ser difícil distinguir ícones de encáustica de deuses pagãos dos de Jesus Cristo. Os artistas também se preocupavam em representar Cristo com cabelos longos e barba ou com cabelos curtos e cacheados. Enquanto alguns autores cristãos elogiaram a imagem de cabelos longos inspirada no que chamavam de "Nazareno", outros sustentaram que o cabelo curto e encaracolado era mais autêntico.

O termo grego *eikon* pode se referir a qualquer imagem, mas parece que no século IV se referia especificamente às primeiras representações em encáustica de Cristo, da Virgem Maria, de santos, mártires, bispos e monges locais (pranchas 21 e 27). Em contraste com o uso doméstico de ícones em casa, as imagens religiosas eram comuns em túmulos. Os cristãos sepultados em caixões de mármore, ou sarcófagos, escolhiam símbolos e imagens que refletiam suas crenças religiosas, e muitas vezes esses monumentos elaboradamente esculpidos eram colocados dentro de igrejas. O patrocínio imperial, juntamente com as relíquias sagradas, frequentemente fornecia um estímulo para a arte cristã, como, por exemplo, quando Leão I (457-474) e sua esposa Verina trouxeram o cinto e o véu da Mãe de Deus para Constantinopla e construíram santuários especiais na igreja de Blachernae para abrigá-los. Essas capelas eram decoradas com grandes ícones da Virgem Maria, com o casal imperial e os dois senadores responsáveis pela identificação das relíquias. Nos dias de festa mariana, os ícones eram levados em procissão por toda a cidade. Outras celebrações, menos oficiais, também comemoravam imagens de santos, bispos, mártires e outros santos em mosaicos a fresco, que eram exibidos em locais públicos. Essas pinturas eram rapidamente copiadas em metal, mosaico, esmalte e outros materiais menos preciosos; eram emolduradas e cobertas com tampas de prata adornadas com pedras preciosas, e véus de seda eram pendurados na frente para proteger a superfície pintada. Os ícones criaram uma nova forma de arte, que permanece particularmente associada a Bizâncio. Eles não apenas alcançaram

importância primordial dentro do império, mas também exerceram enorme influência além de suas fronteiras.

Como os ícones alcançaram um lugar tão proeminente em Bizâncio? Apesar de certas reservas teológicas relacionadas à proibição de ídolos no Antigo Testamento, imagens religiosas já são mencionadas nos primeiros textos cristãos. Embora não haja evidências de sua existência durante a vida de Cristo, uma história que afirma que São Lucas pintou a Virgem com o Menino e que todas as cópias subsequentes foram imbuídas desse poder autêntico, associou os ícones às qualidades sagradas das figuras que representavam. Outras imagens milagrosamente criadas, como o Mandylion, o tecido no qual se acreditava que Cristo havia impresso suas feições, eram chamadas de *acheiropoietai* ("não feitas por mãos humanas") e eram particularmente veneradas. Em Edessa (Síria) e Kamuliana (Ásia Menor central), ícones inspirados nesse tecido sagrado serviam como protetores da cidade e eram exibidos ao longo das muralhas sempre que um inimigo aparecia. Da mesma forma, após o Primeiro Concílio Ecumênico, as imagens dos 318 Padres foram incumbidas da responsabilidade de proteger Niceia, enquanto o ícone mais importante da Virgem Maria desempenharia um papel extremamente significativo na defesa da capital. Como vimos, esse fato deu origem a outro nome de Constantinopla: Theotokoupolis, que significa a cidade guardada por Theotokos, a "Mãe de Deus".

A crença no poder dos ícones estava ligada à teoria de que, de alguma forma, o ícone capturava a essência da figura sagrada que representava e que, por meio dele, era possível estabelecer comunicação com essa figura. São Basílio de Cesareia (c. 329-379) consagrou essa ideia em um famoso comentário sobre imagens imperiais: a honra prestada à imagem era transmitida à sua origem. Os ícones, portanto, podiam servir como intercessores: as orações a eles dirigidas eram transmitidas às figuras sagradas que representavam. Essa ideia era reforçada pela maneira como os ícones "se dirigiam" ao observador. As figuras representavam uma autoridade digna de forma frontal e direta, com grandes olhos que fitavam diretamente o painel, como se convidassem à comunicação. Por meio desse contato imediato, os ícones exigiam atenção. Em resposta, os cristãos professavam devoção total às imagens. Dizia-se que visões e conversas ocorriam diante dos ícones cristãos. Quando um casal sem filhos visitou o santuário de Santa Gliceria em Heracleia, por exemplo, o marido contou que a santa lhe apareceu e falou com ele, assegurando-lhe que teriam um filho e que, com o tempo, seriam os pais daquela que se tornaria Santa Isabel. Assim, os ícones facilitavam um método de comunicação espiritual que não dependia do poder consagrado de um sacerdote ou bispo. Funcionavam tanto na esfera doméstica quanto na igreja e proporcionavam conforto especial às pessoas que expressavam suas devoções em particular, como relatam diversas histórias. Nesse sentido, cumpriam a mesma função dos deuses domésticos pré-cristãos.

Ícones também eram produzidos em outros suportes, à medida que os artesãos continuavam as antigas técnicas de gravação em metais preciosos e materiais caros, como marfim, pedras preciosas, esmalte e cristal de rocha. Os dípticos seculares de marfim encomendados por cônsules romanos desapareceram com a instituição do consulado no século VI, embora os imperadores continuassem a encomendar painéis de marfim para comemorar celebrações ou casamentos. A maioria das placas de marfim medievais que

sobreviveram retrata temas cristãos, como São Miguel Arcanjo ou cenas da vida de Cristo. Esses objetos religiosos frequentemente conservam a forma de dípticos consulares, unidos por dobradiças no centro, ou trípticos, permitindo que o painel central seja coberto; em alguns desses trípticos, todas as superfícies externas e internas são esculpidas. Placas individuais também eram combinadas para decorar grandes peças de mobiliário religioso (por exemplo, tronos de marfim como o usado no século VI pelo bispo Maximiano de Ravena). Quando as presas de elefante se tornaram muito caras, as presas de morsa e outros tipos de osso começaram a ser usados para fazer pentes, agulhas e pequenas caixas redondas. No Ocidente, marfins bizantinos com motivos cristãos eram frequentemente reutilizados como capas para livros medievais. Montados em estruturas de metal decoradas com joias e camafeus antigos, eles se transformavam em reluzentes guardas douradas que protegiam as duas extremidades dos manuscritos em pergaminho.

Uma coleção de placas de prata decoradas com cenas da vida de Davi reflete a inspiração da arte bizantina no Antigo Testamento; o uso de marcas de prata para garantir a qualidade significa que muitas dessas peças podem ser datadas com segurança para anos específicos durante o reinado de Heráclio (610-641). Outros objetos de prata são identificados por dedicatórias inscritas, encomendadas por aldeões sírios para igrejas rurais locais, que, por sua vez, podem ser datadas por inscrições em mosaicos de piso. Cruzes, patenas, cálices, colheres, capas de livros e retábulos destinados ao uso litúrgico sugerem que tais oferendas eram comuns em todas as camadas da sociedade.

Assim como os cultos aos deuses antigos se difundiram através da arte (escultura e pintura), os ícones também se tornaram uma forma eficaz de propagar as histórias de certos santos. Quando peregrinos buscavam curas milagrosas, obtidas pelo contato com as relíquias de um santo, encontravam igrejas frequentemente decoradas com imagens: de Demétrio em Tessalônica, de Artemius em Constantinopla, de Menas com seus camelos perto de Alexandria e de Simeão em sua coluna perto de Antioquia. Às vezes, os ícones exalavam um líquido que se mostrava uma poderosa cura; o óleo que queimava nas lâmpadas colocadas diante deles também possuía poderes curativos. No final do século VI, o Patriarca Sofrônio de Jerusalém vivenciou isso em Alexandria, onde testemunhou a chegada de multidões de peregrinos. Então, as pessoas que acreditavam ter sido curadas compravam jarros de barro ou prata decorados com a imagem do curandeiro (prancha 9). Ícones portáteis com tampas que protegiam a superfície pintada também eram produzidos, enquanto outros, de tamanho diminuto, eram usados em colares para proteção pessoal. Esses objetos, juntamente com jarros de peregrinos e pequenos ícones de metal feitos de materiais mais baratos, ajudaram a difundir tanto a fama dos santos curadores quanto as biografias e compilações de suas histórias milagrosas.

Apesar dessa concentração de imagens religiosas, os artesãos bizantinos jamais perderam a habilidade de representar figuras de histórias pagãs, e seus clientes continuaram a encomendar o que desejassem. Diversas descobertas recentes em antigas províncias da Síria, Palestina e Transjordânia confirmam um certo fascínio pelos mitos da antiguidade — o amor trágico de Fedra e Hipólito, Prometeu criando os primeiros humanos ou Dionísio e Hércules competindo para ver quem conseguia beber mais — representados em mosaicos que datam do século VIII a.C., sob domínio muçulmano. Caixas de marfim também eram

produzidas, retratando de forma realista o rapto de Europa e os encontros amorosos com Zeus. Da mesma forma, ourives e prateiros, tradicionalmente confinados a guildas que limitavam seu número e garantiam a qualidade, continuaram a decorar suas peças com imagens da mitologia antiga, como representações de Baco e Sileno com mênades seminuas. O uso da encáustica na produção de representações de figuras seculares também continuou no século VI, onde muitas delas foram até mesmo celebradas com versos:

Eu era uma prostituta na Roma bizantina, concedendo meus favores venais a todos. Sou Calíroe, o versátil, que Tomás, incitado pelo amor, gravou nesta pintura, mostrando o grande desejo em sua alma, pelo qual até mesmo seu coração se derrete como esta cera derreteu.^[23]

A variedade de objetos artísticos decorados com o que a Igreja considerava absolutamente inaceitável nos lembra do fascínio dos bizantinos pela iconografia pré-cristã, que continuaria até o século XII e mesmo depois.

Com exceção de certos símbolos, como a cruz, a iconografia cristã só foi introduzida nas moedas entre 692 e 695, quando Justiniano II cunhou protótipos de ouro com retratos de Jesus Cristo, utilizando representações tanto de cabelos longos quanto curtos (placas 11a e 11b). Posteriormente, a Virgem Maria e os santos passaram a ser representados com mais frequência nas moedas para invocar sua proteção e amparo especiais; o imperador Alexandre (912-913), por exemplo, introduziu a imagem de João Batista, coroando-o imperador no reverso de suas moedas. Na década de 860, o selo do Patriarca Fócio exibiu uma imagem da Virgem Maria segurando o Menino Jesus dentro de uma auréola, que ficaria conhecida como o protótipo da Blachernitissa, em referência a um famoso ícone preservado na igreja de Blachernae; e pouco depois, o imperador Leão VI colocou uma imagem da Virgem Maria em suas moedas de ouro. O fato de Fócio ter copiado a imagem de um ícone em seu próprio selo reflete a importância dos ícones em Bizâncio. No século IX, representavam a quintessência da arte bizantina e, então como agora, inspiravam a devoção dos fiéis ortodoxos.

Quase todos os componentes da arte bizantina eram antigos e baseados em técnicas antigas. No caso dos ícones, a encáustica havia sido usada com grande eficácia para celebrar deuses pagãos e cidadãos romanos de todas as classes sociais. Mas na Bizâncio cristã, o ícone devocional criou uma nova forma de arte que se tornou sua característica mais distintiva. Juntamente com outros objetos de luxo feitos de ouro, prata, marfim ou sedas coloridas, os cristãos valorizavam os ícones como prova da superioridade da cultura bizantina. Essas mesmas tradições artísticas também sustentavam a ideologia imperial, em imagens que retratavam governantes como patronos, em moedas que os associavam a figuras sagradas e em obras de arte seculares que retratavam imperadores vitoriosos, patronos de manuscritos, coroas e outros símbolos imperiais. Dessa forma, a arte sustentaria o império em sua transição para um estado medieval, e seus produtos artísticos continuariam a simbolizar Bizâncio mesmo depois de 1453. E, devido à devoção pessoal que geravam, os ícones cristãos também constituiriam o centro de um grande debate que abalaria o império entre os anos de 730 e 843.

Iconoclastia e veneração de ícones

O chamado "ícone" não deve sua existência à tradição de Cristo, dos Apóstolos ou dos Padres da Igreja, nem há qualquer oração de consagração que o eleve do ordinário ao sagrado. Longe disso, permanece tão banal e sem valor quanto o pintor o fez.

Definição do concílio iconoclasta de 754

A criação e veneração de ícones não é uma invenção recente, mas sim uma antiga tradição da Igreja [...] Para nós, é impossível pensar sem usar imagens físicas [...] através da visão material alcançamos a contemplação espiritual. Por isso, Cristo assumiu tanto uma alma quanto um corpo, pois o homem é feito de ambos. ^[24].

São João de Amasceno, século VIII

Iconoclastia (literalmente, "a destruição de ícones") é um dos poucos termos bizantinos ainda em uso nas línguas ocidentais. Isso por si só atesta o poder duradouro do conflito ao qual se refere: a disputa em torno dos perigos e do poder das imagens perigosas. Em Bizâncio, a iconoclastia foi inspirada pelo segundo mandamento da Lei de Moisés, que declara: "Não farás para ti imagem esculpida, nem te prostrarás diante dela". A recapitulação dessa lei em Deuteronômio é ainda mais severa:

Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma semelhante a qualquer coisa que esteja em cima no céu, ou embaixo na terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante delas, nem as servirás; porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso. ^[25]...

Mas não foi a tradição judaica nem a cristã que trouxe a iconoclastia bizantina à tona. Foi a interpretação islâmica desse mandamento contra a idolatria que questionou o papel das imagens dentro da cristandade imperial.

Em Bizâncio, como vimos, as pessoas haviam desenvolvido um grande apego aos ícones de figuras santas, e imagens de Cristo circulavam por todo o império gravadas em moedas. Em 692, quando o Concílio *de Trullo* insistiu que Cristo fosse representado em sua forma humana, argumentou que a Encarnação justificava a arte cristã corpórea, que era mais instrutiva do que as representações simbólicas do Cordeiro de Deus. Os escribas que escreveram os primeiros manuscritos cristãos frequentemente ilustravam cenas bíblicas, demonstrando sua crença no poder das imagens para ensinar as Escrituras. Nisso, eles seguiam o conselho do Papa Gregório I aos bispos do Ocidente: as imagens serviam como guias para aqueles que não sabiam ler. Essa ideia de que as pinturas eram "as Bíblias dos analfabetos" incentivou uma arte narrativa que retratava histórias dos Evangelhos, em oposição ao ícone devocional em estilo de retrato. Ambas experimentaram grande desenvolvimento em Bizâncio no início do século VIII.

Considerando o quanto os bizantinos valorizavam sua arte e seus ícones religiosos, por que se voltaram contra eles? O fenômeno da iconoclastia, no qual as pessoas destruíam as imagens que antes veneravam, exige uma explicação. Abundam teorias, desde a alegação de que tudo se deveu a Leão III (717-741) até a interpretação recente de que, na verdade, foi apenas uma questão de um pequeno grupo de pessoas, enquanto a maioria permaneceu indiferente. Mas o que é certo é que a iconoclastia foi uma das grandes disputas ideológicas

da história registrada. Por mais de um século, a batalha se alastrou quase continuamente; dois períodos distintos de destruição de ícones foram documentados — de 730 a 787 e novamente de 815 a 843 — juntamente com inúmeras mortes e martírios. Quanto ao apelo dos ícones ao sentimento popular, talvez aqueles que melhor o compreenderam foram os comandantes soviéticos locais da década de 1930: quando recebiam ordens para fazer campanha contra a influência da Igreja, sabe-se que eles pegavam os ícones, os enfileiravam, os condenavam à morte e depois os fuzilavam.

Para compreender o surgimento da iconoclastia, é essencial resumir os problemas militares de Bizâncio no início do século VIII. Leão III foi o último de uma série de imperadores em grande parte incompetentes, instalados por tropas ligadas aos governos provinciais dos temas (ou *temas*), que marcharam sobre a capital e depuseram impunemente os governantes da época. Nos vinte e dois anos entre 695 e 717, houve seis mudanças de governante. A instabilidade resultante impediu que se desse a devida atenção à perigosa expansão dos árabes na Ásia Menor e dos búlgaros nos Balcãs. Na época de Anastácio II (713-715), ficou claro que os árabes estavam preparando um grande ataque à capital, e a única resposta do imperador foi reparar as muralhas e estocar suprimentos. Outra revolta, liderada por tropas do tema Opsikion, com apoio naval, instalou um coletor de impostos provincial como imperador contra a sua vontade, sob o nome de Teodósio III (715-717). Isso levou os exércitos dos temas Anatolikon e Armeniakon a tentarem pôr fim às constantes revoltas, estabelecendo um governante militar competente.

Em março de 717, Leão, general das forças do tema da Anatólia, negociou com Teodósio III e o Patriarca Germano para assumir o controle. Como resultado, foi coroado imperador sob a condição de não perturbar a Igreja e de que seu antecessor pudesse se retirar da vida pública para se tornar monge. Uma vez reconhecido como soberano, Leão III preparou imediatamente a capital para resistir ao esperado cerco. Sabendo que, por décadas, os árabes haviam tentado tomar a capital bizantina para si, ele intensificou as medidas já tomadas, estocando novas reservas de alimentos, preparando a marinha e reforçando as fortificações da cidade. Durante os doze meses do cerco de 717-718, a vigorosa defesa de Leão, alcançada através do uso habilidoso do "fogo grego", da ajuda búlgara e da intercessão da Virgem, representou uma grande vitória sobre os árabes, refletindo tanto sua perícia militar quanto a crença popular na proteção divina da cidade, e seria comemorada todos os anos desde então.

Para evitar novos ataques árabes pelo mar, Leão III concentrou-se nas forças navais, reforçando o tema Trácio ao longo da costa ocidental da Ásia Menor, elevando o Kibyraioton ao estatuto de tema e estabelecendo novos comandos navais no Egeu e em Creta (ver mapa 3). Ele também reprimiu uma revolta na Sicília e fortaleceu o controle imperial no sul da Itália. Demonstrou sua ortodoxia ao tentar forçar a conversão de judeus e dos cristãos hereges conhecidos como montanistas (seguidores do profeta Montano da Frígia, do século II). Além disso, ao coroar seu filho Constantino, de um ano de idade, imperador, revelou sua intenção de estabelecer uma nova dinastia imperial que governaria por gerações. Novas moedas foram cunhadas para transmitir essa mensagem. Contudo, as províncias da Ásia Menor continuaram a sofrer repetidas incursões, que as forças temáticas foram incapazes de conter, apesar dos esforços de Leão. Como os bizantinos sabiam que Deus lhes garantia a

vitória na batalha e que Ele os havia ajudado no passado a derrotar o histórico Império Persa, não podiam deixar de se perguntar por que Ele agora concedia a vitória aos árabes. Sendo, como eram, um povo temente a Deus, buscaram a explicação para a desaprovação divina em suas próprias falhas humanas.

Então, em 726, das profundezas do Mar Egeu, uma grande erupção vulcânica lançou lava fervente e pedras-pomes "do tamanho de colinas" para o ar, escurecendo o céu por dias antes que o mar as levasse para a costa da Ásia Menor, Grécia e ilhas. Uma nova ilha emergiu entre Thira (Santorin) e Thirasia. Quando Leão perguntou o que esse sinal divino significava, seus conselheiros o interpretaram como um aviso contra a idolatria e o aconselharam a proibir ícones em igrejas e locais públicos. Não está claro se ele sabia que o bispo Constantino de Nacolea, na Ásia Menor, já havia alertado sobre a incapacidade dos ícones de proteger cidades sitiadas pelos árabes, ou que alguns ícones milagrosos já haviam deixado de realizar os milagres esperados, mas o fato é que Constantino seria posteriormente identificado como um dos conselheiros de Leão. Quando o imperador soube que o favor divino estava diminuindo devido à veneração excessiva de ícones, que ele considerava equivalente à idolatria, "começou a protestar contra os ícones sagrados", nas palavras do cronista Teófanos, que também cita o exemplo do califa Yazid, que em 722-723 ordenou a destruição da arte cristã, e afirma que Leão agiu "com uma mente sarracena", inspirado pela mesma ideia. Para Leão, no entanto, era necessário garantir o apoio de Deus na batalha contra os árabes, e se isso significasse impor a iconoclastia, então ela deveria ser imposta. Assim, foi instituída como uma forma de recuperar o apoio divino em um momento crítico para a sobrevivência de Bizâncio. Os motivos de Leão podem ter sido expressos em termos teológicos, mas o fato é que eles também revelaram seu conhecimento dos métodos muçulmanos para garantir disciplina e eficácia.

A primeira fase da iconoclastia começou em 730, quando Leão III ordenou aos líderes religiosos que removessem os ícones. Quando o Patriarca Germano se recusou, foi deposto por um tribunal composto por senadores e funcionários civis. Anastácio, seu antigo assistente, foi nomeado para liderar a nova Igreja iconoclasta. Em Roma, porém, o Papa Gregório II (715-731) e seu sucessor, Gregório III (731-741), reagiram com hostilidade à carta oficial referente aos perigos dos ícones. O antagonismo entre eles foi ainda mais exacerbado por disputas sobre impostos na Itália, que haviam aumentado em decorrência de um novo censo imperial. Além da remoção de um ícone proeminente exposto no palácio imperial, há poucas evidências de destruição propriamente dita, como se tal mudança na prática religiosa exigisse uma fundamentação teológica mais abrangente e robusta. Seria o filho de Leão, Constantino V, quem mais tarde forneceria essa base em seus próprios escritos e na subsequente campanha para impor a iconoclastia.

Após um longo reinado de vinte e quatro anos, Leão III morreu pacificamente em 741. Entre suas conquistas mais notáveis, destacam-se a derrota decisiva dos árabes no ano anterior em Acroíndia; um novo código legal, a *Écloga*, que exigia o pagamento de salário aos juízes provinciais para prevenir a corrupção, entre outras reformas destinadas a fortalecer o sistema jurídico; e a transferência da diocese eclesiástica da Ilíria Oriental do controle romano para o de Constantinopla. Isso colocou as regiões de língua grega do sul da Itália, Sicília, Balcãs e Grécia — bem como suas receitas — de volta sob a jurisdição da capital

bizantina, o que, compreensivelmente, provocou a oposição dos bispos romanos. Em 731, o Papa Gregório III também convocou um concílio local para condenar a iconoclastia, o que abriu um cisma religioso entre Roma e Constantinopla. Seus sucessores continuariam a reivindicar os territórios da Ilíria. Apesar disso, o reinado de Leão trouxe estabilidade ao império, consolidou as defesas imperiais e conteve a expansão muçulmana. Parece, portanto, que a iconoclastia foi bem-sucedida em atingir seu principal objetivo de recuperar o favor divino na batalha, embora ainda não tenha causado a destruição generalizada de ícones.

O período de cem anos entre 743 e 843 foi dominado pela batalha em torno das imagens religiosas. Após uma breve, porém violenta guerra civil, Constantino V (741-775) assumiu o controle da capital e começou a desenvolver sua própria teoria da iconoclastia, defendendo uma forma de culto espiritual que evitasse toda veneração idólatra de madeira pintada. Essa teologia de uma fé cristã desprovida de ícones foi elaborada em sua obra *Peuseis* ("Investigações"), que enfatizava que a Eucaristia era a verdadeira imagem de Cristo e a Cruz, o símbolo mais poderoso do cristianismo. Em preparação para um concílio ecumênico destinado a consolidar a crença e a prática iconoclastas, Constantino V organizou uma série de debates para combater a oposição iconófila e garantir que todos os bispos endossassem a teologia correta. Quando finalmente se reuniram em Hiereia, em 754, os bispos iconoclastas denunciaram a veneração de ícones como idolatria, citando as Escrituras, e enfatizaram que os cristãos deveriam adorar sem usar nenhum objeto material como base, como imagens pintadas em madeira.

Visto que a Igreja Católica, entre nós cristãos, se situa entre o judaísmo e o paganismo, ela trilha o novo caminho da piedade e da adoração [...] sem reconhecer os sacrifícios de sangue [...] do judaísmo, e também abominando completamente a prática de fazer e adorar ídolos, da qual a abominável arte do paganismo é expoente e inventora. [26].

Roma não participou do concílio e rejeitou suas decisões. Embora todos os seus atos tenham sido posteriormente destruídos, com exceção da *Definição*, que foi preservada e denunciada em 787, é evidente que Constantino desempenhou um papel proeminente nele. Seguiu-se a perseguição e a morte daqueles que persistiram na veneração de ícones, principalmente monges que não apenas pintavam imagens religiosas, mas também incentivavam seu culto. Santo Estêvão, o Jovem, foi um dos mais proeminentes.

Após um ressurgimento da peste bubônica na década de 740, Constantino enviou trabalhadores à capital para reparar seu grande aqueduto, bem como para restaurar outros monumentos danificados por um forte terremoto. A Igreja de Santa Irene, fundada por Justiniano, foi reconstruída no estilo iconoclasta, com uma cruz em mosaico em sua abside, e ainda hoje pode ser admirada como um exemplo impressionante da arte simbólica então em voga. Claramente, os iconófilos também veneravam a Cruz como o símbolo mais poderoso do poder de Cristo, e tanto eles quanto os iconoclastas a utilizavam para abençoar, proteger, curar e exorcizar demônios. Contudo, em 751, o imperador iconoclasta foi incapaz de salvar Ravena dos lombardos, e nenhum auxílio militar foi enviado ao Ocidente (como discutido no Capítulo 6). Isso se deveu em parte às campanhas quase ininterruptas de Constantino V contra os árabes, eslavos e búlgaros, que se mostraram bastante bem-sucedidas. Como resultado de seus triunfos militares, a ideia de vitória imperial passou a ser

associada à política religiosa iconoclasta, e aqueles que lutaram nas guerras muitas vezes se tornaram também fervorosos defensores dela. Após sua morte em 775, Constantino V legou um império muito mais forte a seu filho, Leão IV (775-780), que ele casou com Irene, uma jovem ateniense.

Apesar de quarenta e cinco anos de políticas iconoclastas, quando a Imperatriz Irene ascendeu ao trono em 780, após a morte de seu marido, Leão IV, decidiu abolir a iconoclastia; uma mudança ousada e surpreendente que contou com o apoio de iconófilos exilados, especialmente monges. Em nome de seu filho mais velho, Constantino VI, então com dezesseis anos, a Imperatriz convocou outro concílio ecumênico em Constantinopla. Tanto o Papa Adriano I quanto os três patriarcas orientais foram convidados e enviaram seus representantes ao concílio, que seria presidido por um patriarca recém-nomeado: Irene havia concedido esse cargo a Tarásio, chefe de seu governo civil. Após uma primeira reunião desastrosa em 786, interrompida por bispos leais à iconoclastia, o concílio se reuniu novamente em Niceia em 787, onde denunciou a iconoclastia como uma inovação na tradição da Igreja. A veneração de ícones, justificada pela citação de milagres registrados principalmente durante a vida dos santos, foi restaurada, e vinte e um cânones foram promulgados para garantir que nenhuma nova igreja fosse construída sem relíquias e ícones de santos. O principal argumento dos iconófilos era que a encarnação do Filho de Deus permitia a representação de Cristo como ele havia sido visto na Terra. Essa imagem poderia ser venerada com relativa honra (*proskynesis*), embora a verdadeira adoração (*latreia*) fosse reservada somente a Deus.

A santa Igreja de Deus, que corretamente confessa que há uma só hipóstase de Cristo em duas naturezas, foi instruída por Deus a representá-Lo em ícones, para que se lembre de Sua dispensação redentora [VI sessão do Concílio de 787].

Da mesma forma, foi ordenada a destruição de todos os textos iconoclastas.

Não há dúvida de que a Imperatriz Irene explorou as divisões criadas por meio século de iconoclastia e aproveitou a oportunidade para restaurar a veneração de ícones em Bizâncio, pois isso lhe permitiu exercer maior controle. Seu zelo pela restauração dos ídolos estava longe de ser piedoso. Prova disso reside no fato de que, quando Constantino VI se libertou de sua influência e tentou governar sozinho, ela o cegou no mesmo quarto púrpura onde o dera à luz vinte e seis anos antes. Entre 797 e 802, ela o substituiu efetivamente e governou como imperatriz, promulgando leis e negociando com o califa Harun al-Rashid e Carlos Magno. Seu retrato pode ser visto em ambos os lados da moeda de ouro cunhada em seu nome, que apresenta um estilo único, com cruzeiros em sua coroa, orbe e cetro (prancha 11c) . Quando seu ministro das finanças a depôs em um golpe palaciano, ela já estava no poder há mais tempo que seu marido, Leão IV.

Em 815, o imperador Leão V iniciou a segunda fase da iconoclastia, uma retomada intimamente ligada à promessa de sucesso militar, agora firmemente associada a Constantino V. Numa cerimônia organizada para esse fim, um grupo de soldados leais à sua memória invadiu os túmulos imperiais no mausoléu adjacente à Igreja dos Santos Apóstolos e suplicou ao seu herói que os conduzisse à vitória. Sob Leão V (813-820) e Miguel II (820-

829), as forças iconoclastas combateram os búlgaros com algum sucesso, e o Patriarca João, chamado "o Gramático" devido ao seu profundo conhecimento, desenvolveu novas justificações para a destruição de ícones. Durante o reinado do imperador Teófilo (829-842), estas justificações foram acompanhadas por uma perseguição mais vigorosa daqueles que persistiam na pintura ou veneração de ícones.

Após a morte de Teófilo, sua viúva, Teodora, assumiu o poder imperial em nome de seu jovem filho, Miguel III. Apesar dos desafios de vários oficiais militares e de seus próprios parentes homens, ela forjou uma forte aliança com a hierarquia da corte, liderada pelo eunuco-chefe Teoctisto, bem como com os monges iconófilos anteriormente exilados, e mais uma vez uma imperatriz aboliu a iconoclastia. Teodora nomeou Metódio, que havia sido torturado e preso, como patriarca e o incumbiu de escrever uma nova liturgia (o *Sinódico da Ortodoxia*) para marcar o retorno à verdadeira fé. Reafirmando o concílio de 787, a veneração de ícones foi restaurada em 10 de março de 843, e a destruição de todos os textos iconoclastas foi novamente ordenada. Teodora também exigiu que a Igreja concedesse a seu marido, Teófilo, o perdão póstumo por sua iconoclastia, para que o jovem príncipe Miguel não tivesse que sofrer por sua associação com a heresia. Assim, o *Sinódico* seria recitado com os nomes dos iconoclastas Leão III e Constantino V, mas não o de Teófilo, entre uma longa lista de hereges condenados; esta cerimônia ainda é realizada nas igrejas ortodoxas no primeiro domingo da Quaresma.

O "Triunfo da Ortodoxia", como esse evento ficou conhecido, foi comemorado em vários ícones, embora nenhum deles tenha sobrevivido além do século IX. Uma cópia do século XIV, agora no Museu Britânico, retrata a Imperatriz com Miguel III e o Patriarca Metódio venerando um ícone da Virgem com o Menino acima de uma fileira de mártires iconófilos, vários monges e uma freira (fictícia), Teodósia (prancha 27). Os saltérios iluminados também refletem a restauração da arte figurativa com numerosas imagens marginais, muitas vezes ilustrando a própria controvérsia iconoclasta (por exemplo, o Patriarca João, o Gramático, sendo pisoteado por iconófilos; veja a prancha 15). Três desses manuscritos, incluindo o famoso Saltério de Khludov, datam do período imediatamente posterior a 843 e serviram de modelo para outros posteriores. Nos monumentos, enquanto isso, a arte iconoclasta simbólica permaneceria em vigor por vários anos, já que nenhum iconófilo poderia se opor à representação da Cruz. Somente em 866 a decoração da absida da Basílica de Santa Sofia, em Constantinopla, foi renovada com um mosaico da Virgem entronizada com o Menino Jesus. O Patriarca Fócio o inaugurou no Domingo de Páscoa com um sermão no qual descreveu seu significado, e ele ainda pode ser venerado hoje. Em outros locais, pinturas figurativas e mosaicos que haviam sido cobertos com cal ou por outros meios foram restaurados. Milagrosamente, um relâmpago revelou o mosaico original da Visão de Ezequiel na Igreja de São Davi, em Tessalônica. Embora o patriarca temesse o retorno da iconoclastia, o Triunfo da Ortodoxia havia garantido a veneração dos ícones, e sua posição honrosa jamais seria ameaçada novamente.

A partir desta visão geral da iconoclastia, deve ficar claro que todas as reconstruções modernas de seu impacto se baseiam em documentação comprovadamente insuficiente. Isso ocorre porque os defensores vitoriosos dos ícones insistiram em destruir os argumentos de seus adversários. Como já vimos, em 787 e novamente em 843, exigiram a completa obliteração da teologia iconoclasta, queimando todos os seus textos. Essa destruição sistemática eliminou a maior parte das evidências relativas aos objetivos dos destruidores de ícones. O texto completo da *Peuseis*, escrita por Constantino V; as atas dos concílios iconoclastas de 754 e 815; e os escritos teológicos de João, o Gramático — todos esses foram perdidos. Se conhecemos o texto básico da *Definição de Crença* promulgada pelos teólogos iconoclastas em 754, é apenas porque foi lido em voz alta em 787, quando foi denunciado frase por frase. Diversos mosaicos colocados pelos iconoclastas nas absides das igrejas, representando cruzeiros monumentais, foram eventualmente substituídos por imagens da Virgem com o Menino, restando apenas o contorno das originais. E grande parte da arte secular do período iconoclasta, como cenas de corridas de bigas e cavalos, foi removida por ser considerada irreverente.

A iconoclastia, por sua própria natureza, significa destruição. Mas não se sabe ao certo quantos ícones, pinturas, afrescos ou manuscritos iluminados foram de fato consumidos pelas chamas, cobertos com outras tintas ou apagados. As estimativas modernas variam. Documentar as perdas e reconstruir como a arte da época poderia ter sido é obviamente impossível. Mas há evidências de destruição iconoclasta; no Patriarcado de Constantinopla, as figuras sagradas que antes decoravam os salões foram substituídas por cruzeiros, embora isso só tenha ocorrido na década de 760. Os manuscritos sobreviventes dos períodos iconoclastas não contêm imagens, que foram suprimidas, enquanto os saltérios produzidos imediatamente após 843 mostram representações de pinturas iconoclastas sobre ícones.

A única maneira de compreendermos esses cem anos de debate iconoclasta é situá-los em seu contexto histórico. Os bizantinos se voltaram contra suas imagens sagradas entre 730 e 843, em uma grande revolta desencadeada pelo desafio imposto pela conquista islâmica, pela perda de seu império e pela perspectiva do fim do mundo. Quando Bizâncio se adaptou à sua nova situação e ganhou confiança em sua própria capacidade de sobreviver, retornou aos ícones: primeiro em 787 e depois novamente em 843, quando as imperatrizes Irene e Teodora ascenderam ao poder. Sentindo-se ameaçada, como ocorrera no início do século IX, Bizâncio adotou uma política intimamente ligada à vitória militar, com os soldados assumindo o controle. A segunda fase da iconoclastia, de 815 a 843, só pode ser explicada como reflexo da reação de Bizâncio a um novo e devastador desafio militar à sua própria existência.

Se examinarmos mais atentamente os argumentos utilizados por ambos os lados, podemos ver como eles se relacionam diretamente com a ameaça do Islã. Os iconoclastas alegavam que as imagens religiosas eram perigosas e levavam as pessoas à idolatria, um pecado pelo qual seriam punidas. Também apontavam que os ícones não eram mais eficazes e haviam perdido seu poder de defender e curar os verdadeiros cristãos. Ambos os argumentos foram usados em 730, quando Leão III introduziu a iconoclastia como política oficial. Contra tudo isso, os iconófilos desenvolveram argumentos sofisticados baseados na

Encarnação, que permitia aos artistas representar o Cristo humano. São João Damasceno e outros acreditavam que, por meio da veneração de ícones, uma maior consciência do divino poderia ser inculcada nos cristãos.

No decorrer do debate em torno dos ícones, Bizâncio estabeleceu suas imagens sagradas como intermediárias na definição de sua arte, contrapondo-se à influência dos iconoclastas árabes. Os bizantinos estavam cientes das alegações de superioridade do Islã em relação às revelações anteriores de Deus aos judeus e cristãos — alegações manifestadas em moedas e monumentos muçulmanos, como o Domo da Rocha. Por sua vez, as suratas do Alcorão reiteravam a mensagem de que Jesus era apenas mais um profeta, não o filho de Deus. Os artistas cristãos contestavam isso representando a crucificação, a fim de enfatizar sua crença na ressurreição. No mosteiro do Monte Sinai, completamente cercado por muçulmanos que negavam a ressurreição de Cristo, vários ícones do período iconoclasta retratavam a morte de Jesus Cristo na cruz, ressaltando que Jesus morreu, foi sepultado e ressuscitou antes de sua ascensão aos céus. O debate sobre qual das revelações divinas era a verdadeira espalhou-se por todas as regiões e se reflete em todos os aspectos da propaganda política, bem como em edifícios e ícones.

A iconoclastia também afetou inúmeras camadas da sociedade, especialmente os próprios pintores de ícones, principalmente monges, que foram perseguidos por continuarem a produzir ícones, bem como as comunidades monásticas que se opunham à iconoclastia, como as de Studios e Chora, ambas na capital. Monges iconófilos foram para o exílio, enquanto outros, que apoiavam a mudança para a iconoclastia, se estabeleceram nesses e em outros centros que antes favoreciam os ícones. Da mesma forma, todos aqueles que continuaram a venerar ícones em suas casas, especialmente as mulheres, corriam o risco de prisão ou pior. Quando Santo Estêvão e seus companheiros foram presos por ordem de Constantino V, diz-se que a esposa do carcereiro secretamente lhes trouxe seus próprios ícones para que pudessem continuar seu culto. Clérigos de ambos os lados foram afetados, apegando-se à sua ideologia e recusando-se a aceitar um compromisso: os patriarcas iconófilos Germano e Nicéforo foram forçados a se retirar; Paulo abdicou (algo muito incomum em Bizâncio); Os bispos iconoclastas que interromperam o concílio de 786 foram punidos, e o patriarca João, o Gramático, que se recusou a renunciar ao cargo em 843, foi enviado para o exílio.

Mas talvez o setor mais afetado tenha sido o militar, como no caso dos soldados que se tornaram iconoclastas convictos sob Constantino V, quando este os liderou a grandes vitórias sobre os árabes e os búlgaros em meados do século VIII; aos seus olhos, a sólida teologia iconoclasta produzia triunfos militares sobre os inimigos externos de Bizâncio. Fora do império, as reações registradas em outros centros cristãos nos dão uma ideia da seriedade com que a veneração dos ícones era encarada. Em seu mosteiro perto de Jerusalém, São João Damasceno (c. 675–753/754) desenvolveu uma defesa dos ícones sagrados. Em Roma, a teologia iconoclasta era vista como uma nova heresia oriental, nos moldes do monotelismo, e enfrentou forte oposição. Mais ao norte, porém, os teólogos francos ficaram consternados com os aspectos idólatras das justificativas apresentadas pelos iconófilos, quando tiveram a oportunidade de conhecê-las em uma tradução deficiente das atas do concílio de 787. Mesmo

fora das fronteiras imperiais, os argumentos e as consequências da iconoclastia eram considerados de grande importância.

Talvez o sinal mais significativo de que a iconoclastia teve profundas repercussões resida nos esforços feitos pelos iconófilos para apagar todos os vestígios dela. Durante várias décadas, a partir de 843, o Patriarca Fócio temeu seu ressurgimento e escreveu sobre seus perigos, sugerindo que a prática mantinha seu poder e força mesmo após ser condenada. Ele estava, na verdade, enganado. Mas a destruição da teologia iconoclasta não foi totalmente completa, visto que, durante a Reforma Protestante na Europa, os protestantes críticos das imagens religiosas citariam precisamente os mesmos textos e conceitos derivados da experiência bizantina. A comparação com a experiência posterior da iconoclastia também confirma as causas subjacentes do desconforto cristão em relação às imagens religiosas; os ícones desempenhavam uma função semelhante à das representações dos antigos deuses pagãos. Todas as práticas antigas eram reproduzidas na veneração dos ícones: eles eram beijados e adorados; velas e incensos eram acesos diante deles, e orações eram oferecidas às figuras sagradas que representavam. Os iconoclastas condenaram tal comportamento como uma nova forma de idolatria pagã, que fomentava a crença supersticiosa de que a madeira pintada podia reagir. Os muçulmanos também haviam observado essa semelhança e afirmavam que ela fazia o cristianismo se assemelhar à "religião do povo idólatra". Daí a determinação dos iconófilos em distinguir os ícones cristãos dos pagãos e em venerar somente a verdadeira adoração, reservada a Deus. Ainda hoje, essa questão permanece delicada em alguns círculos ortodoxos.

Afirmar que a iconoclastia foi de suma importância não diminui a relevância de outras conquistas desse período. A maioria dos habitantes do império, agora bastante reduzido, vivenciou os séculos VIII e IX como uma época de intensa ameaça militar. Ao derrotar as forças árabes e búlgaras, Leão III e Constantino V garantiram a sobrevivência do império. Os habitantes das províncias fronteiriças, tanto orientais quanto ocidentais, deixaram de estar expostos à mesma devastação constante. Embora Constantinopla tenha sido sitiada novamente, resistiu a todos os ataques subsequentes até 1204. Reformas legais, a consolidação do domínio militar sobre os temas, a restauração do poder dinástico e o restabelecimento de Constantinopla como um importante mercado no Mediterrâneo oriental foram mais importantes para a vida de Bizâncio do que a iconoclastia. A responsabilidade pela destruição sistemática da arte figurativa — praticamente nenhum ícone cristão de Constantinopla produzido antes de 730 sobreviveu — deve ser atribuída à estreita ligação entre esta e a vitória militar conquistada por Constantino V e imitada por seus sucessores, enquanto artistas iconófilos e monges eram perseguidos, torturados e mortos.

As batalhas iconoclastas também chamam a atenção para o fascinante contraste entre o apoio masculino à iconoclastia e a oposição feminina a ela, esta última personificada pelas imperatrizes Irene e Teodora, que conseguiram aboli-la. Ambas as mulheres parecem ter agido por considerações políticas, e não por convicções pessoais. Irene, em particular, estabeleceu um precedente significativo ao assumir a autoridade imperial em 780, convocar o Sétimo Concílio dos Romanos e, posteriormente, libertar-se do domínio de seu filho. Obviamente, nem todos aceitaram isso. Alguns observadores ocidentais recusaram-se a

acreditar que Irene pudesse governar como imperatriz, argumentando que o cargo imperial permanecia vago para favorecer a autoridade superior de Carlos, Rei dos Francos. No dia de Natal de 800, quando foi rezar no túmulo de São Pedro, o Papa Leão III o coroou às pressas, e ele foi aclamado como "Imperador dos Romanos". O Papa sabia que Irene estava governando e que esse novo título seria inaceitável em Bizâncio. O próprio Carlos tentou superar a ruptura causada pela cerimônia, respondendo favoravelmente às negociações de Irene para um casamento de conveniência, que lhes permitiria usar o título imperial em suas respectivas esferas políticas. Foi precisamente esse evento que desencadeou a revolta contra Irene. Não obstante, seu exemplo seria imitado não apenas por Teodora, mas também por outras imperatrizes posteriormente. Em Bizâncio, mães imperiais viúvas continuariam a atuar como regentes em nome de seus filhos pequenos, assim como Irene e Teodora haviam feito.

Ao desenvolver seu próprio culto aos ícones, o cristianismo bizantino rompeu com a interpretação estabelecida do que um ídolo representava. Toda a arte bizantina subsequente seria baseada em princípios forjados nesse período, e a importância dos ícones seria celebrada em impressionantes demonstrações de arte pública, como os mosaicos da Hagia Sophia representando Constantino e Justiniano ladeando a Virgem ou Cristo acima da entrada principal, bem como na esfera doméstica. Períodos de iconoclastia provavelmente reforçaram essa abordagem, encorajando mulheres, como a esposa de um oficial da prisão, a manterem seus próprios ícones, apesar da política oficial da Igreja. É irônico, então, que Irene e Teodora, que aboliram a iconoclastia bizantina, o tenham feito impulsionadas tanto por sua sede de poder quanto por piedade. Talvez inadvertidamente, elas também fomentaram tradições artísticas que levariam a um grande florescimento da pintura de ícones, da escultura em marfim, da iluminura de manuscritos e da criação de mosaicos e afrescos, que se tornariam a marca registrada da arte bizantina. Se os imperadores iconoclastas salvaram Bizâncio dos árabes, as imperatrizes iconófilas garantiram a gloriosa representação das figuras sagradas do cristianismo por seiscentos anos, e por muito mais tempo além das fronteiras do império.

Uma sociedade culta e eloquente

Leia manuais militares, histórias e livros da Igreja [...] Se prestar bastante atenção, encontrará neles [...] máximas de inteligência, moralidade e estratégia, visto que quase todo o Antigo Testamento consiste em histórias de estratégia. Um leitor diligente também encontrará [...] muitas no Novo Testamento. [\[27\]](#).

C. ECUMENUS (general aposentado), *Conselhos aos seus filhos*, século XI

Uma das razões para acreditar que os argumentos em torno do papel dos ícones eram amplamente conhecidos, firmemente defendidos e transmitidos de geração em geração reside no fato de que Bizâncio era uma sociedade que valorizava muito a cultura. Escolas rurais e episcopais, padres, monges e tutores particulares proporcionavam os meios de aprender a ler. Havia a possibilidade de receber uma educação que ia além das habilidades básicas de leitura e escrita, e na capital, essa possibilidade se estendia aos mais altos níveis, formando homens qualificados para o serviço público, o exército e a Igreja. E como os cargos mais importantes em todas as esferas estavam abertos a indivíduos talentosos, a educação era vista como um meio de ascensão social, uma chave para acessar as recompensas de altos cargos e destaque social. Em um processo cíclico, a educação dos membros mais jovens da sociedade podia aumentar a riqueza familiar, beneficiando todos os parentes, que, por sua vez, investiam em instituições de ensino e atividades intelectuais que consolidavam e elevavam o status dos estudiosos bizantinos. O respeito e a admiração bizantina pelo conhecimento constituem uma característica definidora da cultura do império.

Ao contrário do Ocidente, onde o ensino superior era restrito àqueles que almejavam uma carreira no clero, em Bizâncio qualquer jovem talentoso podia acessá-lo. Embora a comunicação cotidiana empregasse a linguagem vernácula das ruas, com seu próprio vocabulário e pronúncia, o grego ático clássico dominava o ensino superior, ligando as epopeias de Homero à língua da Bizâncio medieval. Os estudiosos bizantinos usavam o grego antigo em seus escritos e podem até mesmo tê-lo falado. Na Europa Ocidental, seus contemporâneos estudavam latim ou grego como línguas estrangeiras, muito distantes de suas línguas nativas germânicas ou anglo-saxônicas, ou das línguas românicas que gradualmente davam origem ao francês, espanhol e italiano. Embora estudassem os clássicos — Cícero, Virgílio e Ovídio — com uma paixão comparável à devoção bizantina ao grego, essas obras clássicas careciam de uma continuidade semelhante. Apenas os chineses possuem uma história linguística mais longa que a dos gregos.

O sistema educacional bizantino era, e sempre seria, clássico, baseado nas sete artes liberais da Antiguidade: três disciplinas literárias (gramática, retórica e lógica), seguidas por quatro disciplinas matemáticas (aritmética, geometria, harmonia e astronomia). A argumentação filosófica permeava todo o currículo, embora apenas os alunos mais avançados estudassem os textos de Platão e Aristóteles. As crianças começavam com as letras básicas e praticavam a escrita do alfabeto em tábuas de cera ou ardósias. Em seguida, progrediam do estudo das fábulas de Esopo para exercícios baseados na * *Arte da Gramática* * de Dionísio Trácio (um gramático do século II). (a.C.). Eles aprendiam poesia de cor, especialmente as epopeias de Homero. Em média, conseguiam memorizar e compreender cerca de trinta versos por dia, portanto, seu progresso na leitura da *Ilíada* , com seus mais de

quinze mil versos, devia ser muito lento. Após a poesia e a gramática, o adolescente estava pronto para a retórica, o estudo das frases e de como proferir discursos persuasivos, utilizando pequenos textos-modelo (*progymnasmata*) de Aftônio de Antioquia e outras compilações posteriores. Liam discursos de Demóstenes e Libânio e praticavam a apresentação dos seus próprios em ocasiões especiais, como casamentos imperiais. Tudo isso precedia o estudo do quadrivium de ciências matemáticas e filosofia, que se concentrava na capital.

Este currículo pagão exerceu considerável influência e permaneceu praticamente inalterado do século v ao xv . Ele fornecia aos bizantinos instruídos uma base secular de conhecimento derivada de princípios da Grécia Antiga, à qual se acrescentavam ensinamentos e teologia cristãos. Como Cecaumeno, um líder militar autodidata do século xi , disse a seus filhos, a Bíblia estava repleta de histórias úteis, bem como de preceitos morais. Como a maioria dos oficiais de alta patente, ele combinava a consciência da importância do aprendizado secular com um profundo respeito pelas crenças cristãs. Isso também se refletia no clero, que dava especial atenção aos benefícios de uma sólida educação secular para o debate de questões teológicas. Assim, por exemplo, as atas do Sexto Concílio Ecumênico, realizado em 680-681, revelam um procedimento sofisticado para verificar a autenticidade das fontes cristãs, comparando-as com cópias autorizadas mantidas na biblioteca patriarcal. Os altos níveis de cultura e desenvolvimento intelectual dentro do clero permitiram que a Igreja Bizantina defendesse sua ideologia de forma eficaz.

Em Bizâncio, era bastante comum a existência de um sistema de registro altamente desenvolvido, praticamente sem paralelo na Alta Idade Média. Por exemplo, as sentenças judiciais eram transcritas em triplicado para que tanto o tribunal imperial quanto as duas partes envolvidas no julgamento tivessem uma cópia. Em uma disputa de terras julgada no tribunal patriarcal em 1315, uma mulher e sua cunhada apresentaram seis documentos, que trocaram entre si, todos referentes ao mesmo terreno; dois deles se revelaram falsificações. As negociações diplomáticas também eram meticulosamente registradas, como sabemos pela ameaça do imperador Nicéforo Focas de apresentar uma cópia de um acordo firmado em 967 caso a embaixada ocidental de 968 tentasse contrariá-lo. Os registradores de impostos mantinham registros das gerações anteriores de proprietários de terras, bem como dos responsáveis pelo pagamento, e os contratos particulares elaborados por notários forneciam detalhes pessoais semelhantes. O escritório imperial era sustentado pela atividade de milhares de funcionários e escribas qualificados e seus sistemas de arquivamento, juntamente com numerosas gerações de servidores públicos bem-educados.

Além disso, Bizâncio reconhecia os acordos tácitos firmados pelos pobres e humildes e fomentava uma rica cultura oral que se desenvolvia paralelamente à cultura escrita, uma cultura que poderia ser descrita como "eloquência". Esta tinha origem em canções, histórias e memórias transmitidas de geração em geração, como na maioria das sociedades medievais. As evidências escritas dessa cultura oral são, por sua própria natureza, escassas, mas é frequentemente evidente que pais e parentes mais velhos eram responsáveis por ensinar às crianças provérbios derivados do teatro e da poesia da Grécia Antiga, bem como histórias sobre deuses e deusas da antiguidade e valores morais. Habilidades técnicas relacionadas à construção, agricultura e obstetrícia, para citar apenas algumas, deviam ser transmitidas

dentro da família, assim como os pais treinavam seus filhos para serem ferreiros e as mães ensinavam suas filhas a cozinhar e tecer. No campo mais importante da medicina, a parteira local era literalmente uma mulher sábia cujo conhecimento podia salvar vidas, enquanto aqueles que cuidavam de epiléticos e leprosos em geral o faziam com base na experiência transmitida oralmente. Assim, além da tradição manuscrita do conhecimento médico, baseada em Galeno e outros especialistas anteriores, os médicos bizantinos tinham acesso a instruções não escritas na forma de uma série de métodos orais para cuidar dos doentes.

Paralelamente ao sistema de educação clássica, os primeiros mosteiros ofereciam aos homens e mulheres analfabetos que se dedicavam à vida cristã uma forma muito mais simples de aprendizado oral: a memorização de salmos e narrativas do Evangelho. Alguns, porém, insistiam que seus alunos aprendessem a ler para que pudessem participar com conhecimento da liturgia. Essa educação cristã elementar é mencionada nas *Vidas dos Santos Bizantinos*, que frequentemente demonstravam já terem sido escolhidos para a santidade pela rapidez e facilidade com que memorizavam longos trechos das Escrituras. As crianças geralmente recebiam alguma educação cristã em suas próprias famílias. Muito mais pessoas aprendiam a ler do que a escrever, visto que esta última exigia vários anos de prática. As *Vidas dos Santos* foram escritas em um grego muito simples, que também era usado em coletâneas de milagres e em histórias "benéficas para a alma". Algumas jovens também adquiriram domínio suficiente do idioma para redigir testamentos, doar propriedades e participar da vida monástica, embora poucas tenham alcançado o nível de conhecimento de Cassiana, uma freira do século IX que compôs hinos, epigramas e poemas. Diversos estudos sobre alfabetização, baseados em documentos posteriores, sugerem que a capacidade de ler, senão de escrever, era mais difundida entre as mulheres bizantinas do que na Europa medieval.

Inevitavelmente, houve alguma tensão entre o conteúdo essencialmente pagão dos ensinamentos e a cultura cristã do império. Um texto do século VIII lança uma luz fascinante sobre os problemas enfrentados por um grupo de autoproclamados filósofos locais que se propuseram a registrar as inscrições nos pedestais das estátuas em Constantinopla e a comentar sobre monumentos antigos. Suas *Breves Notas Históricas* incluem descrições de grupos de estátuas clássicas e seus "poderes", referências a retratos de imperadores e identificações de edifícios, tanto pagãos quanto cristãos. A pesquisa dos autores visa compreender o ambiente pagão da "Cidade Rainha". Eles alertam sobre os poderes malévolos das estátuas antigas, que poderiam cair e matar o pesquisador, como aconteceu com Himério durante o reinado de Filipo (711-713) no Kynegion, um antigo anfiteatro para espetáculos com animais selvagens localizado na acrópole de Bizâncio. Eles fornecem etimologias, muitas vezes absurdas, para alguns dos nomes que conseguem identificar e citam autoridades obscuras em apoio às suas interpretações. Ler inscrições em grego antigo era quase tão difícil para eles quanto é para nós hoje. No entanto, elas fornecem evidências claras de seu interesse pelo passado clássico; um interesse também documentado nos campos intimamente relacionados da astronomia e da astrologia.

Durante o reinado de Constantino V — e, portanto, antes de 775 — foi feita uma cópia das *Tábuas Práticas de Ptolomeu*, ferramenta essencial para calcular os movimentos do Sol, da Lua e dos planetas e, conseqüentemente, os eclipses. No final do século, a corte bizantina

empregava um astrólogo que utilizava as *Tábuas* para elaborar horóscopos e prever eventos. Essa mesma tradição científica era muito valorizada em Bagdá, onde um monge cristão, Teófilo, foi o principal astrólogo de al-Mahdi (775-785) e traduziu inúmeras obras da Grécia Antiga para o siríaco e o árabe. Seus escritos também eram bem conhecidos em Bizâncio e provavelmente estimularam um maior interesse por obras astrológicas geralmente consideradas impróprias pela Igreja. A revisão de textos científicos em Bizâncio é mais notável do que a cultura literária evidente nas *Vidas* de vários patriarcas e santos dos séculos VIII e IX, como Tarásio (784-806) e Nicéforo (806-815), bem como São Teodoro, abade do mosteiro de Studios (falecido em 826), que recebeu instrução em métrica poética clássica e na escrita de epigramas no estilo correto.

Essas habilidades também foram preservadas nos mosteiros palestinos sob controle muçulmano. Na primeira metade do século VIII, São João Damasceno e seu irmão adotivo Cosme possuíam um conhecimento excepcionalmente elevado do currículo clássico, incluindo matemática. Mar Saba, o mosteiro de São Sabas, perto de Jerusalém, ostentava uma rica biblioteca para a qual inúmeros estudiosos e escribas contribuíram até o período das Cruzadas. Na década de 790, porém, à medida que o domínio muçulmano se tornava menos tolerante, muitos monges palestinos se mudaram para Constantinopla, levando consigo seu conhecimento. Um deles foi Jorge, chamado Sinkelus por ter sido *o synkellos* (literalmente, "companheiro de cela", "assistente") do Patriarca de Jerusalém. Ele chegou à capital com sua lendária *História*, que abrangia os primeiros seis milênios, da criação do mundo ao reinado de Diocleciano. A tradição de registrar toda a existência humana, utilizando o sistema de datação baseado no primeiro ano do mundo, ou *anno mundi*, havia sido preservada além das fronteiras do império e impulsionado novos textos historiográficos na própria Bizâncio. Sua influência é evidente na *Crônica* atribuída a Teófanos, o Confessor, que deu continuidade ao trabalho de Jorge Sincelo de *anno mundi* 5777 (284/285 d.C.) a 6305 (812/813), provavelmente utilizando material compilado por Sincelo. O Patriarca Nicéforo também escreveu uma *História narrativa mais curta*, não baseada em eventos ano a ano, o que proporciona um interessante ponto de comparação com a obra de Teófanos para o período de 602 a 769 d.C.

As cartas escritas por São Teodoro Estudita indicam uma preocupação paralela em revitalizar uma forma retórica singular que teria um grande futuro em Bizâncio. Embora tivesse tido grande cuidado em proteger o anonimato dos iconófilos, as cartas de Teodoro do exílio têm um propósito claro: apoiar aqueles que se opunham à iconoclastia. Através delas, podemos traçar a criação de uma verdadeira comunidade de veneradores de ícones, dispersos, mas unidos pelo incentivo de seu líder. De forma semelhante, as cartas de um certo professor do século X contêm uma série de queixas detalhadas sobre alunos que não frequentavam suas aulas e pais que não pagavam as mensalidades. Esse professor, cuja identidade permanece anônima, registra o prazer que sentiu ao adquirir um exemplar de Sófocles e escreve a amigos pedindo emprestado um texto antigo que desejava copiar. Muitos estudiosos, ou seus alunos, organizaram coleções de suas próprias cartas, talvez mais pelo estilo do que pelo conteúdo. As cartas são caracterizadas por aspectos da vida bizantina, como dieta, clima, amizade (particularmente acentuada entre os escritores que viviam longe da capital), sistemas de mecenato, expressões de condolências em caso de doença ou morte

e felicitações por casamento ou nascimento de um filho. Escrever uma carta era frequentemente um exercício retórico no qual nomes eram evitados e uma linguagem simples era empregada. Os correspondentes às vezes tinham dificuldade em compreender o propósito da comunicação, e o portador era frequentemente instruído a transmitir a verdadeira mensagem oralmente. No entanto, a sobrevivência de tantas coleções de cartas em Bizâncio reflete uma prática comum entre seus intelectuais, tanto clérigos quanto seculares, que se destacavam particularmente nessa forma literária de comunicação.

No século IX, ocorreu um avanço técnico que facilitaria uma maior produção literária: o desenvolvimento da escrita minúscula cursiva, que pode ter se originado na chancelaria imperial. Quase simultaneamente, uma melhoria semelhante ocorreu na escrita latina, sugerindo que os escribas em ambas as culturas consideravam as letras maiúsculas lentas e trabalhosas. Em Bizâncio, essa mudança esteve associada à transferência do material de escrita dos rolos de papiro para o pergaminho, um suporte mais durável. Nesse processo, os escribas não apenas adotaram o novo estilo de escrita, mais rápido, mas também fizeram diversas alterações gráficas, estabelecendo títulos de capítulos, inserindo pontuação e incluindo notas marginais. Dessa forma, uma parte significativa do conhecimento da Grécia Antiga foi preservada para a posteridade, como a obra de Arquimedes, *Sobre os Corpos Flutuantes*, recentemente descoberta em um pergaminho que havia sido limpo para copiar um livro de orações no século XIII.

O ensino da matemática e de outras ciências também se desenvolveu à medida que os textos de Euclides e Ptolomeu foram copiados do papiro para o pergaminho. Duas figuras-chave nesse processo foram João, o Gramático, o último patriarca iconoclasta, e Leão, chamado de "o Matemático" e "o Filósofo", que também compôs epigramas no estilo clássico. Durante o reinado do Imperador Teófilo (829-842), João participou duas vezes de embaixadas enviadas aos árabes e, ao retornar, trouxe notícias do trabalho científico realizado por eles. A fama de Leão teria chegado ao Califado Abássida de Bagdá, onde um de seus discípulos foi feito prisioneiro. Ao saber por esse discípulo que um especialista bizantino poderia provar os teoremas de Euclides, diz-se que o califa solicitou seus serviços. Mas Teófilo recusou-se a libertar Leão e o empregou como professor na capital, onde ele encomendou cópias de inúmeros textos científicos e literários da Grécia Antiga. Em 863, quando Bardas, cunhado de Teófilo, fundou novas escolas de ensino superior, Leão foi nomeado "chefe dos filósofos" e, com uma equipe de quatro assistentes, ficou encarregado de ensinar todos os aspectos do quadrivium matemático.

Embora a história do discípulo de Leão seja provavelmente uma fábula, certamente reflete o intenso desenvolvimento intelectual tanto em Bagdá quanto em Bizâncio. Sob os califas abássidas do século X, al-Ma'mun, al-Mu'tasim e al-Mu'tawakkil, os estudiosos da corte eram afiliados a uma "Casa da Sabedoria", e os observatórios construídos pelos astrônomos árabes de al-Ma'mun aprimoraram a precisão das observações ptolomaicas. Nesse ambiente estimulante, al-Khwarizmi (c. 790–c. 850) desenvolveu um novo campo da matemática, a álgebra, que forneceu as primeiras soluções sistemáticas para equações lineares e quadráticas. Ele também utilizou numerais indianos/árabicos, o conceito de zero e o ponto decimal, e escreveu sobre geografia, astronomia e astrologia. Esses avanços foram ainda mais impulsionados pela tradução de obras científicas antigas do grego e do siríaco

para o árabe. Dos treze livros de teoremas de Diofanto (um matemático alexandrino do século III d.C.), dez foram preservados em árabe e seis em grego, enquanto três se perderam, sugerindo que foram os estudiosos muçulmanos que traduziram a versão mais completa conhecida na época, a partir do século IX. O intercâmbio cultural entre Constantinopla e Bagdá fluía em ambas as direções, mas o conhecimento científico avançou mais rapidamente e alcançou um público maior no mundo islâmico. Nos séculos posteriores, os textos árabes seriam traduzidos para o grego, completando assim o ciclo do poderoso legado do mundo antigo.

Tanto nos centros muçulmanos quanto nos cristãos, o mecenato imperial e privado mostrou-se vital para o desenvolvimento do conhecimento. Uma seção do palácio em Constantinopla, a Magnaura (nome derivado da expressão latina *magna aula*, ou "grande salão"), era usada para as aulas em que os filhos da família imperial recebiam instrução. Até o século XV, imperadores e patriarcas continuaram a fomentar o ensino superior em Constantinopla. Suas bibliotecas garantiam a cópia de manuscritos e a preservação de textos ortodoxos, que podiam ser consultados por estudiosos. Na maioria das cidades provinciais, bispos administravam escolas onde crianças destinadas a carreiras no serviço público, no exército ou na Igreja eram educadas. Monges e eremitas também ofereciam instrução, e mosteiros — como o Mosteiro de São João, no sudoeste de Constantinopla, conhecido como Mosteiro dos Estúdios — desenvolveram importantes *scriptoria*, onde os monges aprendiam a copiar e iluminar manuscritos. As comunidades do Monte Atos adquiriram ricas coleções de textos seculares e cristãos, frequentemente por meio de legados de homens ricos que, ao se aposentarem, levavam seus livros consigo. Em 1354, quando o imperador João VI Cantacuzeno abdicou, retirou-se para um mosteiro em Constantinopla, onde se tornou o monge Josafá e mais tarde escreveu suas memórias. O fluxo regular de homens mais velhos e eruditos elevou naturalmente o nível intelectual da comunidade.

Um dos pontos culminantes do desenvolvimento intelectual no início da Idade Média bizantina é marcado pela carreira de Fócio, cujas realizações se erguem como um símbolo secular da cultura escrita e do esforço acadêmico. Embora uma figura excepcional, seu envolvimento com a cultura antiga foi caracterizado pela típica combinação bizantina de contenção e inspiração. Fócio registrou suas ideias — sobre temas teológicos, filosóficos, literários e de história da arte — em um grego de requinte primoroso.

Fócio provinha de uma família iconófila perseguida durante a segunda fase da iconoclastia (815-843). Tal como o seu tio Tarásio, ascendeu na hierarquia da administração pública até se tornar chefe da administração. Depois, seguindo a trajetória de Tarásio, em 858 foi nomeado patriarca da Igreja Bizantina, substituindo Inácio, que havia sido deposto. Como patriarca, Fócio escreveu numerosos sermões e cartas, bem como um tratado sobre a vinda do Espírito Santo que se revelaria fundamental para todas as análises subsequentes sobre o tema. Contudo, a sua rápida ascensão de leigo à chefia da Igreja causou problemas em Bizâncio, onde o seu antecessor, Inácio, tinha muitos apoiantes. Quando estes apelaram ao Papa Nicolau I, a disputa alastrou-se também à Igreja Ocidental (ver capítulo 12). O mandato de Fócio como patriarca (858-867) terminou com a ascensão do Imperador Basílio I, que reinstalou Inácio. Após a morte de Inácio, Fócio ocupou novamente o cargo por um segundo mandato (877-886) e, posteriormente, foi deposto por Leão VI, conhecido como "o

Sábio" (886-912). Durante seu primeiro período de exílio, contudo, Fócio trabalhou como tutor dos príncipes imperiais; um sinal de sua reputação como professor e, ao mesmo tempo, da importância do palácio imperial como centro de aprendizado. É possível que, nessa função, ele tenha inspirado o jovem Leão, um dos filhos de Basílio, que se revelaria um competente escritor de sermões, além de um sério defensor da reforma legal, da organização econômica e das táticas militares. Se assim for, Leão se mostraria um discípulo ingrato: um de seus primeiros atos ao assumir o trono foi depor Fócio, que mais tarde morreu em circunstâncias desconhecidas.

A espetacular carreira eclesiástica de Fócio não foi um acontecimento incomum e foi acompanhada por uma dedicação excepcional e inabalável às atividades intelectuais. Ele é geralmente considerado hoje como o autor da introdução à *Epanagoge*, um código legal revisado publicado por Basílio I, que estabelece a relação ideal entre Igreja e Estado. O texto argumenta que o imperador deve submeter-se às leis, mesmo sendo ele quem as cria, porque é o único representante de Deus na Terra. A carta de Fócio ao Khan da Bulgária, firmemente enraizada na retórica de Isócrates sobre a conduta adequada de um bom governante, descreve de forma semelhante os deveres de um monarca cristão. O patriarca exorta seu filho espiritual a tornar-se um "novo Constantino", conduzindo o povo búlgaro ao mundo cristão. Em suas respostas às perguntas feitas por seu amigo Anfíloco de Cízico, Fócio demonstra seu vasto conhecimento sobre uma ampla gama de assuntos. Mas é sobretudo sua *Biblioteca* que ilustra sua erudição e o levou a ser identificado como "o inventor das resenhas de livros". Neste texto, ele apresenta uma lista de 279 livros que recomenda a seu irmão, Tarásio, acompanhada de uma análise detalhada de seu conteúdo e uma série de comentários peculiares. A obra contém uma mistura de escritos seculares e cristãos, heréticos e ortodoxos, de autores estilisticamente bons e ruins, permitindo a Fócio demonstrar seu gosto pela cultura literária. Embora grande parte dos livros analisados na *Biblioteca de Fócio* seja de cunho teológico, ela também contém anotações sobre obras de Ésquilo que se perderam e alude a uma enciclopédia mais completa de João de Estóbio, ou Estobeu, que sobreviveu até os dias de hoje.

Suas anotações sobre certas obras são, por si só, uma leitura interessante:

Estou lendo *Os Prodígios Além de Thule*, de Antonio Diogenes, em vinte e quatro partes. É um romance [...] Seu conteúdo oferece imenso prazer; embora a narrativa beire o mítico e o inacreditável, organiza o material em uma estrutura ficcional muito plausível.

Em seguida, ele apresenta um resumo da trama, que tem muito pouco a ver com Thule (o extremo norte da Europa), mas que contém jornadas emocionantes por aldeias desconhecidas com roupas muito peculiares, maravilhas e aventuras. Por fim, ele conclui:

Este livro aparece como fonte e origem da *Verdadeira História de Luciano* [...] Neste romance, assim como em outros relatos ficcionais do mesmo estilo, há essencialmente duas características muito úteis: primeiro, o autor mostra que o homem injusto sempre recebe o seu castigo, mesmo quando parece escapar em inúmeras ocasiões; segundo, ele descreve muitas pessoas inocentes expostas a grandes perigos e frequentemente salvas contra todas as expectativas.

Isso pode ser comparado a um comentário subsequente:

Estou lendo uma obra substancial, de fato enorme, dividida em quinze seções e cinco volumes. Trata-se de uma coletânea de testemunhos e citações de livros inteiros, não apenas gregos, mas também persas, trácios, egípcios, babilônicos, caldeus e romanos, de autores altamente respeitados em cada nação. O compilador tenta demonstrar que esses textos estão em consonância com a religião pura, sobrenatural e divina dos cristãos; que anunciam e proclamam a Trindade sobrenatural de uma única substância [...]. O autor não hesita em explorar, da mesma forma, os escritos sobre alquimia de Zósimo (um tebano de Panópolis). Neles, ele explica o significado de termos hebraicos e discute onde cada um dos apóstolos proclamou a doutrina da salvação e cessou seus trabalhos mortais. Ao final da obra, ele oferece uma exortação pessoal, entrelaçada e reforçada com máximas pagãs e citações das escrituras. Aqui, em particular, pode-se reconhecer a devoção do homem à virtude e sua piedade irrepreensível [...] Até agora, não consegui descobrir o nome do compilador destes volumes [...] Mas ele vivia em Constantinopla com sua esposa e filhos, e sua atividade é posterior ao reinado de Heráclio. ^[28].

Hoje, essa obra está perdida, mas a descrição de Fócio nos permite refletir sobre o quão pouco sabemos sobre o século VII e o quanto de sua literatura foi destruída.

Na *Biblioteca*, Fócio comenta suas próprias leituras a pedido de seu irmão e promete mais anotações no futuro. Seus esforços para resumir o conteúdo de livros raros seriam imitados por estudiosos posteriores, que compilaram compêndios de informações úteis, notadamente o Imperador Constantino VII (ver Capítulo 16). Da mesma forma, o grupo reunido em torno de Fócio para analisar alguns dos textos menos conhecidos disponíveis no século X estabeleceu um precedente. Fócio não comentou todos os textos que circulavam na época, o que provavelmente explica por que as obras mais conhecidas de Platão e Aristóteles não aparecem em sua *Biblioteca*. Encontros onde os autores liam suas composições mais recentes se tornariam uma característica marcante da vida intelectual bizantina, continuando a estimular o debate e os comentários literários até o fim do império. Os salões literários dirigidos por mulheres instruídas como Ana Comnena no século XII, ou por princesas estrangeiras que desejavam aprender sobre a cultura bizantina, como Maria da Alânia no século XI, contavam com a participação de filósofos, retóricos, poetas e historiadores, seguindo exatamente esse modelo.

Embora seja evidente que Fócio possuía um conhecimento extraordinário, ele também era uma figura representativa de sua sociedade, escrevendo para leitores com gostos e habilidades semelhantes. Em suas cartas a Anfíloco, podemos observar o conhecimento compartilhado de textos gregos clássicos, que haviam sido copiados, extraídos e reorganizados repetidamente em compêndios (*florilégios*) de saberes antigos. A mesma atenção era dedicada à Bíblia, estudada tanto pelo clero quanto pelos leigos como fonte de conhecimento. Embora seja verdade que os estudiosos bizantinos seguiam um currículo bastante rígido, seus estudos incluíam tudo o que conseguiam ler em grego, com disciplina e curiosidade, além da meticulosa cópia de textos antigos. Dessa forma, um corpus muito maior de autores gregos clássicos foi preservado para a posteridade do que teria sobrevivido de outra maneira. Fócio, no entanto, em sua devoção a todos os aspectos do legado grego — pagão e cristão, clássico e medieval, científico, jurídico e literário — personificou plenamente as aspirações de Bizâncio. Ele transcendeu os limites da cultura estabelecida para compor sermões, tratados e cartas de grande interesse. E ele promoveu uma compreensão mais clara da importância do passado da Grécia Antiga para a Bizâncio medieval, uma compreensão que a sustentaria ao longo de muitos séculos de incerteza política.

Santos Cirilo e Metódio, "apóstolos dos eslavos"

Como é que agora você ensina e criou um alfabeto para os eslavos, algo que ninguém havia conseguido fazer antes?... Conhecemos apenas três línguas dignas de louvar a Deus nas Escrituras: o hebraico, o grego e o latim.^[29]

Vida de Constantino, provavelmente por Metódio, século IX

No século IX, dois irmãos, Metódio e Constantino, que viviam em Tessalônica, onde seu pai, Leão, era oficial do exército, aprenderam a falar eslavo. Muitos eslavos vinham à capital para comerciar, e o bilinguismo era uma característica marcante da vida nas fronteiras do império. Mas esses dois jovens demonstraram um talento excepcional para línguas. Quando o Patriarca Fócio percebeu isso, incentivou os dois irmãos a inventarem uma forma de escrever a língua eslava. Eles criaram um alfabeto que representava os sons da língua falada e começaram a traduzir textos ortodoxos importantes. Sua primeira tentativa resultou em um alfabeto chamado *glagolítico*, que mais tarde evoluiu para o eslavo litúrgico; o segundo ainda é usado na Rússia hoje. Este último é chamado de *cirílico*, em homenagem ao nome monástico — Cirilo — que Constantino adotou pouco antes de sua morte, em 869. Os dois irmãos entrariam para a história como os Santos Cirilo e Metódio, "apóstolos dos eslavos".

O irmão mais velho, Metódio, inicialmente seguiu um caminho secular e ocupou um cargo oficial em um principado eslavo na Macedônia, onde provavelmente viveu entre os eslavos. Mais tarde, tornou-se monge no Monte Olimpo. Após a morte do imperador Teófilo em 842, o irmão mais novo, Constantino (mais tarde conhecido como Cirilo), foi enviado a Constantinopla para completar seus estudos. Seu primeiro patrono, o eunuco Teoctisto, o ordenou sacerdote na Basílica de Santa Sofia. Além das funções sacerdotais, estudou siríaco, hebraico (traduzindo uma gramática hebraica para o grego) e filosofia. Seu segundo patrono foi o próprio Patriarca Fócio, com quem compartilhava interesses intelectuais e uma preocupação semelhante com a educação. Assim como Fócio, foi enviado em missões diplomáticas à corte muçulmana de Samarra e ao centro do poder khazar, ao norte do Mar Negro, onde acredita-se que tenha descoberto as relíquias de São Clemente, um obscuro bispo de Roma do século I d.C., exilado na Crimeia.

De acordo com a *Vida de Constantino*, provavelmente escrita por Metódio, o conhecimento da língua eslava era bastante comum na região de Tessalônica, visto que numerosas tribos se estabeleceram ali após cruzarem a fronteira do Danúbio no final do século VI. Enquanto alguns grupos conquistaram importantes cidades fortificadas e, em diversas ocasiões, sitiaram a própria Tessalônica — embora sem sucesso —, outros migraram para o sul com suas famílias e rebanhos, ocupando terras agrícolas. Sua presença por toda a região dos Balcãs e até o sul do Peloponeso mostrou-se suficientemente hostil para fazer com que grande parte da população nativa fugisse para castelos nas montanhas ou para ilhas, segundo relatos posteriores. A partir do final do século VIII, várias campanhas imperiais começaram a reafirmar o controle de Constantinopla e, em 786, a Imperatriz Irene e seu filho Constantino VI fizeram uma viagem real que os levou até Bereia (atual Stara Zagora, Bulgária). Acompanhados por dançarinos e músicos, eles comemoraram a pacificação dos eslavos e consagraram a igreja de Santa Sofia em Tessalônica.

Aparentemente, vinte anos depois, Nicéforo I frustrou uma revolta conjunta eslavo-árabe em Patras e convidou a população nativa a retornar à cidade. Como registra Aretas, um estudioso do século IX, seus próprios parentes estavam entre os que retornaram da Sicília para Patras, onde encontraram os eslavos derrotados sob a autoridade do bispo.

Apesar de ter perdido o controle sobre grandes áreas dos Balcãs e da Grécia Ocidental por muitas gerações, Constantinopla acabou por restaurar a administração imperial através do novo sistema de governo temático. No século X, já existiam temas no Peloponeso, na Hélade (Grécia central), nas ilhas de Cefalônia, Zacinto, Corfu, Dirráquio (atual Durrës, Albânia), na Tessália, em Tessalônica e na Macedônia. Após muitos anos de contato com Bizâncio, os eslavos, que originalmente se estabeleceram em territórios *eslavos (sklaviniai)*, estavam agora familiarizados tanto com o cristianismo quanto com a língua grega. Apenas no Monte Taigeto, que dominava Esparta, duas tribos permaneceram hostis à missão civilizadora de Bizâncio, embora também tenham sido eventualmente assimiladas. Assim como Roma latinizou e cristianizou os invasores bárbaros no Ocidente, apesar de ter perdido o controle sobre eles, da mesma forma as forças do Império Romano do Oriente, sua cultura grega, seu comércio, suas leis e sua riqueza absorveram inúmeros intrusos.

Em 862, porém, o imperador Miguel III recebeu um pedido da Morávia (parte da antiga Panônia, atual Eslováquia e República Tcheca) para enviar sacerdotes bizantinos. O rei Ratislav estava ansioso para contrabalançar a influência dos missionários francos da Baviera e estabelecer uma Igreja Morávia independente. Embora o patriarca Fócio considerasse o grego superior, ele encorajou Metódio e Constantino a usar o novo alfabeto para traduzir os Evangelhos e os Salmos, bem como a liturgia atribuída a São João Crisóstomo, para o eslavo. Em 863, ele enviou os dois irmãos para a Morávia, onde passaram quatro anos estabelecendo uma Igreja que utilizava tanto a nova língua vernácula quanto o grego. Seu trabalho encontrou oposição dos missionários ocidentais, que celebravam a liturgia em latim. Talvez por insistência de Ratislav, os irmãos decidiram que alguns de seus discípulos deveriam ser ordenados sacerdotes para fortalecer a Igreja Morávia e, em 867, partiram para Roma.

Quando chegaram a Veneza, ocorreu um famoso debate sobre o uso da liturgia eslava. De um lado estavam os ocidentais (bispos, padres e monges venezianos, e possivelmente também francos), que insistiam que existiam apenas três línguas sagradas — hebraico, grego e latim — já que essas eram as línguas usadas na Cruz para registrar a morte de Jesus. Do outro lado, Constantino defendia a língua vernácula recém-criada, afirmando:

Sabemos de inúmeros povos que possuem escrita e glorificam a Deus, cada um em sua própria língua. Estes são certamente óbvios: armênios, persas, abscários, ibéricos, sogdianos, godos, ávaros, turcos, cazares, árabes, egípcios e muitos outros... A chuva de Deus não cai igualmente sobre todos? E o sol não brilha igualmente sobre todos? [\[30\]](#)?

Embora o atacassem "como corvos contra um falcão", segundo a *Vida* do santo, Constantino respondeu que eles deveriam se envergonhar de condenar todas as outras nações à cegueira e à surdez, e citou inúmeras justificativas das Escrituras para permitir que todas as nações louvassem o Senhor.

Eles receberam então um convite do Papa Nicolau I e partiram de Veneza para Roma, apenas para descobrir que o Papa havia falecido logo após sua chegada. Contudo, seu

sucessor, Adriano II, acolheu os missionários. Constantino presenteou o Papa com as relíquias de São Clemente, que havia trazido do Mar Negro. Os discípulos morávios foram devidamente ordenados e “imediatamente começaram a cantar a liturgia em língua eslava na Basílica de São Pedro”. Na Basílica de Santa Maria da Natividade, as Escrituras foram acrescentadas em eslavo, e tanto ali quanto em outras igrejas de Roma, a liturgia foi celebrada nessa língua em diversas ocasiões. Em fevereiro de 869, pressentindo a morte, Constantino tornou-se monge, adotando o nome de Cirilo. Foi sepultado no santuário de São Clemente, onde afrescos posteriores comemoram sua vida aventureira.

O Papa Adriano não só aprovou o uso da língua vernácula pelos missionários, como também nomeou Metódio legado papal junto aos príncipes da Morávia e da Panônia, instruindo-o a proferir suas leituras primeiro em latim e somente depois em eslavo. Pouco depois da morte de seu irmão, ele deixou Roma para assumir o cargo e, por mais de quinze anos, continuou seu trabalho de tradução e conversão, apesar da crescente oposição franca. Após a deposição de Ratislav em 870 por seu sobrinho Svatopluk, Metódio foi preso na Suábia (no sul da Alemanha) por vários anos; eventualmente, ele e seus partidários foram expulsos da Morávia. Apesar dos esforços dos irmãos, a Igreja Morávia ficou cada vez mais sob o controle franco e permanece predominantemente católica romana até hoje.

Em outros lugares, porém, a liturgia eslava obteve mais sucesso. Antes da morte de Metódio, em 885, ele e seus discípulos produziram traduções da Bíblia, serviços litúrgicos e compilações de direito canônico. O objetivo de tornar os eslavos “um dos grandes povos que louvam a Deus em suas próprias línguas”, como afirma a *Vida* de Constantino, foi finalmente alcançado. Assim, não apenas os búlgaros, mas também, mais tarde, os russos e sérvios, puderam celebrar o culto em seus próprios idiomas. Dada a insistência bizantina no papel central do grego na transmissão de toda a cultura, como devemos encarar esse triunfo da língua vernácula? Representa uma homenagem ao Patriarca Fócio, que cultivou o excepcional talento linguístico de dois irmãos missionários de Tessalônica. Mas também pode ser interpretado como uma ruptura radical com a tradição, outro exemplo da inovação e criatividade bizantinas, que contrasta com o uso insistente do latim exigido na Igreja Ocidental.

Fócio era um brilhante erudito e diplomata; porém, quando iniciou o processo de conversão dos búlgaros ao cristianismo bizantino, provocou forte oposição do Papa Nicolau I. Roma já havia criticado a rápida ascensão de Fócio na hierarquia clerical e, em 861, condenou sua nomeação para o patriarcado como “uma invasão da sé ocupada por Inácio”. Seguiu-se uma troca hostil de correspondências, que levou a um debate sobre a pretensão de Constantinopla de exercer poderes equivalentes aos de Roma no Ocidente, sua preservação da doutrina cristã correta e sua autoridade para converter não-cristãos, e mais especificamente os búlgaros, às tradições ortodoxas.

A importância da Bulgária residia em sua posição entre as esferas de influência oriental (bizantina) e ocidental (franca). Em 862, quando o Khan Boris formou uma aliança com Luís, o Germânico, descendente de Carlos Magno e cujo território fazia fronteira com a Bulgária a oeste, Miguel III enviou uma expedição militar para contra-atacar, e Boris foi forçado a aceitar os termos bizantinos e o batismo cristão. Fócio realizou a cerimônia, e o khan recebeu o nome cristão de Miguel em homenagem ao imperador, seu padrinho. Contudo, Boris-

Miguel não conseguiu convencer seus próprios partidários pagãos, que se voltaram contra o clero grego e organizaram uma revolta. O khan prontamente reprimiu a revolta e mudou drasticamente sua abordagem: voltou sua atenção para o oeste e, em 866, escreveu a Luís, o Germânico, e ao Papa Nicolau. Ele buscava determinar qual dos dois principais centros da cristandade concederia à sua Igreja Búlgara um maior grau de independência.

Enquanto Boris-Michael colocava um lado contra o outro, tanto a Nova quanto a Velha Roma respondiam às suas perguntas sobre a verdadeira fé. A carta de Fócio sobre a teologia correta, conforme definida pelos concílios ecumênicos, bem como sobre os deveres de um príncipe cristão, implicava a subordinação do Khan a Constantinopla. Em contraste, em suas *Resposta* ("Respostas"), o Papa enfatizou o controle romano e o uso da liturgia latina na nascente Igreja Búlgara. Enquanto Nicolau citava a superioridade absoluta do Bispo de Roma, baseada em sua descendência de São Pedro, Fócio sublinhava a teoria da Pentarquia — a assembleia dos cinco grandes patriarcas em concílio — como a mais alta autoridade em toda a cristandade. Nicolau mencionou a reivindicação do papado à diocese da Ilíria Oriental, que havia sido transferida para Constantinopla no século VIII, e ridicularizou alguns dos costumes atribuídos aos sacerdotes bizantinos que trabalhavam na Bulgária. Ambos os lados procuraram garantir que o Estado de Boris adotasse o cristianismo de uma forma específica, enviando grupos missionários rivais para converter seus súditos.

Este conflito levou à excomunhão mútua de Fócio e Nicolau no verão de 867. Em setembro, porém, Miguel III foi assassinado por seu favorito, Basílio, que assumiu o poder absoluto como imperador único (ver abaixo). Uma das primeiras ações de Basílio foi depor Fócio e reinstalar Inácio, como observamos no Capítulo 11. Alguns meses depois, Nicolau I morreu em Roma. A remoção dessas duas figuras-chave no conflito permitiu ao imperador convocar um concílio ecumênico (o oitavo) para resolver o cisma. Este concílio foi realizado na capital bizantina de outubro de 869 a março de 870. Apenas quatro dias após a sessão de encerramento, enviados de Boris-Miguel chegaram para consultar o concílio sobre a Igreja Búlgara: a qual patriarcado ela deveria pertencer? A questão incomodou os delegados romanos, que protestaram em vão, argumentando que o concílio não tinha poder para decidir sobre tal assunto. Mas Basílio I havia dado aos búlgaros a oportunidade de resolver a questão por meio de uma decisão do conselho, e ele insistiu a favor de Constantinopla.

Os esforços de Cirilo e Metódio, assim como de Fócio, foram, portanto, felizmente coroados de sucesso, embora o primeiro já tivesse falecido e os outros não tivessem participado da resolução. Através de uma manobra política destinada a reduzir a influência romana na Bulgária, Basílio I garantiu que o império ganhasse um aliado ortodoxo em sua fronteira ocidental. Apesar da recusa do Papa Adriano II em aceitar a decisão do concílio em relação à Bulgária, um novo concílio realizado dez anos depois, em 879-880, confirmou essa decisão. Este último concílio, convocado por Fócio após recuperar sua posição como patriarca, é considerado o oitavo no Oriente. Embora não reconhecido no Ocidente, seu decreto referente à orientação da Igreja Búlgara foi irreversível. O Khan Boris-Miguel manteve seu país dentro da "família de reis" bizantina e incentivou o uso da língua vernácula tanto na educação secular quanto na religiosa. Embora, curiosamente, nenhum relato contemporâneo da vida de Fócio tenha sido preservado, a Igreja Ortodoxa o considera um santo por seus esforços em prol da conversão dos búlgaros.

Reexaminando a obra de Fócio sob a perspectiva atual, podemos perceber que seu papel de destaque e suas habilidades pedagógicas estabeleceram um novo padrão de excelência e ampliaram o leque de interesses intelectuais em Bizâncio. Ele enfatizou a necessidade de Boris-Miguel adotar os atributos cristãos de um governante justo, como membro da família real bizantina, sujeito à figura paterna do *basileu* (imperador) de Constantinopla, e fortaleceu a prática da corte de integrar príncipes estrangeiros por meio da concessão de títulos, insígnias e costumes oficiais. A disseminação da ortodoxia na Bulgária foi acompanhada pela adaptação de inúmeras formas de arte bizantina, arquitetura eclesiástica, ícones e azulejos decorados, e o próprio Khan Boris-Miguel mandou construir grandes palácios à semelhança do de Constantinopla. A adoção do cristianismo não eliminou a rivalidade búlgara com Bizâncio, mas estendeu a fé ortodoxa a vastas áreas dos Bálcãs.

Além disso, e mais importante, ele criou um modelo que poderia ser reutilizado na conversão de outros povos do norte. Em 860, guerreiros Rus' navegaram pelo rio Dnieper, cruzaram o Mar Negro e atacaram sua costa sul perto de Sinope (atual Sinop). Em seguida, penetraram no Bósforo, chegando a ameaçar as muralhas de Constantinopla. Segundo o Patriarca Fócio, que testemunhou o ataque, seu aparecimento repentino causou grande consternação: seus cabelos ruivos, suas vestimentas, sua ferocidade e seus gritos incompreensíveis aterrorizaram os bizantinos, que nunca haviam visto os *Rus'*. Sete anos depois, Fócio enviou um bispo em missão missionária para encontrar o governante (*jagan*) desses Rus', que residia em Gorodishche (posteriormente Novgorod, no norte da Rússia), e convertê-lo ao cristianismo. Assim, mesmo antes de os búlgaros terem sido conquistados para a nova fé, Fócio já olhava para além de suas fronteiras e planejava uma campanha ainda maior. Algumas moedas bizantinas escavadas em Gorodishche confirmam algum contato comercial com esse assentamento do norte, embora o esforço missionário não tenha produzido mais resultados. Em contraste, quando as autoridades cristãs em Constantinopla identificaram uma seita herética — como os paulicianos, uma seita dualista ativa na fronteira oriental — elas buscaram derrotá-la militarmente. Basílio I conduziu uma campanha bem-sucedida contra os paulicianos, realocando alguns deles para os Bálcãs, onde mais tarde ressurgiriam como os bogomilos (ver Capítulo 22).

Em 911, alguns mercadores russos, provavelmente do centro muito mais próximo de Kiev, às margens do rio Dnieper, firmaram um tratado comercial com Constantinopla, para onde viajavam regularmente. Apesar disso, em 941, um ataque hostil à Cidade Rainha teve que ser repellido com navios carregados de "fogo grego". Finalmente, em 944, um novo tratado regulamentou a quantidade de sedas preciosas que os russos podiam adquirir em troca de seus escravos, cera e mel. Por meio desses intensos acordos comerciais, os russos se familiarizaram com a cultura bizantina, e os bizantinos com a sua. Em meados do século x , Olga, viúva do líder russo Igor, visitou Constantinopla acompanhada por numerosos mercadores, dois intérpretes e um sacerdote cristão. Ela foi batizada e adotou o nome cristão Helena em homenagem à Imperatriz, esposa de Constantino VII , que a recebeu em uma cerimônia especial realizada na ala feminina do palácio. Esse foi o início de uma mudança

crucial que levaria à conversão dos russos no final do século x ; voltaremos a esse assunto no capítulo 17.

Nesse longo processo de converter povos não cristãos às definições bizantinas da fé cristã, Fócio permanece uma figura proeminente. Ao encorajar os santos Cirilo e Metódio a desenvolverem formas escritas do eslavo, ele contribuiu para a solução inovadora de usar a língua vernácula para converter povos que não falavam grego à fé. Em contraste, o Papa Nicolau I e os missionários francos insistiram na centralidade do latim no culto cristão, assim como se esperava (e ainda se espera) que os muçulmanos aprendessem o Alcorão no árabe clássico original, mesmo que não fosse sua língua materna. O Ocidente só alcançaria Bizâncio com a Reforma Protestante do século xvi, quando os protestantes proclamaram o direito de traduzir a Bíblia para seus próprios idiomas; costuma-se dizer que o Islã nunca passou por uma reforma semelhante. Fócio compreendeu que as necessidades dos povos eslavos seriam melhor atendidas se eles tivessem acesso aos ensinamentos cristãos em suas próprias línguas. Embora ele próprio utilizasse um grego ático refinado, que considerava vastamente superior a qualquer outro meio linguístico, inspirou os "apóstolos dos eslavos" a inventar um alfabeto escrito para a língua eslava e, posteriormente, a traduzir a Bíblia, a liturgia cristã e diversos livros de direito canônico. Ao fazer isso, proporcionaram aos búlgaros, sérvios e russos uma forma de praticar sua fé em seus próprios idiomas, dando origem às suas próprias tradições ortodoxas. Por sua vez, e durante vários séculos após 1453, a religião constituiria um elemento central das reivindicações russas às tradições imperiais de Bizâncio.

Terceiro

Bizâncio torna-se um estado medieval

13

O "fogo grego"

Os gregos começaram a lançar fogo por toda parte; e os *rusios*, vendo as chamas, atiraram-se apressadamente de seus navios, preferindo afogar-se na água a queimar vivos no fogo. [\[91\]](#).

LIUTPRANDO DE CREMONA, *Antapodosis* (ou *Retribuição*), sobre o ataque russo a Constantinopla em 941. Até hoje, o "fogo grego" permanece um mistério. Provavelmente era feito de petróleo bruto extraído dos poços de nafta da Crimeia e misturado com resina, mas as proporções exatas e o mecanismo hidráulico usado para projetá-lo ainda não estão claros. De qualquer forma, essa combinação indeterminada de substâncias criou a arma mais importante do arsenal militar bizantino, que podia ser lançada contra navios inimigos, semeando terror e destruição. Já mencionamos seus efeitos durante os cercos de Constantinopla. Na famosa *Crônica ilustrada* de João Escilitzes, que continua a narrativa histórica de 813 — quando termina o reinado de Teófanos — até 1077, a mecânica do fogo grego é descrita vividamente: uma pequena embarcação à vela, guiada por remadores, avança em direção a um navio inimigo; o líquido quente é projetado através de um longo tubo e, em seguida, incendeia a água entre os dois navios, engolfando a embarcação inimiga (prancha 25). Embora os estudiosos discordem sobre a origem dos desenhos, o local onde o manuscrito foi copiado ou os grupos de artistas envolvidos em sua criação, as 524 ilustrações são tão fascinantes quanto aparentemente realistas. O manuscrito, também conhecido como *Skylitzes Matritensis* por estar guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, contém uma coleção única de imagens predominantemente seculares: imperadores recebendo ou enviando embaixadas, fazendo entradas triunfais em Constantinopla, cenas de batalhas e cercos e retratos de diversas figuras.

Ao que tudo indica, o inventor do fogo grego foi um certo Calínico, que chegou a Constantinopla pouco antes do longo cerco árabe à capital (674-678) e demonstrou seu segredo com grande eficácia. A técnica se tornaria uma das armas tecnicamente mais poderosas, empregada não apenas em batalhas navais, mas também em ataques terrestres a cidades, onde as chamas líquidas eram lançadas contra as muralhas. Barcos não tripulados, que aproveitavam os ventos predominantes, chegaram a ser utilizados, como ocorreu em 1204 durante o cerco da capital. Em 2006, o estudioso John Haldon publicou uma descrição de sua própria tentativa de recriar tanto a substância utilizada quanto o método de projeção. Em diversas fotografias, o líquido incandescente pode ser visto emergindo de um tubo estreito e queimando "com um estrondo ensurdecedor e uma densa nuvem de fumaça negra". Utilizando um sifão reconstruído e óleo da Crimeia, a chama foi projetada a uma distância de 10 a 15 metros e era tão intensa que incendiou completamente um navio alvo em questão de segundos. Graças a essa experiência moderna, podemos agora começar a compreender o horror e o caos que o fogo grego causava nas guerras medievais.

Devido à sua capacidade de semear pânico entre o inimigo, Constantino VII classificou-o como segredo de Estado bizantino no século X, cuja natureza jamais deveria ser revelada a qualquer estrangeiro. Esse segredo não parece ter sido totalmente eficaz, pois os árabes logo desenvolveram sua própria versão. Contudo, segundo seu filho Romano II, o imperador

relatou que estrangeiros frequentemente vinham a Constantinopla em busca de três coisas: fogo grego, privilégios imperiais e noivas imperiais "nascidas na púrpura". Em nenhum caso, porém, estas últimas eram concedidas, exceto no caso de um casamento entre uma princesa imperial e um franco. Privilégios imperiais eram de fato concedidos a estrangeiros em numerosas ocasiões para garantir alianças vantajosas, e casamentos também eram arranjados como parte da política externa; no entanto, o segredo do fogo grego jamais foi revelado.

Em todo caso, essas três aspirações refletem a posição singular que Bizâncio ocupava durante a Idade Média: o império possuía símbolos de Estado prestigiosos, tradições e segredos militares que muitos cobiçavam. A ampla imitação dos privilégios bizantinos, títulos, vestes imperiais, coroas cravejadas de joias, orbes e cetros na Europa Ocidental e Central confirma seu status decisivo. Sempre que reis e príncipes buscavam elevar seu status a um patamar verdadeiramente imperial, desejavam ser aclamados ao estilo bizantino, sentar-se em um trono bizantino, ser coroados à maneira bizantina e exibir símbolos bizantinos de poder. Nesse sentido, a imitação representa a forma máxima de bajulação. Mas isso também poderia ser indireto. Na Sicília normanda, durante os séculos XI e XII, o rei Rogério II — que pode ter encomendado as *Skylitzes Matritensis* — mandou construir os requintados mosaicos da capela do palácio de Palermo no estilo bizantino. Esses modelos, por sua vez, seriam posteriormente copiados por Luís II da Baviera para o seu fantástico Castelo de Neuschwanstein, na década de 1880.

Quando o império restabeleceu o controle sobre suas regiões fronteiriças nos séculos IX e X, tornou-se necessário defender uma longa faixa costeira contra potenciais ataques navais, especialmente após a conquista árabe de Creta (c. 820). Construtores navais, capitães e marinheiros experientes foram recrutados de todas as comunidades marítimas para formar unidades navais especializadas. Diversas ilhas, como Eubeia, parte do tema da Hélade, precisavam fornecer marinheiros, navios e equipamentos navais (cordas, velas e âncoras, entre outros) para a guerra naval. A frota imperial protegeria Constantinopla e conduziria as principais campanhas navais de reconquista. Novos contingentes de soldados profissionais em tempo integral (*tagmas*) também foram recrutados para proteger a cidade; estes eram aquartelados na capital ou em seus arredores e também formavam o corpo de guarda responsável pela proteção da família imperial no Grande Palácio. Diferentemente das tropas dos temas, que eram convocadas na primavera e lutavam sob o comando de seus generais (*estrategos*) apenas até o outono, essas unidades recebiam um salário em troca de seu serviço permanente e formavam o núcleo do exército. Empregando essa administração militar reorganizada e fortalecida, os generais bizantinos lançaram campanhas que visavam não apenas reconquistar territórios que haviam sido imperiais anteriormente, mas também anexar outras regiões mais distantes.

Bizâncio transformou-se gradualmente num estado medieval estável e eficiente, um processo facilitado pela ascensão social de homens relativamente desconhecidos, seja através do exército ou de outras carreiras profissionais. O sucesso de Basílio I (867-886) baseou-se nas suas habilidades como treinador de cavalos e pugilista, capacidades que aperfeiçoara na Macedônia, onde a sua família armênia se estabelecera nas comunidades agrícolas responsáveis pela guarda da fronteira noroeste. Encontrando poucas

oportunidades ali, Basílio foi para a capital, onde a sua habilidade equestre atraiu a atenção de patronos ricos. De um emprego privado, ascendeu aos estábulos imperiais, onde Miguel III o nomeou "guardião dos aposentos imperiais" (*parakoimomenos*), um cargo normalmente reservado a eunucos. Basílio fez tudo o que pôde para agradar a Miguel e eliminou impiedosamente qualquer um que se opusesse a ele. A sua ambição culminou numa cerimónia que o próprio Patriarca Fócio descreveria: em 866, um trono duplo foi erguido na galeria de Santa Sofia, e Miguel coroou Basílio como seu colega e coimperador. Contudo, o seu reinado conjunto seria breve. Pouco mais de um ano depois, Miguel III seria assassinado — segundo alguns relatos, pelo próprio Basílio — e o camponês armênio se tornaria o único governante de Bizâncio.

Apesar de sua educação limitada, Basílio provou ser um comandante militar habilidoso, dando continuidade às campanhas do império contra os árabes tanto no sul quanto no leste da Itália. Uma geração após sua morte (em 886), outro armênio, Romano Lecapeno (920-944), usou sua posição como comandante naval para impulsionar sua ascensão ao poder. De origem relativamente humilde, ele galgou os postos navais até liderar um golpe em 921. Casou sua filha Helena com o jovem imperador Constantino VII e, como coimperador de Constantino, organizou a defesa da capital contra o ataque russo de 941, instruindo sua frota a instalar "dispositivos que disparam [...] na proa, na popa e em ambos os lados de cada navio". Os russos, pegos de surpresa, descreveram o fogo grego como "relâmpagos do céu".

Além de promover homens talentosos, mesmo aqueles de origem humilde, o exército bizantino atingiu seu pleno poderio medieval no século x. Após inúmeras tentativas de recapturar Creta, Nicéforo Focas finalmente expulsou os árabes da ilha em 961, e quatro anos depois Chipre foi reconquistado pelo império. A expansão bizantina na Armênia criou a província de Taron entre 966 e 967 e incentivou muitas famílias armênias a emigrar para o império. João I Tzimiscas continuou essa reconquista oriental, recapturando Antioquia em 969, que permaneceu sob domínio bizantino até 1084. Ele também controlou brevemente Damasco e Beirute em 975. Embora não tenha conseguido alcançar seu objetivo de recapturar Jerusalém, isso reflete o persistente desejo bizantino de restaurar o controle cristão da Terra Santa.

À medida que os bizantinos desenvolviam maneiras mais eficazes de defender o império, os manuais de estratégia militar começaram a mudar, embora continuassem a se inspirar em fontes anteriores. A *Taktika* , atribuída a Leão VI (886-912), enfatizava particularmente como neutralizar as táticas de combate árabes, que incluíam uma forma peculiar de ataques punitivos. Em resposta, o imperador recomendava evitar o contato direto com o inimigo, mas, em vez disso, seguir de perto e hostilizar as tropas em retirada, pois estas poderiam carregar consigo pilhagens, gado roubado e prisioneiros. Em seu manual posterior, Nicéforo Focas, outro general brilhante que ascendeu ao cargo de imperador (963-969), expandiu esse tipo de guerra de guerrilha, que se mostrou altamente eficaz. Esses ataques geralmente resultavam em uma troca de prisioneiros nos rios da fronteira, onde não havia hostilidades. Dessa forma, formalidades pacíficas também foram introduzidas nas relações árabe-bizantinas por meio das regiões fronteiriças orientais.

Como resultado da expansão da autoridade bizantina no leste, um novo modo de vida se desenvolveu entre os cristãos e muçulmanos que habitavam essas regiões fronteiriças.

Enquanto antes esses territórios eram em sua maioria pouco povoados, com os habitantes buscando refúgio nos castelos que protegiam as passagens das montanhas, agora estavam densamente povoados. Em ambos os lados da fronteira nominal, bizantinos e árabes disseminaram o cultivo nas áreas férteis e construíram casas. No célebre poema épico de *Digenis Acritas*, o herói mítico da fronteira de ascendência mista, as alianças matrimoniais também são somadas às incursões militares: o pai do herói era um emir do lado árabe que raptou uma mulher bizantina e depois se converteu ao cristianismo. Sua história constitui a primeira parte dessa longa narrativa, que sobrevive em diversas versões, todas escritas posteriormente, mas que parecem refletir a situação nos séculos IX e X. A segunda parte é dedicada ao próprio herói, Digenis Acritas, meio árabe e meio bizantino, cujo nome era Basílio. Ele persuadiu a filha de um distinto general a fugir e casar-se com ele. Embora ela estivesse aprisionada em uma torre, quando ele lhe fez uma serenata de baixo, a jovem tomou a iniciativa e enviou sua senhora para lhe entregar o anel como prova de seu afeto. O casamento então se segue, juntamente com os feitos do herói, com histórias que devem muito ao folclore, como a de Basílio matando leões com as próprias mãos. O cenário dos casamentos entre cristãos e muçulmanos, dos grandes palácios e jardins às margens do alto Eufrates, onde o controle bizantino proporcionava um estilo de vida suntuoso, é brilhantemente descrito: "Neste maravilhoso e encantador jardim de prazeres, o nobre fronteiro [Basílio] ergueu uma agradável morada, de bom tamanho, quadrada e de pedra talhada." ^[32] que ele decorou com mármore preciosos, tetos de mosaico e pisos de ônix. Ele encomendou representações dos triunfos militares de Sansão, Davi contra Golias e Aquiles, bem como as histórias de Penélope e Odisseu, Belerofonte, Alexandre, Moisés e o Êxodo dos Judeus. Na igreja dedicada a Teodora, a santa guerreira, Basílio sepultou seu pai e sua mãe e também construiu seu próprio túmulo.

Essas atividades são confirmadas por fontes árabes, que atestam o conhecimento da língua árabe entre os bizantinos cristãos das regiões fronteiriças, bem como o constante movimento de pessoas por elas. Os versos inscritos em um túmulo perto de Melitene (atual Malatya, Turquia) devem sua existência à profunda amizade entre um homem local — possivelmente um médico — e um iraquiano que se estabeleceu na região. Após a morte deste último, seu amigo cristão o sepultou com a devida orientação islâmica (isto é, voltado para Meca) e gravou em seu túmulo os versos em árabe que ele havia escrito.

*Fiz longas viagens,
indo de um lado para o outro em busca de fortuna,
e as desgraças do tempo me dominaram,
Como você pode ver.
Gostaria de saber se meus amigos choraram
quando eles me perderam
ou se eles algum dia descobriram* ^[33].

Por volta de 1100, o Duque de Melitene encomendou uma tradução do conto persa de "Sintipas, o Filósofo", refletindo esses mesmos contatos estreitos. A versão grega baseava-se numa adaptação da história popular das aventuras de Sinbad, um jovem príncipe injustamente acusado de crimes sexuais. Através desse lento processo de aculturação das

populações fronteiriças — árabes, armênios e georgianos a leste; búlgaros, eslavos e sérvios a oeste — Bizâncio consolidou sua população multiétnica e multilíngue.

Além da arma secreta do fogo grego, outro fator que contribuiu para a recuperação de Bizâncio após as perdas para os árabes foi o conceito de uma dinastia imperial. Apesar de suas origens obscuras, a família de Basílio I manteve o controle do Império Bizantino por quase dois séculos, de 867 a 1056. No século X, Constantino VII encomendou uma biografia de Basílio (seu avô), que fabricou uma origem armênia nobre para a família e relatou os presságios que levaram Basílio a "salvar" o império de um governante bêbado e dissoluto, Miguel III, em vez de retratar sua ascensão ao poder em circunstâncias traiçoeiras. Ao macular a reputação do patrono e colega de Basílio, Constantino garantiu que seu avô recebesse um papel tão original quanto inventado: o de pretendente mais digno e legítimo ao título imperial do que Miguel. Dessa forma, a dinastia macedônia — como viria a ser conhecida — ajudou a estabelecer um senso de ordem mais profundo, ou *taxis*, e a fortalecer o cargo imperial por meio de uma linha de sucessão adequada e controlada, de pai para filho. Obviamente, rivais surgiam sempre que o império parecia carecer de uma liderança firme (como, por exemplo, durante os primeiros anos do governo pessoal de Basílio, de 976 a 1025), mas a dinastia manteve o poder. Ela também reafirmou o princípio de que o império deveria ser governado por uma família, cujos membros eram legitimados tanto por precedentes quanto por laços de sangue. Em alguns casos, isso concederia papéis importantes às mulheres da dinastia imperial, como ocorreria no século XII, quando as irmãs Zoe e Teodora representaram sua última geração (ver capítulo 17).

Essa recuperação também foi impulsionada por uma retomada econômica, que abordaremos no Capítulo 14. Mas as vitórias militares dos séculos que se seguiram ao Triunfo da Ortodoxia em 843 representam uma conquista significativa; e, especificamente na esfera da guerra, a arma secreta bizantina, o fogo grego, desempenhou um papel crucial. Seus problemas técnicos são evidenciados na descrição de como alguns búlgaros adquiriram um carregamento da substância utilizada e dos tubos empregados para projetá-la: mesmo possuindo ambos, não conseguiram encontrar uma maneira de usá-los. Embora o experimento moderno de Haldon para recriar o fogo grego tenha solucionado muitos de seus mistérios, ao longo da Idade Média seu segredo permaneceu intacto, e a versão bizantina dessa arma desapareceria com o próprio império.

Em 8 de maio de 795, [Constantino VI] participou de um ataque contra os árabes [...] derrotou-os e depois foi para Éfeso, e depois de orar na Igreja do Evangelista, ele perdoou os direitos alfandegários da feira (equivalentes a 100 libras de ouro) para obter o favor do santo apóstolo, João Evangelista.^[34]

Crônica de Teófanos, o Confessor, início do século IX

Nesta breve nota, o cronista Teófanos registrou a vitória de Constantino VI sobre os árabes e sua expressão de gratidão em Éfeso. Ali, a imponente Basílica de São João Evangelista, fundada por Justiniano e Teodora, coroava a colina que outrora fora dominada pelo antigo Templo de Ártemis. Essa famosa maravilha do mundo antigo fora em grande parte demolida para que suas pedras pudessem ser usadas na fortificação da colina e na construção da igreja. Como a festa de São João era celebrada em 8 de maio, o desvio do imperador para passar por Éfeso estava claramente ligado a essa celebração. Na Idade Média, era comum que o aniversário da morte do santo fosse comemorado com uma feira festiva que atraía mercadores, muitas vezes de longe. Apesar da aparente incongruência entre a atividade comercial e a festa religiosa, as feiras haviam se tornado intimamente associadas às igrejas, especialmente aquelas que possuíam relíquias importantes que atraíam peregrinos. Pela considerável quantia doada ao Evangelista, fica evidente que a feira de São João de Éfeso representou um importante evento comercial na parte oriental da Ásia Menor.

Bizâncio herdou de Roma um certo desprezo pelo comércio, considerado uma atividade indigna de homens livres, e apenas raramente o comércio atraía a atenção dos cronistas bizantinos. Portanto, a menção a esta feira é excepcional e permite-nos compreender o volume e a importância do *kommerkion*, um imposto de 10% sobre o valor das mercadorias vendidas, que podia gerar até 100 libras de ouro em direitos alfandegários. Se a receita total da feira chegava a 1.000 libras de ouro, este valor é perfeitamente comparável às 1.100 libras de ouro pagas ao exército durante a campanha de Estrimão (norte da Grécia), ou às 1.300 libras do orçamento anual do tema Armeniakon no início do século IX. Agentes comerciais conhecidos como *kommerkiarioi* recolhiam os impostos cobrados sobre todas as transações comerciais dentro do império. Graças aos selos desses funcionários imperiais, podemos compreender a determinação do Estado bizantino em tributar as transações econômicas, tanto em feiras quanto em vários pontos estratégicos ao longo das fronteiras do império, onde mercadorias eram importadas e exportadas. Esses selos, milhares dos quais sobreviveram, trazem o nome de cada *kommerkiarius específico*, que era responsável por uma determinada área em um ano específico durante o reinado de um imperador em particular (Prancha 8). Sua tarefa era coletar o imposto de 10% sobre todas as mercadorias que passavam por sua alfândega, onde afixavam seu selo de chumbo nos sacos para indicar que o imposto havia sido pago.

Esse tipo de tributação parece ter surgido como uma tentativa de controlar a exportação de bens valiosos, como a seda. Revela também a presença de mercadores atuantes nos postos de fronteira e, posteriormente, em todo o império. Nas proximidades de Constantinopla, os *kommerkiarioi* administravam os principais postos alfandegários de Abidos e Hiero, que controlavam as extremidades sul e norte dos dois estreitos entre o Mar Egeu e o Mar Negro.

Dessa forma, supervisionavam também o tráfego marítimo pelo Bósforo e o abastecimento da capital. Após a conquista persa do Egito em 619, que pôs fim às importações de grãos estabelecidas por Constantino I, tornou-se necessário encontrar fontes alternativas de abastecimento na Trácia e em várias partes da Ásia Menor ocidental. Os mercadores locais devem ter assumido essa tarefa e, juntamente com os *kommerkiarioi*, desempenharam um papel crucial para garantir o fornecimento de alimentos à capital. Provavelmente havia competição entre os funcionários públicos pelo cargo de oficial alfandegário, já que esse cargo implicava a possibilidade de se envolver em comércio pessoal, além da tarefa oficial de arrecadar a tarifa de 10%. Em Bizâncio, portanto, havia oportunidades de lucro em todas as áreas do comércio.

Constantinopla dominava as rotas comerciais marítimas e terrestres entre o norte e o sul, o leste e o oeste, e mantinha o controle sobre mercados lucrativos frequentados por numerosos mercadores estrangeiros. No século VII, a riqueza da cidade atraiu mercadores de todo o Mediterrâneo oriental e até mesmo da Gália. Nos séculos VII ou VIII, foi desenvolvido um conjunto de regulamentos que regiam os contratos de transporte marítimo, conhecido como "Lei Marítima Rodesa", que garantia aos mercadores locais uma compensação fixa por danos ou perdas causados pelos armadores com quem contratavam o transporte de suas mercadorias por via marítima. Entre 809 e 810, os principais armadores de Constantinopla eram tão ricos que o imperador Nicéforo I pôde obrigar cada um deles a contrair um empréstimo de 12 libras de ouro a uma taxa de juros de 16,67%, um valor excepcionalmente alto considerando que a taxa padrão de usura foi posteriormente fixada entre 4,17% e 6%. Assim, apesar da escassez de registros escritos da atividade comercial, é evidente que os mercadores, armadores e empresários bizantinos geravam lucros e riqueza na capital, grande parte dos quais originados da gestão dos suprimentos destinados a alimentar seus habitantes.

Contudo, as receitas do comércio representavam apenas uma pequena parte do orçamento total do Estado bizantino, que obtinha uma renda muito maior com impostos sobre a terra e sobre a pessoa. Isso se devia em parte à regularidade do imposto sobre a terra, que constituía uma fonte constante de receita, e em parte ao investimento tradicional em terras pela elite social. As classes senatoriais não participavam do comércio; acreditavam, com uma espécie de esnobismo tradicional, que sua posição social superior, identificada pela posse de grandes propriedades e cargos na corte, as diferenciava do resto da população. Aqueles que participavam do comércio, mesmo o internacional, eram vistos com desdém, considerados plebeus e maculados por tal atividade. Parece que, no século X, o imperador Teófilo (829-842) mandou queimar toda a carga de um navio ao descobrir que sua esposa, Teodora, tinha alguma ligação comercial com a embarcação. Apesar disso, os cidadãos ricos de Tessalônica desempenharam um papel significativo no abastecimento de grãos daquela que era então a segunda maior cidade do império, e vários indivíduos abastados que apoiavam os iconófilos exilados para as ilhas do Mar de Mármara não hesitaram em contratar e carregar um navio para lhes trazer provisões. Assim, algumas pessoas, geralmente anônimas, empregavam padrões comerciais estabelecidos quando necessário. Contudo, a atitude geralmente tradicional das classes altas da sociedade bizantina criava um paradoxo: elas desprezavam a própria atividade da qual a cidade dependia.

A abordagem bizantina ao comércio permaneceu altamente tradicional: nenhum produto essencial ao Estado podia ser exportado. Fogo grego, reservas de ouro, sal e ferro para armas, ou madeira para construção naval — em suma, qualquer coisa que pudesse auxiliar o inimigo — jamais deveria sair do império. A lista de itens proibidos incluía todas as sedas tingidas com a chamada "púrpura real" (feita de moluscos do gênero *Murex*), uma cor reservada aos membros da família imperial, embora tais sedas pudessem ocasionalmente ser enviadas ao exterior como presentes diplomáticos. Graças ao *Livro do Eparca*, atribuído ao Imperador Leão VI (886-912), que regulamentava as guildas de artesãos e mercadores em Constantinopla, podemos ter uma ideia da determinação em controlar toda a produção, não apenas de sedas valiosas ou objetos feitos de metais preciosos, mas também de velas, sabão, peixe e até mesmo registros notariais. Embora não pareça que guildas semelhantes com regulamentos tenham se desenvolvido em outros centros, não há dúvida de que Bizâncio queria fixar margens de lucro e taxas de juros em todo o seu império.

Contudo, feiras como a realizada anualmente em Éfeso refletem o comércio constante com cidades, vilas e castelos fortificados, mesmo durante períodos em que pouca moeda circulava fora da capital. Ao longo dos séculos de existência de Bizâncio, os imperadores cunharam moedas de ouro, prata e cobre, com suas próprias imagens. Desde os primeiros sólidos de ouro cunhados por Constantino I em 312 até as últimas emissões de Basílio II na década de 1020, um padrão-ouro imutável foi mantido, uma conquista notável (Figura 22). Moedas de ouro circulavam por todo o império por meio do pagamento de funcionários públicos e soldados registrados em catálogos militares (ver Capítulo 8). Além de seu valor propagandístico, uma das principais funções da cunhagem era facilitar a arrecadação de impostos. A forma mais significativa de tributação era a cobrada sobre pessoas e terras, e o governo central exigia que fosse paga em moedas de ouro. Dessa forma, o ouro pago a administradores e soldados retornava ao centro na forma de impostos.

A administração de mecanismos fiscais detalhados reflete uma premissa tradicional bizantina sobre economia: tributar a terra e sua população era a maneira mais eficiente de financiar os gastos públicos com necessidades militares, a manutenção da corte imperial, o abastecimento da capital e de outros centros urbanos, e a produção dos bens de luxo mais cobiçados, como sedas, peças de metal, esmaltes e ícones. A terra também era usada para sustentar famílias militares, que forneciam um membro totalmente equipado para o exército de cada súdito (ou seu equivalente em dinheiro) em troca de isenções fiscais sobre suas propriedades. Embora as tentativas modernas de calcular o orçamento imperial pareçam fadadas ao fracasso, visto que apenas dados fragmentários sobreviveram, tudo indica que o sistema funcionava muito bem. Sob governantes como Justiniano, os gastos com igrejas, fortificações e outras construções podem muito bem ter excedido as receitas provenientes tanto de impostos diretos sobre indivíduos e terras quanto de impostos indiretos sobre o comércio. Mas isso era compensado pelos espólios obtidos em campanhas militares bem-sucedidas e pela tributação adicional das áreas reconquistadas, agora reintegradas ao sistema tributário do governo central. Os imperadores sempre se dedicaram à expansão do império, à recuperação de províncias perdidas e à incorporação de novas regiões sob seu controle, a fim de concretizar a possibilidade de aumentar essas fontes de receita. Em certa medida, esses cálculos foram confirmados pelas conquistas do século x e pela pacificação da

Bulgária no século XI (ver Capítulo 20). Por outro lado, qualquer redução no território sob controle imperial resultava em uma queda imediata na arrecadação de impostos. Isso explica, em parte, o declínio constante da riqueza do império a partir de 1261.

Durante o período turbulento das conquistas muçulmanas no século VII, a perda de territórios e as invasões hostis geraram um grande número de refugiados. Fugindo para regiões mais seguras, a população rompeu o antigo vínculo romano entre o camponês e a terra que cultivava. Nessas circunstâncias, a administração central perdeu o controle de sua base tributária além da área central que ainda permanecia imperial, e levou muitos anos para recuperar a capacidade de arrecadar impostos diretamente. Do final do século VII em diante, à medida que a administração imperial se expandia para o interior dos Balcãs e para o leste da Ásia Menor com a criação de novos temas, funcionários foram enviados de Constantinopla com a tarefa de elaborar novos registros para a arrecadação desses impostos. Além do censo populacional (impostos sobre indivíduos e famílias), esses registros incluíam uma avaliação da produtividade da terra (terras rochosas, pouco adequadas para a agricultura, eram tributadas a uma taxa menor do que terras aráveis ou pastagens), bem como um registro dos animais de tração e animais de fazenda (como porcos e vacas) pertencentes a cada família camponesa. Os olivais, vinhedos e plantações de amoreiras (base da indústria da seda) eram produtos essenciais para a tributação, enquanto isenções eram concedidas para certos produtos, como os moluscos do gênero *Murex*, usados na produção de corante púrpura. A complexidade desse processo de registro é evidente em diversos tratados financeiros que detalham como a terra e a propriedade eram avaliadas, bem como em documentos monásticos posteriores com longas listas de isenções fiscais.

Os imperadores nunca deixaram de cunhar moedas, o que nos ajuda a estimar a escala do comércio bizantino. Apesar disso, pouquíssimas moedas cunhadas entre 668 e 820 foram encontradas nos diversos sítios arqueológicos escavados nas províncias, como Corinto, Éfeso, Sardes, Afrodísias e Pérgamo. A pesquisadora Cécile Morrisson resumiu recentemente essas evidências em uma série de gráficos, que mostram o declínio drástico na descoberta de moedas cunhadas durante esse período de 150 anos. Dificilmente pode ser coincidência que esse tenha sido precisamente o período das disputas iconoclastas. Em Atenas, por exemplo, após muitas décadas de escavações arqueológicas, quase nenhuma moeda de ouro desse período foi desenterrada, o que torna a descoberta de um *nomisma* de Justiniano II (685–695, 705–711) particularmente notável. Essa descoberta singular, feita durante as escavações para a construção do novo metrô de Atenas, pode ser relacionada à criação do tema da Hélade por esse mesmo imperador.

Alguns historiadores modernos interpretaram essa lacuna nas descobertas numismáticas como um indício de que, durante esse período, Bizâncio havia se reduzido a uma economia de escambo e os impostos eram pagos em espécie. Se assim fosse, isso não poderia ter durado até o final do século VIII, quando funcionários da administração central podiam tributar a feira de Éfeso, obtendo uma quantia substancial em moedas de ouro. A existência de uma economia totalmente monetizada parece claramente evidente pelas medidas tomadas pelo imperador Nicéforo I (802–811), que esperava arrecadar uma quantia substancial em ouro com impostos na Trácia. Ele seria condenado por aumentar os impostos, às vezes em até 50%, por impor um imposto doméstico sobre instituições de caridade que

antes eram isentas e por cobrar um novo imposto de duas moedas de ouro por cada escravo doméstico importado do Dodecaneso, entre outras "vexames" financeiros.

Contudo, parece que pouquíssimas moedas cunhadas pelos imperadores de Constantino VI a Miguel II (668-829) foram usadas fora da capital e das províncias ocidentais da Sicília, do sul da Itália e do norte da África, que possuíam suas próprias moedas. Este é um problema que continua a intrigar os historiadores até hoje. Essa lacuna talvez seja mais evidente nos sítios arqueológicos escolhidos para escavação pelos arqueólogos clássicos, que estavam mais interessados em achados antigos do que medievais. Essas cidades sofreram um declínio particular durante o período de invasões e divisões causadas pelos iconoclastas: foram transformadas em assentamentos fortificados (como a Acrópole de Atenas ou a Acrocorinto, o castelo acima de Corinto) ou foram temporariamente abandonadas. Talvez, quando os arqueólogos começarem a escavar os castelos e sítios fortificados nas fronteiras orientais do império, mais moedas sejam encontradas. Ou talvez menos moedas tenham sido cunhadas, e estas tenham circulado apenas na área imediatamente ao redor da capital. O fato é que essa lacuna parece marcar o ponto mais baixo do poder econômico de Bizâncio, que correspondeu à turbulência das invasões do século VII e ao declínio demográfico (ver capítulos 2 e 8), após o qual se observa uma recuperação em todas as áreas.

Ao longo da história bizantina, assim como em Roma, a sede imperial era sustentada pela produção agrícola de suas extensas propriedades e terras por todo o império. Sendo de longe o maior proprietário de terras em todo o território imperial, controlava recursos substanciais, incluindo importantes fazendas de gado, bem como florestas, plantações de amoreiras, vinhedos e olivais, todos administrados diretamente por agentes. Os imperadores frequentemente recompensavam generais, administradores e clérigos bem-sucedidos com concessões de terras, que podem muito bem ter formado o núcleo de grandes propriedades posteriormente controladas por famílias ricas e poderosas. Os governantes também doavam terras a mosteiros e lhes concediam isenções fiscais, apesar da riqueza acumulada por essas instituições. Doações feitas a indivíduos específicos, no entanto, podiam ser facilmente recuperadas. Assim, todos os soberanos confiscavam regularmente as riquezas e terras de seus oponentes políticos, que eram então exilados. Nicéforo I, por exemplo, foi responsável por transferir para a propriedade imperial várias propriedades que anteriormente pertenciam a instituições de caridade; dessa forma, ele trouxe grande riqueza para a sede imperial enquanto empobrecia as "casas piedosas".

A partir dos registros financeiros mais antigos que sobreviveram, parece que todas as aldeias esperavam pagar uma quantia fixa aos cobradores de impostos quando estes chegavam para sua visita anual após a colheita de outono. Embora cada família e proprietário de terras fosse tributado individualmente, era a comunidade como um todo que fornecia o valor total devido em ouro e frações de moedas de ouro (em metades e terços de um *nomisma*). Nesse processo, os anciãos da aldeia eram responsáveis por garantir que não houvesse falta de pagamento. Se uma mulher perdesse o marido e os filhos, por exemplo, e não pudesse cultivar as terras da família, seus vizinhos eram incentivados a realizar o trabalho, compartilhando a colheita com ela e, assim, permitindo que ela pagasse seus impostos. Os fiscais também podiam conceder-lhe alguma redução ou mesmo isenção de impostos; eventualmente, os vizinhos podiam tomar posse da terra. Em contrapartida, muitas viúvas

aparecem nos registros como chefes de família. De fato, no registro de Tebas consta um contribuinte do sexo masculino identificado apenas como genro de uma mulher chamada Sofrônia, que aparentemente era responsável por uma família multigeracional com consideráveis propriedades de terra.

Embora esses registros forneçam algumas evidências do tamanho das famílias ao longo de várias gerações, calcular a população rural e seu crescimento é extremamente difícil. Vários indicadores indiretos, como a construção de igrejas e a expansão dos bispados, sugerem que, a partir de meados do século IX, o crescimento populacional e o aumento dos recursos excedentes levaram ao investimento em edifícios de pedra aparelhada. A impressionante igreja de Skripou, por exemplo, registra a contribuição de um general local para sua construção, que ocorreu entre 873 e 874. Aproximadamente da mesma época, uma igreja dedicada a São João em Atenas exibe os nomes de seu fundador, Constantino, sua esposa, Anastaso, e seu filho, João — figuras até então desconhecidas. Da mesma forma, residências e igrejas foram escavadas no tufo vulcânico da Capadócia (Figura 12). Pouco se sabe sobre as pessoas que viviam nessas moradias-caverna e esculpiram as igrejas, embora suas pinturas murais reflitam uma sociedade local rica e refinada, que celebra a figura de João I Tzimiscas (969-976) em vários afrescos. Após muitos séculos de incursões e guerras com os árabes, a Ásia Menor central experimentava crescimento econômico e aumento de riqueza.

Nas comunidades rurais bizantinas dos séculos IX e X, a venda de terras era regulamentada para manter a unidade fiscal da aldeia. As desigualdades dentro da aldeia fizeram com que os membros mais ricos se tornassem gradualmente a classe dominante e adquirissem propriedades fora da comunidade. Não era permitido a forasteiros comprar terras da aldeia, mas a existência de propriedades privadas, concedidas aos seus donos por meio da generosidade imperial, criou um novo poder no ambiente rural. O estabelecimento desses grandes latifundiários ameaçou destruir a estrutura social do campo bizantino por meio da acumulação de propriedades nas comunidades rurais. Ao adquirirem parcelas de terra rural, os poderosos (*dynatoi*) aumentavam seus próprios recursos enquanto diminuía a da comunidade camponesa. Os camponeses empobrecidos que anteriormente possuíam essas parcelas geralmente ficavam sob o controle do novo proprietário de terras e, assim, presos à terra à maneira dos servos medievais.

A partir do reinado de Romano I Lecapeno (920-944), os imperadores procuraram restringir o poder desses indivíduos, protegendo os direitos dos aldeões e proibindo a fundação de novos mosteiros à medida que os existentes caíam em ruínas. Esse esforço duplo para sustentar as estruturas tradicionais provavelmente tinha uma origem econômica: visava preservar a base tributária do império. Buscava proteger os aldeões livres, que pagavam seus impostos, em vez de permitir que suas terras caíssem nas mãos de latifundiários poderosos que frequentemente resistiam aos fiscais ou reivindicavam isenções fiscais. Os imperadores do século X promulgaram uma série de leis destinadas a manter a identidade coletiva das aldeias e conter seus poderosos inimigos. Mas o fato de Basílio II ter se sentido compelido a reescrever a lei em 996 para fechar uma brecha legal que permitia aos pobres serem desapossados de suas terras após quarenta anos sugere que ele não havia conseguido conter os poderosos. Contudo, o aumento das grandes propriedades também

incentivou o cultivo de terras anteriormente improdutivas e o investimento em melhorias tecnológicas, como moinhos de água, bem como o cultivo de produtos como azeitonas, que levam anos para amadurecer. A confiança na agricultura de longo prazo geralmente é um sinal de expansão econômica. E também coincidiu com o objetivo da elite bizantina de expandir seus domínios em termos de terras, fazendas e mão de obra.

Mas as leis não impediam que indivíduos dedicassem suas riquezas à construção de novas igrejas e mosteiros, mesmo que outros caíssem em ruínas. Assim, quando Basílio I se tornou imperador em 867, encontrou um grande número de instituições eclesiásticas na capital precisando de extensos reparos. Pouco depois, porém, um almirante aposentado, Constantino Lips, fundou seu próprio mosteiro em Constantinopla, e sua igreja, que ainda existe, exibe azulejos e decoração escultural de requinte excepcional. Alguns funcionários construíram residências tão altas e grandiosas em Constantinopla que o eparca da cidade promulgou uma série de regulamentos para impedir que bloqueassem toda a luz dos edifícios mais baixos.

Longe de investir em atividades econômicas, a elite bizantina preferia comprar terras e investir em cargos administrativos, que lhes proporcionavam renda adicional. Também adquiriam títulos honorários da corte, que incluíam uma pensão estatal. O estudioso Nicolas Oikonomides estima que o retorno desse tipo de investimento, em torno de 2,5 a 3% ao ano, era muito inferior à taxa de juros oficial de 6%, embora pudesse chegar a 8,3% para os títulos mais elevados, como o *de protospatário* (literalmente, “primeiro portador da espada”). Mas, como esses títulos não eram hereditários e o valor investido em sua aquisição nunca era recuperado, parece mais provável que sua principal motivação fosse a honra e o status. O uso de um título pomposo e a oportunidade de usar trajes apropriados em aparições na corte eram mais significativos do que qualquer benefício financeiro. Assim, por exemplo, um *protospatário* barbudo usava um colar de ouro com pedras preciosas e uma capa vermelha com detalhes em ouro, enquanto um *protospatário imberbe* (ou seja, um eunuco) usava roupas brancas e um colar branco com decoração em ouro. Apesar do desprezo tradicional por aqueles que ganhavam dinheiro com o comércio, os imperadores também os admitiam no círculo de elite dos nobres titulados — mediante pagamento, é claro.

Esse mecanismo também servia para atrair para a corte — isto é, para o coração da capital — todos os altos funcionários públicos e oficiais militares, bem como estrangeiros. O processo os integrava mais estreitamente ao sistema imperial de governo e oferecia o benefício adicional de reforçar a hierarquia da corte e a burocracia centralizada. Em 950, Liutprando de Cremona, um enviado italiano à corte de Constantinopla, testemunhou o pagamento anual aos funcionários da corte, e sua descrição confirma a importância do emprego público em Bizâncio. A cerimônia começava no Domingo de Ramos e durava três dias.

Trouxeram uma mesa [...] que continha maços de moedas amarrados em sacos, de acordo com o salário de cada homem, com o valor escrito na parte externa do saco. [...] O primeiro a ser chamado foi o marechal do palácio, que recebeu seu dinheiro, não nas mãos, mas carregado no ombro, junto com quatro capas honorárias. Depois dele vieram o comandante-em-chefe do exército e o primeiro almirante da frota...

Após esses homens terem retirado laboriosamente seus sacos de ouro, a distribuição prosseguiu em ordem decrescente, começando pelos patrícios e dignitários de menor importância. Quando Constantino VII (945-959) lhe perguntou se havia gostado da cerimônia, Liutprando, astutamente, comparou-se ao homem rico no Inferno, atormentado pela visão do descanso de Lázaro (referindo-se à parábola do rico e do pobre), e o imperador então lhe presenteou com uma libra de ouro e um longo manto.

A Rainha das Cidades — a capital Constantinopla — era um ímã para inúmeros estrangeiros que vinham comprar e vender em seus mercados, o que impulsionou o ressurgimento comercial do império na Idade Média. Seus produtos de ouro e seda atraíam cada vez mais mercadores; suas escolas atraíam cada vez mais estudantes; suas igrejas, relíquias e ícones fascinavam cada vez mais peregrinos; sua administração imperial gerava cada vez mais empregos; e sua sociedade diversificada criava mais oportunidades do que qualquer outra no Mediterrâneo. É verdade que havia cidades maiores no mundo islâmico, como Bagdá, e mercados maiores também. Mas Constantinopla não tinha rival na cristandade. Para os mercadores sírios, russos e venezianos que frequentemente passavam meses em Constantinopla, ela representava o centro seguro em torno do qual girava o crescimento econômico. Cada grupo étnico residia em um bairro específico, onde praticava sua religião em seus próprios locais de culto: mercadores árabes em suas mesquitas, mercadores judeus em suas sinagogas e mercadores gregos em suas igrejas. Mas todos eles estavam sujeitos à supervisão do eparca da cidade, que também era responsável por manter a lei e a ordem.

Em 992, Basílio II concedeu aos venezianos uma redução no imposto básico sobre navios que entravam nos Dardanelos, de 30 para 17 sólidos de ouro por embarcação, conferindo-lhes, assim, um tratamento mais favorável do que os mercadores locais ou estrangeiros. A razão para esse favoritismo era que Veneza também fornecia apoio militar ao império contra seus inimigos, transportando soldados bizantinos através do Adriático para campanhas no sul da Itália. Embora esse acesso privilegiado à capital tenha sido frequentemente interpretado como um ataque aos mercadores locais, que ainda eram obrigados a pagar o imposto integral, pode ter sido visto como uma forma de garantir que os comerciantes ocidentais continuassem a usar Constantinopla como seu principal mercado. O que os imperadores concediam também podia ser revogado e, portanto, no século XII, os privilégios venezianos foram retirados por motivos políticos. Embora os mercadores bizantinos fossem menos competitivos no comércio internacional, pareciam contentar-se em se envolver em uma forma menos lucrativa de transporte comercial, limitada aos portos do Egeu. Alguns deles enriqueceram o suficiente para comprar cargos e títulos, o que reforçou ainda mais a natureza centralizada do tribunal e o senso estabelecido de ordem e hierarquia.

Veneza desenvolveu uma atitude muito diferente em relação ao comércio como fonte de poder e prosperidade. Para a pequena cidade-estado, o comércio era uma necessidade imposta pelas circunstâncias de sua fundação como colônia de refugiados. Seus cidadãos eram obrigados a comercializar por mar para sobreviver, e fizeram da construção de barcos de pesca e da troca de mercadorias uma característica essencial de suas vidas. O Senado veneziano protegia sua frota mercante com navios armados para que o comércio de escravos, sal e madeira com todos os cantos do mundo muçulmano, bem como com o mundo bizantino,

pudesse prosperar. Em contraste, a insistência imperial no serviço público e no investimento em terras como a maneira mais segura de fazer fortuna afastou os bizantinos da atividade comercial. Os mercadores eram prejudicados por restrições e controles que limitavam suas iniciativas. O império negligenciava as frotas de pesca locais, forçando-as a fornecer capitães, marinheiros e equipamentos para expedições militares. No final do século XII , até mesmo os monges do Monte Atos estavam sujeitos a limitações quanto à capacidade dos navios usados para transportar grãos de suas propriedades para Constantinopla.

A postura imperial em relação ao comércio dificultou o desenvolvimento de instituições econômicas mais flexíveis e mostrou-se incapaz de responder às iniciativas de mercadores italianos e muçulmanos. Contudo, durante séculos, Bizâncio conseguiu manter sua posição econômica no mundo medieval graças à emissão de uma moeda de ouro forte e à presença de mercados dinâmicos dentro de suas fronteiras. Mesmo após a desvalorização do século XI , uma moeda de ouro estável foi restabelecida, e Bizâncio manteve suas tradicionais indústrias de bens de luxo, gerando imensa riqueza que impressionaria profundamente os cavaleiros cruzados ocidentais. Pouquíssimas moedas estrangeiras cunhadas antes de 1204 foram escavadas em Constantinopla, o que reflete o alto prestígio e a autossuficiência do sólido de ouro bizantino, símbolo de uma economia imperial, e não puramente comercial.

15

Os eunucos

Seu rosto era como uma rosa; sua pele, branca como a neve; ele era bem-apessoado, loiro, possuía uma suavidade incomum, e de longe podia-se sentir seu aroma almiscarado . [\[35\]](#).

Vida de Santo André, o Louco , provavelmente do século X

O uso de eunucos para proteger e servir grandes soberanos remonta ao antigo Egito e à antiga China. Assim como o grande império medieval do Japão e o califado muçulmano, Bizâncio também empregava eunucos, cujas vozes agudas, pele infantil, corpos sem pelos e membros alongados adicionavam elementos exóticos à vida na corte. Esses homens castrados — na prática, um terceiro sexo, nem masculino nem feminino — que não podiam gerar filhos, eram encarregados de servir ao imperador e à imperatriz bizantinos, proteger as mulheres da dinastia reinante e administrar as cerimônias da corte. Em países muçulmanos, eles também frequentemente guardavam os santuários sagrados do Islã. E na China imperial, mesmo no século XX, homens pobres continuaram a se oferecer para castração a fim de obter um cargo na corte. O fenômeno dos eunucos na corte é historicamente universal, e a prática bizantina não era incomum em governos hierárquicos e imperiais.

Os eunucos bizantinos, contudo, estavam excepcionalmente bem integrados à sociedade como um todo. Além de exercerem controle sobre as atividades da corte imperial, eles alcançaram posições de destaque na Igreja, na administração, no exército e nas casas das grandes famílias por todo o império. Os cruzados ocidentais que chegavam a Bizâncio ficavam surpresos, e às vezes aterrorizados, com a onipresença dos eunucos. Durante a visita do rei Luís VII a Constantinopla em 1147, Manuel I enviou um coro para celebrar a festa de São Denis com os francos.

Esses clérigos causaram uma impressão favorável por causa de seu canto melodioso, pois a mistura de suas vozes — a mais grave com a mais leve, ou seja, a dos eunucos com a voz principal — amolecia os corações dos francos. Eles também encantaram os espectadores com sua postura elegante e seus delicados aplausos e genuflexões. [\[36\]](#).

Dado que o autor deste texto, Odon de Deuil, é geralmente hostil a Bizâncio, sua apreciação do som dos *castrati* em conjunto com cantores masculinos é surpreendente.

Na Pérsia e Roma antigas, os eunucos desempenhavam funções específicas, que foram ainda mais reforçadas quando Diocleciano adotou atributos persas, como a coroa, o orbe, o trono e as vestes douradas, para simbolizar o poder imperial. Em Bizâncio, a restrição das tarefas mais íntimas relacionadas à família imperial a homens castrados baseava-se na suposição de sua lealdade à dinastia reinante, embora isso nem sempre se confirmasse pelos planos ambiciosos dos principais eunucos da corte. Os castrados antes da puberdade eram conhecidos como "homens imberbes", enquanto os castrados na idade adulta obviamente conservavam os sinais físicos da masculinidade. Os eunucos bizantinos frequentemente acumulavam riquezas consideráveis, tornavam-se generosos mecenas das artes e fortaleciam a corte imperial. Com muita frequência, porém, compartilhavam as mesmas práticas arbitrárias e cruéis que as mulheres e os homens não castrados.

Apesar de seu suposto caráter pacífico, os eunucos também recebiam o comando de exércitos. O caso do general Narses (de origem armênia), que completou a conquista da Itália durante o reinado de Justiniano, é comparável ao do almirante chinês Zheng He, que teria descoberto a América noventa anos antes de Colombo.^[37] ou a do comandante naval japonês medieval que navegou para as Índias Orientais. Referências a comandantes militares eunucos ocorrem ao longo da história bizantina, embora com menos frequência nos séculos xiv e xv. É evidente que alguns deles eram escravos que haviam sido castrados antes de entrar para o serviço da corte bizantina, como Pedro Focas, que adotou o sobrenome de seu mestre e se destacou em combate singular contra os Rus'. Chefe da guarda imperial sob Nicéforo II (963–969), na década de 960 foi nomeado comandante da frente oriental. No final do século x, Basílio II confiou a um eunuco patrício chamado Nicolau a liderança de um ataque bem-sucedido a Aleppo (realizado em 995).

Baseando-se na descrição de São Mateus sobre os eunucos (19:12) ("Pois há eunucos que nasceram assim do ventre de suas mães, e há eunucos que foram feitos eunucos por outros, e há eunucos que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus"), alguns cristãos tentaram refrear seus apetites sexuais por meio da autocastração. Mas o Primeiro Concílio Ecumênico de Niceia, realizado em 325, promulgou um cânone firme contra essa prática: os cristãos que desejassem seguir uma vida religiosa eram instruídos a resistir às tentações da carne e controlar sua luxúria por meio da disciplina ascética. A Igreja Bizantina, no entanto, aceitava homens castrados tanto no clero quanto como monges. Houve eunucos que se tornaram patriarcas de Constantinopla e até mesmo santos, indicando que aos homens castrados não eram negados os mais altos cargos na hierarquia eclesiástica ou a possibilidade de alcançar a santidade. Sacerdotes e monges eunucos frequentemente desempenhavam um papel importante em comunidades religiosas femininas, onde realizavam a consagração da Eucaristia aos domingos. De fato, alguns estatutos de fundação até estipulavam que todo o clero que ocupasse cargos em conventos de freiras deveria ser eunuco. Por outro lado, em alguns mosteiros masculinos, a entrada de eunucos era proibida por representarem uma tentação sexual para os monges (ver abaixo).

A castração sempre fora considerada um procedimento humilhante que repugnava os cidadãos romanos livres, por isso os futuros eunucos eram escolhidos entre pessoas não romanas, frequentemente entre homens capturados e escravizados em guerras. Essa prática foi reforçada no século vi, quando o Código de Justiniano declarou a operação ilegal em todo o império. Assim, prisioneiros de guerra estrangeiros eram frequentemente castrados nas fronteiras e levados para Bizâncio para suprir a demanda por servos "confiáveis".

Procópio observa que a região da Abcásia (no Cáucaso) era uma fonte de eunucos, como o cortesão Eufrates, que atuava como diplomata. Mais tarde, foram principalmente prisioneiros citas, árabes e balcânicos que foram castrados e vendidos no mercado de escravos para bizantinos ricos. Servos eunucos eram encontrados na maioria das famílias proeminentes, onde cuidavam da senhora da casa, educavam as crianças e atuavam como intermediários. Santa Irene de Crisobalanto e Santa Eufrosine, a Jovem, também empregavam eunucos para se comunicarem com seus parentes e com a corte imperial.

A expansão do Islã, contudo, aumentou consideravelmente a demanda por escravos e eunucos para trabalhar no califado, e novas fontes de suprimento tiveram que ser

encontradas para atendê-la. Diversas referências a mercados de escravos em Roma e Veneza indicam um comércio florescente no Ocidente, enquanto o número crescente de eunucos da Paflagônia, na costa do Mar Negro, na Ásia Menor central, reflete um novo desenvolvimento dentro do próprio Império Bizantino que desafiava a lei. Nicetas, o Paflagiano, que serviu na corte da Imperatriz Irene no século VIII, foi um dos primeiros de uma longa linhagem de jovens dessa região a serem castrados por suas próprias famílias. Diferentemente dos eunucos não romanos anteriores, esses eunucos "produzidos localmente" eram homens livres, falantes de grego, cujas famílias buscavam para eles posições no Grande Palácio ou na Igreja Bizantina.

No século X, Liutprando, bispo de Cremona, explicou como funcionava o comércio de eunucos no Ocidente. A operação de criação de "eunucos, dos quais foram removidos tanto os testículos quanto o pênis [...] é realizada pelos mercadores de Verdun, que levam os meninos para a Espanha e obtêm um lucro enorme". Apesar das dificuldades físicas, aqueles que sobreviviam frequentemente atingiam uma idade avançada e eram reconhecidos pelo comprimento maior do que o normal de seus membros. O mercado de Verdun, no norte da França, desenvolveu-se para fornecer mão de obra escrava a territórios islâmicos, como o Califado Omíada na Península Ibérica, onde os eunucos eram altamente valorizados. Apesar dos repetidos decretos papais contra o comércio de eunucos, os mercadores cristãos recusaram-se a abandonar o lucrativo negócio de escravizar, castrar e vender jovens, muitas vezes cristãos como eles. Havia também demanda por mulheres nos haréns das cortes islâmicas. As emocionantes aventuras de vários personagens capturados por piratas e vendidos como prisioneiros constituem um tema recorrente em épicos e romances medievais, tanto no Oriente quanto no Ocidente.

Em 949, quando Berengário, rei do norte da Itália, enviou Liutprando em sua primeira missão diplomática a Constantinopla, não lhe ofereceu os presentes que normalmente acompanhavam tais missões. Por isso, Liutprando, cujo pai e padraсто haviam servido anteriormente como embaixadores em Bizâncio, lembrou-se do conselho deles e comprou alguns eunucos. Quando o novo embaixador foi recebido na presença imperial...

Eu o presenteei [Constantino VII] com nove excelentes couraças [...] dois caldeirões de prata dourada [...] e o que era mais precioso para o imperador do que qualquer outra coisa, quatro *carzimasia*, que era o nome grego para jovens eunucos.^[38]

A calorosa recepção que Liutprando recebeu e os prazeres de sua estadia em Constantinopla podem ou não ter estado relacionados ao presente dos eunucos, mas é evidente que ele acreditava ter tomado a decisão certa.

Uma razão adicional para o emprego de eunucos está relacionada à sua atividade sexual, que, embora talvez limitada, era claramente valiosa. A *Vida de Santo André, o Louco*, não só descreve a bela aparência de um escravo eunuco, como também documenta como ele era forçado a "praticar a prática doentia dos sodomitas" no quarto de seu senhor, pelo que o santo o ameaçou com o fogo do inferno. Quando um amigo lhe lembrou que o camareiro tinha que agradar ao seu senhor ou seria espancado e severamente punido, André respondeu que, se os escravos resistissem a essa paixão abominável, "serão abençoados uma e três vezes,

pois, graças aos tormentos que você menciona, serão reconhecidos como mártires". Era evidente que os eunucos sentiam desejos sexuais, embora geralmente fossem acusados de adotar o papel passivo (isto é, feminino) na atividade homossexual e, conseqüentemente, de incentivar a sodomia. A história de um certo Bagoas, um jovem do século XI criado no Orfanato Imperial de Constantinopla, parece confirmar essa acusação: à maneira de Dorian Gray, ele optou pela autocastração para preservar sua boa aparência e manter a devoção de seus amigos mais velhos.

Quanto ao seu talento musical, os eunucos desempenharam um papel inigualável: formaram os coros *castrati*. Juntamente com jovens, cantavam nas principais igrejas de Constantinopla, bem como na corte imperial. É provável que o orfanato tenha se tornado outra fonte de eunucos, que assim preservaram sua capacidade de cantar no estilo *castrato*, algo muito valorizado. É possível que esses coros tenham servido de modelo para os *castrati* que mais tarde se apresentariam para os bispos de Roma no Vaticano. A introdução de um novo estilo de canto está ligada ao Papa Vitaliano (657-672), que também estabeleceu as *diaconias de estilo bizantino*, dedicadas a atividades filantrópicas como o cuidado e o alojamento de peregrinos. Ambas as instituições foram inspiradas pela prática bizantina. No caso dos cantores eunucos, Roma estabeleceria uma tradição tão duradoura que só seria abandonada, ainda que a contragosto, no início do século XX.

Outro método de criação de eunucos que deve ser mencionado: a castração era imposta como punição, por exemplo, para impedir que homens gerassem herdeiros. Isso frequentemente ocorria com os filhos jovens de um imperador que havia caído em desgraça (Maurício, 582-602; Miguel I Rangabe, 811-813; Leão V, 813-820) ou de rebeldes (Germano, filho de um rebelde contra Constantino IV). A mutilação efetivamente excluía tais homens do cargo imperial, já que se esperava que os imperadores pudessem gerar herdeiros. Era também a forma mais extrema de mutilação corporal introduzida no sistema jurídico por Leão III em sua *Ekloga* (740), que punia o roubo com a perda de uma mão e a mentira com a perda da língua. A cegueira induzida também se tornou uma forma comum de incapacitar um rival que tentasse usurpar o trono ou um imperador que não governasse adequadamente (Filípico Bardanes em 713, Constantino VI em 797, Romano IV Diógenes em 1072, Isaac II em 1195 ou João IV Láscaris em 1261). Embora hoje essas mutilações físicas nos pareçam bárbaras, os bizantinos — não sem alguma justificativa — consideravam a castração ou a cegueira como uma punição menor do que a pena de morte.

A proeminência dos eunucos em Bizâncio, contudo, foi assegurada pelo desenvolvimento, na corte imperial, de uma série de cargos-chave reservados para eles. Muitos desses cargos envolviam contato com o imperador e a imperatriz em seus aposentos privados; outros eram dedicados à manutenção do protocolo e da cerimônia da corte. Para funções tão delicadas, os eunucos eram considerados não apenas desejáveis, mas essenciais. E uma vez que essa tradição se consolidou, a lista de cargos reservados para esses "homens imberbes" passou a exigir um fluxo constante de eunucos devidamente registrados para preenchê-los. As famílias da Paflagônia que castravam um filho estavam cientes dessa necessidade e buscavam capitalizar os benefícios potenciais de uma carreira na corte.

No *tratado* escrito por Filoteu no final do século IX, que registra a disposição dos assentos em refeições oficiais, oito cargos oficiais eram legalmente designados para eunucos,

enquanto outros nove eram concedidos verbalmente pelo imperador. Cada cargo exigia um traje próprio, incluindo sapatos e insígnias específicas. O primeiro grupo incluía as patentes de *praipositos*, ocupada pelo eunuco mais brilhante, e *clársismos*, que atuava como camareiro e porta-voz do imperador, dirigindo as cerimônias da corte como um mordomo. Sempre que uma cerimônia importante estava para ser realizada, o *praipositos* convocava todos os oficiais que participariam na noite anterior e lhes dava instruções sobre suas vestimentas, insígnias e cargos. Então, durante o que poderia se tornar um evento de um dia inteiro, ele dava início a cada fase, sinalizando o começo de cada nova parte da cerimônia e ordenando aos participantes que tomassem seus lugares com as palavras: "Se vos aprouver...". Essa posição era sempre ocupada por um dos principais eunucos, que ao longo dos anos sem dúvida participara muitas vezes de tais cerimônias e instruía os mais jovens para que se lembrassem do que deviam fazer e de como o evento como um todo deveria se desenrolar. Antes que as cerimônias fossem registradas por escrito no livro encomendado por Constantino VII Porfirogênito (ver Capítulo 16), essa informação era transmitida oralmente, o que é um belo exemplo da eloquência bizantina.

O segundo grupo de eunucos era composto pelos *parakoimomenos*, que dormiam ao lado do quarto do imperador; pelos *protovestiarios*, que cuidavam de seu guarda-roupa; e pelos responsáveis pelas salas de jantar e adegas do imperador e da imperatriz. Entre eles, havia quatro oficiais encarregados de manter a ordem no Grande Palácio e em duas seções distintas conhecidas como Palácios Magnaura e Dafne. Suas principais responsabilidades incluíam escoltar o imperador sempre que ele saía de seus aposentos e protegê-lo da vista de homens barbudos (e de todos os demais) quando ele trocava de roupa ou sapatos, ou quando colocava a coroa. Como as cerimônias imperiais frequentemente envolviam inúmeras trocas de vestimenta em locais fora do Grande Palácio (por exemplo, quando o imperador ia em procissão ao santuário de Nossa Senhora de Pege, fora dos muros), os eunucos formavam um círculo, protegendo-o e ocultando-o enquanto ele era coroado e vestido. Sua presença ao lado do casal imperial e a responsabilidade por seus pertences pessoais lhes conferiam uma posição de confiança, que aqueles fora da corte sempre desejavam explorar. Como médicos que atendiam o imperador, os eunucos-chefes tinham acesso direto aos seus aposentos privados e podiam entrar e sair sem dar explicações. Sua capacidade de impedir que outros falassem diretamente com o imperador, ou mesmo o vissem de longe, lhes conferia um poder considerável.

A história de Bizâncio está repleta de exemplos de eunucos da corte, que alguns historiadores condenam por seu poder excessivo e que, de fato, tentaram dominar seus governantes. De Crisáfio, no século V, a João, o Orfanótrofo (isto é, o responsável pelo grande Orfanato Imperial de Constantinopla), no século XI, incluindo Eufrates durante o reinado de Justiniano e Teodora, Estaurácio e Aécio, que disputaram o afeto da Imperatriz Irene, Samonas, no século IX, e Basílio Lecapeno, no século X, a lista é extensa. Basílio Lecapeno, filho ilegítimo de Romano I e conhecido como *Noto* ("o Bastardo"), teve uma carreira particularmente brilhante. Após ser castrado na infância para destruir quaisquer ambições imperiais que pudesse nutrir, foi nomeado *parakoimomenos* por Constantino VII. Ele exerceu grande poder durante os reinados de Nicéforo II e João I, e praticamente governou o império durante a primeira década do reinado de Basílio II (976-985). Com sua vasta riqueza,

encomendou magníficas obras de arte, como o Relicário de Limburgo. Também escreveu um tratado sobre batalhas navais e o mandou copiar para um esplêndido manuscrito de *táticas militares*.

Nesse aspecto, Basílio Lecapeno é um exemplo representativo de vários eunucos de alta posição que se tornaram mecenas das artes, diplomatas, generais, administradores, professores, escritores, teólogos e clérigos (prancha 10). Em muitos casos, esses funcionários foram afastados de suas funções na corte e designados para missões diplomáticas ou militares específicas, como André, que negociou com os árabes no século VII, ou Teoctisto, que comandou a frota no século IX. Em Bizâncio, assim como no Califado, era comum que eunucos encontrassem emprego como generais do exército e diplomatas. Seu elevado status é confirmado no *Livro da Interpretação dos Sonhos*, escrito por um autor cristão grego chamado Achmet, que se baseou em fontes bizantinas e árabes, bem como em seus próprios sonhos. Em uma característica comum a muitos outros autores, ele compara os eunucos mais virtuosos a anjos. Ambos eram obviamente considerados seres assexuados, já que os anjos não têm sexo e presumia-se que os eunucos tivessem perdido a sua função sexual. Embora esta última afirmação não fosse de fato correta — como já vimos e como evidenciado pelas inúmeras acusações contra eunucos que mantinham relações sexuais —, ela reflete, ainda assim, os importantes papéis que os eunucos desempenhavam em diversas sociedades cristãs e muçulmanas, especialmente os de mensageiro, secretário particular e mediador.

Além desses eunucos de alta patente, outros seguiram carreiras bem distantes do Grande Palácio e do patrocínio imperial. Eles são mencionados ocasionalmente em fontes hagiográficas e, às vezes, aparecem em listas de presentes de casamento, como na história de Digenis Acritas, o herói da fronteira. Quando Basílio finalmente se casa com a moça (cujo nome nunca é mencionado), seu tio mais velho os presenteia com dez meninos:

*Eunucos, todos belos e com lindos cabelos,
vestidos com trajes de seda persa
e com torques de ouro no pescoço.* [\[39\]](#).

Foi um presente de casamento caro, que facilmente rivalizava com os cavalos puro-sangue equipados com belas selas e freios, os cães de caça e os ícones dourados também mencionados. Quando a rica viúva Danelis viajou de Constantinopla para o Peloponeso, foi transportada por seus servos eunucos em uma liteira, e entre os muitos presentes valiosos que ofereceu ao Imperador Basílio I, dizia-se que estavam cem eunucos.

Duas novas leis (ou *Novelas*) de Leão VI, publicadas por volta do início do século X, abordaram a situação dos eunucos no império. A primeira proibia os eunucos de se casarem com mulheres, argumentando que o propósito do casamento era a procriação, enquanto a segunda permitia que os eunucos adotassem crianças, que poderiam então se tornar seus herdeiros. Dessa forma, os eunucos da corte que alcançassem as posições mais elevadas e acumulassem riquezas poderiam transmiti-las a seus filhos adotivos. Leão VI refletia uma visão mais humana dos eunucos, que coincidiu com o relaxamento gradual das leis contra a castração no território imperial. No caso de São Métrio, cujo filho castrado, Constantino, teria uma carreira brilhante na corte imperial, a operação foi justificada por uma visão angelical que previu seu futuro.

Era também comum que eunucos se tornassem monges. Certo Kosmas, um monge eunuco da Paflagônia (novamente), estava viajando para a Itália quando parou para descansar perto do túmulo de São Lucas em Steiris (prancha 31). Ali, ele teve uma visão que o levou a permanecer junto ao túmulo, para protegê-lo e embelezá-lo. No entanto, havia mosteiros que não estavam dispostos a aceitar eunucos ou meninos em suas comunidades, presumivelmente porque temiam que eles causassem distúrbios sexuais. No Monte Atos, eles foram gradualmente excluídos por serem considerados um perigo potencial para os outros monges. O *Tragos* (ou "Regra") de João I Tzimisce afirma:

Ordeno que não recebam nenhum jovem, imberbe ou eunuco que venha ao Monte para ser tonsurado [...] E se algum abade ou *eremita* desobedecer à minha proibição e introduzir em seu domínio ou em sua cela um eunuco ou um menino [...] acreditamos ser melhor expulsá-lo do Monte.^[40]

A presença profundamente enraizada de eunucos na corte bizantina, sua aceitação na sociedade em geral e seu status legal estabelecido lhes conferiam um papel mais proeminente do que em outras sociedades medievais. Em contraste, os eunucos eram abomináveis no Ocidente medieval, onde apenas homens "completos" podiam se tornar bispos. Contudo, mesmo em Bizâncio, alguns preconceitos subjacentes persistiam, como evidenciado pela * *Defesa dos Eunucos* * de Teofilato de Ohrid . Este diálogo entre um monge e um eunuco, escrito no século XI por um bispo erudito, revela uma hostilidade generalizada em relação aos eunucos, baseada em sua suposta fraqueza moral, ganância, hábitos licenciosos, ambição, efeminação e perversidade, como cantar canções indecentes, comportar-se teatralmente como atores e beber em excesso. Em resposta, o eunuco defende seu grupo social, distinguindo os eunucos bizantinos, que frequentemente serviam como bispos ou se tornavam monges, dos eunucos estrangeiros. Ele elogia a castração de jovens como forma de preservar sua castidade, observando que muitos eunucos permanecem castos e inspiram outros com sua conduta. Obviamente, há outros que levam vidas menos morais, mas o mesmo pode ser dito dos homens castos. Por fim, ele exorta seu oponente a julgar o eunuco por suas realizações espirituais, e não por sua aparência.

O tratado de Teofilato é dedicado a seu irmão, Demétrio, que era eunuco, e não se destinava à ampla circulação. Mas, no prefácio, escrito em versos iâmbicos, ele declara sua confiança em responder às acusações geralmente feitas contra os eunucos. O tratado, juntamente com suas orações e cartas, foi reproduzido nas principais coleções de manuscritos e deve ter sido amplamente lido. De acordo com a estudiosa Kathryn Ringrose, os autores bizantinos enfrentavam um "dilema retórico" ao lidar com eunucos: por um lado, os homens castrados não deveriam ser poderosos e não se esperava que liderassem exércitos com sucesso, mas, por outro lado, esperava-se que prestassem todos os serviços exigidos por seus governantes. Qualquer habilidade excepcional que demonstrassem no campo de batalha tinha que ser explicada como uma anomalia, devido às excepcionais habilidades táticas do indivíduo, já que os eunucos eram geralmente considerados incapazes de feitos militares. Essa situação contraditória reflete a maneira como a sociedade bizantina concebia o gênero dos eunucos como uma terceira categoria, distinta tanto do gênero masculino quanto do feminino.

Embora as funções cortesãs dos eunucos tenham declinado no período final do Império Bizantino, talvez devido ao aumento das pressões militares do império, eles continuaram a desempenhar papéis importantes e representam uma linha de continuidade que se estendeu muito além da queda de Constantinopla em 1453. Com o estabelecimento do harém do sultão no agora ampliado Palácio de Topkapi, um grande número deles foi empregado para guardar as numerosas esposas e escravas do soberano muçulmano. Essa nova responsabilidade os tornou novamente muito poderosos, e a história lembraria eunucos negros (africanos) e brancos (europeus) envolvidos em inúmeros escândalos otomanos.

16

A Corte Imperial

Pela manhã, o rei entra [no camarote imperial com vista para o Hipódromo] com seus amigos íntimos e criados, todos vestidos de vermelho. Ele se senta em um lugar elevado com vista para o salão, e então sua esposa, chamada *dizbuna* [do grego *despoina*, "senhora da casa"], aparece com seus criados e amigos íntimos, todos vestidos de verde, e se senta em frente ao rei. Em seguida, os artistas e músicos de cordas chegam e começam sua apresentação.^[41]

A L -M ARWAZI , *Propriedades dos animais*, c . 1120

os coros *castrati* causassem uma profunda impressão nos visitantes de Santa Sofia, as cerimônias, recepções e banquetes da corte imperial ofereciam um contraste secular fascinante. Al-Marwazi segue um relato mais extenso de Harun ibn Yahya, que foi capturado e levado para Constantinopla no final do século IX ou início do século X. Ambos descrevem corridas de bigas no Hipódromo, com dois homens vestidos de ouro conduzindo cada um uma quadriga — uma biga puxada por quatro cavalos — entrando e correndo três vezes ao redor da praça “com ídolos e estátuas” (uma referência aos monumentos que adornavam a divisão central, ou *espinha*, do Hipódromo). Mas as cerimônias mais impressionantes aconteciam dentro do Grande Palácio, onde a corte bizantina formava o centro do império; toda a atividade girava em torno dele. O próprio palácio ocupava uma grande área na extremidade leste elevada da cidade e continha monumentos clássicos associados aos banhos, igrejas construídas para exibir relíquias cristãs e salões de recepção projetados para reforçar a autoridade imperial. Dentro de seus muros ficavam os aposentos privados do imperador e da imperatriz, áreas especiais dedicadas a atividades cerimoniais e quartéis reservados para a guarda do palácio. Embora os governantes pudessem realizar reuniões informais com seus conselheiros, todas as cerimônias oficiais aconteciam na corte, que era um ponto central no mundo da política bizantina.

Ao contrário dos governantes da Europa Ocidental, que levaram séculos para estabelecer capitais onde pudessem criar cortes permanentes, Constantino I transferiu tanto o centro do governo romano quanto a corte imperial para Bizâncio. O complexo conhecido como Grande Palácio dos Imperadores permaneceu no mesmo local de 330 a 1453, embora a partir do século XII os imperadores tenham utilizado o palácio de Blachernae, uma área localizada na extremidade noroeste das muralhas da cidade. O Grande Palácio tornou-se a maior de todas as cortes cristãs, rivalizando apenas com a da antiga Pérsia e, posteriormente, com a do Califado. Os rituais da corte impressionavam tanto os estrangeiros quanto os próprios súditos do império. Mesmo antes de terem a oportunidade de presenciar as cerimônias, todos os visitantes do Grande Palácio comentavam sobre outros aspectos, não menos espetaculares: as antigas estátuas que ladeavam os salões de recepção, algumas delas supostamente capazes de prever o futuro; Os mosaicos dourados e os metais preciosos que decoravam os edifícios, cada um mais grandioso e extravagante que o anterior, e as tropas do palácio, de diferentes grupos étnicos, cada uma com suas próprias armas peculiares.

Nas recepções realizadas no Chrysotriklinos, um salão dourado construído dentro do palácio por Justiniano II no final do século VII, o imperador aparecia em um trono elevado diretamente abaixo do mosaico do Pantocrator que decorava a abside. Em outros locais, a energia hidráulica era empregada para criar efeitos impressionantes. Órgãos antigos

movidos a pressão da água haviam sido preservados em Bizâncio e agora eram usados em recepções e nos banhos imperiais, onde fontes e pássaros canoros também eram mantidos para o entretenimento dos imperadores. No Palácio de Magnaura, o imperador sentava-se em um grande trono dourado, ladeado por leões dourados rugindo e pássaros dourados cantando em árvores também douradas e adornadas com joias. E enquanto um embaixador realizava a *proskynesis* (isto é, inclinava a testa até o chão em sinal de reverência), o trono subitamente se elevava do chão até o teto. Em sua primeira missão diplomática a Constantinopla, em 949, Liutprando de Cremona fingiu não se surpreender com aquela cena extraordinária, já que seu pai e padrasto já o haviam alertado sobre a cerimônia; no entanto, ele admite: "Não sei como eles fizeram isso".

Além de sua função de incutir medo e admiração nos visitantes, a corte desempenhou um papel vital no império: estreitando os laços entre todos os súditos e o imperador, fomentando uma lealdade fervorosa inspirada tanto por um senso de pertencimento quanto por uma submissão fatalista à sua autoridade. Isso foi alcançado, em parte, pela promoção de jovens talentosos a posições de responsabilidade e poder, que inspiravam respeito e admiração. Embora o número real de pessoas comuns promovidas dessa forma permanecesse pequeno, a possibilidade de se tornar uma delas ainda existia, motivando muitas famílias a tentar colocar um filho ou filha na esfera do poder. A corte exercia um poder hegemônico que integrava todos os setores da sociedade e reforçava a autoridade imperial; era reconhecida como um centro de cultura superior e esplendor incomparável. Os habitantes mais ambiciosos das províncias geralmente se identificavam com ela e aspiravam a uma posição dentro dela. No século XI, Cecaumeno, um general aposentado, condenou a corte como um centro de intrigas, o que certamente ela devia ser. Mas sua brilhante carreira reflete a capacidade da corte de atrair e manter os serviços leais de um oficial talentoso de origem armênia.

Além dos eunucos, que administravam a corte imperial, homens instruídos encontravam emprego no vasto campo do serviço público, o que frequentemente facilitava sua ascensão a altos cargos governamentais. Como já vimos, outros competiam — e pagavam — pela honra de deter certos títulos cerimoniais, que lhes conferiam uma pensão estatal (*roga*). Esperava-se que todos comparecessem à corte quando convidados, trajando suas vestes reais e acompanhados por seus assistentes, juntamente com clérigos importantes, membros do Senado de Constantinopla, trupes de circo em seus uniformes verdes e azuis (ver Capítulo 3) e uma série de unidades militares em seus estandartes regimentais. Em ordem hierárquica, entravam na área cerimonial, saudavam o imperador e a imperatriz e tomavam seus lugares para as festividades, formando fileiras impressionantes de cores e identidades diversas.

Moças também eram recrutadas para servir na corte, não apenas como damas de companhia da imperatriz, mas às vezes para ocupar o cargo mais importante que uma mulher poderia alcançar em Bizâncio. Em teoria, um dos métodos de seleção das futuras esposas dos imperadores era a exibição de noivas imperiais, na qual o príncipe escolhia a pretendente mais atraente como sua esposa. Vários relatos descrevem como a imperatriz-mãe selecionava diversas moças bonitas e adequadas e as apresentava ao imperador em uma espécie de concurso de beleza. Parece improvável que tais eventos tenham realmente ocorrido da maneira descrita, mas a ideia de que uma família provinciana com uma filha

atraente em idade apropriada pudesse receber tal honra não era infundada. As esposas imperiais dos séculos VIII e IX frequentemente provinham de famílias provincianas relativamente comuns, como Irene de Atenas, Maria de Amnion e Teodora da Paflagônia. Maria e Teodora teriam sido escolhidas por meio de uma competição aberta. Mesmo que a "beleza" não fosse o fator decisivo, a ideia demonstra a vitalidade e a abertura da corte. Isso porque a possibilidade de incorporar uma nova família de qualquer lugar do império à corte fomentava uma identificação com sua boa fortuna, atraindo assim as famílias provincianas para o ciclo de cerimônias imperiais e mantendo-as constantemente cientes da vida na corte. O prêmio beneficiava a todos os envolvidos; por exemplo, as irmãs das moças escolhidas como esposas imperiais também podiam fazer casamentos vantajosos com cortesãos. De fato, tornar-se dama de companhia da imperatriz era uma posição altamente desejável, e muitos homens tentavam promover suas filhas dessa maneira. Em mais de uma ocasião, a questão terminou em casamento com o imperador (Teodota, no final do século VIII, Zoe Zautzina, no século IX). Assim, enquanto os meninos eram castrados por suas famílias e enviados para seguir carreira entre os eunucos, as meninas eram preparadas para atrair a atenção de um futuro imperador ou de um alto funcionário. A corte imperial, portanto, tornou-se um centro de ascensão social e, conseqüentemente, financeira.

A mera exibição de noivas desempenhava um papel pequeno na seleção das futuras imperatrizes. Como as alianças matrimoniais eram frequentemente vitais para o sucesso das negociações diplomáticas, noivas estrangeiras também vinham à capital bizantina para selar tratados importantes, como no caso da khazar Čiček, renomeada Irene, em 732, ou de Marta/Maria da Alânia em 1072. Noivas bizantinas também eram enviadas ao exterior com os mesmos propósitos, e eventualmente até mesmo uma princesa "nascida na púrpura" teve que honrar uma aliança militar (ver Capítulo 17). Durante o período das Cruzadas, o número de princesas ocidentais que se tornaram imperatrizes bizantinas aumentou significativamente. João II e Isaac II casaram-se com mulheres húngaras; Manuel I casou-se primeiro com uma alemã e depois com uma princesa latina de Antioquia, e escolheu uma esposa francesa para seu filho Aleixo II. Parentes femininas de imperadores também casavam-se frequentemente com soberanos ocidentais, indicando um uso generalizado de alianças matrimoniais nas relações exteriores. No entanto, as famílias Komnenos e Angelos tiveram um cuidado especial em cultivar relações com famílias bizantinas proeminentes, a fim de forjar alianças estratégicas: para todos os seus membros, homens e mulheres, o casamento era uma questão política, não de escolha pessoal.

Já no século IV, quando Eusébio de Cesareia formulou a teoria de que o soberano obtinha o poder imperial unicamente pela vontade de Deus, a quem servia como Seu representante na Terra, as ideologias cristã e romana haviam se fundido para sustentar a supremacia cultural bizantina. De acordo com essa teoria, a corte imperial era um reflexo da corte celestial, e o poder supremo do imperador visava implementar o governo divino. A política externa, conduzida por diplomatas habilidosos, assim como as cerimônias da corte, dirigidas por eunucos, e a administração central, empregavam essa teoria para garantir que todo o império estivesse imbuído de um profundo e abrangente senso de autoridade imperial.

Do Grande Palácio, administrava-se um sistema de governo tão original quanto eficaz. Esse sistema controlava a maioria dos aspectos da vida bizantina, desde questões financeiras, como a cunhagem de moedas e a regulamentação do comércio, até a promulgação de novas leis. O imperador também nomeava o patriarca e exercia considerável influência sobre a Igreja. Esse sistema altamente centralizado era sustentado por uma vasta hierarquia de burocratas, criando uma demanda incessante por escribas e copistas para garantir que as decisões tomadas na corte fossem efetivamente implementadas. Os registros públicos eram armazenados nos porões do Hipódromo, onde também trabalhavam os administradores e onde, no século XI, alguns juízes se queixavam do espaço apertado de seus escritórios. Contudo, ao longo dos séculos, esses imensos arquivos foram destruídos. Os poucos documentos que sobreviveram encontram-se hoje geralmente em mosteiros (especialmente os do Monte Atos), no Vaticano e em outras coleções estrangeiras.

Diz-se que o governo bizantino conseguiu sobreviver, apesar das frequentes mudanças de governante, graças à força de sua administração. Imperadores podiam ir e vir, mas a rotina da burocracia permanecia. Alguns aspectos desse sistema só podem ser reconstruídos pelo estudo dos selos de chumbo que outrora eram afixados em pergaminhos agora perdidos. Quando o imperador nomeava um funcionário para um novo cargo ou promovia um oficial militar, o indivíduo em questão registrava sua nova patente e título em selos de chumbo, que eram então anexados às suas ordens como prova de autenticidade. Esses selos eram fabricados como moedas, a partir de um cunho forjado em escrita invertida, mas eram feitos de chumbo, um metal muito mais barato (Figura 8). Embora poucos pergaminhos bizantinos originais tenham sobrevivido, os selos de chumbo que outrora lhes eram afixados não foram tão facilmente destruídos. Quando a Universidade de Istambul foi construída na década de 1920 no local do antigo Fórum de Teodósio, os escombros escavados provavelmente provinham de um arquivo de documentos, pois continham milhares de selos. Embora esse fato tenha passado despercebido quando os escombros foram removidos das muralhas marítimas, a água do mar acabou por arrastar os selos, que foram posteriormente recolhidos. Da mesma forma, selos de chumbo são achados muito comuns em sítios arqueológicos como Corinto. A partir do grande número de exemplares que sobreviveram, os especialistas conseguem reconstruir a trajetória de muitos administradores e soldados. Contudo, séculos de arquivos medievais — os documentos que esses selos autenticavam — foram quase totalmente perdidos.

Para aqueles que ascenderam à elite da sociedade bizantina por meio de suas contribuições para a administração do império, as cerimônias da corte, pelas quais títulos, vestes e insígnias próprias de cada cargo eram conferidos, serviam para confirmar não apenas seu próprio papel, mas também o de suas esposas. Quando funcionários públicos e oficiais militares recebiam um título honorário, suas esposas recebiam uma versão feminina desse título. Assim, a esposa de um *candidato imperial* recebia o título de *kandidatissa*, que lhe era oficialmente conferido ao mesmo tempo que o novo cargo de seu marido. Alguns selos encontrados com esses títulos femininos indicam que as mulheres também autenticavam suas ações da mesma maneira. Todas as esposas tinham que comparecer à corte, devidamente vestidas e tendo ensaiado todas as etapas da cerimônia. Ao usar um chapéu

especial chamado *propoloma* , elas eram dispensadas de realizar a *proskynesis* , presumivelmente porque ele poderia cair.

Duas importantes fontes documentais permitem-nos reconstruir a hierarquia bizantina de cargos: a *taktika* dos administradores imperiais (listas que registam a disposição dos lugares em grandes banquetes) e os rituais da corte descritos no *Livro das Cerimónias* (ver abaixo). O imperador, obviamente, chefiava a hierarquia da corte, seguido pelo patriarca. Durante o reinado de João I Tzimisces (969-976), um *taktikon* regista as cinco mais altas honras detidas por membros da família imperial (incluindo o título *zoste patrikia* , ou "patrício da faixa" ou "cinto" — *zoste* — normalmente reservado à sogra do imperador). A seguir, vêm os comandantes militares e navais encarregados dos temas; depois, o reitor (responsável pela casa imperial); o *synkellos* (assistente do patriarca); os juízes, incluindo o eparca da cidade, e os chefes (ou "demarcações") dos Azuis e Verdes. Em seguida, vinham os funcionários responsáveis pela gestão dos principais setores da administração pública e seus respectivos funcionários, seguidos pelos representantes das indústrias e do comércio de Constantinopla, dos armazéns de grãos e dos mosteiros locais. Os líderes militares sempre tinham precedência sobre os civis.

A forma como ambos os grupos colaboraram para organizar os recursos do império pode ser ilustrada pelos complexos preparativos para uma operação militar, planejada em 949, para libertar Creta do domínio árabe. O pessoal e o equipamento incluíam 20 drómons (navios de guerra), cada um com uma tripulação de 300 homens, 230 remadores e soldados de infantaria, e 70 cavaleiros equipados com 70 cotas de malha, além de 12 cotas de malha leves para os timoneiros e aqueles que operavam o sifão que liberava o fogo grego, totalizando 600 pessoas. Os 20 drómons do Vestiário (uma seção independente do governo) possuíam três sifões cada (totalizando 60 operadores), 120 remos (ou seja, 2.400 remadores no total) e 120 âncoras com suas correntes. Mas esta é apenas uma pequena parte de uma lista muito mais extensa. A marinha teve que fornecer transporte e pessoal, roupas de proteção para os timoneiros e para os responsáveis por operar os sifões que lançavam o "fogo grego", além dos 70 soldados de cavalaria com seus cavalos. Dada a necessidade de também fornecer água e comida para os animais, bem como para os remadores e combatentes, a administração central teve que mobilizar os serviços de inúmeros departamentos governamentais para colocar a frota em funcionamento. E, apesar de tudo isso, a expedição fracassou.

Na prática da política externa e da diplomacia, área em que o Império Bizantino se destacou particularmente, havia todo um corpo de intérpretes encarregado de lidar com embaixadas estrangeiras e traduzir as cartas diplomáticas que traziam a Bizâncio. Ocasionalmente, instruções para responder em uma forma mais simples de grego, em vez do grego clássico, indicam que o grego demótico falado era bem conhecido tanto entre os árabes quanto entre os italianos. Fontes árabes descrevem uma carta oficial de Romano I Lecapeno ao califa de Bagdá, Al-Radi, escrita em grego com letras douradas e acompanhada de uma tradução em árabe com letras prateadas. A carta era acompanhada por diversos presentes de vidro dourado incrustado com pedras preciosas, incluindo um leão de cristal, cálices, folhas de ouro e tigelas cravejadas de joias, além de roupas e especiarias, como almíscar e âmbar-gris, inúmeros perfumes e objetos raros "incomparáveis". Mais tarde, no século x ,

durante a rebelião de Bardas Eclero, um embaixador árabe registrou suas negociações malsucedidas com Basílio II a respeito do status de várias fortalezas fronteiriças importantes, citando três cópias de acordos anteriores (que se revelaram não idênticos). Os diplomatas bizantinos eram geralmente escolhidos entre os indivíduos mais eruditos, incluindo bispos e monges, bem como oficiais militares e funcionários públicos; e as cartas de Leão, bispo de Sinada, Leão Coirosfactos e Constantino Manassés documentam seu trabalho. No século XII, Manuel I Comneno empregou diversos mercadores italianos como tradutores e intérpretes em suas negociações com os cruzados.

A fonte documental mais importante relacionada à administração imperial, no entanto, é o chamado *Livro de Cerimônias*, uma compilação detalhada de recepções, rituais da corte e atividades realizadas fora do palácio em dias específicos, compilada por Constantino VII (945-959). Inclui também material muito anterior, compilado por um senador chamado Pedro, que reflete as atividades da corte durante o reinado de Justiniano e se baseia em documentos como o Calendário de 354, um registro romano de ritos pagãos tradicionais para o bem-estar da capital e de seus governantes. Em Constantinopla, o festival público mais importante era celebrado em 11 de maio, comemorando a fundação da cidade. O *Livro de Cerimônias* registra o que deveria ocorrer em feriados específicos, incluindo festivais cristãos, celebrações de aniversários militares — como a derrota dos árabes em 718 —, terremotos particularmente fortes e a colheita anual da uva, que envolvia uma expedição de barcas ao longo do Bósforo. Obviamente, todos os aniversários de santos e feriados religiosos exigiam a participação imperial, que podia ocupar um dia inteiro, com a corte desfilando em procissão até um santuário, assistindo a um serviço litúrgico e o imperador jantando com o patriarca. O livro, organizado de acordo com o calendário litúrgico, que começava na Páscoa, também dá instruções sobre como celebrar aclamações imperiais, coroações e casamentos, bem como o nascimento de um filho da imperatriz. Na maioria desses eventos, eunucos da corte dirigiam cada fase da cerimônia e indicavam a participação dos diversos grupos.

Entre os muitos estrangeiros que registraram suas impressões sobre a corte bizantina e seu funcionamento, Liutprando de Cremona oferece dois relatos vívidos, detalhados e contrastantes. O primeiro, escrito como enviado de Berengário da Itália em 949-950, reflete a recepção positiva que recebeu de Constantino VII (como já mencionamos no Capítulo 14). Dezoito anos depois, o segundo testemunha a hostilidade de Nicéforo II Focas para com seu suserano, o imperador alemão Oto I, um soberano muito mais poderoso. Em sua primeira viagem, Liutprando descreve como o Natal era celebrado no "Salão dos Dezenove Divãs" do Grande Palácio, onde o imperador e seus convidados se reclinavam e comiam em travessas douradas ao estilo da Roma Antiga. Em certo momento, o teto se abriu e pesadas tigelas douradas, repletas de frutas, desceram sobre uma mesa. Entre os inúmeros pratos, dançarinos e cantores, acompanhados por órgãos e outros instrumentos, proporcionavam entretenimento musical. Liutprando ficou particularmente impressionado com uma demonstração acrobática de um homem forte equilibrando uma longa vara na testa, enquanto dois jovens subiam e desciam por ela, realizando diversos exercícios em sua extremidade superior. Uma cena semelhante é retratada nos afrescos da Catedral de Kiev, bem como em uma magnífica tigela esmaltada de fabricação islâmica, lembrando-nos das características comuns da cultura cortesã medieval. Em todo o Oriente Próximo, os

governantes colecionavam animais raros, trocavam bens de luxo como selas esmaltadas e tecidos decorados com fios de ouro e joias, e construíam palácios espetaculares com jardins, tanques de peixes e fontes. A rede de contatos de Bizâncio com califas e emires muçulmanos, príncipes eslavos e outros soberanos era sustentada por tais presentes; graças a isso, em meados do século x, foram os artesãos bizantinos que criaram a decoração em mosaico e azulejos do mihrab na Grande Mesquita de Córdoba.

Durante sua segunda missão, desta vez menos agradável, para negociar um casamento imperial para o filho de Oto I, Liutprando foi alojado em um palácio frio e mantido sob vigilância constante. Sua comitiva não tinha permissão para cavalgar até a corte imperial quando convocada para se encontrar com o irmão do imperador e, em algumas ocasiões, sequer lhes era permitido sair para comprar água. Diante da mudança nas relações entre Bizâncio e o Ocidente, Liutprando encontrou Nicéforo Focas hostil à aliança proposta. O imperador lhe disse que era impossível uma princesa nascida na família real casar-se com um soberano ocidental. Ele também reclamou das cartas diplomáticas de Roma, que usavam títulos incorretos: Nicéforo era referido como Imperador dos Gregos em vez de Imperador dos Romanos, enquanto ele, por sua vez, se dirigia a Oto como Rei, em vez de Imperador. Após diversas discussões sobre títulos, latim — a língua original dos romanos — e as conquistas de Otão no sul da Itália, Liutprando ofendeu os bizantinos ao afirmar que o termo " *romano* " abrangia "toda forma de baixeza, timidez, avareza, luxo, falsidade e vício". Ao contrário do banquete que desfrutara com Constantino VII, as refeições imperiais, agora dominadas por alho-poró, alho e molho de peixe, o repugnavam. Ele também se ofendeu com o fato de membros de uma embaixada búlgara terem sido acomodados mais perto do imperador e servidos com uma toalha de mesa apropriada. Mas a gota d'água foi quando Liutprando, ao deixar o território imperial, funcionários da alfândega confiscaram sedas que ele acreditava ter comprado legitimamente.

As descrições de Liutprando sobre as cerimônias da corte nos permitem vivenciar os rituais descritos no *Livro das Cerimônias*. Embora em muitos casos os rituais sejam documentados em detalhes (por exemplo, o noivado do filho do imperador com sua futura esposa), na prática eles podiam ser adaptados para se adequarem a certas circunstâncias incomuns. Os bizantinos eram geralmente flexíveis e consideravam tais adaptações apropriadas. No segundo ano de seu reinado único (799), Irene transformou a cerimônia da Segunda-feira de Páscoa (que naquele ano caiu em 1º de abril). Em vez de cavalgar um cavalo branco até a Igreja de São Mócio e distribuir moedas à multidão como um imperador faria, ela providenciou para ser transportada em uma carruagem puxada por quatro cavalos brancos, cujas rédeas eram seguradas por oficiais militares de alta patente. Dessa forma, a imperatriz podia manter o ato de generosidade imperial ao distribuir o dinheiro, que era certamente o que a multidão esperava. Da mesma forma, quando Olga, a Princesa Viúva de Kiev, visitou Constantinopla em meados do século x, a cerimônia de recepção para chefes de Estado do sexo masculino teve que ser adaptada para se adequar a ela como mulher. Olga e sua delegação participaram da cerimônia de boas-vindas regular; mas, além disso, ela foi recebida pela Imperatriz Helena, esposa de Constantino VII, em seus aposentos privados, e participou de uma refeição exclusiva para mulheres, enquanto os homens de sua embaixada (principalmente comerciantes de couro e âmbar) foram entretidos pelo imperador.

A realização de eventos separados para homens e mulheres era a norma, o que conferia à imperatriz um papel particularmente importante como anfitriã. Durante sua visita, Olga foi investida com o pomposo título de *zoste patrikia*, distinguido por uma faixa especial condizente com o cargo. Assim vestida, participou de uma recepção mista para homens e mulheres, onde se sentou ao lado do casal governante e do jovem príncipe Romano II. Como a disposição dos assentos era de suma importância na corte, e a proximidade com a mesa principal era altamente valorizada, esse privilégio especial indicava que Olga havia recebido o status mais elevado entre os estrangeiros. Embora a disposição dos assentos nos banquetes imperiais fosse ostensivamente predeterminada, disputas a esse respeito eram de se esperar. Já vimos que Liutprando considerou seu senhor Oto I insultado quando os búlgaros foram colocados em lugares acima dele. Ele também escreveu um relato de um banquete planejado em 945 para assassinar Constantino VII Porfirogênito. O oficial que alertou Constantino sobre a ameaça também o aconselhou sobre como evitá-la: no momento em que "a disputa pelo lugar de honra começar", o príncipe deveria golpear um escudo, sinalizando assim para que suas tropas macedônias leais invadissem o salão e prendessem os traidores.

Diplomatas árabes e prisioneiros de guerra fornecem detalhes igualmente ilustrativos da vida na corte imperial. Harun ibn Yahya fez uma descrição fascinante do palácio, onde os cativos muçulmanos eram convidados a comer em ocasiões especiais, com a garantia, por meio de um arauto, de que "não há carne de porco nesses pratos". Ele descreveu os guardas — cristãos negros, cazares e turcos — cada grupo com suas próprias armas; quatro prisões separadas; inúmeros talismãs (incluindo um cavalo e um cavaleiro com olhos de rubi); um órgão; e a igreja e os pátios do imperador, com mármore, mosaicos e afrescos, bem como mesas de madeira, marfim e ouro. Perto da Hagia Sophia, ele mencionou um relógio com vinte e quatro pequenas portas, cada uma das quais se abria e fechava automaticamente para marcar as horas. Ele também se interessou por uma cisterna que era usada para fazer jorrar vinho e mel das estátuas que coroavam as colunas em feriados, bem como por algumas estátuas, como a que ficava na coluna de Justiniano.

No Hipódromo, Harun concluiu que a Coluna da Serpente, formada por quatro serpentes de cobre, servia para afastar cobras de verdade, e descreveu outras estátuas ocas de bronze representando pessoas, cavalos e animais selvagens. Ele observou com surpresa que a imperatriz se sentava ao lado do imperador para assistir às corridas de bigas e cavalos; uma cena também retratada nos afrescos que adornam a torre da Catedral de Kiev, onde o casal imperial é mostrado assistindo aos esportes do Hipódromo do camarote imperial. No início do século XV, o embaixador espanhol Ruy González de Clavijo registrou a mesma tradição: a imperatriz sentava-se com o imperador no Hipódromo, enquanto outras damas assistiam às justas de uma galeria acima da entrada. Embora acrobatas, malabaristas, ginastas, lutadores, cantores, bobos da corte (frequentemente anões) e dançarinos, tanto homens quanto mulheres, fossem artistas comuns nas cortes de todo o mundo medieval, Bizâncio claramente tinha seus próprios entretenimentos incomuns, como acrobatas que se apresentavam em camelos ou em cordas estendidas entre as colunas imponentes do Hipódromo. Na corte, o entretenimento musical era oferecido por coros de eunucos, com vozes sempre infantis, acompanhados por órgãos de ouro e prata tocados por músicos pertencentes aos Verdes ou aos Azuis, além de castanholas e liras.

Os registros mais detalhados das atividades da corte bizantina, bem como de sua diplomacia e administração, são as compilações de Constantino VII Porfirogênilo: o *Livro das Cerimônias* ; um tratado *Sobre o Governo do Império* , dedicado a seu filho; e outro *Sobre os Temas* . Isso reflete a necessidade prática de preparar Romano II para seu papel imperial, baseando-se em uma longa tradição de guias. As duas obras tratam, respectivamente, dos territórios e governantes fora do império e das regiões sob controle imperial, ou seja, os temas. Ambas incluem uma quantidade considerável de informações geográficas sobre os diferentes terrenos, montanhas, rios e características de seus habitantes. *Sobre o Governo do Império* começa com uma descrição dos pechenegues, considerados inimigos extremamente perigosos, bem como "vorazes e profundamente cobiçosos de artigos raros entre eles [...] descarados em suas exigências por presentes generosos". Constantino adverte:

Quando um agente imperial se dirige a Kherson para prestar esse serviço, ele deve simultaneamente enviar alguém a Patzinacia (a terra dos pechenegues) para solicitar reféns e uma escolta, e, ao chegar, deve deixar os reféns sob custódia na cidade de Kherson e seguir com a escolta para Patzinacia para cumprir suas instruções.

Essas informações práticas são ilustradas por meio de experiências concretas:

Certa vez, o clérigo Gabriel foi enviado por ordem imperial aos turcos e disse-lhes: "O imperador declara que vocês devem ir e expulsar os pechenegues de suas terras..." Todos os líderes turcos gritaram em uníssono: "Não nos opoemos aos pechenegues, pois não podemos lutar contra eles, porque seu país é vasto, seu povo numeroso e são filhos do diabo." ^[42] ».

Nesta seção sobre os vizinhos do norte dos bizantinos, Constantino fornece um relato detalhado de como os habitantes de Novgorod, Smolensk e outras cidades russas se reuniram em Kiev e navegaram pelo rio Dnieper até a Crimeia, de onde atravessaram o Mar Negro até Constantinopla. Ele também descreve as sete corredeiras ou cachoeiras do baixo Dnieper e como navegar por elas. Na primeira delas, chamada Essoupi, que significa "Não durma!", a água se choca contra as rochas no centro "com um rugido poderoso e terrível". Para dar uma ideia de sua dimensão, ele relata que essa cachoeira é tão larga quanto o campo de polo de Constantinopla. Ali, os russos desembarcaram os homens e guiaram os barcos a pé para navegar entre as rochas no meio do rio, impulsionando-os com varas.

Na quarta e maior barragem, chamada Aeifor em russo e Neasit em eslavo, porque pelicanos fazem seus ninhos nas rochas da barragem, tudo foi baixado para a margem. Os escravos acorrentados foram conduzidos por terra por seis milhas até ultrapassarem a barragem. Então, em parte arrastando os barcos e em parte carregando-os nos ombros, foram transportados para a outra extremidade da barragem.

Eles então continuaram em direção à sétima cachoeira e em direção a Krarion, onde havia um desfiladeiro tão largo quanto o Hipódromo e tão alto quanto uma flecha disparada de baixo poderia alcançar. Foi ali "que os pechenegues foram atacar os russos".

Constantino compilou essa mistura de experiência prática e conselhos políticos a partir de fontes mais antigas que tratam da história das relações de Bizâncio com seus vizinhos. Embora algumas das informações estivessem desatualizadas, as genealogias que ele

apresenta — do Profeta Maomé, da dinastia Bagrátida que governou a Geórgia e a Armênia, e dos Francos no Ocidente — explicam e detalham importantes eventos históricos. Assim, por exemplo, ele demonstra por que a Croácia permaneceu independente dos búlgaros.

O Príncipe da Croácia, desde o princípio — isto é, desde o reinado de Heráclio, o Imperador — prestou homenagem e submissão ao Imperador dos Romanos, e jamais se submeteu ao Príncipe da Bulgária. ^[43].

Além dos textos dedicados a seu filho, Constantino descreveu outro de seus empreendimentos pessoais com as seguintes palavras:

A pesquisa histórica tornou-se nebulosa e incerta, seja pela escassez de livros úteis, seja porque a enorme quantidade de material escrito inspirou medo e desânimo. Assim, Constantino, nascido em *Porphyra*, o mais ortodoxo e cristão de todos os imperadores que já reinaram, considerou melhor ordenar uma investigação ativa e reunir, de todos os cantos do *Ecúmeno*, livros de todos os tipos, repletos de conhecimento diverso e variado. ^[44].

Quanto à *porfira*, discutiremos isso no próximo capítulo. O resultado desse empreendimento imperial foi uma enorme enciclopédia de 53 volumes, contendo “todas as grandes lições da história” e dividida em assuntos como estratégia militar, caça e casamento. Apenas três desses volumes sobreviveram: o primeiro, sobre a eleição de imperadores; o 22º, sobre embaixadas, baseado em grande parte na obra de um certo João de Antioquia; e o 50º, sobre vício e virtude. Outros projetos do mesmo tipo felizmente sobreviveram intactos: um léxico abrangente de nomes e termos gregos conhecido como *Suda*, e uma edição revisada de uma antiga antologia de epigramas gregos, que inicialmente dá destaque às inscrições cristãs, mas também preserva até mesmo os versos homoeróticos mais indecentes.

Essas grandes enciclopédias reuniram todo o conhecimento histórico do passado em um movimento que os historiadores modernos chamaram de “renascimento”. Esse passado também podia ser distorcido, como Constantino demonstrou na *Vida de Basílio*, um relato que ele encomendou sobre a ascensão de seu avô ao poder. Como já vimos, Basílio tornou-se imperador ao assassinar seu antecessor, Miguel III. Mas Constantino insistiu em interpretar isso como um ato que salvou Bizâncio de um bêbado, e enfatizou todos os aspectos irreverentes e extravagantes do governo de Miguel. Dessa forma, Basílio I pôde ser retratado favoravelmente como o fundador da dinastia macedônia, agora em sua terceira geração sob a orgulhosa liderança de Constantino. Da mesma forma, a palavra *Macedônia* passou a ser intimamente associada a esse “renascimento” do conhecimento antigo.

As cerimônias da corte documentadas por Constantino VII continuaram a ser usadas por séculos e foram transferidas para o Palácio de Blachernae quando Aleixo I Comneno (1081–1118) decidiu residir lá. A partir de 1204, durante a ocupação latina de Constantinopla, todos os centros que reivindicavam representar Bizâncio adaptaram as cerimônias de suas próprias cortes, e em 1261, quando Miguel VIII Paleólogo reentrou na capital a pé, observou o cerimonial apropriado para o retorno triunfal de um imperador vitorioso. Em alguns aspectos, o texto mais curioso sobre cerimônias da corte é uma obra bizantina tardia, o *Tratado sobre Dignidades e Ofícios*, de um autor anônimo conhecido como Pseudo-Codinus.

Ele reflete a persistência de títulos, costumes e privilégios até o século XIV, quando tanto o império quanto a corte imperial eram apenas uma sombra de sua antiga glória. Em seu retrato em mosaico no Mosteiro de Chora, Teodoro Metochites, o primeiro-ministro do império, é retratado vestindo um caftan e um turbante, refletindo a influência dos estilos turcos no vestuário da corte durante esse período (prancha 26). Assim, mesmo nos últimos anos do império, não apenas as mesmas responsabilidades, juntamente com a *roga* — a pensão anual — que outrora tornavam certos cargos tão desejáveis, reaparecem, mas as prerrogativas honorárias também são grosseiramente inflacionadas, e as pessoas competem por elas como nunca antes. Durante o breve reinado do último soberano de Bizâncio, Constantino XI (1449–1453), o Grão-Duque Lucas Notaras tentou garantir dois altos cargos para seus filhos por meio de uma complexa servidão:

Vossa Majestade nomeou o filho de Cantacuzenus *estratopedarca* a mando do déspota de seu irmão, devido ao casamento deles e porque seu pai era *um protostrator*. Se conceder a Frantzes um cargo tão importante, superior ao de *grão-estratopedarca*, o que acontecerá? Mas, se for da vontade de Vossa Majestade, recompense-o com o cargo de *grão-primitivo*, que é o próximo na hierarquia. ^[45].

Naquela época, o fato de um oficial ser *um protostrator* ou *um grão-estratopedarca* provavelmente não tinha muita importância financeira; no entanto, os cortesãos continuavam a competir pelos cargos mais prestigiosos e elevados na hierarquia. O imperador se viu numa posição delicada, pois desejava recompensar outros oficiais que eram mais merecedores do que o filho de Notaras. Enquanto isso, os turcos cercavam a cidade e traziam o novo e gigantesco canhão que abriria caminho através de suas muralhas.

As crianças "nascidas na púrpura"

a amante de Constantino IX, Maria Escleraina, e exigiram ver as verdadeiras imperatrizes. "Não queremos Escleraina como imperatriz. Não queremos que ela cause a morte de nossas mães, as *porfirogênicas* Zoé e Teodora." ^[46].

JUAN S KYLITZES, *Crônica*, século XI

O adjetivo "nascido na púrpura" — em grego, *porphyrogennetos*, traduzido para o espanhol como "porfirogêneta" ou "porfirogênito" — deriva do termo *porphyra*, que designava uma sala especial revestida de pórfiro, uma pedra púrpura, ou decorada com sedas púrpuras, construída dentro do Grande Palácio antes de 750. Naquele ano, Irene, a princesa khazar que se tornou a primeira esposa de Constantino V, deu à luz um filho, a quem chamaram de Leão em homenagem ao avô. Mais tarde, ele ficaria conhecido como "o Khazar", mas também como "Porfirogênito", por ser o primeiro herdeiro imperial nascido na Câmara Púrpura. Este edifício especial fora uma iniciativa do imperador iconoclasta (que também construiu a Igreja de Nossa Senhora do Farol dentro do complexo palaciano) e se tornaria o salão onde as imperatrizes dariam à luz seus filhos, todos os quais ostentariam o epíteto "nascidos na púrpura". Era uma maneira engenhosa de introduzir um novo título destinado a assegurar a autoridade imperial dinástica.

Na época romana, a expressão "nascido em púrpura" era comumente usada para descrever os filhos dos imperadores, que podiam até mesmo usar fraldas adornadas com essa cor. O caro corante, derivado de um minúsculo molusco do gênero *Murex*, era usado para reforçar a dignidade imperial. Como já vimos, os imperadores bizantinos e suas famílias monopolizavam o uso da seda púrpura em suas vestimentas e também enviavam peças da mesma cor como presentes, que eram especialmente valorizadas no exterior. Um sarcófago feito de pórfiro, a pedra púrpura que só podia ser extraída em um único local no Egito, também era reservado exclusivamente para os soberanos.

Independentemente de a *pórfira* ter sido concebida para garantir a legitimidade do porfirogênito, Constantino V certamente compreendeu o importante papel que ela poderia desempenhar na consolidação do domínio dinástico em Bizâncio. Não parece que sua esposa Irene, trazida a Constantinopla como noiva do imperador ainda criança para fortalecer uma aliança política, tenha tido outros filhos antes do nascimento de Leão. O feliz acontecimento foi celebrado e Leão foi coroado coimperador um ano depois. Nessas duas medidas — a construção da *pórfira* e a coroação de seu primogênito — podemos perceber a determinação de Constantino em assegurar a continuidade de sua dinastia. Embora mais tarde tivesse muitos outros filhos com sua terceira esposa, a quem elevaria aos mais altos cargos, ele sempre considerou Leão seu herdeiro.

Ao enfatizar o caráter verdadeiramente imperial de um nascimento marcado pela nova designação de "nascido na púrpura", Constantino procurou tornar o título de imperador hereditário. O princípio romano da eleição pelo Senado, pelo exército e pelo povo há muito era contrariado pelo princípio da herança dinástica de pai para filho. A Câmara Púrpura, que contribuiu para o novo método medieval de Constantino de designar o herdeiro aparente, marginalizou simultaneamente a aristocracia senatorial e os generais. Outros soberanos,

como Heráclio, já haviam insistido em manter suas próprias famílias no poder e, no caso daqueles que não tinham filhos, as várias maneiras de adotar um sucessor eram bem conhecidas. No entanto, na longa transição da Antiguidade para a Idade Média, isso representou um momento crítico. E a câmara de parto especial dentro do complexo palaciano ajudou Constantino V a encontrar uma solução para aqueles que questionavam o governo de sua família: ele pretendia que, a partir daquele momento, apenas o porfirogênito fosse considerado digno de governar Bizâncio.

Naturalmente, isso não deteve rivais e usurpadores, que continuaram a tentar tomar o poder. Mas a *porfira* também foi usada para outros fins, como quando a Imperatriz Irene ordenou que seu filho Constantino VI fosse cegado no próprio quarto onde nascera. Mais tarde, várias imperatrizes a usaram para distribuir presentes entre mulheres aristocráticas durante o festival pagão da Brumália. Da mesma forma, na situação extremamente difícil que surgiu no início do século x, observa-se que o imperador reinante a utilizou conscientemente para reforçar suas ambições dinásticas.

Este imperador foi Leão VI, apelidado de "o Filósofo" e também de "o Sábio" (886-912), que se casou três vezes e teve o infortúnio de perder todas as três esposas. Sua primeira esposa, Teófano, era uma mulher que vivia em reclusão religiosa, em vez de ser uma imperatriz ativa. Após a morte dela, o imperador homenageou sua vida em vários afrescos pintados no Grande Palácio e, em seguida, casou-se com sua amante, Zoe Zautzina, que morreu sem lhe dar um herdeiro legítimo. Para se casar pela terceira vez, o imperador teve que cumprir uma severa penitência, já que a Igreja tinha regras muito claras a respeito da instituição do casamento cristão. Mesmo um segundo casamento só era possível se não houvesse filhos do primeiro, e um terceiro era considerado impróprio. Após cumprir sua penitência, no entanto, Leão consagrou Eudócia Baiana como sua terceira imperatriz. Mas algum tempo depois, ela e seu bebê morreram no parto, em 901. Isso colocou o imperador em uma situação muito difícil, pois ele precisava desesperadamente de um filho e herdeiro para sucedê-lo no trono. No entanto, o Patriarca Nicolau I, o Místico, lembrou-lhe das normas eclesiásticas: "Contrair um quarto casamento é um ato bestial, digno apenas de animais inferiores."

O imperador, portanto, viveu com sua amante, Zoe Carbonopsina ("a de olhos negros"), até que ela estivesse prestes a dar à luz, momento em que Leão ordenou que ela fosse levada para a *porfira*. Lá, seu tão desejado filho finalmente nasceu em maio de 905. Embora a tradição exigisse que a criança fosse chamada de Basílio em homenagem a seu avô paterno (Basílio I), Leão decidiu nomear o porfirogênito de Constantino em homenagem a todos os governantes que ostentaram esse nome desde Constantino I, o fundador do império cristão e sua capital. Mas como o Patriarca Nicolau continuou a se opor veementemente a Zoe Carbonopsina, seu filho só foi batizado depois que Leão concordou em abandonar sua amante e enviá-la para um convento. Dessa forma, Constantino foi reconhecido como filho de Leão. Mais tarde, porém, o imperador instalou Zoe no palácio e subornou um padre para casá-los. O Patriarca Nicolau ficou furioso e puniu essa flagrante violação do direito canônico excluindo Leão da Igreja por quase um ano.

Por fim, chegou-se a um acordo e, no chamado *Tomo da União*, Nicolau estipulou que quatro casamentos jamais seriam permitidos novamente. Constantino foi reconhecido como

herdeiro de seu pai e se tornaria o mais famoso de todos os filhos da família imperial, sempre identificado pelo título de Porfirogênito para enfatizar sua legitimidade. Contudo, nem mesmo isso garantiu uma transição pacífica de poder após a morte de Leão em 912. Após o breve reinado de seu irmão Alexandre, que durou apenas treze meses, Constantino, então com oito anos, tornou-se o único governante. Em 913, o Conselho de Regência incluiu sua mãe e o Patriarca Nicolau no governo, este último, compreensivelmente, ainda nutrindo antipatia por ele. Seis anos depois, sob o pretexto de proteger a herança de Constantino, Romano Lecapeno, o Grande Almirante da frota, usurpou a autoridade imperial; governou de 920 a 944, promovendo seus próprios filhos aos mais altos cargos. Embora nominalmente imperador desde 913, Constantino só conseguiu expulsar a família Lecapeno em 945. Sua aura púrpura o sustentou por vinte e seis anos, e ele reinaria até 959. Tornou-se um erudito e pintor, atuando como mecenas de ourives, iluminadores de manuscritos e outros artesãos, e incentivou um renascimento da arte, frequentemente baseado em temas da mitologia antiga.

Naquela época, o título de porfirogênito era reconhecido no Ocidente como uma designação especial, o que gerava pressão constante para garantir alianças matrimoniais envolvendo uma verdadeira noiva imperial. Como vimos, Constantino VII Porfirogênito rejeitou veementemente tais exigências, tratando as princesas bizantinas como se fossem o estandarte imperial ou o fogo grego. Durante sua própria luta para reafirmar o direito à herança imperial, Constantino desenvolveu uma noção elevada do que significava nascer na púrpura. Assim, ele condenou Leão III por escolher uma princesa khazar para seu filho, o que trouxe "grande desonra ao Império Romano", e Romano I por permitir que sua neta, Maria Lecapena, se casasse com Pedro da Bulgária. Sobre esse casamento inadequado, Constantino descreveu Romano da seguinte forma:

[Ele era] um sujeito comum e analfabeto [...] ele não era de linhagem imperial e nobre, e por essa razão na maioria de suas ações ele se mostrou muito arrogante e despótico [...] e como ele fez isso [o casamento] contrariamente ao cânone e à tradição eclesiástica e à ordenança e mandamento do grande e santo Imperador Constantino [I], ele foi extremamente insultado, desprezado e odiado pelo Conselho Senatorial, pelo povo comum e pela própria Igreja.

Apesar do desprezo demonstrado por Romano I, o filho mais velho de Constantino foi devidamente batizado com o nome Romano em homenagem ao avô e, mais tarde, casou-se com uma princesa ocidental, Berta. Em seu livro de conselhos, *Sobre o Governo do Império*, Constantino faz questão de enfatizar a distinta linhagem de Berta. Seu pai, o rei Hugo,

Ela descendia da família do grande Carlos, um homem muito celebrado em canções e histórias e autor de feitos heroicos na guerra. Este Carlos foi o único governante de todos os reinos e reinou como imperador na grande França [...] Berta, que veio para Constantinopla e se casou com Romano, o filho de Constantino, o soberano amante de Cristo, recebeu o nome de sua avó, quero dizer, a grande Berta, e ela, a jovem Berta, mudou seu nome para Eudócia em homenagem à avó e irmã de Constantino, o soberano amante de Deus ^[47].

Eudócia, porém, morreu pouco depois, e Romano II (959-963) escolheu então uma esposa que diziam ser filha de um estalajadeiro.

Apesar de seu título, Porfirogênito sofreu tanto quanto Constantino VII. Seu neto, Basílio II, também herdou o poder ainda criança, em 963, e ascendeu ao poder imperial em 976. Durante as primeiras décadas de seu reinado, as famílias Focas e Esclero desafiaram sua autoridade, enquanto Basílio Lecapeno, o *parakoimomenos* — seu eunuco-chefe e camareiro —, exercia influência manipuladora. Em 987, quando Basílio lutava para sufocar uma revolta, conseguiu obter assistência militar de Vladimir de Kiev. Mas havia um preço a pagar: o jovem imperador foi forçado a prometer que sua própria irmã, Ana, se casaria com Vladimir. Em troca, o soberano russo prometeu aceitar o batismo e cristianizar seus súditos. A sequência histórica dos eventos é objeto de muito debate, mas o desfecho é claro: Ana Porfirogênita tornou-se esposa de Vladimir e passou a presidir ao seu lado na corte em Kiev, onde adotou os costumes bizantinos. O numeroso clero bizantino que a acompanhou de Constantinopla também impôs práticas ortodoxas, incentivando o monasticismo e promovendo a cultura bizantina. Apesar dos avisos de Constantino VII contra o casamento das princesas porfirogênicas com estrangeiros, elas podiam ser, e de fato foram, utilizadas em alianças diplomáticas, enquanto muitos príncipes bizantinos casaram-se com mulheres ocidentais.

Os exemplos mais notáveis de porfirogênitos que superaram os obstáculos à sua reivindicação à autoridade imperial são, no entanto, os de Zoe e Teodora, sobrinhas de Basílio II. Como o próprio Basílio nunca se casou, essas duas irmãs tornaram-se as últimas herdeiras da dinastia macedônia fundada por Basílio I. Parece extraordinário que nem Basílio II nem seu irmão Constantino VIII, pai delas, tenham conseguido garantir a continuidade da família por meio do casamento. Zoe, que aparentemente era uma mulher de grande beleza, havia sido prometida em casamento ao jovem príncipe meio-bizantino Oto III, mas ao chegar à Itália em 1002, descobriu que ele havia falecido. Em 1028, quando seu pai, Constantino VIII, soube que sua morte estava próxima, providenciou o casamento de Zoe com um general idoso, Romano III Argiro (1028-1034), mas eles não tiveram filhos. Após a morte de seu primeiro marido, Zoe colocou três outros homens de sua escolha no trono: Miguel IV (1034–1041), Miguel V (sobrinho de um poderoso cortesão eunuco, a quem Zoe adotou como filho e que reinou brevemente entre 1041 e 1042) e Constantino IX Monômaco (1042–1055) (Prancha 17). Miguel IV retirou-se para um mosteiro. Miguel V tentou usurpar o poder imperial exilando Zoe para um convento, o que provocou uma revolta do povo de Constantinopla. Ele foi então cegado, e as duas irmãs Porfirogênicas foram restauradas ao poder. Esse incidente reflete a crença generalizada na capital imperial de que Zoe e Teodora eram as únicas herdeiras legítimas da dinastia macedônia.

Com a concordância de Zoe, Constantino IX instalou sua amante, Maria Escleraina, no Grande Palácio, em um aposento em frente aos quartos imperiais. Ele a elevou a uma posição honorária, mas a oposição popular impediu que ela fosse chamada de imperatriz. Apesar de seus três casamentos, nenhum dos maridos de Zoe lhe deu o filho desejado, e em 1050 ela morreu, deixando Constantino IX no poder. Ele então elevou outra amante a uma posição de grande honra, dirigindo-se a ela também como imperatriz em particular; publicamente, no entanto, Teodora Porfirogênita permaneceu a única mulher autorizada a usar esse título. Quando soube que a morte de Constantino IX era iminente, Teodora retornou à cidade e reivindicou o trono, obtendo o apoio da guarda imperial. O historiador do século XI, Miguel Pselos, escreve:

Havia certos fatores que tornavam sua influência sobre eles onipotente: o fato de ter "nascido em berço de ouro", seu caráter afável, as tristes circunstâncias de sua vida anterior .^[48].

Apesar do longo período de confinamento forçado, ele "assumiu as responsabilidades de um homem" e governou sozinho como se finalmente tivesse conseguido cumprir sua vocação imperial.

Embora as duas irmãs porfirogênicas tenham reafirmado sucessivamente seu direito de governar, a dinastia macedônia chegou ao fim com a morte de Teodora em 1056. A família Ducas tentou então usar a *porfira* para estabelecer sua dinastia, mas só obteve sucesso quando governou em coalizão com o clã Comneno, que tomou o poder em 1081. Aleixo I Comneno e sua esposa Irene Ducena tiveram nove filhos, todos nascidos dentro da *porfira* , e a primogênita, Ana Comnena, basearia sua alta estima por sua própria autoridade justamente nesse fato. Embora acreditasse que, como primogênita, tinha direito à herança imperial, foi seu irmão mais novo, João II, quem se tornou imperador após a morte do pai, e foi o filho de João, Manuel, quem herdou o título. Contudo, o último representante da dinastia Comnena de Porfirogênito a ser aclamado soberano, Aleixo II (1180–1182), foi deposto por seu tio Andrônico II (1182–1185) e assassinado. Assim, embora *Porfira* tivesse ajudado a consolidar a dinastia Comnena, não conseguiu assegurar sua sucessão com um jovem príncipe.

Como já vimos, sempre que um dos Porfirogênicos não tinha idade suficiente para governar sozinho, outros podiam usurpar o poder que o título conferia. Houve imperatrizes-mães, como Teodora em 843 e Zoe Carbonopsina em 913, que atuaram como regentes de seus filhos, seguindo o exemplo de Irene. Houve também, em circunstâncias adversas, eunucos ambiciosos como Basílio Lecapeno ou João, o Orfanótrofo, tio de Miguel V, que se declararam protetores dos Porfirogênicos. Mas o povo de Constantinopla, e provavelmente também o de fora dela, sempre manteve grande lealdade àqueles que ostentavam o título de "nascidos na púrpura", e em diversas ocasiões até interveio para defendê-los contra seus rivais. O prestígio duradouro do termo é ilustrado pelo fato de que, a partir de 1204, membros da família Láscaris, que governavam em Niceia, reivindicaram-no para si, embora fosse impossível que tivessem nascido na *púrpura* . O título de porfirogênito tornou-se, assim, mais uma forma de distinguir o imperador, e seria usado pela dinastia Paleóloga até 1453. A simples inovação de usar um salão de parto púrpura para garantir a legitimidade da autoridade imperial persistiria por mais setecentos anos e beneficiaria quatro dinastias diferentes reinantes em Bizâncio. Nenhum outro império concebeu um mecanismo tão claro e convincente.

18

Monte Atos

Aprendi por experiência que é correto e benéfico [...] que todos os irmãos vivam juntos. Juntos, eles aspiram ao mesmo objetivo da salvação [...] Em sua vida em comum, eles formam um só coração, uma só vontade, um só desejo e um só corpo, exatamente como prescreve o apóstolo [. \[49\]](#).

Typikon de SÃO ATANÁSIO , 973-975

O promontório do Monte Atos forma o mais oriental dos três ramos em que a península de Calcídica se divide, ligada ao resto da Grécia por um estreito istmo. Este istmo projeta-se 45 quilômetros para dentro das águas do Mar Egeu Norte, com uma inclinação acentuada a partir do mar. É florestado e relativamente inacessível, culminando num cone montanhoso com mais de 2.000 metros de altura (Figura 1). Muito antes do estabelecimento dos primeiros mosteiros, esta estreita faixa de terra foi escolhida por diversos eremitas isolados que buscavam um refúgio remoto e desabitado do mundo. Tal como outras regiões montanhosas inóspitas, como a Bitínia, na Ásia Menor ocidental, era considerada equivalente aos desertos áridos para onde os primeiros monges se retiravam. Nutridos pelos escritos e máximas (*apophthegmata*) dos Padres do Deserto originais, os eremitas do Monte Atos adaptaram as instituições dos séculos iv e v a um novo ambiente. Nesse contexto, a experiência do exílio dos monges iconófilos pode ter criado novas oportunidades; após a retomada da iconoclastia em 815, quando São Teodoro — abade do Mosteiro dos Estúdios em Constantinopla — foi banido, ele e vários discípulos passaram algum tempo em Tessalônica, perto da Península Atonita.

O Monte Atos tornou-se uma montanha sagrada célebre, habitada por monges que se recusavam a admitir mulheres em sua vida reclusa. Sua fama repousava em tradições herdadas de vida espiritual que remontavam aos primórdios do cristianismo. Os monges bizantinos se inspiravam nos primeiros centros monásticos do Egito, Palestina e Síria, que produziram textos escritos sobre a vida monástica, guias para o desenvolvimento espiritual, registros de feitos ascéticos, orações e hinos. Cada nova geração acrescentava novos comentários a esse material, além de desenvolver novos textos sobre disciplina monástica e novas formas de organizar os mosteiros. Os diferentes tipos de estrutura monástica eram representados por eremitas isolados, que viviam em uma espécie de comunidade dispersa (ou *lavra*), e por aqueles grupos que optaram pela vida comunitária (*koinos bios* , de onde deriva o termo "cenobium", sinônimo de mosteiro). Esta última opção se tornaria predominante no Monte Atos durante a Idade Média.

As comunidades do Monte Atos inspiraram-se nas primeiras tradições cristãs do Oriente Próximo, mas gradualmente evoluíram para um tipo distinto de montanha sagrada com sua própria constituição. Desde os seus primórdios, possivelmente até mesmo durante a Controvérsia Iconoclasta, o local abrigou comunidades autossuficientes que viviam de acordo com as regras estabelecidas por seus fundadores. Imperadores bizantinos também patrocinaram o Monte Atos, e alguns se tornaram monges ali. Mesmo após a queda de Bizâncio em 1453, o local continuou a nutrir a vida monástica sob o domínio otomano, com o apoio de vários estados ortodoxos, incluindo o Império Russo. Em 1924, a Constituição do

Monte Atos reconheceu a autonomia da Montanha Sagrada dentro do moderno Estado da Grécia.

Embora os primeiros registros da vida monástica cristã contivessem inúmeras normas — desde a governança atribuída a Pacômio até as respostas dadas por São Basílio às perguntas que lhe foram feitas (na chamada "Regra Longa" e "Regra Curta"), incluindo as instruções da *Vida de Santo Antônio* — não havia um único documento que regulamentasse os mosteiros no Mediterrâneo oriental. Ao contrário da Regra de São Bento, que no Ocidente inspirou uma ordem monástica definida, cada mosteiro oriental estabelecia suas próprias normas, enquanto eremitas isolados continuavam a praticar a vida eremítica à sua maneira. As marcantes tradições dos estilitas dos séculos v e vi inspiraram outros seguidores até o século xi no Monte Galésia, na Ásia Menor, bem como na Grécia central (embora não no Monte Atos). Grupos dispersos de eremitas podiam se reunir aos domingos para participar da liturgia e depois retornar às suas celas isoladas, ampliando assim o modelo da laura síria e palestina. Embora as conquistas islâmicas do século viii tenham forçado muitos monges a fugir de seus lares originais, eles encontraram ambientes mais receptivos em Bizâncio, Itália (especialmente Roma) e Ásia Menor (as montanhas da Capadócia e da Bitínia). Ao estudarem os mesmos textos, que ensinavam a autodisciplina corporal por meio de exercícios espirituais, eles atraíram novos seguidores com seu exemplo.

Para os monges e freiras que apoiavam os ícones, a perseguição iconoclasta não era apenas mais uma perturbação, mas sim um incentivo à veneração privada dos ícones, que deveriam permanecer ocultos. Para aqueles que aceitaram a reforma espiritual do culto, o apoio à iconoclastia trouxe diversas recompensas, incluindo o uso de edifícios dos quais os iconófilos haviam sido expulsos anteriormente. O período de perseguição ativa gerou, portanto, uma mobilidade considerável, que reforçou a antiga tradição da vida itinerante, quando monges que haviam abraçado uma vida de pobreza absoluta viajavam de um centro para outro, vivendo da caridade cristã. Essa seria outra característica do monasticismo cristão, permitindo que os monges fizessem peregrinações a mosteiros especialmente sagrados e visitassem seus líderes espirituais. Em Bizâncio, o princípio ocidental de permanecer em um só lugar seria aplicado com mais frequência às freiras do que aos monges.

Embora se atribua aos monges do Monte Atos um papel significativo no Triunfo da Ortodoxia em 843, não há consenso sobre essa interpretação. Membros da comunidade de Studios, assim como outros grupos, desempenharam um papel mais proeminente na revogação da iconoclastia por Teodora. A vida monástica em Atos desenvolveu-se lentamente, progredindo de eremitas isolados dispersos por certas áreas para comunidades estabelecidas que viviam em moradias construídas para esse fim. O princípio cenobítico da vida comunitária emergiu gradualmente, fomentado por fundadores como Eutímio, o Jovem, que visitou Atos pela primeira vez por volta de 859. Onze anos depois, o mesmo santo transformou uma igreja em ruínas em Peristeri, perto de Tessalônica, em um mosteiro dedicado a Santo André. Em 883, outra comunidade havia sido estabelecida em Kolobou, perto da sede episcopal de Hierissos, mas não na própria península. Embora a história inicial do monasticismo no Monte Atos seja repleta de figuras lendárias, não há dúvida de que o monge Eustáquio, mencionado em um documento datado de 894, realmente existiu. Ele

atuou como pai espiritual de uma viúva, Gregória, que decidiu vender suas propriedades à comunidade monástica de Eustáquio. Com a aprovação dos filhos, Gregória reteve apenas as terras que ela havia prometido ao seu escravo, que seria libertado após a sua morte. Como condição do acordo, os monges deveriam rezar por sua alma. O registro dessa venda revela, portanto, uma das formas mais comuns pelas quais os mosteiros no Monte Atos começaram a florescer.

Para fundar um mosteiro, os eremitas precisavam começar construindo uma igreja onde pudessem celebrar a liturgia. O fundador geralmente desempenhava um papel significativo nesse processo. Posteriormente, eram adicionadas celas para os monges, juntamente com um refeitório onde pudessem fazer as refeições juntos, e anexos para a cozinha, lavanderia, medicamentos (em grande parte preparados com ervas de sua própria horta) e despensas. O fundador governava seu novo mosteiro por meio de uma regra (*typikon*), frequentemente baseada em documentos existentes, como a escrita por São Teodoro para o Mosteiro de São Estúdio em Constantinopla no final do século VIII, que mais tarde foi amplamente copiada. Ele também podia encontrar inspiração em textos cristãos antigos, especialmente as Regras Longa e Curta de São Basílio, compilações de direito canônico e conselhos de homens santos. Essas regras representam uma sistematização da teologia cristã do monasticismo. Cada regra especifica as rotinas a serem seguidas: os horários em que os monges devem celebrar a liturgia, quando devem trabalhar nos campos e quando podem pegar livros emprestados da biblioteca, bem como o que devem comer e como devem se vestir. Como as várias regras compartilham muitas semelhanças, as rotinas monásticas são bastante comuns. Referências a uma enfermaria para o cuidado de monges doentes e idosos, uma espécie de prisão para aqueles culpados de pecados graves com uma dieta de pão e água, e celas externas para monges que desejavam praticar suas devoções em solidão, refletem as preferências individuais de cada fundador. Também podia haver um ossuário para guardar as relíquias de antigos monges, que eram transferidas dos cemitérios com a devida reverência. Este era o caso do Mosteiro de Santa Catarina no Monte Sinai, onde os visitantes ainda podem ver os crânios e ossos de centenas de antigos membros da comunidade (Figura 2). Independentemente das variações entre os mosteiros, todos os monges faziam os mesmos votos fundamentais de castidade perpétua, pobreza e obediência ao seu abade. A cerimônia formal de admissão incluía um corte de cabelo simbólico, embora posteriormente os monges ortodoxos passassem a deixar o cabelo crescer e a não cortá-lo. Apesar de serem sempre identificáveis por suas vestes pretas, não há a tonsura circular como no Ocidente.

Como a península de Athos é montanhosa e imprópria para o cultivo de cereais, os monges que ali viviam necessitavam de doações de terras e propriedades próximas que pudessem lhes fornecer alimento. Daí a estreita relação com a população leiga local, que recebia orientação e assistência espiritual, enquanto, em contrapartida, os leigos contribuíam para a manutenção dos mosteiros por meio de doações. O recrutamento de novos membros para as comunidades desenvolveu-se a partir dessa integração local, o que, por sua vez, difundiu a fama dos novos mosteiros, atraindo homens de lugares mais distantes. À medida que os recursos dos mosteiros aumentavam, criavam um canal pelo qual famílias abastadas podiam investir na vida espiritual: um filho podia dedicar-se à vida

monástica; outro, ao serviço militar; e o mais novo podia ser ordenado eunuco e enviado, juntamente com uma filha, à corte imperial.

Da mesma forma, grandes benfeitores leigos desejavam ser lembrados por meio de orações pela salvação de suas almas. Desde os primórdios da história do Monte Atos, e pela mesma razão, os imperadores buscaram estabelecer uma estreita relação com os monges. Em 883, Basílio I emitiu um decreto imperial protegendo-os dos pastores locais que tentavam levar seus rebanhos para pastar na península. Entre 941 e 942, Romano I Lecapeno concedeu aos monges atonitas uma pensão anual e fixou a fronteira em Hierissos. Cerca de quatorze anos depois, surgiu o primeiro mosteiro com nome próprio, Xiropotamou (literalmente, "rio seco"), cuja fundação é atribuída a um certo Paulo, o Xiropotamita, a quem um leigo chamado João fez uma doação em 956. Assim que se tornou imperador em 963, Nicéforo Focas fez grandes doações ao mosteiro de Laura. Um subsídio anual de 244 moedas de ouro e um suprimento de trigo garantiram seu rápido crescimento.

A história deste mosteiro, que mais tarde ficaria conhecido como a Grande Lavra, está registrada em duas versões diferentes da *Vida* de Santo Atanásio. Ele nasceu em Trebizonda, às margens do Mar Negro, por volta de 925, e antes de abraçar a vida monástica, foi professor em Constantinopla. Como todos os noviços, buscou o conselho de um asceta experiente, Miguel Maleinos, que liderava um grupo de eremitas no Monte Ciminias, na Bitínia. Um de seus companheiros nessa formação espiritual foi Nicéforo Focas, que mais tarde se tornaria imperador. Da Bitínia, Atanásio foi para o Monte Atos com a intenção de se retirar do mundo. A menção desse tipo de jornada de longa distância, como a de Trebizonda ao Monte Atos, não é incomum nas histórias de monges medievais, que frequentemente faziam peregrinações a Jerusalém, Roma e Sinai. Apesar dos esforços de Atanásio para permanecer discreto, sua fama atraiu vários seguidores e, entre 963 e 964, o apoio imperial possibilitou a fundação do mosteiro. Como abade, Atanásio escreveu sua regra e diversos outros documentos destinados a orientar os monges sob seus cuidados. Durante os trinta anos seguintes, o número de monges cresceu tão rapidamente que a construção de novos edifícios se tornou necessária. Assim, surgiu um grande mosteiro murado. Atanásio morreu por volta do ano 1001, após cair de uma escada que havia subido para inspecionar a construção de uma nova igreja.

Mas a expansão monástica não se limitou ao Monte Atos; em todos os cantos do império, incluindo as cidades, havia cristãos devotos e benfeitores leigos que apoiavam novas fundações. Na Capadócia, diversas descobertas inesperadas nos vales calcários de Göreme e Peristremion revelaram estruturas escavadas na rocha, tanto civis quanto eclesiásticas, algumas decoradas com afrescos de alta qualidade (Figura 13). No entanto, nenhum texto sobreviveu documentando quem foram os construtores — que podem muito bem ter sido monges — dessas igrejas escavadas na rocha dos séculos X e XI. Em contraste, em Estíria, na Grécia central, a *Vida* de São Lucas, escrita por seus discípulos, descreve como ele transformou seu jardim em “um belo paraíso”, mas escondeu sua cela “atrás de um arbusto, para que fosse difícil para a maioria das pessoas vê-la”. Seu propósito era sempre extirpar pela raiz qualquer impulso de vaidade [...] e assemelhar-se mais a um morto do que a um vivo” (prancha 31). De forma semelhante, o monge João Xenos escreveu um relato de seus próprios esforços para construir igrejas, plantar árvores e cultivos, instalar colmeias e

formar e estabelecer comunidades monásticas em inúmeras localidades montanhosas de Creta, algumas das quais foram identificadas. Por mais de trinta anos, ele se deslocou de um local para outro, buscando o apoio da população local para auxiliar na escavação e construção dos edifícios, e em 1082 viajou para a capital para obter a proteção patriarcal para eles.

Para alguns bizantinos, o monasticismo urbano representava uma contradição inerente, já que atraía aqueles que se dedicavam a uma vida de oração, contemplação e silêncio para a agitada atividade da cidade. Mas, como vimos, no século V, os monges já tinham permissão para se estabelecer em Constantinopla, e numerosas comunidades floresceram sob a proteção das altas muralhas. Algumas delas, como os mosteiros de Studios, Chora, Evergetis e Dalmatou, tornar-se-iam famosas e continuariam ininterruptas por séculos. Dalmatou, o primeiro a ser fundado, nos arredores de Constantinopla, em 382, permaneceu ativo até o século XII, quando foi convertido em convento. Muitos outros, como Myrokeraton, Xylinites e Koukoubiou, são conhecidos apenas por uma única menção e ainda não foram identificados. Essa também é uma característica comum dos conventos femininos, que geralmente são muito menos documentados do que os masculinos.

Desde tempos remotos, as mulheres bizantinas também compartilhavam a decisão de consagrar suas vidas a Cristo, e alguns Padres do Deserto estabeleceram casas para elas. Comunidades femininas também foram fundadas em áreas urbanas, sob a proteção de um bispo. Em Constantinopla, o Patriarca João Crisóstomo (390-404) apoiou o convento de freiras fundado por Olímpia, uma rica herdeira, que também fez generosas doações de sua herança para a Igreja. Em sua correspondência com ela, João elogiou sua dedicação e apreciou seu apoio material ao monasticismo. Sua fundação permaneceu ativa por dois séculos, provavelmente mais, visto que, no início do século VII, a abadessa Sérgio escreveu um relato da recuperação milagrosa de suas relíquias sagradas. Mas este é um caso excepcional. Pelas *Vidas* de diversas santas, fica claro que seu compromisso com a vida monástica era igual ao dos homens. Contudo, era muito provável que os conventos de freiras — tanto nas cidades quanto no campo — não sobrevivessem por mais de algumas gerações após sua fundação. Durante a perseguição iconoclasta, quando a veneração de ícones foi privatizada, as mulheres mantiveram sua devoção em suas próprias casas, em vez de em conventos. Isso provavelmente fomentou um modelo posterior de “santidade doméstica”, que permitiu que mulheres leigas casadas, como Santa Maria a Jovem no século X, se tornassem santas.

Embora os mosteiros se espalhassem por todo o território bizantino, o Monte Atos desenvolveu seu próprio sistema de governo. Inicialmente, todos os monges ou eremitas registrados no Monte Atos elegiam um *protos* (literalmente, “o primeiro”) para representá-los em suas relações com o mundo exterior. Mais tarde, um conselho de mosteiros emergiu como órgão governante, embora Laura, Vatopedi e Iviron — uma comunidade de monges georgianos — permanecessem independentes, e seus abades tivessem precedência sobre o *protos*. Karyes tornou-se o centro administrativo do Monte Atos, e assembleias bianuais de todos os monges eram realizadas ali. Enquanto imperadores e patriarcas tentavam influenciar e regular as relações entre os vários grupos dentro da federação monástica do Monte Atos, os principais abades negociavam diversos privilégios para suas comunidades.

Assim, conseguiram aumentar as isenções de todos os impostos imperiais, bem como o número de navios nos quais transportavam seus produtos para os mercados.

Em 1045, Constantino IX Monômaco promulgou um novo estatuto para o Monte Atos, que identificou e abordou diversos problemas. Alguns monges queixavam-se da admissão de eunucos e meninos, do tamanho dos navios monásticos e seu uso para fins comerciais, do emprego de gado, do corte de lenha e da exportação de madeira para construção; tudo isso precisava ser corrigido. Era evidente que o imperador havia tomado conhecimento das intrigas entre as facções, bem como de vários atos não canônicos, como a ordenação de meninos como diáconos e sacerdotes que não tinham a idade exigida. Ele, portanto, exortou "todos os anciãos mais devotos" a comparecerem à assembleia geral e a "participarem da decisão com temor a Deus e com a verdade, livres de todo favoritismo e suborno, de sentimentos partidários, preconceitos e qualquer outra paixão: de inveja, antagonismo e vingança".^[50].

Alguns desses problemas decorriam do rápido aumento do número de monges, o que resultou na falta de alimentos suficientes. O Monte Atos atraiu pessoas de todos os cantos do mundo cristão, primeiro como visitantes ou peregrinos e, mais tarde, como irmãos já comprometidos com a vida monástica. Enquanto Ivíron se declarava uma comunidade georgiana, monges beneditinos de Amalfi, no sul da Itália, fundaram três casas no Monte Atos, e numerosos armênios, eslavos e búlgaros também se estabeleceram na montanha. No século XII, monges da Rússia, Bulgária e Sérvia desempenhariam um papel muito mais significativo no Monte Atos, por meio de suas casas em Pandeileimonos, Zografou e Chelandariou, respectivamente, onde o governante sérvio Estêvão Nemanja e seu filho, que ficaria conhecido como São Sava, se retiraram. O Monte Atos acolheu cristãos ortodoxos de todo o mundo e manteve contato com o Monte Sinai e outras casas distantes. Alguns monges que visitaram o Monte Atos e receberam treinamento espiritual ali fundaram seus próprios mosteiros em outros lugares, enquanto outros ascenderam a bispados e até mesmo ao patriarcado.

Embora a expansão do monasticismo no Monte Atos fosse apoiada pelo patrocínio imperial, os abades procuravam manter suas vastas propriedades isentas de impostos imperiais. Contudo, os imperadores nem sempre estavam dispostos a conceder garantias de isenção, nem a aprovar a fundação de novos mosteiros em detrimento dos mais antigos, que muitas vezes eram abandonados e abandonados. Assim, em uma série de leis promulgadas no século X (ver Capítulo 14), os imperadores tentaram concentrar a devoção religiosa nos mosteiros já existentes. Embora tivesse apoiado Atanásio em seu mosteiro de Laura, em 964 Nicéforo Focas também veio reforçar essas leis, ainda que sem sucesso. Benfeitores leigos frequentemente tentavam criar suas próprias comunidades, que levavam seus nomes e comemoravam suas mortes, e o prestígio do Monte Atos continuou a incentivar doações.

No final do período bizantino, os monges do Monte Atos envolveram-se num intenso debate teológico em torno do que ficou conhecido como "Hesicasmo" (do grego *hesychia*, literalmente "silêncio" ou "quietude"), que destacava a importância da Montanha Sagrada na vida religiosa do império. No início do século XIII, Gregório do Sinai, que havia se formado no Monte Sinai, introduziu as práticas hesicastas em Atos. Essas práticas baseavam-se na repetição da simples oração "Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, tende piedade de mim",

combinada com exercícios respiratórios destinados a aprimorar a concentração e elevar a consciência espiritual do monge a um nível superior. A teoria hesicasta naturalmente atraiu os eremitas atonitas, que já viviam em isolamento e seguiam sua própria rotina de oração (conhecida como "idiorritmo"). Mais tarde, ganharia muito mais destaque e força graças a Gregório Palamas (1296-1359), abade de Sphigmenou, uma das comunidades mais antigas do Monte Atos. Em seus escritos, Palamas desenvolveu os princípios hesicastas, inspirados pelo momento em que os discípulos de Cristo testemunharam a luz incriada do Cristo transfigurado no Monte Tabor (Mateus 17:1-6). Para ele, monges com uma consciência superior poderiam experimentar a energia divina e a luz incriada, tornando-se semelhantes a Deus.

Aqueles que agradaram a Deus e alcançaram aquilo para o qual foram criados, ou seja, a divinização (teose), estão, portanto, em Deus, visto que foram divinizados por Ele, e Ele está neles, visto que é Ele quem os diviniza. Consequentemente, eles também participam da energia divina .^[51]

Essa afirmação foi veementemente contestada por Barlaão da Calábria, um monge ortodoxo do sul da Itália, e por muitos outros, que ridicularizaram os hesicastas, acusando-os de serem egocêntricos. Em 1339, Barlaão, abade de Akataleptos, um mosteiro em Constantinopla, foi enviado por Andrônico III em diversas missões diplomáticas ao Ocidente a respeito de uma proposta de reunificação das Igrejas do Oriente e do Ocidente. Devido à sua educação bilíngue, ele estava familiarizado com a teologia de São Tomás de Aquino (que ainda não havia sido traduzida para o grego), o que reforçou suas dúvidas sobre o misticismo espiritual incorporado pelo hesicasmo. Em diversos escritos dirigidos contra Gregório Palamas, ele expressou uma forte crítica às práticas hesicastas, o que levou à sua condenação por um concílio eclesiástico local em 1341. Um ano depois, ele se converteu ao catolicismo romano e foi nomeado bispo de Gerace, no sul da Itália. Embora seus adversários tenham destruído a maior parte de seus escritos, parece que ele se inspirou no aristotelismo lógico de Tomás de Aquino, que contrastava com a teologia platônica e neoplatônica dos hesicastas. Nesse sentido, Bizâncio desenvolveu uma espiritualidade mística singular, sem paralelo no Ocidente e, de fato, muito mais próxima de muitas religiões orientais. Assim, distinguiu a tradição ortodoxa da teologia intelectual do Ocidente, onde os monges contribuíam diretamente para a argumentação filosófica e o raciocínio lógico.

Durante a guerra civil de 1341-1347 (ver Capítulo 26), o Imperador João VI Cantacuzeno nomeou Palamas Arcebispo de Tessalônica e apoiou sua elaboração da teologia hesicasta. Os monges do Monte Atos envolveram-se, assim, na disputa entre Palamas e Barlaam, participando dos concílios de 1341, 1347 e 1351, que apoiaram o primeiro e condenaram o segundo (Prancha 39). Os elementos místicos das primeiras orações cristãs, inicialmente elaborados por Gregório do Sinai e posteriormente desenvolvidos por Gregório Palamas, intensificaram-se, tornando-se uma característica definidora da ortodoxia. Dessa forma, Bizâncio adotou uma prática espiritual que devia muito ao neoplatonismo e rejeitou a aplicação aristotélica da lógica à teologia, prática atribuída a Tomás de Aquino e desenvolvida no Ocidente. A oposição surgiu no Concílio de Ferrara-Florença (1438-1439), quando os estudiosos ocidentais derrotaram os teólogos orientais com argumentos

baseados em técnicas aristotélicas. Mas, nessa mesma reunião, a exposição de textos platônicos antigos pelo erudito bizantino Jorge Gemisto Pletão cativou os filósofos ocidentais, que não estavam familiarizados com eles.

Embora os cruzados ocidentais tivessem respeitado a autonomia do Monte Atos, sua prosperidade passou a ser alvo de hostilidade por parte dos mercenários almogávares no início do século XIV e, posteriormente, dos turcos, que reduziram seus domínios fora da península e forçaram alguns monges a fugir. Alguns deles se estabeleceram em Meteora (que significa literalmente "no ar"), na Grécia central, de onde podiam repelir qualquer ataque militar do alto dos picos rochosos. Contudo, novas comunidades continuaram a ser fundadas no Atos durante os séculos XIII e XIV, e outras formas menos organizadas de vida monástica também floresceram. O avanço otomano nos Bálcãs trouxe uma mudança, marcada por períodos de ocupação temporária e, finalmente, pelo controle do Monte Atos em 1430. Embora os mosteiros tivessem permissão para continuar como instituições independentes em troca de um tributo anual, suas condições espirituais e materiais declinaram.

O destino do Monte Atos durante o período de domínio turco é uma triste história de venda de manuscritos e crescente dependência de benfeitores russos. Como chefe da comunidade ortodoxa grega (ou *millet*), o Patriarca de Constantinopla obteve maior controle sobre os mosteiros, como foi reconhecido ao final da Primeira Guerra Mundial e confirmado em Lausanne, em 1923. No entanto, eventos mais recentes têm favorecido o Monte Atos. Em particular, a desintegração da União Soviética e o levantamento das restrições à prática religiosa levaram a um influxo de novos membros ortodoxos para os mosteiros. Muitos deles agora vêm de comunidades formadas pela diáspora grega na América do Norte e na Austrália, bem como de comunidades ortodoxas na Ásia e nos Bálcãs. Contra todas as expectativas, a história da Montanha Sagrada está sendo reescrita hoje, com telefones celulares, computadores e lanchas. Edifícios estão sendo restaurados, novos ícones estão sendo pintados e afrescos e manuscritos medievais estão sendo preservados. Assim, no século XXI, esta venerável instituição bizantina encontra uma nova base sobre a qual construir.

dentes .^[52].

P EDRO D AMIÁN , *Institutio monalis*, c. século 11

A partir do momento (em 1004-1005) em que a aristocrata bizantina Maria Argyropoulaina usou seu pequeno garfo de ouro em Veneza, os hábitos alimentares ocidentais nunca mais seriam os mesmos. Embora inicialmente condenados como pretensiosos, os garfos tornaram-se itens de luxo, frequentemente confeccionados em metais preciosos com cabos de ébano ou marfim, colecionados por monarcas e posteriormente legados a igrejas. Os romanos já utilizavam garfos em seu antigo costume de comer reclinados em divãs, mas, na Alta Idade Média, tanto os divãs quanto os garfos caíram em desuso. Em vez disso, instrumentos primitivos, com uma única ponta afiada, semelhantes a facas, passaram a ser usados para perfurar a carne, enquanto as pessoas comiam com as mãos. Nosso familiar garfo, ao qual o sociólogo Norbert Elias atribuiria um papel "civilizador", retornou à Europa graças a Bizâncio. O garfo de ouro de Maria é um bom símbolo dos muitos aspectos da influência cultural bizantina no Ocidente.

Essa influência seria particularmente evidente em um assentamento no norte do Adriático, fundado por refugiados da Itália continental durante as invasões lombardas do século VI, que se tornaria a cidade de Veneza (ver Capítulo 6). Tendo fugido, juntamente com suas riquezas, para os bancos de areia que formavam as ilhas da lagoa, seus habitantes tornaram-se marinheiros e armadores habilidosos, explorando as reservas locais de peixe e sal. Governados pelo Exarca de Ravena, mantiveram laços estreitos com Constantinopla. No início do século VII, o Imperador Heráclio forneceu fundos para a construção da Igreja da Virgem de Torcello (ou Santa Maria Assunta, posteriormente renovada com seus famosos mosaicos e representação do Juízo Final); em troca, os habitantes locais fundaram uma nova cidade chamada Heracleana (Civitas Nova Heracleana) em homenagem ao imperador. A combinação da riqueza local, do apoio militar de Ravena, de um arcebispado estabelecido em Malamocco e do investimento cultural de Bizâncio criou o núcleo de Veneza, nome que englobava diversas comunidades espalhadas por várias ilhas.

As invasões lombardas do norte da Itália também exerceram considerável pressão sobre o Exarcado Bizantino de Ravena, que raramente dispunha de fundos ou tropas suficientes para defender o território reconquistado durante as guerras de Justiniano. Em 751, o rei Desidério finalmente concretizou as ambições lombardas ao capturar Ravena, e Bizâncio voltou então sua atenção para o recém-fundado assentamento de Veneza. Contudo, os habitantes de Veneza equilibraram meticulosamente sua aliança com Bizâncio com a necessidade de aliados no Ocidente. Assim, a partir do século VIII, cultivaram relações estreitas com os francos para preservar sua independência de outras potências hostis, particularmente os lombardos e, mais tarde, os húngaros. O antigo título romano de Duque de Veneza gradualmente perdeu suas ligações bizantinas; o *doge* tornou-se o *doge*, e sob sua autoridade, um sistema autônomo de governo municipal emergiu gradualmente. Os contatos com o Oriente foram fortalecidos pelo controle bizantino de certos portos da Dalmácia, na

costa leste do Adriático, enquanto os navios venezianos prestavam serviço regular aos embaixadores que viajavam entre o Oriente e o Ocidente. Sabe-se que os mercadores venezianos negociavam madeira para construção naval, trigo, sal e escravos, enquanto evidências arqueológicas também sugerem a circulação de vidro bizantino, além de objetos de cerâmica como ânforas para o transporte de vinho, grãos e azeite. No final do século IX, o Doge Orso II presenteou o imperador com um conjunto de doze sinos, que por sua vez retribuiu o gesto presenteando-o com sedas.

Um lucrativo comércio de escravos também ligava Veneza ao mundo muçulmano, apesar de os papas romanos condenarem regularmente o comércio de não-cristãos e os imperadores bizantinos o proibirem sempre que entravam em guerra com o Islã. Os venezianos continuaram a vender escravos (tanto cativos cristãos quanto prisioneiros de guerra não-cristãos) nos mesmos centros do Mediterrâneo oriental onde compravam especiarias, joias e incenso. Em 829, aproveitaram-se da ansiedade dos cristãos de Alexandria em relação à possível perseguição muçulmana para contrabandear as relíquias de São Marcos para fora do Egito. São Marcos tornou-se então seu santo padroeiro, e seu leão ainda hoje adorna a bandeira da cidade. Quando uma igreja grandiosa foi construída para abrigar os preciosos ossos, adotou-se o estilo arquitetônico bizantino. Em 976, essa igreja de São Marcos foi destruída por um incêndio, sendo posteriormente reparada e substituída pela grande basílica que hoje domina a Praça de São Marcos (prancha 29). Inspirada na Igreja dos Santos Apóstolos na capital bizantina, a construção da Basílica de São Marcos foi iniciada por arquitetos de Constantinopla durante o reinado do Doge Domenico Contarini, em meados do século XI. O resultado foi um edifício caracterizado por cúpulas e mosaicos em estilo bizantino, que também incorporava elementos da arquitetura ocidental. Portas de bronze fabricadas em Constantinopla foram instaladas na entrada oeste, e atrás do altar-mor foi erguido o Pala d'Oro, um magnífico frontão bizantino de ouro e esmalte, encomendado pelo Doge Ordelafo Faliero em 1105. Essas homenagens à cultura imperial foram ainda mais enriquecidas a partir de 1204 com materiais saqueados de Bizâncio, como os quatro cavalos de bronze do Hipódromo (prancha 30), os pilares esculpidos da Igreja de San Polieuctus e uma escultura em pórfiro dos tetrarcas, agora incorporada à parede externa. A Basílica de São Marcos simboliza a grande admiração que Veneza nutria pela cultura bizantina.

Os magistrados venezianos também buscavam obter títulos e cargos honorários de Bizâncio. Regularmente enviavam seus filhos para serem educados na capital e os casavam com damas bizantinas. Maria Argyropoulaina personificava perfeitamente esses fortes laços. Seu casamento com Giovanni, filho de Pietro II (Doge de 991 a 1008), foi um símbolo da gratidão bizantina a Veneza pela recente assistência naval, que havia frustrado um cerco árabe a Bari, no sul da Itália. Uniu também a família senatorial de Argyros e Argyropoulos ("filho de Argyros") à dos Orseolo, uma proeminente família veneziana; um parente próximo de Maria, Romano Argyros ("Argiro" na forma castelhana), se tornaria imperador de 1028 a 1034 como Romano III. O casamento foi celebrado em Constantinopla no verão de 1004 com grande pompa. O patriarca abençoou o casal, e os imperadores Basílio II e Constantino VIII colocaram coroas de ouro em suas mãos. Quando Maria e Giovanni retornaram a Veneza, toda a cidade saiu às ruas para recebê-los com uma recepção suntuosa, e o nascimento de seu primeiro filho, batizado de Basílio em homenagem ao imperador bizantino, foi celebrado

com grande alegria. Dois anos depois, porém, os três morreriam durante uma epidemia. Apesar dessa tragédia, a união deles serviu para fortalecer uma importante relação entre a república e o império.

Constantinopla cultivou essas relações particularmente por razões não apenas culturais, mas também estratégicas: a frota veneziana fora projetada para servir a propósitos militares e comerciais, e provaria ser uma aliada essencial nos esforços de Bizâncio para proteger seus territórios no sul da Itália. Tais relações foram consagradas em um documento de março de 992, promulgado por Basílio II (976-1025), que concedeu a Veneza um status comercial privilegiado sob o controle direto do ministro das Relações Exteriores. Garantido por um selo de ouro (*chryso-boullos*), e portanto conhecido como "chrysobull", o documento listava as prerrogativas de que gozavam os mercadores venezianos em troca de assistência militar e naval. A mais importante delas era a redução das taxas de entrada e saída pagas no porto de Constantinopla, uma redução restrita exclusivamente aos mercadores venezianos e que não podia ser estendida a mercadores ou produtos de outras cidades. Mercadores de Amalfi, Lombardia ou judeus, bem como bizantinos da capital, foram expressamente excluídos. Citando costumes antigos, o documento imperial recordava que os venezianos sempre agiram como servos leais do imperador, especialmente quando solicitados a auxiliar as forças imperiais em águas italianas, e esperava que essa situação continuasse.

Embora tenha sido o Doge Pietro Orseolo quem iniciou as negociações que levaram ao novo Crisobulo, seu estilo formal sugere que não foi negociado como um acordo bilateral. Enquanto a província de Veneza era tratada como uma potência estrangeira independente, e não como uma parte subordinada do império, Bizâncio ditava os termos, que o Doge aceitava. Basílio II combinou a insistência em auxílio naval com privilégios comerciais, e quando Aleixo I Comneno (1081-1118) precisou de mais do primeiro, expandiu simultaneamente o segundo. No século XII, Veneza criou um distrito inteiro às margens do Corno de Ouro em Constantinopla e também construiu armazéns em numerosos portos do Egeu. Os mercadores bizantinos locais continuaram a ter que pagar o imposto *kommerkion de 10%*, o que gerou um sentimento antiveneziano considerável e contribuiu para uma deterioração desastrosa das relações. A longo prazo, como veremos, Veneza se voltaria contra Bizâncio e, a partir de 1204, consolidaria suas bases dispersas em um império colonial criado sobre as ruínas do território imperial bizantino.

Enquanto Veneza desenvolvia seus laços especiais com Constantinopla, as regiões do sul da Itália e da Sicília permaneceram sob controle imperial direto e, no início da Idade Média, tornaram-se súditos bizantinos. A Sicília era estrategicamente importante como ponto de parada na rota marítima entre a Roma Antiga e a Nova Roma, enquanto a passagem de Dirráquio (atual Durrës, Albânia) a Bari ligava as duas metades da rota terrestre (a Via Egnatia). O imperador Leão III (717-741) transferiu a diocese da Ilíria Oriental, que incluía essas áreas, para o controle do patriarca, reforçando assim sua identidade grega. O império também manteve aliados entre a população marítima das cidades costeiras, incluindo Nápoles, Amalfi, Salerno e Ravena. Embora o norte da Itália tenha ficado sob controle lombardo no século VIII e os árabes tenham gradualmente conquistado a Sicília no século IX, as duas regiões do sul, Calábria e Apúlia, permaneceram parte do império até meados do século XI. Então, Bizâncio os perdeu para um grupo de aventureiros da Normandia que faziam parte

de um êxodo de jovens cavaleiros, originalmente de ascendência viking, em busca de fama e fortuna no exterior.

Enquanto as cidades comerciais italianas se aproximavam de Bizâncio devido à sua própria atividade comercial, outras potências ocidentais mantinham uma relação diferente com o império, baseada em alianças matrimoniais. A partir do século VIII, numerosos acordos diplomáticos foram negociados com a promessa de uma esposa imperial bizantina, a quem, como vimos, as fontes ocidentais se referiam como "porfirogênito", ou seja, nascida na Câmara Púrpura do casal imperial reinante. Em 767, Constantino V presenteou o rei franco Pepino com um órgão, juntamente com uma proposta de aliança matrimonial, e, mais tarde, um eunuco da corte da imperatriz Irene permaneceu no Ocidente para instruir Rotrudes, filha de Carlos Magno, nos costumes gregos, embora nenhuma dessas uniões propostas tenha se concretizado. Somente em 901 Leão VI conseguiu arranjar um casamento entre sua filha ilegítima Ana e Luís III da Provença (887-928). Constantino VII Porfirogênito não apenas justificou o ato, como também escolheu uma esposa ocidental para seu próprio filho (ver capítulo 17).

As esposas imperiais bizantinas eram tão prestigiosas quanto atraentes, e os governantes ocidentais medievais continuavam a tentar conquistá-las, por vezes conseguindo. Teófano, sobrinha do imperador João I Tzimiscas, foi uma das mais notáveis. Em 972, João a enviou para se casar com Oto, filho do soberano alemão Oto I (936-973). Embora Nicéforo II Focas tivesse rejeitado anteriormente o pedido de Liutprando para tal casamento, João precisava agora pacificar o sul da Itália para poder concentrar-se na fronteira oriental e retomar as negociações com o imperador do Ocidente. Teófano era uma princesa imperial nascida na família real, mas fora bem preparada pela corte bizantina para o seu papel diplomático no Ocidente, e trouxe consigo um dote impressionante. Sedas, joias, ícones e manuscritos acompanhavam sua comitiva. O contrato de casamento foi escrito com tinta dourada em um longo pergaminho pintado para se assemelhar à seda bizantina, e a cerimônia, realizada em Roma, foi comemorada com uma placa de marfim representando Jesus Cristo coroando o casal em estilo imperial (prancha 14). O casamento confirmaria um princípio fundamental da política externa bizantina: o uso dos relacionamentos do imperador com mulheres para fortalecer as negociações diplomáticas. Esse princípio se mostraria essencial tanto no século X, quando Teófano se casou com Oto II, e Ana, irmã de Basílio II, se casou com Vladimir em Kiev, quanto no século XIV, quando Teodora Cantacuzena, filha de João VI, se casou com o governante otomano Orhan.

Com a aliança matrimonial entre Oto II e Teófano em 972, a influência bizantina estendeu-se da Itália ao norte da Europa. O sogro de Teófano presenteou-a com propriedades perto de Nijmegen e Colônia, onde ela viveu e deu à luz quatro filhos: três filhas e um filho (o futuro Oto III). Como esposa do Imperador do Ocidente, participou de numerosas doações a mosteiros no norte e, após a morte do marido em 983, continuou a construir igrejas em Roma, Frankfurt, Magdeburgo e Aachen, algumas delas dedicadas a santos orientais como Nicolau, Dionísio, Aleixo e Demétrio. Fortaleceu o culto à Virgem Maria e a São Pantaleão em Colônia e colocou suas filhas nos importantes conventos de Quedlinburg e Maastricht, onde ainda se conservam sedas bizantinas. Durante a menoridade do filho, promulgou diversas leis em seu nome, usando, em uma ocasião, o termo "*imperator*"

em vez da forma feminina usual, "*imperatrix*". Ele garantiu que seu filho recebesse uma boa educação em grego e o incentivou a promover o estudo da cultura clássica. Também aprendeu matemática com Gerberto de Aurillac, um erudito que estava a par de todas as inovações científicas árabes graças às traduções latinas feitas na Catalunha, e a quem Oto mais tarde promoveria ao papado em 999 como Silvestre II. Muito antes de seu filho ter idade suficiente para casar, Teófano enviou uma embaixada a Bizâncio para encontrar uma esposa para ele, e as negociações eventualmente levaram a um noivado com Zoe, sobrinha de Basílio II. No entanto, o casamento proposto nunca aconteceu, pois o imperador romano do Ocidente morreu em 1002, aos vinte e dois anos.

Essa expansão da influência bizantina ao norte dos Alpes foi algo totalmente novo. Na Itália, a existência de igrejas e mosteiros ortodoxos que seguiam a Regra de São Basílio indicava que Bizâncio era bem conhecida. Mercadores das cidades de Nápoles, Amalfi e Salerno, bem como de Pisa e Gênova, mais ao norte, e Bari, na costa leste, negociavam regularmente com Constantinopla, e monges da região de Amalfi chegaram a se estabelecer no Monte Atos. O conhecimento da língua grega era difundido no sul da Itália e na Sicília, onde um dialeto grego ainda era falado nos tempos modernos. No século XI, com o declínio da influência política de Bizâncio, o império criou uma nova moda de portas de igrejas em bronze fundido, que rapidamente se espalhou por toda a Itália; portas bizantinas foram importadas para Amalfi, Monte Gargano, Monte Cassino e Veneza. Quando o Abade Desidério (1058–1087) reconstruiu a igreja principal do mosteiro de Monte Cassino, fundado pelo próprio São Bento, encomendou mosaicos de Constantinopla para um novo piso e também mobiliário litúrgico, incluindo partes de um biombo de bronze e prata. O *scriptorium monástico* produzia manuscritos iluminados inspirados em modelos bizantinos, enquanto artesãos eram treinados em metalurgia e no trabalho com marfim, pedra, madeira e alabastro, bem como na fabricação de vidro. Sob os imperadores das dinastias Otoniana e Hohenstaufen, que governaram tanto a Itália quanto a Alemanha, os monges beneditinos de Monte Cassino cruzavam regularmente os Alpes e vinham enriquecer o conhecimento de Bizâncio na corte imperial.

Embora os casamentos de Teófano e Maria Argyropoulaina indiquem uma profunda apreciação pela cultura bizantina em algumas partes da Europa, o entusiasmo era bem menos pronunciado em outros lugares. Ambas as mulheres foram alvo de ataques escritos difamatórios por parte de clérigos ocidentais, que condenaram sua má influência e previram que sofreriam os tormentos do inferno por introduzirem costumes luxuosos no Ocidente. Em uma lista de pessoas que tiveram um fim trágico, o reformador clerical Pedro Damião (1007–1072) cita Maria como um exemplo do que se deve evitar. Além de criticar seu garfo — mencionado anteriormente —, ele considerava seu estilo de vida excessivamente delicado e artificial, pois ela se recusava a tomar banho nos banhos públicos de Veneza e fazia com que seus servos coletassem água da chuva para ela. Maria perfumava seu quarto com tomilho e outras ervas aromáticas, "um fedor terrível e vergonhoso", o que provocou os castigos mortais que lhe sobrevieram durante a epidemia de 1006.

No caso de Teófano, uma visão registrada por volta de 1050 por Otloh de Santa Emeranda em Regensburg descreve-a lamentando seus pecados e pedindo perdão. A visão havia sido vivenciada por uma freira, e Otloh a registrou por escrito. Aliás, ela acusou Teófano de

introduzir vestimentas incomuns e ornamentos supérfluos para as mulheres na corte imperial de Constantinopla, o que as incitava ao pecado. Esses costumes depravados haviam corrompido as mulheres ocidentais, levando-as a adotar luxuosas vestes de seda e hábitos imorais. Não era de se surpreender, portanto, que a imperatriz aparecesse às freiras em suas visões noturnas, pedindo-lhes que rezassem por sua alma.

E por que clérigos eruditos como Otloh e Pedro Damiano lançariam ataques tão violentos contra mulheres bizantinas que haviam escolhido maridos ocidentais pelo menos duas gerações antes? Além da óbvia aversão por mulheres cultas que preferiam banhar-se em água limpa, viver em quartos perfumados, usar roupas de seda e não comer com as mãos, a razão reside na crescente consciência das diferentes crenças teológicas e costumes eclesiásticos de Bizâncio. Os teólogos ocidentais estavam, portanto, transferindo sua hostilidade em relação às definições e práticas ortodoxas para as mulheres que haviam introduzido os costumes bizantinos no Ocidente. Ao atacarem os hábitos pessoais de Teófilo e Maria muito tempo depois de suas mortes, os clérigos encontraram uma nova maneira de rejeitar toda a influência bizantina no Ocidente.

do século XI, quando os contatos entre a Roma Antiga e a Nova Roma reforçaram a consciência das diferenças entre as práticas eclesiásticas do Oriente e do Ocidente, especialmente na formulação do credo. Ao mesmo tempo, a conquista de várias áreas do sul da Itália pelos aventureiros normandos, sob a liderança de Roberto Guiscardo, predispuña o imperador Constantino IX (1042-1055) e o Papa Leão IX (1049-1054) a buscarem maneiras de limitar essa conquista. Em 1054, a pedido do imperador, uma embaixada papal, liderada pelo cardeal Humberto de Silva Cândia, partiu de Roma para discutir as relações bilaterais. Mas, em vez de estabelecer uma aliança firme, a relação entre o cardeal e o patriarca Miguel Cerulário deteriorou-se rapidamente, colocando o imperador em uma posição delicada. Em 16 de julho de 1054, trocaram bulas de excomunhão, pondo fim a qualquer esperança de unidade contra os normandos. Esse impasse de condenação mútua seria rapidamente superado, mas não esquecido (ver capítulo 4).

Embora dificilmente possa ser chamado de "Grande Cisma", essa divisão certamente chamou a atenção para diferenças de crença, o uso de pão ázimo, o celibato sacerdotal e a questão fundamental da primazia romana. Se Bizâncio se recusasse a reconhecer a posição suprema do Bispo de Roma, herdeiro de São Pedro, isso refletiria as falhas em sua teologia. Mas a hostilidade ocidental em relação ao Oriente também podia se estender além de questões eclesiásticas, como a processão do Espírito Santo, para questões mais mundanas. Além de expressar extremo antagonismo em relação às sedas bizantinas, aos eunucos e aos garfos, Pedro Damiano acusou Teófilo de conduta imoral com o monge grego da Calábria (e futuro antipapa) João Filagoto, uma tática típica usada para tentar minar um adversário. Começando com a questão das mulheres usando vestes de seda esvoaçantes, foi um pequeno passo condenar também as longas túnicas usadas pelos homens na corte bizantina, consideradas menos masculinas do que as calças ocidentais. O mesmo se aplicava à transição do garfo para outros hábitos alimentares "estranhos", como o uso de alho, cebola e alho-poró refogados em óleo; e dessa comida estranha para o costume ainda mais estranho de confiar as cerimônias da corte a eunucos; e da prevalência de eunucos para a suposição de que todos os homens bizantinos eram efeminados e preferiam não lutar. Todos esses preconceitos

arraigados eram alimentados por estereótipos tão imprecisos quanto antibizantinos. Assim, a coleção de cartas papais do século IX, especialmente as últimas escritas pelo antipapa Anastácio, o Bibliotecário, juntamente com *a Vida* de Carlos Magno de Notker Balbulus, identificava os gregos como os seres mais abomináveis (*nefandissimi*). A maioria desses estereótipos originou-se em Roma e foi propagada pelos francos, um contraste gritante com as relações mais cordiais que Veneza e outras cidades marítimas mantinham com o império. Apesar disso, exerceram uma influência perniciosa e desproporcional sobre os historiadores modernos, influência essa que se reflete na repetição das condenações de Damião, posteriormente reforçadas por São Boaventura (1121-1174). Ainda hoje, alguns estudiosos reproduzem esses antigos estereótipos sem questionar sua natureza tendenciosa, usando-os para insinuar que toda a influência bizantina — a introdução do garfo, do órgão ou do conhecimento grego — foi deplorável. Contudo, o que está na base de qualquer desconforto ocidental em relação aos assuntos bizantinos é a disputa teológica de 1054, reformulada como um ataque a mulheres bizantinas específicas. Esperemos que, tendo revelado esses conceitos, não sejam necessários mais mil anos para que eles cheguem ao fim.

Testemunhamos com nossos próprios olhos (enquanto percorremos os territórios de nosso império e conduzimos campanhas) a ganância e a injustiça perpetradas diariamente contra os pobres [...] Os poderosos que desejam expandir [suas terras] e desfrutar plenamente das propriedades que expropriaram injustamente às custas dos pobres [...] serão desapossados das propriedades que pertencem a outros. ^[53].

Lei de Basílio II, 996

Basílio II, que reinou quatro gerações depois do primeiro Basílio (o Macedônio), é lembrado em muitas cidades gregas pelo epíteto "Bulgaroktonos" (ou "matador de búlgaros"). No entanto, não foi a derrota dos búlgaros que lhe trouxe maior fama. Seu reinado excepcionalmente longo — de 976 a 1025 — foi caracterizado por uma expansão significativa do império para além dos Montes Tauro, a leste, a conversão da Rus' (Rússia), a formação de numerosas e importantes alianças estrangeiras, o mecenato das artes e do conhecimento e a proteção dos pobres. Em tudo isso, ele foi o digno neto do famoso Constantino VII Porfirogênito. Apesar disso, ele enfraqueceu Bizâncio quase fatalmente ao não garantir a continuidade da dinastia Macedônia.

Seu retrato, que aparece na capa de um magnífico manuscrito dos Salmos, tornou-se um símbolo característico do poder bizantino (prancha 28). Do céu, Cristo envia a coroa, que o arcanjo Gabriel coloca em sua cabeça, enquanto Miguel lhe entrega a lança. Contra um fundo de ouro puro, ladeado por seis santos militares, todos vestidos com trajes de batalha e empunhando lanças, Basílio impõe seu domínio sobre os súditos ou inimigos derrotados que se ajoelham diante dele; o orbe e o cetro da autoridade imperial romana desapareceram. Esta é a imagem de um governante militar cristão medieval que tipifica a estima bizantina pelo imperador-soldado que celebra suas vitórias. É uma homenagem apropriada a Basílio, que dedicou toda a sua vida à ação militar. Outros generais, como Belisário, Constantino V e Nicéforo Focas, são igualmente famosos por seus triunfos militares, que também teriam sido celebrados em Constantinopla. Mas o fato é que Basílio está especialmente associado à derrota dos búlgaros, que adquiriu proporções míticas.

Quando Romano II morreu prematuramente em 963, Basílio — então com cinco anos de idade — seu irmão mais novo, Constantino, e sua irmã mais nova, Andrea (que havia nascido dois dias antes da morte do pai) ficaram órfãos: em Bizâncio, a ausência do pai tornava alguém órfão mesmo que a mãe ainda estivesse viva. No caso dos três jovens filhos de Porfirogênito, sua mãe, Teófano, casou-se novamente imediatamente, colocando Nicéforo Focas, que havia reconquistado Creta recentemente, no trono imperial. Basílio cresceu de maneira semelhante ao seu avô, Constantino VII, à sombra de outras figuras: Nicéforo II (963-969), João I Tzimiscas (969-976) e, posteriormente, Basílio, o eunuco-chefe, que dominou a década de 976 a 985. Este Basílio era seu tio-avô e filho ilegítimo de Romano I Lecapeno, que se diz ter sido como um pai para a princesa. Ele também reprimiu a tentativa de golpe que se seguiu à morte de João I em 976. Mas, a longo prazo, o jovem imperador teria que lutar para reafirmar sua autoridade tanto contra seu tio-avô quanto contra os representantes das famílias militares Esclero e Focas.

Embora Basílio e Constantino se tornassem coimperadores em 976, o irmão mais velho não tinha intenção de compartilhar o poder. Uma vez que seu tio-avô foi marginalizado em 985, Basílio II passou a excluir seu irmão mais novo de forma tão eficaz que Constantino VIII ficou confinado à caça, banquetes e à vida luxuosa em seu palácio em Niceia. No entanto, a tentativa de Basílio de governar sozinho foi novamente desafiada em 987 por dois de seus adversários. Diante desse perigoso ataque duplo, Basílio negociou uma aliança com Vladimir de Kiev, o líder da *Rus'* (a *Rus'* de Kiev, ou antigo estado russo, estava localizada na atual Ucrânia); seis mil mercenários russos auxiliariam o imperador em troca da promessa de uma esposa imperial: Ana Porfirogênita, irmã de Basílio. Como o imperador certamente sabia, isso representava uma das "exportações" expressamente proibidas por Constantino VII, mas em sua situação militar desesperadora, ele foi forçado a aceitá-la. Com a ajuda dos *Rus'*, os dois rebeldes seriam derrotados, e Basílio teria que enviar sua irmã para Kiev.

Como vimos no Capítulo 16, a avó de Vladimir, Olga, que visitou Constantinopla durante o reinado de Constantino VII, havia fomentado boas relações entre os *Rus'* e Bizâncio, mas seu filho e neto haviam retornado às crenças pagãs tradicionais. Os *Rus'* estavam divididos em sua percepção de Bizâncio, e Vladimir decidiu alinhar suas forças com o Império Cristão em vez de manter a tradicional hostilidade pagã. Ele também estava em posição de exigir um casamento com uma princesa "nascida na púrpura" — um símbolo do fascínio de Bizâncio — o que acrescentaria legitimidade e prestígio ao seu próprio governo. Somente depois de Vladimir ter garantido essa concessão, todos os seus boiardos foram batizados em uma cerimônia coletiva no rio Dnieper. Após considerável atraso por parte de Basílio e não menos considerável pressão por parte de Vladimir, o casamento finalmente aconteceu. Ana ficaria conhecida como a *czarina*, que significa irmã do *czar grego* ("César"), e viveria no complexo palaciano que Vladimir mandou construir em pedra, ricamente decorado com mosaicos e afrescos, para lhe proporcionar uma residência à altura de sua magnificência. A aliança está registrada na *Crônica Primária Russa*, compilada no início do século XII a partir de materiais mais antigos e escrita inteiramente em alfabeto cirílico, criado por Constantino-Cirilo e Metódio.

Nesse momento crucial, a *Rus'* de Kiev abraçou o cristianismo ortodoxo. Vladimir ordenou a humilhação pública de seus antigos ídolos, que foram então proibidos, e sob a influência do metropolita e dos bispos, clérigos e monges que acompanharam Ana de Constantinopla, igrejas e mosteiros foram construídos no estilo bizantino. Os sacerdotes de Kherson também contribuíram para essa conversão, e Vladimir colocou um deles, Anastácio, no comando da igreja que dedicou à Mãe de Deus — uma igreja que ficaria conhecida como a "Igreja do Dízimo" porque Vladimir destinava fundos regulares para sua manutenção. Construída em tijolo e pedra, com uma cúpula, três naves e três absides, era muito maior do que qualquer outra construída anteriormente em Kiev. No início do século XI, Antônio, que havia recebido a tonsura no Monte Atos, fundou uma das primeiras comunidades monásticas no que viria a ser o Mosteiro das Cavernas, e em 1037, o Príncipe Yaroslav construiu a Catedral de Santa Sofia em Kiev, com mosaicos em estilo bizantino representando um Pantocrator na cúpula e uma Virgem em pé na abside. Dessa forma, a conversão da Rússia e a disseminação do cristianismo oriental por uma vasta área foram asseguradas.

Entretanto, em Bizâncio, Basílio II finalmente conseguiu desfazer a teia de alianças de seu tio-avô e garantir o controle sobre a ambiciosa aristocracia militar do império, trazendo consigo uma governança eficaz, paz e uma vasta acumulação de riquezas. Durante suas campanhas militares quase constantes, ele testemunhou as consequências perigosas da expansão das propriedades de poderosos latifundiários às custas dos aldeões mais pobres e buscou legislar para remediar essa situação. Além de sua bravura em combate, Basílio era uma figura ascética que insistia que seu pai espiritual, Fócio de Tessalônica, o acompanhasse em suas campanhas. Ele apoiou intelectuais como Simeão, chamado Metafrastes ("tradutor"), cujo *Menológico* (um catálogo mensal das vidas dos santos) determinava quais santos deveriam ser comemorados ao longo do ano litúrgico, bem como um grupo de estudiosos anônimos que compilou o primeiro léxico bizantino popular, conhecido como *Suda*. O *Menológico* foi concebido como uma edição padrão de 150 vidas em dez volumes, para serem lidas em dias específicos de cada mês. Com suas biografias abrangentes e detalhadas, concluiu a pesquisa inacabada por Leão VI e Constantino VII e, de fato, muito poucos santos precisariam ser adicionados posteriormente. Em contraste, o chamado *Menológico de Basílio*, com uma dedicatória poética ao imperador, apresenta vidas de santos uniformemente breves, mas também uma ampla gama de ilustrações distintas em cada página. A *Suda*, por sua vez, não é um dicionário original, mas foi amplamente utilizada e copiada até o século XVI por suas explicações de palavras raras, provérbios, formas gramaticais e nomes de pessoas, lugares e conceitos antigos.

Basílio II nunca se casou, uma característica bastante incomum para um imperador bizantino, e a continuidade da dinastia macedônia dependeria, então, de seu irmão e herdeiro, Constantino VIII. Em 1002, ele concordou em enviar sua sobrinha Zoe para se casar com Oto III, mas quando Zoe chegou, descobriu que Oto havia falecido. Apesar de seus casamentos subsequentes, Zoe não teve filhos. Quando Basílio tinha mais de sessenta anos, aqueles que se desesperavam com a perspectiva de Constantino se tornar imperador tentaram uma rebelião, que Basílio reprimiu. Talvez os sucessos de seu longo reinado o tenham levado a acreditar que o sistema imperial bizantino de governo sobreviveria. De fato, a administração que ele estabeleceu duraria consideravelmente mais tempo do que o breve reinado de Constantino VIII (1025-1028), mas a falha de Basílio em providenciar casamentos para suas sobrinhas e, assim, garantir outra geração para a dinastia macedônia, acabaria por enfraquecer o império.

A expansão do império de Basílio II começou em 989, e grandes áreas do Cáucaso, dos Balcãs e do sul da Itália foram gradualmente incorporadas ao controle bizantino. Antioquia, que havia sido reconquistada dos árabes em 969, tornou-se a base para a expansão para o leste. Através de uma combinação de campanhas militares implacáveis e habilidade diplomática, várias áreas do Cáucaso, anteriormente sob controle georgiano, armênio e abcásio, foram incorporadas ao império. Basílio utilizou elites locais para governar esses territórios em nome de Bizâncio. De forma semelhante, no extremo oeste, o imperador fortaleceu o controle imperial no sul da Itália, que, durante o reinado de João Tzimisce — ou talvez até mesmo antes — havia sido colocado sob a autoridade de um único oficial. Para combater o principal inimigo na região, os muçulmanos da Sicília, Basílio garantiu o apoio marítimo de Veneza através do Crisobulo de 992.

Nas províncias do sul da Itália, Bizâncio mantinha seus próprios administradores e tribunais gregos, bem como igrejas e mosteiros ortodoxos, ao lado dos lombardos, que praticavam o catolicismo, seguiam a lei lombarda e falavam latim. Essa coexistência e respeito mútuo contribuíram para a prosperidade da região, impulsionada ainda mais pela construção de canais de irrigação e moinhos, e pelo plantio de vinhedos, oliveiras e amoreiras, essenciais para a crescente indústria da seda. Mais ao norte, Bizâncio também mantinha boas relações com o mosteiro beneditino de Monte Cassino e a cidade de Amalfi. Após a aliança firmada em 992, laços estreitos se desenvolveram entre Constantinopla e Veneza, e vários doges enviaram seus filhos para serem educados na capital bizantina.

No entanto, a figura de Basílio II está mais intimamente associada à região onde ele ganharia seu apelido definitivo: a Bulgária. No final do século X e início do século XI, a Bulgária era a vizinha mais desafiadora e perigosa de Bizâncio. O czar Samuel, que governava grande parte dos Balcãs (ver mapa 4), restaurou a independência búlgara em 986. Após derrotar o jovem imperador, ele avançou para o sul, penetrando na Grécia e no Peloponeso, devastando cidades e destruindo fortificações. Ele capturou a cidade de Larissa, na Grécia central, e posteriormente se coroou "Imperador dos Búlgaros". Seus feitos são comemorados hoje em diversas cidades búlgaras, onde várias ruas levam seu nome. Para contrariar as ambições de Samuel, Basílio reorganizou a administração da região, colocando-a sob o comando de um *duque* com sede em Tessalônica, e conduziu campanhas anuais de 991 a 995. Em 997, seu general Nicéforo Urano derrotou Samuel no rio Espérquio, mas Basílio teve que retornar à região entre 1000 e 1002, e novamente em 1005, para impor a paz aos búlgaros. Em 1014, uma vitória bizantina no Passo de Kleidion, ao norte de Tessalônica, foi compensada pela derrota completa do *duque regional*, demonstrando que as forças militares eram bastante equilibradas. Quatro anos depois, após a morte do sucessor de Samuel, João Vladislav, em Dirráquio, e depois que seus homens foram capturados e cegados, os búlgaros perceberam que era inútil continuar as hostilidades.

Ao saber desse momento decisivo, Basílio partiu de Constantinopla para garantir a submissão da Bulgária. Enquanto marchava para oeste a partir de Adrianópolis, os chefes locais reconheciam cada vez mais sua autoridade. Em Strumica, ele recebeu uma carta de Maria, viúva de João Vladislav, prometendo a submissão de três de seus filhos e seis filhas, bem como de muitos outros membros mais jovens da família real. Basílio então seguiu para Ohrid, onde o palácio de Samuel foi alvo de extensos saques. Prata, coroas cravejadas de joias e vestimentas bordadas a ouro foram encontradas, juntamente com um tesouro de moedas que foi distribuído entre as tropas. Lá, ele recebeu Maria e sua família; mais tarde, ela receberia o título de *zoste patrikia*, uma honra excepcional. De Ohrid, Basílio marchou para o Lago Prespa e Kastoria. Em todos os lugares, chefes búlgaros vinham prestar-lhe homenagem. Esses homens, então, receberam títulos e honras imperiais e foram enviados a Constantinopla. O imperador marchou então com seu exército por Larissa até o rio Espérquio, onde ficou surpreso ao ver os ossos de búlgaros que haviam morrido ali quase vinte anos antes. Passou por Termópilas, cujas fortificações admirou, e seguiu para Atenas. Na Igreja da Mãe de Deus, dentro do Partenon, agradeceu pela vitória e fez oferendas suntuosas e ricas. Após a visita, retornou à capital e realizou uma cerimônia triunfal, durante

a qual os despojos do palácio de Samuel em Ohrid foram exibidos ao povo, juntamente com a família real búlgara. Finalmente, entrou na Grande Igreja e agradeceu a Deus pela vitória.

O longo período de guerra deve ter resultado em inúmeras mortes em ambos os lados. Para garantir melhores relações no futuro, Basílio insistiu em casar nobres búlgaros com mulheres bizantinas e em encontrar maridos bizantinos para suas parentes. Ele também permitiu que os búlgaros continuassem a pagar seus impostos em espécie, em vez de em moeda, e a manter outros costumes locais. Assim, além de matar búlgaros, Basílio também instituiu vários métodos para garantir o controle futuro e, durante sua longa viagem de ida e volta a Atenas, os símbolos de dominação foram habilmente acompanhados por diversas honrarias. Após sua morte em 1025, Miguel Pselo reconheceu que o império estava mais forte e rico do que nunca, embora não tenha identificado Basílio como um "matador de búlgaros"; o epíteto, portanto, não foi cunhado durante sua vida. Na década de 1090, João Skylitzes destacou as grandes vitórias de Basílio II sobre os búlgaros por um motivo específico: naquela época, Aleixo I Comneno precisava urgentemente mobilizar famílias aristocráticas para participar de suas campanhas contra os pechenegues naquela mesma região; porém, o epíteto ainda não era usado. O apelido Bulgarochton só surgiria durante o reinado de Isaac II Ângelo (1185-1195), que foi novamente desafiado pela Bulgária. Mais tarde, um historiador do final do século XII, Nicetas Choniates, identificou Basílio II como "matador de búlgaros" para comemorar as longas campanhas e vitórias do imperador.

Um dos aspectos mais surpreendentes desse desenvolvimento é a falsa alegação de que, após a Batalha de Kleidion em 1014, Basílio ordenou que os 15.000 prisioneiros de guerra búlgaros sob seu poder fossem cegados, deixando apenas um em cada cem com a visão preservada para guiar os demais de volta ao seu soberano. Diz-se que, ao presenciar esse espetáculo patético, o czar Samuel sofreu um ataque cardíaco e morreu. No entanto, há muitos motivos para duvidar dessa história. Para começar, conflitos de maior escala já haviam ocorrido, como a Batalha do Rio Espérquio em 997. É improvável que a guarnição de Kleidion tenha sido atacada por milhares de soldados, e muitos de seus defensores, assim como os búlgaros, morreram antes da vitória bizantina. Embora os números expressivos mencionados pelos historiadores bizantinos sejam notoriamente exagerados, a cegueira era uma punição comum para prisioneiros de guerra. Era também um método tradicional de punir líderes de revoltas e adversários políticos de Bizâncio, e era muito menos desagradável do que ser empalado em uma estaca. Em 995, Basílio impôs a amputação da mão direita aos seus prisioneiros beduínos e, entre 1021 e 1022, cegou seus cativos georgianos; mas isso não significa que ele fosse excepcionalmente brutal, e sim excepcionalmente vitorioso. Ele estava determinado a derrotar e punir as forças rivais, fossem elas cristãs ou muçulmanas.

Contudo, a morte do czar Samuel em 1014 forneceu o ponto de partida para a narrativa de cegueira em massa. De fato, o conflito se arrastou por mais quatro anos, até a morte de seu sucessor, João Vladislav. Esse evento finalmente pôs fim às Guerras Búlgaras em 1018. O apelido do imperador ofuscou outras conquistas militares excepcionais de Basílio, como a conversão dos *Rus'* e seu mecenato da cultura enciclopédica bizantina, à semelhança de seu avô. Seu estilo de vida ascético e a fundação da Igreja de São João Hebdomon, um palácio imperial anexo ao pátio de armas fora das muralhas de Constantinopla — onde ele escolheu

ser sepultado — revelam seu lado piedoso. Os versos inscritos em seu túmulo destacam suas campanhas militares em primeira pessoa:

Desde o dia em que o Rei dos Céus me escolheu para ser imperador, o grande senhor do mundo, ninguém jamais viu minha lança inativa. Permaneci vigilante por toda a minha vida e protegi os filhos da Nova Roma, lutando bravamente tanto no Ocidente quanto nos postos avançados do Oriente [...] Ó homem que agora contempla meu túmulo aqui, recompense-me por minhas campanhas com suas orações. [\[54\]](#)!

Da mesma forma, Basílio escolheu ser retratado no Saltério armado com sua cota de malha e armadura. Assim trajado, ele evoca uma representação bastante atemporal do poder militar, e as figuras prostradas a seus pés poderiam ser tanto búlgaros quanto cortesãos bizantinos.

Mas o que precisa ser dito, eu direi: foi na época deste imperador [Constantino IX], por causa de sua prodigalidade e sua ostentosa magnificência, que os assuntos dos romanos começaram a ser ameaçados, e de então até os nossos dias, deterioraram-se gradualmente a ponto de extrema fragilidade. [\[55\]](#).

JUAN S KYLITZES, *Crônica*, século XI, sobre os defeitos de Constantino IX (1042-1055)

Estados que perduram por tanto tempo quanto os impérios Bizantino ou Chinês inevitavelmente vivenciam períodos de crise que parecem ameaçar sua própria sobrevivência. Para Bizâncio, o desafio do Islã no século VII desencadeou um desses momentos e resultou no estabelecimento de novas estruturas imperiais em um território menor. A crise do século XI foi percebida por aqueles que a vivenciaram como outro ponto de virada no desenvolvimento bizantino.

O sinal mais marcante dessa crise ocorreu no verão de 1071, quando Bizâncio sofreu duas derrotas militares nas mãos de novos adversários. No extremo leste, ao norte do Lago Van, os turcos seljúcidas derrotaram e capturaram o imperador Romano IV Diógenes na Batalha de Manzikert. Simultaneamente, no oeste, os normandos conquistaram a cidade de Bari, no sul da Itália. Os turcos eram um povo das estepes, possivelmente de origem mongol e da Ásia Central, identificados pelo nome de seu ancestral Silyuq. Durante sua marcha para o oeste, eles conseguiram derrotar todos os que se opuseram a eles e, como recém-convertidos ao Islã, levaram muito a sério o conceito de *jihad*, ou guerra santa. Após trinta anos de incursões na fronteira da Ásia Menor, alcançaram uma vitória significativa em Manzikert, enquanto a campanha de Roberto Guiscardo contra a Calábria e a Apúlia bizantinas culminou na conquista de Bari.

Como resultado dessa confluência de fatores, Bizâncio teve que enfrentar dois inimigos muito diferentes em duas fronteiras remotas, separadas por milhares de quilômetros. Manuais de estratégia militar desaconselhavam veementemente que tal situação se apresentasse. Mas a falha em lidar com essas ameaças anteriormente era, em si, parte de uma crise mais profunda, à qual os seljúcidas acrescentariam uma humilhação ainda maior com a captura de Romano IV. As derrotas de 1071 devem ser analisadas dentro do contexto mais amplo de uma série de problemas cujas origens remontam ao segundo quartel do século XI. O primeiro deles foi a instabilidade política crônica que se seguiu à morte de Constantino VIII em 1028. À rápida sucessão de imperadores, somou-se um segundo problema: revoltas internas e invasões vindas do norte do Danúbio, lideradas por um povo tribal não cristão, os pechenegues. Quando as forças armadas regulares bizantinas se mostraram insuficientes e tornou-se necessário empregar soldados mercenários adicionais, Constantino IX (1042-1055) cunhou novas moedas de baixo peso e com menos de 24 quilates de ouro para financiar suas despesas e manter a lealdade dos mercenários. Essa foi a primeira redução significativa no teor de ouro do sólido em mais de setecentos anos, e se tornaria o terceiro problema, combinando-se com a fragilidade militar e a insegurança dinástica da maneira mais prejudicial.

Como vimos no Capítulo 17, as duas irmãs Porfirogênicas, Zoe e Teodora, filhas de Constantino VIII, foram as últimas representantes da dinastia macedônia. Sua influência na

liderança política bizantina entre 1034 e 1056 não foi inteiramente benéfica. Nenhum dos quatro maridos de Zoe dedicou atenção suficiente aos assuntos militares ou forneceu uma direção clara para a política imperial. Isso conferiu um papel dominante à corte, com seu círculo de funcionários públicos e mestres da retórica que tinham pouca experiência em assuntos militares. Quando morreu em 1050, Zoe deixou o trono para seu último marido, Constantino IX Monômaco, e sua amante georgiana. A irmã de Zoe, Teodora, sobreviveu ao imperador e recuperou o poder imperial em 1055. Um ano depois, em seu leito de morte, foi persuadida a nomear Miguel, apelidado de "o Velho", como seu sucessor, o que apenas prolongou o período de instabilidade política. Assim, apenas vinte e cinco anos após o reinado excepcional de Basílio II, um colapso interno sem precedentes da autoridade bizantina começaria a desfazer as tradições imperiais.

A falta de um governo firme em Constantinopla provocou uma série de ataques externos e revoltas internas que atingiram o seu auge nos primeiros anos do reinado de Constantino IX (1042-1055). No sul da Itália, mercenários francos, protestando contra salários atrasados, apelaram aos normandos sob o comando de Guiscardo por ajuda; no Cáucaso, vários líderes locais descontentes lideraram revoltas nas províncias do leste da Península Ibérica e da Abcásia, bem como nas áreas fronteiriças adjacentes a Ani; o governador de Chipre tentou tomar o poder, os búlgaros rebelaram-se, os russos atacaram Constantinopla e os turcos seljúcidas cruzaram as fronteiras orientais do império. Mas o desafio militar mais sério veio dos pechenegues, que cruzaram as águas geladas do Danúbio no inverno de 1046-1047 e iniciaram uma longa guerra nos Balcãs (1048-1053).

Embora Constantino IX contasse com comandantes experientes à sua disposição, como Jorge Maniaces e Catacalão Cecaumeno, frequentemente confiava a direção das campanhas militares a seus amigos — funcionários da corte. Na expedição de 1042 contra os búlgaros, Miguel, arconte de Dirráquio, liderou sete *generais* e, supostamente, 40.000 homens à morte. Em diversas ocasiões, o imperador também rejeitou conselhos militares prudentes, com resultados desastrosos. Ele dissolveu o exército do Tema Ibérico Oriental e converteu algumas obrigações militares em pagamentos em dinheiro. Como observa John Skylitzes, com evidente desaprovação, ao longo de seu reinado ele continuou a gastar vastas somas de dinheiro em seus grandiosos projetos de construção: o Mosteiro e Palácio de Mangana na capital e o Novo Mosteiro em Quios; numerosas doações a igrejas e instituições filantrópicas; e os célebres mosaicos de Santa Sofia, Kiev e Belém. Ele também formou um pequeno zoológico de animais raros e exibiu sua girafa e elefante no Hipódromo para entretenimento público.

Para derrotar os pechenegues, Constantino IX precisava aumentar as reservas monetárias do império para financiar uma força militar maior. Portanto, cunhou uma moeda de ouro leve, o *tetrateron*, que já era usada para pagar mercenários e era considerada equivalente ao *nomisma*. O imperador também continuou a desvalorização do *nomisma*, a moeda de ouro tradicional, à qual Constantino VIII (1025-1028) e Miguel IV (1034-1041) já haviam adicionado uma pequena quantidade de prata, reduzindo seu teor de ouro para menos de 95%. Assim, os imperadores começaram a minar o padrão-ouro estabelecido no século IV por Constantino I, que havia sido mantido por centenas de anos. Sob Constantino IX, esse processo se acelerou e se mostrou difícil de controlar: quatro moedas de ouro

diferentes foram emitidas, aumentando sua desvalorização para 81%. O teor de ouro do *tetrateron* também foi reduzido, desta vez para 73% do original. Os imperadores subsequentes continuaram a adicionar prata às moedas até que, na década de 1080, o *nomisma* continha apenas 10% de ouro. Todos podiam ver a diferença entre essas moedas e as de Basílio II, então as pessoas rejeitaram a moeda desvalorizada e exigiram pagamento em moedas de ouro de boa qualidade.

Nenhum texto histórico menciona essas desvalorizações; na verdade, elas foram descobertas por numismatas, que analisaram a diminuição do peso das moedas de ouro cunhadas durante o século XI e mediram o aumento constante da liga de prata utilizada. A decisão de diminuir a confiabilidade de um dos principais ativos do império permanece um mistério até hoje. Como os governantes de Bizâncio não perceberam que desvalorizar a *moeda* minaria a autoridade do império, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras? Parece que, uma vez iniciado o processo, os imperadores não conseguiram mais impedir sua aceleração. E após a derrota em Manzikert, em 1071, o aumento dos problemas militares e econômicos tornou isso ainda mais evidente. Mais moedas foram cunhadas, mas elas já não inspiravam o mesmo respeito de antes. As tropas se recusavam a receber pagamento em *tetartera* e *nomismata*, cujo ouro tinha uma aparência tão estranha, enquanto os mercadores rejeitavam a moeda bizantina em favor dos dinares de ouro árabes ou mesmo das moedas de prata de baixo valor cunhadas nas cidades europeias. E, como consequência, o status imperial de Bizâncio sofreu.

Embora hoje possamos facilmente compreender os perigos da desvalorização, é difícil avaliar como os imperadores bizantinos entendiam e controlavam a economia geral de seu Estado. Provavelmente, eles não conseguiam prever os efeitos a longo prazo da redução do teor de ouro. Constantino IX parece ter autorizado sucessivas desvalorizações como a única maneira de pagar mercenários para defender o império contra os pechenegues. Outros fatores, como a queda na arrecadação de impostos devido à cobrança ineficiente ou à corrupção, e também devido às concessões de terras feitas pelos imperadores a certos indivíduos — que, com isso, assumiam o controle do imposto territorial básico — também contribuíram para a falta de recursos monetários. No curto prazo, a política funcionou e os violentos ataques pechenegues foram suprimidos. Mas, ao mesmo tempo, Constantino abandonou uma característica da civilização bizantina que havia perdurado por oitocentos anos. No início do século XII, Aleixo I Comneno percebeu que precisava reparar o dano e, em 1092, emitiu um *nomisma de ouro de 20,5 quilates* para substituir as moedas sem valor. Embora a nova moeda fosse curva em vez de plana, e não alcançasse o mesmo prestígio que a antiga, ela permitiu que o império recuperasse uma moeda de ouro confiável e até mesmo se recuperasse da perigosa política de desvalorizações.

A crise do século XI, portanto, combinou de uma forma inédita questões relacionadas à estabilidade dinástica, ao poderio militar das províncias, à economia e à imagem imperial. O desafio militar enfrentado provinha principalmente de inimigos pouco conhecidos que atacavam as extensas fronteiras bizantinas em dois pontos simultaneamente: os seljúcidas a leste e os normandos a oeste. A isso se somava a ameaça já prevista dos pechenegues nos Bálcãs. Infelizmente, em meados do século XI, a corte imperial era dominada por funcionários públicos e intelectuais que incentivavam investimentos artísticos e culturais, enquanto

davam pouca atenção aos assuntos militares. Essas forças foram incapazes de impedir o saque de Icônia (Cônia, na Ásia Menor central) pelos turcos em 1069. Através da perspectiva do filósofo e historiador Mikhail Pselo, podemos observar como os cortesãos foram parcialmente responsáveis pelo fracasso político generalizado.

Pselmo nasceu em Constantinopla em 1018 e teve a sorte de ser aluno do renomado mestre João Mauropo, que mais tarde se tornaria Metropolitano de Eucaia. Entre seus alunos, havia um grupo de amigos que alcançariam as mais altas posições nas esferas civis do direito, da filosofia e da retórica cortesã. Pselmo se distinguiu deles por seu domínio de assuntos científicos avançados, bem como das humanidades. Ele era um verdadeiro erudito e um escritor brilhante, cujas cartas e discursos, assim como sua *Crônica* dos Quatorze Imperadores (976-1078), capturam perfeitamente o espírito de sua época, com detalhes pessoais divertidos e um senso exagerado de sua própria importância. Devido à sua fama como filósofo, quando Constantino IX fundou duas novas escolas, Pselmo foi escolhido para dirigir uma, dedicada à filosofia, enquanto seu amigo João Xifilino dirigiria a outra, dedicada ao estudo do direito. Suas paixões duradouras tornam-se evidentes quando se lê sua estimulante *Crônica*, que se concentra em Constantinopla e na corte, quase excluindo outros aspectos do império. No entanto, pelas cartas que escreveu em apoio a seus alunos e amigos quando estes foram enviados para as províncias, sabemos que ele era bem informado sobre as diversas regiões e que tentou tornar a experiência de "exílio" da capital menos dolorosa para eles.

Em seu relato do debate de 1071, Psellos aponta para um elemento adicional significativo: a rivalidade entre a aristocracia. As várias facções na corte refletiam-se nas rivalidades entre as famílias nobres, que competiam por cargos, salários e títulos honoríficos. Apesar da derrota dos clãs Esclero e Focas por Basílio II no final do século X, outros, como Constantino Dalaseno, conspiraram para usurpar o trono imperial sob Romano III. Em 1057, a família Comneno conseguiu promover seu general Isaac ao posto de imperador, mas ele foi rapidamente deposto por um Ducas, que por sua vez foi substituído por um Diógenes. E quando Romano IV foi capturado pelos turcos, seu rival Andrônico Ducas promoveu outro membro de sua família ao posto de imperador, adotando o nome de Miguel VII. Como Psellos havia sido tutor de Miguel, seu relato poético do reinado é tão tendencioso quanto pouco confiável. Em todo caso, representou uma vitória para a corte imperial de burocratas e intelectuais, que continuavam a negligenciar os assuntos militares.

Em meio a essa crise de liderança, alimentada pela rivalidade entre famílias, uma clara vitalidade se manifesta em certas inovações ocorridas no século XI. Em uma ruptura com a tradição, Constantino IX, pertencente à distinta família Monômaco, admitiu alguns homens de origem não aristocrática no Senado de Constantinopla. Embora o Senado não fosse mais um órgão constitucionalmente poderoso, ainda desempenhava um papel em apelações legais e disputas de sucessão. Não está claro por que o imperador promoveu essa inovação social: se por haver um número insuficiente de famílias senatoriais tradicionais dispostas a servir, ou se ele sentia que era necessário sangue novo. A maioria dos autores bizantinos demonstra um certo esnobismo ao discutir a origem de uma pessoa. Ser "bem-nascido" (*eugenes*) era considerado uma distinção necessária, mesmo que uma verdadeira aristocracia não existisse de fato. Mas a possibilidade de seguir carreira no exército, na administração ou mesmo na

Igreja sempre esteve aberta ao talento, e houve pessoas de origem estrangeira ou humilde, como Basílio I, que ascenderam socialmente a posições de influência. E como eram as classes mercantis que sustentavam a vida em Constantinopla, é possível que uma certa consciência do seu valor (tanto literal quanto social) também tenha influenciado a opinião de Constantino IX.

A presença dos habitantes da capital — mercadores, artesãos e residentes — tornava-se cada vez mais evidente e repercutia entre os contemporâneos. Em 1042, por exemplo, quando Miguel V exilou Zoe do palácio, uma multidão de bizantinos da cidade marchou até o Mosteiro de Petrion, onde Teodora vivia, exigindo sua libertação e o retorno de Zoe. Em cenas bastante incomuns, mulheres foram às ruas lamentar o exílio de suas legítimas imperatrizes, e até mesmo soldados estrangeiros ligados à corte expressaram sua indignação. Como resultado dessa mobilização, as imperatrizes da dinastia Porfirogênita foram restauradas aos seus postos. Quando Constantino IX morreu em 1055, a mesma pressão popular garantiu que Teodora herdasse sua posição legítima como a última representante da dinastia macedônia.

Psellos referia-se aos partidários das irmãs imperiais como um "exército cidadão", embora outros autores simplesmente os chamassem de turba e denunciassem suas atividades como *democracia*, ou governo do *demos* ("o povo"). No século XI, as corridas de cavalos no Hipódromo tornaram-se muito menos frequentes, e as facções circenses (*demos*) dos Verdes e Azuis perderam grande parte de seu poder sobre os plebeus. Embora seus líderes, os demarcas, ainda participassem de cerimônias da corte, identificados por vestimentas especiais com suas respectivas cores, um tipo distinto de multidão urbana introduziu uma nova força no cenário político de Bizâncio. Pela primeira vez, os habitantes de Constantinopla, vivendo perto o suficiente do centro do império para se mobilizarem facilmente, desempenharam um papel fundamental na sucessão imperial. Seu poder pode ser atribuído à recém-adquirida confiança e à riqueza recente daqueles que não eram de nascimento nobre, mas que contribuíram para a prosperidade da capital imperial. E é significativo que eles não tenham reivindicado nenhum poder para si, mas apenas o direito de restaurar Zoe e Theodora ao trono.

Obviamente, na monarquia hierárquica de Bizâncio, nem o Estado nem as autoridades eclesiásticas toleravam o menor indício de *democracia*. Mas a multidão havia entrado na vida política de uma maneira nova, completamente diferente da participação urbana em rituais que invocavam a Theotokos — ou "Mãe de Deus" — para a proteção da cidade contra forças hostis, como em 626. E continuaria a desempenhar um papel importante, como ficou claro pela forma como o Patriarca Miguel Cerulário usou a multidão para reforçar o apoio local contra uma embaixada enviada por Roma em 1054. O Papa Leão X havia enviado os legados, liderados pelo Cardeal Humberto, para discutir vários assuntos eclesiásticos. A hostilidade dos bizantinos desempenhou um pequeno — embora significativo — papel naquele verão, quando o Cardeal Humberto e o Patriarca excomungaram-se mutuamente: Cerulário conseguiu reunir uma multidão ruidosa para fortalecer sua própria oposição a Roma, e foi dessa forma que os *bizantinos* começaram a compreender seu novo e influente papel.

Eles também começaram a divulgar sua língua vernácula entre os cortesãos, que até então usavam apenas o altivo grego ático. Outra inovação do século XI foi o aumento da literatura escrita nesse grego falado ou vernáculo, cuja ligação com o *demotico* é imediatamente evidente pelo termo usado para descrevê-lo: demótico. A forma coloquial do grego usada nas ruas, nos portos e em acordos comerciais com estrangeiros provavelmente existia há séculos. Mercadores de todo o Mediterrâneo e do Mar Negro que vinham negociar em Constantinopla também usavam essa forma mais simples de grego. Nos séculos XI e XII, o demótico começou a influenciar a produção literária. Diversas versões do poema épico de *Digenis Akritas*, que até então circulavam oralmente, foram registradas por escrito no metro pentadecassilábico já usado em aclamações políticas. Isso incentivou a produção de outras composições no que constituía um meio literário diversificado com fortes elementos vernáculos. Utilizando a mesma métrica das aclamações imperiais cantadas pelos Verdes e Azuis, foram escritos versos satíricos, fábulas de animais e, eventualmente, poemas narrativos, como o dedicado ao general Flávio Belisário, que viveu no século VI. Embora a maioria dos exemplos de música, canções e danças seculares bizantinas tenha se perdido, parece provável que tenha sido nessa época que as canções começaram a ser escritas em grego vernáculo. Em certos manuscritos musicais, o escriba anotou "Para ser cantado na melodia de x", o que parece sugerir que uma melodia conhecida estava sendo reutilizada para fins cristãos. Os documentos mais antigos com neumas — sinais musicais pintados em vermelho acima das palavras para indicar a altura do som — também datam do século XI.

A inovação linguística também encontrou paralelos em outras áreas, indicando que o antigo Império Bizantino podia superar as limitações de suas tradições herdadas e se adaptar às novas forças. Como vimos, alguns juízes do século XI documentaram decisões minoritárias nos tribunais de Constantinopla, demonstrando que tanto a liberdade interpretativa quanto a importância atribuída aos precedentes legais na formulação de novos argumentos eram muito maiores. A obra "*Peira*", de Eustácio Romário, contém exemplos particularmente marcantes de adaptações flexíveis a novas circunstâncias, como o caso de uma avó que arranhou um casamento para seu neto, do qual ele posteriormente renunciou ao atingir a idade adulta. Esses casos jurídicos parecem sugerir que os juízes dos altos tribunais bizantinos estavam confiantes em reformar o antigo sistema, baseado na lei de Justiniano, para adaptá-lo à realidade medieval. A mudança pode não ter sido universalmente aceita, mas continuaria a influenciar a esfera jurídica.

No campo da medicina, outra inovação importante desse período foi o aumento das dissecações, que antes eram proibidas. Embora certas operações cirúrgicas registradas em um manual da Antiguidade Tardia de Paulo de Egina continuassem a ser praticadas — instrumentos cirúrgicos de vigilância confirmam seu uso —, o estudo da anatomia e dos órgãos internos dependia de pesquisas com cadáveres. A Igreja normalmente proibia essa atividade, mas ela foi retomada nos séculos XI e XII. Um estudioso do século XII, Jorge Tornices, observou a importância da dissecação para o avanço do conhecimento médico em Bizâncio. Uma tendência semelhante pode ser observada no Ocidente, na faculdade de medicina de Salerno, que preservou e desenvolveu as antigas tradições gregas. Miguel Pselos escreveu sobre uma ampla gama de tópicos médicos, e seu contemporâneo Simeão Seth compôs um tratado sobre dieta e as vantagens e desvantagens de certos alimentos. Embora Cecaumeno

condenasse todos os médicos, alegando que eles estavam mais interessados em honorários do que em curar pacientes, outros autores começavam a distinguir entre a boa e a má prática médica, elogiando aqueles que operavam com habilidade e salvavam vidas. A oferta de cuidados médicos relativamente avançados, pelo menos para membros da família imperial e monges idosos, está documentada na descrição detalhada do mosteiro de Pantocrator, fundado por João II em 1136. Este mosteiro possuía um sofisticado hospital onde as mulheres da corte podiam ser tratadas por uma médica, e os homens e monges por um médico, e também incluía um *leprosário*.

A adaptação construtiva das tradições jurídicas e médicas correlacionou-se com uma crescente consciência da importância da educação e do passado clássico. Constantino IX foi um generoso patrono do conhecimento e fundou escolas especializadas em filosofia e direito. Como o estudo da filosofia grega antiga nunca havia sido interrompido em Bizâncio, numerosos comentários e acréscimos medievais enriqueceram essa tradição no século XI. Miguel Psellus foi instruído por João Mauropo, cuja admiração por Platão e Plutarco o levou a compor uma oração pedindo a Deus que os admitisse no céu, pois haviam sido homens bons que viveram antes da revelação cristã. Utilizando um grande número de textos antigos preservados em cópias bizantinas, Psellus expandiu seus interesses filosóficos muito além do estudo de Platão e Aristóteles, incluindo os chamados "oráculos caldeus", documentos fragmentários relacionados a um mundo dualista de forças do bem/brancas e do mal/negras. Ele afirmava ser capaz de praticar teurgia, a arte de invocar espíritos ancestrais, o que era estritamente proibido pela Igreja Bizantina. Ele também escreveu um tratado sobre alquimia — a transformação de metais comuns em ouro — e praticava astrologia. Outros estudiosos anônimos compararam os textos antigos de Ptolomeu com seus próprios conhecimentos astronômicos, que poderiam muito bem ter sido derivados dos avanços feitos pelos árabes nesse campo. Diversas versões gregas de obras árabes sobre astrologia foram incluídas em compêndios publicados nos séculos XI e XII, incentivando o interesse de Manuel I Comneno (1143–1180). Como a observação das estrelas e a adivinhação estavam interligadas, os dois campos progrediram em paralelo e adquiriram um papel de destaque em livros sobre interpretação de sonhos, que eram muito populares em Bizâncio.

Um profundo interesse em temas como a eternidade do mundo, a existência da matéria e as leis da natureza era evidente em vários comentários sobre textos antigos que abordavam questões como a estrutura esférica da Terra e os fenômenos naturais. Simeão Seth ofereceu uma explicação para o fato de o trovão ser ouvido um pouco depois do relâmpago ter sido visto: "O som requer tempo para sua transmissão, enquanto a visão é independente do tempo". Pselho, no entanto, acreditava que a diferença decorria do formato achatado da orelha em comparação com o formato protuberante do olho. Miguel Ataliates ridicularizou a ideia de que o trovão era gerado por um enorme dragão, embora não conseguisse explicar sua causa. Essa investigação científica racional talvez tenha levado inevitavelmente a conflitos com as autoridades cristãs. O sucessor de Pselho na recém-criada cátedra de filosofia, João Italus, foi levado a julgamento por aplicar a lógica à teologia da Encarnação e aos milagres realizados por Jesus Cristo, bem como por negar a imortalidade da alma e a ressurreição do corpo. Em 1082, ele foi condenado por heresia e paganismo, e mais tarde, alguns de seus alunos compartilharam seu destino. No entanto, seu estudo de diversos textos

filosóficos antigos, incluindo obras sobre física, astronomia, matemática e lógica, reforçou uma tradição que perduraria até o fim do império. Apesar de períodos de tensão, essa tradição geralmente conseguiu coexistir com a crença cristã, embora em Mistras o erudito Pleton tenha abandonado completamente sua fidelidade à Igreja e escrito liturgias inteiras em honra a Zeus e Apolo.

Além de seu profundo conhecimento de filosofia antiga, Psellos e outros criaram novas maneiras de escrever história. Sua *Crônica* pode exagerar suas próprias contribuições para os eventos políticos, mas a narrativa é baseada em observação direta e envolvimento pessoal nos assuntos da corte. Assim, ele testemunhou pessoalmente como os amigos íntimos da Imperatriz Teodora tramaram uma sucessão que protegeria seus próprios interesses, "vendo com meus próprios olhos e ouvindo com meus próprios ouvidos como eles jogavam com o império, como homens jogando dados".

Sua linguagem, embora baseada no grego ático usado pelos autores antigos que ele tanto admirava, demonstra ironia, humor e perspicácia psicológica. Aqui está, por exemplo, um retrato vívido de Constantino X Ducas (1059–1067):

Constantino sentia profundo desprezo por posições de alta dignidade e preferia uma vida de reclusão. Costumava se vestir de forma desleixada e se comportava como um camponês. É óbvio que mulheres bonitas realçam sua beleza vestindo roupas simples: o véu com que se escondem apenas serve para tornar sua glória radiante mais evidente, e trajes casuais são tão eficazes quanto a maquiagem mais elaborada. O mesmo acontecia com Constantino. As roupas que ele vestia, longe de esconderem sua beleza secreta, apenas a tornavam mais impressionante. [\[56\]](#).

Não foram muitos os capazes de imitar seu talento para a escrita, embora muitos tenham copiado suas características empolgantes e inovadoras, como a apresentação de opiniões em primeira pessoa.

A crise do século xi foi finalmente resolvida com a usurpação de Aleixo I em 1081, que uniu duas famílias anteriormente rivais, os Comnenos e os Ducas, por meio de alianças matrimoniais. Juntos, lutaram para derrotar os inimigos do império — os normandos, pechenegues e seljúcidas — e para superar os efeitos negativos da desvalorização da moeda. Como veremos no próximo capítulo, Aleixo I conseguiu estabelecer sua própria dinastia, que governaria Bizâncio por um século. Contudo, ao final do século xi, João Escilitzes observou uma "extrema fragilidade": a crise havia deixado suas marcas. Alguns historiadores modernos destacaram esse período como uma fase de "feudalização" do império; outros apontam para o declínio de Bizâncio, que passou de um império com uma antiga aspiração de dominação mundial a um pequeno Estado medieval administrado por uma única família, os Comnenos. Tudo isso aponta, em todo caso, para o crescente poder das cidades comerciais italianas — Amalfi, Pisa, Gênova e Veneza — e para o surgimento de identidades claramente diferenciadas, especialmente entre os povos balcânicos até então dominados por Constantinopla. Essas novas forças republicanas e separatistas que surgiram no mundo mediterrâneo estavam destinadas a influenciar as aspirações bizantinas de hegemonia imperial, embora, ao mesmo tempo, contribuíssem para a exploração de novas formas de expressão em uma ampla gama de campos do conhecimento. Acima de tudo isso, porém, os

tambores da expansão turca podiam ser ouvidos claramente, ainda distantes e subestimados, mas já anunciando o que seria o ato final do domínio bizantino.

experiência consumada .^[57].

JORGE TÓRNICES, *Discurso Fúnebre* para Ana Comnena, século XII

Nenhum livro que se preze sobre Bizâncio deixa de dedicar pelo menos um capítulo à princesa Ana Comnena, do século XII, uma das maiores historiadoras e mais célebres eruditas do Império Bizantino, e autora da *Alexíada*, uma biografia de seu pai, Aleixo I Comneno. Ela começou a trabalhar nessa obra por volta de 1137 e escreveu as páginas finais dez anos depois, quando já estava à beira da morte.

Ana lembra regularmente aos leitores de seu livro que nasceu na *pórfira* do Grande Palácio em 1083, filha mais velha de Aleixo e sua esposa, Irene Ducena. Seu nascimento simbolizou a aliança entre as famílias Comneno e Ducas, que trouxe maior estabilidade ao turbulento século XI. Como parte dessa aliança, seu pai adotou Constantino Ducas, filho de Miguel VII (1071–1078) e Maria da Alânia, e o prometeu em casamento. Quando criança, Ana se lembrava das ocasiões em que seu pai era aclamado em público, e ela e Constantino também eram ovacionados. Sempre que o imperador e sua família deixavam o palácio, as multidões do circo os acompanhavam, gritando: "Viva o imperador! Viva a imperatriz!" — geralmente três vezes. Ana esperava que um dia herdaria o poder imperial, um futuro que foi frustrado pelo nascimento de um filho, João, de Aleixo e Irene, em 1087. Ele substituiu Constantino como herdeiro, privando Ana de seu papel como futura imperatriz. Pela forma como descreve esses eventos sessenta anos depois, Ana permanece repleta de ódio por seu irmão mais novo, embora sem dúvida soubesse que era costumeiro para um governante bizantino designar seu filho como sucessor.

Ana Comnena guardava lembranças muito felizes de Constantino Ducas e de sua mãe, Maria de Alânia. Seguindo o costume dos casamentos arranjados, ela foi enviada para morar com eles quando tinha cerca de sete anos, e mais tarde recordaria esse período de sua infância com muita alegria. Ela nunca poupava elogios a Maria e seu noivo. Constantino, que era cerca de nove anos mais velho que Ana, era “aparentemente dotado de uma beleza celestial que não é deste mundo, e seus muitos encantos cativavam quem o contemplava; em suma, todos que o viam diziam: ‘Ele é como o Cupido dos pintores’”.^[58] A Imperatriz Viúva Maria “era considerada a encarnação do Amor [...] uma obra de arte viva, um objeto de desejo para os amantes da beleza”. É evidente em outras fontes que Maria era considerada uma mulher muito bonita, que também conseguiu proteger o direito de seu filho ao trono por vários anos. Ela também dirigia um salão literário e encomendava obras de autores ilustres como Teofilato de Ohrid e Eustrácio de Niceia. É possível que tenha sido ela quem incentivou Ana a ler e estudar.

Pouco depois de 1094, porém, Constantino morreu e Ana retornou para sua família. Foi nesse momento de sua vida que ela iniciou seriamente seus estudos intelectuais, desenvolvendo uma notável aptidão e curiosidade, e dominando o quadrivium superior de matemática, bem como filosofia e medicina. Quando seus pais tentaram impedi-la de se aprofundar nos textos aristotélicos, ela secretamente contratou Miguel de Éfeso, um

renomado erudito. Ana Comnena admirava profundamente sua avó paterna, Ana Dalasena, que lhe deu o nome e que exercia poder supremo em Constantinopla sempre que Aleixo I estava ausente em campanhas militares. Ana a descreve, com carinho e detalhes, como um paradigma de feminilidade, com uma mente viril aliada a uma profunda piedade, grande força de caráter e notável capacidade intelectual. É possível que o exemplo de sua avó tenha alimentado as próprias ambições políticas de Ana.

Aos quatorze anos, Ana casou-se com Nicéforo Briênio, outro aliado de seu pai, e juntos tiveram quatro filhos. Nicéforo vinha de uma família militar renomada e serviu lealmente a Aleixo durante todo o seu reinado. Ana sempre se referia a Briênio com devoção, chamando-o de "meu César". Ao longo de sua vida adulta, continuou seus estudos em filosofia, medicina, ciência e literatura, lendo avidamente textos antigos e contemporâneos. Assim como Maria de Alânia, ela organizava um salão literário onde estudiosos, poetas e clérigos liam e debatiam seus trabalhos mais recentes.

Apesar da determinação natural de seu irmão em suceder o pai, Ana nunca pareceu aceitar seu destino: ser-lhe negado o papel de imperatriz. Sua mãe, Irene Ducena, incentivou sua oposição equivocada a João, tentando também persuadir o marido a nomear Briênio como seu sucessor, uma possibilidade que Aleixo não descartou completamente. Mas o próprio Briênio sabia que um genro como ele não tinha chance contra um filho legítimo, e recusou-se a participar dos planos de Ana. Assim, quando Aleixo I jazia em seu leito de morte em 1118, foi João quem tomou o anel do dedo do pai e se aclamou imperador. Mesmo após essa sucessão perfeitamente normal, Irene e Ana continuaram a conspirar contra ele, e depois de um ano ele as obrigou a se retirar para o mosteiro da Virgem Cecaritomene ("cheia de graça"). Lá, em 1127, sua mãe faleceu, e após a morte do marido, por volta de 1137, Ana começou a trabalhar naquela que se tornaria sua obra-prima.

A *Alexíada* é dedicada a Aleixo I Comneno. Seu título ecoa Homero, sugerindo que seu pai era uma espécie de Odisseu. Embora não tão longa quanto a *Odisseia*, e escrita em prosa em vez de verso, a história de Ana é ambiciosamente concebida para abranger a maioria dos aspectos da ascensão de Aleixo ao poder e seu reinado de trinta e sete anos. Com setecentas páginas em sua tradução para o espanhol, a obra é repleta de histórias emocionantes e detalhes humorísticos. Os três primeiros livros são dedicados a absolver a família Comneno de qualquer culpa por ter usurpado o poder imperial. Os livros IV a IX são dedicados às guerras contra os normandos, os citas (tribos do norte que lutavam com armas "bárbaras"), os turcos e os cumanos. Nos livros X e XI, Ana apresenta seu famoso relato da Primeira Cruzada (1096-1104), que é comparável aos relatos ocidentais sobre o assunto. Em seguida, ela narra a invasão normanda do império em 1105, liderada por Boemundo, filho de Roberto Guiscardo, e sua subsequente derrota. Os dois últimos livros abordam outras campanhas militares, o tratamento dado aos dualistas maniqueístas e bogomilos (uma heresia que Aleixo foi forçado a erradicar) e a fundação do Orfanato de Constantinopla. Em meio a essa narrativa concentrada de feitos militares e outras atividades, Ana frequentemente relata os eventos fora da ordem cronológica e raramente menciona assuntos internos.

No entanto, é evidente que seu pai restaurou o poder imperial e deixou para João II um império muito mais forte. Ana documenta esse processo indiretamente, mostrando como seu pai desenvolveu qualidades imperiais.

Assim que assumiu a liderança sobre os romanos, sendo um homem de ação, envolveu-se imediatamente nos assuntos de Estado [...] Aleixo, mestre na ciência do governo, direcionou todas as suas inovações para o bem do próprio império.

Ele se apoiou principalmente em suas próprias conexões para preencher cargos administrativos importantes, incluindo sua própria mãe, Anna Dalasena. Um de seus primeiros atos como imperador foi colocar toda a administração sob seu controle.

Assim sendo, decreto [...] que, em virtude de sua vasta experiência em assuntos mundanos, [...] quaisquer decretos que ela tenha redigido [...] terão a mesma validade permanente como se tivessem sido promulgados por minha serena Majestade [...] E quaisquer soluções ou ordens, escritas ou não, razoáveis ou não, que ela possa dar, desde que contenham seu selo, serão consideradas como procedentes de minha mão soberana.

Dalasena estabeleceu uma rotina monástica no palácio imperial, o que contribuiu para impor maior ordem à administração. Ela desempenhou um papel fundamental na transição para o domínio dos Comnenos e ainda estava ativa em 1095, quando ordenou o cegamento e o exílio de Nicéforo Diógenes, que havia conspirado contra Aleixo.

Essa poderosa dama criou pelo menos oito filhos, que depois casou da maneira mais vantajosa para forjar alianças com outras famílias da elite. Embora anteriormente se opusesse ao clã Ducas, Ana Dalasena reconheceu que a união de seu filho Aleixo com Irene Ducasena solidificaria a nova dinastia Comneno com uma rede de apoio sem precedentes. Quando Aleixo I reorganizou a administração, criou uma série de novos títulos na corte, que restringiu a membros de sua família e àqueles dentro dessa rede de apoio, criando assim um acréscimo significativo e duradouro à hierarquia. Em sua autobiografia, Ana Comnena documenta o serviço leal prestado por homens de origens humildes, até mesmo estrangeiros, que também foram incorporados aos círculos governantes. Embora não detalhe as reformas monetárias de seu pai, a nova moeda de ouro de 20,5 quilates que ele emitiu é documentada em um tratado sobre tributação conhecido como *Logarike*, que inclui vários relatórios de cobradores de impostos, bem como as respostas de Aleixo, refletindo como os impostos eram calculados nas províncias de acordo com a nova moeda de ouro. E, claro, Ana elogia o imperador por manter a ortodoxia, especialmente ao condenar o ressurgimento da heresia bogomil, cujo líder, Basílio, foi queimado na fogueira.

No âmbito das relações exteriores, Ana dedica especial atenção à estabilidade e à ordem que seu pai impôs após uma década de guerra civil. Mesmo antes de sua ascensão ao poder em 1081, ela enfatiza suas negociações com Veneza. A vasta gama de privilégios concedidos por Aleixo à república favoreceu seus mercadores em detrimento dos bizantinos, mas também fortaleceu o apoio naval contra os normandos. Quando os turcos atacaram Damalis no Bósforo, Ana explica como seu pai os forçou a recuar.

Ele ordenou aos homens recrutados às pressas que embarcassem em pequenos barcos [...] com apenas arcos e escudos [...] para navegar secretamente durante a noite ao redor dos promontórios da costa e então [...] saltar de seus barcos e atacar os turcos; depois, eles tinham que reembarkar e retornar imediatamente à base [...] Ele os advertiu para instruir seus remadores a não fazerem nenhum barulho com os remos.

Gradualmente, os turcos foram se retirando, e Aleixo imediatamente ordenou que suas tropas tomassem as aldeias e os edifícios:

Os soldados de infantaria receberam ordens para montar seus cavalos, empunhar uma lança e realizar incursões de cavalaria contra o inimigo [...] em plena luz do dia [...] Assim, a chama oculta do prestígio romano começou gradualmente a arder [...] e o sultão foi forçado a implorar urgentemente por um armistício.

Ao incitar os chefes turcos uns contra os outros, Aleixo conseguiu recuperar um território considerável, mas não pôde impedir a queda de Icônio em 1084, quando a cidade se tornou a capital do Sultanato Seljúcida de Rum.

A conquista turca de Jerusalém em 1087 levou Aleixo a apelar ao Papa Urbano II por uma frente unida de todos os cristãos contra os guerreiros muçulmanos (ver Capítulo 24). Este evento inaugurou uma política completamente nova em Bizâncio, que trouxe forças ocidentais para o Mediterrâneo oriental. Em 1097, com a ajuda dos cruzados, Aleixo recapturou Niceia dos turcos. Quatro anos depois, os cruzados também ajudaram a recapturar Ancara, e Aleixo então prosseguiu com o restabelecimento do controle imperial sobre as costas norte, oeste e sul da Ásia Menor. Embora a chegada de ambiciosos cavaleiros e mercadores ocidentais tenha trazido desafios adicionais, Bizâncio também se beneficiou, e Ana pode, com razão, elogiar seu pai por ter forjado laços mais fortes com a cristandade ocidental.

A *Alexíada* está repleta de descrições emocionantes de batalhas, debates e recepções, intercaladas com esboços dos vários personagens envolvidos, incluindo suas peculiaridades, vestimentas e filosofias. Após uma derrota particularmente humilhante nas mãos dos pechenegues, por exemplo, Ana narra como Jorge Paleólogo sobreviveu à perda de seu cavalo vagando a pé por onze dias até encontrar refúgio na casa de uma viúva cujos filhos haviam fugido da batalha. Ela lhe mostrou o caminho de volta para seus partidários. Durante a invasão de Chipre, Ana relata que Rapsomates, o usurpador, era tão inexperiente em assuntos militares que sentia pânico e vertigem sempre que montava um cavalo. Ela também dedica um espaço considerável ao engenhoso estratagema pelo qual Boemundo, o líder normando, escapou de Antioquia em 1104: espalhando o boato de que havia morrido, ele se trancou em um caixão com um galo morto que cheirava a cadáver e foi transportado por mar para Roma. "Como é que eu consigo suportar esse insulto bem debaixo do nariz deles?", pondera Ana, afirmando que se tratava de "uma manobra única e sem precedentes [...] destinada a provocar a queda do Império Romano". Ela desconhecia que a mesma artimanha já havia sido empregada pelos normandos, a quem Ana denuncia repetidamente como um povo tão astuto quanto traiçoeiro.

Na *Alexíada*, Ana não expressa qualquer dúvida sobre a importância do papel de seu pai, oferecendo amplas justificativas para as negociações fracassadas e as derrotas nas mãos dos normandos, de Roberto Guiscardo e de Boemundo, bem como desculpas para os planos imperiais que deram errado. Em outros trechos, ela enfatiza a astúcia do imperador em ludibriar os turcos e citas, e sua habilidade em persuadi-los a não lutar. Qualquer indício de pedido de desculpas é disfarçado por declarações floridas sobre a "virtude suprema" e as "qualidades maravilhosas" de seu pai, que ele demonstrou igualmente em batalhas contra

inimigos externos e contra hereges. Ana alude repetidamente ao conflito entre seu desejo de elogiar, decorrente da lealdade filial, e seu dever de registrar a história profissionalmente, assegurando assim ao leitor que ela é, antes de tudo, uma historiadora.

Ana conclui que o triunfo final de Aleixo sobre os hereges bogomilos encerrou um "reinado de ousadia e inovação sem precedentes". Ela afirma que "os homens que viveram naquela época e que se juntaram a ele ainda devem se maravilhar com as conquistas daquele período". Aqui, ela identifica três características marcantes do reinado de seu pai — ousadia, inovação e surpresa — que contribuíram para o sucesso da restauração do poder imperial. Ela confirma que Bizâncio sempre manteve sua capacidade de inovar. Obviamente, Aleixo não podia retroceder no tempo, já que o império havia sido enfraquecido pela crise do século XI; mas Ana nos deixa com a nítida impressão de que a ousadia, a inovação e a surpresa de seu pai foram eficazes na renovação de Bizâncio como uma potência mundial.

Os leitores da *Alexíada* não devem esquecer que a obra foi escrita por uma mulher. Embora as mulheres bizantinas escrevessem cartas, hinos, versos e biografias de santos, esta é a única obra histórica extensa conhecida. Naquela época, havia muitas escritoras atuantes no Ocidente: Hildegarda de Bingen escreveu tratados médicos e descrições de suas visões, enquanto Maria de França compôs seus *Lais* ("Contos") e Cristina de Pizan fez o mesmo com seu *Livro da Cidade das Damas*. Mas suas narrativas, literatura visionária e canções de trovadores não tinham a mesma abrangência, e nenhuma delas escreveu uma história secular equivalente. De fato, a *Alexíada* é tão ambiciosa que alguns historiadores chegaram a duvidar que a própria Ana a tenha escrito. Em particular, sugeriram que ela não poderia ter descrito as ações militares com tantos detalhes e que deve ter usado um dossiê de anotações compilado por seu marido, Nicéforo Briênio. Ele havia sido incumbido pela Imperatriz Irene de continuar a história de Pselo, desde o reinado de Romano Diógenes (1068-1071) até o de Aleixo I Comneno, mas só conseguiu completar quatro livros, terminando em 1079 e deixando uma versão inacabada. Embora Ana faça repetidas alusões à *História de Nicéforo*, ela não menciona diretamente o material adicional compilado por seu marido, que poderia ter utilizado em sua própria obra. E mesmo quando cita a *História de Nicéforo*, Ana reescreve o material em seu próprio estilo literário, mais desenvolvido que o dele. Visto que todos os historiadores, homens ou mulheres, utilizam fontes alheias, o fato de Ana ter se baseado em relatos de eventos que não presenciou pessoalmente, permitindo que os leitores avaliem sua confiabilidade ou possíveis vieses, não diminui em nada seu prestígio intelectual.

Sim, ela indica, naturalmente, como eventos específicos, estratégias militares e batalhas foram relatados. Como outros historiadores, ela segue as tradições estabelecidas da historiografia bizantina, que estudava atentamente os modelos clássicos de Tucídides e Heródoto. Sempre que possível, os historiadores utilizavam relatos de testemunhas oculares, histórias que circulavam entre os soldados que participaram das campanhas militares ou relatórios escritos posteriormente. Ana segue essa prática, assim como todos os autores ao descrever campanhas nas quais não participaram. Assim, por exemplo, ela cita um legado latino, enviado pelo Bispo de Bari a Roberto Guiscardo durante suas campanhas contra Dirráquio, como fonte de sua descrição de uma terrível tempestade que destruiu a maior parte da frota normanda. Como Ana e sua mãe acompanharam Aleixo em várias de suas campanhas, ela também teve a oportunidade de ouvir o que aconteceu diretamente de seu

pai, bem como as discussões entre ele e seus comandantes militares, como Jorge Paleólogo, e as experiências de outros participantes. Seu relato está repleto de debates e conversas, onde ela frequentemente cita as palavras exatas que foram ditas, palavras que ela mesma pode muito bem ter ouvido.

Ana também se baseou em fontes escritas, incluindo registros governamentais de alianças estabelecidas e estratégias planejadas, bem como relatórios sobre quais táticas militares funcionaram, quais falharam e como o inimigo reagiu. Atos individuais de bravura ou traição, e mortes em serviço, também foram registrados. Notícias do campo de batalha eram anunciadas na capital, no Fórum de Constantino, como, por exemplo, quando Eustácio Kamytzes descreveu sua extraordinária fuga do ataque turco a Niceia. Embora outros autores — homens — muitas vezes tivessem experiência direta da guerra, Ana estava em uma posição privilegiada, no coração do poder bizantino, para saber o que estava acontecendo. Naturalmente, ela sempre se mostrava ansiosa para retratar seu pai sob uma luz favorável, mesmo quando seus planos de batalha falharam e ele foi obrigado a fugir.

Outro motivo para enfatizar as habilidades diplomáticas de seu pai pode ter surgido em 1147, quando Manuel I Comneno recebeu os líderes da Segunda Cruzada em Constantinopla. Ana provavelmente desejava contrastar as simpatias pró-ocidentais de seu sobrinho naquele momento com a reação mais cautelosa e calculada de seu pai às forças da Primeira Cruzada. A chegada do grande contingente de cavaleiros e peregrinos cristãos em 1096 foi um ponto de virada crucial nas relações entre o Oriente e o Ocidente, que moldaria todas as relações subsequentes entre os cristãos. Como Manuel era muito elogiado pelos oradores da corte por sua postura imperial e proeza militar, Ana pode ter sentido a necessidade de chamar a atenção para as conquistas de Aleixo, que corriam o risco de serem negligenciadas. Sua história, portanto, serve para contrapor a propaganda política elaborada pelos retóricos da corte de meados do século XII em favor de Manuel.

Este último também endossou novos e estranhos costumes ocidentais, como as justas e o uso de calças, ambos introduzidos em Bizâncio no século XII. Embora o traje da corte continuasse sendo a longa túnica de seda de várias cores, o uniforme militar bizantino manteve o estilo romano de usar uma túnica mais curta com protetores de perna; nenhuma dessas tradições permitia o uso de calças, que eram consideradas uma novidade bastante indecente. Da mesma forma, embora a elite da corte jogasse polo desde sua introdução da Pérsia no século V, as justas eram um esporte relativamente novo. No século IX, há várias referências a demonstrações de combate a cavalo entre indivíduos, nas quais um bizantino consegue derrubar um oponente estrangeiro do cavalo, mas o tipo ocidental de justa era desconhecido. Essas duas invenções provocaram oposição dos conservadores, então, ao associá-las a Manuel, Ana pode ter expressado desaprovação pessoal em relação ao sobrinho. Também é possível que ele considerasse seu entusiasmo pelos costumes ocidentais não apenas desastroso, mas até perigoso.

Ana estava escrevendo sua história quando a conquista turca da Ásia Menor central se tornou uma realidade mais permanente. Desde a derrota bizantina em Manzikert, em 1071, várias tribos haviam penetrado na região, forçando a população local a fugir para o oeste; aldeias inteiras, bispos e proprietários de terras buscaram novos lares nas províncias europeias do império. Essa migração de leste para oeste levou a um maior desenvolvimento

nas províncias balcânicas e gregas, ajudando a compensar as perdas sofridas na Ásia. Mas a incapacidade do império de conter o avanço turco, apesar da ajuda dos cruzados, tornou-se ainda mais evidente na década de 1130. Embora Aleixo I tivesse estabilizado a moeda de ouro em 1092, a riqueza do império havia diminuído. No Ocidente, os principais beneficiários seriam Veneza, Pisa e Gênova, enquanto os turcos, por sua vez, estabeleceram seus caravancerais nas províncias conquistadas da Ásia Menor, ligando assim esses territórios à sua distante pátria. Ana pode ter criticado a estreita relação entre o Imperador Manuel e os monarcas ocidentais, que nada fizeram para recuperar o território imperial perdido.

Ana conclui a *Alexíada* com profunda tristeza, fruto de um sentimento de fracasso por não ter conseguido persuadir seu marido, Nicéforo Briênio, a tentar tomar o poder supremo quando Aleixo I jazia em seu leito de morte. Isso ajuda a explicar por que ela termina sua narrativa em lágrimas, descrevendo a ascensão de seu irmão ao poder e lamentando seu próprio destino. Apesar disso, sua *Alexíada* é uma leitura fascinante. É uma história do reinado de seu pai, uma biografia de sua família e também uma autobiografia, já que Ana frequentemente relata suas reações pessoais aos eventos, bem como seus pensamentos e medos. Além disso, é composta na forma bizantina mais desenvolvida do grego ático, repleta de palavras obscuras e provérbios antigos. O estilo de Ana é altamente refinado e bastante instigante. Assim como o reinado de seu estimado pai, Aleixo I Comneno, sua história é ousada, inovadora e surpreendente. Nenhuma outra mulher na Idade Média, do Oriente ou do Ocidente, teve a visão, a confiança e a capacidade de realizar um projeto tão ambicioso.

Uma sociedade cosmopolita

Sou considerado um cita entre citas, um latino entre latinos...

E eu também falo com os persas em persa...

Aos Alanos, digo em sua língua:

"Bom dia, meu senhor, minha *arcontesa*, de onde vocês são?"

Tapanjas mesfili jsina korzi kanda, etcétera»...

Dirijo-me aos árabes em árabe, pois eles são árabes...

E eu também saúdo as *rosas* de acordo com seus costumes...

« *Sdraste, brate, sestritza* », e eu digo « *dobra deni* ».

Aos judeus, digo de forma apropriada em hebraico:

"Tu, masmorra consagrada à magia, cuja boca é como uma..."

abismo que engole moscas,

Memakomene bez fagi beelzebul timaie..." ^[59].

J UAN T ZETZES, Epílogo de sua *Teogonia*, século XII

No século XII, quando João Tzetzes escreveu esses versos com a intenção de dar as boas-vindas aos visitantes da capital bizantina (com exceção dos judeus, a quem se dirigia apenas com insultos), e onde demonstrou seu conhecimento das línguas que usava para se dirigir às diversas pessoas que encontrava nas ruas de Constantinopla, certamente não estava exagerando quanto ao número de estrangeiros que visitavam a cidade. Aliás, ele pode até ter mencionado a famosa Guarda Varangiana, formada em 988 por Basílio II, cujos membros incluíam russos, escandinavos e anglo-saxões, ou o contingente alemão estabelecido em seu próprio bairro desde a década de 1140, ou os catalães de Barcelona que também frequentavam os mercados do império e serviam como mercenários em seus exércitos.

Em sua atitude em relação aos judeus, João representa uma das opiniões predominantes em Bizâncio, ou seja, a de que os judeus eram incapazes de compreender a mensagem universal do cristianismo e permaneciam apegados às suas próprias tradições tribais. O versículo citado aqui continua: "Judeu inflexível, o Senhor veio, e um raio atingirá a sua cabeça". Isso porque, como Deus havia revelado a Lei a Moisés, conforme declarado no Antigo Testamento, os judeus também eram um povo escolhido e, portanto, não podiam ser simplesmente descartados como hereges ou pagãos. Esse comentário ambíguo reflete uma relação tensa: a alusão a Belzebu (do hebraico *Baal Zebub*, "Senhor Mosca") revela a crença popular de que ele era "o Senhor das Moscas", enquanto a magia era frequentemente associada às práticas judaicas. No entanto, comunidades judaicas viviam e trabalhavam nas principais cidades de Bizâncio já na época de Constantino I. Elas não eram forçadas a residir em guetos separados, mas provavelmente se reuniam nas áreas próximas às suas sinagogas. Embora provavelmente falassem hebraico, como explica João, a partir do século VI eles usaram a tradução grega da Bíblia Hebraica (a Septuaginta) e foram completamente helenizados.

Ocasionalmente, eram submetidos a perseguições, como sob o imperador Heráclio no século VII, que ordenou sua conversão ao cristianismo, e novamente no século VIII, quando o imperador Leão III os forçou a aceitar o batismo. Apesar disso, sabiam como contornar a situação, como explica Teófanos: "Os judeus [...] eram batizados contra a sua vontade e, em seguida, lavavam-se para remover o batismo e participavam da Sagrada Comunhão de

estômago cheio para profanar a fé”. Leão VI promulgou uma lei semelhante no final do século IX, provavelmente com os mesmos resultados. Conversões permanentes de um grande número de pessoas são improváveis. Na Esparta do século X — a Lacedemônia medieval — São Nicon atacou a comunidade judaica local, alegando que os judeus eram responsáveis pela epidemia que assolava a cidade. Expulsou-os e recusou-se a permitir que retornassem ao trabalho como tecelões e acabadores de roupas, a menos que se convertessem. Os judeus eram frequentemente culpados por doenças ou mortes inexplicáveis, bem como por outras desgraças sofridas pelos cristãos. No início do século VIII, por exemplo, o primeiro surto iconoclasta contra igrejas cristãs na Síria muçulmana foi atribuído a um mago judeu.

Contudo, em Bizâncio, os judeus eram geralmente tolerados e suas características distintivas eram permitidas. Em todo o império, trabalhavam como mercadores, banqueiros e agiotas, além de serem empregados como tecelões de seda e confeccionadores de roupas. Graças ao *relato de viagem* do rabino espanhol Benjamin de Tudela, no qual ele registra suas visitas a quase trinta comunidades em Bizâncio durante a década de 1160, sabemos da existência de cerca de nove mil judeus envolvidos em uma ampla gama de atividades. Esses grupos variavam de uma pequena e empobrecida comunidade agrícola de duzentas pessoas no Monte Parnaso, perto de Delfos, a diversos grupos urbanos, grandes e pequenos, incluindo os judeus residentes em Constantinopla, especialmente em Gálata, o assentamento ao norte do Corno de Ouro que formava o décimo terceiro distrito da capital e que Benjamin mais tarde chamaria de Pera. Durante sua visita, ele constatou que os judeus bizantinos que ali residiam, assim como os de Tebas e Tessalônica, eram proeminentes na indústria da seda e que todos desfrutavam de um padrão de vida bastante elevado. Ele não parece ter visitado a comunidade de Kastoria, no norte da Grécia, que no final do século XI se dedicava à composição de novos hinos para uso nas sinagogas, mas em todos os lugares que visitou, anotou os nomes dos rabinos e estudiosos talmúdicos mais proeminentes.

Na própria Constantinopla, Benjamin ficou impressionado com a agitação dos mercadores vindos de todo o mundo, e entre suas origens ele menciona explicitamente a Mesopotâmia, a Babilônia, a Pérsia, o Egito e a Palestina, bem como outros países nórdicos e ocidentais. Ele menciona o médico do imperador, o rabino Salomão (chamado de "o Egípcio"), que era o único judeu autorizado a montar a cavalo, e também observa a divisão entre os caraitas, uma seita que rejeitava o Talmude — o judaísmo normativo — e os rabinos, que viviam de acordo com seus preceitos. Em Pera, os curtidores bizantinos insistiam em despejar suas águas residuais em frente às casas judaicas, o que gerava ódio e relações hostis. Mas as comunidades bizantinas não se incomodavam com nada que se aproximasse do nível de hostilidade que a Renânia testemunhou durante a Primeira Cruzada (como veremos). Durante suas viagens posteriores à Pérsia, Benjamin observou que os judeus persas eram mais ricos do que os de Bizâncio. No entanto, ele também enfatizou que nunca tinha visto uma cidade como Constantinopla, que descreveu como "comparável apenas a Bagdá". Os judeus eram parte integrante da sociedade cosmopolita bizantina.

Em contraste, muitos outros grupos buscavam emprego temporário dentro do império e trabalhavam para o sistema da corte imperial em funções específicas. Durante séculos, Bizâncio atraiu aventureiros, piratas, falsos profetas e hereges, todos em busca de fortuna ou de um público para suas demonstrações, bem como mercadores e mercenários que

ofereciam seus serviços. Os armênios, por exemplo, frequentemente encontravam emprego nas forças armadas bizantinas. À medida que o império se expandia a partir do século x, uma vasta rede de países e culturas se conectou a ele. Um exemplo particularmente marcante ocorreu em 1034, quando Harald Hardrada chegou a Constantinopla com 500 vikings armados com seus tradicionais machados de dois gumes. O jovem príncipe fora forçado a deixar a Noruega e viajar para Bizâncio via Novgorod, pelos canais russos e pelas colônias cristãs, navegando pelas corredeiras do baixo Dnieper e cruzando o Mar Negro. Em Constantinopla, que os escandinavos chamavam de Miklagard ("a Grande Cidade"), ele serviu por dez anos na Guarda Varangiana e participou das campanhas sicilianas. Seu sucesso atraiu outros mercenários da Islândia, Escandinávia e Inglaterra anglo-saxônica após a vitória normanda na Batalha de Hastings em 1066. Além de suas funções como membros de uma unidade de combate profissional, eles eram destacados para o Grande Palácio como membros da guarda, identificados por sua aparência e armamento distintos.

Existe muita confusão em torno do relato da partida de Harald de Constantinopla: sua *Saga* afirma que ele brigou com a Imperatriz Zoe, tentou sequestrar sua sobrinha Maria e esteve envolvido na conspiração para cegar Miguel V. Também descreve como Harald conseguiu escapar do Corno de Ouro, que estava bloqueado por correntes.

Ele ordenou a alguns de seus remadores que remassem com toda a força, enquanto aqueles que não estavam remando correram para a popa das galeras, carregadas com seus equipamentos. Dessa forma, as galeras caíram sobre as correntes. Assim que atingiram o topo das correntes, Harald ordenou a todos os homens que corressem para a proa. A galera de Harald inclinou-se para a frente com o impacto e se libertou das correntes; mas o outro navio ficou preso e sua popa foi despedaçada. Muitos de seus tripulantes pereceram, embora alguns tenham sido resgatados do mar. ^[60]

Mais tarde, Harald deixou Maria em terra e navegou de volta para Novgorod, onde o rei Yaroslav lhe deu sua filha em casamento. Ele acabou reivindicando sua herança como rei da Noruega, onde cunhou uma moeda de prata comum que parece ter imitado a moeda de prata bizantina, o *miliaresion* (equivalente a um doze avos de um *nomisma de ouro*); imitações semelhantes também foram encontradas na Suécia e na Finlândia. Harald provavelmente também fundou uma igreja dedicada a Santo Olaf na colônia escandinava de Constantinopla, para a qual os devotos do culto nórdico enviavam doações.

No século xii, esse recrutamento de soldados do norte foi complementado por diversos peregrinos cristãos, como o rei Érico da Dinamarca e seu sucessor, o rei Sigurd, que visitaram Constantinopla a caminho de Jerusalém e Roma, retornando com presentes na forma de relíquias, vestes eclesiásticas de ouro e prata e um livro de orações grego. Sigurd navegou pelos rios e atravessou o Mar Negro até a capital bizantina em seu drakkar viking, que mais tarde presenteou a Aleixo I Comneno. Esse navio, com sua cabeça de dragão, está retratado em uma famosa imagem de Constantinopla do século xv; o imperador colocou a cabeça de dragão dourada na Basílica de São Pedro. A Guarda Varangiana continuou a existir. Em julho de 1203, o cruzado ocidental Godofredo de Villehardouin descreveu uma impressionante guarda de honra: "Ingleses e dinamarqueses equipados com machados de batalha", flanqueando o caminho desde os portões do palácio de Blachernae até a entrada principal, onde Isaac II Ângelo estava entronizado. Esses mesmos guerreiros também lutariam contra

os cruzados durante o cerco de 1204 e morreriam ao lado dos bizantinos defendendo a cidade.

Os varegues deixaram sua marca em Constantinopla: um grafite em caracteres rúnicos (um antigo alfabeto germânico) rabiscado em um parapeito de mármore na Basílica de Santa Sofia sugere um momento de tédio durante uma longa liturgia, enquanto a inscrição rúnica em um leão de Pireu, perto de Atenas, agora em Veneza, está escrita em um estilo mais formal. Após concluírem seu serviço, eles retornavam para casa com moedas bizantinas, sedas usadas como sudários e toalhas de altar, armas e vestimentas distintas. De acordo com a *Saga de Laxdæla*, Bolli Bollason retornou adornado com uma magnífica túnica bordada a ouro, um manto púrpura e "vestes de seda que o rei de Miklagard lhe havia dado". Como resultado dessas relações estreitas e da troca de presentes, a influência bizantina na arquitetura religiosa, na pintura de afrescos, na iluminura de manuscritos e na escultura em marfim se espalhou por todo o norte, chegando até a Islândia. As estelas rúnicas foram erguidas em memória daqueles que viajaram para Bizâncio como mercadores, peregrinos e mercenários, cujos feitos também são comemorados em vários poemas e narrativas islandesas e escandinavas.

Outro grupo étnico que teve um grande impacto em Bizâncio no século XI foi o recrutado nas regiões orientais da Armênia e da Geórgia. Duas famílias, os Cecaumenos e os Pacurianos, em particular, destacam-se como fontes de grandes comandantes militares. Da primeira família, o general armênio Cecaumenus aprendeu a arte da escrita para compilar suas memórias, que incluem estratégias militares e vitórias surpreendentes sobre os búlgaros, bem como inúmeros conselhos a seus filhos baseados em sua experiência pessoal. Da segunda, conhecemos principalmente o georgiano Gregório Pacuriano, que lutou por Bizâncio de 1064 até sua morte em batalha contra os pechenegues em 1086. Ele e sua esposa, Kale, contribuíram para o mosteiro georgiano de Iviron, no Monte Atos, e o testamento dela detalha a distribuição de seus bens entre seus parentes e escravos libertos. Além disso, Gregório fundou seu próprio mosteiro em Petritzos (atual Bachkovo, Bulgária) e elaborou seus estatutos de fundação, prevendo a presença de 51 monges georgianos e um escriba, que deveria saber grego para lidar com as autoridades locais. Os monges recebiam seu estipêndio anual na Páscoa, quando o mosteiro realizava uma feira em seus portões. Muitos de seus companheiros de armas se retiraram para esse refúgio espiritual, que Gregório dotou de extensas propriedades.

Gregório também construiu três hospícios para viajantes dos Balcãs centrais que desciam o Vale do Maritsa em direção a Adrianópolis e Constantinopla. Ao fazê-lo, seguiu uma tradição bizantina que remontava ao início do cristianismo, refletindo um ideal de filantropia praticado pelos governantes como uma virtude imperial e emulado por outros, como Pacuriano. Em Constantinopla, a Imperatriz Irene estabeleceu cozinhas comunitárias, lares para idosos e cemitérios especiais para o sepultamento de estrangeiros que adoeciam e morriam na capital. Os serviços sociais eram mais desenvolvidos nos centros urbanos, mas os mosteiros rurais também podiam fornecer cuidados médicos básicos. Em 1152, por exemplo, Isaac Comneno fundou um mosteiro imperial em Vera (atual Ferrai, na Trácia), com um hospital de 36 leitos e um balneário público para a população local e para os monges. Pacuriano, portanto, aderiu à tradição profundamente enraizada de instituições de caridade,

que incluía um alto nível de assistência aos viajantes medievais e servia para promover a mobilidade e a mistura de diferentes povos.

No século XII, a dinastia Comneno, fundada por Aleixo I, empregou um grande número de estrangeiros, que por vezes eram recompensados com uma concessão conhecida como *pronoia* (literalmente, "cuidado"). Embora o significado exato do termo seja debatido, essas concessões davam ao beneficiário — frequentemente um soldado — o direito de arrecadar impostos estatais por um período limitado de uma propriedade específica, de um grupo de camponeses que ali viviam ou de fundações religiosas, como mosteiros. A concessão era considerada temporária e podia ser revogada a qualquer momento, mas sua ligação original com o serviço militar — seja como recompensa por ações passadas ou como incentivo para missões futuras — enfraqueceu-se gradualmente. Sob o reinado de Miguel VIII Paleólogo (1259-1282), tornou-se hereditária, privando assim o Estado permanentemente de uma importante fonte de receita; os beneficiários da *pronoia* passaram a estar limitados à arrecadação de impostos, sem poderem prestar qualquer serviço em troca. Com o tempo, portanto, o sistema introduzido no século XII para recompensar mercenários estrangeiros se tornaria uma das causas do enfraquecimento de Bizâncio.

Toda essa mistura cosmopolita levanta a questão de saber se Bizâncio, nos séculos XI e XII, era mais aberta a influências estrangeiras do que antes. Obviamente, a chegada dos cruzados ocidentais inevitavelmente desencadearia uma transformação significativa nas atitudes populares e das elites em relação aos cristãos latinos. No entanto, desde o final do século X, Bizâncio já atraía e empregava uma ampla gama de estrangeiros, que encontravam trabalho e remuneração nos mercados desenvolvidos do Império Romano do Oriente. A busca por riqueza era contrabalançada pela capacidade do império de absorver estrangeiros e por sua necessidade de mão de obra qualificada. A estrutura imperial era capaz de acomodar grande diversidade, desde que houvesse lealdade e, além disso, os imperadores eram atraídos pela novidade e pela variedade de habilidades de certos grupos guerreiros, como os varegues. A confiança de Bizâncio em sua própria organização social e política permitia um grau de tolerância maior do que o de outras sociedades medievais menos consolidadas.

Para todos aqueles que se estabeleceram em Bizâncio e pagaram impostos, o conhecimento do grego tornou-se essencial, e nos séculos XI e XII, aprender grego tornou-se mais fácil, visto que o grego vernáculo falado nas ruas era mais simples do que o grego ático usado pelos intelectuais (ver Capítulo 21). O demótico tornou-se gradualmente a língua comum do comércio no Mediterrâneo oriental, falado por mercadores árabes, sírios, venezianos, genoveses e pisanos. Era comum que os tradutores na corte imperial fossem italianos, embora isso não excluísse outros grupos. Durante o debate entre o Cardeal Humberto — que chefiava a embaixada romana — e o Patriarca Cerulário em 1054, foi um certo João, o Espanhol, quem teve de mediar as suas divergências. E em 1192, uma embaixada bizantina a Génova incluía um intérprete chamado Gerard Alamanopoulos (que significa "filho de Alamão"), um alemão que provavelmente se casara com uma grega. Os recém-chegados, portanto, tiveram acesso a Bizâncio por meio de um sistema linguístico menos complexo e puderam compreender os rudimentos do grego falado sem precisar aprender as formas mais avançadas da língua.

Estudiosos da literatura há muito observam uma certa semelhança entre poemas épicos ocidentais, como a *Canção de Rolando* ou a *Peregrinação de Carlos Magno*, e a epopeia de *Digenis Acritas* e o renascimento bizantino dos romances da Antiguidade Tardia, levantando a questão de possíveis influências ocidentais em Bizâncio. Embora três dos quatro romances bizantinos sejam compostos em grego ático, os feitos militares de Digenis são escritos no grego vernáculo falado no século XII. Nisso, compartilham uma característica comum com versos satíricos sobre oficiais proeminentes, narrativas de milagres cristãos e contos considerados "bons para a alma"; e o vernáculo também é usado em epopeias ocidentais. O grego falado foi igualmente incentivado por Maria de Alânia, sogra de Ana Comnena, na década de 1090, por Berta de Sulzbach, a primeira esposa de Manuel I (1143-1180), e por outras princesas ocidentais que encomendaram a vários autores, como João Tzetzes, a criação de versões em língua grega da *Ilíada* e da *Odisseia* para facilitar seu aprendizado da cultura grega.

O aumento dessa literatura, que podia ser apreciada tanto por latinos quanto por bizantinos sem instrução, reflete uma crescente consciência da dificuldade de dominar o grego ático e a necessidade de textos literários mais simples. Embora alguns historiadores acreditem que Leonor da Aquitânia, frequentemente considerada uma famosa mecenas dos trovadores, tenha acompanhado seu marido, o rei Luís VII da França, na Segunda Cruzada em 1147 e possa ter conhecido Bertha na corte bizantina, sua influência não foi de forma alguma essencial para esse desenvolvimento literário. O império estava mudando e se adaptando a novas pressões, incluindo a necessidade de uma forma alternativa de grego, correspondente à língua falada.

Além do crescente número de visitantes estrangeiros à corte imperial, a economia florescente de Bizâncio continuava a atrair mercadores de todo o Mediterrâneo. Em uma história satírica escrita por um autor anônimo do século XII, o herói Timarion, que se descreve como um turista da Capadócia, visita Tessalônica durante o festival anual de São Demétrio. Ele deseja ver seus locais sagrados, a igreja com o óleo milagroso que goteja do ícone do santo, e fica impressionado com a dimensão da feira. Ele sobe ao topo da Colina do Castelo para contemplar a vasta extensão de lojas:

As bancas dos comerciantes, umas em frente às outras, estavam dispostas em fileiras paralelas [...] e em vários pontos havia outras dispostas em ângulo em relação às fileiras [...] Não pude deixar de compará-las a uma centopeia, com um corpo muito comprido mostrando inúmeras perninhas sob a barriga [...] Havia todo tipo de roupa para homens e mulheres, tudo o que vinha da Beócia e do Peloponeso, da Itália e da Grécia, da Fenícia, do Egito, da Espanha e das Colunas de Hércules, onde são feitas as mais belas toalhas de altar .^[61]

Dessa forma, ele expressa sua surpresa com "a feira mais importante realizada na Macedônia", especificamente em 8 de outubro, dia da festa do santo.

Esses tipos de feiras estimulavam a economia local e atraíam claramente mercadores de todos os lugares, refletindo uma constante atividade comercial, apesar da escassez de moeda imperial nas províncias e da falta de registros escritos com os nomes dos mercadores. No século XII, a exportação de azeite e produtos de seda locais, que dependiam de plantações de amoreiras, é documentada em diversas fontes italianas. Mercadores venezianos frequentavam inúmeros portos no Peloponeso e na Grécia central, e era evidente que

lucravam com o comércio, mas Constantinopla continuava sendo o principal centro comercial. Sua prosperidade também dependia da presença de mercadores estrangeiros, alguns estabelecidos permanentemente em seus próprios bairros da cidade, e outros mais temporariamente. Em meados do século XII, o geógrafo árabe Al-Idrisi observou: "Constantinopla é próspera, tem mercados e mercadores, e seu povo é rico". A capital imperial ainda impressionava, mantendo o caráter cosmopolita que atraía tantos viajantes há séculos. Mesmo depois de 1261, Abdullah, um mercador muçulmano, considerou a cidade ainda mais impressionante.

É uma grande cidade costeira, comparável a Alexandria, e leva uma manhã inteira para atravessá-la de uma ponta à outra. Há uma praça com dois terços do tamanho de Damasco, cercada por muros com um portão, reservada exclusivamente para muçulmanos. Há também uma praça semelhante para os judeus [...] Existem cem mil igrejas, menos uma [...] Ele [o imperador] completou o número construindo a Grande Igreja [...] é um dos edifícios mais consideráveis e maravilhosos que se pode ver. [\[62\]](#).

Desde sua maior extensão no século VI, quando abrangia todo o Mediterrâneo oriental, até sua menor extensão no século XIV, quando se tornou um pequeno conjunto de cidades-estado, Bizâncio sempre foi um império, não uma nação. Seus habitantes, fossem gregos, latinos, armênios, judeus ou de outras comunidades, consideravam-se cidadãos bizantinos, pagando impostos e beneficiando-se de sua proteção e leis. O idioma oficial era o grego, embora tenha evoluído de suas raízes clássicas para um dialeto demótico mais fácil de aprender e que também podia ser compartilhado por aqueles com outras línguas maternas. Ao mesmo tempo, Bizâncio jamais perdeu sua visão homérica de imigração e hospitalidade para com os estrangeiros, da qual os recém-chegados continuaram a desfrutar.

Como muitos outros impérios, a corte importava estrangeiros como mercenários e funcionários, livres de lealdades a outros interesses, tanto na capital quanto em outros lugares. A mistura cosmopolita de Bizâncio, atraída de distâncias surpreendentes por oportunidades comerciais ou mera curiosidade, não se limitava a Constantinopla, como já vimos no exemplo da feira de Éfeso (ver Capítulo 14). Para onde quer que seus visitantes viajassem, navegando de porto em porto ou seguindo rotas terrestres, todo o império parecia organizado para o comércio e aberto a peregrinos, e seus hospícios, tabernas e hospedarias garantiam que o império, por mais orgulhoso e egocêntrico que fosse, jamais parecesse provinciano ou fechado.

Trimestre

Novas formas de Bizâncio

O ponto de virada das Cruzadas

Considerem, então, o que o Todo-Poderoso lhes deu, talvez para este propósito, para que por meio de vocês Ele possa redimir Jerusalém de tal impureza [...] Com a ajuda de Deus, cremos que isso pode ser feito por meio de vocês. [\[63\]](#).

GILBERT DE NO GENT, a respeito do sermão
do Papa Urbano II sobre a Primeira Cruzada em Clermont, em 1095

Em 1087, o equilíbrio de poder no Oriente Próximo mudou decisivamente quando os turcos seljúcidas capturaram Jerusalém. Após a vitória em Manzikert (1071), os turcos avançavam constantemente para o sul em direção ao seu objetivo, o Egito muçulmano. A conquista de Jerusalém interrompeu as rotas de peregrinação à Terra Santa e predisps os cristãos de todo o mundo conhecido à ação. Inspirados pelos relatos terríveis do Papa Urbano II sobre "os turcos vis e bastardos... uma raça amaldiçoada" e a "corrupção do paganismo", cavaleiros, soldados e até mesmo peregrinos pobres "tomaram a Cruz" (isto é, pintaram o sinal da cruz em suas roupas) no Ocidente e, na primavera de 1096, lançaram sua própria campanha para reconquistar a Terra Santa. As subsequentes Cruzadas contra os infiéis no Oriente Próximo aproximaram o Oriente e o Ocidente, embora frequentemente de forma hostil, durante o século XII, um contato no qual Bizâncio ocupou o lugar central.

Após uma década de guerra civil entre 1071 e 1081, Aleixo I Comneno (1081-1118) encontrou as forças de combate bizantinas completamente desorganizadas, percebendo a impossibilidade de realizar campanhas simultaneamente no Oriente contra os turcos e no Ocidente contra os normandos. Assim, foi forçado a concentrar-se na expulsão dos normandos do Epiro (1081-1085), enquanto um grupo de turcos seljúcidas se estabelecia em Niceia, na Ásia Menor ocidental. Em 1088, Aleixo solicitou e obteve o auxílio de uma companhia de quinhentos cavaleiros ligados ao Conde de Flandres, que prestaram excelentes serviços como mercenários. Dessa forma, em 1095, quando enviou um pedido de ajuda ao Ocidente por meio do Papa Urbano II, antecipou a chegada de forças militares adicionais do mesmo tipo para auxiliá-lo em suas batalhas contra os turcos na Ásia Menor. Ele pode ter pensado que suas necessidades poderiam ser alinhadas aos objetivos dos cristãos latinos. Juntos, eles expulsariam os turcos da Ásia Menor e depois reconquistariam Jerusalém.

Apesar da conquista árabe de Jerusalém, os cristãos continuaram a peregrinar à Terra Santa durante séculos. Após a conversão dos húngaros ao cristianismo, a rota terrestre para Jerusalém, através dos Balcãs e de Constantinopla, foi reaberta, permitindo que os viajantes ocidentais se familiarizassem com as riquezas de Bizâncio e sua impressionante coleção de relíquias. Essas visitas também fizeram com que os bizantinos tomassem conhecimento da força militar dos cavaleiros latinos. Embora o imperador talvez não tenha compreendido totalmente a vitalidade do papado, reformado por Gregório VIII (1073-1085), e a crescente influência da ordem monástica beneditina no Ocidente, ele cultivava boas relações com certos bispos de Roma e aspirava a promover a unidade cristã. Da mesma forma, embora o Papa Urbano II visse a cruzada como uma oportunidade para submeter a Igreja de Constantinopla ao controle de Roma, todos os relatos de seu sermão em Clermont incluem um apelo aos cavaleiros ocidentais, "que estão acostumados a travar guerras privadas até

mesmo contra os crentes", para que redirecionassem suas forças contra os infiéis. Fulcher de Chartres, por exemplo, relata que os exortou a "ajudar seus irmãos que vivem no Oriente, que precisam de sua ajuda, que muitas vezes clamaram por ela", refletindo claramente a ideia de uma frente cristã comum contra o ressurgimento do Islã. Roberto de Reims acrescenta que Urbano II também os encorajou de forma material:

Sigam pelo caminho até o Santo Sepulcro; tomem aquela terra das mãos da raça perversa e subjuguem-na para vocês. Aquela terra, da qual as Escrituras dizem que "mana leite e mel", foi dada por Deus como possessão aos filhos de Israel. ^[64].

Mas enquanto o Papa pregava a necessidade de os cristãos tomarem a Cruz e oferecia perdão (indulgência) pelos seus pecados caso o fizessem, um grande número de peregrinos, muitas vezes pobres e desarmados, incluindo mulheres e crianças, decidiu partir para o Oriente, liderados por pregadores carismáticos como Pedro, o Eremita, Walter, o Mendigo, e Gottschalk, um sacerdote da Renânia. A maioria deles seguiu uma rota do norte da França e da Alemanha até Constantinopla, passando pela Europa Central, inspirados pelas instruções de Urbano II para "apressarem-se o máximo possível na defesa da Igreja Oriental". A presença deles alterou fundamentalmente a ideia de uma campanha militar cristã conjunta contra as forças do Islã.

Alguns cavaleiros ocidentais já haviam lutado contra os muçulmanos na Espanha, e numerosos peregrinos conheciam as rotas que compunham o Caminho de Santiago até Compostela. Mas a peregrinação maciça a Jerusalém em 1096 reuniu pela primeira vez milhares de civis, em sua maioria desarmados. É possível que a ideia de participar de uma guerra santa contra os infiéis tenha servido para aguçar sua consciência do "outro" na sociedade medieval, uma consciência que mais tarde se voltou para os judeus. Segundo um relato atribuído a Solomon ben Simpson de Speyer, que faz parte de uma crônica judaica mais extensa compilada no século XII, os peregrinos cristãos diziam uns aos outros:

Eis-nos aqui, tendo percorrido um longo caminho [...] para nos vingarmos dos muçulmanos. Mas eis que aqui estão os judeus que vivem entre nós, cujos antepassados mataram [Jesus Cristo] e o sacrificaram sem qualquer motivo. Vinguem-nos primeiro deles. ^[65].

Assim, além de procurarem e matarem todos os judeus que conseguiam encontrar em Colônia, Mainz, Speyer e Worms, aqueles que haviam tomado a Cruz também destruíram sinagogas e queimaram exemplares da Torá. Violência semelhante irrompeu na Hungria, onde os peregrinos entraram em conflito com os cristãos locais. Alberto de Aachen, escrevendo sua crônica cinquenta anos após a cruzada, relata que eles se comportaram muito mal com os húngaros: "Como um povo grosseiro, rude, indisciplinado e arrogante, cometeram muitos outros crimes". Tais distúrbios ao longo da rota dos peregrinos criaram grandes dificuldades para aqueles que os seguiam e também estabeleceram um padrão negativo nas atitudes ocidentais em relação aos habitantes desconhecidos da Europa Oriental, incluindo os bizantinos.

Embora Ana Comnena possa ter exagerado ao afirmar que 100.000 cavaleiros e 80.000 soldados de infantaria participaram da grande peregrinação, historiadores modernos reconhecem que mais de 30.000 cavaleiros e um número ainda maior de peregrinos chegaram à capital bizantina. O fato é que o movimento assumiu uma forma muito diferente daquela que o imperador bizantino havia imaginado, pois ele aspirava a ter um corpo compacto de soldados disciplinados. Embora hoje seja conhecida como a Primeira Cruzada, na época seus participantes se identificavam como peregrinos viajando para Jerusalém acompanhados por um contingente armado e montado que lutaria para reconquistar a Terra Santa. O grupo liderado por Pedro, o Eremita, chegou primeiro a Constantinopla, com a intenção de completar sua peregrinação a pé, mas com uma necessidade desesperada de descanso antes de empreender a parte mais perigosa da rota pela Ásia Menor. Mercados foram montados para que pudessem comprar comida, e então foram transportados de barco através do Bósforo. Quando as forças de combate finalmente chegaram, o imperador insistiu que seus líderes jurassem devolver-lhe qualquer território bizantino recapturado dos seljúcidas, algo que alguns deles relutaram em fazer. Apesar das inúmeras dificuldades de cooperação, as forças cristãs combinadas seguiram os peregrinos até a Ásia Menor e conseguiram recapturar Niceia (junho de 1097). A cidade foi devolvida ao controle bizantino e, em seguida, as forças cruzadas partiram através do planalto da Anatólia sob o calor escaldante do verão.

Numerosos relatos do progresso da Primeira Cruzada, escritos por autores ocidentais, bizantinos e árabes, refletem a dissensão entre os cruzados e Aleixo I, entre os próprios cruzados e também entre as diversas autoridades muçulmanas. Essa dissensão atingiu seu ápice diante dos muros de Antioquia, que era fortemente defendida por muçulmanos locais. Após um cerco de sete meses, os cruzados finalmente romperam os muros e ocuparam a cidade (junho de 1098). Mas foram imediatamente confrontados por um poderoso exército turco, reunido por emires e tribos menores, que veio em auxílio da população. Alguns ocidentais que fugiram da cidade dissuadiram Aleixo I de enviar forças bizantinas para ajudar os cruzados, alegando que Antioquia estava condenada a cair nas mãos dos turcos. Sua decisão, no entanto, seria posteriormente denunciada como traição. A vitória final dos cristãos, atribuída em parte à descoberta milagrosa da Lança Sagrada (uma relíquia da paixão de Cristo), instalou Boemundo, filho do líder normando Roberto Guiscardo, como governante de Antioquia, em clara oposição ao juramento feito ao imperador bizantino.

A história turbulenta de Antioquia durante as Cruzadas ilustra a natureza contraditória dos objetivos de seus participantes. Aos olhos dos bizantinos, embora a cidade tivesse caído sob controle árabe entre 636 e 637, ela permaneceu alvo de campanhas bizantinas e, de fato, foi recapturada em 969. Contudo, pouco mais de um século depois, os seljúcidas a ocuparam em seu avanço para o sul, em direção a Jerusalém, e essa perda simbólica seria reparada por uma guerra santa cristã, que devolveria Antioquia ao controle bizantino. Mas para Boemundo e muitos dos principais cavaleiros da campanha, que aspiravam ativamente a estabelecer seus próprios principados no Oriente, a captura de Antioquia foi o primeiro exemplo em que a peregrinação se combinou com a conquista territorial. Os normandos já haviam demonstrado suas ambições a esse respeito com a ocupação das províncias bizantinas do sul da Itália por Guiscardo e a conquista da Inglaterra pelo duque Guilherme

em 1066. Quanto a Boemundo, ele só conseguiu evitar as represálias bizantinas por ter tomado Antioquia fingindo-se de morto e deixando a região em um caixão fétido, como relata Ana Comnena.

Em 1098, quando os cruzados partiram de Antioquia para conquistar Jerusalém, souberam que a cidade havia sido recapturada pelos fatímidas. Como os seljúcidas e outras tribos turcas haviam adotado a interpretação sunita do Islã, opondo-se assim à dinastia xiita que governava o Egito, as forças muçulmanas no Oriente Próximo estavam divididas. Graças, em parte, a essa falta de unidade, a Primeira Cruzada obteve um sucesso surpreendente. Após um cerco de seis semanas a Jerusalém (junho-julho de 1099), os latinos derrotaram os defensores da cidade e massacraram toda a sua população. Os cavaleiros ocidentais elegeram então Godofredo de Bulhão, um de seus líderes, como rei, estabelecendo assim um enclave cristão na Terra Santa. Esse triunfo provocou profunda frustração entre muçulmanos e judeus, para quem Jerusalém era um lugar especialmente sagrado. Sua exclusão da cidade, que estava sob domínio islâmico desde 638, provocou particular ressentimento.

Jerusalém permaneceria um ponto focal de aspirações conflitantes ao longo do século XII. Quando as forças muçulmanas renovaram seus esforços para recapturar a cidade, o reino latino buscou mais uma vez o auxílio dos cavaleiros ocidentais. A Segunda Cruzada não conseguiu reconquistar Damasco e sequer alcançou Jerusalém, mas novas forças chegaram por mar. Apesar do considerável sucesso no estabelecimento de uma colônia eficiente, com uma produção artística florescente patrocinada pela Rainha Melisende, que governou Jerusalém de 1131 a 1153, o enclave cristão estava constantemente sob ameaça. Os cruzados construíram castelos como o Krak des Chevaliers para proteger o reino, enquanto a Igreja do Santo Sepulcro, consagrada em 1149, simbolizava a fusão de elementos cristãos primitivos, árabes, românicos e bizantinos presentes na arquitetura cruzada. Finalmente, em 1187, Saladino, um general de origem curda que se tornou sultão do Egito, reconquistou a Cidade Santa para o Islã, e seu tratamento compassivo para com a população não muçulmana seria amplamente elogiado. No entanto, o retorno de Jerusalém ao controle islâmico desencadeou uma reação negativa no Ocidente, onde as autoridades da Igreja convocaram novamente novas Cruzadas. Isso resultou na Terceira Cruzada, de 1189 a 1192, e na Quarta, de 1202 a 1204.

Em todos esses encontros entre Oriente e Ocidente, a língua representava um problema fundamental: poucos gregos conheciam latim e ainda menos ocidentais falavam grego. No século XII, o imperador Manuel I (1143-1180) aumentou o número de ocidentais empregados na corte imperial, onde atuavam como tradutores e embaixadores. A crescente influência ocidental em Bizâncio já era evidente na predileção do imperador por justas, no uso de calças e na prática de escolher princesas ocidentais para se casarem com membros da família imperial. Embora essa política fosse por vezes criticada, a bravura e a coragem dos latinos em combate também eram apreciadas, ainda que a contragosto. A cavalo ou a pé, esses "francos" — como todos os ocidentais eram chamados — eram admirados por sua força. Ana Comnena admite que Boemundo, inimigo normando de seu pai, era um homem alto e bonito, e Nicetas Choniates, historiador do final do século XII, teceu elogios a Conrado de Monferrato, genro e aliado de Manuel I. Choniates chega a traçar um paralelo pouco

lisonjeiro entre os bizantinos, efeminados e covardes, e seus homólogos latinos, de ombros largos, corajosos e audaciosos.

Além das dificuldades linguísticas, os mercadores italianos também geravam tensões dentro do império. Como já vimos (capítulo 19), em Constantinopla, os venezianos controlavam um distrito inteiro com sua própria igreja e armazéns ao longo do Corno de Ouro, enquanto mercadores genoveses e pisanos também mantinham presença constante nos portos ao longo das costas do Adriático, Mediterrâneo e Egeu. Apesar da importância do comércio internacional para Bizâncio, as relações políticas nem sempre eram tranquilas, e os mercadores locais ressentiam-se das vantagens comerciais desfrutadas pelos italianos. As tensões eclodiram em 1171 e novamente em 1182, quando Manuel I e seu sucessor, Andrônico I (1182-1185), ordenaram ataques separados contra mercadores venezianos, seus navios e suas propriedades. Os prejuízos sofridos foram tão grandes que a república exigiu indenização: em 1203, a longa lista de casas, navios e propriedades destruídas ainda não havia sido paga, o que provavelmente contribuiu para exacerbar ainda mais o antagonismo.

As bases linguísticas, sociais e econômicas da hostilidade mútua entre os cristãos foram ainda mais exacerbadas pelas diferenças litúrgicas. A cláusula *Filioque* — isto é, “e do Filho” (ver capítulo 4) — recitada no credo latino, pode ter passado despercebida pelos gregos locais até 1054, mas a partir de então tornou-se um importante ponto de divisão, enquanto as diferenças relativas ao uso do fermento no pão, ao número de genuflexões e aos dias e graus de jejum eram óbvias e visíveis a todos. Os bizantinos ficaram chocados com o fato de bispos e clérigos ocidentais lutarem a cavalo, como cavaleiros, enquanto os latinos consideravam impróprio que padres ortodoxos e membros do baixo clero se casassem. Para o Patriarca de Constantinopla e sua comitiva, a reivindicação da primazia papal era especialmente ameaçadora, uma vez que concedia a Roma, a sé fundada por São Pedro, poder superior sobre todas as igrejas.

Outro ponto sério de discórdia decorria da política bizantina de manter relações diplomáticas com califas muçulmanos, bem como com outros emires muçulmanos e líderes turcos. Os cavaleiros ocidentais não compreendiam a longa tradição bizantina de troca de embaixadas com os inimigos do império, o que havia estabelecido uma verdadeira rede de contatos diplomáticos e de inteligência. Com base nisso, os bizantinos frequentemente conseguiam evitar guerras, trocar prisioneiros e manter a paz. Mas, no Ocidente, isso era condenado como traição. E essa acusação ressurgiu com mais força durante a década de 1180, quando Andrônico I teria se aliado a Saladino e aos turcos. Magno de Reichersberg, um monge alemão, chegou ao ponto de denunciar os gregos como traidores e hostis às forças ocidentais. A acusação continha um certo grau de propaganda e pode muito bem ter sido falsa. Mas o que é evidente é que os latinos ficaram surpresos com o fato de os imperadores bizantinos tradicionalmente estabelecerem contatos diplomáticos com líderes muçulmanos no Oriente Próximo, um comportamento que eles não apreciavam.

Esses sentimentos ambivalentes também geraram crescentes receios e temores, à medida que os apelos bizantinos por ajuda militar ocidental contra os turcos continuavam ao longo do século XII. Durante a Segunda Cruzada, em 1147, o rei Luís VII da França e o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Conrado, visitaram a capital bizantina,

onde o imperador Manuel organizou banquetes extravagantes para eles e garantiu que os soberanos visitassem os monumentos e relíquias mais importantes de Constantinopla. Ecos dessa visita real podem ser encontrados nas sagas islandesas e na epopeia da peregrinação de Carlos Magno a Jerusalém. Os cavaleiros ocidentais ficaram maravilhados com as riquezas do império, especialmente com as igrejas e mercados da grande metrópole de Constantinopla, enquanto os bizantinos temiam que os cruzados pudessem se tornar ambiciosos. Assim, reconheceram em Frederico Barbarossa um líder brilhante e ambicioso que poderia muito bem voltar suas forças contra a Cidade Rainha.

Entretanto, os turcos consolidavam seu controle sobre o planalto central da Ásia Menor. Em 1176, Manuel entrou em conflito com o sultão Kilij Arslan perto de Myrioccephalus, onde sofreu uma retumbante derrota. Isso confirmou a presença turca contínua no Sultanato de Rum, forçando os bispos a fugir e pressionando os cristãos a se converterem ao islamismo.

Nas duas últimas décadas do século XII, tanto as forças ocidentais quanto as bizantinas tinham motivos para desconfiança mútua. Durante a Terceira Cruzada, o imperador Isaac II Ângelo (1185-1195) foi duramente criticado por negociar uma trégua com os mamelucos do Egito enquanto os cruzados restauravam o controle cristão de Acre. Para assegurar Jerusalém, o Papa Inocêncio III pregou a Quarta Cruzada em 1198. Um ano depois, Aleixo III Ângelo (1195-1203), que havia substituído seu irmão Isaac II como imperador de Constantinopla após cegá-lo, enviou uma embaixada a Roma solicitando ajuda para atacar os turcos. O Papa respondeu que Aleixo teria que contribuir para a cruzada e que a Igreja Oriental teria que se submeter novamente à autoridade de Roma. Essa ameaça à independência da Igreja de Constantinopla seria um tema recorrente em todas as negociações subsequentes entre os cruzados e Bizâncio.

Na Quarta Cruzada, os cavaleiros do norte da Europa, liderados por Godofredo de Villehardouin, adotaram uma nova estratégia: atacar os muçulmanos a partir do Egito. Buscaram o auxílio de Veneza para transportar suas tropas através do Mediterrâneo até Alexandria, um acordo que teve um preço considerável. Contudo, quando chegou a hora, o número de cruzados em Veneza não era suficiente para cobrir o custo do transporte, que teve de ser feito em navios especialmente projetados. Os venezianos, então, propuseram um pequeno desvio da rota planejada para atacar Zara, uma cidade cristã na costa da Dalmácia. Se quisessem zarpar, os cruzados não tiveram escolha senão aceitar o acordo, e os despojos obtidos em Zara foram usados para financiar a cruzada. Mas em Zara, eles também conheceram o Príncipe Aleixo, filho de Isaac II, que havia escapado de seu cativeiro em Bizâncio para se juntar aos líderes da cruzada. O jovem pretendente ao trono, que conspirava contra seu tio Aleixo III, ofereceu-lhes uma contribuição de 200.000 marcos de prata se o restaurassem ao trono imperial. Ele também concordou que a Igreja de Constantinopla se submeteria ao Papa. Após longos debates, ficou decidido que a frota mudaria de rumo novamente, desta vez rumando para Constantinopla, para instalar Aleixo como o imperador legítimo, receber a quantia prometida e, em seguida, prosseguir para Alexandria. Contudo, muitos cavaleiros desertaram da expedição nesse ponto, desiludidos com os constantes atrasos para chegar ao Mediterrâneo oriental.

Na primavera de 1203, a frota partiu diligentemente de Zara, ancorou junto às muralhas de Constantinopla e, em poucas semanas, instalou Aleixo IV Ângelo no trono. Mas ele então

teve que honrar o acordo feito em Zara, o que se provaria muito mais difícil. Depois de quase um ano sem que Aleixo pagasse aos cruzados, uma delegação foi enviada para adverti-lo:

Nossos senhores têm exigido frequentemente que você [...] cumpra o contrato que firmou com eles. Se o fizer, ficarão extremamente satisfeitos; mas, se não o fizer, deixarão de considerá-lo seu senhor e amigo e usarão todos os meios à sua disposição para cobrar a dívida. ^[66].

Geoffrey de Villehardouin continua: “Os gregos ficaram extremamente surpresos e profundamente chocados com esta mensagem abertamente desafiadora [...] O ruído de vozes furiosas ecoou pelo salão.” Em sua história posterior da cruzada, ele explica que ficou extremamente feliz por ter saído vivo do Palácio de Blachernae. Uma vez lançado o desafio, a ação hostil tornou-se muito mais provável e, quando ficou claro que nenhum pagamento estava à vista, tornou-se inevitável. Em abril de 1204, os cruzados atacaram Constantinopla com suas armas de cerco mais sofisticadas, que originalmente haviam sido destinadas à Jerusalém muçulmana. Após um cerco de quatro dias, conseguiram romper as muralhas marítimas e saquearam a capital bizantina por cinco dias. Em seguida, proclamaram o Conde Balduíno da Flandres imperador e o veneziano Tomás Morosini patriarca, estabelecendo assim o que ficou conhecido como Império Latino. Os bizantinos foram forçados ao exílio.

Em todos esses eventos, o Doge de Veneza, Enrico Dandolo, desempenhou um papel decisivo. Ele havia vivido em Constantinopla na década de 1180 e perdido um olho em um ataque às possessões venezianas. Dandolo sugeriu que os sitiante aceitassem uma divisão do estimado butim de guerra, uma tática veneziana também empregada em Zara. Assim, em 1204, a *Partitio terrarum Imperii Romaniae foi elaborada* para justificar e consolidar os ganhos esperados com as riquezas não apenas da cidade, mas também do território da Romênia, um dos nomes que o Ocidente dava ao império. Quando as impressionantes fortificações da cidade pareciam inexpugnáveis, o conhecimento especializado de Dandolo sobre o Corno de Ouro provaria ser crucial para o sucesso do ataque final. Veneza também foi a potência que mais se beneficiou disso, já que a conquista de Constantinopla lhe concedeu direitos de ocupação sobre todos os portos comerciais que utilizava. O império comercial veneziano, criado como resultado da Quarta Cruzada, provaria ser muito mais frutífero e duradouro do que o Império Latino de Constantinopla, que duraria menos de seis anos.

Para Bizâncio, porém, a experiência do saque de abril de 1204 deixaria feridas indeléveis. Autores gregos e latinos registraram relatos vívidos de testemunhas oculares: Godofredo de Villehardouin, Roberto de Clari e Gunther de Pairis (um mosteiro na Alemanha) do lado ocidental, e Nicetas Choniates, o grande historiador bizantino medieval, do lado oriental. Ambos os lados concordam com a dimensão do saque e da devastação, que foi agravada por diversos incêndios. Gunther escreve:

...tanta riqueza em ouro e prata, tamanha magnificência em joias e vestimentas, tamanha profusão de valiosas mercadorias, tamanha abundância de alimentos, casas tão excepcionais repletas de mercadorias de todos os tipos [...] subitamente os transformou [os cruzados] de estrangeiros e pobres em cidadãos muito ricos. ^[67].

Nicetas, por sua vez, lamenta:

A bela cidade de Constantino, deleite e orgulho comum de todas as nações, foi devastada pelo fogo e enegrecida pela fuligem, tomada e esvaziada de toda a riqueza, pública e privada, bem como daquilo que era consagrado a Deus, pelas nações dispersas do Ocidente [...] destruindo os veneráveis ícones e espalhando as relíquias dos santos [...] apoderando-se como despojo os preciosos cálices e patenas [...] os gritos dos homens, os lamentos das mulheres, a captura de prisioneiros [...] e a profanação de corpos. ^[68].

• • •

Após cinco dias, Choniates e sua família só conseguiram escapar da destruição graças a um amigo veneziano, um comerciante de vinhos, que fingiu capturá-los como saque.

A ocupação latina de Constantinopla teria muitos efeitos duradouros, incluindo a transferência de inúmeras relíquias, antiguidades e tesouros para o Ocidente. Em 1207, por exemplo, Henrique de Ulmen presenteou seu bispo local com um magnífico relicário de ouro e esmalte da Vera Cruz, confeccionado por volta de 963. Sua presença hoje no tesouro da Catedral de Limburgo serve como lembrança do saque da maior cidade cristã do mundo medieval. Quatro antigos cavalos de bronze que guardavam o Hipódromo e inspiravam aqueles que ali competiam desde o século V foram levados para Veneza para decorar a fachada da Basílica de São Marcos, onde reproduções deles ainda podem ser vistas hoje (prancha 30). Os cruzados também levaram as esculturas do século VI da Igreja de São Polieucto, bem como esculturas, ícones, sedas, manuscritos e preciosos objetos litúrgicos — tudo parte do imenso butim dividido entre os cruzados.

Assim, os responsáveis pela Quarta Cruzada vieram subverter os ideais da Primeira. O espírito cristão de peregrinação e aventura, inspirado pelo sermão do Papa Urbano II em Clermont, foi destruído pela ocupação latina de Constantinopla. Embora esse evento não tenha posto fim às Cruzadas, sua sombra sombria pairaria sobre todas as tentativas subsequentes de reconstruir a unidade cristã diante do Islã.

As torres de Trebizonda, Arta, Niceia e Tessalônica.

Um colosso imponente, que rasga o ar, esforçando-se de alguma forma para alcançar os céus [...] a forma da torre, ou seja, a forma de uma delicada colmeia; um hexágono eleva sua forma mais bela às estrelas e à beleza do firmamento. Deus nos deu uma torre de força [...] uma altiva fortificação de beleza, uma torre de alegria inefável.^[69]

JUAN GEOMETRA, poema para uma torre, depois de 989

Em 12 de abril de 1204, a maior cidade da cristandade estava em ruínas fumegantes; seus palácios e as grandes casas de suas famílias mais importantes haviam sido saqueados; suas cortinas e esplêndidos guarda-roupas, chamuscados; seus telhados, consumidos pelas chamas. Bibliotecas inteiras, com os arquivos documentais que continham, se não reduzidas a cinzas, foram expostas à chuva e se tornaram alimento para insetos e roedores. Muitos objetos reveladores do cotidiano, de utensílios de cozinha a ícones e livros de orações, acumulados ao longo de centenas de anos, foram quebrados ou destruídos. Alguns dos despojos levados pelos conquistadores são hoje preservados como parte de diversos tesouros ocidentais, mas muitos dos mais belos objetos bizantinos foram perdidos em 1204. Quantos foram perdidos é desconhecido, e a possibilidade de que ainda mais tenham sido perdidos posteriormente para outros inimigos é improvável; o fato é que a destruição ocorreu ali e naquele momento.

Recentemente, aqueles dias de abril foram objeto de intenso reexame por estudiosos do mundo todo, por ocasião do 800º aniversário do saque de Constantinopla. O Papa João Paulo II pediu desculpas pelo ocorrido, proporcionando uma oportunidade para avaliar as atitudes dos historiadores modernos em relação a Bizâncio. Apesar da inegável presença bizantina no Ocidente medieval, persiste uma ignorância generalizada sobre a contribuição do império para o desenvolvimento europeu, visto que foi a força que conteve a expansão do Islã nos Bálcãs e o escudo protetor sob o qual os fragmentados reinos ocidentais desenvolveram a noção de Europa. Esse fato continua a influenciar alguns debates ocidentais em torno da Quarta Cruzada, que se baseiam no estereótipo de Bizâncio como uma área cinzenta e difusa: uma série de imperadores e batalhas ao longo de mil anos, e pouco mais. Pode-se dizer que os estudiosos bizantinos devem ser culpados por escreverem histórias complexas que não conseguem captar o funcionamento interno do império. Mas especialistas em história medieval ocidental também aderiram a essa descrição simplista. É muito fácil retornar à visão do início do Iluminismo sobre o império: um Estado moribundo e absolutamente peculiar que não merece mais atenção.

Uma das fontes dessa visão estereotipada — por mais difícil que seja documentá-la — parece ser o próprio ataque e destruição da capital bizantina em 1204. Em parte, o próprio império atraiu o ataque para si. O imperador Aleixo IV e seus conselheiros foram extraordinariamente imprudentes e complacentes ao permitirem que um exército de cerco totalmente equipado permanecesse acampado diante de seus portões, sem pagar aos cruzados conforme prometido, nem atacá-los e destruí-los. O conhecimento detalhado que o Doge de Veneza possuía sobre as muralhas marítimas contribuiu para o sucesso do ataque, mas os venezianos haviam aprendido as técnicas de diplomacia e a combinação implacável de comércio e força com Bizâncio. Veneza era, em parte, um produto do império, bem como

seu concorrente. Após a captura da cidade, quando os cruzados dividiram o império, Veneza reivindicou a maior parte. O Papa Inocêncio III enviou clérigos ocidentais para ocupar as terras agora sob a autoridade da Igreja de Roma, forçando bispos e monges ortodoxos ao exílio.

Mas agora o Ocidente cristão precisava explicar e justificar o massacre bárbaro e a destruição da cidade mais bela da cristandade. Como as forças dedicadas a combater os infiéis muçulmanos puderam queimar os ícones e profanar as igrejas da maior metrópole cristã? Simplesmente porque os bizantinos mereciam! O Império Bizantino precisava ser visto como algo traiçoeiro, fadado ao fracasso, efeminado, repugnante e desobediente a Roma. O resultado da Quarta Cruzada também confirmou, na mente do Papa Inocêncio e seus sucessores, bem como na dos governantes e monges ocidentais que participaram das Cruzadas, a ideia de que os gregos eram essencialmente astutos e traiçoeiros. Eles sempre usavam a diplomacia para esconder sua fraqueza e, quando forçados a lutar, demonstravam sua covardia. O sistema bizantino de governo imperial também era considerado instável, pois permitia que um rebelde se tornasse imperador e depusesse e cegasse um governante fracassado, o que projetava uma imagem de fraqueza para as monarquias nascentes da Europa, onde os soberanos buscavam consolidar sua autoridade. Além disso, a condenação desse antigo sistema político caminhava lado a lado com a admiração por suas relíquias, seus objetos de ouro e prata, ícones e sedas, que, em sua visão, mereciam lares melhores do que os de Bizâncio. Dessa forma, os cruzados justificavam seus próprios saques e pilhagens. O estereótipo negativo do termo "bizantino", no sentido de caracterizar uma cultura que não merece existir, tem sua origem precisamente na má-fé do saque de 1204.

A devastação foi tão profunda que Bizâncio talvez nunca tivesse se recuperado. Mas, enquanto muitos estados teriam sucumbido a um golpe tão direto no coração — sendo ocupados por meio século —, Bizâncio ressurgiria em uma multiplicidade de novas formas e em diferentes centros. Graças à vitalidade interna de sua civilização, o império perduraria por mais 250 anos.

Esta é uma das coisas mais surpreendentes que descobri enquanto escrevia este volume. Esperava, naturalmente, que Constantinopla desempenhasse um papel importante, dado o seu estatuto de cidade fabulosa e excecional, notável pelos seus edifícios e pelo seu comércio. Mas o que não esperava era a frequência com que o livro revelaria a fascinante novidade e inventividade dos mais diversos aspectos da civilização bizantina, desde o seu governo e religião às suas conquistas militares e intelectuais. Esta civilização fora capaz de desenvolver uma arma de artilharia explosiva e transportável por mar e de manter o seu segredo durante séculos. Fora capaz de gerar e sobreviver a um debate profundamente controverso sobre o papel dos ícones, da identidade e da crença religiosa. Quando a cristandade latina e o Oriente muçulmano insistiram em manter as suas escrituras nas línguas sagradas do latim e do árabe, Bizâncio teve a audácia de traduzir a Bíblia grega para uma língua escrita que os seus próprios estudiosos inventaram para facilitar a conversão dos eslavos. Teve a disciplina de cunhar e manter uma moeda estável durante mais de setecentos anos. Teve a engenhosidade de desenvolver formas monárquicas de poder, mantendo simultaneamente a administração romana. Inúmeras vezes, a extraordinária combinação de legados romanos, pagãos, cristãos e gregos deu-lhe a capacidade de se recuperar da adversidade, em vez de desaparecer e

deixar quase nenhum vestígio de suas conquistas. O Bizâncio que contradiz o estereótipo negativo geralmente aceito é o de uma sociedade vibrante e inventiva, que acreditava apaixonadamente em si mesma.

A prova desse argumento — de que a grandeza da metrópole repousava nos profundos recursos da civilização da qual ela era a cabeça visível — veio quando Bizâncio foi decapitada e o restante do território teve que responder à sua conquista e posse por forças estrangeiras. O que aconteceu a partir de 1204, quando as potências ocidentais estabeleceram um império latino em seu centro e ocuparam seu palácio por cinquenta e sete anos, deve ser considerado revelador dos elementos essenciais do restante da sociedade bizantina. E o que aconteceu foi que uma série de "mini-impérios bizantinos" surgiu, e Bizâncio ressurgiu em uma pluralidade de cidades, um fenômeno acompanhado por um florescimento da atividade artística bizantina.

Em Trebizonda, na fronteira oriental, dois irmãos Comnenos estabeleceram um império que seria muito mais do que uma cidade-estado e que continuaria a governar seu próprio destino de 1204 a 1461. Dois mil quilômetros a oeste, na Grécia Ocidental, o Epiro tornou-se o centro de outra potência bizantina, com sede nas cidades de Arta e Tessalônica, sendo esta última o porto mais movimentado do império, que se autoproclamou a verdadeira herdeira de Bizâncio. E mais perto dos muros de Constantinopla, do outro lado do Mar de Mármara, outro império, com sede em Niceia e governado por refugiados de Constantinopla, experimentou um magnífico ressurgimento. Mesmo algumas áreas que permaneceram permanentemente sob domínio veneziano, como foi o caso de Creta até sua conquista pelos turcos em 1669, jamais perderam seu caráter bizantino, indelével na língua e na religião gregas, e que se manifestou em novos afrescos, ícones, histórias e poemas. A força e o contexto das diversas respostas à perda de Constantinopla confirmam a profundidade das capacidades educacionais, administrativas, culturais e militares das tradições bizantinas, bem como sua habilidade de responder a desafios. O estereótipo de um império monolítico, burocrático, fraco, corrupto, excessivamente complexo e ineficiente, portanto, parece totalmente falso.

Durante as duas últimas décadas do século XII, revoltas já haviam eclodido nas províncias, refletindo um crescente antagonismo em relação ao governo central em Constantinopla. A usurpação de Andrônico Comneno em 1182 e o assassinato de seu sobrinho, o jovem imperador Aleixo II, parecem ter sido o ponto de partida para as revoltas nos Bálcãs: na Sérvia, Estêvão Nemanja expandiu seu poder, fundando uma dinastia independente que governaria até 1371, enquanto na Bulgária, dois irmãos, Ivan e Pedro Asen, romperam com Bizâncio e estabeleceram uma nova capital em Tarnovo. Um certo sentimento de frustração nas áreas periféricas, devido ao pagamento de altos impostos a Constantinopla sem receber nada em troca, é evidente nas queixas de Miguel Coniates, Metropolitano de Atenas (1180–1205):

O que vos falta? Não as planícies produtoras de trigo da Macedônia, Trácia e Tessália, que cultivamos; nem o vinho de Eubeia, Pteleão, Quios e Rodes, que prensamos; nem as belas vestes tecidas por nossas mãos tebanas e coríntias, nem toda a nossa riqueza, que flui, como muitos rios que deságuam num só mar, para a Cidade Rainha .^[70]

Essa insatisfação também se refletiu em Chipre, que se rebelou em 1185, fornecendo a Ricardo I da Inglaterra (chamado de "Coração de Leão") um pretexto para a conquista da ilha durante a Terceira Cruzada (ele a venderia posteriormente a Guido de Lusignan, antigo rei de Jerusalém). De forma semelhante, dentro de Bizâncio, surgiram líderes independentes que tomaram o controle de suas próprias cidades: em Filadélfia, na Ásia Menor ocidental, Teodoro Mankafas cunhou suas próprias moedas; na Grécia, Leão Sgouros fez do castelo de Acrocorinto seu centro; e um governante não identificado assumiu o controle de Metone, na costa sudoeste do Peloponeso. Esses chefes locais, ou arcontes, assumiram uma autoridade quase imperial, causando considerável perturbação ao governo central em Constantinopla.

Os eventos de 1204 consolidaram a fragmentação da autoridade imperial: os irmãos Comneno em Trebizonda, Miguel Comneno Ducas em Arta e Teodoro Láscaris em Niceia reforçaram a divisão regional de Bizâncio. Enquanto isso, Aleixo III Ângelo continuava a se considerar imperador *in absentia*; aliou-se a Leão Sgouros, fez campanha contra Láscaris na Ásia Menor e morreu em cativeiro em Niceia em 1211 ou 1212. Alguns cruzados que participaram do saque de abril de 1204 retornaram para casa com seus despojos, mas outros se dedicaram a reivindicar os territórios concedidos na *Partitio terrarum Imperii Romaniae*, de modo que, quando os cavaleiros cristãos entraram em conflito com os arcontes locais para tomar suas terras, todas as províncias do império foram afetadas por instabilidade política. De Constantinopla, Bonifácio de Monferrato liderou um grupo de cruzados para Tessalônica, que o imperador latino Balduíno I havia concedido; Vários membros da família De la Roche foram para Tebas e Atenas, enquanto Godofredo de Villehardouin — sobrinho do historiador — e Guilherme de Champlitte avançaram para o sul para estabelecer seu próprio principado na Acaia, no Peloponeso. Todos eles encontraram resistência organizada pelo antigo imperador Aleixo III, bem como por outros líderes bizantinos descontentes e pelos búlgaros. Enquanto isso, os venezianos estabeleceram seu controle sobre numerosos portos do Egeu, aos quais adicionaram Creta, comprada de Bonifácio, que não possuía os meios navais para conquistá-la. Esses centros marítimos formariam o núcleo de seu império comercial no Mediterrâneo oriental até o século XVII.

A fragmentação do território imperial poderia ter resultados positivos em escala local, visto que todos aqueles que aspiravam ao poder imperial bizantino estabeleciam suas próprias cortes, que necessitavam de administradores, retóricos, professores, artistas e generais para apoiar suas ambições. Graças aos sistemas educacionais de cada centro e a uma hierarquia eclesiástica composta por bispos altamente instruídos, as novas cortes emergiram bem equipadas com pessoal administrativo. Os governantes de Trebizonda, Arta e Niceia investiram seus esforços em construções, leis, agricultura e comércio, fomentando o desenvolvimento e patrocinando as artes em novas igrejas e mosteiros. Em sua rivalidade para representar Bizâncio, os novos centros se valeram de uma rica gama de qualidades regionais, competindo entre si por meio de propaganda local brilhantemente articulada por seus historiadores e intelectuais, sermões escritos por seu clero e edifícios imperiais construídos e decorados por artesãos locais.

Essa profusão de estados sucessores também teve que enfrentar outra consequência de 1204: a oportunidade, avidamente aproveitada pelo Papa Inocêncio III e seus sucessores, de colocar a Igreja Oriental sob seu controle, assim como Aleixo IV Ângelo havia feito em Zara.

Bispos latinos foram imediatamente nomeados para todas as principais sedes bizantinas controladas pelos cruzados, e frades dominicanos, franciscanos e cistercienses foram enviados para ocupar os mosteiros, que se tornariam os centros de conversão da ortodoxia grega para o cristianismo latino. Bizâncio foi, portanto, invadida pela segunda vez por uma força religiosa, determinada a mostrar aos gregos os erros de sua teologia. Mas essa tentativa de conquista espiritual foi amplamente frustrada. Os habitantes do império permaneceram leais ao seu próprio clero, mesmo quando seus bispos foram forçados ao exílio. Bizâncio resistiu e manteve seu patrimônio cultural, mesmo naquelas regiões remotas que os governantes de Constantinopla jamais conseguiriam recuperar.

No Chipre, por exemplo, as igrejas ortodoxas com afrescos, mosaicos e ícones continuaram a ser uma característica dominante da ilha, embora a sua história no final da Antiguidade e início da Idade Moderna seja marcada pelos seus ocupantes estrangeiros: cruzados, francos, venezianos e otomanos. Para além da imensa catedral gótica de Famagusta, do Mosteiro de Bellapais e dos castelos de Santo Hilarião, Kyrenia e Saranda Kolonnes, as tradições bizantinas locais foram adaptadas e desenvolvidas. De forma semelhante, na Grécia central e meridional, podem-se observar janelas em arco ogival a adornar as igrejas e mosteiros góticos reconstruídos por monges ocidentais em Dafni e Andravida (prancha 34), enquanto os castelos de estilo ocidental de Karytaina e Mystras, e as torres francas espalhadas pela Grécia central, também exibem técnicas de construção ocidentais. A Acrópole de Atenas foi transformada num castelo fortificado, que albergava o palácio celebrado por Shakespeare em *Sonho de uma Noite de Verão* como a residência idílica do Duque Teseu. Mas manteve-se grega, não latina.

Essa sociedade mista de gregos e latinos, bizantinos e cruzados, é belamente ilustrada na *Crônica da Moreia*, uma epopeia da conquista do Peloponeso escrita no início do século XIV. O termo "Moreia" pode se referir à onipresente amoreira, *ingrediente* essencial na produção de seda. Essa *Crônica*, escrita em versos, sobrevive em francês, aragonês, italiano e grego demótico, refletindo a natureza multilíngue da população. Casamentos mistos deram origem aos chamados *Gasmuli* — meio gregos, meio latinos — cujos direitos e status eram regulamentados pelos Éditos da Romênia, baseados no livro de leis do Reino de Jerusalém. Embora os conquistadores tenham imposto um governo feudal de estilo ocidental, o caráter bizantino das regiões é muito evidente nos monumentos que sobreviveram, especialmente nas igrejas rurais decoradas com afrescos e ícones no estilo tradicional. Embora tenham sido os novos centros provinciais que incentivaram esse desenvolvimento, ele também foi favorecido pela lealdade local à Igreja Ortodoxa, que incorporava tradições bizantinas para além da esfera puramente religiosa.

TREBIZONDA

Dentre esses novos centros, Trebizonda, na extremidade sudeste do Mar Negro, destaca-se por ter se tornado o centro de um próspero império independente que durou mais de 250 anos, de 1204 a 1461. Durante as incursões seljúcidas do século XI, um notável local, Teodoro Gabras, lutou e negociou para tornar Trebizonda relativamente independente de Constantinopla. Em 1204, dois netos do imperador Andrônico I (1182-1185) assumiram o

controle da cidade com a ajuda da rainha Tamar da Geórgia. Aproveitando sua tradição de autonomia, bem como seus recursos naturais, David e Aleixo Comneno fizeram de Trebizonda uma nova capital. Ela se tornou um centro internacional do comércio do Mar Negro, em parte devido ao seu controle da extremidade ocidental de uma das rotas terrestres mais importantes para o Extremo Oriente, o que resultava em receita proveniente de impostos comerciais. Trebizonda também obteve considerável riqueza das minas de prata dos Alpes Pônticos, que formam uma defesa natural ao sul.

O título evocativo do romance **As Torres de Trebizonda **, da escritora britânica Rose Macaulay, baseia-se numa visão romantizada do pitoresco porto do Mar Negro, com sua grandiosa cidadela erguendo-se sobre o mar e suas magníficas igrejas e mosteiros, incluindo um dedicado a Santo Eugênio, o padroeiro da cidade. As torres foram amplamente reconstruídas nos séculos XIII e XIV pelos imperadores, que também construíram seu palácio na cidadela, que oferece uma vista deslumbrante do Mar Negro. Eles adotaram o título de "Grande Comneno" para reforçar suas pretensões políticas como sucessores dos governantes de Bizâncio e continuaram a mesma tradição filantrópica de construir igrejas e mosteiros. Em meados do século XIII, Manuel I fundou o mosteiro de Santa Sofia, que mais tarde foi extensivamente reconstruído e ainda hoje contém notáveis afrescos e decorações exteriores esculpidas. Tanto na administração quanto no comércio internacional, as instituições do Império de Trebizonda seguiam de perto o modelo das de Constantinopla. Foram concedidos privilégios aos mercadores genoveses e venezianos, que tiveram permissão para estabelecer seus próprios alojamentos perto do porto, que também era utilizado por numerosos comerciantes caucasianos e russos.

Trebizonda sempre foi apreciada por sua beleza espetacular. No século XI, o erudito local João Xifilino (mais tarde Patriarca de Constantinopla) escreveu um relato do martírio de Santo Eugênio e um registro de seus milagres, incluindo a cura de vários soldados citas (varagianos). Mais tarde, o sacristão local, João Loukites, reescreveu os milagres, acrescentando detalhes novos e interessantes; ele descreve o santo como "a grande atração e o nome glorioso de todo o Oriente e da dourada Trebizonda". Mas a descrição mais importante de Trebizonda aparece em dois discursos famosos: o de João Bessarion, que nasceu na cidade por volta de 1400 e mais tarde se tornou cardeal da Igreja Católica, e o do clérigo João Eugênico, que a visitou para prestar homenagem ao local de nascimento de seu pai em meados do século XV. Ambas são obras retóricas de louvor, seguindo um gênero preestabelecido (*êkphrasis*) e incluindo muitos elementos predeterminados; no entanto, revelam inúmeras qualidades da vida urbana. Bessarion a elogia como o "mercado do mundo", com suas poderosas fortificações e belo palácio, enquanto Eugenicus destaca especificamente seus belos arredores e a fértil agricultura. Juntos, eles fornecem um retrato rico e contrastante de uma cidade justamente celebrada.

Devido à sua localização fronteiriça, Trebizonda serviu como um canal para ideias, bem como para mercadorias, do califado muçulmano e dos territórios mais distantes a leste. Na década de 1290, Gregório Chionides, um monge grego, viajou por Trebizonda até Tabriz, a capital do Ilcanato Mongol (no atual Irã), para aprender mais sobre astronomia árabe com um renomado estudioso chamado Shams Bukhari. Seu longo período de estudos ali resultou na tradução de vários textos árabes fundamentais sobre astronomia e no uso do astrolábio,

um dos poucos casos em que Bizâncio aceitou o conhecimento superior de uma cultura estrangeira. Ao retornar, Chioniades foi designado para lecionar astronomia e medicina em Constantinopla, utilizando a importante biblioteca de escritos científicos e médicos da cidade. A importância de suas traduções do grego seria reconhecida muito mais tarde por Copérnico, que as utilizou em seu trabalho sobre modelos planetários. Em 1305, Chioniades foi enviado de volta a Tabriz, desta vez como bispo, e serviu à comunidade cristã do Ilcanato por cerca de cinco anos antes de se retirar para um mosteiro em Trebizonda, onde morreu por volta de 1320.

Por meio de alianças diplomáticas e matrimoniais prudentes com diversos governantes turcos, mongóis e georgianos, a dinastia Comneno conseguiu sustentar Bizâncio até 1461, quando sua capital finalmente caiu sob o domínio otomano. Graças à extensa pesquisa realizada por Anthony Bryer, podemos agora ver como eles exemplificaram o ditado "o pequeno é belo" em termos imperiais.

Gradualmente, Trebizonda tornou-se Trabzon, mas muitas de suas características bizantinas sobreviveram, especialmente os mosteiros dos Alpes Pônticos, como evidenciado pela fundação do Mosteiro de Sumela, que perduraria até o início do século XX. Diversas comunidades isoladas preservaram um dialeto do grego pôntico, bem como a arte de tocar a lira de uma só corda. Hoje, Trabzon continua sendo uma cidade deslumbrante, situada acima do Mar Negro, que obtém parte de sua riqueza com a venda de avelãs locais para a empresa britânica Cadbury, para a produção de barras de chocolate com avelãs.

E PIRO

Em 1205, Miguel Comneno Ducas estabeleceu outro império rival no Epiro, um território que se estendia ao longo da costa do Adriático, na Grécia Ocidental. Miguel era primo dos imperadores bizantinos Isaac II Ângelo e Aleixo III, mas herdou os nomes Comneno e Ducas de seu pai, João, reforçando assim sua ligação com esses dois clãs mais ilustres. Após servir brevemente nas forças latinas de Bonifácio de Monferrato, Miguel fugiu para Arta, na Grécia Ocidental, onde organizou a resistência local contra os cruzados. Em dez anos, ele havia conquistado o controle de toda a faixa costeira que se estendia do Golfo de Corinto, ao norte, até a fronteira com a Albânia, bem como de Corfu (Kerkyra) e territórios tão a leste quanto Larissa, na Tessália central. Este pequeno estado, centrado em sua capital, Arta, estava isolado do resto da Grécia pelas montanhas do Pindo. Assim, era voltado principalmente para o oeste, e comerciantes locais e estrangeiros incentivavam a exploração de seus ricos produtos agrícolas. Em 1249, o filho ilegítimo de Miguel, Miguel II Comneno Ducas, adotou o título de *déspota* ("senhor"), um termo que historiadores posteriores usariam para identificar este estado como o "Despotado do Epiro".

Em 1215, Teodoro Comneno Ducas sucedeu seu meio-irmão Miguel I. Recapturou Ohrid e derrotou e capturou o imperador latino Pedro de Courtenay. Por volta de 1224, conquistou Tessalônica e, em seguida, Adrianópolis (atual Edirne), a apenas alguns dias de marcha de Constantinopla. Quando foi coroado imperador (*basileu*) na Catedral de Tessalônica pelo Metropolita Demétrio Comneno de Ohrid, por volta de 1225-1227, sua ambição de herdar o manto de Bizâncio foi realizada. Por quase vinte anos, Teodoro governou a segunda maior

cidade do império, bem como o Despotado do Epiro. Foi sucedido por Miguel II Comneno Ducas, que consolidou a independência do despotado. De sua capital em Arta, os déspotas governariam até 1318, embelezando seu território com monumentos elegantes.

Para esses estados rivais, alcançar uma posição dominante era difícil; seu pequeno tamanho significava que precisavam forjar alianças até mesmo com seus inimigos. Na Grécia, isso significava lidar com líderes cruzados e potências ocidentais ansiosas por consolidar seu poder. Como resultado, a história do Império Bizantino Ocidental a partir de 1204 é caracterizada por rivalidades constantes, realinhamentos de forças, batalhas campais e assassinatos autodestrutivos que apenas perpetuaram as divisões. Da mesma forma, vários governantes ocidentais ambiciosos, como Carlos de Anjou — Rei de Nápoles e Sicília (1265–1285) — ou as famílias italianas de Tocco e Acciajuoli, e grupos mercenários como os Almogávares, também desempenharam um papel na turbulência política, tanto como aliados quanto como adversários dos reinos cruzados e dos estados bizantinos sucessores.

Apesar disso, os déspotas do Epiro estabeleceram uma capital em Arta, com uma corte e administração modeladas segundo as tradições bizantinas. Utilizaram o mecenato imperial para atrair artistas e estudiosos e para fundar mosteiros e igrejas. Com o seu incentivo, arcebispos como João Apocaúco e Demétrio Comateno aplicaram o direito bizantino em suas próprias cortes e estenderam as práticas de Constantinopla à administração eclesiástica. Como observamos no Capítulo 7, os registros de suas decisões judiciais são uma leitura particularmente interessante, revelando uma preocupação humanitária em melhorar situações insatisfatórias. Enquanto Miguel II construiu uma grande igreja em Arta dedicada à Virgem Maria (hoje conhecida como Kato Panagia, ou "igreja inferior"), sua esposa Teodora construiu um mosteiro e foi sepultada no nártex que ela mesma havia adicionado por volta de 1270. Ela é hoje reconhecida como santa, e relatos de sua vida registram suas atividades piedosas. Seu filho Nicéforo também foi um mecenas das artes. Por volta de 1290, ele fundou o mais importante monumento bizantino do Despotado: a Igreja de Panagia Parigoritissa (Nossa Senhora da Consolação, pranchas 35 e 36). Esta estrutura esbelta, com cinco cúpulas, eleva-se a uma altura de três andares, sustentada por várias fileiras de colunas até a cúpula central, decorada com um mosaico de Cristo Pantocrator. As paredes são revestidas de mármore até o nível da galeria. Embora alguns de seus relevos reflitam um estilo românico ocidental, a impressão geral de seu interior é inegavelmente bizantina.

NICEIA

O império estabelecido em Niceia era diferente. Em todos os aspectos, estava mais próximo de Constantinopla, a uma curta viagem de barco e um dia de marcha. Niceia era um assentamento antigo e bem fortificado, com uma história famosa e prestigiosa como sede de dois concílios ecumênicos, e todos os monumentos urbanos que uma capital poderia desejar. Desde o início, foi dominada por exilados de Constantinopla e era a cidade que nutria as ambições imperiais mais fortes. Teodoro Láscaris casou-se com Ana, filha de Aleixo III Ângelo, e transferiu para Niceia o que pôde salvar do sistema imperial de governo de Constantinopla. Quando o Patriarca João Camatero se recusou a mudar-se para Niceia, Teodoro persuadiu um clérigo devidamente qualificado, Miguel Autoreianos, a tornar-se o

Patriarca Ortodoxo no Exílio. E em 1208, Autoreianos realizou uma coroação imperial que fez de Teodoro o primeiro imperador bizantino aclamado nos estados sucessores.

Antes de se tornar soberano em 1254, o primeiro neto de Teodoro, que também recebeu o mesmo nome, compôs um elogio à cidade, o qual proferiu na presença de seu pai, João III Ducas Vatatzes, e dos cidadãos. O texto dizia o seguinte:

Sua cidade, Niceia, hoje [...] coroa suas cabeças com a púrpura da grandeza e da verdade [...] E em retribuição à prosperidade com que tão majestosamente a dotaram, ela é de fato uma cidade entre as cidades, pois possui habitantes que se tornaram ilustres pelo conhecimento e não pela riqueza, e um grande exército [...] [Niceia] é a rainha de todas as cidades e detém, graças à sua sabedoria, a posição verdadeiramente suprema. [\[71\]](#).

Destacando a beleza natural do local, a riqueza de suas terras agrícolas e lago, seus vinhedos e fontes de água, ele afirma que esses locais podem satisfazer qualquer amante da gastronomia e do luxo, enquanto a cultura da cidade se espalha pela zona rural circundante, tornando até mesmo a população rural mais sábia.

A valorização do papel civilizador de uma cidade é um lugar-comum, mas Teodoro enfatiza os benefícios do conhecimento de Niceia, que a elevou acima da antiga Babilônia, das cidades da Índia e até mesmo de Atenas. Em 1290, as regras estabelecidas para o elogio fúnebre ainda eram seguidas com mais fidelidade em uma oração posterior composta por Teodoro Metochites por ocasião da visita do imperador Andrônico II Paleólogo. O futuro funcionário público chama a atenção para a bela localização de Niceia e seu lago, e para "o abundante prazer dos banhos, com um charme que adiciona luxo à utilidade", bem como para os abrigos públicos para aqueles que sofriam de doenças e pobreza, incluindo os afligidos pela doença sagrada (epilepsia). Ele também fornece descrições detalhadas de igrejas, mosteiros, muralhas e residências, lembrando Andrônico de que Niceia contém

Tesouros reverenciados de beleza, monumentos ilustres da sabedoria de nossos tempos, seus frutos, seus ritos brilhantes e magníficos, lugares sagrados de meditação para aqueles que escolheram se afastar das coisas materiais e dedicar seu tempo somente a Deus. [\[72\]](#).

Enquanto Constantinopla estava ocupada pelos latinos, os imperadores de Niceia criaram uma estrutura imperial viável na Ásia Menor ocidental e desenvolveram o potencial agrícola da região para fortalecer sua capacidade econômica de autossuficiência. Durante seu longo reinado (1224-1254), o imperador João III Vatatzes pôde se dar ao luxo de proibir a importação de bens e alimentos estrangeiros, pois Niceia era capaz de suprir todas as suas necessidades básicas. Numerosos fatores contribuíram para esse desenvolvimento agrícola, documentado nos arquivos do mosteiro dedicado à Virgem Lembiotissa, perto de Esmirna (atual Izmir). Diversas alianças prudentes com os genoveses, a primeira comunidade italiana a participar do lucrativo comércio do Mar Negro, levaram a um aumento dos investimentos no comércio internacional. O imperador preferia residir em Nymphaion, onde se localizavam a casa da moeda e o tesouro, e na década de 1230 transferiu sua corte para lá, enquanto o patriarca permaneceu em Niceia.

Além de conduzirem vigorosas campanhas contra os latinos, os turcos e as forças do Epiro e de Tessalônica, os imperadores de Niceia e seus patriarcas participaram ativamente

das negociações para a reunificação das igrejas. Numerosas embaixadas, frequentemente lideradas por frades ocidentais, passaram por Niceia e Constantinopla para debates, que incluíram a participação de Elias de Cortona e João de Parma, ambos vigários gerais da ordem franciscana. Em 1249-1250, uma delegação papal chefiada por João debateu a questão crucial do *Filioque* (veja nossa discussão no Capítulo 4 sobre a procissão do Espírito Santo) na corte de Nymphaion. Nicéforo Blemmides, um teólogo do século XIII, representou o lado bizantino. Alguns dos ocidentais tinham interesses mais amplos. O dominicano flamengo Guilherme de Moerbeke, por exemplo, estava particularmente interessado na filosofia grega antiga. Ele colecionou manuscritos, buscou ajuda para aprender grego, visitou Niceia e Tebas em 1260 e produziu traduções de **Partes dos Animais**, de Aristóteles, bem como de diversas obras de Alexandre de Afrodísias, Proclo, Arquimedes e Galeno. Como legado papal, em 1274, trabalhou pela reunificação das igrejas e, em 1278, foi nomeado arcebispo latino de Corinto. Suas traduções para o latim baseavam-se em um método de comparação palavra por palavra tão rigoroso (chamado **kata poda**, que significa "a pé" ou "passo a passo") que agora podem ajudar a reconstruir o grego original de textos perdidos ou apenas parcialmente preservados.

Para os bizantinos, os frades pareciam distintos dos demais ocidentais. Eles eram imbuídos de ideais cristãos como a pobreza e a humildade e, diferentemente do clero que se juntou às Cruzadas, não participavam dos combates. A desaprovação bizantina do clero ocidental armado havia exacerbado o sentimento antilatino desde 1204 e também revigorado a oposição ortodoxa. Mas esses frades instruídos pareciam ansiosos para dialogar com a teologia grega em vez de condená-la completamente, e muitos dos debates realizados em Niceia abriram caminho para tentativas posteriores de reunificação da Igreja. Os Papas Gregório IX e Inocêncio IV apoiaram diversas conversas exploratórias, embora se recusassem a autorizar outro concílio universal. E os imperadores João III e Teodoro II desempenharam um papel significativo na condução e presidência das negociações. Em sua carta ao Papa Alexandre IV (1254-1261), o Patriarca Arsênio de Niceia (1254-1260), que mais tarde se tornaria Patriarca de Constantinopla (1261-1265), enfatizou o papel absolutamente crucial do imperador: nenhuma questão relativa a uma possível reunificação das igrejas poderia ser levantada sem a sua participação. O perigo dessa posição, reforçado pela experiência de Niceia, era que o imperador pudesse usurpar funções patriarcais e, assim, perturbar o delicado equilíbrio entre o poder civil e o poder eclesiástico.

Após a ocupação latina de 1204, Bizâncio nunca mais foi a mesma, e o sentimento antiocidental cresceu, intensificando as lembranças do saque. Além disso, o Império Latino de Constantinopla, sitiado, jamais teve mão de obra suficiente para criar uma sociedade próspera. Como outros enclaves ocidentais no Oriente Próximo, precisava constantemente recorrer ao Ocidente em busca de cavaleiros armados para auxiliar em sua defesa. Os venezianos sustentavam seu comércio; frades franciscanos e dominicanos convertiam igrejas bizantinas para uso ocidental; e a dinastia estabelecida por Balduíno da Flandres precisava forjar alianças matrimoniais prudentes com outras potências, numa tentativa de aumentar seu poder. A rivalidade cristã, naturalmente, também diminuía a possibilidade de uma reunificação das igrejas. A lealdade ortodoxa resistia a todas as tentativas ocidentais de

garantir "a submissão da Igreja de Constantinopla à Igreja de Roma", e essa recusa se tornaria, mais tarde, o principal obstáculo para alcançar uma cooperação renovada na forma de uma cruzada contra os turcos. Essa complexa relação ainda estava em seus primórdios no verão de 1261, quando o comandante naval em Niceia teve a sorte de saber que toda a frota veneziana havia partido para o Mar Negro, deixando Constantinopla completamente indefesa. Ele imediatamente tomou a capital em nome de Miguel Paleólogo, protetor do jovem imperador João IV Láscaris, que se tornaria o primeiro governante grego a ocupar novamente o coração de Bizâncio.

Dentre nós [os pobres] vêm os agricultores, os construtores de casas e navios mercantes, e os artesãos... e quem vem dentre vocês?... jogadores, libertinos, pessoas que causam calamidades públicas com sua ganância, perturbadores da ordem pública, semeadores da pobreza [\[73\]](#).

A LEJO M ACREMBOLITES, *Diálogo entre ricos e pobres*, primeira metade do século XIV

Sob a aparência de uma hierarquia inabalável, cultivada pelas cerimônias da corte imperial, Bizâncio, como vimos, possuía considerável flexibilidade, mobilidade social e inovação. Tanto antes quanto depois de 1204, ser "de boa linhagem" era naturalmente reconhecido como uma qualificação para pertencer à elite de governantes — tanto civis quanto eclesiásticos — e administradores instruídos. Da mesma forma, aqueles no poder presumiam que as pessoas nascidas em famílias de classe baixa, dedicadas à agricultura ou ao comércio urbano, deveriam permanecer nessa posição. A educação e o serviço militar proporcionavam caminhos para a ascensão social, e o casamento com alguém de uma família tradicional também era um método comum de ascensão social. Por outro lado, o poder do imperador de confiscar propriedades e exilar seus adversários criava uma espiral descendente dramática. Mas para os membros menos privilegiados da sociedade bizantina, os status mais elevados, por mais ardentemente desejados que fossem, geralmente estavam fora de seu alcance.

A noção imperial de *taxis* ("ordem") não contemplava, contudo, a possibilidade de qualquer forma de governo que não fosse a da elite. Ao primeiro sinal de agitação popular, autores contemporâneos denunciavam a população e suas ambições usando termos como *demokratia* ("governo do povo") e *ochlokratia* ("governo da plebe"). Em Constantinopla, as multidões eram geralmente organizadas pelos Azuis e pelos Verdes, mas também podiam, por vezes, sair às ruas espontaneamente para protestar contra certas medidas impopulares. Conta-se que, em 1203, quando fugiu da cidade, Aleixo III Ângelo declarou que a população estava "empenhada na revolta" e "infectada pela instabilidade". Mas essa mesma população foi a primeira a acolher as forças bizantinas quando estas retornaram à cidade em junho de 1261. Naquela época, o imperador latino, Balduíno II, e o patriarca latino partiram imediatamente para o Ocidente, juntamente com os monges franciscanos e dominicanos.

Assim, o domínio bizantino foi restaurado em Constantinopla. Um mês depois, Miguel VIII Paleólogo, que havia usurpado o poder, entrou na cidade atrás de um ícone da Virgem Maria — era 15 de agosto, festa de sua Dormição (ou Assunção), uma celebração já famosa na vida do império — e agradeceu na Basílica de Santa Sofia pela libertação de Constantinopla do domínio latino. Até então, ele nunca havia visto a Cidade Rainha, que os latinos haviam deixado em estado de abandono. Miguel e sua esposa, Teodora, foram coroados pela segunda vez na Basílica de Santa Sofia pelo patriarca restaurado, Arsênio Autoreiano, e o imperador encomendou um novo mosaico de Cristo ladeado pela Virgem Maria e João Batista para a galeria da igreja. Seguindo a tradição imperial, ele ergueu sua própria coluna honorária na Igreja dos Santos Apóstolos. As igrejas usadas pelos sacerdotes latinos foram recuperadas para o rito ortodoxo, e as muralhas da cidade foram reforçadas com novas fortificações. Os mercadores venezianos foram punidos por seu papel nos eventos de 1204, sendo exilados

da cidade, enquanto os genoveses, reintegrados ao seu próprio bairro em Pera, obtiveram o controle do comércio internacional.

Após esse retorno triunfal, Miguel mandou cegar o imperador legítimo, João IV Láscaris, tornando-o incapaz de governar, embora tenha vivido por mais quarenta anos. O usurpador, assim como Basílio I antes dele, baseou seu reinado na violência, mas deu origem à dinastia Paleóloga, que, assim como a Macedônia, duraria quase duzentos anos. Apesar das guerras civis das décadas de 1320 e 1340, o trono bizantino permaneceu ocupado por um Paleólogo até a conquista otomana da cidade em 1453. A maioria deles patrocinou as artes e ergueu novas igrejas, mosteiros e castelos. Muitos eram eruditos; Manuel II escreveu numerosos tratados, incluindo um *Diálogo* sobre Religião entre um Grego e um Turco, e outro sobre os benefícios do casamento; e todos eles incentivaram o extraordinário florescimento da arte e da cultura bizantinas, característica definidora do período posterior do império.

Embora Miguel VIII Paleólogo tenha restabelecido o domínio bizantino em Constantinopla em 1261, os impérios rivais de Epiro e Trebizonda não tinham intenção de se submeter a ele. Assim, ele só conseguiu reafirmar sua autoridade sobre as províncias ocidentais da Trácia, Macedônia, parte da Moreia (o Peloponeso) e o território do Império de Niceia (Ásia Menor ocidental). Seu principal trunfo era o controle da passagem marítima que ligava o Mar Egeu ao Mar Negro através dos Dardanelos e do Bósforo, o que permitia a Bizâncio tributar as mercadorias que transitavam em ambas as direções; daí a designação moderna de "Império dos Estreitos" para se referir a Bizâncio durante esse período. Esse império, drasticamente reduzido, não conseguiu resistir à nova ameaça dos turcos otomanos, que adicionariam mais um fator de divisão à já fragmentada Bizâncio. A partir de 1204, portanto, não haveria possibilidade de uma plena recuperação imperial.

Embora muitos grupos turcos ainda fossem povos pastoris, a partir de cerca de 1282, a tribo liderada por Osman, ou Uthman (como ficaria conhecido entre os otomanos), assumiu o comando da campanha contra Bizâncio, seguindo a tradição da guerra santa. Superando rivalidades tribais latentes, Osman persuadiu os líderes dos emirados menores a se unirem a ele no ataque à província bizantina da Bitínia. Vários importantes proprietários de terras bizantinos da região, que não demonstravam lealdade a Miguel VIII, também mudaram de lado, juntando-se a Osman sob a condição de manterem o controle de suas propriedades. Outros mercenários cristãos lutaram ao lado dos turcos em unidades comandadas por seus próprios líderes, trajando uniformes bizantinos e armados ao estilo grego. Com essas forças adicionais, Osman conseguiu atacar cidades antigas protegidas por grandes fortificações, como Niceia, Nicomédia e Prusa. Em 1302, uma grande vitória na Bitínia abriu a região para a colonização turca, e pouco antes da morte de Osman em 1326, seu filho Orhan finalmente conquistou Prusa após um longo cerco.

Orhan fez dela sua capital, renomeando-a Bursa, e continuou a ameaçar o restante das regiões bizantinas da Ásia Menor ocidental. Niceia capitulou em março de 1331, enquanto Nicomédia a seguiria seis anos depois. Orhan transferiu os restos mortais de seu pai para um novo e grandioso mausoléu (*turbe*) anexado à Igreja de Santo Elias, hoje uma mesquita. Muitos emires e sultões subsequentes construiriam mesquitas e estruturas funerárias em Bursa. A administração turca dos territórios conquistados geralmente seguia a prática bizantina, muitas vezes empregando os mesmos funcionários cristãos para registrar a

propriedade da terra, os direitos de propriedade e a cobrança de impostos. Com esse controle estratégico sobre as rotas de acesso oriental a Bizâncio, Orhan forçou o império a depender mais de suas extensões europeias. Mas nem todas as suas relações com Bizâncio foram hostis. De fato, ele cooperou com Andrônico III (1328–1341) na tentativa do imperador de recapturar Fokaia (perto de Esmirna), que havia se tornado o centro da produção de alúmen sob o controle da família Zaccaria de Gênova. O alúmen é uma substância fixadora de cor essencial para todos os processos de tingimento, bem como para peleiros e pintores, e as minas de alúmen haviam se tornado um negócio altamente lucrativo. Mais tarde, Orhan forjou uma aliança com João VI Cantacuzeno e casou-se com sua filha Teodora; este foi apenas um exemplo das políticas matrimoniais que uniram turcos e bizantinos. No entanto, durante a guerra civil que eclodiu em 1341, os outros vizinhos dos turcos e bizantinos intervieram rapidamente.

Quando Andrônico III morreu em junho de 1341, seu filho mais velho tinha apenas nove anos, e nenhuma providência clara havia sido tomada para uma possível regência. A Imperatriz Viúva Ana de Saboia estava determinada a proteger a herança legítima de seu filho e inicialmente contou com o apoio de João Cantacuzeno, o conselheiro mais próximo de seu marido, que assumiu o papel de regente. Mas o Patriarca João Calecas também reivindicou o direito de assumir a regência, criando uma rivalidade que os sérvios, búlgaros e turcos rapidamente exploraram. Em julho de 1341, quando Cantacuzeno deixou a capital para defender o império, Calecas conspirou contra ele e convenceu a Imperatriz de suas intenções traiçoeiras. As propriedades da família Cantacuzeno em Constantinopla foram atacadas, e Ana ordenou a dissolução do exército. Em sua tentativa de controlar o jovem imperador, Calecas contou com o apoio do Grão-Duque Aleixo Apocauco, comandante da frota e eparca de Constantinopla.

Em resposta, Cantacuzeno proclamou-se imperador em Didimoteikos (Trácia) em outubro de 1341, dando início a uma guerra civil caracterizada por lutas internas na aristocracia tradicional. Em Constantinopla, o Patriarca Calecas excomungou o pretendente (João VI Cantacuzeno) e coroou João V Paleólogo como imperador. A notícia do desafio de Cantacuzeno à dinastia Paleóloga, então no poder, gerou crescente agitação, com a população tomando partido a favor ou contra os imperadores rivais. Enquanto isso, num fenômeno relativamente novo, uma onda de violência antiaristocrática eclodiu em Adrianópolis, liderada por Branos, um trabalhador braçal que incitava as pessoas a atacarem as propriedades dos ricos. Dada a extrema riqueza dos Cantacuzeno, é bem possível que houvesse um grande ressentimento reprimido contra eles e que os pobres vissem nisso uma oportunidade de vingança. De forma totalmente calculada, o Grão-Duque Apocauco os apoiou e nomeou seu próprio filho, Manuel, governador de Adrianópolis. O próprio Apocauco só alcançou uma posição influente graças ao mecenato de Cantacuzeno, que incentivou suas ambições e permitiu que ele acumulasse uma riqueza considerável (parte da qual, aliás, ele gastou encomendando manuscritos: uma famosa cópia de Hipócrates, agora em Paris, exhibe seu retrato como doador; Apocauco também apoiou a prática da medicina, e o distinto médico e médico da corte João Atuário dedicou a ele sua obra, *O Método da Medicina*).

Naquela época, Tessalônica era um porto importante e um significativo centro de aprendizado e cultura no século XIV, representada por diversos estudiosos e pintores locais,

como o artista anônimo que decorou a Igreja de São Nicolau, o Órfão. A declaração de Cantacuzeno provocou uma reação antiaristocrática entre seus habitantes. Os chamados *Zelotes* (literalmente, "entusiastas" ou "zelosos" por sua causa) expulsaram o governador e estabeleceram um conselho de doze arcontes para governar a cidade. Para tomar o poder político, eles se apoiaram na bem organizada guilda dos marinheiros, que exercia considerável influência no porto, uma verdadeira cidade dentro da cidade. Sua rebelião aparentemente angariou algum apoio das classes médias (os *Mesoi*, uma camada reconhecida de pequenos proprietários de terras que incluía mercadores judeus). Nos sete anos seguintes, os Zelotes governaram efetivamente a cidade e obtiveram apoio de outros centros. Como se declararam oficialmente a favor de João V Paleólogo, Apocauco tentou retomar o controle da cidade nomeando outro de seus filhos como governador, embora pareça que esse fato mal tenha influenciado o conselho dos doze estabelecido pelos zelotes.

Quem eram esses rebeldes que alcançaram tamanho sucesso inesperado? Os nomes de alguns de seus líderes são conhecidos: André Paleólogo, chefe da guilda dos marinheiros; Aleixo Metochites; Miguel Paleólogo, que também se tornaria arconte até ser assassinado por ordem de Apocauco; e talvez o mais radical, Jorge Cocalas, cuja família tinha forte presença na região. Embora André e Miguel compartilhassem o sobrenome da família imperial, não pertenciam ao seu círculo governante; da mesma forma, a relação entre Aleixo Metochites e os outros membros dessa família é desconhecida. Não parece que muitos dos zelotes viessem das camadas mais baixas da sociedade; no entanto, alegavam representar os pobres contra a opressão dos ricos. Seu sucesso provavelmente se deveu ao fato de Tessalônica ser um grande porto com um número significativo de marinheiros, que protegiam seus meios de subsistência por meio de uma espécie de guilda. O fato é que eles conseguiram formar uma milícia, liderada por André Paleólogo, que derrotou a facção pró-Cantacuceno.

Embora as estruturas administrativas erguidas pelos rebeldes permaneçam um tanto obscuras, é evidente que eles conseguiram defender a cidade contra inimigos externos, além dos partidários de Kantakouzeno. Em 1343, quando Umur, o emir otomano de Aydin, enviou um contingente adicional de 6.000 soldados para reforçar o cerco à cidade, eles resistiram bravamente. Dois anos depois, os assassinatos de Miguel Paleólogo em Tessalônica e, posteriormente, do Grão-Duque Apocauco em Constantinopla, levaram a facção de Kantakouzeno a tentar derrubar o conselho dos Zelotes. Mas os Zelotes responderam assassinando o filho de Apocauco e todos os aliados pró-Kantakouzeno. Esse massacre seria condenado, mas ninguém duvidava de que eles controlavam a cidade. De fato, quando Gregório Palamas foi nomeado Metropolitano de Tessalônica em 1347, os Zelotes o impediram de assumir o cargo. Não está claro se eles se opuseram à tradição hesicasta de culto espiritual e contemplação mística que ele apoiava, ou se simplesmente se recusaram a aceitar qualquer clérigo escolhido por Constantino, mas o fato é que conseguiram mantê-lo afastado e preservar o controle por mais dois anos.

Como a maioria das fontes documentais sobre os zelotes foi escrita por seus adversários, é difícil deduzir exatamente o que eles representavam. Entre os historiadores do período, Nicéforo Gregoras condena o governo rebelde como uma oclocracia, ou governo da turba, algo verdadeiramente aterrorizante para os bizantinos tradicionais. Outra perspectiva é a de Demétrio Cidones, originário de Tessalônica, que escreveu uma monódia dedicada aos que

morreram na revolta de 1345. Essa oração lamenta o "mundo de cabeça para baixo" criado pelos zelotes, onde escravos, camponeses e aldeões atacavam seus superiores. Naturalmente, ele simpatiza com os aristocratas que mais sofreram, embora mencione que nem mesmo o zelote radical Cocalas conseguiu impedir que seu próprio genro fosse assassinado pela turba. Preocupações semelhantes são expressas em diversas cartas escritas por Tomás, o Grande, antigo residente de Tessalônica, a vários amigos em Constantinopla. Como estudioso e professor de ideias conservadoras, Thomas se incomodava com a desordem causada pelos zelotes, que ele considerava desprezíveis e que não valiam mais do que três óbolos. Ele condenava a falta de respeito deles pelos proprietários de terras respeitáveis, pessoas que investiam em propriedades agrícolas e mantinham os túmulos ancestrais.

Em contraste com essas queixas previsíveis, Aleixo Macrembolites escreveu um *Diálogo entre o Rico e o Pobre*, no qual levanta uma série de questões que bem poderiam ter motivado os zelotes. Nesse texto fascinante, o representante dos pobres acusa os ricos de inúmeras atitudes e más ações impróprias, especialmente a ganância, a exploração egoísta dos recursos naturais, a determinação insaciável de possuir e acumular o máximo possível e a preferência por valores corporais em detrimento dos espirituais. Em resposta, o rico tenta justificar sua posição superior e acusa os pobres de serem a fonte de "roubo, embriaguez, negligência, calúnia, inveja e assassinato". O pobre então comenta:

Os meios de adquirir dinheiro são óbvios para qualquer homem inteligente: alguns enriquecem pelo conhecimento ou pelo comércio, outros pela abstinência, outros ainda pela pilhagem, muitos pela dominação, pela herança ou por meios semelhantes. Razões opostas levam outros à pobreza. [\[74\]](#).

Mas ele fica ainda mais irritado com uma série de medidas sociais humilhantes, incluindo a recusa em sentar-se à mesma mesa ou em falar com os pobres em linguagem comum, ou em permitir casamentos entre ricos e pobres — uma estratégia que o pobre acredita que eliminaria a pobreza. Ao compartilhar da abundância dos ricos, “a mistura de opostos [...] produz, surpreendentemente, o equilíbrio saudável”. Os extremos da diferença são então enumerados: comidas elaboradas e vinhos finos, roupas finas, residências elegantes, bons conselhos médicos e lugares preferenciais em assembleias, em oposição a pão ruim e vinho azedo, uma capa esfarrapada “cheia de sujeira e infestada de piolhos” e proteção inadequada contra o mau tempo. O “consumo ostentoso” de funerais suntuosos (com túmulos magníficos, salmos e cânticos, elogios fúnebres, candelabros, parentes em vigília e mulheres chorando) é contrastado com o enterro humilde “que contribui para uma ressurreição mais esplêndida”. O homem pobre zomba do homem rico, afirmando que até judeus e muçulmanos cuidam melhor de seus parentes do que os cristãos ricos, que não imitam Cristo e merecem ser privados das recompensas do outro mundo.

Macrembolites não era de forma alguma um rebelde. Como outros autores do século XIV, ele pertencia a um grupo de literatos: estudiosos que escreviam discursos para serem proferidos na corte imperial e ganhavam a vida no serviço público. Mas sua interpretação dos eventos do século XIV, especialmente o sucesso dos turcos, o torna mais realista do que outros. Mesmo assim, ele interpretou o desabamento da cúpula de Santa Sofia em 1346 como

um sinal do fim do mundo (embora ela tenha sido reconstruída) e culpou os bizantinos por sua ganância pecaminosa e comportamento imoral.

O *Diálogo* é um texto elaborado, não uma descrição direta da pobreza em Bizâncio. Mas as queixas aflitas que coloca na boca do pobre, assim como a justificação e o desprezo pelo rico, certamente encontraram eco em seus contemporâneos. Muitos daqueles que se juntaram aos Zelotes e outras forças antiaristocráticas, opondo-se à extrema riqueza acumulada por famílias como a dos Cantacuzenos, teriam reagido como o pobre diante do abismo que separava os que têm dos que não têm. O que é verdadeiramente notável é o impacto duradouro da revolta dos Zelotes, que retirou Tessalônica do domínio imperial por sete anos, período em que o controle tradicional foi destruído.

A longo prazo, porém, o Conselho dos Doze ficou dividido sobre como lidar com a aparente resolução da guerra civil. Em fevereiro de 1347, João Cantacuzeno conseguiu entrar em Constantinopla e forçou a Imperatriz Ana a aceitar um acordo, que incluía a abdicação do Patriarca Calecas e o casamento de Helena Cantacuzeno (filha de João VI) com o jovem João V Paleólogo. Assim, as duas famílias rivais foram unidas, embora alguns partidários da facção de Cantacuzeno estivessem desapontados por o imperador não ter estabelecido sua própria dinastia. Em resposta a essa mudança, os Zelotes demonstraram sua hostilidade queimando publicamente todas as ordens vindas da capital. Em seguida, propuseram convidar Estêvão Uros IV Dusan, que já havia se proclamado Imperador dos Sérvios e Gregos, para se tornar seu líder, calculando que sua própria independência seria menos comprometida aceitando o domínio sérvio do que reconhecendo João VI Cantacuzeno como seu soberano. Stephen Dusan não pôde deixar de se entusiasmar em intervir no conflito e enviou suas forças para tomar o controle da cidade.

Contudo, esse convite causou um cisma entre os zelotes, o que predisps Aleixo Metochites a agir contra André Paleólogo. Ele derrotou a guilda dos marinheiros, declarou seu apoio a Cantacuzeno e recusou-se a permitir a entrada dos sérvios na cidade. Ao saber disso, João VI partiu da capital acompanhado por seu jovem coimperador, enviando seu filho Mateus com um exército reforçado por auxiliares turcos. Com a ajuda de um oficial sérvio descontente e das forças navais turcas, ele entrou em Tessalônica em 1350, forçando André Paleólogo a buscar refúgio no Monte Atos. Os zelotes restantes foram presos, exilados ou enviados a Constantinopla para serem julgados. João V Paleólogo, a quem os zelotes haviam apoiado, foi aclamado imperador, e Gregório Palamas foi devidamente empossado como metropolita da cidade. Em um de seus primeiros sermões, ele condenou os rebeldes como feras selvagens, embora tenha clamado por paz e harmonia sob o domínio da família Paleóloga.

Quando João VI Cantacuzeno foi forçado a se retirar da vida pública devido a mais uma demonstração de desaprovação popular à sua política de alianças com os turcos, ele adotou o nome monástico de Joasaf e escreveu suas *Memórias*. Numa tentativa de justificar seu próprio papel na guerra civil, ele acusou os zelotes de violência excessiva e apresentou sua rebelião como um movimento generalizado.

A doença espalhou-se como uma enfermidade maligna e terrível, produzindo as mesmas formas de excesso até mesmo naqueles que até então haviam sido homens moderados e sensíveis. [...] Todas as cidades aderiram a essa

rebelião contra a aristocracia, e aqueles que demoraram a fazê-lo compensaram o tempo perdido superando o exemplo dado pelos outros. Perpetraram todo tipo de desumanidades e até massacres. O impulso insensato foi glorificado em nome da bravura, e a falta de companheirismo ou compaixão humana foi chamada de lealdade ao Imperador. ^[75].

Ele também descreveu os aristocratas como uma elite escolhida pelos pobres vingativos devido à sua nobre linhagem e afirmou que as classes médias foram forçadas a apoiar os rebeldes. Essa denúncia da violência urbana é corroborada por um oficial de Constantinopla, Teodoro Metochites, que perdeu quase todos os seus bens quando seu palácio na capital foi atacado em 1328, muito antes dos eventos em Tessalônica. Mais tarde, ele refundaria e decoraria a igreja monástica do Salvador (em Chora), onde é retratado como um patrono em suas vestes cortesãs (pranchas 26 e 33). É evidente que os rebeldes canalizaram um antagonismo popular e agressivo contra os homens considerados extremamente ricos em Bizâncio; mas também que, previsivelmente, os mais ricos conseguiram reconstruir suas fortunas.

Na história posterior de Tessalônica, a mãe de João V Paleólogo, Ana de Saboia, restabeleceu o governo da elite. De 1351 até sua morte, por volta de 1365, ela governou a cidade como se fosse sua. Em Constantinopla, durante a guerra civil, quando estava com dificuldades financeiras, penhorou as joias da coroa aos venezianos em troca de um empréstimo de 30.000 ducados, que nunca foi pago. Os governadores subsequentes da cidade incluíram o jovem Manuel II (imperador de 1391 a 1425), que foi forçado a fugir em 1387, e seu filho Andrônico, que confiou sua defesa a Veneza em 1422. Nessa época, Tessalônica estava sob bloqueio quase contínuo dos turcos, e os oficiais venezianos não seriam mais bem-sucedidos do que os bizantinos em impedir a eventual capitulação da cidade em 1430. A experiência dos Zelotes não se repetiu, mas seu experimento de sete anos com uma forma de governo mais comunitária e popular viria a representar a tendência futura: várias cidades italianas já haviam adotado formas amplamente republicanas, e diversos centros importantes no Ocidente, tão distantes quanto Barcelona e Gdansk, seguiriam o exemplo. A atividade comercial de Tessalônica e a guilda dos marinheiros facilitaram a subversão da ordem natural, pela qual os ricos governavam os pobres, e os zelotes demonstraram que Bizâncio também podia gerar rebeldes que rejeitavam o governo tradicional e estavam cientes das desvantagens sociais.

Por volta da mesma época em que os rebeldes tomaram Tessalônica, um espetacular castelo franco, erguido acima da antiga Esparta, emergiu como o novo centro da cultura bizantina. Entre 1348 e 1460, Mistras foi a capital da Moreia, governada por filhos de imperadores de Constantinopla que se autoproclamaram "déspotas". Guilherme II de Villehardouin, o quarto príncipe da Acaia, fundou este castelo em 1247 no topo do Monte Taigeto, com vista para a Lacedemônia medieval. Ao longo dos quarenta anos seguintes, ele mudou de mãos diversas vezes. Seguindo a prática comum de buscar apoio externo para os estados cruzados, Guilherme forjou uma aliança com Carlos de Anjou, governante de Nápoles e da Sicília, que herdou o principado após a morte de Guilherme em 1278. Para contrabalançar a séria ameaça representada por esses eventos, Miguel VIII Paleólogo forjou diversas alianças europeias, que culminaram no massacre de tropas francesas na Sicília em 1282. Essas intrigas, que forneceriam a Verdi o libreto para sua famosa ópera *Les Vespers*

Sicilianis (1855), também geraram uma rivalidade entre o Ocidente e Bizâncio pelo controle da Moreia. Mas Mistra permaneceu possessão bizantina.

A partir do final do século XIII, os habitantes da Lacedemônia medieval mudaram-se para a encosta da colina, estabelecendo-se mais perto das fortificações de Mistras e criando uma nova cidade ao pé do castelo. Esse assentamento era dominado pelo palácio do governador, provavelmente construído sobre fundações francas, bem como por diversas igrejas, incluindo a catedral dedicada a São Demétrio, à qual clérigos posteriores acrescentaram várias adições. Constantinopla mantinha um governador (ou *estratego*, também chamado *kefale*, literalmente "chefe") no local, e a cidade expandiu-se gradualmente. Um desses governadores era membro da família Cantakouzenos e pai de João VI. Mosteiros, financiados por patronos locais, floresceram, alguns comemorados em retratos e outros em inscrições. No complexo monástico de Brontocheion, com suas duas igrejas construídas entre 1290 e 1310, a variedade de projetos arquitetônicos e afrescos sugere o envolvimento de uma gama considerável de artesãos qualificados, enquanto diversas cópias pintadas de crisóbulas imperiais preservam a lista de seus privilégios.

Isolada da capital pelos ducados francos de Atenas e Tebas, que ainda ocupavam a Grécia central, e constantemente ameaçada por outras forças ocidentais — os mercenários Almogávares, as famílias italianas de Acciajuoli e Tocco e os príncipes titulares da Acaia —, o Peloponeso tornou-se gradualmente uma região distintamente bizantina. Em 1349, João VI Cantacuzeno nomeou seu filho Manuel *déspota* desta província autônoma, que passou a ser conhecida como o "Despotado da Moreia" e era normalmente governada por um jovem membro das dinastias Cantacuzeno ou Paleólogo. O longo reinado de Manuel como déspota, de 1349 a 1380, trouxe grande estabilidade e prosperidade. Ele foi provavelmente responsável pela construção da parte principal do palácio, uma residência de dois andares com amplos salões no andar superior, construída em torno de um átrio central e com vista para a planície de Esparta. Ele também construiu a igreja local de Santa Sofia, que possivelmente foi usada como igreja do palácio e posteriormente incorporada a um mosteiro. Em 1361, seu pai, o antigo imperador João VI Cantacuzeno, agora o monge Joasaf, fugiu do Monte Atos quando a região foi atingida por um surto de peste e buscou refúgio em Mistras. Após a morte de Manuel em 1380, João V Paleólogo nomeou seu filho Teodoro déspota, e pelos oitenta anos seguintes Mistras continuou a servir como uma espécie de sucessão testamentária para a dinastia reinante.

Contudo, tal como o resto do mundo bizantino no século XIV, Mistra não estava livre do receio de potenciais ataques otomanos. A primeira invasão do Peloponeso ocorreu em 1388, e parece que os ataques subsequentes na década de 1390 incluíram um cerco à própria Mistra. Perante as ameaças militares turcas, os déspotas procuraram alianças com várias potências ocidentais, atraindo soldados latinos para auxiliar na defesa do despotado. Estes homens casaram-se com mulheres nobres ricas como Isabel de Lusignan, Bartolomea Acciajuoli, Cleopa Malatesta, Maddalena-Teodora Tocco e Catarina Zaccaria, apenas para se verem obrigados a lutar contra alguns dos seus ambiciosos familiares. No entanto, por volta de 1430, o Despotado esmagou as reivindicações de Tocco e Zaccaria e anexou o Principado da Acaia e a cidade veneziana de Patras, localizada no extremo noroeste do Peloponeso. Assim ampliada e fortificada, Mistras também seria valorizada como um refúgio pacífico.

Manuel II, por exemplo, deixou sua esposa e filhos no Peloponeso quando teve que partir para uma longa missão diplomática ao Ocidente. Entre 1417 e 1418, uma epidemia assolou Constantinopla, e Mistras foi novamente utilizada como um refúgio seguro; e cinco anos depois, quando Andrônico Paleólogo, o último governador bizantino de Tessalônica, foi forçado a entregar a cidade aos venezianos, ele também se refugiou em Mistras. A fortaleza aparentemente inexpugnável do Despotado parecia garantir segurança, mesmo em meio à devastação causada pelas intensas rivalidades das forças opostas.

Embora nunca tenha se tornado um grande centro urbano, confinada como estava por suas circunstâncias geográficas a uma pequena área nas encostas do Monte Taigeto, Mistras se tornou uma cidade rica e cosmopolita. Essa pequena área murada assemelhava-se a uma antiga cidade-estado, e sua proximidade com Esparta serviu de inspiração. A população vivia de uma próspera região agrícola, abundante em vinhedos, oliveiras e amoreiras. Havia uma comunidade judaica bem estabelecida, dedicada à tecelagem, à confecção de tapetes, à produção de roupas e à produção de seda, e a área também atraía muitos mercadores estrangeiros: genoveses, venezianos, espanhóis e florentinos. A comunicação com o Ocidente era mais fácil, tanto pelo rio Eurotas quanto por mar, do que com Constantinopla, e muitas embaixadas da capital passavam por Mistras. A cidade, portanto, exemplifica a excepcional vitalidade de Bizâncio, mesmo durante o período em que o império estava mais fragmentado.

Nos séculos anteriores, Bizâncio havia reservado o termo "helênico" (*ellenes*) para designar pagãos, mas no final do século XII e início do século XIII, esse termo se transformou em uma maneira peculiarmente grega de proclamar sua própria superioridade cultural sobre os latinos. As figuras literárias e a corte imperial de Niceia incorporaram a sabedoria helênica antiga, especialmente a filosofia, à sua identidade bizantina; João III Vatatzes, por exemplo, falava de sua ascendência "helênica". Claramente, todos os eruditos de Bizâncio estavam cientes dessa afinidade com o mundo antigo, e até mesmo alguns monges, como Isidoro (mais tarde Bispo de Kiev e Cardeal Romano), Bessarion (Bispo de Niceia e mais tarde também Cardeal) e Jorge Escolário (mais tarde Patriarca), que viveu por um tempo em Mistras, não encontraram dificuldade em combiná-la com sua educação cristã. Durante o período bizantino tardio, professores em Constantinopla, Trebizonda e Tessalônica perpetuaram e aprofundaram essa consciência. Mas esse aspecto do legado grego se tornaria mais marcante e evidente em Mistras, dada a sua estreita ligação com uma faceta muito particular do mundo antigo: a civilização de Esparta. Demétrio de Cídon escreveu a um filósofo até então desconhecido chamado Jorge: "Em seu amor excessivo pelo helenismo, você imagina que o próprio solo de Esparta lhe permitiria ver Licurgo [o antigo legislador espartano]".

Foi nesse contexto que Jorge Gemisto, também conhecido como Pleton, entrou em cena por volta de 1410, quando foi exilado de Constantinopla para Mistras pelo imperador Manuel II, sob a acusação de heresia. Gemisto era seu sobrenome, Pleton seu pseudônimo (sob o qual escreveu sua obra filosófica mais importante, *Sobre as Diferenças entre Aristóteles e Platão*); ambos os nomes significam "pleno", mas o último sugere uma ligação com o filósofo antigo Platão, a quem Gemisto se sentia intimamente ligado. Enquanto seus inimigos afirmavam que "ele se autodenominava Pleton como se quisesse insinuar uma ligação com a alma de Platão", seus apoiadores o consideravam "um segundo Platão" ou "superado apenas por

Platão". A corte dos déspotas de Mistras já havia atraído inúmeros estudiosos e artistas, que criaram um vibrante centro da cultura bizantina e helênica. Pleton, que havia trabalhado como professor na capital, levou sua experiência para o Peloponeso. Mais do que outros filósofos, ele defendia a ideia de que os filósofos gregos do século xv personificavam a sabedoria helênica antiga e que essa sabedoria poderia ser aplicada a questões práticas. Em Mistras, ele apresentou consistentemente propostas radicais para o desenvolvimento político e administrativo, além de atuar como juiz. Déspotas o recompensaram com concessões de terras, e tanto os governantes de Mistras quanto de Constantinopla buscavam regularmente seus conselhos.

Segundo Manuel Paleólogo, Pleton recomendou mudanças drásticas que lembravam os objetivos dos Zelotes: "Toda a terra deveria ser propriedade comum de todos os seus habitantes [...] o produto do trabalho de todos [...] deveria ser dividido em três partes", para serem distribuídas entre os trabalhadores, os agricultores e o tesouro. Ele acreditava que o exército deveria ser isento de impostos e mantido pelo Estado e pelos serviços de uma classe de trabalhadores-contribuintes chamados "hilotas".

A cada soldado de infantaria deveria ser atribuído um hilita, e a cada soldado de cavalaria, dois; e assim cada soldado [...] estaria em condições de servir no exército com o equipamento adequado e de manter permanentemente esse nível.^[76]

Plethon também desejava reformar a moeda: "É o cúmulo da insensatez usar essas moedas de bronze estrangeiras — e inferiores — que estamos usando: tal coisa só traz benefícios a outros e grande ridículo para nós". Juntamente com outras recomendações para controlar o comércio e fomentar a autossuficiência, Plethon esperava testemunhar a criação de um exército cidadão eficaz e o estabelecimento de um sistema tributário bem organizado, que garantisse boa governança e sucesso militar. Como em outras regiões que aspiravam à independência, Plethon via em Mystras a necessidade de tornar o governo mais responsável e de incorporar as demandas populares por maior igualdade na administração local.

Em conjunto com essas sugestões para uma sociedade ao estilo espartano, Pletão propôs um renascimento dos valores sociais e da religião da Grécia Antiga. Seu *Livro das Leis* certamente continha uma liturgia completa para o culto a Zeus, embora apenas dezesseis de seus cem capítulos, distribuídos em três volumes, tenham sobrevivido, e alguns apenas parcialmente. De qualquer forma, os títulos dos capítulos refletem a amplitude dos temas abordados em sua obra, dedicada à teologia, ética, política, práticas cerimoniais e ciências naturais, que também inclui uma oração aos deuses do conhecimento.

Vinde a nós, ó deuses do conhecimento, quem quer que sejais e quão numeroso seja o vosso número! Vós que sois guardiões do conhecimento científico e da verdadeira crença; vós que os distribuídes entre quem quiserdes, segundo os ditames do grande pai de todas as coisas, Zeus, o Rei [...] Concedei que este livro prospere grandemente, que seja estabelecido como uma posse perpétua antes que aqueles que o desejam terminem suas vidas, estabelecido tanto em privado quanto em público, da melhor e mais nobre maneira.^[77]

Zeus é interpretado aqui como o bem absoluto; ele é incriado, eterno, pai de si mesmo e o pai e criador preeminente de todas as outras coisas. Os deuses olímpicos são poucos em

número e de natureza supracelestial; são incorpóreos e existem fora do espaço. Os deuses menores, por outro lado, são mais numerosos, assim como os demônios terrenos.

Embora muitos capítulos possam ter sido dedicados a questões de observância religiosa (orações da manhã, da tarde e da noite), deveres sacerdotais e nomes dos deuses, também há seções dedicadas à metafísica (questões abstratas sobre a eternidade do universo), ética (contra o incesto e a poligamia) e vários assuntos práticos de governança (administrativos, judiciais, econômicos, etc.). Plethon tinha propostas peculiares para aprimorar a sociedade bizantina da época, notadamente a ideia de que o comportamento sexual indecente poderia ser reprimido pela ameaça de morte na fogueira. Mulheres condenadas por adultério teriam suas cabeças raspadas e seriam forçadas à prostituição. Estupro, homossexualidade e bestialidade seriam punidos com a queima na fogueira em um local especial atrás do cemitério público, onde áreas distintas e separadas seriam mantidas para os túmulos de sacerdotes, pessoas comuns e criminosos. Em seu apêndice final ao *Livro das Leis*, Plethon invocou os poderes dos deuses, bem como as doutrinas ensinadas por Pitágoras, Platão e Zoroastro, como superiores a todas as outras. Ele rejeitou os ensinamentos de certos sofistas, que enganavam as pessoas prometendo maior felicidade através da verdadeira imortalidade (uma alusão aos ensinamentos cristãos), observando que a ideia de eternidade deles era apenas futura; em contraste, ele acreditava que a filosofia delineada em seu *Livro* oferecia à alma eternidade absoluta, tanto passada quanto futura, uma referência à doutrina da reencarnação contínua e repetida das almas.

Quando as negociações para a reunificação das igrejas começaram em 1438, Plethon viajou para Ferrara e depois para Florença, onde estabeleceu contato com vários estudiosos italianos. Seu conhecimento de teologia cristã talvez não fosse profundo, mas ele certamente era capaz de participar de debates com argumentos lógicos quando necessário. Em uma intervenção brilhante, ele demonstrou que um documento em latim, supostamente promulgado pelo Sétimo Concílio Ecumênico em 787, e contendo o credo com a cláusula *Filioque*, não poderia ser autêntico. Se fosse, apontou ele, como tanto os gregos quanto os latinos haviam aceitado até então, não haveria problema algum. Mas o fato é que não havia nenhuma evidência de que a cláusula *Filioque adicional sequer tivesse sido mencionada em 787*. Pelo contrário, os Papas Adriano I e Leão III, que celebraram o fim da iconoclastia, ainda recitavam o credo sem ela. Somente durante o século XI o papado aceitou o que já havia se tornado uma prática comum no resto da Europa, ou seja, recitar o credo com a cláusula.

As palestras que Plethon ministrou sobre platonismo aos estudiosos italianos de Florença causaram profunda impressão em seus contemporâneos, que buscaram entusiasticamente identificar, traduzir e ler todos os textos platônicos antigos que conseguiam encontrar. A relativa ignorância desses contemporâneos impulsionou a principal obra de Plethon, *Sobre as Diferenças entre Aristóteles e Platão*, na qual ele ataca o primeiro enquanto elogia o segundo. Sua erudição deu grande impulso ao estudo da filosofia platônica no Ocidente, que mais tarde culminou na fundação da Academia Florentina por Cosimo de' Medici por volta de 1460. Sob a direção de Marsilio Ficino, que traduziu o *Banquete de Platão* para o latim e escreveu uma importante introdução à obra, a descoberta e o estudo dos textos platônicos sofreram uma expansão considerável. Plethon tinha interesse por assuntos geográficos, e sua análise da *Geografia de Estrabão* provavelmente

desempenhou um papel significativo nos debates entre os estudiosos do Renascimento na década de 1430. Paolo Toscanelli estava entre aqueles que se encontraram com Plethon, a quem mostrou novos mapas das ilhas mais setentrionais da Terra: Escandinávia, Groenlândia e Thule, que estavam sendo exploradas na época. Em 1474, Toscanelli pôde escrever que a rota mais rápida para o Extremo Oriente era navegando para oeste a partir da Europa. Não há dúvida de que Estrabão seria considerado um guia confiável para a maior viagem de exploração de todos os tempos: a tentativa de Cristóvão Colombo de chegar às Índias cruzando o Atlântico em 1492.

Até sua morte em 1452, Plethon continuou a defender Platão contra o aristotelismo de Jorge Trapezuntius (isto é, "de Trebizonda") e Jorge Escolástico. Seus devotos alunos, Miguel Apóstolo e João Argyropoulos, assim como seus defensores, incluindo o Cardeal Bessarion, continuaram seus estudos sobre os textos platônicos, embora essa corrente permanecesse minoritária. Os argumentos aristotélicos haviam sido incorporados à teologia cristã já no século VI e constituíam parte integrante do saber bizantino. No Ocidente, enquanto isso, o estudo da lógica nas escolas medievais e a *Suma contra os Gentios* (1259-1264) de Tomás de Aquino transformaram o aristotelismo em uma ferramenta precisa de argumentação racional. Escolástico defendeu esse novo escolasticismo ocidental, que tentou introduzir no currículo bizantino tradicional. Ele também traduziu e comentou diversos textos de São Tomás de Aquino. Sua oposição a Plethon baseava-se não apenas no ataque deste a Aristóteles, mas também no *Livro das Leis*, que havia chegado às suas mãos após a queda de Constantinopla para os turcos. Escolástico, que na época ainda era monge sob o nome de Genádio, fora nomeado patriarca por Mehmet II, o Conquistador. Nessa função, condenou o fervoroso entusiasmo de Plethon pela religião helênica como herético e ordenou que todas as cópias de seu *livro* fossem queimadas. Em seguida, garantiu que o restante dos escritos de Plethon permanecesse praticamente desconhecido.

Poucos anos após essa censura forçada, Sigismundo Malatesta liderou uma campanha contra os turcos, que em 1460 haviam capturado Mistras e forçado o déspota Demétrio e sua esposa Teodora a fugir para Constantinopla. Em 1464, Malatesta recapturou a chamada "cidade baixa" de Mistras, onde encontrou o túmulo de Pletão. Anos antes, ele próprio tentara, sem sucesso, persuadir Pletão a dirigir sua escola na corte em Rimini. Agora, porém, ele poderia garantir um enterro mais digno para seu herói, então levou os ossos de Pletão de Mistras para sepultá-los, com a devida reverência, na parede de seu Templo Malatesta, onde a inscrição dedicatória ainda pode ser lida: "Os restos mortais de Gemisto, o Bizantino, príncipe dos filósofos de seu tempo..."

Mistras perdeu, assim, o túmulo de seu filósofo mais famoso. Durante o longo período de domínio turco no Peloponeso, a cidade fortificada foi em grande parte abandonada. Muitas de suas igrejas, mosteiros e casas caíram em ruínas; hoje, porém, estão sendo restauradas, seus afrescos preservados e suas inscrições publicadas. O Palácio dos Déspotas será reconstruído e provavelmente será utilizado como atração turística, como parte do recém-fundado Centro de Estudos Bizantinos. Além disso, em homenagem à estima que o historiador Steven Runciman tinha por este lugar, e que ele celebrou em seu livro sobre Mistras, uma rua recebeu seu nome. Talvez tenha chegado a hora de uma rua ou praça nesta

cidade, a mais espetacularmente bela de todas as cidades bizantinas, receber o nome de Jorge Gemisto Pletão.

"Melhor um turbante turco do que uma tiara papal"

Frase atribuída a Lucas NOTARAS, Grande Almirante nos anos de 1444-1453 ^[78]

Entre a reconquista de Constantinopla dos latinos em 1261 e sua queda para os otomanos em 1453, a política externa bizantina foi dominada pela questão da reunificação da Igreja. Considerações políticas exigiam que os imperadores seguissem esse caminho, pois precisavam desesperadamente de ajuda militar ocidental para combater os turcos, e os líderes espirituais ocidentais haviam condicionado seu apoio à reunificação da Igreja, com Constantinopla subordinada a Roma. Após as ações dos cruzados em 1204, muitos em Bizâncio consideraram essa perspectiva abominável, senão francamente herética, e, conseqüentemente, recusaram-se a apoiá-la. Os imperadores Paleólogos, portanto, enfrentaram um dilema: se o preço de uma aliança com forças militares ocidentais eficazes era a reunificação, então precisavam encontrar uma política de compromisso e acordo eclesiástico. Mas tal política seria condenada tanto pelos defensores da teologia correta quanto pela vasta maioria dos bizantinos, que permaneciam devotados à sua Igreja, seus ícones e sua ortodoxia. A maioria dos bizantinos queria apoio, não subordinação.

À medida que o mundo cristão se expandia no Ocidente desde o início da Idade Média, enquanto no Oriente se contraía devido à pressão do Islã, para depois se reunificar durante as Cruzadas, certas características específicas da prática litúrgica emergiram como diferenças significativas. Para os bizantinos, qualquer mudança na redação do credo era sempre considerada incompreensível e inaceitável. A primazia de São Pedro, conforme interpretada por seus sucessores — os bispos de Roma — entrava em conflito com o conceito oriental de pentarquia, o governo dos cinco patriarcas. E nas diferentes formas do pão eucarístico (fermentado ou ázimo), todos os cristãos podiam perceber uma divergência visual bastante óbvia. Se todo o clero era obrigado a permanecer celibatário ou se todos os cristãos jejuavam nos mesmos dias, eram talvez questões menores. Da mesma forma, a geografia explicava o uso do grego ou do latim na liturgia, bem como certos costumes incomuns que deram às igrejas histórias distintas dentro da cristandade.

Apesar disso, havia um desejo fundamental de manter a unidade cristã, especialmente diante das crenças muçulmanas. Os bispos da Roma Antiga e da Roma Nova tradicionalmente se respeitavam muito e cada um fazia questão de incluir orações pelo outro em seus serviços. Apesar da ruptura nas relações no século IX sob o Patriarca Fócio e o Papa Nicolau, e novamente em 1054, a excomunhão mútua não perdurou além da vida dos indivíduos envolvidos. Quando Aleixo I Comneno apelou ao Papa Urbano II para que apoiasse os cristãos do Oriente contra os infiéis turcos, foi precisamente porque compartilhavam uma fé comum. Quaisquer que fossem as diferenças em suas práticas, a Primeira Cruzada foi devidamente pregada com base nesse princípio e, com ela, o controle cristão sobre Jerusalém foi restaurado.

Os eventos de 1202-1204, contudo, exacerbaram a sensação de profunda divisão, deixando um resquício de hostilidade e desconfiança em ambos os lados. Os ortodoxos ficaram particularmente ofendidos com a ocupação de suas igrejas e mosteiros pelos

cruzados, sem mencionar a profanação de Santa Sofia. Dos novos centros estabelecidos após a Quarta Cruzada, prelados gregos denunciaram os bispos e frades latinos nomeados para tomar posse de "suas" dioceses e mosteiros na capital ocupada e no território conquistado. Não obstante, no Império de Niceia, João III Vatatzes e Teodoro II Láscaris apoiaram os contatos entre representantes latinos e gregos e consideraram os frades ocidentais menos dogmáticos que o Cardeal Humberto. Conversas sérias foram então realizadas com o objetivo de restaurar a unidade cristã. A partir de 1261, Miguel VIII Paleólogo decidiu intensificar esses contatos.

Os acontecimentos políticos, contudo, continuaram a dificultar o processo. Quando o último imperador latino, Balduíno II, fugiu de Constantinopla, o Papa Urbano IV o recebeu em Roma e prometeu restaurá-lo ao trono, uma política que seria ativamente apoiada por seu sucessor, Clemente IV (1265-1268). Em Viterbo, em 1267, o Papa deu sua bênção a uma formidável aliança anti-bizantina liderada por Carlos de Anjou e selada por meio de casamentos políticos: Carlos casou sua filha com o filho de Balduíno, e seu filho com a filha de Guilherme de Villehardouin, Príncipe da Acaia. Felizmente para Bizâncio, Clemente IV morreu e, após um interregno papal de três anos, Gregório X foi eleito seu sucessor em 1272. A principal e única preocupação do novo Papa era planejar uma nova cruzada contra os muçulmanos e, para esse fim, anunciou um concílio geral da Igreja que imporia reformas eclesiásticas e reunificaria as igrejas do Oriente e do Ocidente.

Esta declaração promissora encorajou Miguel VIII a tentar conquistar o clero bizantino, que havia expressado dúvidas e até mesmo denunciado a ideia de reunificação: o Patriarca José, bem como numerosos bispos e monges que se opunham à "submissão" a Roma. Contrariando o desejo do imperador de "poupá-los das terríveis guerras e do derramamento de sangue que ameaçam o império", eles consideravam inaceitável sua proposta de reconstruir a unidade cristã, pois esta aceitava a primazia de São Pedro sobre todas as outras igrejas e a redação latina do credo. Eles tinham outras preocupações também; contudo, como a declaração de fé era considerada um método fundamental de ensino e pregação do cristianismo, qualquer discordância sobre o texto certamente causaria cismas (ver capítulo 4). Durante os debates realizados no século XII entre teólogos ocidentais e orientais, a cláusula *Filioque* emergiu regularmente como um obstáculo intransponível: tanto Pedro Grossolano quanto Anselmo de Havelberg escreveram sobre ela após suas visitas a Constantinopla e Tessalônica. Em resposta, Nicetas de Maroneia, que mais tarde se tornaria Arcebispo de Tessalônica, escreveu seis diálogos defendendo a interpretação ocidental, embora, paradoxalmente, se recusasse a incluir a cláusula do credo.

Plenamente ciente desse contexto de divergências, Miguel VIII lançou uma campanha para conquistar os bizantinos que se opunham à reunificação. Em 1273, ele aprisionou o Patriarca José e obrigou João Beccos, arquivista de Santa Sofia e posteriormente Patriarca, a liderar a campanha. Contudo, a forma como João lidou com a questão conseguiu atrair muito poucos clérigos para a causa latina, embora o imperador e seu filho e herdeiro tivessem declarado sua adesão pessoal à definição romana da fé. Foi até difícil encontrar clérigos de alto escalão dispostos a representar a Igreja de Constantinopla no Concílio Ecumênico convocado pelo Papa Gregório X, a ser realizado em Lyon em 1274. A delegação bizantina era liderada por Jorge Acrópole, chefe de governo, pelo ex-Patriarca Germano III (que

exerceu sua autoridade muito brevemente em 1266) e pelo Arcebispo Teófanos de Niceia. Era, portanto, muito mais forte na esfera civil do que na eclesiástica.

Após uma viagem difícil, durante a qual todos os ícones e valiosos objetos eclesiásticos que levavam para apresentar ao Papa se perderam no mar, chegaram a Lyon, onde o concílio havia sido aberto com grande pompa e circunstância em 7 de maio de 1274. Nas duas semanas que passaram no concílio, debateram a cláusula *Filioque*, a primazia papal e um aspecto relativamente novo da teologia ocidental: a existência do purgatório. Desde a década de 1230, teólogos de ambos os lados discutiam sobre o que poderia acontecer aos pecadores que não tivessem tempo de se arrepender de seus pecados antes de morrer. O Papa Inocêncio IV (falecido em 1254) e Tomás de Aquino, em 1263, haviam especulado sobre a possibilidade de pecados menores serem purificados no fogo mencionado nos Evangelhos. Mas a Igreja Ortodoxa não tinha o conceito de uma vida após a morte alternativa, já que a alma seria julgada e enviada para o céu ou para o inferno; portanto, não estava disposta a aceitar a nova definição ocidental. Como resultado, a fórmula de compromisso adotada em 1274 não mencionou o purgatório, mas enfatizou o poder das missas, das orações e da piedosa esmola para auxiliar as almas dos falecidos — termos que ambos os lados aceitaram.

Em Lyon, os três delegados bizantinos assinaram a profissão de fé previamente acordada com o imperador, Jorge da Acrópole jurou lealdade ao Papa e à versão romana do credo, e o concílio aceitou obedientemente a "submissão" dos imperadores Miguel VIII e Andrônico. A reunificação das igrejas foi celebrada em 6 de julho de 1274, na Catedral de São João, e o Papa Gregório acolheu os gregos de volta ao seio da Igreja. Roma interpretou o concílio como a submissão de toda a Igreja Ortodoxa, não apenas de seus líderes; no Oriente, Miguel VIII foi legitimado e agora podia pedir apoio cristão contra os infiéis, mas não conseguiu persuadir os ortodoxos a aceitarem os termos da reunificação. Assim, a partir de 1274, o imperador seria forçado a implorar ao Papa...

que [sua Igreja] seja autorizada a recitar o credo sagrado como era feito antes do cisma e até os nossos dias, e que possamos continuar a observar os ritos que tínhamos antes do cisma, visto que tais ritos não são contrários à fé anteriormente declarada.

Em suas últimas profissões de fé enviadas a Roma, porém, tanto Miguel VIII quanto seu sucessor, Andrônico II, aceitaram a existência do purgatório, mencionando "as dores do purgatório ou da purificação".

A reunificação foi devidamente celebrada em Constantinopla por João Beccos, que se tornou patriarca em lugar de José I; mas Jorge Metochites, um dos membros da delegação bizantina, observou a presença de forte oposição:

Em vez de um conflito de palavras, em vez de uma refutação, em vez de argumentos derivados das Escrituras, o que os enviados ouvem constantemente é: "Vocês se tornaram francos". Se fôssemos a favor da união [...] seríamos chamados de apoiadores de uma nação estrangeira, e não de patriotas bizantinos?

De Constantinopla — onde as memórias do saque de 1204 ainda estavam frescas — ao Epiro — onde o déspota se apresentava como um verdadeiro representante da tradição

ortodoxa — emergiu uma facção antiunionista. A Sérvia e a Bulgária também apoiaram esse movimento, que convenientemente combinava seu antagonismo político em relação a Bizâncio com a defesa da teologia correta. Por sua vez, a reunificação também não produziu os resultados prometidos, em parte porque Gregório X morreu em 1276 e Carlos de Anjou continuou sua campanha pela restauração do Império Latino. Oito anos após o concílio, com a morte de Miguel VIII, suas políticas impopulares foram imediatamente abandonadas. Andrônico II (1282-1328) vingou-se então de João Beccos, que foi deposto, julgado e preso; três anos depois, o novo patriarca, Gregório II, repudiou a reunificação.

A partir dos textos que circulavam no Oriente, fica claro que a oposição à reunificação se baseava nas inúmeras diferenças entre as práticas eclesiásticas latinas e gregas. Quanto à questão do pão a ser usado na Eucaristia — pão levedado ou a hóstia ocidental, chamada pão ázimo por não conter fermento (*zymos*) — os bizantinos tinham a seguinte opinião:

Aqueles que ainda comem pão ázimo estão sob a sombra da lei e comem da mesa dos judeus, não da mesa racional e viva de Deus, nem do pão que é suprassubstancial e consubstancial conosco, homens [...] Pois, na verdade, o pão ázimo simplesmente não tem vida, como a verdadeira natureza das coisas ensina de maneira ainda mais simples. ^[79].

Mais tarde, este panfleto anônimo continua:

Por que seus padres não se casam? [...] A Igreja não proíbe um padre de ter uma esposa, mas vocês não se casam. Em vez disso, vocês têm concubinas, e o padre envia seu servo para trazer a concubina, apaga a vela e a mantém lá a noite toda. ^[80].

O mesmo texto critica os latinos por não venerarem ícones, por chamarem a Theotokos de "Santa Maria" — isto é, por se referirem a ela como uma mera santa —, por usarem dois dedos para fazer o sinal da cruz ao contrário, por comerem "carne estrangulada" e por muitos outros hábitos que os gregos consideravam tão estranhos quanto incorretos. Essas diferenças ressurgiriam na década de 1440, quando a população de Constantinopla rejeitou a união das igrejas negociada por João VIII.

Embora a tentativa de unificar as igrejas tivesse fracassado em 1274, a esperança de que as forças cristãs ocidentais eventualmente viessem em auxílio dos bizantinos, com a bênção papal, permaneceu viva graças ao crescente interesse pela teologia latina e às primeiras traduções dos Padres da Igreja Latina por estudiosos gregos. O conhecimento do latim medieval em Bizâncio, bem como das línguas vernáculas faladas por mercadores, cruzados, diplomatas e peregrinos, vinha se expandindo desde o século XI. Quando o erudito e monge Máximo Planudes (c . 1255– c . 1305) começou a traduzir autores latinos clássicos, bem como Santo Agostinho, ele revolucionou o conhecimento ocidental no mundo bizantino. Suas versões completas em prosa das *Metamorfoses* de Ovídio , *das Heroides* e *de alguns versos eróticos*, juntamente com outras obras como *Sobre a Consolação da Filosofia* de Boécio , *a Retórica de Cícero* , vários textos de Macróbio e *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho , contribuíram para tornar alguns textos latinos fundamentais acessíveis ao público bizantino pela primeira vez. Os irmãos Demétrio e Prócoro Cidones, assim como Manuel Calecas,

expandiram seu trabalho, enquanto Gregório Quioniades demonstrou a importância da astronomia islâmica por meio de suas traduções do persa para o grego.

Isso representou um novo avanço na cultura bizantina, refletindo uma crescente consciência do valor do conhecimento estrangeiro não grego e um distanciamento das suposições de superioridade intelectual em todas as áreas. Também revelou a capacidade de Bizâncio de se adaptar e aprender com ambos os lados nos debates em torno da reunificação das igrejas. A maioria dos que traduziram textos do latim para o grego havia aprendido o novo idioma com os frades estabelecidos em Bizâncio. Como os "apóstolos dos eslavos", eles empregaram suas próprias habilidades linguísticas para enriquecer a cultura bizantina. Planudes também serviu como embaixador em uma missão diplomática a Veneza em 1296, onde despertou considerável interesse pela cultura grega antiga. Ele também produziu uma edição dos teoremas de Diofanto e outras obras matemáticas, e copiou e expandiu a *Antologia Grega*, uma coleção de epigramas da Antiguidade Tardia. Em contraste, duas gerações depois, Demétrio e Prócoro Cídones se concentraram principalmente na teologia e estiveram diretamente envolvidos na política eclesiástica do século XIV. Os dois irmãos foram responsáveis pelas traduções gregas da *Summa contra Gentiles* e da *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino, duas obras que infundiram novo vigor à causa unionista. Dedicaram também considerável atenção às obras de Agostinho, Boécio e Anselmo de Cantuária, além de traduzirem a *Refutação do Alcorão* de Ricoldo de Montecroce.

Apesar do crescente interesse pela filosofia ocidental, o estilo aristotélico de lógica adotado nas nascentes universidades medievais da Europa não teve um impacto significativo em Bizâncio. Lá, o sistema educacional possuía suas próprias tradições, baseadas nos textos originais de Aristóteles e enriquecidas por numerosos comentários posteriores sobre metafísica, cosmologia, ética e lógica, disciplinas que sempre foram ensinadas no Oriente. Outra razão pode residir na ascensão do hesicasmo e no ensino da iluminação por meio da contemplação espiritual, algo que devia mais a Platão do que a Aristóteles (ver Capítulo 18). Os monges hesicastas do Monte Atos mostraram-se oponentes implacáveis da reunificação eclesiástica nos termos negociados em Lyon. Por sua vez, os intelectuais bizantinos que favoreciam a unificação eram mais influenciados por argumentos ocidentais baseados em traduções latinas de Aristóteles, uma tradição lógica que ignorava os comentários orientais.

Contudo, João V Paleólogo aspirava a concretizar seus planos de cooperação militar contra os turcos por meio de sua conversão pessoal ao catolicismo. Suas viagens à Hungria e à Itália, entre 1366 e 1369, culminaram em sua submissão à autoridade romana. Embora essa tenha sido uma decisão sua e não tenha envolvido a Igreja Bizantina, ele esperava que isso lhe garantisse auxílio militar. Mas o fato de, ao retornar, ter sido aprisionado pelos venezianos por dívidas revela a situação precária de Bizâncio naquela época. Seu filho Manuel foi forçado a pagar o resgate e, antes que João V pudesse retornar, teve que ceder a ilha de Tenedos a Veneza como compensação pelo dinheiro devido. Embora a prometida intervenção militar finalmente tenha se concretizado sob a liderança sérvia, em 1371 os turcos derrotaram essa força cristã na Batalha de Maritsa e, a partir desse momento, o imperador abandonou sua política pró-ocidental. Apesar disso, vários líderes bizantinos proeminentes se converteram ao catolicismo romano e continuaram a defender a reunificação das igrejas como a única maneira de romper o cerco otomano cada vez mais

rígido sobre Constantinopla. Um deles, Demétrio Cidones, escreveu um tratado em 1389 delineando propostas para obter apoio latino, mas foi ignorado. As divisões dentro da elite contribuíram, portanto, para o enfraquecimento de Bizâncio, enquanto os turcos se concentravam em sua expansão pela Europa.

Em 1422, a capital sobreviveu a um grande cerco, mas oito anos depois Tessalônica caiu, permitindo que os turcos cercassem Constantinopla pelo oeste, além do leste. Nessas circunstâncias críticas, João VIII Paleólogo iniciou outra tentativa de reunificação eclesiástica, garantindo um compromisso sério de ajuda militar ocidental com o apoio do papado. Em 1438, ele liderou uma delegação de alto nível — incluindo o Patriarca José II, os dois principais representantes da Igreja, Marco Eugênico de Éfeso e Bessarion de Niceia, dezesseis metropolitas, oficiais e monges, totalizando mais de setecentas pessoas — a Ferrara para se encontrar com a delegação papal. Mas, ao chegar, o Patriarca José ficou tão ofendido com a exigência de que ele, como todos os oficiais, tivesse que beijar os pés do Papa, que se recusou a desembarcar até que a questão fosse resolvida. Como resultado, o Papa Eugênio IV concedeu-lhe uma audiência privada em vez de recebê-lo em uma cerimônia pública. O concílio teve início oficialmente em 9 de abril, após vinte dias de debates sobre a disposição dos tronos para as principais figuras. Após inúmeros atrasos e reuniões inconclusivas, em janeiro de 1439, um surto de peste e a falta de fundos obrigaram ambos os lados a se mudarem para Florença, onde a família Médici assumiu a responsabilidade pelo financiamento do concílio.

Embora registros detalhados tenham sido mantidos dos longos debates que precederam o acordo, o relato mais interessante do concílio veio de Silvestre Syropoulos, um funcionário do patriarcado. Suas memórias registram suas impressões sobre os debates não oficiais que acompanharam as negociações: como os participantes bizantinos discutiam entre si (já que havia grandes divergências entre João VIII e Marco Eugênico) e escolhiam tópicos de discussão que não refletiam essas diferenças (como a existência do purgatório); ou como se tornou cada vez mais claro que, se os gregos não conheciam latim, não poderiam debater com os teólogos ocidentais, que contrapunham cada texto oriental com seus próprios argumentos, muitas vezes inspirados por escritos muito desconhecidos.

A adição da *cláusula Filioque* ao Credo continuou a representar uma barreira significativa, não apenas como uma cláusula extra acrescentada à redação do Credo, conforme acordado no Primeiro e Quarto Concílios Ecumênicos, mas também como uma afirmação da teologia ortodoxa. Após muitos meses de pressão dos latinos, chegou-se a um acordo com base no princípio de que todos os santos foram inspirados pelo mesmo Espírito Santo, fossem ocidentais ou orientais, e que, conseqüentemente, sua fé deveria ser essencialmente a mesma, mesmo que expressa de maneira diferente em latim e grego. A discordância em torno da primazia papal, contudo, mostrou-se mais profunda. Embora a redação do Credo pudesse ser aceita, o poder reivindicado por Roma implicava submissão, algo que a Igreja de Constantinopla considerava muito mais difícil de tolerar. Após séculos de desenvolvimento e fortalecimento por meio da posição judicial de Roma no Ocidente, os papas reafirmaram uma autoridade suprema sobre todas as igrejas, baseada em seu fundador, São Pedro. Eles também acreditavam que os patriarcas bizantinos deveriam se submeter a Roma antes que a reunificação das igrejas pudesse ocorrer. Isso não apenas implicava inferioridade, mas

também negava a tradição das cinco sedes principais reunidas em concílio como a suprema autoridade do cristianismo. Embora a Nova Roma reconhecesse o lugar de honra superior ocupado pela Antiga, a teoria oriental da pentarquia era difícil de conciliar com a reivindicação romana de primazia universal.

Sob pressão de João VIII, o clero oriental foi persuadido a aceitar uma terminologia que permitisse a elaboração do decreto de unificação. Questões pendentes, como o uso de pão levedado ou ázimo, o casamento entre os escalões inferiores do clero ortodoxo e as práticas de jejum e genuflexão, foram identificadas como costumes locais que poderiam ser aceitos. Quando o Decreto de União foi finalmente lido em latim e grego em Florença, em 6 de julho de 1439, e aclamado por todos os presentes, as igrejas foram oficialmente unidas em uma só fé. João VIII foi homenageado em miniaturas e bronzes, bem como em um medalhão de Pisanello, onde é retratado usando o grande chapéu pontudo então em voga. O processo de negociação para a unificação durou quase três anos, e a delegação imperial só retornou a Constantinopla em fevereiro de 1440.

Como resultado, os príncipes da Europa Central — Hunyadi da Transilvânia, Vladislau I da Hungria e Jorge Brankovic da Sérvia — lideraram uma cruzada nos Bálcãs que resultou na derrota dos turcos entre 1443 e 1444. Murat II concordou com uma trégua de dez anos, que poderia ter sido eficaz se alguns dos cruzados não tivessem quebrado seus termos em Varna. Em novembro de 1444, eles atacaram a cidade e foram derrotados. Constantinopla foi deixada à própria sorte, e a "Cruzada de Varna" provou ser a última. Embora Hunyadi permanecesse comprometido com a política de auxiliar Bizâncio, e Brankovic, que não havia participado do ataque, permanecesse um aliado cristão, a fraqueza fundamental de Constantinopla tornou-se evidente quando João VIII Paleólogo foi forçado a parabenizar o sultão por sua vitória.

Apenas Marco Eugênico de Éfeso e outro metropolita se recusaram a assinar o Decreto de União, e Eugênico tornou-se então o porta-voz da resistência. Siropulo, por sua vez, após alegar que assinara sob coação, juntou-se à maioria dos gregos que sentiam que tanto suas crenças quanto suas tradições haviam sido abandonadas. Em 1452, o Papa Nicolau V enviou Isidoro de Kiev, que havia se convertido e agora era cardeal da Igreja Católica, para pregar a União na sitiada capital bizantina. Ele chegou acompanhado por um corpo de duzentos arqueiros recrutados às suas próprias custas, o que inicialmente encorajou os habitantes da cidade. O historiador grego Ducas relatou que "da maioria das ordens sacerdotais e monásticas, abades, arquimandritas, freiras... nenhum deles aprovava a União. Até mesmo o imperador apenas fingia aprová-la". As freiras, disse ele, eram particularmente hostis e imploraram o apoio de Genádio Escolário, que estava no Mosteiro de Pantocrator em Constantinopla. Finalmente, ele escreveu seu panfleto opondo-se à União e o pregou na porta: "Miseráveis romanos, como vocês foram enganados...? Junto com a cidade que em breve será destruída, vocês perderam a sua piedade." ^[81] Quando aqueles monges e freiras espalharam a notícia da resistência, o povo pediu à Mãe de Deus que os protegesse dos turcos, tal como ela os tinha protegido no passado contra Cosroes, os ávaros e os árabes. Imploraram-lhe também: "Mantém longe de nós a adoração dos *impuros*".

Em 12 de dezembro de 1452, a União foi celebrada em Santa Sofia em meio ao desespero, com os turcos acampados diante das muralhas de Constantinopla. Embora Isidoro de Kiev

tenha relatado ao Papa que a liturgia havia sido um sucesso, Genádio e outros monges não participaram, e a União não obteve ampla aceitação em Bizâncio. Mesmo assim, em 1453, o próprio Isidoro lutou nas muralhas, foi ferido e feito prisioneiro. Mais tarde, conseguiu escapar, disfarçado, para Creta, onde lamentaria constantemente a perda da cidade. Bessarion, o outro grande defensor da União, também continuou a apoiar as tentativas de recapturar Constantinopla após a queda da cidade. Como cardeais servindo como legados papais, foram considerados traidores pelos ortodoxos. Ambos, no entanto, incentivaram o humanismo, escreveram numerosas obras teológicas e contribuíram para o crescimento das bibliotecas gregas no Ocidente. O legado de Bessarion a Veneza em 1468 garantiu que sua coleção permanecesse intacta, tornando-a a joia da Biblioteca Marciana, enquanto Isidoro enriqueceu a Biblioteca Vaticana com seus próprios textos e *escolias* de numerosos manuscritos.

Entre os que se opuseram à União, Genádio também foi feito prisioneiro em 1453, mas foi posteriormente encontrado no mercado de escravos, resgatado e instalado como patriarca por Mehmet, o Conquistador. Sua lealdade inabalável ao que constituía a teologia cristã original e verdadeira reflete uma opinião contemporânea ecoada por Lucas Notaras, conselheiro dos três últimos imperadores: “Melhor o turbante turco do que a tiara papal”. Bizâncio não podia aceitar a teoria da primazia papal nem a subordinação de Constantinopla a Roma. Os bizantinos, por mais poucos que fossem, permaneceram fielmente comprometidos com o que consideravam ortodoxia. Preferiram manter sua própria teologia sob o domínio otomano a sofrer a unificação com a Igreja de Roma e a dominação ocidental — uma posição que provavelmente era um eco do sacrilégio de 1204.

28

O cerco de 1453

Em 29 de maio, Deus, nosso Senhor, decidiu que era da Sua vontade que a cidade caísse naquele dia [...] para cumprir todas as antigas profecias [...] Todas as três haviam se cumprido, visto que os turcos haviam entrado na Grécia, havia um imperador chamado Constantino, filho de Helena, e a lua havia mostrado um sinal no céu. [\[82\]](#).

NICOLÒ B ARBARO , *Diário do Cerco de Constantinopla*

Em 1354, ocorreu uma mudança significativa no equilíbrio de poder entre Bizâncio e os Otomanos quando um terremoto devastou toda a costa da Trácia. As fortificações das cidades no lado europeu do Helesponto ruíram, forçando suas populações a fugir e permitindo que o filho de Orhan, Solimão, cruzasse os Dardanelos com um grande número de tropas e famílias turcas. Sem encontrar resistência, ele lançou uma campanha com o objetivo de garantir a ocupação permanente das províncias ocidentais de Bizâncio a partir de sua nova base em Calípolis (literalmente, "bela cidade"; a atual Galípoli). A expansão turca nos Bálcãs contra os sérvios também foi acompanhada por ameaças a Constantinopla vindas da Trácia. O sultão Murad I (1362-1389) capturou Adrianópolis (Edirne), que se tornou a capital ocidental dos Otomanos. Em 1371, na Batalha do Rio Maritsa, os turcos derrotaram o rei sérvio Vukasin e, em seguida, conquistaram Sófia e Tessalônica, incorporando assim a Sérvia, a Bulgária e a Macedônia ao Império Otomano. Tanto Vukasin quanto João V Paleólogo tornaram-se vassalos. Em 1387, Teodoro Paleólogo, déspota da Moreia, reconheceu a autoridade de Murat, embora tenha resistido às tentativas turcas de tomar Mistra.

Em menos de vinte e cinco anos, o sultão cercou Constantinopla e estava em posição de executar um movimento de pinça contra a cidade, tanto pelo leste quanto pelo oeste, por terra e mar. No entanto, a cidade resistiu por mais oitenta anos, em parte porque Murat I havia tornado todos os governantes bizantinos vassalos e, consequentemente, contava com o apoio deles. Em 1372-1373, ele obrigou João V Paleólogo a auxiliá-lo em suas campanhas militares contra os cristãos remanescentes na Ásia Menor. Nas palavras do historiador Calcocôndilos:

João formou uma aliança com Murat, que havia cruzado recentemente para a Europa [...] Em homenagem a Murat, João e seus filhos também o seguiriam em todas as suas campanhas. [\[83\]](#).

O mesmo autor relata que esse padrão de tratamento também foi imposto a Draga, o líder sérvio, e a Bogdan da Moldávia, que ficaram no comando dos territórios adjacentes ao rio Axios (Vardar); dessa forma, o sultão acumulou tropas e vassalos. Alguns sérvios e bósnios, no entanto, continuaram a resistir e desafiaram Murat I em conjunto. Em 1389, os turcos entraram em confronto com essa força em Kosovo Polje, onde o sultão foi assassinado. Os historiadores divergem sobre qual lado realmente venceu a batalha, mas o resultado foi um aumento do controle turco sobre os Bálcãs.

A história de Bizâncio no século passado foi escrita, a partir de perspectivas opostas, por Ducas, do lado bizantino, e Chalcocondyles, do lado otomano. Ambos escreveram após a conquista de Constantinopla. O que Ducas considera uma humilhação infligida pelo imperador, Chalcocondyles descarta como o tratamento normal de um vassalo por seu

senhor. Ambos, no entanto, enfatizam a rivalidade quase suicida entre os numerosos filhos de João V, que alternadamente disputaram o poder durante seu longo reinado (1341-1391). O mais velho, Andrônico IV, juntamente com seu filho João VII; o segundo, Manuel II; e o terceiro, Teodoro, participaram de revoltas separadas, utilizando aliados genoveses, venezianos e turcos. O imperador tentou impedir isso nomeando-os governadores dos remanescentes dispersos de Bizâncio, territórios que gradualmente se tornaram entidades autônomas: Moreia, com sua capital em Mistras; Tessalônica, centro do que restava do território balcânico; e Selímbría, fortificada por João VI Cantacuzeno em sua base na Trácia durante a década de 1340. Esses pequenos reinos, uma espécie de sucessão testamentária na qual cada filho podia agir como governante independente, sugerem um sistema quase feudal semelhante ao da Europa Ocidental, onde numerosos pequenos reinos e ducados competiam pela dominância territorial. Mas enquanto no Ocidente os reis nominais da França, Inglaterra, Castela e Alemanha buscavam expandir sua autoridade, o que a família Paleóloga estava de fato fazendo era dividir o outrora unificado Império Bizantino em unidades menores. Ao contrário das forças centralizadas que fortaleciam os estados da cristandade ocidental, uma pressão centrífuga de natureza oposta estava reduzindo os recursos e o território imperial no Oriente.

A morte de Murat em Kosovo Polje, em 1389, intensificou a pressão otomana sobre Constantinopla. Seu sucessor, Bayezid I (1389–1402), construiu a fortaleza de Anadolu Hisar na margem leste do Bósforo para impedir que os bizantinos obtivessem reforços navais. Quando Manuel II foi coroado imperador na cidade, em 1391, ele sabia que enfrentaria um cerco quase imediato; e, de fato, em 1394, os turcos sitiaram a cidade por mar e terra. A notícia dessa conquista completa finalmente galvanizou os cristãos da Europa, levando-os a organizar ajuda militar na forma de uma força internacional, liderada pelo rei Sigismundo da Hungria e pelo marechal Boucicaut da França. A Cruzada Ocidental avançou até a fortaleza otomana de Nicópolis, às margens do Danúbio (atual Nikopol, Bulgária), e os turcos a consideraram um desafio tão sério que o sultão Bayezid abandonou o cerco para enfrentá-la. Em 1396, a cruzada foi esmagada, com muito poucos prisioneiros capturados vivos. Entre os sobreviventes, Sigismundo e Boucicaut foram capturados e posteriormente resgatados. O marechal francês recusou-se a abandonar os cristãos no Oriente e persuadiu o rei Carlos VI da França a enviar uma pequena força para aliviar a pressão sobre Constantinopla. Em 1399, essas tropas conseguiram romper o bloqueio turco à cidade, e Boucicaut juntou-se a Manuel II em suas campanhas militares.

Nesse momento, o marechal sugeriu que o imperador deixasse seu sobrinho, João VII, encarregado da defesa e percorresse as monarquias ocidentais para angariar mais apoio militar para Constantinopla. João VII havia sido coroado por seu pai, Andrônico IV, e conspirara com os turcos para tomar o poder absoluto, contrariando as reivindicações de Manuel II. Mas, após passar um tempo como refém do sultão Bayezid, João foi encarregado da defesa da capital, enquanto Manuel e o marechal conseguiram romper o bloqueio em dezembro de 1399. Manuel embarcou naquela que se revelaria uma longa jornada pela Europa, a qual ele mais tarde relataria com maestria em suas cartas aos irmãos Demétrio e Manuel Crisoloras, a Eutímio — futuro Patriarca de Constantinopla — e a Manuel Potos.

Tendo já visitado Veneza, reservou suas descrições mais elaboradas para as outras grandes capitais: Paris, onde foi recebido com esplêndidas cerimônias por Carlos VI no verão de 1400, e Londres, onde celebrou o Natal no ano seguinte com Henrique IV no Palácio de Eltham. De Paris, Manuel descreveu a “nobreza de alma, a cordialidade e o zelo constante pela fé” demonstrados pelo rei, seus parentes e oficiais. Hospedou-se no Palácio do Louvre, onde contemplou suas belas tapeçarias e compôs uma descrição de suas belezas. Estava confiante de que em breve poderia retornar a Constantinopla com auxílio militar. Carlos VI também o convidou para celebrar o oitavo dia da festa de São Denis no famoso mosteiro de mesmo nome, ao norte de Paris. Alguns criticaram o convite, alegando que os gregos não estavam em comunhão com Roma; mas o rei insistiu, lembrando a Manuel que suas tentativas de obter auxílio dependeriam da união das igrejas grega e latina.

No inverno de 1400-1401, Manuel visitou Londres, onde pôde apreciar a hospitalidade de Henrique IV, que

Tornou-se um verdadeiro refúgio para nós em meio a uma dupla tempestade, a da estação e a da fortuna [...] Sua conversa não é extremamente agradável; agrada-nos em todos os sentidos [...] Está nos fornecendo ajuda militar, com soldados, arqueiros, dinheiro e navios para transportar o exército aonde quer que seja necessário.

O sacerdote e cronista Adam de Usk, que testemunhou a embaixada, escreveu sobre os bizantinos:

Este imperador sempre caminhava com seus homens, todos vestidos da mesma forma, na mesma cor, branca, com longas túnicas cortadas como tabardos [...] Jamais uma navalha tocou a cabeça ou a barba de seus capelães. Esses gregos eram muito devotos aos serviços de sua igreja, na qual tanto soldados quanto sacerdotes participavam, pois todos cantavam sem distinção em sua língua nativa. Pensei comigo mesmo na terrível experiência que deve ter sido para o grande príncipe cristão do Extremo Oriente ser forçado pelos infiéis a visitar as terras distantes do Ocidente para buscar ajuda contra eles. ^[84].

Enquanto Manuel II estava no Ocidente tentando persuadir os governantes da França e da Inglaterra a enviar tropas para defender suas capitais, um aliado inesperado surgiu na Ásia Menor. Timur Lang (Tamerlão), o líder mongol conhecido como "a Espada do Islã", havia devastado a Geórgia em 1399-1400, saqueando e incendiando as grandes cidades de Aleppo, Damasco e Bagdá. Agora, ele avançava para o oeste para atacar o sultão Bayezid com tropas extremamente disciplinadas, organizadas no estilo característico dos mongóis em unidades de cem soldados e dedicadas à *jihad*. Essas tropas entraram em confronto com os turcos nos arredores de Ancara em 28 de julho de 1402. Os otomanos não só foram derrotados, como o sultão e seu filho Musa também foram feitos prisioneiros. Bayezid morreria mais tarde em cativeiro. Embora o sucesso de Timur os tivesse chocados e aterrorizados, os governantes ocidentais Henrique III de Castela, Carlos VI da França e Henrique IV da Inglaterra o parabenizaram por sua vitória em Ancara, que havia destruído seu inimigo Bayezid. De Constantinopla, o regente João VII Paleólogo prometeu pagar tributo a Timur se este continuasse a proteger Bizâncio dos turcos. Para os cristãos sitiados em Constantinopla, os mongóis haviam prestado um grande serviço, mas persistia alguma incerteza quanto aos próximos passos de Timur. Contudo, após aniquilar os Cavaleiros Hospitalários em Esmirna,

o líder mongol retornou ao leste, onde nutria a ambição muito maior de conquistar a China. Foi lá que ele conquistaria o título que mais tarde se tornaria seu epitáfio: "Conquistador do Mundo".

Após a derrota de 1402, Manuel retornou a Constantinopla, enquanto os quatro filhos de Bayezid iniciaram imediatamente uma luta pelo poder supremo, que seria resolvida em 1413, quando Mehmet I triunfou sobre seus irmãos e retomou a campanha contra Bizâncio. Manuel encomendou uma cópia dos escritos de Pseudo-Dionísio, juntamente com um magnífico retrato de grupo da família imperial, que enviou ao mosteiro de Saint-Denis como sinal de gratidão a Carlos VI (prancha 40). Contudo, em 1422, quando Constantinopla enfrentou outro sério cerco otomano, nenhum auxílio militar chegou. Naquele ano, Manuel sofreu um derrame, e João VIII assumiu o controle de Bizâncio, agora reduzida apenas à capital, que, sem os territórios anexados, não era mais a rainha de nenhum império. Em 1453, o neto de Mehmet I entraria em Constantinopla a cavalo como um conquistador.

A formação do poder otomano ocorreu ao longo de muitos séculos de interação contínua com o Império Bizantino. À medida que o primeiro se expandia e se fortalecia, o segundo encolhia e enfraquecia. Esse longo período de rivalidade política, aliado à estreita inter-relação entre os dois impérios, resultou em significativa influência mútua. Princesas bizantinas enviadas para casar com maridos turcos introduziram a presença cristã em suas cortes. O sistema bizantino de concessão de terras (*pronoia*) foi transformado no *timar otomano* , enquanto os registros de impostos muçulmanos permaneceram sob o controle de funcionários cristãos e eram mantidos no estilo bizantino. No que diz respeito aos serviços sociais, bizantinos e otomanos adotaram práticas filantrópicas semelhantes, embora a importância que o Islã atribuía à caridade significasse que uma parte da renda de cada muçulmano era destinada a esse fim, enquanto no mundo cristão isso era deixado à consciência individual. Algumas instituições, como o *waqf muçulmano* , assemelhavam-se bastante aos mosteiros cristãos em suas multifacetadas funções sociais. Contudo, durante a conquista otomana, os recursos cristãos — incluindo população, propriedades da igreja e impostos — foram redirecionados para instituições islâmicas: caravanserais, madraças e mesquitas, muitas vezes administradas por convertidos ao cristianismo (*gulam*). Embora essas instituições oferecessem hospedagem e alimentação gratuitas a viajantes de todas as religiões, o propósito fundamental do *waqf* era fortalecer o islamismo em detrimento do cristianismo.

Isso fica evidente pelo número de metropolitas e bispos atuantes na Ásia Menor, que diminuiu drasticamente à medida que as igrejas foram convertidas em mesquitas, as propriedades cristãs foram confiscadas pelos conquistadores e os camponeses cristãos consideraram mais vantajoso renunciar à sua fé e se converter ao islamismo. Como explicou Cídones em um discurso no qual instava os imperadores a buscarem ajuda no Ocidente:

Toda a região que nos sustentava, estendendo-se do Helesponto até as montanhas da Armênia, foi tomada de nós. Destruíram completamente as cidades, saquearam as igrejas e pilharam os túmulos, enchendo tudo de sangue e cadáveres. Corromperam até mesmo as almas dos habitantes, obrigando-os a rejeitar o verdadeiro Deus e a participar de sua imundície.^[85]

As sedes episcopais das províncias europeias substituíram o domínio tradicional da Ásia Menor na hierarquia dos centros eclesiásticos. Em 1324, quando o Patriarca de Constantinopla solicitou auxílio financeiro, apenas três sedes principais foram designadas: Cízico, Proconeso e Lopádio. Muitos clérigos designados para igrejas na Ásia Menor não puderam residir em suas sedes e tornaram-se refugiados na capital, dependendo do apoio do Patriarcado. E, no final do século xv, uma *notitia oficial* (lista de igrejas) relatava que, na Ásia Menor, “cinquenta e um metropolitans, dezoito arcebispos e quatrocentos e setenta e oito bispos estavam vagos”. Apenas um arcebispado e três bispos sobreviveram.

Em termos artísticos, os seljúcidas já haviam adotado a águia bicéfala de Bizâncio, enquanto, inspirados pela Hagia Sophia, as mesquitas do século xiv adaptaram cúpulas e telhas ao seu próprio uso. A Mesquita Verde de Bursa, construída com uma magnífica cúpula em 1424 por Mehmet I, serviria de modelo para muitas mesquitas posteriores, como a de Edirne; um modelo que alcançaria um novo patamar de distinção nos edifícios construídos no século xvi pelo arquiteto Sinan, especialmente a Mesquita Azul de Constantinopla/Istambul. Sinan, cristão de nascimento, foi escravizado pelos muçulmanos em seu costumeiro recrutamento forçado de meninos para o serviço palaciano (*devsirme*), e alcançaria grande aclamação por seus magníficos projetos de banhos e estruturas cívicas, além de mesquitas.

Apesar desse longo processo de influência mútua, diferenças significativas persistiram no âmbito do direito e dos costumes familiares, fazendo com que o Islã parecesse um tanto distante. Em contraste com a exigência cristã da monogamia e a relutância em permitir segundos casamentos, os homens muçulmanos podiam ter até quatro esposas, desde que pudessem sustentá-las adequadamente. Os sultões satisfaziam seus desejos sexuais não apenas com suas esposas oficiais, mas também com numerosas concubinas que formavam o núcleo de seus haréns. Esperava-se que essas mulheres gerassem muitos filhos, todos os quais, posteriormente, buscariam herdar o poder do pai. O resultado era uma rivalidade acirrada entre as mães, bem como guerras fratricidas entre irmãos e meio-irmãos após a morte do sultão. O Islã não reconhecia a prática medieval da primogenitura, que garantia que o filho mais velho herdasse as terras do pai. Assim, o sultão podia favorecer um filho mais novo, nascido de sua concubina favorita, em detrimento de seus meio-irmãos mais velhos. A guerra civil de 1402-1413 entre os filhos de Bayezid foi um prenúncio das muitas guerras semelhantes que estavam por vir.

Obviamente, tais conflitos também eram comuns em Bizâncio e no Ocidente. Andrônico II foi desafiado por seu filho Andrônico III entre 1321 e 1328, e João VI Cantacuzeno provocou uma luta de seis anos ao reivindicar o trono herdado por João V (1341-1347). Quando João VIII (1425-1448) e Constantino XI (1449-1453) convocaram seus irmãos mais novos, Teodoro e Demétrio, para ajudá-los a defender a capital, os déspotas da Moreia estavam ocupados demais lutando entre si. Mas no mundo muçulmano, a estrutura da corte e do harém gerava maior competição e instabilidade em tempos de sucessão. E como os otomanos haviam adotado a monarquia como sua estrutura política, era necessário um soberano que pudesse estabelecer autoridade sobre todos os rivais. Tipicamente, cada sultão chegava ao poder após uma série de fratricídios e assassinatos, o que apenas intensificava

sua própria determinação de sobreviver. E, da mesma forma, cada um deles aspirava a ser o governante otomano que finalmente conquistaria a metrópole de Constantinopla.

Em 1422, Murat II, antecipando essa vitória, deu instruções precisas sobre os despojos que esperava obter. De acordo com o relato de uma testemunha ocular:

O déspota dos turcos também enviou arautos para proclamar a todos os cantos da terra que o emir prometia entregar todas as riquezas e pessoas da cidade aos muçulmanos. Ele fez isso para atrair todos os muçulmanos [...] que vieram para lucrar, não apenas aqueles que se beneficiavam da pilhagem e da guerra, mas também aventureiros e mercadores, perfumistas, sapateiros e até mesmo alguns monges turcos [...] Alguns vieram comprar prisioneiros, alguns mulheres; outros vieram levar animais e outras mercadorias; e os monges turcos vieram levar nossas freiras e os despojos do déspota dos turcos. ^[86].

Nessa ocasião, segundo João Canano, que testemunhou o cerco, a Mãe de Deus protegeu Constantinopla; até os turcos a viram lutando nas muralhas. O imperador Manuel, porém, conseguiu proclamar um sultão rival em Bursa, forçando Murat II a abandonar o cerco.

Com suas ambições frustradas, o sultão voltou sua atenção para a Moreia e obrigou Demétrio e Tomás Paleólogo a lhe pagar tributo. Enquanto Demétrio acolheu essa aliança com Murat II, Tomás liderou uma coalizão anti-turca em aliança com seus contatos genoveses, a família Zaccaria. Em 1448, quando o imperador João VIII morreu, sua mãe, Helena, insistiu que Constantino, mais velho que Demétrio e Tomás, fosse coroado imperador. Como era evidente que a ameaça a Constantinopla era a mais grave de sua história, Constantino imediatamente apelou a seus irmãos por ajuda militar. Mas eles recusaram, e em 1451 já era tarde demais.

Naquele ano, Mehmet II sucedeu seu pai, Murat, como sultão. Ele tinha apenas dezenove anos, mas estava determinado a concluir a conquista otomana de Constantinopla. Tanto ele quanto Constantino XI sabiam que a sobrevivência de Bizâncio estava em jogo. A construção de um segundo grande castelo otomano em Rumeli Hisar, na margem europeia, servia ao objetivo otomano de controlar toda a navegação no Bósforo, além de impedir que reforços militares em larga escala chegassem à cidade. A partir daquele momento, o destino de Constantinopla estava selado. Se Constantino XI tivesse conseguido pagar o engenheiro húngaro que se ofereceu para fundir um novo canhão para a defesa da cidade, ela poderia ter sobrevivido por mais alguns anos. Mas o governante bizantino estava sem dinheiro, então o engenheiro levou sua invenção aos turcos. Foi essa arma gigantesca, maior do que qualquer canhão fabricado até então, que garantiu a vitória. As muralhas do século V, construídas em linha reta com tripla fortificação, não resistiram à força da pólvora, mesmo com todo o poder dessa arma do século XV.

O imperador bizantino fez inúmeros apelos por ajuda ao Ocidente, aos quais alguns aliados responderam. No outono de 1452, o legado papal, Cardeal Isidoro (anteriormente Bispo de Kiev), chegou à cidade com Leonardo de Quíos, acompanhado por um corpo de arqueiros recrutados e pagos pelo próprio cardeal. Navios de Ancona, Provença e Castela juntaram-se às forças navais, e um grupo de navios gregos de Creta decidiu permanecer na cidade, embora seis deles tenham escapado posteriormente. Em janeiro de 1453, os habitantes da cidade sentiram grande alívio com a chegada do condottiero genovês, Giovanni Giustiniani Longo, que enfrentou o bloqueio turco e o rompeu com seus dois navios e cerca

de setecentos homens. Constantino XI designou-lhe a parte mais vulnerável das muralhas da cidade, a seção ao redor do Portão Romano, e

Ele encorajou e até ordenou ao povo que não perdesse a esperança e mantivesse uma fé inabalável em Deus [...] Todos o admiravam e o obedeciam em tudo.

Em seu diário do cerco, Nicolò Barbaro, um cirurgião veneziano, registra sua experiência de viver os últimos dias de Bizâncio. Quando o povo percebeu que somente um milagre poderia salvá-los da "fúria daqueles pagãos perversos", eles choraram, rezaram e...

Quando soou o alarme para que todos tomassem seus lugares [...] as mulheres, e também as crianças, carregaram pedras até as muralhas e as colocaram nas ameias, para que pudessem ser atiradas sobre os turcos, [\[87\]](#).

Seu relato vívido é obviamente tendencioso e favorável aos venezianos; assim, ele acusa Giustiniani de abandonar seu posto na Porta Romano. Na realidade, após planejar a defesa com o imperador, o líder genovês foi ferido por uma flecha e viria a falecer em Chios.

Os apelos de Constantino XI por ajuda ao General Hunyadi resultaram na chegada de uma embaixada em abril de 1453 para negociar com Mehmet II. Mas, a essa altura, o sultão já pressentia a vitória e ignorou a ameaça de ataque húngaro. Ele havia reunido um vasto exército de provavelmente sessenta mil soldados e até cento e quarenta mil auxiliares, enquanto Constantino mal conseguia reunir oito mil defensores. Com o estrondo do cerco já ecoando pelo Corno de Ouro, o imperador concentrou-se na defesa dos dezenove quilômetros de muralha perimetral contra as forças turcas em número muito superior. O cerco foi dominado pelos novos canhões de grosso calibre do sultão, apelidados de "Imperial", que disparavam projéteis de 5.000 a 6.000 quilos contra as muralhas. Apesar dos esforços valentes para reparar as defesas com barris, entulho e outros materiais, após vinte dias de bombardeio, uma brecha foi aberta, permitindo a entrada dos turcos. Em 19 de maio de 1453, eles hastearam sua bandeira sobre a cidade.

O heróico imperador Constantino XI, que fora a alma da resistência, desapareceu durante o ataque, e seu corpo jamais foi encontrado, dando origem à lenda bizantina de que ele teria sido engolido pelas muralhas e que um dia retornaria. Na noite anterior ao ataque final, ele fizera um último passeio a cavalo ao longo das muralhas na companhia de seu conselheiro, Sfrantzes, que relata ter visto o vasto acampamento otomano, suas fogueiras e preparativos, e ter entendido que somente a intervenção divina poderia salvar Bizâncio. Mas, longe disso, a cidade foi saqueada por três dias, durante os quais Sfrantzes e muitos outros foram feitos prisioneiros. Quando Mehmet II finalmente entrou na cidade, algumas fontes afirmam que ele chorou ao ver as perdas e a beleza dos edifícios; outras, porém, dizem que os turcos se vestiram, e até mesmo seus cães, com vestes eclesiásticas, que jogaram todos os ícones em uma enorme fogueira onde assaram carne e que beberam o vinho puro dos cálices.

O sultão ordenou que a população remanescente permanecesse na cidade sob domínio otomano e organizou a realocação de outras 5.000 famílias, iniciando assim o processo de islamização. Em 1454, nomeou o renomado erudito e monge Genádio Escolástico como patriarca. Como líder dos *millet gregos* (um grupo étnico empregado pelos otomanos para

controlar a população conquistada), ele procurou proteger a ortodoxia da injustiça. Ainda hoje, seu sucessor — o atual Patriarca Bartolomeu — reside nesta mesma sé graças aos termos negociados com Mustafa Kemal Atatürk, o primeiro governante da Turquia moderna, no Tratado de Lausanne (1923). Embora haja poucos cristãos na cidade, a Igreja da Nova Roma, reconhecida por Constantino I e elevada ao mesmo status da Roma Antiga por Teodósio I, persiste como um guia para a fé ortodoxa. Mas é a vitória do jovem Mehmet que é comemorada na Mesquita do Conquistador, ou Fatih Camii, erguida no local onde outrora se erguia a Igreja dos Santos Apóstolos. Com essa substituição simbólica, Mehmet, o Conquistador, fez de Bizâncio a capital do que viria a ser o Império Otomano.

Conclusão

A grandeza e o legado de Bizâncio

A característica mais notável de Bizâncio não era o seu cristianismo, proclamado nos seus concílios e conversões históricos, e celebrado em imensas igrejas como a Hagia Sophia ou na intimidade doméstica dos ícones familiares; nem a sua organização e administração romana, nem a sua autoconfiança imperial; nem a sua herança grega duradoura, nem o seu sistema educativo. Era a combinação de todos estes elementos, um fenómeno cujas origens remontam ao século IV com a criação da nova capital, dos seus monumentos e portos, que enraizou Bizâncio numa rica gama de tradições e recursos.

Contudo, o estereótipo moderno de Bizâncio é o de um governo tirânico governado por homens efeminados e covardes e eunucos corruptos, obcecados por rituais vazios e uma burocracia interminável, complexa e incompreensível. Montesquieu desenvolveu essas caricaturas no século XVII, quando tentava explicar as razões para o declínio do Império Romano, e Voltaire deu-lhes ainda maior significado, acrescentando sua própria ênfase apaixonada na preeminência da razão sobre a religião. Enquanto o primeiro rejeitava o “Império Grego”, como o chamava, devido ao poder excessivo dos monges, ao foco indevido em disputas teológicas e à falta de uma separação adequada entre assuntos religiosos e seculares, o segundo o condenou inequivocamente como uma “desgraça para a mente humana”. Talvez ambos também tenham sido provocados pelo uso que Luís XIV fez de modelos bizantinos para celebrar o governo monárquico despótico.

O relato mais conhecido de Edward Gibbon, em sua * *História do Declínio e Queda do Império Romano* *, que se estendeu até 1453, baseou-se nessas mesmas características e identificou Bizâncio como um mero elo “passivo” com a antiguidade greco-romana. Em si mesma, argumentou ele, não tinha interesse, exceto pelo fato de conectar o período clássico com as nações bárbaras da Europa Ocidental e “as revoluções mais esplêndidas e importantes que mudaram o estado do mundo”.^[88] Mas talvez a expressão mais clara da má reputação de Bizâncio seja a do historiador irlandês do século XIX, William Lecky. Numa opinião tão desdenhosa quanto misógina, ele afirmou:

A história consensualmente reconhece que o Império Bizantino constitui, sem exceção, a forma mais vil e desprezível que a civilização já assumiu. Não houve outra civilização duradoura tão completamente desprovida de qualquer forma ou elemento de grandeza, e nenhuma à qual o epíteto “insignificante” possa ser aplicado de forma tão categórica. [...] A história do império é um relato monótono de intrigas entre sacerdotes, eunucos e mulheres, de envenenamentos, conspirações e ingratidão constante.^[89]

Como espero ter demonstrado, longe de ser passiva, Bizâncio foi tão ativa quanto surpreendente e criativa, na medida em que foi capaz de reelaborar suas tradições e herança mais queridas. Legou ao mundo um sistema imperial de governo baseado em um funcionalismo público qualificado e um sistema tributário eficiente; uma estrutura legislativa fundamentada no direito romano; um currículo singular de educação secular que

preservou grande parte do conhecimento pagão clássico; uma teologia ortodoxa, expressão artística e tradições espirituais incorporadas na Igreja Ortodoxa; e rituais de coroação e cortesãos que teriam inúmeros imitadores. No século VI, o mercador Cosmas Indicopleustes também observou:

Há outro sinal do poder dos romanos, que Deus lhes concedeu, a saber, que todas as nações conduzem seu comércio com seu *nomisma*, que é aceito em todos os lugares, de uma extremidade da terra à outra [...] Em nenhuma outra nação existe algo semelhante.^[90]

Durante séculos após a queda da Cidade Rainha para os turcos, o termo *besante continuou a ser usado* como uma lembrança da reconhecida confiabilidade do ouro bizantino. Apesar de sua desvalorização no século XI, o besante alude à poderosa contribuição da cunhagem de ouro para o comércio na Alta Idade Média, quando Bizâncio protegia o crescimento de Veneza e de outras cidades-estado italianas.

Artisticamente, suas sedas e marfins estabeleceram o padrão de beleza e artesanato, enquanto suas imagens continuam a inspirar pintores de ícones em comunidades ortodoxas do mundo todo. Teologicamente, sua intensa luta interna, que durou um século, contra as restrições iconoclastas dos Dez Mandamentos, precipitada por sua conversão forçada ao Islã, se tornaria uma referência para os puritanos quase mil anos depois. Sua capacidade de conquistar e, sobretudo, de se defender e defender sua magnífica capital, protegeria o noroeste do Mediterrâneo durante o período caótico — porém criativo — que se seguiu à queda do Império Romano do Ocidente. Sem Bizâncio, não teria havido Europa.

Durante o período crítico do início da Idade Média, quando os árabes invadiram o país vindos do deserto para conquistar a Terra Santa dos judeus e cristãos, bem como os celeiros do Egito, apenas Constantinopla se interpunha no caminho de suas ambições. Se as fortificações da Cidade Rainha e a determinação e capacidade de seus habitantes — seu imperador, sua corte e seu povo — não tivessem garantido a segurança de seu sistema defensivo, o Islã teria suplantado Bizâncio no século VII. Após a conquista de Damasco, Jerusalém, Alexandria e do Império Persa, os muçulmanos certamente teriam invadido também o império mediterrâneo criado por Roma, uma vez incorporada Constantinopla, com seus recursos e receitas, seus estaleiros e suas redes comerciais. Assim como avançaram ao longo da costa sul do Mediterrâneo, penetrando na Espanha, teriam feito o mesmo pelos Bálcãs para, eventualmente, dominar também a costa norte.

Assim, Bizâncio definiu-se em parte em oposição aos sucessivos estados árabes, e a relação entre o cristianismo e o islamismo teve uma influência formativa no desenvolvimento do império. Como já vimos, seu contato inicial com o islamismo no século VII foi completamente inesperado. A derrota histórica da Pérsia pelas mãos de Bizâncio desviou a atenção do que a princípio parecia ser nada mais do que um grupo de invasores tribais, ainda que envoltos em certo milenarismo. Longe disso, a chegada dos árabes sob a bandeira do Profeta tornou-se um trauma prolongado. O impacto de seus triunfos militares imediatos entre 632 e 642 forçou Bizâncio a recuar para as fronteiras da Ásia Menor, abandonando os centros mais sagrados da cristandade, bem como alguns dos mais antigos sítios monásticos do Egito, Palestina e Síria. Apesar disso, também foi capaz de repelir

numerosos cercos muçulmanos à sua capital e manter sua fronteira nas montanhas Tauro. A ascensão e queda do Islã resultaram em uma divisão decisiva do mundo antigo em três partes desiguais: o Oriente Muçulmano, que se estendia da Síria e do Egito ao longo da costa da África até penetrar na Península Ibérica; a parte ocidental, que adotaria o nome de "Europa"; e a parte oriental, que continuaria a formar o núcleo de Bizâncio.

Durante o primeiro e prolongado encontro com o Islã, o descontentamento bizantino com os constantes sucessos militares dos muçulmanos foi acompanhado pela condenação de sua teologia. Ela era considerada uma heresia, embora de natureza completamente diferente de outros erros doutrinários do século VII. Apesar de Bizâncio ter aceitado posteriormente que o Islã era uma revelação do único Deus, demorou a adquirir um conhecimento detalhado do Alcorão ou a tomar conhecimento da alegação de que o Islã havia vindo substituir o Cristianismo como a verdadeira revelação. Longe disso, o que fizeram foi reformular os argumentos há muito usados nas polêmicas cristãs com o Judaísmo e direcioná-los contra o novo adversário; diálogos vigorosos foram elaborados para reafirmar o lado cristão enquanto condenavam o muçulmano. Nos séculos VIII e IX, esses diálogos assumiram formas ainda mais estridentes com o desenvolvimento da iconoclastia bizantina, que representou tanto uma reação contra o Islã quanto um meio de consolidar o império para combater o desafio islâmico.

A partir de 750, lutas internas e guerras civis entre os muçulmanos levaram a dinastia Abássida a transferir a capital de Damasco para Bagdá, às margens do rio Tigre. A ascensão dos Abássidas dividiu o mundo islâmico em califados rivais, deixando aos Omíadas o território da Península Ibérica, o que aliviou parte da pressão sobre Bizâncio. Embora os novos centros de poder muçulmano em Bagdá e Córdoba estivessem agora mais distantes de Constantinopla do que Damasco, permaneceram foco de negociações constantes. Bizâncio buscava manter relações diplomáticas com todas as autoridades islâmicas rivais.

A partir do século XI, outros povos muçulmanos vieram remodelar o mundo islâmico. Em sua longa jornada para o oeste, partindo da Mongólia, a principal atividade dos turcos seljúcidas foi derrotar todas as forças opositoras e capturar e saquear as principais cidades em busca de espólios. No século XI, após conquistarem Bagdá e torná-la sua capital, sua primeira ação foi entrar em contato com Bizâncio. Suas crenças sunitas os tornavam hostis a todas as autoridades xiitas no Islã, como a dinastia fatímida no Cairo. Quando os seljúcidas romperam o controle fatímida sobre Jerusalém, Bizâncio e o Ocidente cristão acreditaram que havia chegado a hora de reconquistar a Terra Santa. E a triunfante reconquista da cidade para a cristandade em 1099 foi alcançada em parte graças à exploração, pelos cruzados, das divisões entre muitos muçulmanos sunitas e xiitas locais. Finalmente, após quase oitenta anos, o controle cristão seria novamente perdido para o general curdo Saladino em 1187.

Para Bizâncio, as diferenças entre árabes e turcos eram óbvias. Os turcos seljúcidas eram um povo mongol que falava uma antiga língua uigur (que permanece uma língua comum ainda em uso da Turquia ao Extremo Oriente, onde é falada pela minoria muçulmana no oeste da China). Os seljúcidas, e mais tarde os turcos otomanos, não eram árabes nem culturalmente nem historicamente e, a princípio, demonstraram claramente sua determinação em desafiar as autoridades muçulmanas estabelecidas, em vez das cristãs. Seu avanço pela Ásia Menor em direção à Cidade Rainha foi praticamente um desvio, motivado

pela percepção de que encontrariam pouca resistência séria ao longo dessa rota para deter seu progresso. À medida que gradualmente substituíram o controle imperial na Ásia Menor, no final do século XI e ao longo do século XII, Bizâncio passou a vê-los como uma força hostil, dividida em vários emirados distintos, e buscou assimilar suas vitórias militares. Eventualmente, os turcos otomanos reuniram uma grande força, que cruzou os Dardanelos em 1354 e iniciou a conquista das províncias ocidentais do império.

Pouco depois desse evento dramático, Constantinopla se viu cercada pelos otomanos por todos os lados, em circunstâncias totalmente diferentes daquelas enfrentadas pelos sitiados árabes da cidade setecentos anos antes. O contato prolongado com o império ajudou a transformar os otomanos, que haviam evoluído de um conjunto de tribos nômades para um povo sedentário. Além de construírem mesquitas e caravanserais para facilitar o comércio terrestre com o Extremo Oriente, eles adaptaram as tradições administrativas bizantinas e as normas imperiais, absorvendo a sabedoria ancestral. Ao mesmo tempo, os centros bizantinos cercados pelos turcos floresceriam por séculos em uma relação simbiótica com eles, como, por exemplo, em Trebizonda, onde o Grande Comneno manteve o domínio cristão forjando alianças com seus vizinhos muçulmanos — e, posteriormente, seus suseranos. A considerável proporção de casamentos mistos entre os governantes desses estados fomentou a tolerância e o intercâmbio constantes.

Em 1391, o recém-empossado imperador Manuel II Paleólogo herdou de seu pai o status de vassalo otomano e foi obrigado a pagar consideráveis impostos e a participar de campanhas militares ao lado do sultão Bayezid I. Após as operações militares daquele verão, o imperador acompanhou o sultão a um acampamento perto de Ankyra, na Anatólia, onde passavam os dias caçando e as noites festejando. Isso ocorreu vários anos antes da visita de Manuel a Londres e Paris, que discutimos no capítulo anterior. Quando o inverno chegou, com as primeiras neves, as baixas temperaturas e as longas e escuras noites, Manuel e seus companheiros encontraram uma maneira de passar o tempo: debatiam com os *muderis muçulmanos locais* (um termo técnico para cádi, juiz ou professor religioso) sobre os méritos relativos de suas respectivas religiões. Dessa forma filosófica, preenchiam suas noites e obtinham algum entretenimento reflexivo. Manuel II foi um prolífico escritor de cartas e exercícios retóricos no estilo da Grécia Antiga, e mais tarde registrou sua versão dos debates de inverno realizados em Ankyra em um volume considerável de trezentas páginas.

Este aspecto do legado bizantino seria abordado pelo Papa Bento XVI na conferência especial que realizou em Regensburg — cidade onde frequentou a universidade — em 12 de setembro de 2006. O Papa citou especificamente um ataque particularmente severo ao Islã, extraído da sétima seção do *Diálogo com um Persa*, escrito por Manuel II em algum momento após 1391. O imperador disse:

pregava pela espada. [\[91\]](#).

Subitamente, o nome de um imperador até então obscuro — por mais erudito que fosse — do final do período bizantino saltou para as primeiras páginas dos jornais mais conceituados. As palavras do imperador foram divulgadas para legitimar o que parecia ser um ataque frontal à própria natureza do Islã; e, por um instante, Bizâncio foi convocada a

participar da chamada "guerra ao terror". O próprio Papa diria mais tarde, em uma nota de rodapé, que havia citado aquela passagem apenas para enfatizar sua concordância com Manuel II a respeito da "relação essencial entre fé e razão [...] sem endossar sua polêmica". Com isso, ele revelou sua ignorância do mundo bizantino, visto que a versão completa do *Diálogo* é muito mais complexa e intrigante do que o pequeno fragmento selecionado, que é inequivocamente um retrato hostil e redutivo do Islã. O texto de Manuel também demonstra que, sob o domínio otomano, os muçulmanos podiam se engajar em argumentos e debates racionais com seus oponentes cristãos bizantinos.

A palestra do Papa Bento XVI levanta a questão mais ampla da relação global de Bizâncio com seus oponentes islâmicos. O texto também sugere que o adversário teológico mais significativo do Papa não era tanto o Islã, mas sim seus companheiros cristãos evangélicos. Isso porque a ideia central de seu argumento diz respeito à natureza divina da fusão dos ensinamentos de Cristo com as tradições helenísticas do mundo, que — ele insiste — integra razão e revelação, refutando assim qualquer alegação de que o cristianismo possa ser reduzido unicamente à pregação e à presença de Cristo. Contudo, parece desonesto sugerir que não havia intenção anti-muçulmana por trás da palestra, visto que o Papa Bento XVI propôs:

Essa reaproximação interna recíproca que ocorreu entre a fé bíblica e a abordagem filosófica do pensamento grego é um fato de importância decisiva [...] esse encontro [...] permanece como o fundamento do que pode ser corretamente chamado de Europa. ^[92].

Em contraste, ele apresenta a fé muçulmana como uma ideologia religiosa monolítica e implicitamente antieuropeia, cujos seguidores, em virtude de sua própria crença, são privados da capacidade de combinar fé e razão. Longe disso, eles fundem violência e revelação, de modo que são intrinsecamente incapazes — parece insinuar o Papa — de aceitar a ideia da preeminência do direito secular ou mesmo o próprio conceito de universidade.

Em seu *Diálogo*, citado pelo Papa Bento XVI, o *muçulmano* é identificado com o persa. Ele não responde imediatamente à acusação de que seu Profeta é mau e desumano, mas contrataca lembrando ao imperador que o Islã é a revelação definitiva de Deus para o homem e vem substituir todas as anteriores. Assim como o Cristianismo substituiu o Judaísmo, também, afirma ele, o Islã agora substituiu o Cristianismo, e é dever de todo aquele que crê em um só Deus converter-se ao Islã. Obviamente, o texto foi escrito em grego bizantino para refletir a superioridade da fé cristã praticada por Manuel II. É improvável que ele tenha preservado os argumentos muçulmanos em sua forma mais consistente. Na maioria das disputas, o imperador demonstrou suas habilidades teológicas e filosóficas, argumentando que o Paráclito mencionado no Evangelho de João (geralmente associado ao Espírito Santo) não poderia ser o profeta Maomé; ele contestou a novidade da lei islâmica, que descreveu como mosaica, e criticou a visão muçulmana do Paraíso como uma promessa profundamente imoral e enganosa. Nos volumes posteriores, ele chegou a sugerir que havia convencido o *muçulmano* da superioridade do cristianismo e que esperava que ele se convertesse.

O debate foi conduzido por meio de intérpretes, pois Manuel não falava turco e os *müderriş* não falavam grego. Assim, o *diálogo* deve ter sido um processo lento, carente das trocas espirituosas de uma conversa direta, o que, ao mesmo tempo, proporcionava trabalho para aqueles que ganhavam a vida com a relação entre as duas sociedades. Aparentemente, ambos os lados reclamavam que os intérpretes se reuniam e cochichavam entre si; talvez um símbolo do entrelaçamento dos interesses bizantinos e turcos. Mesmo assim, todas as noites, ao final da discussão, ambos os lados comentavam sobre o quão interessantes haviam sido os debates e combinavam de se encontrar novamente no dia seguinte. E assim passaram parte do inverno na Anatólia.

No final do século XIV, o Islã havia desenvolvido uma multiplicidade de escolas teológicas distintas, sunitas e xiitas, incluindo uma tradição otomana de poesia mística. E muito antes disso, os árabes de Bagdá, Cairo e Córdoba já haviam incorporado as obras de Aristóteles em seu sistema educacional, elevando-o a um nível superior de raciocínio lógico. Foi essa versão árabe da filosofia grega, exposta em um estilo altamente racional pelo filósofo e erudito do século XII, Averróis, na Espanha muçulmana, que teria um poderoso impacto no Ocidente quando traduzida para o latim. Assim como os intelectuais bizantinos que foram acusados pela Igreja de propagar visões heréticas, Averróis também foi criticado pelas autoridades religiosas de al-Andalus. Mas é evidente que o Islã não era, de forma alguma, uma religião monolítica.

Portanto, a escolha do Papa de uma citação de um diálogo cristão com o Islã para demonstrar a incapacidade deste último para um debate racional parece equivocada. Isso porque, por mais de setecentos anos, Bizâncio esteve em conflito com diversos estados e sociedades islâmicas. Também coexistiu com eles, distinguiu-se deles e os influenciou com seu próprio legado, particularmente na Turquia, mas também, por exemplo, nos mosaicos decorativos de vários santuários muçulmanos em Jerusalém e Córdoba. Esse legado externo de Bizâncio refletia suas realizações internas, que lhe conferiam considerável flexibilidade.

Bizâncio, por sua vez, também representava um ramo específico do cristianismo, a ortodoxia grega, que coexistia com uma pluralidade de outras vertentes. E embora o império tenha sido profundamente moldado pelas crenças cristãs, também se distinguiu do Ocidente medieval pela incorporação ativa de grande parte da cultura pré-cristã antiga. Alguns elementos pagãos eram relativamente primitivos, como a veneração de imagens dos deuses e a queima de incenso em sua homenagem; outros derivavam de fontes externas ao mundo romano, como as práticas cortesãs da Pérsia. Nos níveis mais elevados do conhecimento, a cultura bizantina também incluía noções antigas de debate filosófico: se o mundo era eterno ou criado, plano ou redondo [...]. Matemática, geografia, medicina e veterinária, literatura, ética e moralidade — áreas que abrangiam a maioria das preocupações humanas — estavam enraizadas em seu conhecimento e transmitidas juntamente com inúmeros comentários. Bizâncio adaptou e desenvolveu modelos literários, de modo que o romance grego antigo, várias formas de métrica poética, hinos e poesia épica floresceram dentro de seus muros. Embora o teatro antigo não tenha sobrevivido por muito tempo na era cristã, os grandes dramaturgos gregos foram lidos, estudados e memorizados por gerações e gerações de estudiosos bizantinos.

Dessa forma fundamental, então, Bizâncio era intrinsecamente clássica e ainda parcialmente pagã. Quando Constantino XI viu seu império reduzido a uma cidade-estado desesperada, cercada pelos turcos otomanos, que estavam prestes a romper as muralhas usando os canhões que ele não podia comprar nem sabia como fabricar, o mais cristão dos imperadores apelou em grego ao seu povo para provar que eram verdadeiros romanos. Ao fazer isso, ele evocou uma história que, a partir de 1453, remontava à consagração da cidade em 330, mil cento e vinte e três anos antes, e identificou os bizantinos com seus gloriosos ancestrais, os gregos e romanos pagãos.

Essa herança pagã é frequentemente obscurecida pelos adornos da cultura cristã. A própria descrição que o Patriarca Fócio fez dos numerosos livros que leu, a maioria de origem cristã, incluía as *Orações Pirronas* de Enesidemo (um obscuro cético grego) e várias obras de Galeno e Oribásio (o médico de Juliano, o Apóstata), bem como os sessenta e cinco discursos autênticos de Demóstenes, que ele contextualizou dentro de um relato da vida e da época do grande orador. As observações sobre as epopeias de Homero feitas pelo arcebispo Eustácio de Tessalônica, do século XII, apresentam uma conexão mais direta e imediata com a poesia antiga. Em geral, os estudiosos e funcionários bizantinos consideravam as composições dos autores antigos superiores às suas próprias (uma modéstia sobre a qual talvez valha a pena refletir). Isso não significava, contudo, que se abstivessem de criticar seus ilustres predecessores. Eles liam, editavam e comentavam todos os tipos de textos pré-cristãos, o que significava que possuíam uma proporção maior de textos pagãos do que teriam preservado de outra forma.

A atividade intelectual bizantina foi possibilitada pelo sistema educacional, que continuou baseado no currículo da Grécia Antiga e dependia de um profundo conhecimento dos textos pagãos mais importantes. Embora a Igreja tenha acrescentado seu próprio conjunto de escritos teológicos e espirituais, estes jamais puderam rivalizar com a formação proporcionada pela memorização de textos antigos. Essa prática ancestral permeou todos os cantos do império ao longo dos séculos. Em circunstâncias favoráveis, levou a análises originais e sofisticadas, como se vê nos versos da freira Cassiana ou do monge João Geômetra, dos bispos João Mauropo e Jorge Quioníades, de Ana Comnena e dos membros de seu círculo literário, ou dos filósofos Miguel Pselo e Jorge Gemisto Pletão. Como demonstra João Mauropo em sua oração pelas almas de Platão e Plutarco, havia uma genuína apreciação pelas qualidades morais de alguns autores pré-cristãos.

Outros, que talvez não tivessem esse nível de educação superior, também refletiam a curiosidade bizantina sobre o que os autores antigos haviam escrito, como suas cidades haviam sido construídas e quem era homenageado em inscrições e esculturas pré-cristãs. Esses autoproclamados filósofos dedicavam-se a um tipo específico de comentário sobre o passado pagão, como a identificação de edifícios, monumentos e bustos esculpidos que continuaram a adornar as cidades do Oriente Próximo até a Idade Média. É claro que frequentemente cometiam erros e misturavam ideias antigas com cristãs, como, por exemplo, ao escrever que Atena, a deusa virgem, era uma prefiguração da Virgem Maria. Mas a devoção totalmente pagã de Pletão a Zeus, que deu origem à sua liturgia em honra aos deuses antigos, não poderia ter surgido sem uma longa tradição de observação e estudo do mundo antigo.

Nas cortes e residências das famílias governantes, as filhas recebiam essa educação, assim como os filhos, permitindo que as mulheres desempenhassem um papel ativo em Bizâncio. Isso, é claro, sempre dependia das circunstâncias, mas podia garantir sua participação nos mais altos escalões da sociedade. Algumas dessas mulheres exerceram sua influência indiretamente, embora abertamente, por meio de seus relacionamentos com governantes masculinos, como já vimos no caso das imperatrizes Irene e Teodora, que reverteram a iconoclastia, ou das irmãs Zoe e Teodora, que sustentaram os últimos anos da dinastia macedônia. Por quase doze séculos, uma sucessão de mulheres incomparáveis e proeminentes estendeu-se desde Helena, mãe de Constantino I, que em 326 peregrinou a Jerusalém para construir igrejas e distribuir dinheiro às tropas, até Helena Paleóloga, que se casou com João II, o governante lusitano de Chipre, e tornou-se regente da ilha entre 1442 e 1458.

A fascinação duradoura pelo passado clássico distingue Bizâncio da cristandade ocidental durante toda a Alta Idade Média. A devoção bizantina aos antigos era uma atividade constante e tradicional, de tamanha importância a longo prazo que funcionava tanto como uma restrição quanto como uma fonte de inspiração. Embora tenha havido períodos particularmente criativos, como no final do século XIII e início do século XIV, nenhum desenvolvimento essencialmente novo ocorreu. Em vez disso, quando os italianos começaram a explorar seu passado pré-cristão, foram capazes de gerar um ressurgimento do interesse por ele, o que daria origem ao que hoje chamamos de Renascimento. Seu relativo distanciamento do pensamento e da cultura da antiguidade greco-romana fomentou um tipo distinto de curiosidade e engajamento, o que levou a um uso cada vez mais confiante da ciência e ao nascimento da historiografia secular. Seguindo essa tradição, o Iluminismo ocidental condenou grande parte da cultura bizantina como irracional ou irrelevante, embora tenham sido precisamente seus líderes que estabeleceram o estudo moderno da história. Espero ter fornecido aqui uma explicação razoável sobre por que isso não foi bem recebido.

O Iluminismo, portanto, deu continuidade a uma linha de antagonismo ocidental em relação a Bizâncio que vinha se desenvolvendo ao longo de muitos séculos. Embora a continuidade do Império Romano do Oriente por mais de mil anos tenha sido vital para o Ocidente e lhe tenha fornecido inúmeros recursos, uma clara tendência de hostilidade sistemática pode ser detectada já no século VIII. Bizâncio não só era responsabilizada pela iconoclastia — denunciada como heresia —, como o uso da língua grega pelos bizantinos também era visto negativamente, associado ao mundo pagão pré-cristão. Tal intolerância dirigida contra o grego não pôde ser atenuada nem mesmo pela condenação definitiva da iconoclastia em 843. Longe disso, e como Chris Wickham demonstrou, a atitude do Ocidente em relação a Bizâncio endureceu ainda mais no século IX com a avaliação desdenhosa de Notker Balbulus, que considerou os gregos tolos e covardes. Esse preconceito se tornaria tão arraigado que outro historiador, C.M. Woodhouse afirmaria: "Mesmo quase um século depois de 1439 [o Concílio de Ferrara-Florença], Erasmo descobriria que [...] a aptidão para o grego despertava suspeitas na Igreja." ^[93].

A hostilidade em relação à língua grega coincidiu com a crescente vitalidade econômica de Veneza e Gênova, enquanto os bizantinos lutavam contra o avanço constante dos

seljúcidas. Mas o ponto de virada, como tentei demonstrar aqui, foi 1204: o saque degradante de uma cidade cristã por cruzados que, supostamente, marchavam para confrontar infiéis, e o enorme butim que levaram para o Ocidente. A única maneira de justificar a profanação de antigos locais cristãos, o assassinato, o estupro e os maus-tratos a outros fiéis, bem como a pilhagem ilegítima, era denunciar os bizantinos como cismáticos, hereges e coisas piores. A difamação sistemática dirigida a Bizâncio como império, que continua até hoje, teve origem na tentativa dos cruzados de justificar sua ganância e a pilhagem de seus irmãos cristãos.

Bizâncio não perdeu sua má reputação mesmo quando seus próprios estudiosos, como Manuel Crisoloras, deram contribuições notáveis ao conhecimento do Renascimento italiano. No final do século XIV, em Florença, Crisoloras ensinava grego antigo e proporcionava uma compreensão estruturada do idioma. Sua gramática ajudou muitos intelectuais ocidentais a ler os textos de Platão e Aristóteles em seus idiomas originais, e seus alunos ampliaram o alcance do conhecimento antigo, bem como bizantino, por meio de suas traduções. Alguns italianos, como Francesco Filelfo, chegaram a procurar professores de grego em Constantinopla; na década de 1420, Filelfo estudou com Jorge Crisócocos, casou-se com uma das filhas de Crisoloras e preparou traduções latinas de Xenofonte e Plutarco, entre outros.

O Concílio de Ferrara-Florença (1438-1439), que reunificou oficialmente as igrejas, também não conseguiu transformar o preconceito em simpatia. Embora as palestras de Plethon sobre os textos de Platão gerassem admiração entre os florentinos que o conheciam, e sua fama atraísse diversos mecenas — incluindo Cosimo de' Medici e Sigismundo Malatesta —, os representantes ocidentais no concílio demonstraram pouca consideração por seus homólogos gregos. Apenas o domínio de Plethon sobre os textos gregos clássicos era valorizado, independentemente de seus admiradores saberem ou não que ele realmente acreditava nos deuses antigos. Guarino, aluno de Crisoloras, utilizou a versão completa da *Geografia de Estrabão, traduzida por Plethon*, para sua tradução latina, e, posteriormente, Marsilio Ficino traduziria a edição de Plethon dos Oráculos Caldeus (outra fonte antiga e misteriosa de profecias obscuras). Os bizantinos também não apreciavam a grande obra de Plethon, *Sobre as Diferenças entre Aristóteles e Platão*, que foi sistematicamente queimada por supostamente promover o paganismo. Assim, o estereótipo de Bizâncio foi ainda mais reforçado pelas próprias forças internas do império.

Em contraste, a queda de Constantinopla para os turcos incentivou o apreço ocidental pelo conhecimento bizantino. Isso fica evidente na forma como os refugiados e seus manuscritos foram recebidos. Em particular, entre a coleção do Cardeal Bessarion legada a Veneza — que formaria o núcleo da Biblioteca Marciana — havia numerosos e importantes testemunhos da ciência e filosofia da Grécia Antiga. Por exemplo, foi feita uma tradução latina de seu manuscrito grego da *Aritmética* de Diofanto, composta no século III d.C. e complementada com comentários de várias gerações de matemáticos bizantinos, desde Teon, passando por sua filha Hipátia, que ensinou filosofia na Alexandria do século V, até Pselo no século XI, Planudes no final do século XIII em Constantinopla e Cortasmenus no início do século XV. Esta tradução, por sua vez, relaciona-se com a versão bilíngue grego-latina de Diofanto que Fermat leria no século XVII e na qual escreveria sua famosa nota: “Descobri a demonstração mais maravilhosa deste teorema, mas a margem é pequena demais para

contê-la". Essas grandes demonstrações de erudição e conhecimento foram, no entanto, aceitas com o mesmo senso de superioridade que se pode detectar no saque da Cidade Rainha em 1204. O ganho do Ocidente não refletia a contribuição de Bizâncio, mas sim evidenciava ainda mais sua inferioridade intrínseca.

Após a conquista otomana de 1453, Bizâncio manteve-se simbólica e eclesiasticamente sob a égide do Patriarca de Constantinopla. O monge Genádio (anteriormente Jorge Scholario) foi nomeado para este cargo por Mehmet, o Conquistador, e tornou-se o primeiro líder do *millet grego*. Embora Moscou posteriormente tenha reivindicado a liderança ortodoxa, o Patriarca de Constantinopla preservou a tradição de governança eclesiástica, baseada na pentarquia dos cinco patriarcados principais, e insistiu na tradição hesicasta de culto espiritual, que teve pouca ressonância no Ocidente. Isso serviu para sustentar o mundo ortodoxo durante vários séculos de domínio otomano e continua a inspirar devoção não apenas no Oriente Próximo, mas também em muitas comunidades da diáspora ao redor do mundo.

Mehmet, o Conquistador, também insistiu que os artesãos cristãos permanecessem na cidade. Nem todas as suas igrejas foram convertidas em mesquitas. Como já vimos, Bizâncio sobreviveu sob uma nova roupagem otomana, juntamente com sua população cosmopolita, que falava inúmeras línguas e atraía mercadores de todo o mundo. Constantinopla tornou-se uma cidade ainda mais gloriosa sob o domínio dos primeiros sultões, que acrescentaram novos e elegantes edifícios públicos, um grandioso palácio em Topkapi e magníficas mesquitas adornadas com cúpulas que emulavam a Hagia Sophia. A cidade, assim renovada, retomou seu papel como o coração de um grande império no Mediterrâneo oriental, desta vez otomano. Isso fez dos turcos herdeiros de uma história que também mesclava tradições distintas e permitiu que gregos e outras minorias cristãs, como os armênios, se tornassem proeminentes mercadores, administradores e diplomatas. Quando os judeus sefarditas foram expulsos da Espanha em 1492, encontraram um novo lar em Constantinopla, que aceitou seu dialeto ladino e suas tradições judaicas.

Mais tarde, quando os otomanos penetraram na Europa, encontraram uma cristandade revigorada. As duas forças interagiram durante séculos, entrando em conflito repetidamente sempre que os turcos tentavam avançar para oeste e eram repelidos. Durante séculos, o Império Otomano foi uma potência europeia. De fato, quando seu declínio começou no século XIX, ficou conhecido como "o homem doente da Europa". Quando o último sultão parecia estar à beira da morte, foram as potências europeias que se empenharam em estabelecer protetorados no território do outrora grandioso império. Na Anatólia, contudo, suas ambições foram frustradas por Mustafa Kemal, hoje conhecido como Atatürk, que liderou a revolta que deu origem à moderna República da Turquia. Como reação à "doença" e à fraqueza do Império Otomano, ele insistiu na adoção de uma constituição nacional laica, ao estilo europeu, que estabeleceu um parlamento e tribunais, romanizou a escrita otomana e proibiu o fez (o chapéu tradicional). Atualmente, a Turquia continua a viver sob esta Constituição, que permite aos muçulmanos assistir às orações de sexta-feira, mas estabelece o fim de semana de sábado e domingo como dias não úteis para todos.

Como observaram os operários da construção civil do King's College London, Bizâncio tem uma ligação com a Turquia, e a Turquia certamente tem uma ligação com Bizâncio.

Independentemente de se considerar ou não que o rico passado bizantino da Turquia lhe confere um lugar entre os demais estados da União Europeia, há algo do espírito e do legado do império medieval que continua a influenciar o mundo a partir de suas antigas fortalezas no Bósforo e por toda a Anatólia. Mesmo hoje, em sua vasta e extensa aglomeração de bairros, com duas pontes ligando os lados europeu e asiático e uma rede de metrô em construção, Istambul conserva seu caráter bizantino; não apenas na presença cristã, mas também na grandiosidade da cidade, em sua agitada atividade comercial como metrópole internacional e em sua população multilíngue.

Espero ter convencido o leitor que me acompanhou até aqui de que Bizâncio precisa se desvencilhar do estereótipo negativo que a cerca. Recentemente, três grandes exposições no Metropolitan Museum of Art, em Nova York, no Museu Benaki, em Atenas, e no Getty Museum, em Los Angeles, revelaram, respectivamente, a “Glória de Bizâncio”, sua “Fé e Poder” e sua “Imagem Sagrada, Solo Sagrado”, exibindo tesouros da arte bizantina de todo o mundo, bem como ícones e manuscritos do Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai. Por meio dessas apresentações de Bizâncio, primorosamente organizadas e inesperadamente populares, o público pôde vislumbrar uma parte do mundo bizantino que, apesar de não ter tido um estado sucessor específico, influenciou muitos outros. A arte bizantina ajuda a corrigir o estereótipo, em parte devido à habilidade inerente à sua beleza singular, mas também porque estimulou um interesse muito maior pela sociedade que foi capaz de produzir objetos tão incomuns e de alta qualidade durante um período tão longo. Juntamente com o Congresso Internacional de Estudos Bizantinos, realizado mais recentemente em Londres — especificamente em 2006 — isso inaugurou uma nova era na valorização de Bizâncio.

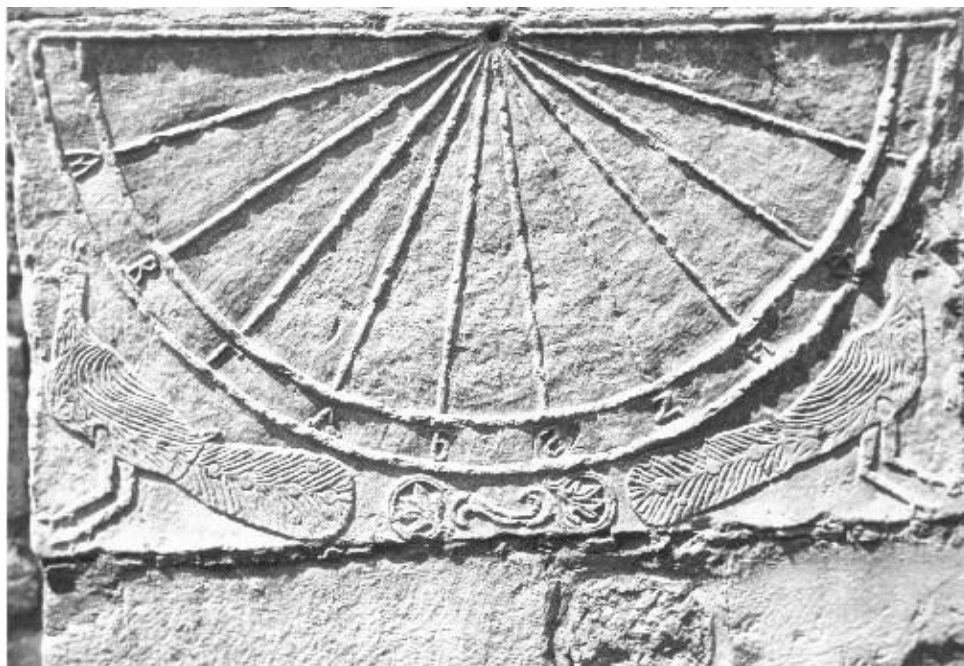
Assim, se precisamos de uma palavra para descrever a mendacidade de nossos atuais líderes políticos, a bizarra incompetência de nossas burocracias, o egoísmo dissimulado e as maquinações ilegais de nossas grandes corporações, ou o fascínio intrincado dos salões da fama globais, devemos encontrar um termo apropriado, e não é “*bizantino*”. Não que o império fosse livre de corrupção, crueldade e barbárie — longe disso —, mas ao projetarmos sobre ele as ideias ainda evocadas pelo termo “*bizantino*”, estamos sugerindo que todas essas falhas pertencem a uma sociedade remota e fadada ao fracasso, alheia ao nosso caráter e totalmente desvinculada de nossas próprias tradições.

Talvez eu tenha dado ênfase excessiva aqui à perseverança engenhosa, culta e imaginativa da sociedade bizantina, desde seus construtores a seus eunucos, de seus monges a suas imperatrizes, de seus tecelões de seda a seus professores, em vez de me concentrar mais na história de seus grandes imperadores e generais ou nas repetições de suas cerimônias da corte? Se assim for, foi por dois motivos.

Primeiramente, devemos reconhecer a fusão excepcionalmente persistente e habilidosa de tradições e heranças bizantinas, e como isso deu origem a uma civilização diversa e resiliente que cresceu tanto quanto perdeu terreno, e lutou até o fim para sobreviver. É surpreendente que Bizâncio tenha continuado a existir após 1204, quando o Ocidente capturou e ocupou sua capital por cinquenta e sete anos, mesmo que os mini-impérios que surgiram em seu lugar não fossem verdadeiros estados imperiais. Algo dessa mesma combinação de recursos — clássicos, pagãos, cristãos, orientais e ocidentais — deve ter

estado no DNA original de Bizâncio, revelando-se ao longo dos séculos como uma força vital firme e constante.

Em segundo lugar, porque espero ter demonstrado que o espírito de Bizâncio sobreviveu não apenas à conquista de 1453, mas também aos séculos subsequentes, e que seu legado perdura muito além do mundo da Europa Central, dos Balcãs, da Turquia e do Oriente Próximo. Procurei transmitir alguns aspectos do que era ser bizantino. Ao fazê-lo, meu objetivo foi ampliar — ainda que ligeiramente — nosso conhecimento e experiência sobre os outros, e oferecer um vislumbre de como as pessoas de uma sociedade cosmopolita e urbana, com uma autoconfiança histórica consciente e uma crença devota na vida após a morte, podiam ser tão diferentes de nós e, ao mesmo tempo, tão acessíveis.



Relógio de sol ladeado por pavões, Skripou, Grécia Central, 873-874.

Lista de imperadores mencionados no texto

Constantino I, chamado o Grande e Santo Constantino	306-337
Constâncio II	337-361
Juliano, chamado de Apóstata	361-363
Valen	364-378
Teodósio I	379-395
Honório, Imperador do Ocidente	395-423
Arcádio, Imperador do Oriente	395-408
Teodósio II, Imperador do Oriente	408-450
Valentiniano III	425-455
marciano	450-457
Zenão	474-491
Anastácio I	491-518
Justino I	518-527
Justiniano I	527-565
Maurício	582-602
Focas	602-610
Heráclio	610-641
Constante II	641-668
Constantino IV	668-685
Justiniano II	685-695
Leôncio	695-698
Justiniano II (segundo reinado)	705-711
Filipo	711-713
Anastácio II	713-715
Teodósio III	715-717
Leão III	717-741
Constantino V	741-775
Leão IV	775-780
Constantino VI e sua mãe Irene	780-790
Constantino VI sozinho	791-797
Irene sozinha	797-802
Nicéforo	802-811
Miguel I Rangabé	811-813
Leão V, o Armênio	813-820

Miguel II, o Amariano	820-829
Teófilo	829-842
Miguel III com sua mãe Teodora como regente	842-856
Miguel III sozinho	856-867
Basílio I, o Macedônio	867-886
Leão VI, o Sábio	886-912
Alexandre	912-913
Constantino VII Porfirogênito com regência	913-920
Romano I Lecapeno	920-944
Constantino VII Porfirogenita sozinho	945-959
Romano II	959-963
Basílio II com regência	963-976
Selos de Nicéforo II	963-969
João I Tzimiskes	969-976
Basílio II sozinho	976-1025
Constantino VIII	1025-1028
Romanos III Argyros, primeiro marido de Zoe	1028-1034
Miguel IV, o segundo marido de Zoe.	1034-1041
Miguel V, adotado por Zoé	1041-1042
Zoé e Teodora	1042
Constantino IX, terceiro marido de Zoe	1042-1055
Teodora sozinha	1055-1056
Miguel VI, chamado o Velho, marido de Teodora	1056-1057
Isaac I Comneno	1057-1059
Constantino X Doukas	1059-1067
Romano IV Diógenes	1067-1071
Miguel VII Ducas	1071-1078
Aleixo I Comneno	1081-1118
João II Comneno	1118-1143
Manuel I Comneno	1143-1180
Aleixo II Comneno	1180-1182
Andrônico I Comneno	1182-1185
Isaac II Angelo	1185-1195
Alexius III Angelus	1195-1203
Aleixo IV Angelus e Isaac II	1203-1204

DURANTE A OCUPAÇÃO LATINA DE CONSTANTINOPLA

Balduíno, Conde de Flandres	1204-1205
-----------------------------	-----------

Pedro de Courtenay	1217-1219?
Balduíno II	1240-1261

GOVERNADORES DE NICEA

Teodoro I Láscaris	1204-1222
João III Vatatzes	1222-1254
Teodoro II Láscaris	1254-1258
João IV Láscaris	1258-1261

GOVERNADORES DE E PIRO

Miguel I Ducas Comneno	1205-1215
Teodoro I Ducas Comneno	1215-1230
Miguel II Ducas Comneno	1230-1266 / 1268
Nicéforo I Ducas Comneno	1266 / 8-1296 / 1298

GOVERNADORES DE T REBISONDA

Aleixo I Comneno e seu irmão mais novo, Davi Comneno (1204-1212, governante da Paflagônia)	1204-1222
Manuel I Grande Comneno	1238-1263

APÓS A RECONQUISTA DE CONSTANTINOPLA

Miguel VIII Paleólogo	1259-1282
Andrônico II Paleólogo	1282-1328
Andrônico III Paleólogo	1328-1341
João V Paleólogo	1341-1391
João VI Cantacuzeno, imperador rival durante a guerra civil	1347-1354
Andrônico IV Paleólogo	1376-1379
João VII Paleólogo	1390
Manuel II Paleólogo	1391-1425
João VIII Paleólogo	1425-1448
Constantino XI Paleólogo	1449-1453

Cronologia

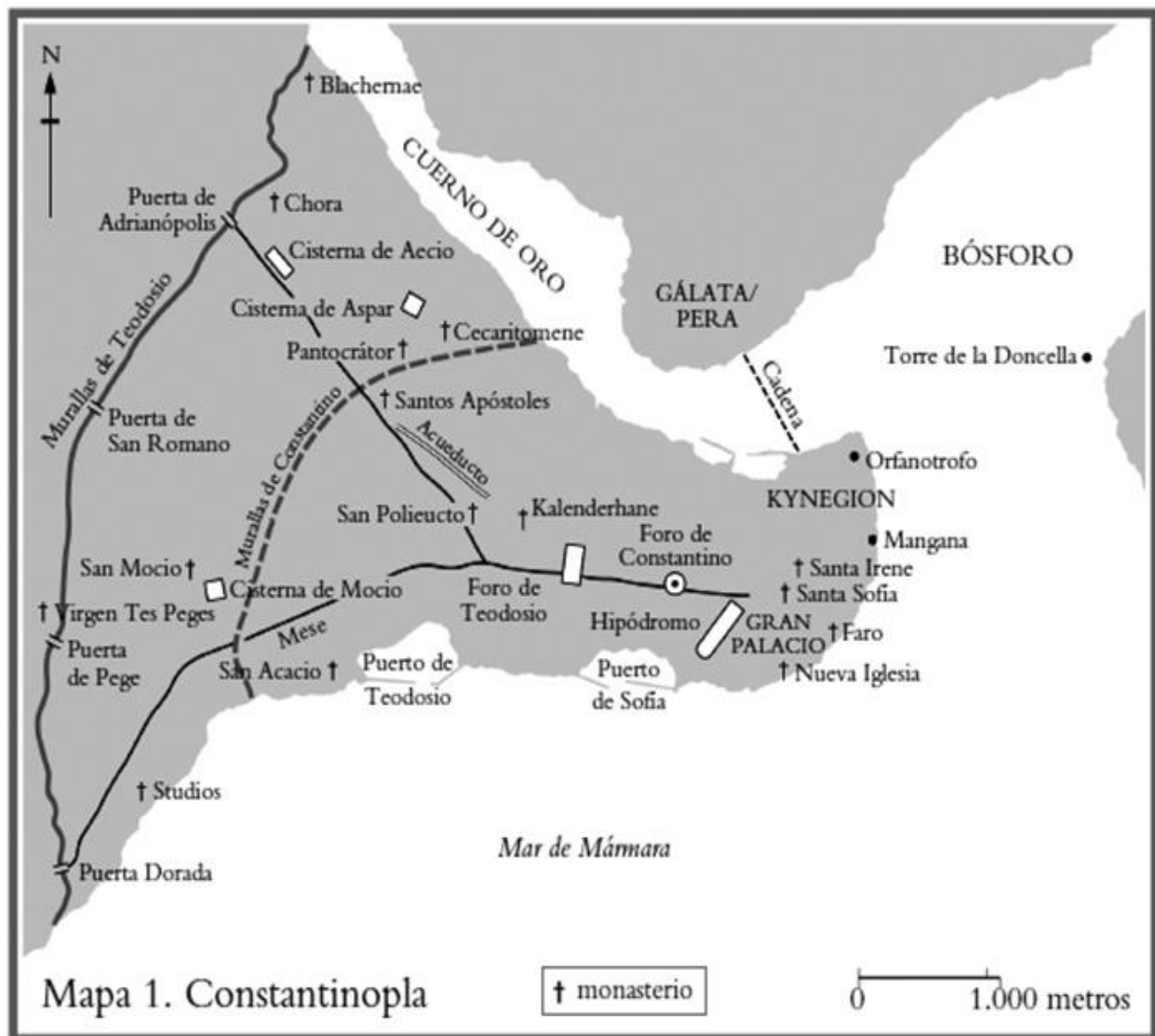
306	Constantino I é aclamado imperador em York, no norte da Inglaterra.
312	A vitória de Constantino na Batalha da Ponte Mílvia, nos arredores de Roma.
313	O Édito de Milão declara a tolerância religiosa.
324	A vitória de Constantino sobre Licínio em Crisópolis e a fundação de Constantinopla
325	Primeiro Concílio Ecumênico em Niceia
326	A peregrinação de Elena a Jerusalém
330	11 de maio, inauguração da cidade de Constantina, ou Constantinopla.
337	Morte e funeral cristão de Constantino I
356/357	Constâncio II deposita relíquias de santos na Igreja dos Santos Apóstolos.
378	Valente morre pelas mãos dos godos na Batalha de Adrianópolis.
380	Teodósio I entra em Constantinopla
381	Segundo Concílio Ecumênico em Constantinopla
402	Honório transfere sua corte de Milão para Ravena.
406	Retirada das forças romanas da Inglaterra
410	Roma é saqueada por Alarico e os godos.
412/413	Constantinopla é ampliada com novas muralhas.
437	Casamento de Valentiniano III com Eudóxia, filha de Teodósio II
437/438	<i>Codex Theodosianus</i> é promulgado.
451	Quarto Concílio Ecumênico em Calcedônia
455	Roma saqueada por vândalos do Norte da África.
489	A vitória de Teodorico em Ravena
524	<i>A Consolação da Filosofia</i> , de Boécio
529	A Academia Platônica de Atenas encerra suas atividades.
532	Paz eterna com a Pérsia; Revolta de Nika em Constantinopla
533	Derrota dos Vândalos na África
534	<i>Codex Iuris Civilis</i> é promulgado
540	Captura do rei visigodo Vitiges em Ravena
541/542	A peste bubônica se espalha pelo Mediterrâneo.
547	Consagração da igreja de San Vitale em Ravenna
608	O Senado de Constantinopla convoca Heráclio, exarca de Cartago.
610	Focas é deposto por Heráclio, filho do exarca.
622	A Hégira de Maomé de Meca para Medina
626	Cerco de Constantinopla por forças combinadas ávaras e persas
628	Heráclio derrota a Pérsia, Cosroes II morre.

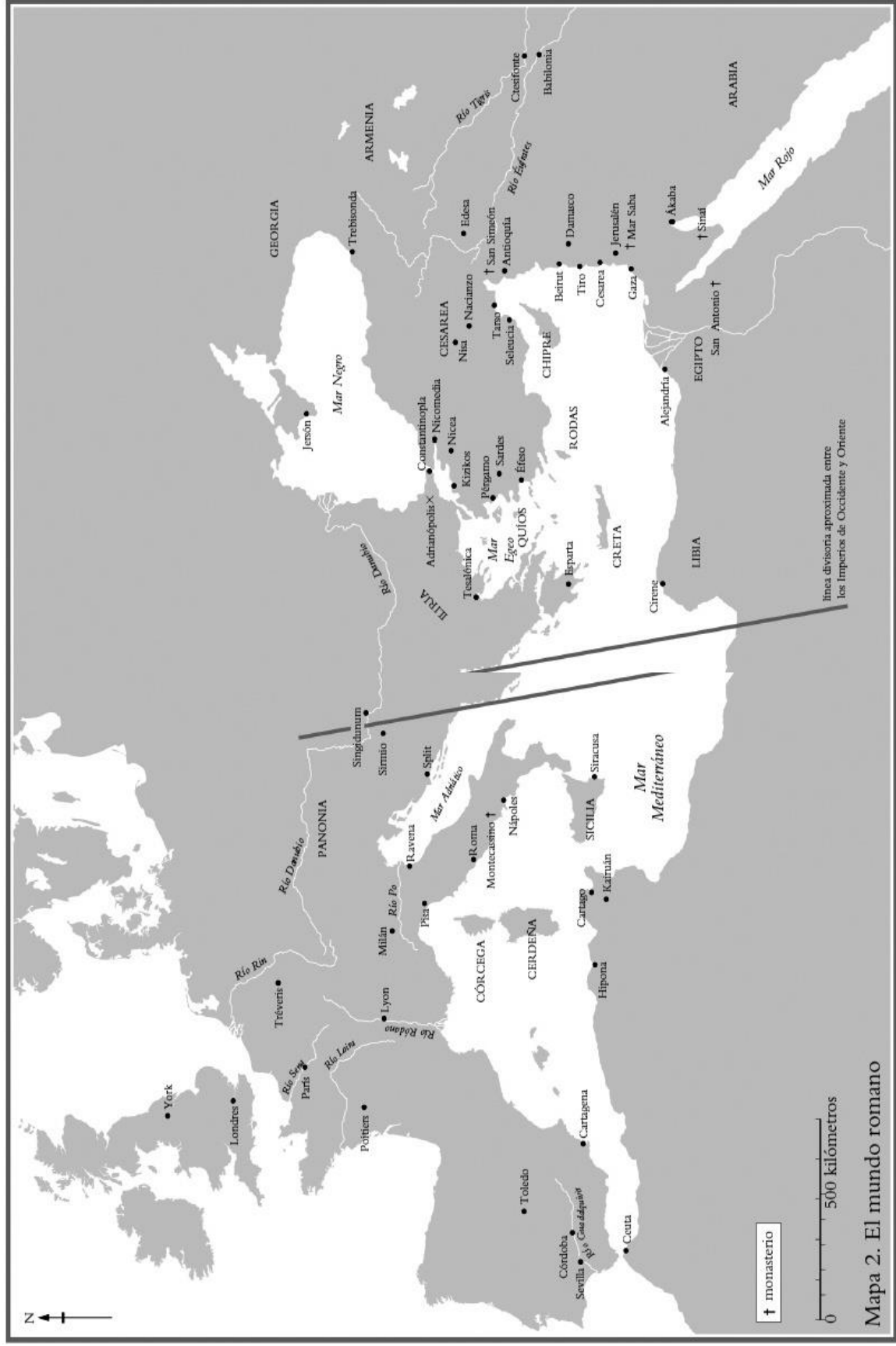
630	Heráclio devolve a Verdadeira Cruz a Jerusalém.
632	Morte de Maomé
636	Vitória árabe na Batalha de Yarmuk
638	Os árabes conquistam Antioquia e Jerusalém.
642	Os árabes conquistam o Egito.
655	Os árabes derrotaram Constâncio II na batalha naval de Finike.
662	Constante II transferiu sua corte para Siracusa, na Sicília.
674-678	Longo bloqueio e cerco de Constantinopla pelos árabes.
680/681	Sexto Concílio Ecumênico em Constantinopla
691/692	O califa 'Abd al-Malik constrói a Cúpula da Rocha.
692	Concílio <i>em Trullo</i> (ou "Quinisexto") em Constantinopla
698	Os árabes conquistam o Exarcado de Cartago.
711	Os árabes derrotam os visigodos na Espanha e atravessam o rio Oxus no Uzbequistão.
717-718	Cerco de Constantinopla pelos árabes
726	Erupção vulcânica subaquática em Thíra (Santorín)
730	Leão III depõe o patriarca Germano e impõe a iconoclastia.
740	Leão III e Constantino V promulgaram a <i>Écloga</i> ; vitória bizantina sobre os árabes em Acroíndia.
750	Revolta abássida e transferência do califado para Bagdá
751	Ravena cai nas mãos dos lombardos.
754	Concílio iconoclasta em Hiereia; aliança entre o Papa Estêvão II e Pepino, Rei dos Francos.
787	VII Concílio Ecumênico em Niceia
800	O Papa Leão III coroa Carlos, Rei dos Francos, Imperador em Roma.
815	Conselho Iconoclasta em Santa Sofia
829	Transferência das relíquias de São Marcos de Alexandria para Veneza
843	Teodora põe fim à iconoclastia com o <i>Sinodico</i> da Ortodoxia.
858-867	Primeiro reinado do Patriarca Fócio; conversão dos búlgaros e batismo do Khan Boris.
860	Ataque russo a Constantinopla
863	Missão de Constantino-Cirilo e Metódio na Morávia
867	Morte de Miguel III pelas mãos de Basílio I, o Macedônio.
869/870	Oitavo Concílio Ecumênico em Constantinopla
877-886	Segundo reinado do Patriarca Fócio
905	Nascimento de Constantino Porfirogênito
907	Quarto casamento de Leão VI
911	Primeiro tratado entre Bizâncio e os <i>Rus</i>
941	Ataque russo a Constantinopla
944	Segundo tratado com os <i>Rus</i> , seguido da visita de Olga a Constantinopla.
961	Reconquista bizantina de Creta por Nicéforo Focas
965	Reconquista Bizantina de Chipre

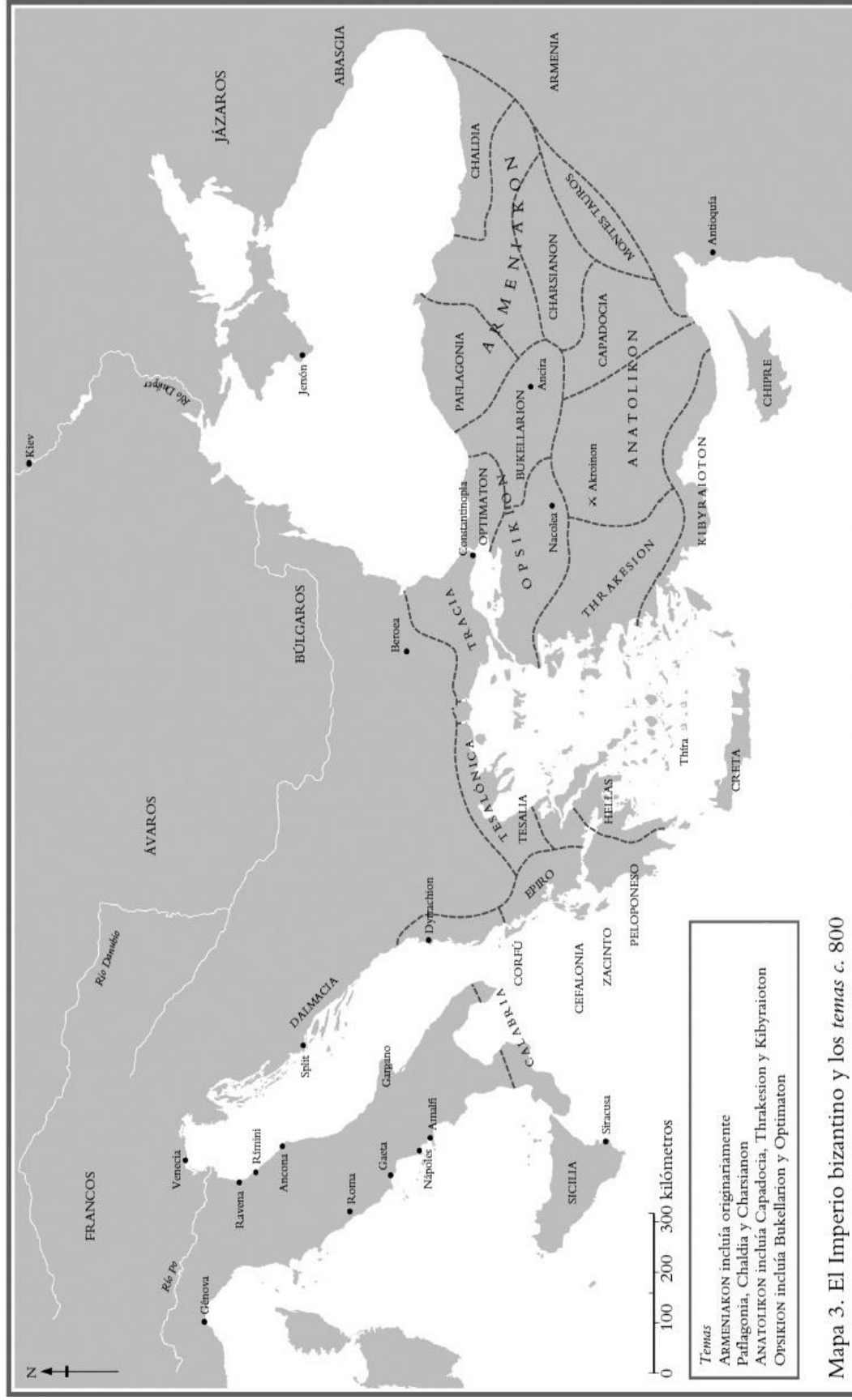
972	Casamento de Teófono com Oto II em Roma
969	Reconquista bizantina de Antioquia por João Tzimiskes
989	Batismo de Vladimir de Kyiv e casamento com Ana Porfirogênito
992	Basílio II promulga o primeiro crisobulo bizantino para Veneza.
1004	Casamento de Maria Argyropoulaina com Giovanni Orseolo
1004/1005	Introdução do garfo em Veneza
1034	Harald Hardrada chega a Constantinopla com os Varangianos.
1046-1053	Os pechenegues atravessam as fronteiras do Danúbio e devastam os Balcãs.
1048	Constantino IX Monômaco inicia a desvalorização da moeda de ouro.
1054	Cisma entre Constantinopla e Roma
1071	Os normandos capturam Bari, no sul da Itália; os turcos seljúcidas derrotam e capturam Romano IV Diógenes na Batalha de Manzikert.
1082/1084	Aleixo I Comneno promulga a segunda bula crisófila para Veneza.
1082-1085	Invasão normanda do Epiro
1087	Os turcos seljúcidas conquistam Jerusalém
1092	Aleixo I Comneno reforma a moeda de ouro.
1095	Aleixo I Comneno solicita ajuda militar ocidental contra os turcos.
1096-1099	Primeira Cruzada.
1111	Manjerição Bogomilo é queimado na fogueira.
1146-1148	Segunda Cruzada
1171	Ataque bizantino às colônias venezianas em todo o império
1182	Novos ataques bizantinos a propriedades venezianas, pisanas e genovesas.
1187	Saladino reconquista Jerusalém e expulsa os cruzados.
1189-1192	Terceira Cruzada: Ricardo I da Inglaterra, chamado Coração de Leão, invade Chipre.
1202-1204	Quarta Cruzada
1203	Primeiro cerco de Constantinopla; fuga de Aleixo III Ângelo; os cruzados instalam Aleixo IV juntamente com seu pai, Isaac II Ângelo.
1204	Segundo cerco e saque de Constantinopla pelos cruzados; fundação do Império Latino de Constantinopla.
1204/1205	Fundação de estados bizantinos rivais em Trebizonda, Niceia e Epiro.
1208	Teodoro I Láscaris é coroado imperador em Niceia.
1216	Teodoro Comneno Ducas conquista Ohrid
1224	Teodoro Comneno Ducas toma Tessalônica
1225/1227	Teodoro Comneno Ducas conquista Adrianópolis e é coroado imperador em Tessalônica.
1248	Guilherme II de Villehardouin funda Mistra
1249	Miguel II Comneno Ducas adota o título de Déspota do Epiro.
1249/1250	Debates teológicos entre bizantinos e frades em Nymphaeum
1259	Miguel Paleólogo derrota as forças do Epiro na Acaia; Guilherme II de Villehardouin é feito prisioneiro.
1261	Os latinos são expulsos de Constantinopla; retorno triunfal de Miguel VIII Paleólogo.

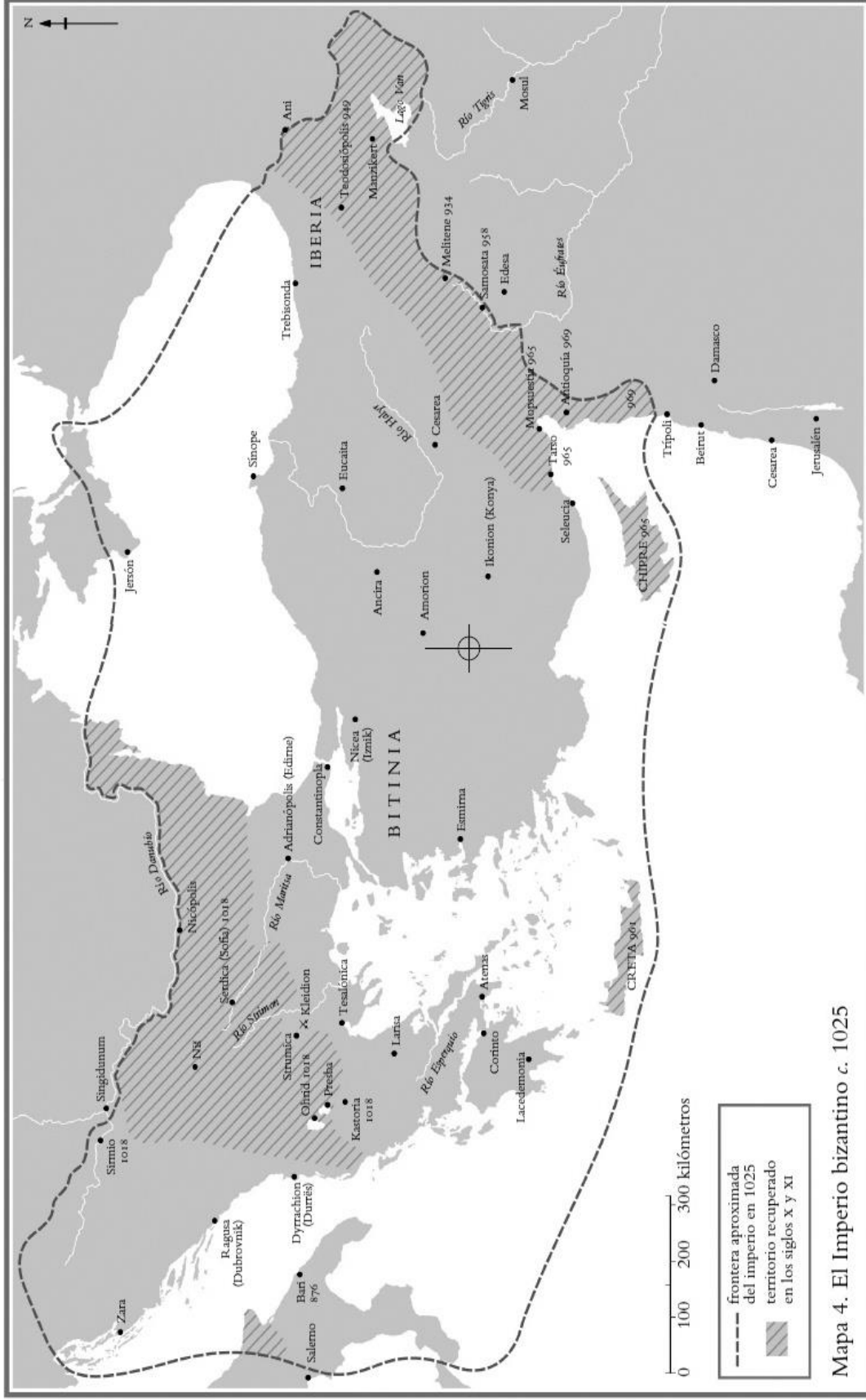
1274	O Concílio de Lyon declara a unificação das igrejas.
1278	Guilherme de Villehardouin morre; Carlos de Anjou herda o principado da Acaia.
1282	O ataque a Carlos de Anjou, conhecido como as Vésperas Sicilianas, interrompe sua planejada invasão de Bizâncio.
1327	Os otomanos conquistam Prusa/Bursa
1331	Os otomanos conquistam Niceia/Iznik
1337	Os otomanos conquistam Nicomédia/Izmit.
1341-1347	Guerra civil entre João V Paleologos e João VI Cantacuceno
1342-1349	Os zelotes tomam o controle de Constantinopla.
1351	Um concílio em Constantinopla aprova a doutrina do hesicasmo.
1354	As forças otomanas atravessam os Dardanelos e capturam Galípoli.
1369	Os otomanos tomam Adrianópolis/Edirne
1396	A cruzada do rei Sigismundo é derrotada em Nicópolis.
1397-1402	Cerco de Constantinopla
1399-1403	Viagens de Manuel II pela Europa Ocidental
1402	Tamerlão derrota os otomanos em Ancira (Ancara); o sultão Bayezid e seu filho Musa são feitos prisioneiros.
1422	O sultão Murat II cerca Constantinopla
1438/1439	Concílio de Ferrara-Florença, outra tentativa de unificação eclesiástica.
1444	Murat II derrota a cruzada das forças cristãs em Varna.
1453	Em 29 de maio, o sultão Mehmet II conquistou Constantinopla; Constantino XI morreu nos muros da cidade.
1460	Os otomanos conquistam Mistra
1461	Os otomanos conquistam Trebizonda/Trabzon.

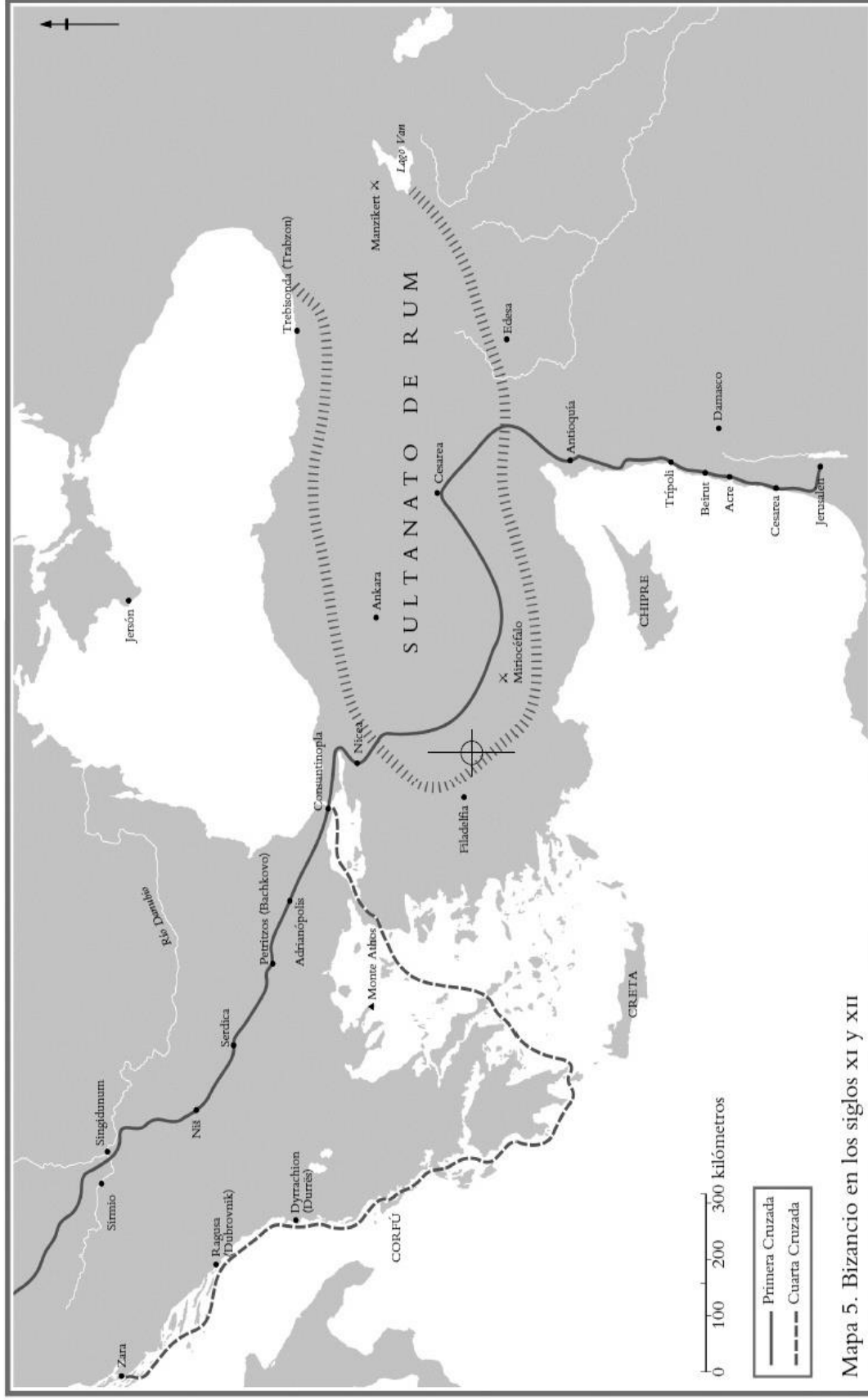
Mapas



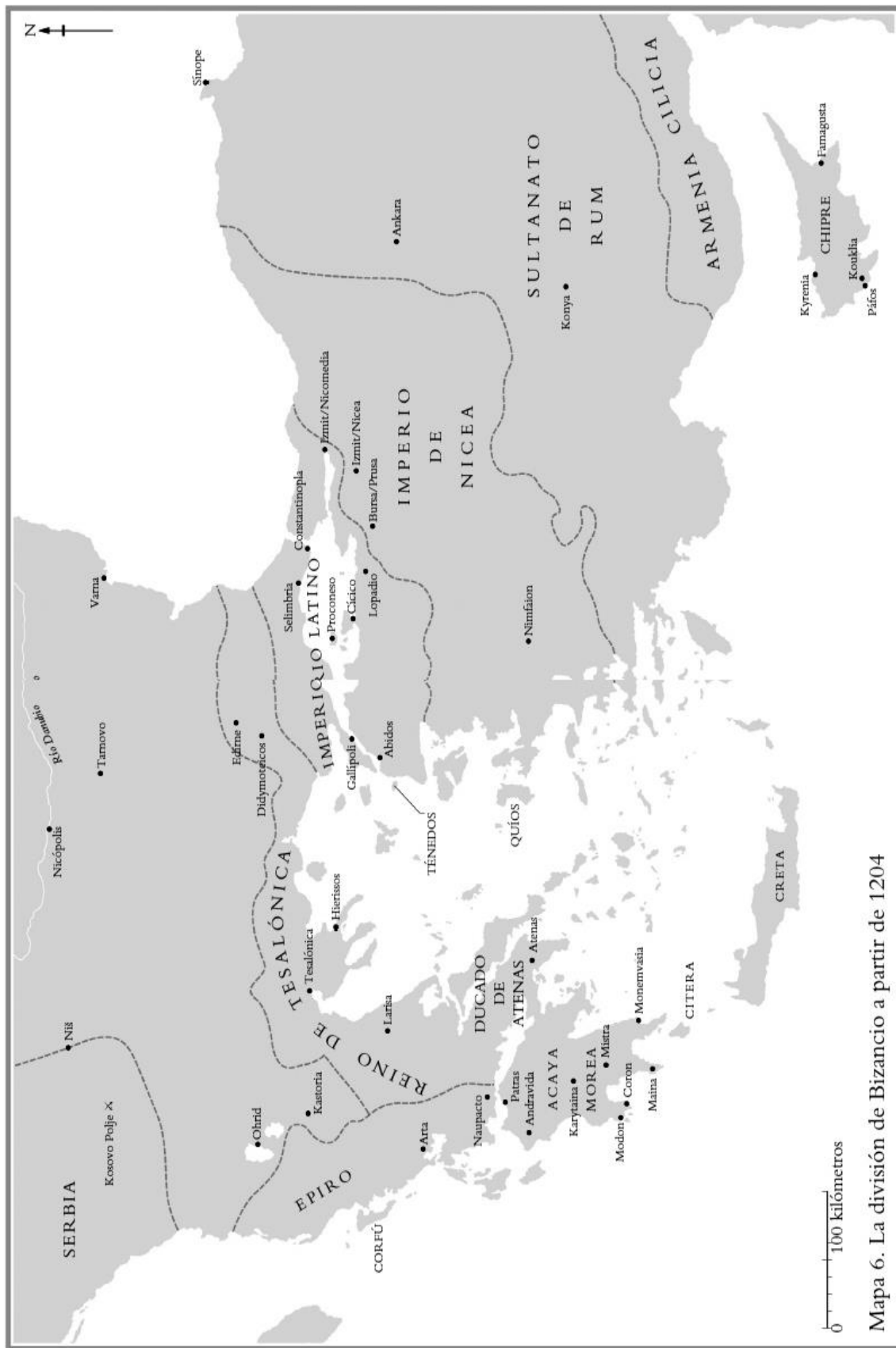








Mapa 5. Bizancio en los siglos xi y xii



Mapa 6. La división de Bizancio a partir de 1204

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão pelo apoio financeiro recebido para a preparação deste livro da Fundação AG Leventis, da Fundação Beneficente Michael Marks, da Dra. Alkisti Soulogianni, Diretora de Relações Internacionais do Ministério da Cultura da República Helênica, e do Professor Rick Trainor, Diretor do King's College London. Gostaria também de agradecer aos meus colegas dos Departamentos de Estudos Clássicos e Bizantinos e de Estudos Gregos Modernos pelo tempo e incentivo dedicados.

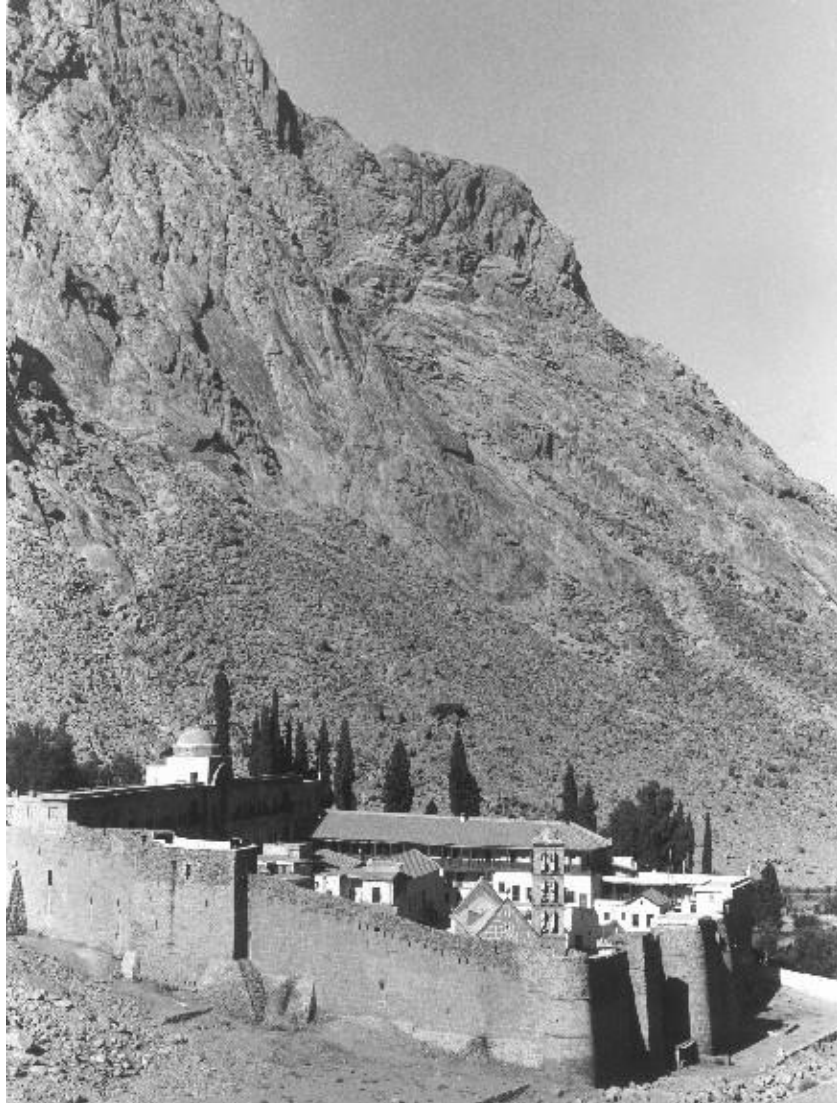
Agradeço especialmente a Stuart Proffitt pelos sábios conselhos nas etapas finais da escrita, por ter lido o texto completo duas vezes. Em um momento crucial do desenvolvimento do livro, o Dr. Alexandros Papaderos, diretor da Academia Ortodoxa de Creta, ofereceu-me a sua mais generosa hospitalidade. Meus amigos Dionysios Stathakopoulos, Charlotte Roueché e Carol Krinsky dedicaram tempo para ler os rascunhos e fazer inúmeras melhorias; Murat Belge, Neil Belton e Anthony Cheetham contribuíram com sua atenção aos detalhes; e os pareceres de Bob Ousterhout e Chris Wickham, bem como de outros dois leitores não identificados pela editora, evitaram alguns erros e sugeriram novos tópicos para inclusão na versão final.

Agradeço também a Georgina Capel pelo seu apoio entusiástico, a Brigitta van Rheinberg por acreditar no produto final e a Catherine Holmes, Demetra e Charalambos Bakirtzis, Cécile Morrisson, Archie Dunn, Elizabeth Jeffreys, Costas Kaplanis, Anna Contadini, Rustam Shukurov, Charalambos Bouras e Jessica Rawson pela ajuda em me fornecerem cópias de livros e artigos raros, textos inéditos e orientações sobre como obter outros. Maria Vassilaki tornou possível a minha participação na peregrinação ao Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, organizada pela Sociedade para a Preservação do Património Grego, e agradeço-lhe, assim como a Lydia e Costas Carras e a Anna Lea. Por fim, gostaria de expressar meus agradecimentos especiais a Kallirroë Linardou por sua ajuda na localização das ilustrações, bem como a Lioba Theis e à equipe do Barber Institute of Fine Arts em Birmingham, da Coleção Bizantina em Dumbarton Oaks, do Museu Benaki em Atenas e do Courtauld Institute of Art por sua generosa assistência.

Mais do que nunca, reconheço o apoio constante daqueles que conviveram com o livro e o defenderam em todas as suas etapas: Anthony, Tamara e Portia.



1. O Monte Atos, na península de Calcídica, no norte da Grécia, visto do mar. Desde o século IX , abriga numerosos mosteiros bizantinos.



2. O Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, Egito, construído por Justiniano em meados do século VI . O muro protege a sarça ardente, que tem sido um ponto central para os monges cristãos desde o século IV .



3. As muralhas terrestres de Constantinopla, uma tripla linha de defesa concluída em 413 durante o reinado de Teodósio II, vistas do lado oeste; é possível ver o fosso (agora coberto) e a muralha externa, a muralha intermediária com suas torres e a muralha interna com suas torres.



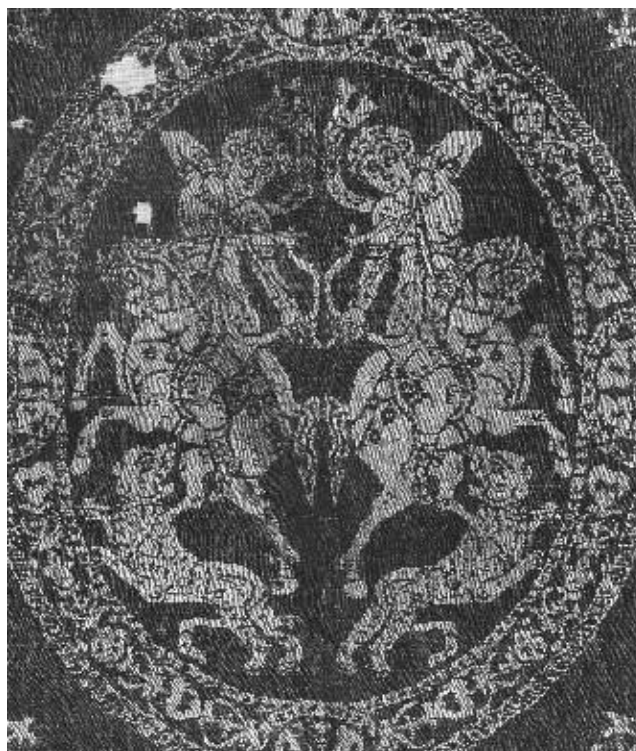
do século V , com mais de vinte portões e uma centena de torres, vistas do lado norte.



5. O Aqueduto de Valens, inaugurado em 373, no centro de Constantinopla (fotografia tirada em 1966 durante a construção da passagem subterrânea de Saraçhane).



6. A face sul da base do obelisco de Teodósio I no Hipódromo de Constantinopla, erguido em 390, retrata o imperador e seus filhos sentados no camarote imperial, ladeados por senadores e soldados, recebendo tributo de bárbaros ajoelhados.



7. Bordado de seda (22 × 19 cm), provavelmente da Síria ou do Egito, do final do século VII ou início do século VIII , representando Amazonas caçando leopardos. Reflete a persistência de temas seculares e míticos nas sedas do mundo cristão bizantino.



8. Selo de chumbo de Synetos e Nicetas, generais *kommerkiarioi* de Koloneia, Kamacha e Quarta Armênia durante o reinado de Anastácio II (713-715). O imperador é retratado em pé no anverso (*esquerda*) com os títulos dos oficiais no reverso (*direita*).



9. Frasco de peregrino de barro (*ampola*), com São Menas representado em pé entre seus dois camelos, provavelmente do Egito, século VI ou VII .



10. Frontispício da Bíblia de Leão, feita em Constantinopla por volta de 940, representando Leão oferecendo sua Bíblia à Virgem Maria, que por sua vez aponta para a figura de Cristo. O rosto imberbe e o cabelo loiro e jovial de Leão indicam que ele era um eunuco, fato confirmado pelos títulos inscritos atrás dele: *patrikios sakellarios* (tesoureiro) e *praipositos* (prefeito)

do palácio). A inscrição na moldura é um epigrama composto por Leão, comparando sua humilde oferta à dos monges que oferecem suas almas à Virgem Maria.



11 a . Justiniano II (685-695): sólido com um retrato de Cristo, com barba e cabelo comprido, no anverso (*esquerda*), e do imperador em pé segurando uma cruz, no reverso (*direita*).



11 b . Justiniano II (segundo reinado, 705-711): sólido com um retrato do jovem Cristo, com cabelo curto e encaracolado, no anverso (*esquerda*), e do imperador e seu jovem filho Tibério segurando uma cruz, no reverso (*direita*).



11 c . Imperatriz Irene (797-802): sólido com seu próprio retrato tanto no anverso quanto no reverso, em nítido contraste com as moedas imperiais normais.



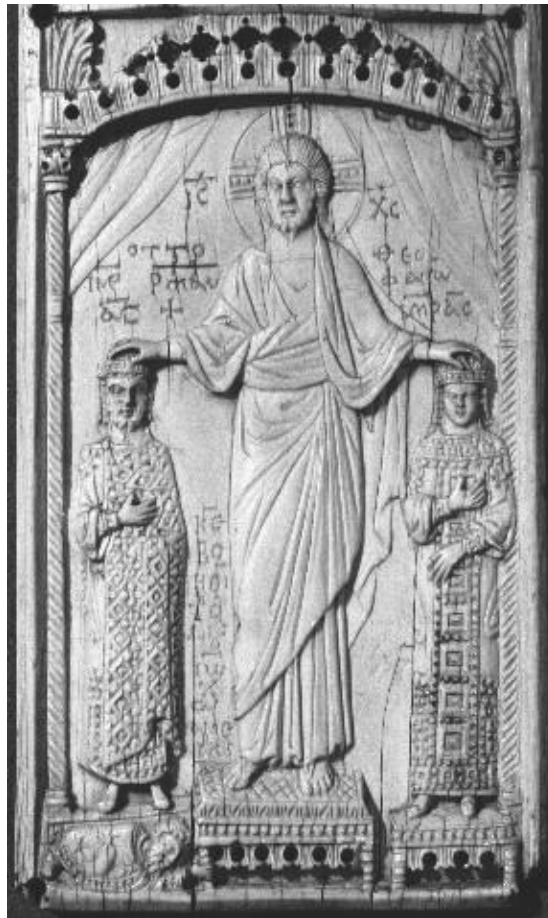
11 d . Constantino VII (945-959): sólido com um retrato de Cristo no anverso (*esquerda*) e do imperador segurando um orbe e uma cruz no reverso (*direita*).



igreja rupestre dos séculos XI-XII nesta região permitiu a escavação de igrejas, mosteiros e moradias, criando estruturas subterrâneas que se mantêm aquecidas no inverno e frescas no verão.



13. Karanlik Kilise, Capadócia, Turquia, afresco interior da Última Ceia representando Jesus Cristo com os apóstolos e um garfo de duas pontas, século XII.



placa de marfim do século X, representando Jesus Cristo coroando Oto II, também conhecido como Teófano, foi feita para comemorar o casamento deles em 972. Ela contém inscrições em latim e grego que identificam ambas as figuras. A figura menor, ajoelhada aos pés de Cristo diante do escabelo de Oto, é João Filagato, que pede a Cristo ajuda com a conhecida fórmula grega: "Senhor, ajuda o teu servo". É possível que ele tenha encomendado a placa.



15. Duas miniaturas do Saltério de Khludov, meados do século IX (*à esquerda*, fólio 67r), representando judeus na crucificação, comparados a iconoclastas, pintando de branco um ícone de Cristo, e o Salmo 52 (*à direita* , fólio 51v), mostrando São Pedro pisoteando Simão Mago, o primeiro herege, enquanto o patriarca iconófilo Nicéforo pisoteia João, o Gramático, o herege iconoclasta. O amor dos hereges pelo dinheiro é representado por um saco de moedas de ouro.



16. Vista do mar da Hagia Sophia, a grande igreja de Constantinopla consagrada por Justiniano em 537, onde se podem ver a abside oriental e a cúpula central.



17. Mosaico de Jesus Cristo ladeado pelo Imperador Constantino IX e pela Imperatriz Zoe, da galeria de Santa Sofia. Originalmente, os maridos anteriores de Zoe eram retratados. Em junho de 1042, quando ela se casou com Constantino, seu terceiro marido, a inscrição que o identificava foi alterada e os três rostos foram refeitos. Constantino oferece um saco de ouro a Cristo, e Zoe segura um pergaminho com o nome de seu marido: Constantino, Imperador dos Romanos, fiel a Cristo.



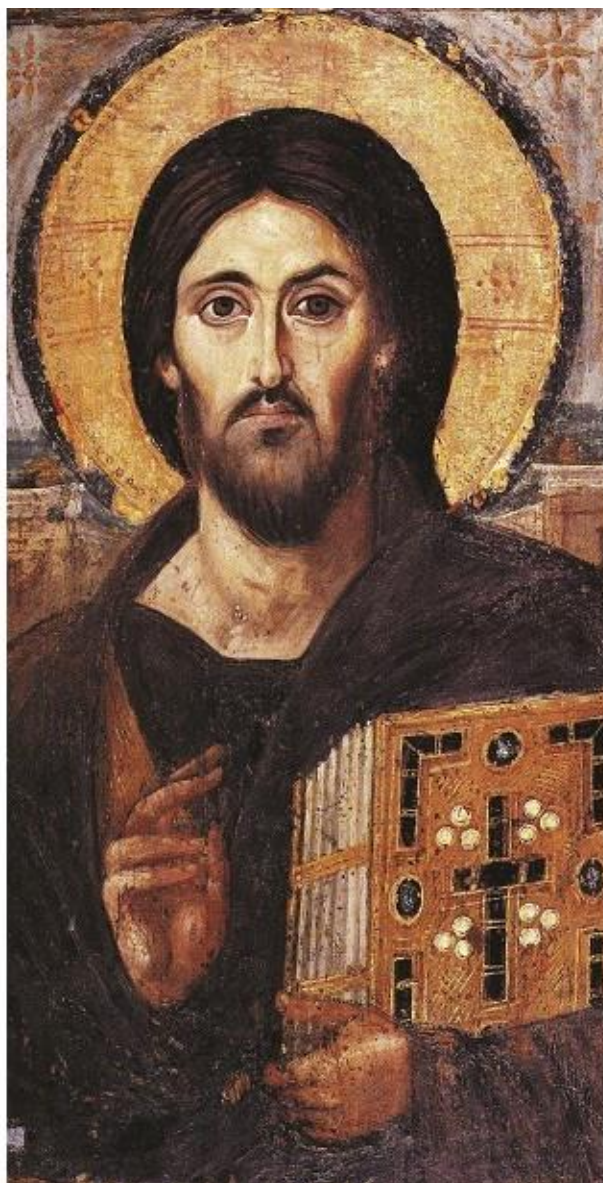
18. Interior da Hagia Sophia mostrando a extremidade leste e a cúpula, com invocações muçulmanas nos escudos pendurados ao nível das galerias, onde os mosaicos imperiais são quase imperceptíveis. Acima, os pendentives, decorados com mosaicos do século VI representando serafins (criaturas aladas com rostos), sustentam a cúpula nos quatro cantos da sua base.



19. Mosaico na igreja de San Vitale em Ravena, consagrada em 547, representando Teodora e suas damas de companhia. Enquanto a imperatriz usa sua coroa oficial, um colar de joias e um manto púrpura, os vestidos de seda, as joias e os sapatos vermelhos de suas acompanhantes refletem o elegante estilo da corte.



20. Mosaico do Imperador Justiniano da igreja de San Vitale em Ravena, representando-o ao lado do Bispo Maximiano, que concluiu sua construção em 547, com sacerdotes e soldados.



21. Ícone de Jesus Cristo do Mosteiro de Santa Catarina, Monte Sinai, pintado em encáustica sobre madeira (85 × 45 cm), século VI ou VII . Cristo é representado como Pantocrator, ou "Regente de Tudo", em um cenário arquitetônico, segurando um Evangelho de capa dura com detalhes em joias e erguendo a mão em bênção. O tratamento assimétrico pode refletir as definições teológicas de suas duas naturezas, humana e divina: um olho parece julgar, enquanto o outro é mais compassivo.



22 a . Moeda de ouro de Constantino I (306-337), com uma Vitória no reverso (*à direita*), cunhada em Nicomédia (diâmetro 21 mm, peso 4,5 g).



22b . Moeda de ouro de Basílio II (976-1025), com um retrato de Cristo no anverso (*esquerda*) e Basílio e Constantino segurando uma cruz no reverso (*direita*), cunhada em Constantinopla (diâmetro 21,5 mm, peso 4,38 g). Bizâncio manteve uma moeda de ouro com pureza garantida por mais de setecentos anos.



23. Cálice de Romano II, de sardônica, ouro e placas de esmalte alveolar, com representações de Jesus Cristo e dos santos, e decoração em pérola, *c.* 960. Este é o tipo de objeto de luxo bizantino que era enviado a potências estrangeiras. Pode ter feito parte do saque levado para Veneza após o saque de Constantinopla em 1204.



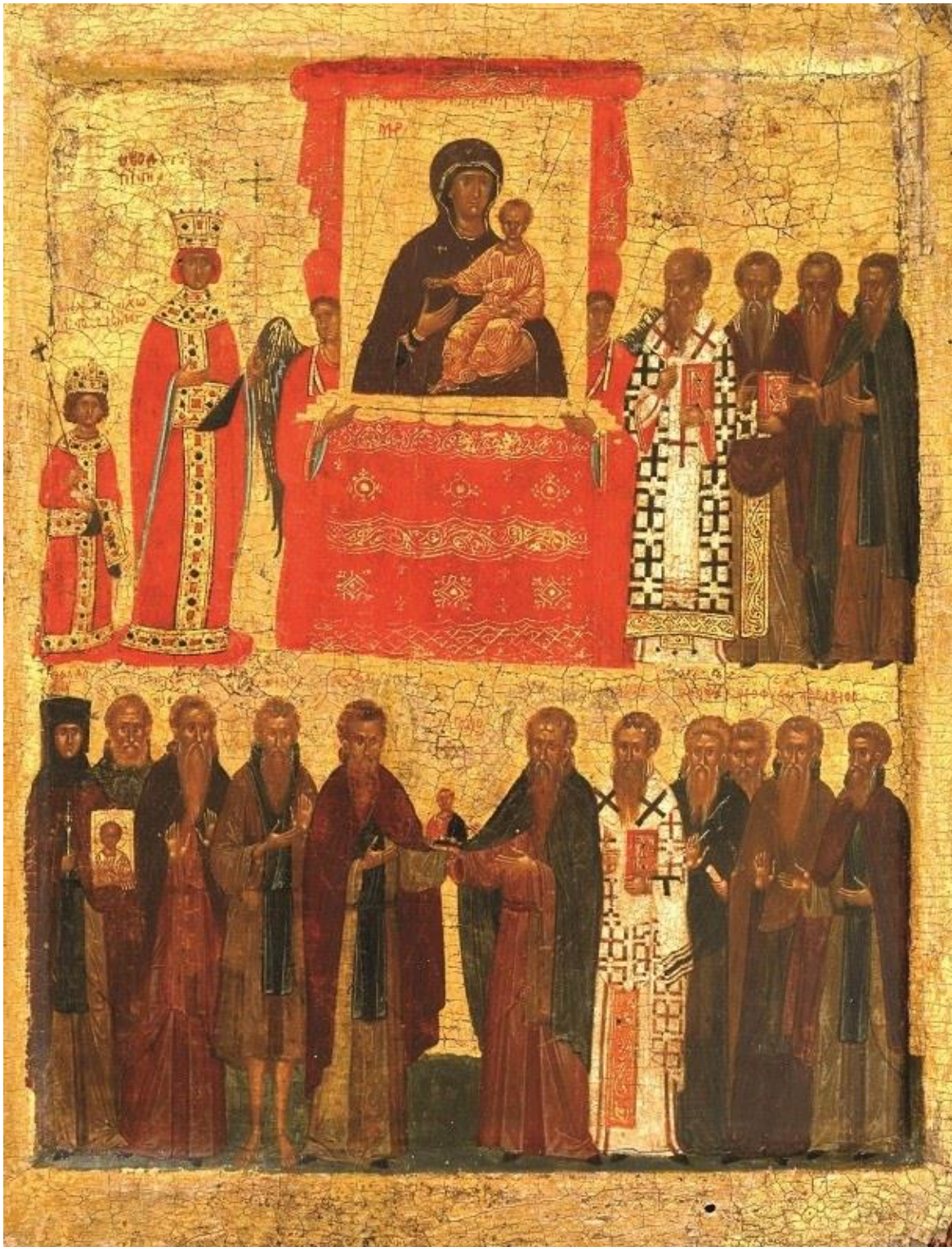
século VI ou VII, feito de ouro e decorado com pedras semipreciosas em nove pingentes pendurados em uma estrutura circular de fio de ouro esculpido, representando dois pavões ladeando um monograma com as letras "NAE-TO" (provavelmente um sobrenome, ainda não decifrado). O pingente de suspensão foi perdido.



25. "Fogo Grego", do manuscrito da *Crônica* de João Skylitzes, provavelmente feito na Sicília no século XII ou XIII . A legenda que acompanha a imagem diz: "A frota romana incendiando a frota inimiga" e mostra o mecanismo de sifão bizantino e sua projeção de líquido em chamas.



26. Mosaico de Teodoro Metochites do Mosteiro de Chora em Constantinopla, restaurado por ele entre 1316 e 1321. Ele é identificado pela inscrição à esquerda como o fundador e ministro principal, logothetes tou genikou. Vestido com suas vestes cortesãs e um turbante, ele oferece a igreja a Cristo. A inscrição central identifica a igreja como "a morada dos viventes".



27. O "Triunfo da Ortodoxia", ícone pintado em Constantinopla *por volta de 1400* (39 × 100 cm). Esta é uma cópia de um ícone anterior que comemora a restauração da veneração de ícones em 843. No nível superior, a Imperatriz Teodora com seu filho pequeno, Miguel III (*à esquerda*), e o Patriarca Metódio e sacerdotes (*à direita*) ladeiam uma imagem da Virgem

com o Menino. Abaixo, um grupo de mártires iconófilos e figuras sagradas, incluindo a freira fictícia Teodósia (canto inferior esquerdo), seguram uma cruz e um ícone.



28. Frontispício do Saltério de Basílio II (976-1025), provavelmente pintado *por volta do ano 1000* em Constantinopla. Representa o imperador abençoado por Deus, coroado e armado por arcanjos, e rodeado por santos militares. Abaixo dele, cortesãos ou inimigos derrotados prostram-se a seus pés.



29. Fachada oeste da Basílica de São Marcos em Veneza, concluída no século XII , em grande parte no estilo bizantino. Os cavalos (*ver abaixo*) estão sobre pedestais acima da porta central.



30. Dois dos quatro antigos cavalos de bronze clássicos trazidos para Constantinopla, provavelmente por Teodósio, e instalados acima da entrada do Hipódromo, e posteriormente, a partir de 1204, transferidos pelos venezianos e erguidos na fachada oeste da Basílica de São Marcos.



31. Mosteiro de São Lucas, Steiris, Grécia Central, século XI , com as cúpulas das duas igrejas anexas; a primeira delas é dedicada a Santa Bárbara, e a igreja principal é enriquecida com mosaicos e decoração em mármore.



32. A pobre viúva intercede junto ao imperador Teófilo enquanto ele sai do palácio em Blachernae. Ilustração da *Crônica* de João Skylitzes, provavelmente produzida no século XII ou XIII na Sicília. O imperador, representado com uma auréola, é identificado por uma inscrição, assim como o palácio. A viúva é uma das duas mulheres que apresentam seus pedidos.



33. Mosteiro de Chora, no canto noroeste de Constantinopla, em uma fotografia tirada no início do século XX . Fundado no século VI , seus edifícios foram restaurados, ampliados e redecorados por Teodoro Metochites entre 1316 e 1321.



34. Igreja monástica de Dafni, Grécia central, consagrada à Virgem. Fundada no final do século XI , foi ampliada com um exonártex gótico e um claustro por monges cistercienses (1207-1211) e permaneceu sob controle latino até a conquista otomana de 1458.



35. Exterior da igreja de Parigoritissa de Arta, construída pelo déspota Nicéforo I Comneno Ducas *por volta de* 1290.



36. Interior da igreja de Parigoritissa, onde se pode ver o mosaico do Pantocrator na cúpula central.



37. Vista do Castelo de Mistra, fundado por Guilherme II de Villehardouin em 1274, com edifícios da cidade bizantina posterior, na encosta do Monte Taigeto.



38. Ilustração de um comentário sobre o Livro de Jó, copiado por Manuel Tzykandeles em 1362, provavelmente em Mystras, representando quatro pessoas em um ambiente rural sendo observadas por Cristo. As letras que aparecem entre os dois pares aludem ao capítulo 27 das tribulações de Jó, quando ele defende sua fé em Deus: "Os homens baterão palmas e

assobiarão para expulsá-lo do seu lugar". Os chapéus, o capuz, a túnica de mangas compridas e as vestes da mulher sugerem que essas são as roupas usadas quando a pintura foi feita.



39. João VI Cantacuzeno presidindo o Concílio Eclesiástico de 1351, que condenou os escritos anti-hesicastas de Barlaão da Calábria e outros. Ele aparece rodeado por quatro bispos (Calixto, Patriarca de Constantinopla; Filoteu Coquino de Heracleia; Gregório Palamas de Tessalônica; e Arsênio de Cízico), monges, soldados e cortesãos. Esta é uma das raras representações de concílios eclesiásticos bizantinos.



40. Manuel II Paleólogo e sua esposa Helena, abençoados pela Virgem, juntamente com seus três filhos, o Porfirogênilo João, Teodoro e Andrônico. Todos vestem suas vestes imperiais e seguram cruzes. A imagem aparece no manuscrito dos textos

de Pseudo-Dionísio, copiado pelo rei Carlos VI da França, que Manuel Crisoloras apresentou em nome do imperador ao mosteiro de Saint-Denis, ao norte de Paris, em 1408.

وهو الرصاص يغسل هكذا بعد الصلاة لها يد من رصاص نصبت
 فيها ما وذل كما يدها الى ان سود الماء وشن ثم تصفأخرقه ويعمل ذلك
 ثانياه واكثر اذا احتج الى ذلك وغسل كما يغسل الاقلميا ويعمل ذلك

صناع الرصاص



الى ان يصير في الماء سود ويعمل منه اقراصا ويرفع ه ه ه ه ه

صفحة اخرى

من الحكام من اخذ رصاصا ثقيبا فرده واخذ ملكا ليزاده ثم رده في صلايه
 حجر بما تصفأ الاول فالاول ثم يقن من مجلس وينزع ذلك الماء ليجعل

41. "A fabricação de chumbo", página de uma tradução árabe do *tratado farmacêutico de Dioscórides, De materia medica*, copiada em 1224 pelo escriba Abd Allah ibn al-Fadl. Muitas cópias gregas deste famoso texto contêm anotações em árabe, indicando que foram lidas em países muçulmanos, como a cópia que Romano II enviou ao califa de Córdoba no século X.

Literatura

A seção seguinte detalha a bibliografia recomendada para informações adicionais, bem como as fontes dos textos citados capítulo por capítulo.

INTRODUÇÃO : UMA HISTÓRIA DE Bizâncio DIFERENTE

- Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Era de Filipe II* , 2 vols., Londres, 1975. [Tradução espanhola: *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo* , Fondo de Cultura Económica, Madrid]. Herrin, Judith, *A Formação da Cristandade* , Oxford e Princeton, 1987.
- , "O feminino imperial em Bizâncio", *Passado e Presente* , 169 (1000), pp. 3-35.
- , *Mulheres de Púrpura: Governantes do Bizâncio Medieval* , Londres e Princeton, 2001. [Tradução para o espanhol: *Mujeres en púrpura. Soberanas del medio bizantino* , Taurus, Madrid, 2002]. Jefferys, Elizabeth, ed., *Retórica em Bizâncio* , Aldershot, 2003.
- Maguire, Henry, ed., *Cultura da Corte Bizantina de 829 a 1204* , Dumbarton Oaks, Washington, 1997.
- Schapiro, Meyer, *Arte da Antiguidade Tardia, do Início do Cristianismo e da Idade Média* , Londres, 1980. *Dicionário Oxford de Bizâncio* (ed. Alexander P. Kazhdan), 3 vols., Oxford, 1991.
- Wickham, Chris, *Enquadrando a Alta Idade Média: Europa e o Mediterrâneo, 400-800* , Oxford, 2005.

1. A CIDADE DE CONSTANTINO

- Brubaker, Leslie, "Memórias de Helena: Padrões de Matronagem Feminina Imperial nos Séculos IV e V", em Liz James, ed., *Mulheres, Homens e Eunucos: Gênero em Bizâncio* , Londres, 1997, pp. 51-75.
- Eusébio, *Vida de Constantino* (trad. Averil Cameron e Stuart G. Hall), Oxford, 1999. [Existe uma tradução em espanhol: *Eusebio de Cesarea, Vida de Constantino* , Gredos, Madrid, 1994].
- Warner, Marina, *Monumentos e Donzelas: A Alegoria da Forma Feminina* , Londres, 1985.

2. CONSTANTINOPLA, A MAIOR CIDADE DO CRISTIANISMO

- Bassett, Sarah Guberti, *A Imagem Urbana da Constantinopla da Antiguidade Tardia* , Cambridge, 2004.
- Mango, Cyril, e Gilbert Dagron, eds., *Constantinopla e seu interior* , Aldershot, 1995.
- Mango, Cyril, "Constantinopla como Theotokoupolis", em Maria Vassilaki, ed., *Mãe de Deus: Representações da Virgem na Arte Bizantina* , Milão, 2000, pp. 209-218.
- Mansel, Philip, *Constantinopla: Cidade do Desejo do Mundo , 1453-1924* , Londres, 1997. [Há uma tradução em espanhol: *Constantinopla, la ciudad desea por el mundo, 1453-1924* , Almed, Granada, 2006].

Matthews, John F., *Estabelecendo a Lei: Um Estudo do Código Teodosiano*, New Haven e Londres, 2000.

3. O IMPÉRIO ROMANO DE PÁSCOA

Brubaker, Leslie, "Sexo, mentiras e textualidade: a História Secreta de Procópio e a retórica de gênero no Bizâncio do século VI", em Leslie Brubaker e Julia MH Smith, eds., *Gênero no início da Idade Média: Oriente e Ocidente, 300-900*, Cambridge, 2004, pp. 83-101.

Heather, Peter J., *A Queda do Império Romano : Uma Nova História de Roma e dos Bárbaros*, Oxford, 2005. [Tradução para o espanhol: *La caída del Imperio romano*, Crítica, Barcelona, 2008].

Nelson, Janet, "Símbolos em contexto: rituais de inauguração em Bizâncio e no Ocidente no início da Idade Média", *Studies in Church History*, 13 (1976), pp. 97-111; reeditado em sua coleção *Politics and Ritual in Early Medieval Europe*, Londres, 1986.

Procópio, *História Secreta* (trad. GA Williamson), Penguin Classics, Londres, 1981. [Existe uma tradução espanhola: *Procopio de Cesarea, Historia secreta*, Madrid, Gredos, 2007].

4. ORTODOXIA GREGA

Brown, Peter, *A Ascensão da Cristandade Ocidental: Triunfo e Diversidade, 200-1000 d.C.*, 2ª ed., Oxford, 2003.

Chrysos, Evangelos, «1054: Cisma?», in *Cristianità d'Occidente e Cristianità d'Oriente (secoli VI-XI)*, 2 vols., Spoleto, 2004, vol. 1, páginas 547-567.

Dalrymple, William, *From the Holy Mountain: A Journey in the Shadow of Byzantium*, Londres, 1997. [Há uma tradução em espanhol: *Desde el Monte Santo: viaje a la sombra de Bizancio*, Península, Barcelona, 2000].

Eusébio de Cesareia, *História da Igreja de Cristo a Constantino* (trad. GA Williamson), ed. rev., Londres, 1989; sobre Blandina, ver Livro 5.i.47-61, pp. 144-148. [Existe uma tradução espanhola: *Historia eclesiástica*, BAC, Madrid, 2008].

Evans Helen, C., e Bruce White, *Mosteiro de Santa Catarina, Sinai, Egito: Um Ensaio Fotográfico*, Nova Iorque, 2004.

5. A IGREJA DE Santo SOPHIA

Bowersock, Glen, *Mosaicos como História*, Cambridge (MA), 2006.

Cameron, Averil, *Procópio e o século VI*, Londres, 1985.

Dautermann Maguire, Eunice, e Henry Maguire, *Outros Ícones: Arte e Poder na Cultura Secular Bizantina*, Princeton, 2007.

Muthesius, Anna, "Diplomacia de seda", em Jonathan Shepard e Simon Franklin, eds., *Diplomacia Bizantina*, Aldershot, 1992, pp. 237-248.

Sobre a construção de Hagia Sophia, veja Cyril Mango, *A Arte do Império Bizantino*, op. cit., pp. 78-102.

6. OS MOSAICOS DE CORVOS

Barber, Charles, "Os painéis imperiais em San Vitale: uma reconsideração", *Byzantine and Modern Greek Studies* , 14 (1990), pp. 19-42.

7. DIREITO ROMANO

Laiou, Angeliki, "Sobre a guerra justa em Bizâncio", em *To Hellenikon: Estudos em homenagem a Spyros Vryonis Jr.* , vol. 1, New Rochelle, 1993, pp. 153-172.

Macrides, Ruth, "A lei fora dos livros de direito: direito e literatura", *Fontes Minores* , 11 (2005), pp. 133-145.

Matthews, *Estabelecendo a Lei*, op. cit .

Oikonomides, Nikos, "A Peira de Eustathios Romaio", *Fontes minores* , 7 (1986), pp.

8. O BATALHÃO CONTRA O ISLÃ

Crone, Patricia, e Michael Cook, *Hagarismo: A Formação do Mundo Islâmico* , Cambridge, 1977.

Fletcher, Richard, *A Cruz e o Crescente: Cristianismo e Islã de Maomé à Reforma* , Londres, 2003. [Tradução espanhola: *La cruz y la media luna. Las dramáticas relações entre cristianismo e islamismo desde Mahoma hasta Isabel la Católica* , Península, Barcelona, 2005].

Herrin, Judith, *A Formação da Cristandade*, op. cit .

Pennas, Vasso, "A ilha de Orovi na Argólida: bispado e centro administrativo", *Estudos em Sigilografia Bizantina* , 4, Nicolas Oikonomides, ed., 1995, pp. 163-172.

Pirenne, Henri, *Mohammad e Carlos Magno* , Londres, 1939. [Existe uma tradução para o espanhol: *Mahoma y Carlomagno* , Alianza, Madrid, 2008].

9. ÍCONES, UMA NOVA FORMA DE ARTE CRISTÃ

Bacci, Michele, "Com o pincel do evangelista Lucas, Mãe de Deus", em Maria Vassilaki, ed., *Representações da Virgem na Arte Bizantina*, op. cit ., pp. 79-89.

Belting, Hans, *Semelhança e Presença: Uma História da Imagem Antes da Era da Arte* (trad. Edmund Jephcott), Chicago, 1994.

Cameron, Averil, "A linguagem das imagens: a ascensão dos ícones e a representação cristã", em D. Wood, ed., *A Igreja e as Artes* , Estudos em História da Igreja 28, Oxford, 1992, pp. 1-42.

Cormack, Robin, *Escrevendo em Ouro: A Sociedade Bizantina e seus Ícones* , Londres, 1985.

Hunt, Lucy-Ann, "Para a Salvação da Alma de uma Mulher : um ícone de São Miguel descrito dentro de um contexto copta medieval", em Anthony Eastmond e Liz James, eds., *Ícone e Palavra: O Poder das Imagens em Bizâncio* , Aldershot, 2003, pp. 205-232.

Mathews, Thomas F., *Bizâncio: da Antiguidade ao Renascimento* , Nova Iorque, 1998.

Vassilaki, Maria, ed., *Imagens da Mãe de Deus: Percepções da Theotokos em Bizâncio*, Ashgate, 2005, especialmente Thomas F. Mathews e Norman Muller, "Ísis e Maria nos primeiros ícones", pp. 3-11.

10. ICONOCLASIA E A VENERAÇÃO DE ÍCONES

Barber, Charles, *Figura e Semelhança: Sobre os Limites da Representação na Iconoclastia Bizantino*, Princeton, 2002.

Cormack, Robin, *Pintando a Alma: Ícones, Máscaras Mortuárias e Sudários*, Londres, 1997.

Herrin, Judith, *Mulheres de Roxo*, *op. cit.*

11. UMA SOCIEDADE CULTIVADA E ELOQUENTE

Browning, Robert, "Professores", em Guglielmo Cavallo, ed., *Os Bizantinos*, Chicago, 1997.

Cameron, Averil, e Judith Herrin, eds., *Constantinopla no início do século VIII: As "Parastaseis Syntomoi Chronikai"*, Leiden, 1984.

Holmes, Catherine, e Judith Waring, eds., *Alfabetização, Educação e Transmissão de Manuscritos em Bizâncio e Além*, Leiden, 2002.

Um texto introdutório interessante sobre o fundador da álgebra pode ser encontrado em www-history.mcs.st-andrews.ac.uk/Biographies/AlKhwarizmi.html.

Simeonova, Liliana, *Diplomacia da Letra e da Cruz: Fócio, Bulgária e o Papado, 860-880*, Amsterdã, 1998.

12. OS SANTOS CIRILO E MÉTODO "APÓSTOLOS DOS ESLAVOS"

Vavsínek, V., "A Introdução da Liturgia Eslava e a Política Missionária Bizantina", em *Beiträge zur byzantinischen Geschichte im 9-1. Jh.*, Praga, 1978, pp.

—, e B. Zástrová, "O papel de Bizâncio na formação da cultura da Grande Morávia", *Byzantinoslavica*, 43 (1982), pp. 161-188.

13. O "FOGO GREGO"

Haldon, J.F., et al., "Greek Fire revisited," em Elizabeth M. Jeffreys, ed., *Byzantine Style, Religion and Civilization in Honor of Sir Steven Runciman*, Cambridge, 2006, pp. 290-325, com fotografias na p. 312.

Haldon, John, *Guerra, Estado e Sociedade no Mundo Bizantino 565-1204*, Londres, 1999.

14. A ECONOMIA BIZANTINA

Laiou, Angeliki, "Câmbio e comércio, séculos VII-XII", em A. Laiou, et al., eds., *A História Econômica de Bizâncio*, Washington, 2002, e online em <http://www.doaks.org/EconHist/EHB36.pdf>.

Lefort, Jacques, "A economia rural, séculos VII-XII", em Angeliki Laiou, et al., *op. cit.*, e online em <http://www.doaks.org/EconHist/EHB14.pdf>.

Morrisson, Cécile, "Dinheiro bizantino: sua produção e circulação", em Angeliki Laiou, et al., *op. cit.*, e online em <http://www.doaks.org/EconHist/EHB42.pdf>.

Neville, Leonora, "Taxando o genro de Sofrônia ...", em Lynda Garland, ed., *Mulheres Bizantinas, Variedades de Experiência 800-1200*, Aldershot, 2006, pp. 77-89.

Oikonomides, Nicolas, "Título e Renda na Corte Bizantina", em Henry Maguire, ed., *Cultura da Corte Bizantina de 829 a 1204*, Dumbarton Oaks, Washington, 1997, pp. 199-215.

Treadgold, Warren, *As Finanças do Estado Bizantino nos Séculos VIII e IX*, Nova Iorque, 1982.

15. OS EUNUCOS

Ringrose, Kathryn M., *O Servo Perfeito: Eunucos e a Construção Social do Gênero em Bizâncio*, Chicago e Londres, 2003.

Miller, Timothy S., *Os órfãos de Bizâncio: Bem-estar infantil no Império Cristão*, Washington, 2003.

Tougher, Shaun, ed., *Eunucos na Antiguidade e Além*, Londres, 2002.

16. A CORTE IMPERIAL

El Cheikh, Nadia Maria, *Bizâncio vista pelos árabes*, Cambridge (MA), 2004.

Haldon, John, «Capítulos II, 44 e 45 de *De Cerimoniis*. Teoria e prática na administração militar do século X», *Travaux et Memoires*, 13 (1999).

Kazhdan, Alexander P., e Michael McCormick, "O mundo social da corte bizantina", em Henry Maguire, *Cultura da Corte Bizantina, op. cit.*, pp. 167-197.

Trilling, James, «Dédalo e o Rouxinol: Arte e Tecnologia no Mito da Corte Bizantina», em Henry Maguire, ed., *Cultura da Corte Bizantina de 829 a 1204, op. cit.*, pp. 217-230: excelente descrição das virtudes do «fogo grego» e da tecnologia da corte, dois aspectos mutuamente relacionados da capacidade dos bizantinos de impressionar tanto estrangeiros quanto cortesãos.

Vasiliev, AA, "Harun ibn Yahya e sua descrição de Constantinopla", *Seminarium Kondakovianum*, 5 (1932), pp.

18. A MONTANHA A THOS

Bryer, Anthony, e Mary Cunningham, eds., *Monte Athos e o Monasticismo Bizantino*, Aldershot, 1996.

Connor, Carolyn L., e W. Robert Connor, trad., *A Vida e os Milagres de São Lucas*, Brookline (MA), 1994.

Karakatsanis, AA, ed., *Tesouros do Monte Atos*, 2ª ed., Tessalônica, 1997: um catálogo com uma maravilhosa série de ensaios e fotografias dos mosteiros da Montanha Sagrada e suas coleções de arte.

Russell, Norman, *A doutrina da deificação na tradição patrística grega*, Oxford, 2006.

Talbot, Alice-Mary, ed., *Holy Women of Byzantium: Ten Saints Lives in English Translation*, Washington, 1996; inclui um capítulo sobre a vida de Santa Maria, a Jovem (trad. Angeliki Laiou).

19. VENEZA E O GARFO

Elias, Norbert, *The Civilizing Process* (ed. e trad. Edmund Jephcott), Oxford, 2000. [Há uma tradução em espanhol: *El proceso de la civilización*, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1988].

Herrin, Judith, "Theophano: On the Education of a Byzantine Princess", in A. Davids, ed., *The Empress Theophano*, Cambridge, 1995, pp. 64-85.

McNeill, William H., *Veneza: A dobradiça da Europa 1081-1797*, Chicago, 1974.

Nicol, Donald M., *Bizâncio e Veneza: um estudo sobre relações diplomáticas e culturais*, Cambridge, 1988.

Vroom, Johanna, *Depois da Antiguidade: Cerâmica e Sociedade no Egeu do Século VII ao Século XX*, Leiden, 2003, p. 321.

20. BASÍLIO II EL BULGAROCTON

Crostini, Barbara, "A vida cultural do Imperador Basílio II", *Byzantion* 66 (1996), pp. 55-81.

Holmes, Catherine, *Basílio II e a Governança do Império*, Oxford, 2006.

21. A CRISE DO SÉCULO XI

Ierodiakonou, Katerina, ed., *Filosofia Bizantina e suas Fontes Antigas*, Oxford, 2002, com capítulos interessantes sobre Psellos da própria editora, bem como de John Duffy e Polymnia Athanassiadi.

Kaplanis, Costas, «A desvalorização do "dólar da Idade Média"», *Journal of Economic History*, 63.3 (2003), pp. 768-801.

Oikonomides, Nikos, "A Peira de Eustathios Romaio", *op. cit.*

22. UM COMENSA

Gouma-Peterson, Thalia, ed., *Anna Komnene and Her Times*, Nova Iorque e Londres, 2000.

Magdalino, Paulo, *O Império de Manuel I Comneno, 1143-80*, Cambridge, 1993.

23. UMA SOCIEDADE COSMOPOLITANA

Benjamin, Sandra, ed., *The World of Benjamin of Tudela: A Medieval Mediterranean Travelogue*, Madison (CA), 1995. [Há uma tradução em espanhol: Benjamín de Tudela, *Libro de viajes*, Ediciones y Libros, Cordovilla (Navarra), 2002].

Blöndal, S., e B. S. Benediktz, *Os Varangianos de Bizâncio*, Cambridge, 1978.

Ciggaar, Krijnie, *Viajantes Ocidentais para Constantinopla: O Ocidente e Bizâncio, 962-1204*, Leiden, 1996.

Garland, Lynda, e Stephen Rapp, "Maria "de Alânia": Mulher e Imperatriz entre Dois Mundos", em Lynda Garland, ed., *Mulheres Bizantinas*, *op. cit.*, pp. 91-123.

24. O PONTO DE INFLEXÃO DO CRUZADAS

Abulafia, David, *Frederico II: Um Imperador Medieval*, 2ª ed., Londres, 2002.

Harris, Jonathan, *Bizâncio e as Cruzadas*, Londres e Nova Iorque, 2003.

Magdalinus, Paulo, *O Império de Manuel I Comneno, 1143-1180*, *op. cit.*

Site com imagens do famoso saltério feito para a Rainha Melisende de Jerusalém e que se encontra na Biblioteca Britânica: http://en.wikipedia.org/wiki/Melisende_Psalter.

25. AS TORRES DE TREBIZONDA, UM PUNTO, NÍCIA E SALÔNICA

Angold, Michael, *Um governo bizantino no exílio: governo e sociedade sob os Láscaridas de Niceia, 1204-61*, Londres, 1974.

—, *Igreja e Sociedade em Bizâncio sob os Comnenos: 1081-1261*, Cambridge, 1995.

Bryer, A.A.M., *O Império de Trebizonda e o Ponto*, Londres, 1988.

Harold E. Lurier, *Crusaders as Conquerors: The Chronicle of Morea*, Londres, 1964. [Tradução espanhola: José M. Egea Sánchez, *La crónica de Morea*, CSIC, Madrid, 1996].

Laiou, A., ed., *Urbs Capta: A Quarta Cruzada e suas Consequências*, Paris, 2005.

Macaulay, Rose, *As Torres de Trebizonda*, Londres, 1956 (e várias reedições subsequentes).

Nicol, Donald M., *O Despotado de Epiro*, Oxford, 1957.

Oikonomides, N., "A Chancelaria dos Grandes Comnenos: Tradição Imperial e Realidade Política", *Archeion Pontou*, 35 (1979), pp. 321-332.

Rosenqvist, JO, ed. e trad., *O Dossiê Hagiográfico de Santo Eugênio de Trebizonda no Codex Athous Dionysiou 154*, Uppsala, 1996.

Sobre a influência bizantina nos Balcãs, ver S. C'urcic', "Religious Settings of the Late Byzantine Sphere", em Helen C. Evans, ed., *Byzantium: Faith and Power 1261 -1557*, New Haven, 2004, pp. 65-77.

26. REBELDES E MESTRES

Barker, John W., "Tessalônica do final do período bizantino: Desafios e respostas de uma segunda cidade", *Dumbarton Oaks Papers*, 57 (2003), *Simpósio sobre a Tessalônica do final do período bizantino*, pp. 5-26.

Chatzidakis, Manolis, *Mystras: A Cidade Medieval e o Castelo*, Atenas, 1981.

Runciman, Steven, *Mistra: Capital bizantina do Peloponeso*, Londres, 1980.

—, *As Vésperas Sicilianas: Uma História do Mundo Mediterrâneo no Final do Século XIII*, Cambridge, 1958. [Existe uma tradução: *Vésperas Sicilianas*, Alianza, Madrid, 1979].

Tinnefeld, Franz, "Intelectuais na Tessalônica bizantina tardia", *op. cit.*, págs. 153-172.

27. "UM TURBANTE TURCO É MELHOR QUE UMA TIARA PAPAL"

Geanakoplos, Deno, *Interação das culturas irmãs bizantina e ocidental na Idade Média e no Renascimento*, New Haven, 1976.

Imber, Colin, *O Império Otomano 1300-1650: A Estrutura do Poder*, Houndmills e Nova Iorque, 2002. [Tradução para o espanhol: *El imperio otomano, 1300-1650*, Ediciones B, Barcelona, 2005].

Le Goff, Jacques, *O Nascimento do Purgatório*, Chicago, 1984. [Existe uma tradução para o espanhol: *El nacimiento del purgatorio*, Taurus, Madrid, 1989].

Nicol, Donald M., *Os últimos séculos de Bizâncio*, *op. cit.*

28. O CERCO DE 1453

Crowley, Roger, *Constantinopla: O Último Grande Cerco, 1453*, Londres, 2005.

Marozzi, Justin, *Tamerlão: Espada do Islã, Conquistador do Mundo*, Londres, 2004.

Runciman, Steven, *O Último Renascimento Bizantino*, Cambridge, 1970.

CONCLUSÃO : O/A GRANDEZA E O LEGADO DE Bizâncio

Bowersock, Glen, *Mosaicos como História*, *op. cit.*

Evans, Helen C., ed., *Bizâncio: Fé e Poder*, *op. cit.*

Evans, Helen C., e William D. Wixom, eds., *A Glória de Bizâncio: Arte e Cultura da Era Bizantino Média (843-1261 d.C.)*, Nova Iorque, 1997.

Herrin, Judith, "Mistérios matemáticos em Bizâncio: a transmissão do Último Teorema de Fermat", *Dialogos: Hellenic Studies Review*, 6 (1999), pp. 22-42.

Griffith, Sidney, "Imagens, Islã e ícones cristãos", em P. Canivet e JP Rey-Coquais, eds., *La Syrie de Byzance a l'Islam*, Damasco, 1992, pp. 121-138.

Nelson, Robert S., e Kristen M. Collins, eds., *Holy Image, Hallowed Ground: Icons from Sinai*, Los Angeles, 2006.

Reinert, Steven W., "Manuel II e seu Mūderris", em S. Curcic e D. Mouriki, eds., *Crepúsculo de Bizâncio*, Princeton, 1991, pp. 39-51.

Robinson, Chase F., *'Abd al-Malik*, *op. cit.*, p. 7.

Em relação aos besantes, veja **Historia Constantinopolitana** de Gunther de Pairis, em Alfred J. Andrea, ed., *op. cit.*, p. 100: "As pessoas modernas chamam essas moedas de ouro de besantes porque foram cunhadas em Bizâncio." Por volta de 1400, John Wycliffe usou o termo "bezant" para traduzir a *dracma grega* da Bíblia, e ele também aparece em **Le Morte d'Arthur** e **The Song of Roland**. Atualmente, é usado em heráldica.

Wickham, Chris, "Bizâncio do século IX sob a ótica ocidental", em *Bizâncio no século IX: Morto ou Vivo?*, em Leslie Brubaker, ed., Aldershot, 1998, pp. 245-256.



Judith Herrin (1942) formou-se em História pela Universidade de Cambridge e obteve seu doutorado pela Universidade de Birmingham. Trabalhou como arqueóloga para a Escola Britânica de Atenas e na escavação da Mesquita Kalenderhane em Istambul, além de ter sido diretora da Biblioteca de Pesquisa Dumbarton Oaks em Harvard. É uma renomada especialista em Bizâncio e na Europa medieval, e autora de obras seminais como **The Formation of Christendom ** (1987), **Medieval Miscellany** (Grijalbo, 2000) e ** Women in Purple: Sovereigns of the Byzantine Middle Ages ** (2002), sem mencionar seus inúmeros artigos acadêmicos. Lecionou também em universidades ao redor do mundo, incluindo Paris, Munique, Princeton e Londres. Atualmente, é Professora Emérita e Professora de Estudos Bizantinos e da Antiguidade Tardia no King's College London. Entre outras distinções, recebeu a Medalha do Colégio da França em 2000 e, em 2002, do Presidente da República da Grécia, a Cruz de Ouro de Honra, em reconhecimento ao seu trabalho de pesquisa sobre o passado helenístico.

Notas

^[1] Zósimo, *Nova História* (trad. Ronald T. Ridley), Canberra, 1982, pp. [Há elenco de tradução.: Zósimo, *Nueva historia*, Gredos, Madrid, 1992]. [≤≤](#)

^[2] *Atas do Concílio de Calcedônia* (traduzidas, introduzidas e comentadas por Richard Price e Michael Gaddis), 3 vols., Liverpool, 2005, vol. 2, p. 240. [≤≤](#)

[3] Niketas Choniates, *Ó Cidade de Constantinopla, Annales of Niketas Choniates* (trad. H. Magoulias), Detroit, 1984, p. 325. [≤≤](#)

^[4] *Ágion Óros* , ou "Montanha Sagrada", é o nome grego do Monte Atos. *(Nota do tradutor)* [<<](#)

^[5] V. Minorsky, "Marvasi sobre os Bizantinos", em *Medieval Iran and its Neighbors* , Londres, 1982, pp. 455-469. [<<](#)

^[6] Nadia Maria El Cheikh, *Byzantium Viewed by the Arabs* , Cambridge (MA), 2004, p. 204. [<<](#)

^[7] *A Queda do Império Bizantino: Uma Crônica de George Sphrantzes 1401-1472* (trad. Marios Philippides), Amhurst (MA), 1980, p. 122. <<

^[8] São Máximo, o Confessor, *Mistagogia*, citado pelo Patriarca Germano em *Comentário sobre a Divina Liturgia* (trad. Paul Meyendorff), Crestwood, Nova Iorque, 1984, p. 93. [<<](#)

^[9] Procópio, *Os Edifícios* (trad. HB Dewing e Glanville Downey), Cambridge (MA), 1940, p. 21; também em Cyril Mango, *A Arte do Império Bizantino 312-1453*, Englewood Cliffs, Nova Jersey, 1972, pp. 72-78. [<<](#)

^[10] *A Crônica Primária Russa (Versão Laurentiana)* (trad. e ed. Samuel Hazzard Cross e Olgerd P. Sherbowitz-Wetzor), Cambridge (MA), 1973, p. 111. <<

^[11] Agnellus, *Livro dos Pontífices da Igreja de Ravena* (trad. DM Deliyannis), Washington, 2004, p. 200. [<<](#)

^[12] Cassiodoro, *Variae* I. 1 .3, em *Theoderic in Italy* (trad. John Moorhead), Oxford, 1992, p. 44.

[<<](#)

^[13] Cassiodorus, *Variae* (trad. SJB Barnish), Liverpool, 1992, v. 6 para o senador Simaco, pp. 75-76; II.27 aos Judeus de Gênova, pp. 34-35. [≤](#)

^[14] Thomas Magistros, *Sobre o Dever de um Rei* (trad. Ernest Barker), em *Pensamento Social e Político em Bizâncio de Justiniano I ao Último Paleólogo*, Oxford, 1957, p. 166. [≤≤](#)

[15] Ruth Macrides, "O Ritual da Petição", em Dimitrios Yatromanolakis e Panagiotis Roilos, eds., *Poética Ritual Grega*, Cambridge (MA), 2004, pp. 356-370. [≤≤](#)

^[16] Gilbert Dagron, *Imperador e Sacerdote: O Escritório Imperial em Bizâncio*, Cambridge, 2003, p. 257. [Tradução espanhola: *Emperador y sacerdote. Estudios sobre el «caesaropapismo» bizantino*, Universidade de Valência, Universidade de Granada e Centro de Estudos Bizantinos, Postbizantinos, Neogriegos y Cipriotas, 2007]. <<

^[17] Thomas Magistros, *Sobre o Dever de um Rei*, op. cit . [<<](#)

^[18] *Crônica de Dionísio de Tel-Mahre* (trad. Andrew Palmer), *O Século VII nas Crônicas da Síria Ocidental*, Liverpool, 1993, p. 212. [≤≤](#)

^[19] *O Chronicon Paschale, 284-628 d.C.* (trad. Michael e Mary Whitby), Liverpool, 1989, pp. 183-188. [≤≤](#)

^[20] Chase F. Robinson, *'Abd al-Malik* , Oxford, 2005, p. 7. [<<](#)

^[21] Raymond Davis, trad., *The Book of Pontiffs (Liber pontificalis): The Ancient Biographies of the First Ninety Bishops of Rome to AD 715*, ed. rev., Liverpool, 2000, pp. 73-74. [≤≤](#)

^[22] Sermão de Eustácio da Trácia, em EA Wallis Budge, *São Miguel Arcanjo: Três Elogios* , Londres, 1894, pp. 79-80. [≤≤](#)

^[23] *Antologia Grega* , XVI, 80 (trad. W.R. Paton), 5 vols., Nova Iorque e Londres, 1916, vol. 5, p. 201. [≤](#)

^[24] Daniel Sahas, ed. e trad., *Icon and Logos: Sources in Eighth Century Iconoclasm ...*, Toronto, 1986, pp. 96, 101; e São João Damasceno, *Sobre as Imagens Divinas: Três Apologias Contra aqueles que Atacam as Imagens Divinas* (trad. D. Anderson), Crestwood, Nova Iorque, 1980, pp. 64, 72. [≤≤](#)

^[25] Antigo Testamento, Êxodo 20:4; Deuteronômio 5:8-9. [<<](#)

^[26] e 4. Daniel Sahas, *Icon and Logos, op. cit.* , p. 101. [<<](#)

^[27] Kekaumenos, *Livro de Conselhos e Anekdotes* (tradução inédita de Charlotte Roueché, que gentilmente a disponibilizou ao autor). [Existe uma tradução em espanhol: Cecaumeno, *Consejos de un aristócrata bizantino*, Alianza, Madrid, 2000]. [<<](#)

^[28] NG Wilson, *Photius: The Bibliotheca* , Londres, 1994, no. 166, pp. 149-153; N° 170, págs. 154-155. [≤≤](#)

^[29] *A Vida de Constantino e a Vida de Metódio* (trad. Marvin Kantor e Richard Stephen White), Ann Arbor (MI), 1976, p. 49. [<<](#)

^[30] *Ibid.*, pp. 49 e 55. [<<](#)

^[31] Liutprando de Cremona, *A Embaixada em Constantinopla e Outros Escritos* (trad. FA Wright), Londres, 1930; reimpressão Londres, 1993, p. 136. [Existe uma tradução: *A antapódosis ou retribuição de Liutprando de Cremona*, CSIC, Madrid, 2007]. [<<](#)

^[32] Elizabeth Jeffreys, ed. e trad., *Digenis Akritis. As versões Grottaferrata e Escorial* , Cambridge, 1998, p. 205. [Há uma tradução em espanhol: *Poesía heroica byzantina: Canción de Armuris, Digenís Akritas, Poema de Belisario* , Gredos, Madrid, 2003]. [<<](#)

^[33] *O Livro dos Estranhos: Grafites Árabes Medievais sobre o Tema da Nostalgia* (trad. Patricia Crone e Shmuel Moreh), Princeton, 2000, p. 40. [≤≤](#)

^[34] *A Crônica de Teófanos Confessor*, ed. e trad. Cyril Mango e Roger Scott, Oxford, 1997, Anno Mundi 6287, p. 645. [<<](#)

[35] *A Vida de Santo André, o Louco* [«Vida de san Andrés el Necio»], Lennart Rydén, ed., 2 vols., Uppsala, 1995, vol. 2, pp. 81-83. [≤≤](#)

^[36] Odo of Deuil [Odón de Deuil], *De profectione Ludovici VII in Orientem* [«A viagem de Luís VII ao Oriente»] (ed. e trad. Virginia Gingerich Berry), Nova Iorque, 1948, p. 69. [≤](#)

^[37] Ver Gavin Menzies, *1421: O Ano em que a China Descobriu o Mundo* , Grijalbo, Barcelona, 2003. (Nota do tradutor) [<<](#)

[38] Liutprand de Cremona, *op. cit.*., p. 154. [<<](#)

^[39] Elizabeth Jeffreys, *Digenis Akritis...*, *op. cit.* , pág. 121. [<<](#)

[40] John Thomas e Angela Constantinides Hero, eds., *Byzantine Monastic Foundation Documents*, Washington, 2000, no. *Typikon* do Imperador João Tzimisces, p. 238; também disponível online em www.doaks.org/typikaPDF/typo19.pdf. <<

^[41] Al-Marwazi [médico da corte de Malik Shah], *Propriedades dos Animais* (trad. V. Minorsky), "Marvasi sobre os Bizantinos", em *Medieval Iran and its Neighbors*, Londres, 1982, pp. 455-469. [<<](#)

^[42] Constantino Porfirogênito [Constantino Porfirogênita], *De Administrando Imperio* (ed., Gy. Moravcsik; trad., R. Jenkins), Washington, 1967, p. 55-57. [≤≤](#)

^[43] *Ibid.* , pp. 59-61, 151. [<<](#)

^[44] Paul Lemerle, *Humanismo Bizantino: A Primeira Fase* (trad. Helen Lindsay e Ann Moffatt), Canberra, 1986, pp. 325-326. [≤≤](#)

[45] *A Queda do Império Bizantino: Uma Crônica de George Sphrantzes 1401-1472* (trad. Marios Philippides), Amhurst (MA), 1980, p. 67. <<

^[46] Jean Skylitzes [Juan Skylitzes], *Empereurs de Constantinople* (trad. Bernard Flusin e Jean-Claude Cheynet), Paris, 2003, p. 361. [<<](#)

[47] Constantino Porfirogéneta, *De Administrando Imperio*, op. cit ., pp. 73-75, 113. [<<](#)

^[48] Michael Pselo, *Quatorze governantes bizantinos* (trad. ERA Sewter), Londres, 1966, p. 260.
[Tradução para o espanhol: Miguel Pselo, *Vidas dos Imperadores de Bizâncio*, Gredos, Madrid, 2005]. [<<](#)

^[49] *Typikon* de Atanásio (973-975) (trad. George Dennis), parágrafo 38, *Documentos de Fundação Monástica Bizantinos*, *op. cit.*., nº 13, pág. 260; também em <http://www.doaks.org/typikaPDF/typ020.pdf>. <<

[50] *Typikon* de Constantino IX Monômaco (trad. Timothy Miller), parágrafo 14, *Documentos Fundamentais Monásticos Bizantinos*, *op. cit.* , nº 15, pág. 289; também em <http://www.doaks.org/typikaPDF/typo22.pdf>. <<

^[51] Robert E. Sinkewicz, *São Gregório Palamas: Os Cento e Cinquenta Capítulos*, Toronto, 1988, p. 201. [≤≤](#)

[52] Pedro Damián, *Institutio monalis* , livreto 50, dirigido à freira Branca, capítulo II, em JP Migne, ed., *Patrologia Latina* , vol. 145, col. 744. [≤≤](#)

^[53] Lei de 996 de Basílio II, parcialmente traduzida por Geanakoplos em *Bizâncio: Igreja, Sociedade e Civilização, op. cit.* , pp. 245-247. [≤≤](#)

^[54] Marc D. Lauxtermann, *Poesia bizantina de Pisides a Geômetras: Textos e contextos*, Viena, 2003, pp. 236-237; verso trad. em Paul Stephenson, *A lenda de Basílio, o matador de búlgaros*, Cambridge, 2003, p. 49. <<

^[55] Jean Skylitzes, *Empereurs de Constantinopla*, op. cit ., pág. 393. <<

^[56] Michael Psellos, *Quatorze gouvernantes bizantinos* , p. 327-328. [<<](#)

[57] "In Praise of Anna Comnena", em Jean Darrouzes, ed., *Georges et Demetrios Tornikes, Lettres et Discours*, Paris, 1970, pp. [≤≤](#)

[58] *A Alexíada de Ana Comnena* (trad. ERA Sewter), Penguin Classics, Londres, 1969, pp. 104-105, 112, 115-120, 129-130, 366-368, 504. [Existe uma tradução para o espanhol: Ana Commeno, *La Alexiada*, University of Seville, 1989 [1](#)].

^[59] Juan Tzetzes (trad. AP Kazhdan e Ann Wharton Epstein), em *Change in Byzantine Culture in the Eleventh and Twelfth Centuries* , Berkeley e Los Angeles, 1985, pp. 259-260. [<<](#)

^[60] Snorri Sturlson, *Saga do Rei Harald* (trad. M. Magnusson e H. Palsson), Penguin Classics, Londres, 2005, p. 63. [≤≤](#)

^[61] Barry Baldwin, trad., *Timarion* , Detroit, 1984, pp. 43-45. [<<](#)

[62] Nadia Maria El Cheikh, *Byzantium Viewed by the Arabs* , Cambridge (MA), 2004, p. 206. <<

[63] Papa Urbano II, citado por Gilbert de Nogent (trad. AC Krey), em *A Primeira Cruzada. A Crônica de Fulcher de Chartres e outros materiais de fonte*, em Edward Peters, ed., 2ª ed., Filadélfia, 1998, pp. 35-36. [<<](#)

[64] Fulcher de Chartres, em *op. cit.*., pp. 52-53, e Robert de Reims, em *op. cit.*., pp. 27-28. [<<](#)

^[65] Solomon ben Simpson de Speyer, em *op. cit.*., p. 126, e Albert de Aachen, em *op. cit.*., p. 139.

<<

[66] Geoffrey Villehardouin, Joinville e Villehardouin, *Crônicas das Cruzadas* (trad. MBB Shaw), Penguin Classics, Londres, 1963, pp. 82-83. [≤≤](#)

[67] Gunther de Pairis, em Alfred. J. Andrea, ed. e trad., *A Captura de Constantinopla. A “História Constantinopolitana” de Gunther de Pairis*, Filadélfia, 1997, p. 107. [≤≤](#)

^[68] Niketas Choniates [Nicetas Choniates] (trad. H. Magoulías), *Ó Cidade de Constantinopla*, *op. cit.*., págs. 315-316. [≤≤](#)

[69] Juan Geometra (trad. Henry Maguire), "A beleza dos castelos: uma descrição do século X de uma torre em Constantinopla", *Deltion tes Christianikes Archaiologikes Etaireias* , 17 (1993-1994), pp. 21-24. [≤≤](#)

^[70] Miguel Choniates (trad. Judith Herrin), "O colapso do Império Bizantino no século XII: um estudo de uma economia medieval", *University of Birmingham Historical Journal* , 12 (1970), p. 198. [<<](#)

^[71] *Niceia: Uma Capital Bizantina e seus Louvores* (trad. Clive Foss), Brookline (MA), 1996, pp. 132, 143. [<<](#)

^[72] Theodore Metochites, em *Niceia*, *op. cit.*., pp. 177-917. [<<](#)

[73] “Alexios Makrembolites e seu diálogo entre os pobres e os ricos” (trad. Ihor Sevcenko), em *Zbornik Radova Vizantolos gog Instituta* 6 (1960), p. 222. [≤≤](#)

^[74] *Ibid.*, p. 219. [≤≤](#)

^[75] John Cantacucenus (trad. Donald M. Nicol), *Os Últimos Séculos de Bizâncio 1261-1453*, 2^a ed., Cambridge, 1993, pp. 193-194. [≤≤](#)

^[76] Plethon (trad. CM Woodhouse), *Jorge Gemistos Plethon: O Último dos Helenos* , Oxford, 1986, pp. 104-105. [Existe uma tradução de Juan Signes: *Jorge Gemisto Pleton* , Orto, Madrid, 1998]. [<<](#)

^[77] A oração de Plethon a Zeus, *op. cit.*., pp. 328-329. [<<](#)

^[78] Ver Doukas [Ducas], *Decline and Fall of Byzantium to the Ottoman Turks* (trad. Harry J. Magoulias), Detroit, 1975, p. 210. [≤≤](#)

^[79] Miguel VIII Paleólogo (trad. em Deno Geanakoplos), *Bizâncio: Igreja, Sociedade e Civilização*, *op. cit.* , p. 219; Jorge Metoquites, *Sobre a Procissão do Espírito Santo* , em Deno Geanakoplos, *Bizâncio*, *op. cit.* , p. 158; panfleto anônimo *Libellus* (c . 1274) contra a reunificação das igrejas (trad. em Geanakoplos), *op. cit.* , pp. 179-188. <<

^[80] *Libellus, op. cit.* [<<](#)

^[81] Ducas, *op. cit.*., pág. 204. [<<](#)

^[82] Nicolò Barbaro, *Diário do Cerco de Constantinopla, 1453* (trad. JR Jones), Nova Iorque, 1969, p. 61. [<<](#)

^[83] Laonikos Chalkokondyles, *Demonstrações de Histórias* (trad. Nicolaos Nicoulides), Atenas, 1996, pp. 131-133. [<<](#)

^[84] Cartas de Manuel II (trad. George Dennis), *As Cartas de Manuel II Paleólogo: Texto, Tradução e Notas*, Washington, 1977, pp. 100-103; Adão de Usk (trad. E.M. Thompson), *A Crônica de Adão de Usk, 1377-1421 d.C.*, 2^a ed., Oxford, 1904, p. 220. [<<](#)

^[85] Demetrio Cidones (trad. Speros Vryonis Jr.), *The Decline of Medieval Hellenism in Asia Minor and the Process of Islamization from the Eleventh through the Fifteenth Century* , Berkeley, Los Angeles and London, 1986, p. 307; sobre o número de bispados, *Ibid* ., p. 286.

[<<](#)

^[86] Juan Canano (trad. em Denos Geanakoplos), *Bizâncio: Igreja, Sociedade e Civilização*, *op. cit* ., págs. 387-388. [≤≤](#)

^[87] Nicolò Barbaro, *Diário do Cerco de Constantinopla*, op. cit ., pág. 60. [<<](#)

^[88] Edward Gibbon, *História do Declínio e Queda do Império Romano* , em J.B. Bury, ed., Londres, 1909–1914. [Tradução espanhola: *Historia de la decadencia y caída del Imperio romano* , Eds. de Bolsillo, Barcelona, 2003]. A passividade de Bizâncio é enfatizada no vol. IX, no início do capítulo 48, onde ele lista os defeitos do império e [delineia](#) o plano dos últimos quatro volumes.

^[89] William Lecky, *Uma História da Moral Europeia de Augusto a Carlos Magno* , 2 vols., Londres, 1869, vol. 2, p. 13. [≤](#)

^[90] Cosmas Indicopleustes, *A Topografia Cristã* (trad. JW McKrindle), Londres, 1897, p. 73. [<<](#)

^[91] *Diálogo com um persa*, de Manuel II Paleólogo, *Entretiens avec un Musulman*, 7^e *controverse* (trad. Theodore Khoury), Paris, 1966, citado pelo Papa Bento XVI em sua palestra na Universidade de Regensburg. O excerto do *Diálogo de Manuel II* foi editado, em tradução francesa, pelo Professor Theodore Khoury em *op. cit.*; o texto grego completo foi editado, com um comentário em alemão, por Karl Forstel em *Manuel II. Paleólogo, Diálogo com um muçulmano*, 3 vols., Würzburg – Altenberge, 1993-1996.

[92] Conferência do Papa Bento XVI. Veja o texto completo em:
http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_sp.html. <<

^[93] CM Woodhouse, *George Gemistos Plethon, op. cit.* , pág. 150. [<<](#)